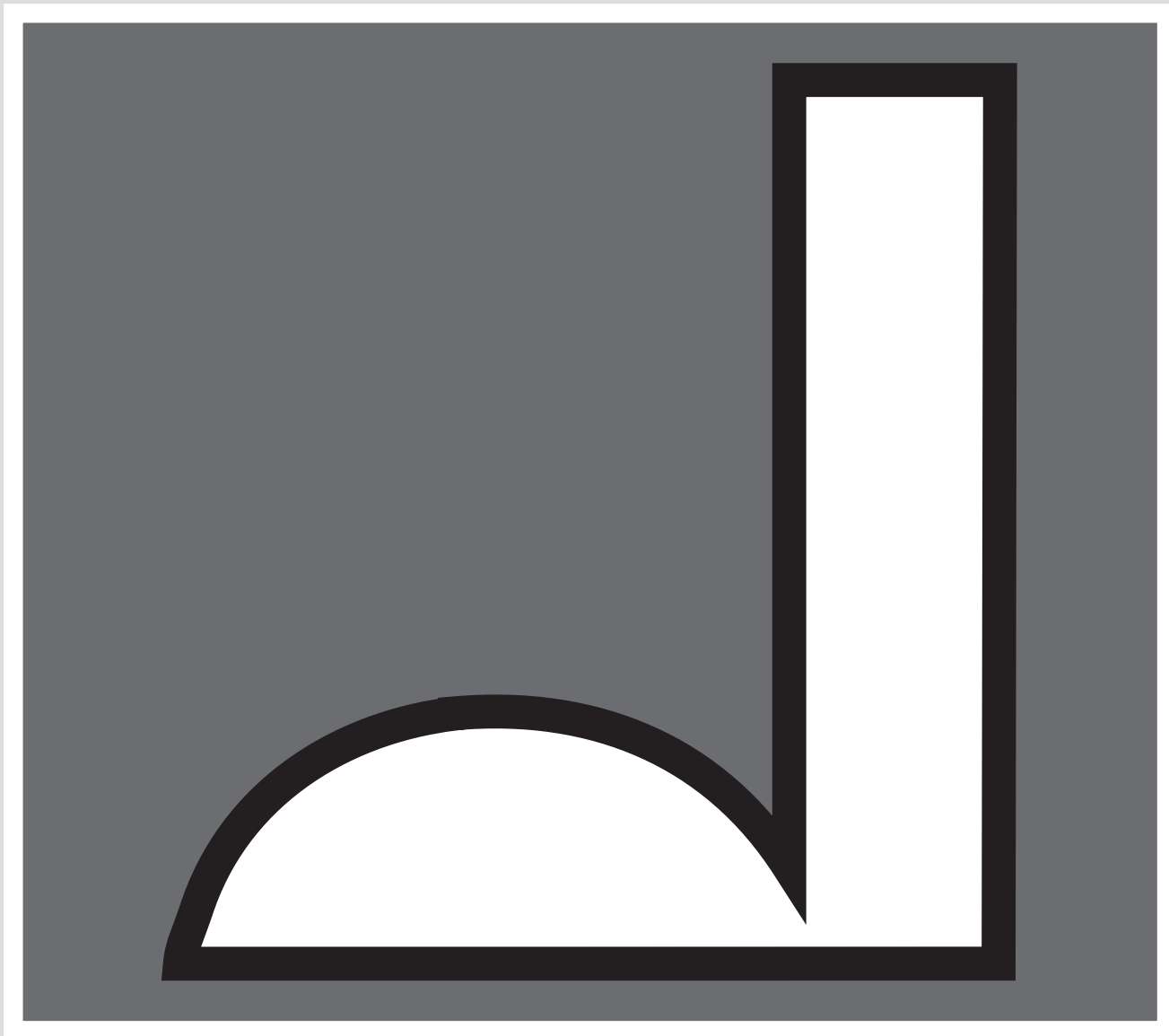




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 18 - SEXTA-FEIRA, 10 DE FEVEREIRO DE 2006 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL	3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF
1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC	4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO
2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT	Suplentes de Secretário
1º Secretário Efraim Moraes – PFL-PB	1ª - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA	2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
	3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
	4º - Aelton Freitas – PL-MG

MAIORIA (PMDB) – 21 LÍDER Ney Suassuna VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago)⁽⁵⁾ LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago)⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares VICE-LÍDER DO PSB (vago)	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 16 José Agripino VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro⁽²⁾ LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta
LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDER DO PDT (vago) LÍDER DO PMR– 1 Marcelo Crivella	LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO P-SOL – 1 Helôisa Helena	LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB⁽¹⁾

Agacieli da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata <u>Denise Ortega de Baere</u> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

- (1) A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.
- (2) O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005
- (3) O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005
- (6) O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.
- (7) O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 39ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 9 DE FEVEREIRO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Referente à primeira parte da Hora do Expediente da presente sessão destinada a homenagear a memória da religiosa e missionária Dorothy Stang, e a segunda parte a homenagear os 10 anos da TV-Senado..... 03774

1.2.2 – Oradores

O Sr. Presidente (Renan Calheiros) 03774
Senador Ramez Tebet 03775
Senadora Ana Júlia Carepa 03776
Senador Sibá Machado 03779
Senador Eduardo Suplicy 03784
O Sr. Presidente (Efraim Morais) 03784
Senador José Sarney 03785
Senador César Borges 03787
Senador Heráclito Fortes 03788
Senador Juvêncio da Fonseca 03789
Senador Antonio Carlos Magalhães 03792
Senador Flexa Ribeiro (Nos termos do art. 203, do Regimento Interno)..... 03792

1.2.3 – Mensagem do Presidente da República

nº 83, de 2006 (nº 61/2006, na origem), de 6 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2005 (nº 5.463/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica, sancionado e transformado na Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006..... 03793

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 146, de 2006, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Deputado estadual e vice-Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Quiélse Crisóstomo da Silva..... 03793

Nº 147, de 2006, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando voto de pesar pelo falecimento ocorrido hoje, do Senhor Dorval de Maga-

lhães, engenheiro agrônomo de profissão, escritor por vocação. 03794

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Recebimento da Mensagem nº 84, de 2006 (nº 73/2006, na origem), de 7 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso VII, da Constituição Federal, e da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, solicita seja autorizada a elevação temporária do limite de endividamento da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A., para até novecentos milhões de reais, de maneira a lhe permitir concretizar a operação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social..... 03794

1.2.6 – Parecer

Nº 111, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 80, de 2006, do Presidente da República (Mensagem nº 59, de 2006, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor *Enrique Ricardo Lewandowski* para exercer o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Mário da Silva Velloso..... 03799

1.2.7 – Ofício do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

Nº 9/2006, de 8 do corrente, referente a seleção das 05 (cinco) personalidades que serão agraciadas com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em reunião realizada em 7 do corrente..... 03802

1.2.8 – Ofícios

Nº 22/2006, de 8 do corrente, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, encaminhando relatório acerca de missão desempenhada por S. Exa. como Membro da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, na XXVI Reunião Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, realizada no período de 7 a 9 de dezembro de 2005, na cidade de Montevidéu, Uruguai..... 03804

Nº 37/2006, de 9 do corrente, da Liderança do PTB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização..... 03804

1.2.9 – Comunicações da Presidência

Estabelecimento de calendário para tramitação e remessa à Comissão Mista de Planos, Orça-

mentos Públicos e Fiscalização da Medida Provisória nº 279, de 2006, onde poderá receber emendas. .

03804

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição de cada Casa, para que o Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2006-CN, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional, tendo em vista a publicação em avulso, nesta data, do parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

03804

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 9, de 2006, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre a votação, mediante acesso eletrônico remoto, em caso de ausência justificada de Senador.

03804

Autuação, por solicitação do Presidente da Comissão de Educação, do Aviso nº 8, de 2006 (nº 2.360/2006, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.148/2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à Auditoria Operacional realizada no Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações – Fust, com o objetivo de verificar que dificuldades, limitações ou barreiras impedem a aplicação dos recursos desse fundo.

03804

Autuação, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Aviso nº 2, de 2006-CN (nº 60-SGS-TCU-Plenário, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 82, de 2006 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente à Auditoria nas obras de duplicação da BR-230/PB, entre João Pessoa e Campina Grande – PB. (TC 003.231/2001-0).

03805

1.3 – ORDEM DO DIA

Item Único – (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143, do Regimento Comum)

Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal, para disciplinar a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências. **Aprovado em segundo turno.** À Comissão Diretora para redação final.

03805

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2006 (**Parecer nº 112, de 2006-CDIR**). **Aprovada**, nos termos do Requerimento nº 148, de 2006. À Câmara dos Deputados.

03805

1.3.1 – Leitura de requerimentos

Nº 149, de 2006, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando voto de congratulações à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e ao Colégio São Bento, ambos do Rio de Janeiro,

por terem obtido a melhor pontuação no Exame Nacional de Ensino Médio de 2005 (ENEM/2005), respectivamente no ensino público e no ensino particular, dentre as escolas das 27 capitais brasileiras.

03808

Nº 150, de 2006, de autoria do Senador Jefferson Péres, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emendas à Constituição nºs 80, 82, de 2003, e 73, de 2005, por regularem sobre a mesma matéria.

03808

Nº 151, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Joana Limongi, pelo lançamento do livro Maria Brasileira Limongi, pelo lançamento do livro Maria Brasileira Limongi, edição da Secretaria de Cultura do Distrito Federal.

03808

Nº 152, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao atleta brasileiro Ibi Aires, pela conquista de vaga na equipe olímpica brasileira, modalidade Taekwondo, que vai disputar os Jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio de Janeiro.

03809

1.3.2 – Comunicação da Presidência

Convocação de sessões deliberativas ordinárias nos dias 13 (segunda-feira) e 14 (terça-feira), do corrente, para conclusão da pauta de convocação extraordinária do Congresso Nacional.

03809

1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia

Senador *ROMERO JUCÁ* – Justificação de encaminhamento de requerimento de pesar pelo falecimento de Dorval Magalhães.

03810

Senador *MARCELO CRIVELLA* – Homenagem pela passagem dos 10 anos da TV-Senado. .

03811

Senador *EFFRAIM MORAIS* – A greve geral, por tempo indeterminado, que será realizada pelos Procuradores da Fazenda Nacional.

03812

Senadora *IDELI SALVATTI*, como Líder – Comentários sobre a viagem do Presidente Lula a países da África.

03814

SENADORA *SERYS SLHESSARENKO*, como Líder – Manifestação sobre os dois temas objeto das homenagens de hoje: a morte da religiosa Dorothy Stang e o transcurso dos 10 anos da TV-Senado.

03816

Senador *HERÁCLITO FORTES* – Orgulho de todos os piauienses com a divulgação, pela imprensa, da nota obtida no Enem por três escolas privadas de Teresina.

03819

1.3.4 – Leitura de requerimento

Nº 153, de 2006, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dorval de Magalhães, engenheiro agrônomo e ícone da literatura roraimense que, dentre outras realizações, compôs o hino de Roraima.

03820

1.3.5 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

Senadora **HELOÍSA HELENA**, como Líder – Homenagem à irmã Dorothy Stang e aos 10 anos da TV-Senado. Solidariedade ao depoimento corajoso da Sra. Soraia, na CPI dos Bingos. Reflexão a respeito dos gastos nas campanhas políticas..... 03821

Senador **PAULO PAIM** – Homenagem à irmã Dorothy Stang e à TV-Senado. 03824

Senador **JOSÉ AGRIPINO**, como Líder – Manifestação sobre a “lista de Furnas”. 03828

Senador **ARTHUR VIRGÍLIO** – Preocupação com a primeira participação de astronauta brasileiro em viagem espacial..... 03830

Senador **JOSÉ MARANHÃO** – Consternação pelo veto a projeto de lei que atendia reivindicações trabalhistas de funcionários dos Correios. Regozijo pela inclusão do Estado da Paraíba no clube dos produtores de petróleo, em virtude da descoberta de bacia petrolífera. 03830

Senador **ARTHUR VIRGÍLIO** – Justificativas a requerimento de informação ao Ministro da Defesa sobre a viagem espacial do astronauta Marcos César Pontes. 03835

Senador **CÉSAR BORGES** – Apelo pela aprovação do Projeto de Lei nº 142, que regulamenta a renegociação das dívidas dos produtores rurais do Nordeste. 03835

Senador **ARTHUR VIRGÍLIO** – Solicita transcrição de pronunciamento sobre os gastos com o avião presidencial e as nomeações para cargos comissionados pelo Governo Lula..... 03837

Senador **FLEXA RIBEIRO** – Elogios à assinatura de decreto pelo governador do Pará, destinado ao reflorestamento no Estado. Homenagens à TV Senado pelo transcurso dos seus 10 anos de funcionamento. 03837

Senador **GILVAM BORGES** – Considerações sobre a aposentadoria compulsória dos funcionários públicos aos 70 anos. Apoio à indicação do Sr. *Enrique Lewandowski* para compor o Supremo Tribunal Federal. 03839

1.3.6 – Leitura de requerimentos

Nº 154, de 2006, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando a prorrogação, por sessenta dias, do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial destinada a apresentar projeto de resolução de Reforma do Regimento Interno do Senado Federal. **Aprovado**.... 03840

Nº 155, de 2006, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando licença para desempenhar missão parlamentar nos preparativos para o V Fórum dos Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa, a realizar-se nos dias 4 e 5 de abril de 2006, em Luanda, capital de Angola. Comunica ainda que estará ausente do país no período de 1 a 5 de abril de 2006. **Aprovado**..... 03840

Nº 156, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa as informações que menciona. 03840

1.3.7 - Discursos encaminhados à publicação

Senador **VALMIR AMARAL** – Homenagem pela passagem, em 5 de fevereiro, do Dia do Datiloscopista. 03841

Senador **ARTHUR VIRGÍLIO** – Considerações sobre os gastos no Governo do Presidente Lula. Saudação à Ministra Ellen Gracie, a primeira mulher brasileira no comando da Suprema Corte. 03842

Senador **SÉRGIO GUERRA** – Registro da matéria intitulada “*Assessor do presidente critica líderes do PT*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 6 de fevereiro corrente. 03849

Senador **LEONEL PAVAN** – Comentários sobre a matéria intitulada “*A estatal Transpetro abre 10 mil vagas em ano eleitoral*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 5 de fevereiro corrente..... 03850

Senador **JUVÊNCIO DA FONSECA** – Comentários sobre o artigo intitulado “*Só falta inaugurar buraco tapado*”, de autoria do jornalista Villas-Bôas Corrêa, publicado no **Jornal do Brasil**, edição de 1º de fevereiro corrente. 03851

Senador **ALVARO DIAS** – Registro do artigo intitulado “*Sair para ficar*”, de autoria da articulista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 7 de fevereiro corrente. 03852

Senador **FLEXA RIBEIRO** – Registro da matéria intitulada “*Ex-presidente disse à Istoé que “ética do PT é roubar”*”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 7 de fevereiro corrente. 03853

Senador **ANTERO PAES DE BARROS** – Registro da matéria intitulada “*Leão Leão pagou material da campanha de Lula, diz Buratti*”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 7 de fevereiro corrente..... 03854

Senador **JOÃO BATISTA MOTTA** – Registro do artigo intitulado “*Falhamos em 2005*”, de autoria do jornalista George Vidor, publicado em sua coluna no jornal **O Globo**, edição de 6 de fevereiro. 03855

Senador **REGINALDO DUARTE** – Comentários sobre a matéria intitulada “*A última do PT*”, publicada pela revista **Veja**, edição de 8 de fevereiro corrente. 03856

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – REPUBLICAÇÃO

Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2005, publicado na Ata da 222ª Sessão Deliberativa Ordinária, de 13/12/05. (DSF nº 207, de 14 de dezembro de 2005) 03857

3 – Discurso Pronunciado em Sessão Anterior

Do Senador Alvaro Dias, proferido na sessão de 6 do corrente mês..... 03870

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, EM 9-2-2006**5 – PARECER**

Nº 4, de 2005-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 01, de 2006-CN (nº 7.297-GP/TCU/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional informações acerca das Obras de Implantação do Sistema de Trens Urbanos do Distrito Federal, esclarecendo que não há impedimentos para que a referida obra receba recursos oriundos do Orçamento Geral da União no exercício de 2006. 03878

6 – ATAS DE COMISSÃO

Atas da 1ª a 12ª Reunião da Comissão Especial Externa, criada pelo Requerimentos nºs 535 e 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão, realizadas em 1, 7, 14, 15, 16, 21, 23 e 29 de junho; 15 de outubro, 8 de novembro; e 14 de dezembro de 2005, respectivamente. 03881

7 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 4 a 6, de 2006. 04043

8 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 2, de 2006. 04044

9 – PORTARIA DO DIRETOR-GERAL

Nº 43, de 2006. 04045

10 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 263 a 278, de 2006. 04045

SENADO FEDERAL**11 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA****12 – SECRETARIA DE COMISSÕES****13 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****14 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****15 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****16 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****17 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****18 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****19 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL****20 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL****21 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)****22 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)****– CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO**

Ata da 39ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 9 de fevereiro de 2006

5ª Sessão Legislativa Extraordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Efraim Moraes, da Sra. Serys Slhessarenko,
e dos Srs. Eduardo Suplicy e Mão Santa*

ÀS 14 HORAS ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 9/2/2006 07:38:19 até 9/2/2006 20:30:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLCY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
-	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-PL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PB	JOSE MARANHÃO	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA	X	
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
PMR	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PTB	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		

Compareceram: 70 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores.

Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nos termos do **Requerimento nº 125, de 2006**, de iniciativa da Exm^a Sr^a Senadora Ana Júlia Carepa e outros Exm^{os} Srs. Senadores, a primeira parte do tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão será dedicado a homenagear a memória da religiosa e missionária Dorothy Stang.

A segunda parte da Hora do Expediente da presente sessão terá o seu tempo dedicado a homenagear a TV Senado pelo transcurso dos dez anos de sua criação.

Faço um apelo para que o tempo seja equanimemente dividido entre as duas justíssimas homenagens que o Senado Federal tem a honra de prestar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados aqui presentes, estamos aqui hoje reunidos para homenagear a memória de uma das figuras mais emblemáticas da recente história do Brasil e também para homenagear a TV Senado pelos seus dez anos.

Dorothy Stang, uma americana de coração brasileiro, uma missionária obstinada, destemida, trocou sua terra natal pelo sonho da reforma agrária e do desenvolvimento sustentável da região do Pará.

Odiada pelos grileiros, adorada pelos sem-terra, Dorothy foi, sem dúvida, mártir na luta que o Brasil trava, há décadas, contra a violência no campo. O crime bárbaro de que foi vítima indignou e chocou o Brasil e o mundo inteiro; expôs mais do que qualquer outro a questão dos conflitos agrários no País.

A morte da missionária foi decisiva para que a Comissão encarregada de regulamentar a reforma do Judiciário apresentasse projeto de lei transferindo para o âmbito da Justiça Federal os crimes cometidos contra os direitos humanos, tipificados em tratados internacionais assinados pelo Brasil. Trata-se de projeto da maior importância no combate à impunidade e que deve ser votado em breve pelo Senado Federal.

Temos de nos lembrar aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, a ação da Senadora Ana Júlia Carepa e a dos Senadores Demóstenes Torres e Eduardo Suplicy que foram fundamentais para a punição dos assassinos da Irmã Dorothy. Os três Senadores, enviados ao Pará pela Presidência desta Casa, formaram, como todos sabem, uma Comissão Especial que acompanhou a

investigação, cuja criação foi por mim requerida ainda na Liderança do PMDB.

O trabalho da Comissão resultou em amplo relatório sobre a situação fundiária do Pará e sobre as causas da impunidade no Brasil, deixando clara a enorme dificuldade da investigação policial e da ação do Ministério Público na maioria dos Estados onde ocorrem crimes decorrentes de conflitos rurais. Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, é fundamental que, em casos como este, a investigação seja transferida para a alçada Federal.

A morte da missionária – uma morte anunciada, vez que ela já havia sido ameaçada diversas vezes – foi um alerta vermelho: obrigou o Incra a promover o levantamento de toda a região, num total de dois milhões e meio de hectares, para identificar as áreas griladas. Ainda há muito a ser feito em relação ao conflito fundiário e à reforma agrária no Brasil.

No caso da Irmã Dorothy, assassinada um ano atrás, dois pistoleiros já foram condenados e outros dois acusados serão julgados agora em fevereiro. Mas, Sr^{as} e Srs. Senadores, a punição dos assassinos não é suficiente. A morte de Dorothy Stang não pode ficar em vão. O País que todos queremos – moderno, desenvolvido e justo – não pode mais tolerar a injustiça agrária, não pode tolerar massacres, como o dos fiscais do Ministério do Trabalho, em Unaí, como o dos sem-terra, em Felisburgo, como o da Irmã Dorothy Stang.

Sr^{as} e Srs. Senadores, como disse no início dos trabalhos, esta sessão também se destinaria a homenagear os dez anos da TV Senado. E é também com enorme alegria que comemoramos, hoje, os dez anos da TV Senado.

Ao longo de todo esse tempo, a TV Senado tem sido motivo de orgulho não apenas para nós, Senadores, Senadoras e funcionários, como para todos os brasileiros, que podem acompanhar, em tempo real, tudo o que acontece no Senado Federal – é bom que se destaque, Senador Ramez Tebet –, sem qualquer corte ou censura.

Com documentários, com programas especiais e com transmissões ao vivo das sessões plenárias, das comissões técnicas permanentes e do trabalho de investigação das Comissões Parlamentares de Inquérito, a TV Senado é, hoje, mais que um meio de informação, é um instrumento de cidadania, um instrumento de controle democrático do Legislativo por parte da população. Afinal, milhões e milhões de brasileiros podem acompanhar, passo a passo, a atuação dos Parlamentares que ajudaram a eleger com seu voto.

Todos os brasileiros que têm acesso à televisão a cabo, à Internet ou à antena parabólica recebem o sinal da TV Senado, que, atualmente, alcança, poten-

cialmente, um público de mais de 50 milhões de pessoas, em residências, em empresas, em órgãos públicos, em entidades de classe e em universidades. E já posso anunciar que, muito em breve, em menos de um ano, o número de brasileiros habilitados a assistir à TV Senado poderá chegar a quase 90 milhões. É que vamos iniciar, Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda este ano, a Rede Senado de Televisão em sinal aberto. Além de Brasília, inicialmente, mais doze capitais serão beneficiadas.

Os cinco próximos canais abertos serão inaugurados, Senador César Borges: em Salvador, será o Canal 53; em Recife, o Canal 55; em Fortaleza, o Canal 43; em Manaus, o Canal 57; e, no Rio de Janeiro, o Canal 49. No prazo aproximado de um ano, Senador Flexa Ribeiro, serão inaugurados também os canais da TV Senado em Belém, em Natal, em Maceió, em Cuiabá, em Boa Vista, em João Pessoa e em Goiânia. Por enquanto, são esses os sinais autorizados pelo Ministério das Comunicações, mas estamos, todos os dias, juntamente com o jornalista Armando Rollemberg, que é o Secretário de Comunicação do Senado Federal, trabalhando para que nos sejam concedidos sinais de retransmissão da TV Senado nas outras Capitais.

Não posso aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixar de lembrar um pouco da história da TV Senado, inaugurada em 5 de fevereiro de 1996 pelo então Presidente do Congresso Nacional, meu querido amigo Senador José Sarney, em uma decisão ousada, em uma decisão de estadista, sem dúvida, de quem pensa no interesse público. S. Ex^a criou e pôs em funcionamento a TV Senado.

A partir de então, o trabalho do Legislativo tornou-se inteiramente aberto aos brasileiros, tanto nos momentos de grandeza, como este momento de grandeza da convocação, em que votamos absolutamente tudo que precisava ser votado – precisamos votar apenas, das principais matérias destacadas, as matérias referentes à Timemania e ao Fundeb, que chegou da Câmara dos Deputados; a da Timemania, sendo aprovada na Câmara dos Deputados, já tramita nas Comissões Técnicas do Senado Federal –, quanto nos momentos em que o Senado também mereceu críticas.

Por meio dos telejornais ou das transmissões ao vivo, nada mais escapa do olhar e do julgamento do cidadão comum. E isto fiz questão de dizer, há pouco, durante esta convocação: o nosso objetivo é sintonizar o Senado Federal com a sociedade. E não vamos efetivamente nos recusar a fazer nenhuma mudança, absolutamente, que a sociedade exija que o Senado faça.

Nossa tevê é pioneira na transmissão ao vivo de trabalhos legislativos, o que, hoje, é uma realidade de até mesmo em níveis estaduais e municipais. Tudo

isso se dá graças à Lei nº 8.977, de 1995, que criou a possibilidade de canais de tevê dos Legislativos. Foi, como todos sabem, uma trajetória rápida, muito rápida. Antes de completar um ano, a TV Senado transmitia durante 12 horas seguidas. Hoje, a programação é ininterrupta, dia e noite.

A cobertura do trabalho legislativo e a discussão sobre todas as matérias importantes que estão sendo examinadas pelo Senado são complementadas por documentários, por debates, por programas culturais e de utilidade pública. Também fazemos questão de ouvir o que os brasileiros têm a dizer. A Central de Atendimento e o endereço eletrônico da TV Senado são importantes canais de interatividade com a população.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o alcance da TV Senado, convém aqui destacar, vai ainda mais além: suas transmissões são regularmente cedidas para emissoras privadas no Brasil e até mesmo para outros países, como forma de prestar um serviço mais completo à sociedade.

Encerro minhas palavras, parabenizando toda a equipe responsável pelo dia-a-dia da TV Senado, pela dedicação e pela seriedade do trabalho realizado. Reafirmo, Sr^{as} e Srs. Senadores, minha convicção na transparência do processo legislativo e reforço meus votos de sucesso ainda maior nessa nova fase que se inicia com a Rede Senado de TV em sinal aberto.

Era, inicialmente, o que eu tinha a dizer.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite usar a palavra pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, se V. Ex^a fosse rígido e se o Regimento fosse mais rígido, eu seria punido. Mas quero fazer uma confissão a V. Ex^a: eu, realmente, não posso permanecer nesta sessão de tão importantes homenagens a uma líder comunitária do Pará, requeridas pela Senadora Ana Júlia, e aos dez anos da TV Senado.

Presidente Renan, desculpe-me. Estou passando por cima de tudo, mas necessito somente de dois minutos. Apenas quero dizer que esse é um dos maiores orgulhos que o Senado da República tem, porque não temos só uma TV Senado, mas temos uma TV Senado imparcial, como V. Ex^a salientou; uma TV Senado que não distingue entre Senadores, que considera todos iguais, que permite que nossas falas saiam completas. Os próprios operadores nos procuram em nossos gabinetes para ouvirem opiniões, inclusive levando opiniões de nossos concidadãos sobre o que eles estão pensando a respeito de nossas atuações. Tenho

muito orgulho disso. Ah se a imprensa do Brasil fosse assim! Desculpem-me os outros órgãos de imprensa, não estou falando mal de ninguém, sou um homem que respeita a liberdade de imprensa, mas não conheço, Srs. Diretores, Srs. funcionários do Senado da República, órgão mais imparcial e mais justo do que a TV Senado.

Quero encerrar, contando um episódio pessoal. De primeiro, Sr. Presidente, eu sofria de alguma insônia. Às vezes, demorava eu pegar no sono. Hoje, tenho a solução para minha insônia: não tomo um remédio para dormir, mas ligo a TV Senado e fico ouvindo, às vezes, aquilo que já ouvi, para uma autocrítica, e tomando conhecimento daquilo que não ouvi por estar em outras dependências do Senado ou nos trabalhos das Comissões, e assim por diante.

Há mais um fato, e, agora, encerro realmente. E não faça nenhuma punição a mim, Senador, porque meu advogado está aí ao seu lado, o Senador de Roraima Romero Jucá, a quem já dou procuração! Uma das grandes alegrias que tive foi quando me pediram um DVD do Senado da República, para passar em sala de aula, com a sessão do Congresso Nacional em que foi abolida a imunidade parlamentar. E acredite V. Ex^a que, em uma universidade do meu Estado, isso foi repetido em quase todas as salas de aula.

Gostaria de dizer mais, mas não tenho tempo mesmo, não posso perder o avião. V. Ex^a entende os meus problemas. Dou um abraço forte em V. Ex^a, que vai abrir agora a TV Senado para cinco capitais. Faça-lhe um pedido: que a sexta capital seja Campo Grande, e o recado é do Senador Juvêncio da Fonseca.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sem dúvida, está atendida a sugestão de V. Ex^a. Vamos fazer absolutamente tudo para seguir essa ordem que V. Ex^a recomenda.

Estava brincando aqui com os Senadores Romero Jucá e Eduardo Suplicy. Vamos ter de submeter a receita que V. Ex^a prescreve para a insônia ao Conselho Regional de Medicina.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS.) – Pode acreditar que a juventude vai gostar!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, convidados presentes tanto para a sessão em homenagem à Irmã Dorothy Stang, como também para a muito justa sessão em homenagem aos 10 anos da TV Senado. Cumprimento

ainda o Dr. Joelson Dias, que, neste ato, representa o Presidente do Conselho Federal da OAB, Dr. Roberto Antonio Busato, e o Presidente da Seccional da OAB do Estado do Pará, Dr. Ophir Cavalcante Junior.

No próximo dia 12 de fevereiro, completar-se-á um ano da trágica morte da missionária Dorothy Stang – um ano de luto, um ano de luta. Luta daqueles que, mirando-se no exemplo da Irmã Dorothy, almejam justiça e igualdade. Muitos seguem trilhando os caminhos da nossa companheira doce e valente, guerreira e pacifista, convictos de que sua batalha – uma batalha pelo bem, uma batalha em que as armas mais poderosas são a palavra, o ensinamento, o exemplo, a **Bíblia**, como a que ela portava no dia em que foi covardemente assassinada. Nunca será em vão, como em vão não foram nem a vida nem a morte de nossa saudosa Irmã Dorothy Stang.

Não é demais lembrar que, dez dias antes de sua morte, a Irmã compareceu, munida de documentos, no lançamento do Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, lançado em Belém no dia 3 de fevereiro de 2005, pelo então Ministro Nilmário Miranda, Secretário Nacional dos Direitos Humanos. O programa deverá ser efetivado em parceria com os governos estaduais, e estava presente, inclusive, a vice-Governadora do Estado do Pará, naquele momento Governadora em exercício, Dr^a Valéria Pires Franco. No mesmo dia, a Irmã Dorothy foi à Delegacia Geral de Polícia, em Belém, com cópias de boletins de ocorrência, registrados na delegacia de polícia em Anapu. Neles constavam as ameaças de morte. Foram vários registros de ocorrência realizados, nos quais apareciam os nomes de Tato e Bida, entre outros. A polícia não tomou nenhuma providência, mesmo quando chamada para acompanhar Irmã Dorothy na reunião de que ela iria participar. Foi uma clara demonstração de que a segurança pública do meu Estado foi negligente, inoperante e, muitas vezes, comprometida com o capital, com os grileiros, ou, mesmo, agiu a seu serviço. O Estado do Pará, por intermédio de sua Secretaria de Defesa Social, foi omissa quanto à proteção à defensora dos direitos humanos. Foi uma morte anunciada.

Registro, Sr. Presidente, que, nestes mais de 300 dias que se seguiram ao assassinato violento e covarde de Dorothy Stang, fatos relevantes tiveram lugar em meu Estado. A Justiça do Pará, infelizmente conhecida por sua morosidade quando se trata de crimes relacionados à posse da terra e aos direitos humanos, já condenou dois dos cinco acusados pelo assassinato, e isso merece os nossos parabéns. O julgamento, realizado em Belém nos dias 9 e 10 de dezembro de 2005, foi acompanhado pelos olhares atentos de milhares de

pessoas, dentro e fora do auditório do Tribunal de Justiça – dentre os quais me incluo. A representante especial da Organização das Nações Unidas, Hina Jilani, no Brasil à época, também acompanhou o julgamento, ao lado do Ministro Interino da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Dr. Mário Mamede.

Os outros três acusados pelo crime – os fazendeiros Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, e Regivaldo Galvão, o Taradão, acusados de serem os mandantes; e Amair Feijoli da Cunha, o Tato, acusado de intermediar o crime – permanecem presos, mas conseguiram adiar seus julgamentos por meio de recursos. Esperamos que continuem presos até o julgamento e que esse ocorra em breve.

A luta contra a grilagem de terra e o desmatamento, empreendida pelo Governo Federal por meio de ações enérgicas e eficientes, tem surtido resultados positivos e contribuído de maneira decisiva para coibir práticas ilegais, tão freqüentes e comuns naquela região e em toda a Amazônia. Se mais ações desse tipo tivessem sido realizadas anteriormente – não ocorreram durante tantos anos –, talvez tivéssemos poupado a vida de Irmã Dorothy e de tantos outros.

A Portaria nº 10 do Incra, editada em dezembro de 2004, que determinou prazo para o cadastramento das áreas na Amazônia, dificultando as ações de grileiros, foi uma medida acertada desse governo. Como acertada também foi a edição da medida provisória conhecida como a MP do Bem, que incluiu em seus artigos – inclusive não foi dado tanto destaque a isso – alterações na Lei nº 8.666, de 1993, autorizando a concessão real de uso de áreas até 500 hectares, o que permite a regularização de quase 22 mil posses com áreas entre 100 e 500 hectares. Isso corresponde a mais de 11 milhões de hectares na Amazônia. É muito significativo! E mais: isso corresponde a 90% dos ocupantes de terra na Amazônia hoje, o que demonstra que a grande maioria será atingida por essa medida provisória.

O Incra, em convênio com o Exército brasileiro, está realizando no Pará o maior processo de regularização de terras já feito no País, até porque não se fazia regularização fundiária neste País, Senador Sibá Machado, há mais de 15 anos. O trabalho que se iniciou nos últimos meses de 2005, nos Municípios de Anapu e de Santarém, deverá, por método moderno do georreferenciamento, possibilitar a regularização de 1,5 milhão de hectares somente nesses dois Municípios. Ao todo serão oito milhões de hectares no Estado do Pará até o final de dezembro de 2006.

Das 127 mil famílias assentadas em todo o Brasil no ano de 2005, cerca de um terço o foi no Pará. Portanto, se os responsáveis pela morte da Irmã Dorothy e de

tantas outras lideranças trabalhadoras no meu Estado – infelizmente, o Pará ainda é o Estado campeão de assassinatos no campo pela disputa pela terra – pensam que inibirão a reforma agrária e a justiça social com assassinatos a sangue-frio, estão enganados. O efeito tem sido contrário: a reforma agrária tem, neste governo, avançado, e avançado muito, especialmente no Estado do Pará.

Também o rigor na fiscalização e o aumento da punição nos casos de crimes ambientais e de direitos humanos, como no caso do trabalho escravo, têm trazido resultados positivos para a região. Essas mudanças homenageiam Irmã Dorothy e sua luta, que é a luta de uma região para viver sob o Estado de Direito, sob o império da lei, e com desenvolvimento sustentável.

Irmã Dorothy, que queria ver os colonos, os trabalhadores assentados, produzindo e sem devastar a floresta, estaria contente com esses encaminhamentos – embora o caminho ainda seja longo pela frente. Mas sua força é nossa força, é a força de uma comunidade forte, trabalhadora e cansada de desmandos e injustiças.

Esta Casa, Sr. Presidente, tem dado a sua contribuição, e de maneira honrosa, é bom que se diga. Foi criada uma Comissão para acompanhar as investigações do assassinato da Irmã Dorothy, Comissão que tive a honra de presidir – e aqui quero citar todos os seus membros: o Senador Flexa Ribeiro foi o Vice-Presidente, o Senador Demóstenes foi o Relator, e dela faziam parte também o Senador Sibá Machado, que conviveu com a Irmã Dorothy, o Senador Eduardo Suplicy, o Senador Luiz Otávio, do Pará, a Senadora Serys Slhessarenko e a Senadora Fátima Cleide. Essa Comissão teve papel relevante na celeridade do processo de identificação e punição dos assassinos, bem como na identificação de um consórcio envolvendo criminosos vestidos de empresários rurais, que se uniram para ameaçar e matar. O brilhante relatório da Comissão, apresentado pelo nobre Senador Demóstenes Torres, traz conclusões pertinentes, relevantes e fidedignas sobre a violência no campo no Pará e sobre o assassinato de Irmã Dorothy – um trabalho a ser lembrado e que está aqui.

O Senado Federal honra também nosso País quando aprova o Projeto de Gestão de Florestas Públicas, fato que ocorreu semana passada e que já foi, inclusive, aprovado na Câmara dos Deputados esta semana. O projeto prevê a inclusão das populações locais: um avanço sem antecedentes na utilização de forma racional da floresta, que promove o desenvolvimento sustentável e certamente terá impactos sobre os direitos humanos na Amazônia, evitando mais mortes, mais violência, mais exclusão.

Apesar de todos os esforços, Sr. Presidente, sabemos que há muito o que fazer. O histórico de descaso e de impunidade no Pará, especialmente nos crimes que envolvem as questões da terra e dos direitos humanos, deixam a população cética.

Vários crimes dessa natureza continuam sem elucidação. Muitos assassinos continuam soltos. Segundo informações da Comissão Pastoral da Terra:

“Nos últimos 33 anos, houve 772 assassinatos de trabalhadores rurais e de pessoas que os apoiavam. Somente em três casos houve o julgamento de mandantes dos crimes – os casos de Expedito Ribeiro, de João Canuto e de Eldorado do Carajás. Esses julgamentos só foram possíveis pela luta e pela pressão da população, com denúncias constantes de entidades de direitos humanos tanto nacionais quanto internacionais. E, mesmo nesses três casos, os mandantes se encontram em liberdade. No caso de Expedito Ribeiro, o condenado, Jerônimo Alves de Amorim, cumpre a sentença em prisão domiciliar, em sua luxuosa residência em Goiânia. Os mandantes do assassinato de João Canuto, apesar de condenados, há dois anos respondem os recursos em liberdade, e o processo ainda continua na presidência do Tribunal. No caso de Eldorado do Carajás, no qual dezenove pessoas foram assassinadas, apenas dois comandantes da operação foram condenados, o Coronel Pantoja e o Major Oliveira. O primeiro conseguiu, junto ao STF, *habeas corpus* para responder a apelação em liberdade. Os advogados do Major Oliveira vão pedir igual benefício para ele”.

Assim, torna-se urgente que as autoridades à frente dos órgãos de justiça e segurança ajam com firmeza para punir os criminosos e proteger a vida dos defensores que ainda “teimam” em defender a posse justa da terra, a vida e a natureza na Amazônia.

Por fim, Sr. Presidente, neste ano em que choramos a perda da Irmã Dorothy, quero deixar registrada a nossa homenagem àquela mulher, nascida americana e brasileira por sua própria deliberação e profundo amor a esta terra; à mulher que fez de sua vida uma luta incansável e contagiante pela dignidade humana. Sua morte semeou a esperança e reafirmou sua fé na luta do povo brasileiro por melhores dias. Parafraseando Antônio Canuto, Secretário da Comissão Pastoral da Terra Nacional, “a morte de Irmã Dorothy irrompeu com a força da ressurreição”. Sentimos com sua família e amigos sua perda. Mas acreditamos que a pureza de

sua ação neste mundo, sua sinceridade de propósitos e sua força pessoal fazem a luta transcender a vida.

Irmã Dorothy, sua voz e sua presença necessárias permanecem conosco.

Foi solicitado que não concedêssemos apartes, Senador, para tentar encurtar as falas. Queria solicitar ao Presidente tolerância para que pudesse ouvir o aparte dos Senadores Flexa Ribeiro e Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT-SP) – O Senador Sibá Machado já está inscrito.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Ouço o aparte do nobre Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA. Com revisão do orador.) – Senadora Ana Júlia Carepa, quero associar-me à parte do pronunciamento de V. Ex^a em que lamenta a morte de Irmã Dorothy e todas as outras vidas perdidas nesse conflito que, lastimavelmente, não é do Pará: é no Pará e em todo o Brasil. Eu acho que todos nós temos de lutar por uma ação enérgica, com vontade política, para que não seja lamentada a perda de mais vidas. Queria porém, se V. Ex^a me permite, fazer aqui alguns reparos ao seu pronunciamento. V. Ex^a se refere ao sistema de segurança estadual do nosso querido Estado do Pará. A informação que nós temos é que, lamentavelmente, a Irmã Dorothy recusava qualquer tipo de proteção oferecido pelo sistema de segurança estadual. Quando houve o lamentável assassinato – V. Ex^a teve uma ação enérgica no sentido de propor a criação de uma comissão para o acompanhamento da investigação –, fomos ao local e verificamos que a ação da Polícia permitiu, em tempo recorde, que os mandantes e os praticantes do ato insano fossem presos. V. Ex^a fez um reparo à Justiça de nosso Estado, tão bem presidida neste instante pelo Desembargador Milton Nobre, quando se reconhece a agilidade da Polícia e da Justiça em prender os que praticaram o crime e ajudar a por em julgamento os mandantes. Segundo dados da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, existem 590 casos listados de lamentáveis crimes por problemas fundiários. A Justiça do Estado do Pará reconheceu, até agora, somente 101 casos. Quando da morte da Irmã Dorothy, o Governo Federal fez uma pirotecnia no Estado do Pará, mandou o Exército, disse que abriria a Superintendência do Incra, que daria recursos para agilizar o processo. Lamentavelmente, o problema maior hoje, e juntamente comigo V. Ex^a está tentando resolvê-lo, diz respeito à liberação dos planos de manejo, que até hoje não foram efetuados, como podemos constatar em reuniões de que participamos. Quanto ao relatório

tão bem produzido pelo Senador Demóstenes Torres, sob a presidência de V. Ex^a, pediria o apoio de V. Ex^a para que o Governo Federal implementasse todas as propostas que estão contidas nesse relatório e que ainda não foram sequer iniciadas. Agradeço o aparte concedido por V. Ex^a.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Agradeço. Quero aqui reiterar as minhas afirmações em relação à questão da segurança pública no Estado do Pará e aproveito para dar uma informação: o Pará é o quarto pior Estado do Brasil e o primeiro pior na Amazônia, em toda a Região Norte, na relação entre número de policiais e população. É o quarto pior no Brasil. A quantidade de policiais em relação ao número da população é muito pequeno. Além, com certeza, de uma situação que nós mesmos percebemos – e é está citado no nosso relatório – que é o desbalanceamento, ação que muitas vezes, graças a Deus não por parte da maioria, mas por parte de vários policiais, cujos ouvidos, infelizmente, estão muito mais abertos aos grileiros e aos fazendeiros. Digo inclusive que não são fazendeiros, são criminosos travestidos de fazendeiros e grileiros.

Mas também quero parabenizar a TV Senado, já que não vou poder falar a respeito. E concluo, Senador Eduardo Suplicy – V. Ex^a também contribuiu muito –, com uma fala da Irmã Dorothy e do seu irmão David Stang.

Hoje sou ameaçada de morte, publicamente,
por fazendeiros e grileiros de terras públicas. (...).

Tiveram a ousadia de ameaçar-me e pedir a minha expulsão de Anapu, tudo isto só porque clamo por justiça.

Agradeço a Deus estes anos riquíssimos de aprendizagem, amizade com o povo e apaixonada sou pela sinceridade, partilha, hospitalidade, resistência, firmeza e disponibilidade.

Só peço a Deus a Sua graça para continuar nesta caminhada, lutando para que o povo tenha sempre uma vida mais igualitária e que nós aprendamos a respeitar a criação de Deus.

Dorothy Stang

A Irmã Dorothy era uma grande amante da vida e da terra.

Ela nutriu e promoveu toda a vida que ela viu.

Ela estava grávida de muitas idéias, mesmo com seus 73 anos.

Agora que nossa Irmã Dorothy deu seu sangue por vocês, nós aqui somos irmãos e irmãs de sangue.

David Stang

Anapu, 28 de fevereiro de 2005.

Com essas palavras, eu queria agradecer a todos os presentes e dizer que estamos virando uma página da História, e Irmã Dorothy muito contribuiu com isso. O Projeto de Gestão de Florestas vem dar uma resposta muito mais eficaz do que o termo de ajuste de conduta para que se ...

(Interrupção do som.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Senador, eu prometo concluir.

Para que se possa fazer a exploração dos nossos recursos naturais de forma sustentável, para que as nossas florestas continuem florestas e as nossas terras continuem públicas.

Esta é a maior homenagem que podemos prestar não apenas à Irmã Dorothy – eu que sou desse Estado, onde vários já tombaram na luta pelo desenvolvimento sustentável da nossa região –, mas a todos aqueles que continuam lutando, que têm a coragem de enfrentar tantos assassinos travestidos de fazendeiros e de madeireiros. Com certeza estamos dando passos muito importantes para a mudança dessa história.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Ana Júlia Carepa, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senadora Ana Júlia Carepa, esta Presidência cumprimenta V. Ex^a por ter presidido a missão que levou o Senado a acompanhar o funeral e a tomada de providências perante a Justiça no caso do assassinato da Irmã Dorothy Stang. Agradecemos por seu pronunciamento.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado, por cessão do Senador Paulo Paim.

Registro que se comemora, hoje, o aniversário de 10 anos da TV Senado. Encontram-se presentes: o Sr. Fernando Mesquita, idealizador e implementador da TV Senado na gestão do Presidente José Sarney; o Secretário de Comunicação da TV Senado, Armando Rollemberg; o Diretor da TV Senado, James Gama; a Sr^a Marilena Chiarelli; e todos os colaboradores da TV Senado. Cumprimento a todos.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, quero, em primeiro lugar, agradecer ao meu companheiro, irmão de causa, Senador Paulo Paim, por ter me concedido o seu tempo para falar, na tarde de hoje, neste momento de prestar uma homenagem a uma pessoa muito significativa na minha vida, que é a Irmã Dorothy.

Quero saudar aqui o Dr. Joelson Dias, que representa o Conselho Federal da OAB, e também o Dr. Roberto Antonio Busato, representante da OAB do Estado do Pará, que muito nos honra aqui com a sua presença.

Sr^{as} e Srs. Senadores, assisti à preocupação emotiva da Senadora Ana Júlia Carepa, que, muito brilhantemente, tem honrado o Estado do Pará com o mandato de Senadora. Com certeza, hoje, S. Ex^a é uma pessoa nacionalizada, muito bem vista e benquista na nossa Região Amazônica.

Sr. Presidente, falar de uma causa como esta e de uma pessoa com quem não tivemos uma convivência muito próxima é uma coisa até muito fria, mas convivi com a Irmã Dorothy e, portanto, tenho uma certa carga de sentimento ao falar.

Conheci a Irmã Dorothy porque saí do Estado de São Paulo, em janeiro de 1979. Cheguei no Pará e passei os três primeiros anos como militante da juventude da Igreja Católica. Na comunidade onde eu morava, foi criado um sindicato e, não sei por que, simpatizaram comigo e virei o delegado sindical, o representante do sindicato de Uruará, que fica a quase 200 quilômetros a oeste de Altamira. E Anapu, onde morava a Irmã Dorothy, ficava a mais ou menos 150 quilômetros a leste de Altamira.

Em abril ou junho de 1984, depois que me tornei delegado sindical, eclodiu um conflito em Anapu na Fazenda União, que existe até hoje. O fazendeiro expulsou algumas famílias de suas posses nos arredores da fazenda. A Irmã Dorothy iniciou, então, uma campanha de reintegração de posse desse pessoal. Como a nossa comunidade era vista como muito agitada, muito organizada – e eu era o delegado sindical –, ela nos pediu ajuda. Fomos convidados a ir lá para ajudar na reintegração dessa posse. Juntei 70 colegas. Viajamos em um caminhão um dia inteiro para chegar até lá. Chegamos à noite de uma sexta-feira do mês de outubro de 1984. Ficamos a noite inteira, em reuniões ininterruptas, discutindo se deveríamos entrar na área ou não. Na época, uns dentistas práticos estavam saindo da fazenda e nos disseram: não entrem lá porque há muitos pistoleiros e estão armados. Vocês vão ser massacrados. A Irmã Dorothy achava que a confiança que tínhamos em Deus era suficiente para demover o coração dos pistoleiros.

No dia seguinte, sábado, após o café da manhã – a reunião continuava e foi até o meio-dia, com muita conversa: vai ou não vai, desiste, vamos para casa ou não –, entra na área o carro do dirigente do Incra de Altamira. Ele entrou na estradinha, no ramal. Com aquilo, fomos convencidos a entrar na área. Já que o Incra estava lá, entraríamos e teríamos uma conversa com a autoridade que respondia pelo problema.

Qual não foi a nossa surpresa quando o caminhão entrou na estradinha e, a cada 200 metros no meio da mata, apareciam aqueles paus que – dizem – os indígenas marcam quando estão protegendo as suas terras, ou seja, se passar dali, haverá conflito. A cada duzentos metros, mais ou menos, havia aqueles sinais, dois paus cruzados. Após dois quilômetros, encontramos um grande portão, construído com madeira bem forte, e muitos pistoleiros. Havia muitos pistoleiros, não pude contá-los. Eu estava em cima do caminhão, e mais ou menos cem pessoas estavam andando a pé na frente do veículo. Iniciou-se um diálogo entre os líderes da manifestação. Não deixamos a Irmã Dorothy ir, sabíamos do perigo que ela corria. Fiquei em cima do caminhão junto com uma moça que parecia um pouco com ela, responsável por tirar as fotografias do que iria acontecer. Mas não imaginávamos que ocorreria aquilo.

O resultado foi que um dos pistoleiros olhou para o caminhão, viu essa moça, achou que fosse a Irmã Dorothy, sacou de uma pistola e gritou: “Vou matá-la agora”. E atirou. Atirou, e foi uma “bagaceira”.

Depois disso, só sei que corri muito, Sr. Presidente. Pulei daquele caminhão, as balas passavam, vi o vidro do veículo caindo, e o pessoal correndo para dentro do mato. Eu me atirei no assoalho da carroceria e fiquei pensando: “Se for massacre, certamente um outro grupo de pistoleiros virá de lá para cá e pelos lados e não escapará ninguém”. Fiquei esperando o pessoal correr até uma curva da estrada, onde havia uma ladeira. Pensei: “Se passarem dali, escapam”. Quando os primeiros passaram e não houve nada, foi a hora que aproveitei para correr.

No meio do caminho, alguns foram derrubados pelas balas, ajudei a carregar um que estava quase morrendo, espirrando sangue da boca. Foi uma coisa feia. No final, havia dez pessoas muito machucadas de bala, mas ninguém morreu.

Nunca mais tive conhecimento dessa moça, não sei onde anda, mas ela quase morreu no lugar da irmã Dorothy.

Então, de lá para cá, foi realizada essa campanha contra a irmã Dorothy. Eu imaginava que a missionária não passaria daquele ano, porque a raiva por ela era muito grande naquele cenário; os vereadores da cidade, o prefeito, as autoridades em geral tinham um ódio possesso pela irmã Dorothy.

Depois do conflito, quando andava pela cidade, nunca me senti tão constrangido, porque as pessoas nos reconheciam e diziam: "Olha, aquele era um dos..." E ficávamos intimidados. Para fazermos uma reunião do sindicato, éramos obrigados a nos encontrar no meio do mato, tal era a dificuldade que as pessoas tinham em nos receber. E esse foi o tratamento dado à irmã Dorothy. Então eu dizia: ela não vai passar de um ano.

Passados vinte anos, em 12 de fevereiro do ano passado, ocorreu o fato. Pensava que isso não aconteceria mais, porque as pessoas haviam aprendido a conviver com ela. Mesmo havendo ameaças quase diárias a ela e às pessoas que com ela conviviam, houve um relacionamento. Não posso entender até hoje por que chegaram a essa decisão.

A CPI da Terra esteve por lá, ouviu pessoas, assim como a Comissão Externa do Senado. O resultado de todo esse trabalho é que os pistoleiros estão presos, sendo julgados, sendo condenados. A resposta ao crime está sendo dada. Em maior ou em menor velocidade, a ação do Governo Federal chegou àquela área. Hoje, o Incra está regularizando aquela bendita área do conflito, os PDSs, e muitas outras áreas de reforma agrária foram criadas.

Reconheço também, Senador Flexa Ribeiro, a ação do Governo do Pará. Havendo interesse coletivo, resolvem-se os problemas.

Presenciei a aflição de alguns empresários do setor de madeira que foram envolvidos naquele episódio, no meu entendimento, de graça, pagando sem culpa. Ficou a imagem de que os madeireiros eram os responsáveis pela morte da irmã Dorothy, quando não foram exatamente eles, mas um grileiro que se estabeleceu naquela área, o Sr. Bida, que depois confessou a participação de outros grileiros da região.

Sr. Presidente, sinto-me muito feliz por ter participado de uma Comissão que ajudou a dar respostas àquele crime.

Encerro meu pronunciamento, lendo uma poesia que, na verdade, é uma oração escrita por Jelson Oliveira para a irmã Dorothy. Não sei recitar, mas tentarei lê-la:

Pai-nosso dos caudais de Anapu,
E de seus verdes ruídos acima do silêncio,

Onde estavas àquela hora amarga,
Distraído entre os tocaris da mata
Ou chorando ainda o alto Bacuri derrubado?

Onde estavas àquela hora amarga
Em que o tronco bebeu a seiva com pesar

E a dor ressecou os ramos ao redor?
A escuridão vitoriosa percorreu

o cárcere úmido da madeira?
Comprimida de orvalho e divindades
Uma filha da paz caiu sobre os dias
profetiza das regiões elíseas
e distantes

Onde te perdes, ó Pai, pelas manhãs
do tempo.

Tinha a idade brilhante dos rios
e da Cueira solitária das sombras
adulava o perigo das alturas.

Na cuia plural dos olhos,
vagarosa brisa desvelava
estrelas na penumbra
predicando as sentenças
como há muito não se via.

Onde estavas, ó Pai, quando a bala
Atravessou o vento
Retilínea e assassina
Estendendo no mundo
A mais preta das corres?

A doçura daquela mulher
Caída sobre um ombro
Ainda nos assusta e insurge
Encalhada na memória da nação.
Agora enfeitado com cuias e pacurus
Abraçado por arco-íris

Plantado às margens do Anapu
Este mesmo corpo, ó Pai,
Devolve a sacralidade
Às imensas terras da Amazônia
E as tira do esquecimento
Por dentro e fora ...
(Aceita este corpo
E cuida com a ternura
Que todos queríamos, ainda que tarde,
Dedicar-lhe num beijo.)

Sr. Presidente, peço que dê como lido o meu pronunciamento.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR SIBÁ MACHADO.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

IRMÃ DOROTHY VIVE!

Como cheguei ao Pará;
O que vi como morador e agricultor daquele Estado;

Os conflitos que presenciei e mobilizações que participei:

citar conflitos que vivenciei no Pará e em Anapu;

Como conheceu irmã Dorothy e a relação pessoal com a missionária;

A naturalização, em 2003, da irmã como um instrumento para diminuir as hostilidades e as ameaças:

O governo sabia das ameaças, e sabia que agilizando a naturalização facilitaria a atuação dela;

a contribuição do mandato;

as reuniões em Brasília com a irmã Dorothy.

Conclusão: o exemplo da irmã Dorothy, ao contrário do desejo dos grileiros e pistoleiros, só fortalece ainda mais o movimento dos que querem banir de vez esse faroeste caboclo que há década se estabeleceu em partes da Amazônia e ainda têm no Sul do Pará como uma fortaleza.

Medidas para Combater Conflitos Agrários

As medidas já estavam em gestação antes da morte da missionária Dorothy Stang. As oito medidas ambientais (seis decretos, duas leis) estão em vigor. O objetivo das medidas foi conter os conflitos agrários na região Norte do país e a exploração irregular em florestas.

As medidas foram complementadas com a aprovação, nesta semana, do projeto de lei que *dispõe sobre a gestão de florestas públicas*. A proposição estabelece regras para uso sustentável das matas brasileiras.

Cinco unidades de preservação ambiental anunciadas estão sob proteção da União. São elas:

a Estação Ecológica da Terra do Meio e o Parque Nacional da Serra do Pardo, ambos no Pará, localizados na região onde a missionária Dorothy Stang foi morta. Antiga reivindicação de ambientalistas e de Dorothy Stang;

a Reserva Extrativista do Riozinho da Liberdade, no Acre;

a Floresta Nacional de Balata-Tufari, no Amazonas; e,

a Floresta Nacional de Anauá, em Roraima.

Importante lembrar que conforme matérias aprovada pelo Congresso, fruto das medidas, fica permitido ao poder público decretar interdições ao exercício de atividades causadoras de degradação ambiental em áreas passíveis de se tornarem unidades de conservação por seis meses, prorrogáveis por um período de até seis meses.

Sobre Irmã Dorothy

1. Em 1984, com 26 anos de idade, o então desempregado Sibá Machado deixou São Paulo para encontrar-se com o pai, Francisco Odorico de Oliveira, um dos agricultores assentados pelo Instituto Nacional

de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no recém-criado assentamento de Anapu. No primeiro confronto entre colonos e o proprietário da Fazenda União, ele se tornou amigo de irmã Dorothy. No enfrentamento, 10 pessoas foram feridas à bala por pistoleiros da fazenda e alguns ficaram perdidos por três dias nas matas da região.

2. Na tribuna do Senado, Sibá relembrou, com lágrimas, parte dessa história de uma “terra de ninguém”. A missionária Dorothy Stang chegou a Anapu em 1982. Só não foi assassinada no dia do primeiro confronto com os pistoleiros porque os colonos a convenceram a ficar num local mais afastado. O senador lembrou que outra mulher, responsável pelos registros fotográficos do conflito, foi uma das primeiras vítimas das balas dos pistoleiros, por parecer-se muito com Dorothy Stang. A indignação de Sibá Machado não é apenas pela morte da missionária mas, principalmente, por uma situação que “teima em não mudar” naquela região.

O senador esteve em Anapu em 2004 e, numa conversa com a irmã Dorothy e colonos, constatou que 20 anos após ter deixado a região a situação dos assentados havia piorado. “Está na hora de colocar esses assassinos na cadeia e separar quem é bandido e quem é empresário”, afirmou o senador com a voz embargada, sem conseguir segurar as lágrimas. Mais tarde, já refeito, ele ressaltou que “muitos madeiros e agricultores que vivem honestamente na região pagam pela bandidagem de grileiros que posam de empresários”.

O que disse irmã Dorothy pouco antes de morrer

A senhora tem sofrido ameaças de morte por incentivar outras pessoas na luta pela terra combatendo o latifúndio?

Sim. Ameaça de morte não só a mim, mas também as outras lideranças e a expulsão de posseiros das terras são freqüentes, conforme foi constatado pelo desembargador Gercino José da Silva, Ouvidor Agrário Nacional, na audiência pública, realizada no dia 26 de setembro de 2003, em Anapu. Hoje sou ameaçada de morte, publicamente, por fazendeiros e grileiros de terras públicas, como foi visto por todos que presenciaram a Conferência Popular realizada em Altamira, onde estava presente também o ministro do Desenvolvimento Agrário e tantas outras autoridades. Mesmo assim, tiveram a ousadia de ameaçar-me e pedir a minha expulsão de Anapu, tudo isto só porque clamo por justiça. Agradeço a Deus estes anos riquíssimos de aprendizagem, amizade com o povo e apaixonada sou pela sinceridade, partilha, hospitalidade, resistência, firmeza e disponibilidade. Só peço a Deus a Sua graça para continuar nesta caminhada, lutando para que

o povo tenha sempre uma vida mais igualitária e que nós aprendamos a respeitar a criação de Deus.

Poesia de JELSON OLIVEIRA

ORAÇÃO PARA IRMÃ DOROTHY

Pai-Nosso dos caudais de Anapu,
E de seus verdes ruídos acima do silêncio,

Onde estavas àquela hora amarga,
Distraído entre os tocaris da mata
Ou chorando ainda o alto Bacuri derrubado?

Onde estavas àquela hora amarga
Em que o tronco bebeu a seiva com pesar

E a dor ressecou os ramos ao redor?

A escuridão vitoriosa percorreu
o cárcere úmido da madeira?
Comprimida de orvalho e divindades
Uma filha da paz caiu sobre os dias
profetiza das regiões elíseas
e distantes

Onde te perdes, ó Pai, pelas manhãs
do tempo.

Tinha a idade brilhante dos rios
e da Cueira solitária das sombras
adulava o perigo das alturas.

Na cuia plural dos olhos,
vagarosa brisa desvelava
estrelas na penumbra
predicando as sentenças
como há muito não se via.

Onde estavas, ó Pai quando a bala
Atravessou o vento
Retilínea e assassina
Estendendo no mundo
A mais preta das cores?

A doçura daquela mulher
Caída sobre um ombro
Ainda nos assusta e insurge
Encalhada na memória da nação.
Agora enfeitado com cuias e pacurus
Abraçado por arco-íris

Plantado às margens do Anapu
Este mesmo corpo, ó Pai,
Devolve a sacralidade
Às imensas terras da Amazônia
E as tira do esquecimento
Por dentro e fora...
(Aceita este corpo
E cuida com a ternura

Que todos queríamos, ainda que tarde,
Dedicar-lhe num beijo.)

AGENDA POSITIVA DO MDA E DO INCRA AGRICULTURA FAMILIAR

No atual governo, a agricultura familiar já representa mais de 10% do PIB nacional. Os recursos aplicados através do Plano Safra mais do que triplicaram. Não podia ser diferente: este setor gera 77% dos empregos no campo.

O setor é responsável por 60% dos alimentos que chegam à nossa mesa.

Dos 4,8 milhões de estabelecimentos rurais brasileiros, 4,1 milhões são familiares.

MAIOR CRÉDITO DA HISTÓRIA

Desde 2003, o Plano Safra tem tido um aumento contínuo e expressivo nos recursos disponíveis para financiar os produtores. Pelo terceiro ano-safra consecutivo, o Plano destinou um volume recorde de créditos aos agricultores familiares e aos assentados da reforma agrária.

Os recursos subiram quase quatro vezes: dos R\$2,3 bilhões liberados em 2002-2003, pra 9 bilhões disponibilizados em 2005-2006.

Reforma Agrária

ONZE MILHÕES DE HECTARES PARA ASSENTAMENTOS

Em dois anos e meio, 1.015 projetos de assentamento foram implantados em cerca de onze milhões de hectares espalhados pelo País. É um território maior do que Portugal.

De janeiro de 2003 a agosto de 2005, foram publicados 799 decretos desapropriatórios, que correspondem a uma área superior a 1,7 milhão de hectares.

No período, o MDA e o Incra investiram mais de R\$2,1 bilhões para a obtenção de terras. Isso acontece por meio de decretos de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, operações de compra e destinação de terras públicas.

De janeiro de 2003 a outubro de 2005, o Incra assentou um total de 185 mil famílias em todo o Brasil. Contando apenas as áreas adquiridas e já pagas em 2005, já há terras para assentar 82 mil famílias. Outras 20,2 mil famílias aguardam apenas a regularização dos documentos para serem oficializadas como beneficiárias da reforma agrária. Os assentamentos onde vão viver e trabalhar já foram criados.

POR QUE É IMPORTANTE DISTRIBUIR A TERRA?

Distribuição de terra não é apenas uma questão de justiça social. É também condição necessária para a retomada do desenvolvimento econômico com distribuição de renda e para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. A democratização da estrutura

fundiária promove a geração de mais empregos e a ocupação equilibrada do território. Garante ainda a segurança alimentar, a preservação de tradições culturais e do meio ambiente, impulsiona a economia local e o desenvolvimento regional.

FORTALECIMENTO DO MDA E DO INCRA

Ferramenta fundamental para a política de descontração fundiária, o Incra passa por uma forte reestruturação após enfrentar um longo processo de desmonte. O primeiro passo foi a realização, depois de muitos anos, de um concurso público para contratação de servidores. Foram preenchidas quase 500 vagas.

Outro concurso para seleção de 1,3 mil funcionários será realizado ainda em 2005. Foi instituído ainda um plano de carreira com aumento salarial.

Ao longo de 35 anos, o Incra assentou cerca de 670 mil famílias. Desse total, 185 mil foram assentadas nos últimos 34 meses.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – De acordo com o Regimento, a solicitação de V. Ex^a será atendida.

Senador Efraim Moraes, peço a gentileza de presidir a sessão, uma vez que sou o próximo orador.

O Sr. Eduardo Suplicy, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Dando continuidade à sessão de homenagem à missionária Dorothy Stang, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy por dez minutos.

Logo em seguida, faremos a homenagem à TV Senado pelo transcurso dos dez anos de sua criação.

V. Ex^a tem a palavra, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero somar-me à voz da Senadora Ana Júlia Carepa, do Senador Sibá Machado e do Presidente Renan Calheiros nesta homenagem à irmã Dorothy Stang, que saiu dos Estados Unidos para o Brasil, escolhendo um lugar onde pudesse ser solidária aos mais pobres dentre os pobres.

Primeiramente, estive no Maranhão; depois, foi para o Pará. No Município de Anapu, procurou ser solidária aos trabalhadores rurais, que tinham enorme vontade de trabalhar na terra, na floresta, com a preocupação de compatibilizar – como era também a vontade de Chico Mendes – o aproveitamento das riquezas da floresta amazônica, de suas águas, de seus rios, procurando trazer à luz as soluções que pudessem conciliar os ideais de solidariedade e de justiça.

Estive na missa de corpo presente da irmã Dorothy Stang, celebrada por Dom Erwin Kräutler, Bispo

da prelazia de Xingu, quando ele afirmou que a Irmã Dorothy foi assassinada por aqueles que querem a Amazônia para si e que querem explorá-la sem trégua. Fui testemunha também dos depoimentos dos sacerdotes e das irmãs da sua Congregação de Notre Dame, como de dezenas de trabalhadores rurais que, um a um, ali, disseram a respeito da coragem, da firmeza e da alegria de viver da freira americana que se tornou brasileira.

A missionária Júlia Depweg, que escolheu o mesmo caminho, afirmou, naquele dia, que Dorothy não seria sepultada, mas que seria plantada, porque era uma semente. A própria Irmã Dorothy havia dito que, quando morresse, gostaria de ser enterrada ali mesmo e havia pedido que pudesse ser plantada uma árvore de mogno de que ela própria vinha cuidando.

Em verdade, quando suas amigas, companheiras e companheiros, disseram isso, podemos testemunhar que aquela semente – a Irmã Dorothy – já vem resultando em frutos importantes, seja no que diz respeito ao trabalho da Justiça, que já deu os primeiros passos no julgamento daqueles que a assassinaram, seja com respeito às medidas que o Governo brasileiro – o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Meio Ambiente, o Ministro Miguel Rosseto e a Ministra Marina Silva, e o próprio Presidente Lula – resolveu adotar para levar adiante os propósitos de assentamento, com preocupação com a sobrevivência daquelas famílias de agricultores e de trabalhadores da floresta para assegurar-lhes dignidade.

Pudemos observar, naquela missa, que as pessoas usavam camisetas com a frase: “O Xingu não fala, mas, se falasse, pediria para não ser destruído”. Essa era também uma das principais preocupações da Irmã Dorothy, ou seja, a preocupação com os rios da floresta amazônica.

Cumprimento também, Sr. Presidente, todos aqueles que iniciaram e continuam o trabalho da TV Senado, os Presidentes José Sarney, Ramez Tebet e Renan Calheiros, bem como seus Diretores e servidores aqui presentes. Saúdo a decisão de levar a TV Senado a todos os lares brasileiros como uma TV aberta, o que, certamente, proporcionará ao povo brasileiro um conhecimento muito mais próximo daquilo que os representantes do povo fazem aqui no Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – A Presidência agradece aos convidados que nos honram com suas presenças na homenagem à missionária Dorothy Stang.

A seguir, dando prosseguimento à segunda parte desta sessão, passamos a homenagear a TV Senado, pelo transcurso dos seus dez anos de criação.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Sarney, por permuta com o Senador César Borges, que será o próximo orador.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com muita satisfação e com muita honra.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB) – Em seguida, falará V. Ex^a, Senador César Borges.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cumprimento – e estão presentes aqui no Senado – alguns dos que trabalharam e trabalham na TV Senado: Armando Rollemberg, o atual Diretor da Secretaria Especial de Comunicação (SECS); Heleval Rios, Diretor-Adjunto da SECS; James Gama, Diretor da TV Senado; Marilena Chiarelli, que foi a primeira Diretora da TV Senado e que muito contribuiu, com sua competência, para sua implantação; Fernando César Mesquita, que é um nome extremamente importante na história da TV Senado, porque, sem dúvida, foi o braço forte e o grande auxiliar que tive ao meu lado, para que pudéssemos tornar realidade esse órgão de divulgação da nossa Casa. Finalmente, quero cumprimentar o Sr. Joelson Dias, representante da OAB.

A TV Senado não surgiu como se fosse apenas destinada a ser um instrumento de divulgação dos trabalhos do Senado. Ela fez e faz parte de um projeto muito maior. Esse projeto estava inserido naquilo que pensávamos ser a crise da democracia representativa, que atinge todos os Paramentos, no mundo inteiro.

Os Paramentos, constituídos, de eleição em eleição, periodicamente, por Parlamentares investidos na delegação da vontade popular, passaram a ser confrontados numa sociedade de comunicação com uma pergunta diária: quem representa o povo, os Paramentos ou a opinião pública, por meio da mídia que se expande em todos os segmentos da sociedade e hoje de maneira dominante?

Todos nós, hoje, achamos que, no futuro, naturalmente, haverão outras maneiras de fortificar a democracia representativa; já estamos sentindo, de alguma forma, os caminhos até de uma democracia direta. Diante desse fato e dessa constatação, que hoje faz parte da discussão dos cientistas políticos do mundo inteiro, precisávamos, para prestígio do Parlamento, para fortificar as instituições democráticas, de instrumentos que dessem às Casas parlamentares – e principalmente ao Senado, naquele tempo – condições de oferecer à opinião pública a visão diária dos nossos trabalhos, do que aqui se faz, do que aqui praticamos, de qual é a nossa função, de que nos ocupamos, de qual é a utilidade do Parlamento, do que ele significa para a democracia e para o povo.

Daí, nós, em companhia dessa equipe a que aqui me referi, tendo à frente o Fernando César, começamos a estabelecer uma série de instrumentos que dessem condições à nossa Casa de participar da mídia do País.

O primeiro instrumento que criamos foi a Agência Senado, encarregada de produzir notícias, de acompanhar nossos trabalhos e de colocar à disposição de todos os veículos de comunicação do Brasil o que aqui fazíamos diariamente. De tal maneira essa providência foi importante que, já no primeiro ano, houve cerca de 500 mil acessos à nossa agência de notícias, que passou a mostrar, em todos os jornais do País, a nossa versão da atividade do Senado Federal.

Em seguida, Sr. Presidente, criamos o **Jornal do Senado**, que, na primeira fase, era praticamente destinado a informar os Senadores e os funcionários; era mais um boletim, vamos dizer assim, do que aqui se processava. Basta ver a tiragem inicial do **Jornal do Senado**, que era de 1.500 exemplares. Hoje, o **Jornal do Senado** atinge o Brasil inteiro, e a nossa edição diária é de cerca de 50 mil exemplares. Se pensarmos nesse número e o multiplicarmos pelas pessoas que lêem o **Jornal do Senado**, vamos verificar que atingimos hoje boa parte da população por meio desse instrumento de divulgação.

Em terceiro lugar, partimos para um instrumento mais importante e mais complexo, com a criação da televisão. Estávamos em um terreno absolutamente novo, porque, no Brasil, não tínhamos nenhuma experiência de TV pública destinada a um determinado órgão. Então, a primeira providência tomada foi a ida do Jornalista Fernando César aos Estados Unidos para verificar o funcionamento da televisão do Congresso americano. Depois da sua volta ao Brasil – ele já tinha a formulação desse projeto –, reunimos técnicos e iniciamos uma fase de planejamento, de recrutamento, de treinamento de pessoal, de compra de equipamentos, enfim, e começamos a colocar o nosso sinal.

Não foi fácil. No princípio, o projeto foi interpretado – e, aqui mesmo, dentro da nossa Casa, houve algumas manifestações neste sentido – como algo que apenas representava, de certo modo, a vaidade do Senado Federal, dos Senadores em aparecer. Alguns setores da imprensa também censuraram, diziam que não podíamos invadir uma área privada e que também não era importante para a função da nossa Casa que tivéssemos um instrumento dessa natureza. Mas foi tão forte a utilidade da TV Senado, foi tão forte a maneira competente com que ela se apresentou que dentro de pouco tempo nas redações dos jornais a TV Senado pautava os trabalhos do Poder Legislativo, ela passava

a ser um grande núcleo de informação do País, das pessoas e mesmo dos meios de comunicação.

Aquele tempo, começamos a pensar no primeiro *slogan* que devíamos colocar na televisão, e lembro que a minha primeira sugestão foi esta: “Fiscalize o Senado”. Era para dar ao público a certeza de que esse instrumento não era um instrumento do Senado, mas do povo brasileiro.

Assim, quero comemorar esses dez anos, dizendo que a TV Senado não é uma conquista do Senado Federal, mas do povo brasileiro, porque, por meio da TV Senado, o povo brasileiro passou a ser informado do que ocorre no Parlamento, passou a acompanhar os debates, passou a fiscalizar mais profundamente os seus representantes, de tal modo que importou a melhoria dos nossos trabalhos, porque todos os Senadores, todos os membros das nossas Comissões têm consciência de que tudo o que aqui se faz está sendo acompanhado, ouvido e visto por milhões e milhões de brasileiros.

Foi tão importante a experiência da TV Senado que, a partir daí, muitos outros órgãos públicos passaram também a implantar a suas TVs como um instrumento de divulgação: o Supremo Tribunal Federal, as Assembleias Legislativas, a Câmara Federal, enfim, o nosso exemplo frutificou. Mas a TV Senado continua sendo aquela árvore frondosa e mestra na qual todos encontraram aquela sombra com a qual foi possível realizar os outros trabalhos.

Quero dizer também que não parou aí, porque, depois, a nossa equipe implantou a Rádio Senado. E, hoje, podemos dizer que esse trabalho foi continuado durante a Presidência do Senador Antonio Carlos, que muito o desenvolveu com a compra e a melhoria dos equipamentos, a melhoria da nossa produção e com as concessões que foram obtidas durante a sua gestão, para que a TV Senado pudesse chegar a muitos Municípios conveniados com o Senado.

Quero lembrar também que, à época da minha gestão, o Secretário da Mesa era o Senador Renan Calheiros, que foi encarregado do projeto de modernização da Casa com a Fundação Getúlio Vargas. S. Ex^a fazia parte do nosso braço e acompanhou de perto esse trabalho. Agora, está dando todo o apoio, desejando modificar e implantar novos instrumentos que possibilitem à TV Senado melhorar cada vez mais o seu trabalho, incluindo as concessões que S. Ex^a já obteve para o canal aberto em várias capitais do nosso País.

Quero ressaltar também que, na minha segunda gestão à frente desta Casa, ampliamos o setor de comunicação e de mídia com o 0800, para que a população pudesse ter acesso direto e em tempo real aos

trabalhos da Casa, possibilitando ao Senado analisar, por meio de pesquisas das opiniões que recebemos, o andamento dos nossos trabalhos.

Ressalto, também, a ajuda que obtive durante aquele tempo do Armando Rollemberg, que foi meu Diretor de Comunicação e que continua até hoje prestando serviços à TV Senado.

Com estas palavras, Sr. Presidente, considero que essa não é uma conquista do Senado, é uma conquista do povo brasileiro. E não seria somente uma decisão nossa, da Casa, das Mesas da Casa que tornaria esse projeto realizado. Era necessário que tivéssemos uma excelente equipe, como tivemos. E aí ressalto de novo, pelo pioneirismo, a figura de Fernando César; e relembro Marilena Chiarelli – já o fiz no programa de televisão – e todos aqueles que participaram do nosso projeto no princípio, quando demos os primeiros passos. Repito o nosso agradecimento a Armando Rollemberg pelo trabalho e pelo apoio que ele tem dado – e continua dando – à TV Senado e aos instrumentos de comunicação do Senado Federal.

Já estou no fim do meu tempo, mas ouço nossa querida Senadora Ana Júlia.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador. Não vou usar da palavra, não estou inscrita, até porque estava inscrita para a outra sessão especial, mas quero registrar os parabéns a V. Ex^a e a todos os Presidentes do Senado por essa visão democrática, inclusive muitas vezes mais democrática do que a de muitos setores da imprensa. Pelo menos nesta televisão as pessoas, a sociedade tem acesso a visões diferenciadas. Em alguns setores da imprensa, a sociedade tem acesso a apenas uma parte, a apenas um lado da história – ou, pelo menos, com muito mais ênfase, a apenas um lado. Então, quero parabenizar V. Ex^a, mas quero também neste momento parabenizar, pelos dez anos da TV Senado, os funcionários, os profissionais que fazem a TV Senado, e a fazem de forma democrática. Creio que damos uma lição, com certeza, para o País, porque digo que muitas vezes a campanha que se faz contra vários Parlamentares e contra o Congresso Nacional tem um tom de autoritarismo que, realmente, é lamentável, mas tenho certeza de que a sociedade brasileira sabe perceber a importância da democracia e do Congresso Nacional. Parabéns à TV Senado, que presta um serviço à sociedade. Ela não é uma conquista do Senado, Senador José Sarney, mas da sociedade brasileira e da democracia.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Muito obrigado, Senadora Ana Júlia. V. Ex^a enriquece as palavras que estou proferindo sobre os 10 anos da TV Senado. De seu aparte, recolho também a inspiração para focalizar um ponto importante da TV Senado, que

foi básico desde o princípio: o controle de qualidade e de isenção que, desde os primeiros momentos, se estabeleceu.

Não é fácil, numa Casa pluralista, numa Casa de opiniões divergentes, numa Casa legislativa, manter-se um órgão de divulgação que seja equilibrado, em que todos tenham a mesma participação, sem que ninguém pense que se está privilegiando este ou aquele setor, este ou aquele segmento da Casa, este assunto ou aquele outro. A TV Senado, desde o princípio – esse foi um ponto fundamental –, primou pela isenção e procurou estar exclusivamente a serviço do Senado Federal e do seu noticiário, de tal modo que até hoje, após 10 anos, eu não testemunhei, e acredito que ninguém aqui testemunhou, uma reclamação a respeito da isenção da nossa televisão em relação à cobertura dos nossos trabalhos. Isso mostra como se pode construir um veículo com condições de proceder dessa maneira, com essa importância e com essa qualidade. Esse é o grande exemplo que damos ao País e às outras televisões que estão tratando de problemas dos seus respectivos setores.

Estendo esta celebração a todos os que fazem a TV Senado, que trabalham em seus diversos setores, a todos que sempre trabalharam nela, e faço-o não como alguém que participou de sua fundação, mas como Senador, talvez o mais antigo desta Casa. Agradeço a todos pelo trabalho, pela contribuição que têm dado ao Poder Legislativo, assim colaborando para que a democracia seja mais forte e se aprofunde cada vez mais em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, do PFL da Bahia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no momento em que o Senado Federal comemora – e o faz muito bem – os 10 anos da iniciativa, extremamente importante para a cidadania brasileira, de implantação da TV Senado, saúdo todos os que fazem essa televisão, todos os que estão aqui, que são nossos companheiros e nos ajudam a mostrar ao Brasil que esta é uma Casa importante para a vida nacional e, principalmente, para a democracia. Cito o nome de Armando Rollemberg, Diretor da Secretaria Especial de Comunicação do Senado Federal; Helival Rios, Diretor-Adjunto da Secretaria Especial de Comunicação do Senado Federal; James Gama, Diretor da TV Senado; Fernando César Mesquita, prezado amigo e jornalista; Marilena Chiarelli, também jornalista; e Joelson Dias, representante da OAB e da Seccional do Pará, aqui presente.

Sr. Presidente, alguns Senadores já destacaram a trajetória da TV Senado que, como foi bem historiado pelo Presidente José Sarney, entrou no ar em 05 de fevereiro de 1996, dando seguimento a uma determinação extremamente criativa e visionária de S. Ex^a, esse homem público que já marcou a vida nacional como ex-Presidente do nosso País e ex-Presidente desta Casa por duas vezes.

Eu perguntaria: que importância teria mesmo a TV Senado? Afinal, é mais uma tevê, talvez até menos atrativa para o grande público porque não tem enlatados e programas de auditório. Porém, a resposta vem em seguida: não há sociedade democrática sem acesso à informação. Não há sociedade em que a cidadania se forme sem que o conhecimento esteja plenamente difundido entre todos os cidadãos, de todas as classes. Não é à toa que a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em convenção de 1985, assinalou que a liberdade de expressão se associa ao direito de informação; que a liberdade de expressão só pode ser exercida na medida em que exista o direito à informação.

Assistir à TV Senado é ter acesso livre à vida legislativa desta Casa. É ter acesso direto à vida parlamentar, um acesso sem edição, porque quase sempre a TV Senado está transmitindo em tempo real. São informações que se complementam com as da Rádio Senado, da Agência Senado e do Alô Senado, que formam, na verdade, um sistema de comunicação que permite ao cidadão acompanhar e influenciar a vida legislativa do nosso País.

Vivemos, hoje, a era da sociedade informacional, da sociedade do conhecimento, na qual a circulação de notícias e de informações cada vez mais se acelera e se descentraliza. Essa descentralização, graças à tecnologia, gera vários pólos de disseminação de informações. Nesta sociedade, o cidadão deixa de depender de uma única mídia para obter informação, o que permite que tenha acesso direto à notícia, como ocorre quando liga a TV Senado.

Decisões importantes, a partir da criação da TV Senado, passaram a ter acompanhamento integral. Foi o que aconteceu durante a transmissão de mais de 20 horas ininterruptas da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em que se votou a Reforma da Previdência, tão polêmica, entre os dias 24 e 25 de setembro de 2003.

Mais importante ainda, a meu ver, é que nosso cotidiano legislativo é acompanhado **pari passu**, com naturalidade, no seu dia-a-dia, aproximando o poder do cidadão.

A TV Senado, assim, é parte dessa sociedade informacional na qual o Brasil também se insere cada vez mais. Por consequência, sua implantação precisa

ser comemorada, sobretudo pelo modo como foi montada sua estratégia de veicular tudo do Senado, sem a menor reserva.

Estão de parabéns, portanto, o Presidente José Sarney, seu criador; o seu sucessor imediato na Presidência do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, que consolidou e ampliou a TV Senado, uma emissora que continua se desenvolvendo até hoje; o ex-Presidente Ramez Tebet, que já fez aqui sua homenagem; e hoje, pelo apoio integral, o Presidente Renan Calheiros.

Estão de parabéns todos os que fazem essa TV: jornalistas, técnicos e administradores, que a implantaram e a mantêm em funcionamento.

É um trabalho de excelência, reconhecido por todos os brasileiros.

Nós, Senadores, sentimos o reflexo do trabalho feito pela TV Senado quando estamos em nossas bases, porque tudo o que falamos, todas as nossas participações nesta Casa são ressaltadas por aqueles que nos elegeram, que nos acompanham. Muitas vezes, para minha surpresa, acompanham a TV Senado com tamanha assiduidade que me causa admiração, ao ver que a TV Senado tem penetrado nos lares dos cidadãos brasileiros, levando a nossa palavra, onde a nossa ação é vista, ouvida e comentada.

Portanto, fico muito satisfeito quando verifico que um grande passo será dado em breve pela TV Senado com a liberação do sinal aberto em UHF para 12 capitais brasileiras, inclusive a do meu Estado, Salvador, com o Canal 53. Pouco a pouco, tenho certeza, outras capitais de grandes cidades serão integradas a esta grande rede de comunicação, que é a TV Senado.

Sr. Presidente, se os números atuais já são grandes, ficarão ainda maiores. De fato, três milhões de famílias, hoje, podem assistir à TV Senado por meio de tevê a cabo, e mais oito milhões por intermédio de antena parabólica. Brasileiros, em qualquer lugar do mundo, também assistem à TV Senado pela Internet.

Este modelo de tevê legislativa, para a satisfação da cidadania brasileira, difunde-se cada vez mais para os Estados e cidades do nosso País. Mais e mais brasileiros têm acesso aos debates legislativos em todos os Entes Federativos. Isso, sem dúvida, é um grande e bom sinal.

Quando o autoritarismo quer limitar a democracia, é o Legislativo quem primeiro precisa ser calado. De modo contrário, quando vemos o Legislativo entrando em todos os lares de forma aberta, livre, levando os grandes debates da Nação a todas as salas, seja nas dos ricos como nas dos pobres, é porque a democracia fica cada vez mais forte em nosso País.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, funcionários da TV Senado que assistem à esta sessão, de início achei que poderia ser extremamente difícil uma sessão em que se homenagearia, aqui, a Irmã Dorothy e a TV Senado. Mas, no desenrolar das falas dos companheiros Senadores, fui vendo que um fato tinha tudo a ver com o outro. Creio que o que aconteceu com a Irmã Dorothy foi a notícia que a TV Senado menos prazer teve em divulgar.

O papel da televisão em tempo real, acompanhando não só a vida dos Parlamentares, mas também aproximando o Brasil do Congresso Nacional, tem feito muito bem à democracia brasileira, Sr. Presidente. Quero crer até que, aqui e acolá, possa fazer mal a um Parlamentar, por um motivo ou por outro, mas faz bem ao Brasil. A transparência das ações, a exposição a que ficam submetidos todos aqueles que têm acesso a um microfone do Parlamento faz com que se tenha mais cautela e cuidado na atuação Parlamentar.

Ao longo desses dez anos, Sr. Presidente, vimos duas mudanças na atividade de cada uma das Sr^{as} e dos Srs. Senadores que se submetem às lentes da TV Senado – e também na das Sr^{as} e dos Srs. Deputados, que passam pelo mesmo processo, com a TV Câmara, mais nova do que a homenageada hoje –, tanto no campo externo quanto no interno as palavras são medidas, os fatos são pensados, os discursos, embora mais longos, são feitos de maneira mais cuidadosa, porque sabem que naquele mesmo instante o Brasil todo lhe assiste. E no campo estético, o cuidado com a combinação das cores. Antigamente, meu caro Fernando César Mesquita – um dos fundadores desta televisão –, nós não tínhamos nenhum cuidado com a combinação das cores. Hoje é comum o Parlamentar, por mais displicente que seja, procurar usar uma roupa que se adapte ao que a televisão vai mostrar, uma gravata que não destoe. Aliás, nós tivemos, Marilena Chiarelli, no Senado, em dois momentos, processos semelhantes da preocupação estética: a primeira foi quando veio, de maneira inesperada, para esta Casa, a Senadora Eunice Michilles, a primeira mulher a ocupar uma Cadeira no Senado da República. O Senado estava tão despreparado para aquele fato que sequer banheiro feminino tinha nas proximidades do Plenário. E os Senadores – dos contemporâneos desse fato, Alberto Silva, com certeza, estava aqui, não sei se S. Ex^a se contaminou pelo que eu vou dizer – ao verem aquela amazonense loura, bonita, começaram

a correr às lojas de Brasília e, pela primeira vez, demonstraram preocupação, só que individual; o fato da TV Senado, não.

Mas não é exatamente sobre isso que eu quero falar e sim da importância que esta TV representa para o brasileiro no acompanhamento das CPIs, na divulgação dos fatos em tempo real e, acima de tudo, na possibilidade da fiscalização passo a passo, hora a hora daquele que, pelo voto livre e espontâneo, nos mandou para cá. Hoje, fiscalizar a atuação do Parlamentar não é mais uma tarefa difícil. Fiscalizar o que o Parlamentar faz, o que diz, o que pensa e como se comporta virou entretenimento de muitos. Tenho a impressão de que os senhores, que fazem a TV Senado, ainda não se deram ao luxo de examinar o quanto têm ajudado aos que sofrem de insônia no Brasil. Tenho essa curiosidade, porque é muito comum eu encontrar, perdido pelo Brasil afora, cidadãos que cruzam comigo em *shopping center*, em avião e contam-me fatos que aconteceram e dos quais participei, ora provocando a Ideli, ora não. Sabem dos mínimos detalhes e dizem: “Ouvi isso às tantas horas da madrugada”. E sempre pergunto e 99% dos casos são dos que sofrem de insônia. Adicionalmente, além da notícia, os senhores podem passar, a partir de hoje, a ter este consolo: preencher o tempo dos que sofrem dessa terrível e incurável doença.

Nestes dez anos, Sr. Presidente, é muito fácil ver o quanto melhorou a relação do povo com seus representantes. É muito fácil ver quanto mais difícil ficou desestabilizar a democracia. Vivemos, há um ano, Sr. Presidente, um processo de grave crise neste País, com as instituições sofrendo uma devassa em suas vísceras, mas, em nenhum momento, falou-se em fechamento, em golpe. Jamais se falou, durante todo este período, em desestabilização de poder, que, hoje, é fiscalizado, vigiado e mostrado ao Brasil 24 horas por dia.

A modernização das comunicações acabou também, meu caro Senador Alberto Silva, com a figura do coronel. O que era o coronel político tempos atrás? Era o detentor da notícia, da verdade, que sabia, geralmente por intermédio de seu representante, primeiro no Rio, depois em Brasília, que lhe passava, com exclusividade, o que acontecia. Muitas vezes verdade, mas, na maioria, mentira. O coronel, à boca da noite, sentava-se com os seus liderados, meu caro Crivella, a contar histórias, e não muito raro aos do seu bem-querer, os mais próximos, lhe passavam por debaixo da mesa nomeações no **Diário Oficial**.

A verdade só chegava ao Município distante por meio dos que tinham acesso à cadeira na grande roda do coronel político. Hoje, não. Quantas e quantas vezes já fui corrigido, lá no distante interior do Piauí, por fatos

que penso eu terem acontecido de uma maneira, e o cidadão me corrige e me desconcerta, dizendo: “Não foi assim. Foi assado. Eu vi na TV Senado”. No dia seguinte, venho e confiro: é verdade.

Daí por que, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considero da maior justiça esta homenagem que se presta hoje a esse novo braço criado pela luta inicial do Senador José Sarney, continuada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães e por todos aqueles que os sucederam.

Por isso mesmo, nós, da Bancada do Piauí, estamos lutando, como os demais Estados, para a instalação da nossa televisão legislativa, a fim de que esse mesmo processo ocorra também nas Assembléias Estaduais.

Creio que a devassidão da vida do homem público teve seus limites. Atualmente, estamos assistindo a uma minissérie que mostra exatamente o que quero dizer. O homem público, de dez anos para cá, tem a obrigação de ter mais cuidado, inclusive com as suas atitudes comportamentais fora do âmbito do Parlamento.

Essa fiscalização, Sr. Presidente, é fundamental, pois tem evitado que aborrecimentos maiores ocorram em nossas atividades.

Portanto, despeço-me, congratulando-me com todos os que aqui estão participando deste ato, lamentando e solidarizando-me também com aqueles que aqui homenagearam a extraordinária figura da Irmã Dorothy.

Só quero lembrar uma coisa. Quando as comunicações não eram rápidas como são hoje, dezenas de assassinatos aconteciam pelo Brasil afora. As notícias, quando chegavam, já eram notícias envelhecidas. O direito de gritar, o direito de defender os que se foram, sem nenhuma justificativa, vítimas da violência... A impunidade naqueles casos estimulava as repetições.

Lembro-me de que a própria TV Senado, logo que se deu o fato, acompanhou um grupo de Parlamentares, um grupo de Senadores que foi ao Pará e de lá remeteu, para o Brasil inteiro, os acontecimentos recentes relacionados ao fato. Que essa semente plantada de vigilância e de fiscalização, Sr. Presidente, seja exatamente a nossa guardiã e a nossa protetora.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao Senador Juvêncio da Fonseca, do PSDB do Mato Grosso do Sul.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, Senador.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS.
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, repre-

sentantes da TV Senado aqui presente, somos o que somos e o que a TV Senado mostra. Esse é um fator democrático importantíssimo. A TV Senado, inclusive, direciona o nosso trabalho no sentido do aperfeiçoamento da nossa atividade, porque, se não fôssemos fiscalizados por essa lente constante em nossa atividade, talvez relaxássemos e fôssemos mais negligentes, muito negligentes.

Parabéns ao Presidente José Sarney, aos demais Presidentes que o sucederam e ao Presidente Renan Calheiros, que está expandindo a TV Senado para uma TV aberta que alcance todo o Território Nacional. Eu, que sou da fronteira da Bolívia e do Paraguai, no Pantanal Sul-Mato-Grossense, sei o quão importante é a chegada da TV Senado a todos os recantos por onde passamos. E a TV Senado, permitam-me aqui as Srs. e os Srs. Senadores dizer o seguinte, levanta ou faz cair a imagem do Senado. Mas, para que se levante a imagem do Senado, coisa que estamos fazendo já há algum tempo, é preciso que a nossa atividade seja mais qualificada, que falemos a linguagem que o povo quer ouvir, pois, quando o fazemos, a TV Senado leva essa linguagem ao povo. Esse é o fator democrático forte da TV Senado.

Por outro lado, sou Senador de primeiro mandato, e são sete anos como Senador. Em momento algum, desde o primeiro dia até hoje, tive qualquer restrição na TV Senado para dizer o que eu queria, para procurar meus amigos e as pessoas que trabalham na TV Senado, desejo de lá colocar uma tese; não fui impedido de fazê-lo.

Mesmo nos momentos em que não sou Presidente de Comissão, em que não sou Líder de Partido, a TV está sempre aberta para todos os Senadores. Isso foi dito aqui pelo ex-Presidente José Sarney, uma das razões fundamentais da existência respeitável e respeitosa da TV Senado, da qual sou testemunha.

E, para que tenhamos cada vez mais a nossa imagem levantada ao gosto da população brasileira, é preciso que continuemos nesta atividade, que há algum tempo estamos empreendendo: de melhoria da nossa estrutura e de melhoria dos nossos serviços.

Desde que a TV Senado divulgou para todo o Brasil que derrubamos a imunidade parlamentar, começou a crescer a imagem do Parlamento. Quando continuamos a divulgar pela TV Senado as demais conquistas, como foi o caso desses últimos dias, reduzindo o recesso, extinguindo o jeton, a ajuda de custo; quando apreciamos uma proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães, disciplinando a questão das medidas provisórias que atravancam nosso trabalho – e a população se aflige por isso –, nós crescemos. Crescemos, porque a TV Senado está levando a nossa imagem para

tudo o Brasil. E crescemos muito mais ainda quando, no ano de 2005, 1,7 mil proposições foram votadas no Senado Federal, apesar de todas as dificuldades. E lá estava a TV Senado levantando a imagem do Senado, pelo trabalho constante; é preciso que se leve à população que esse trabalho acontece.

Ainda houve vários outros momentos importantes – reforma do Judiciário, votação do projeto de biossegurança, reforma da Lei das Falências e muita coisa mais – que a TV Senado levou à população. Sentimos, agora, que também estamos sendo prestigiados pela Presidência da CPI dos Bingos. O nosso Presidente Efraim Moraes e o Relator Garibaldi Alves trazem os fatos para a população saber o que acontece, na verdade, naquela CPI, sem nenhuma restrição ou censura, doendo a quem tem de doer. E continuamos com essas divulgações.

O mais importante – este é o ponto a que eu queria chegar – é uma proposição a que a TV Senado vai dedicar-se, pois já se está ocupando disto assiduamente: a reformulação dos princípios que regem o Orçamento da União, proposta do Senador Antonio Carlos Magalhães e de outros Srs. Senadores.

Não posso compreender o que ocorre. Levamos para o Brasil o nosso trabalho. Chego aqui, neste microfone, e digo, por exemplo, que apresentei uma emenda parlamentar e que levarei uma escola para determinado Município, ao custo de tantos mil reais; que minha emenda foi aprovada na Comissão de Orçamento, foi aprovada pelo Congresso Nacional e tornou-se lei. Essa notícia chega ao interior, a uma cidade pequena, criando-se expectativa no prefeito, no vereador, na comunidade, de que aquela escola será construída – é o exemplo de um serviço. No entanto, no correr do exercício orçamentário, o Poder Executivo não faz sequer o empenho dessa emenda; não há nenhuma obrigação de cumprir a lei orçamentária! E ficamos todos propondo recursos para nossos Municípios, para nossos Estados e para nossas entidades filantrópicas sem a certeza de que os recursos chegarão a essas entidades, apesar de extremamente divulgado.

Tenho absoluta certeza também de que, em razão disso, no fim do ano, na última quinzena de dezembro, chega a acontecer pirataria das emendas, porque elas não são obrigatórias. E os mais espertos passam a ter mais vantagens, às vezes até modificando a lei orçamentária, mudando a execução das obras, numa espartezinha que não é possível coibir, porque isso aparece nos últimos dez dias, na última semana, até no último dia do exercício orçamentário, justamente porque o Orçamento não é obrigatório. Como não é obrigatório, fazem-no de qualquer jeito; aqueles que são da base

aliada do Governo, ao lado do Sr. Ministro, fazem o que bem entendem na execução orçamentária.

Portanto, como eu disse no início, somos o que somos, mas também precisamos, a cada dia, aperfeiçoar um pouco mais a nossa atividade, a qualidade do nosso serviço. E uma das razões da melhoria da nossa imagem perante o nosso povo será a aprovação desse projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães. Refiro-me ao Orçamento impositivo, ou seja, o Orçamento obrigatório. Assim, vamos poder dizer na nossa comunidade: “Coloquei no Orçamento recursos necessários para determinado serviço ou para determinada obra e vou ter a garantia de que se vai realizar essa execução orçamentária”. Fora daí, o Parlamentar não é nada, é insignificante no seu papel, exercendo um papel até certo ponto ridículo, porque o que ele fala não se escreve; ele escreve no Orçamento, mas este não é cumprido. Então, sua palavra é vã, sua palavra é frustração.

Sempre que levo uma emenda a um Município, dizendo que vamos atender o prefeito, que a voçoroca que está invadindo sua cidade precisa ser atacada de pronto, coloco isso numa emenda e telefono. Aviso que minha emenda está feita, com tantos milhares de reais. Levanto as expectativas, e não acontece nada, Senador! Não acontece nada, porque, em Brasília, não há nenhuma sensibilidade em relação àquela dificuldade administrativa do pequeno Município do interior. Como o Executivo faz do Orçamento o que bem entende, a palavra do Senador e do Deputado Federal não vale nada!

Por isso, a TV Senado é o grande instrumento para que possamos levar, inclusive lá para nossa gente, esse argumento que estamos apresentando aqui.

Farei uma última ponderação, Sr. Presidente. Cito um exemplo: em 2005, fiz 18 emendas parlamentares individuais, das quais apenas três foram atendidas; 15 delas não foram atendidas. Como posso justificar o que aconteceu para os Municípios de Água Clara, de Amambaí, de Angélica, de Antônio João, de Aparecida do Tabuado, de Bandeirantes, de Bela Vista, de Douradina, de Eldorado, de Iguatemi, de Juti, de Ladário, de Nioaque, de Ribas do Rio Pardo, de São Gabriel do Oeste e de Sete Quedas? O que digo para os prefeitos dessas cidades? Que sou incompetente? Que não sei fazer emendas? Que não tenho força no Governo Federal?

Senador Antonio Carlos Magalhães, o projeto proposto por V. Ex^a nos traz muita esperança. Vamos todos nos irmanar para que esse projeto seja aprovado ainda este ano, a fim de que nossa palavra não seja vã, para que, quando falarmos na TV Senado que estamos prontos a levar um serviço a determinada instituição,

tenhamos credibilidade, o povo acredite em nós. Fora daí, não há credibilidade.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Pois não.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Juvêncio da Fonseca, meu vizinho – vínhamos conversando no corredor outro dia a esse respeito...

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS) – Com muita simpatia por parte de V. Ex^a.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Juvêncio da Fonseca, por conta das atividades da CPMI, até agora não havia podido participar da sessão de homenagem aos dez anos da TV Senado. Peço mil desculpas por, neste aparte, fazer esta manifestação pública para parabenizar e louvar o trabalho que toda a equipe da TV Senado tem realizado ao longo desses dez anos. O trabalho da TV é reconhecido por todos nós e foi, inclusive, premiado internacionalmente – pessoas do setor de comunicação da nossa Casa tiveram seu trabalho reconhecido e premiado em nível internacional. Para nós é muito importante essa experiência da transmissão de nossos trabalhos, que efetivamente desmonta aquela idéia de que a população não gosta de política. Muito pelo contrário, a população gosta, acompanha a política. Estão aí os índices de audiência da nossa TV Senado para mostrar isso: nos momentos mais agitados do Parlamento, a audiência explode, sobe vários pontos. E queria dizer que estamos buscando – penso que isso deverá ser também encaminhado para o maior número possível de Estados – fazer convênios com as nossas tevês legislativas estaduais. Na semana que passou, o Presidente da Câmara Aldo Rebelo esteve em meu Estado e firmou convênio entre a TV Assembleia Legislativa e a TV Câmara. Aliás, ontem, o Diretor da TV Senado, Armando Rollemberg – tão querido e aqui justamente homenageado pela condução que dá aos trabalhos da TV Senado –, sinalizou que temos grandes chances de também efetivar um acordo da TV Senado com a TV Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Deveríamos buscar fazer esse tipo de associação com todos os Estados para promover a interação entre os trabalhos do Legislativo federal e estadual, divulgando ao máximo as nossas ações. Que os trabalhos que desenvolvemos sejam conhecidos por todos aqueles que nos colocaram aqui. Aqui estamos por delegação dos eleitores para representar, lutar pelos interesses daqueles que acreditam em nós, como políticos, para defender os nossos Estados e os interesses do Brasil. Parebenizo V. Ex^a pelo discurso. Mais uma vez, meus parabéns sinceros a toda a equipe da TV Senado por

esse maravilhoso trabalho que eles vêm desenvolvendo ao longo desses dez anos.

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS)

– Obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

Queria, portanto, em minhas últimas palavras, homenagear todos aqueles envolvidos nos trabalhos da TV Senado, não só aqueles que a fundaram, mas todos os que nela trabalham em seus mais diversos serviços. Agradeço a todos por esse relacionamento tão carinhoso, tão importante que vocês mantêm conosco, Senadores. Acreditamos que a TV Senado está a nosso serviço, a serviço dos Senadores. Isso é de suma importância.

Que as melhorias anunciadas venham, porque o povo brasileiro está desejoso de que a TV Senado seja um canal aberto para falar com todos os brasileiros, porque aqui é o lugar para as grandes lições democráticas.

Muito grato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Juvêncio da Fonseca.

Comunico às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o tempo dedicado a esta sessão de homenagem está esgotado. Esta Presidência solicita que V. Ex^{as} permaneçam em plenário, porque daremos início à Ordem do Dia e, em seguida, retornaremos a palavra às Sr^{as} e Srs. Senadores para dar continuidade às merecidas homenagens à TV Senado pelos dez anos de sua fundação. Há apenas um item na Ordem do Dia. Seremos rápidos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA) – Também serei rápido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Com a rapidez de sempre, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL

– BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Como ex-Presidente do Senado, congratulo-me com esses dez anos da TV Senado. O Presidente José Sarney já fez um histórico completo da TV Senado e também do **Jornal do Senado**.

Hoje, a TV Senado presta um grande serviço à Nação e à democracia, porque só aqui há a isenção indispensável para que o público tome conhecimento do que se passa na política brasileira.

Posso dizer que o criador foi o Senador José Sarney, com Fernando Mesquita, que merece todos os aplausos pela sua pertinácia em realizar a TV Senado. A TV Senado tem um corpo funcional excelente e hoje é dirigida por Armando Rollemberg, que continua a tradição de seu antecessor, mas é justo que se saliente o papel de Fernando César Mesquita.

De minha parte, posso dizer que tudo o que foi necessário fazer para consolidar a TV Senado foi feito

sob a minha administração. Comemoro hoje, com os colegas funcionários da TV Senado, esse aniversário, porque sou um deles, porque ajudei para que essa TV tivesse hoje renome nacional e fosse aplaudida por todos os brasileiros que querem tomar conhecimento da política atual.

Muito obrigado, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães. Meus parabéns a V. Ex^a, aos outros ex-Presidentes desta Casa e ao atual Presidente Renan Calheiros pela coragem, pelo carinho e, acima de tudo, pela compreensão da importância da TV Senado para o Poder Legislativo. O Poder Legislativo brasileiro, após a criação e instalação da TV Senado, tem realmente outra imagem. Isso é muito importante para o povo brasileiro.

Agradeço a compreensão de V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– O Senhor Senador Flexa Ribeiro enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno.

S. Exa. será atendido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Graças à percepção pioneira do Senador José Sarney, em 1996 nascia a TV Senado. São 10 anos de existência vitoriosa do canal de comunicação exclusivo desta Casa, um verdadeiro marco dos ideais do Parlamento brasileiro, ao contribuir decisivamente para a transparência, a democracia e a cidadania.

A TV Senado foi criada para fazer a divulgação institucional do Senado Federal e oferecer ao cidadão uma programação educativa e cultural de qualidade, diferenciada das emissoras comerciais. No início, a programação era transmitida apenas para assinantes de TV a cabo, mas, hoje, atinge um universo muito amplo de telespectadores. O sinal está disponível em todo o território brasileiro, levado pelas emissoras de TV a cabo, por antenas parabólicas de tipo analógico e digital e, mais recentemente, em sinal aberto de UHF. As transmissões simultâneas alcançam, pelo menos, as 8 milhões de antenas parabólicas instaladas no País e os mais de três milhões de televisores com TV por assinatura.

A programação inclui, prioritariamente, a cobertura, ao vivo, de todas as sessões plenárias do Senado Federal e do Congresso Nacional, bem como das reuniões das comissões permanentes e temporárias. Tal conteúdo trouxe uma realidade inteiramente nova para dezenas de milhares de espectadores, do Norte ao Sul do País, que puderam passar a acompanhar os

trabalhos legislativos. Não faz pouco tempo, o jornal **Folha de S.Paulo** estampou, na sua primeira página, os fantásticos índices de audiência que a transmissão das Comissões Parlamentares de Inquérito vinha alcançando.

Com efeito, Senhor Presidente, a crise política fez a TV Senado multiplicar a sua audiência por mais de dez vezes, em um período de tempo de apenas cinco meses. Este dado, para mim, merece uma reflexão. Pode parecer, à primeira vista, que uma imagem pouco enobrecedora está sendo passada para os lares dos brasileiros. No entanto, uma análise mais detida evidencia que o Parlamento está contribuindo para um exercício fiscalizatório mais amplo por parte da sociedade brasileira, o que resulta, ainda, em um conhecimento mais aprofundado acerca do funcionamento básico da ação parlamentar.

Para dimensionar o que significa essa audiência, vale dizer que os sinais gerados pela TV Senado são distribuídos para todas as demais emissoras. Em consequência, a logomarca da TV Senado tem alcançado uma exposição maior que as de marcas de anunciantes da novela das oito da Rede Globo de Televisão, com audiência superior a 40 milhões de pessoas.

A parte cultural da programação também merece elogios. São três espaços fixos destinados à música de qualidade, popular ou erudita. Na área de literatura, há o programa “Leituras”, voltado para a análise e divulgação de obras literárias nacionais. Também há uma série sobre os grandes nomes da literatura brasileira, escritores do porte de Machado de Assis, José Lins do Rego ou Érico Veríssimo. Nos “Especiais da TV Senado” são apresentados e debatidos temas históricos, culturais, turísticos, além de programas sobre saúde.

Para este ano, a grade de atrações promete ganhar ainda mais em qualidade e variedade. Novos programas irão ao ar, como o “Ecosenado”, tratando de temas ligados à ecologia e ao desenvolvimento sustentável; o “Senado Agora”, com boletins informativos ao vivo; o “Alô Senado”, um canal aberto para o cidadão comunicar-se com os parlamentares; além da remodelação do “Jornal do Senado”, entre outras estréias.

Não é à toa que, atualmente, a TV Senado desfruta do reconhecimento da sociedade, expresso em manifestações de entidades de classe, organizações não-governamentais, universidades e imprensa, haja vista o grande número de ligações que recebe por telefone e endereço eletrônico, em sua maior parte com rasgados elogios e sugestões de novos programas.

E os planos não param por aí. Vários convênios e acordos já foram firmados, com países como Rússia e Estados Unidos, abrindo novas perspectivas de intercâmbio e posicionando o Senado Federal como

um dos Legislativos mais modernos do mundo. Prova disso é que novos investimentos podem viabilizar o projeto de TV Internacional, que já entrou no ar em caráter experimental, numa parceria entre o Congresso Nacional, o Executivo (via Radiobrás) e o Judiciário. Veiculado inicialmente no idioma espanhol, há planos para veiculação também em língua inglesa, num futuro próximo.

Senhoras e Senhores Senadores, saúdo, portanto, o diretor da TV Senado, Dr. James Gama; o diretor de jornalismo, Dr. Helival Rios; o diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal, Dr. Armando Rollemberg; e a cada um dos jornalistas que servem nesta Casa. Em especial, congratulo-me com o Diretor-Geral do Senado, Dr. Agacieli da Silva Maia; e com o Presidente do Senado Federal; Senador Renan Calheiros, pelo brilhante trabalho desenvolvido. Não poderia, por fim, deixar de reconhecer a grande dívida que todos nós temos com o ex-Presidente José Sarney, pela antevisão que propiciou aos parlamentares e ao povo brasileiro essa grande conquista que é a TV Senado.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente! Obrigado pela atenção!

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Marcelo Crivella.

É lida a seguinte:

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

– Nº 83, DE 2006 (nº 61/2006, na origem), de 6 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 128, de 2005 (nº 5.463/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica, sancionado e transformado na Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Marcelo Crivella.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 146, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de

acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de voto de pesar e apresentação de condolências, à família, pelo falecimento, ocorrido nesta terça-feira, dia 8 de fevereiro, em Curitiba, do ex-Deputado Estadual e Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, Quiélse Crisóstomo da Silva.

Justificação

Quiélse Crisóstomo da Silva era natural de Bocaiúva do Sul – PR, e nasceu no dia 20 de janeiro de 1937. Filho de Trajano Crisóstomo da Silva e Benedita Ribeiro da Silva foi casado com Dona Nilza Bordini Crisóstomo. Deixou quatro filhos: Kielse, Claudiane, Cleyton e Fábio.

Fez o Curso de Formação de Oficiais do Exército e, posteriormente, formou-se em Engenharia Civil com extensão em Arquitetura pela Universidade Federal do Paraná, em 1963. Atuou no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária em 1964/65, quando recebeu do então Presidente Castelo Branco, diploma por ter feito o melhor trabalho no Plano de Reforma Agrária. Exerceu o cargo de Engenheiro do Estado do Paraná junto à Secretaria de Estado da Saúde. Como engenheiro civil teve papel relevante em várias ações do Poder Público Estadual, revelando-se sanitarista com larga folha de serviços prestados ao Paraná.

QUIÉLSE CRISÓSTOMO foi seis vezes deputado estadual, tendo participado de inúmeras Comissões da Assembléia Legislativa e exerceu o cargo de Secretário na Assembléia por três vezes.

Foi nomeado Conselheiro do Tribunal de Contas em maio de 1990. Ocupou a Vice-Presidência em 1992/93, quando também foi eleito Presidente do Conselho Superior de Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Em 1994 foi eleito Corregedor-Geral e em 1999, Presidente, tendo sido reeleito para o exercício de 2000. Quando de seu falecimento exercia a vice-presidência daquela Corte de contas.

Sua vida pública sempre foi caracterizada pela seriedade e competência, tendo recebido várias homenagens e título de Cidadão Honorário em diversos municípios do Paraná.

Um homem cuja trajetória deixou marcas profundas da sua atuação com profissionalismo e dedicação, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do Estado. A sua preocupação com a Cidade de Curitiba reflete-se em ações positivas e empreendedoras, tornando-o um grande curitibano. Por sua história e em reconhecimento ao brilhante trabalho que desenvolveu na vida pública, a Cidade de Curitiba o reco-

nheceu como um filho ilustre, concedendo-lhe o título de Cidadão Honorário.

Pelo incontestável papel que exerceu no desenvolvimento social, político e econômico do Paraná, Conselheiro Quiélse Crisóstomo da Silva tornou-se merecedor do mais profundo respeito da comunidade paranaense e brasileira.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2006. – Senador **Álvaro Dias**

REQUERIMENTO Nº 147, DE 2006

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar, pelo falecimento, ocorrido hoje, 9 de fevereiro, do Senhor Dorval de Magalhães, engenheiro agrônomo de profissão, escritor por vocação, além de desempenhar vários cargos na Administração Pública.

Requeiro, também, que este voto de pesar seja levado ao conhecimento da família, da Assembléia Legislativa de Roraima, da Prefeitura Municipal de Boa Vista e da Academia Roraimense de Letras.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2006. – Senador **Romero Jucá**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– A Presidência recebeu a **Mensagem nº 84, de 2006** (nº 73/2006, na origem), de 7 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso VII, da Constituição Federal, e da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, solicita seja autorizada a elevação temporária do limite de endividamento da Refinaria Alberto Pasqualini – Refap S.A., para até novecentos milhões de reais, de maneira a lhe permitir concretizar operação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

É a seguinte a mensagem recebida:

MENSAGEM Nº 84, DE 2006

(Nº 73/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso VII da Constituição, e da Resolução nº 96, de 15 de dezembro de 1989, dessa Casa Legislativa, encaminho a Vossa Excelência proposta para que seja autorizada a elevação temporária do limite de endividamento da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A., para até R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), de maneira a lhe permitir concretizar a operação de empréstimo junto ao Banco

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, de conformidade com a inclusa exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia.

Brasília, 7 de fevereiro de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 00003/MME

Brasília, 28 de janeiro de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência o pleito da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A., para o aumento de sua capacidade de endividamento, com base no permissivo contido no art. 9º da Resolução nº 96, de 15 de dezembro de 1989, do Senado Federal, Casa à qual solicito o encaminhamento deste pedido para a necessária manifestação e aprovação.

2. O atendimento à crescente demanda do País por combustíveis derivados de petróleo vem exigindo das refinarias nacionais a implantação de melhorias em seus processos produtivos, por meio de investimentos em seus parques industriais, introduzindo modificações nas plantas existentes e implantando novas unidades de processamento.

3. Nesse escopo, a Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A., empresa constituída em 21 de novembro de 2000, em consequência direta do acordo de troca de ativos negociado entre o Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS e a Repsol YPF do Brasil S.A., vem realizando ampliação e modernização de seu parque industrial, prevendo a ampliação de sua capacidade de refino de 20 mil para 30 mil m³/dia, além de possibilitar o aumento da participação de petróleo nacional no elenco das matérias-primas utilizadas pela refinaria.

4. O investimento total é de R\$3.205.000.000,00 (três bilhões e duzentos e cinco milhões de reais), dos quais R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais) – menos de 30% – vêm sendo negociados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com prazo total de 108 (cento e oito) meses, sendo 12 (doze) meses de carência e 96 (noventa e seis) meses de amortização. No tocante a 85% do valor do crédito incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP acrescida de 4% ao ano e sobre os 15% restantes incidirá o custo da cesta de moedas do BNDES igualmente acrescido de 4% ao ano.

5. Até o momento, os recursos necessários para o desenvolvimento do projeto têm sido oriundos da Petrobras e da geração de caixa operacional da própria Refap, sendo que a utilização das disponibilidades do referido caixa é uma alternativa limitada, em seu montante, pelo próprio volume das operações de

curto prazo, viável apenas transitoriamente até que sejam equacionadas as linhas de crédito de longo prazo para o projeto.

6. Para a Refap, esta é praticamente a única possibilidade de obtenção de empréstimos, no mercado financeiro brasileiro, que se destinem a viabilizar o empreendimento, principalmente ao considerar-se que as condições do empréstimo a ser contratado se coadunam com as possibilidades de pagamento da Refap.

7. Dessa forma, faz-se necessário habilitar a Refap a contrair dívidas de longo prazo, ou seja, permitir-lhe possuir seu limite de endividamento próprio, o que a deixará apta a negociar junto ao BNDES.

8. Tal possibilidade de endividamento respalda-se, legalmente, na Resolução SF nº 96/1989, que dispõe sobre limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal e estabelece limites e condições para a concessão da garantia da União em operações para a concessão de crédito externo e interno. Em seu art. 9º, a Resolução SF nº 96/89 admite, em casos excepcionais e devidamente justificados, que a União pleiteie a elevação temporária dos limites de operações de crédito de natureza financeira.

9. Por oportuno, cabe esclarecer que, inicialmente, a solicitação de elevação dos limites de endividamento da Refap S.A. foi submetida à apreciação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN/MF, a qual não se opôs ao encaminhamento do pleito ao Senado Federal, ressaltando apenas a necessidade de oportuna adequação ao Plano Plurianual da União. Posteriormente, o mesmo pleito foi submetido à apreciação da Casa Civil da Presidência da República que, da mesma forma, informou não haver nada a opor em relação ao assunto, solicitando apenas que fosse formalizada a solicitação da Refap S.A. por meio de exposição de motivos à Presidência da República. É importante acrescentar que a documentação necessária à continuidade do ora solicitado, nos termos do citado art. 9º, segue anexa à presente.

10. Nesse sentido, encaminho o assunto para a superior deliberação de Vossa Excelência quanto à pertinência do respectivo envio ao Senado Federal, nos termos do art. 9º da Resolução SF nº 96/1989, para a competente apreciação do pleito da Refap S.A. de elevação temporária de seu limite de endividamento para até R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), de maneira a lhe permitir fechar a operação de empréstimo junto ao BNDES.

Respeitosamente, – **Silas Rondeau Cavalcante Silva.**

TESOURO NACIONALNota nº *2472* 2005/GERFI/COREF/STNEm *19* de *dezembro* de 2005.

Assunto: Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S/A. Operação de crédito interno, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, sem a garantia da União, no valor de até R\$900.000.000,00. Recursos destinados a investimentos no parque industrial. Elevação temporária de limites de endividamento do Senado Federal. Análise da situação financeira.

Senhor Coordenador Geral,

Trata a presente Nota de manifestação desta Secretaria acerca da situação econômico-financeira da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP com vistas a subsidiar pedido de autorização do Senado Federal para ampliação dos limites de endividamento da empresa, nos termos do art. 9º da Resolução SF nº 96, de 15.12.1989. O propósito da elevação é permitir que a empresa contrate operação de crédito, no valor de até R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), sem a garantia da União, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para investimentos no parque industrial.

2. Inicialmente, cabe informar que o interessado, mediante Ofício nº 1190/2005-SE/MME, de 20.9.2005 (em anexo), informou que os citados investimentos têm como objetivo atender à crescente demanda de combustíveis derivados de petróleo na sua área de atuação, adequar a sua produção às especificações da Agência Nacional do Petróleo – ANP e do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, bem como implementar melhorias em seu processo produtivo.

3. O projeto de ampliação, que já vem sendo realizado pela REFAP, permitirá o aumento da capacidade instalada de refino de petróleo e produção de derivados em 10 mil metros cúbicos diários, além de possibilitar o aumento da participação de petróleos nacionais nas matérias-primas utilizadas, que passará a processar majoritariamente óleos de origem nacional o que evitará a importação de até 6,02 milhões de metros cúbicos ao ano representando, assim, uma economia na remessa de divisas ao exterior equivalente a US\$2 bilhões.

4. Ademais, cabe destacar que o investimento total do projeto está estimado em R\$3,205 bilhões, dos quais cerca de R\$2,1 bilhões serão aportados pela PETROBRÁS e por

(Página 2 de 4 da Nota nº 2472/2005/GERFI/COREF/STN, de 19/12/2005)

receitas próprias da REFAP e R\$900,00 milhões serão financiados pelo BNDES nas seguintes condições:

Valor do Crédito:	R\$900,00 milhões;
Carência:	12 meses;
Amortização:	Em 96 parcelas mensais;
Taxa de Juros:	– Em 85% do valor do crédito incidirá TJLP acrescida de 4% a.a.; e – Nos 15% restantes do valor do crédito incidirá o custo da Cesta de Moedas do BNDES, acrescido de 4% ao ano;

Prazo validade da proposta: Até 31.12.2005

5. De acordo com informações encaminhadas pela empresa, não existe, no momento, margem nos demais limites de endividamento, fixados nos incisos I e II do art. 7º, da Resolução do Senado Federal nº 96/1989. Os mencionados limites têm como referência: a) o dispêndio anual da dívida, b) 10% do ativo permanente e c) 10% do patrimônio líquido.

6. A Resolução SF nº 96/1989, em seu art. 9º dispõe que: *“Em caso excepcional, devidamente justificado, a União poderá pleitear a elevação temporária dos limites fixados nos arts. 3º, 4º e 7º desta Resolução”*. Ademais, determina que os mencionados pedidos sejam instruídos com os seguintes documentos/informações: a) lei autorizativa; b) informações sobre a situação financeira do requerente; e c) descrição das características da operação: prazo, taxas de juros, encargo e cronograma financeiro”.

7. É entendimento deste Ministério da Fazenda que os pedidos de ampliação dos referidos limites devem ser encaminhados ao Senado Federal pela Pasta a que a empresa está vinculada, no caso o Ministério de Minas e Energia. Com vistas a subsidiar o pleito em questão, cumpre examinar os aspectos discriminados abaixo, lembrando que, no caso de empresa estatal, não cabe o envio de lei autorizativa para contratação de operação de crédito.

Capacidade de Pagamento

8. Análise realizada por esta Coordenação-Geral concluiu que a REFAP possui condições de suportar a operação de crédito pleiteada, apesar de indicar um grau relativamente alto de alavancagem financeira. Devem ser destacadas as seguintes informações relevantes:

- O fluxo de caixa projetado prevê o pagamento de empréstimos/debêntures em 2005, no valor de R\$614,00 milhões, além de investimentos do imobilizado no montante de R\$1,05 bilhão. Como contrapartida, verifica-se a expectativa da aprovação da operação ora em exame, que aportaria R\$900,00 milhões no caixa da empresa, como empréstimos tomados a longo prazo;

(Página 3 de 4 da Nota nº 2472/2005/GERFI/COREF/STN, de 19/12/2005)

- b) Com a operação, o índice de endividamento geral da REFAP passará para 0,73, o que significa que apenas 27% do ativo total da empresa seria financiado por recursos próprios;
- c) As dívidas, no momento, resumem-se a operações de mútuo com os próprios acionistas, fato que reduz significativamente o risco de execução da dívida em caso de dificuldades financeiras, tendo como alternativa para os sócios, nessa hipótese, a possibilidade de conversão em capital;
- d) Os acionistas Petrobrás (por meio da Downstream Participações Ltda) e Repsol YPF possuem, em nova avaliação, condições de oferecer suporte financeiro, inclusive por aumento de capital, caso necessário, uma vez que também têm interesses na empresa na condição de fornecedores e de clientes;
- e) Segundo informações da empresa, os recursos serão direcionados para o pagamento de operações de mútuos, substituindo dívidas de curto prazo por dívidas de longo prazo; e
- f) O retorno dos investimentos é superior ao custo das operações de mútuos ou do financiamento.

Inclusão no PPA

9. A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SPI/MP comunicou, por meio do Ofício nº 158/2005, de 3.10.2005 (em anexo), que os investimentos financiados pela referida operação encontram-se previstos no Plano Plurianual 2004/2007, na ação 5085 – Modernização e Adequação dos Sistemas de Produção da Refinaria Alberto Pasqualini, no montante total de R\$3.556.393.536,00, restando, apenas, R\$285.104.655,00 para o período restante do PPA 2004/2007.

10. Importa mencionar, entretanto, que foi encaminhado ao Congresso Nacional Projeto de Lei de revisão do PPA em que está prevista ampliação dos valores da ação referente à REFAP, para o período restante do PPA, ou seja, 2005/2007, no montante de US\$1.381,436 milhões. Assim sendo, entendemos que, aprovado o crédito suplementar pelo Congresso Nacional e alterada a Lei do PPA, os investimentos estarão plenamente amparados no Plano Plurianual 2004/2007.

Previsão Orçamentária

11. Por sua vez, o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – DEST/MP informou que a operação em tela está prevista no Programa de Dispendios Globais para o exercício de 2005.

(Página 4 de 4 da Nota nº 2472 2005/GERFI/COREF/STN, de 19/12/2005)

Conclusão

12. Diante do exposto, nada temos a opor ao encaminhamento ao Senado Federal de solicitação de elevação dos limites de endividamento da REFAP S/A, nos termos do art. 9º da Resolução SF nº 96/89, lembrando a necessidade de oportuna adequação do Plano Plurianual da União.

À consideração superior, sugerindo o envio de ofício ao interessado na forma anexa.


EDUARDO LUIZ GAUDARD
Gerente da COREF/STN

De acordo. À consideração do Senhor Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional.


EDUARDO COUTINHO GUERRA
Coordenador-Geral da COREF

De acordo. Encaminhe-se a presente nota ao Ministério de Minas e Energia, para encaminhamento ao Senado Federal.


TARCÍSIO JOSÉ MASSOT DE GODOY
Secretário Adjunto do Tesouro Nacional

Aviso nº 96 – C. Civil

Brasília, 7 de fevereiro de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Endividamento da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa à proposta para que seja autorizada a elevação temporária do limite de endividamento da Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP S.A., para até R\$900.000.000,00 (novecentos milhões de reais), de maneira a lhe permitir concretizar a operação de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)
– Sobre a mesa, parecer que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Marcelo Crivella.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 111, DE 2006

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 80, de 2006, do Presidente da República (Mensagem nº 59, de 2006, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Enrique Ricardo Lewandowski para exercer o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Mário da Silva Velloso.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 9-2-2006 apreciando o Relatório (anexo) apresentado pelo Senador Ramez Tebet sobre a Mensagem (SF) nº 80, de 2006, do Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do Doutor Enrique Ricardo Lewandowski para compor o Supremo Tribunal Federal, no cargo de ministro, nos termos do art. 52, inciso III, combinado com o art. 84, inciso XIV, da Constituição Federal.

Sala da Comissão, 9 de fevereiro de 2006. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Romez Tebet**, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: MSF Nº 80 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 09/02/2006, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[assinatura]</i> (Sen. Ramez Tebet)	
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
JOÃO BATISTA MOTTA	6-TASSO JEREISSATI
ALVARO DIAS	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR ⁽¹⁾
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, ⁽²⁾ PL e PPS)	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELÍCIO AMARAL
EDUARDO SUPICY	2-PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4-PATRÍCIA SABOYAGOMES
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA ⁽³⁾
PMDB	
RAMEZ TEBET (RELATOR)	1-LUIZ OTÁVIO
MAGUITO VILELA	2-GERSON CAMATA
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
ROMERO JUCÁ	4-ALMEIDA LIMA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA ⁽⁴⁾
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 09/02/2006.

(1) O Senador Geraldo Mesquita Júnior deixou de integrar o P-SOL em 26/10/2005 (Vaga cedida pelo PSDB).

(2) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

(3) O Senador Marcelo Crivella filiou-se ao PMR em 28/09/2005.

(4) O Senador Leomar Quintanilha filiou-se ao PC do B em 03/10/2005 (Vaga cedida pelo PMDB).

RELATÓRIO

Relator: Senador **Ramez Tebet**

Pela Mensagem nº 80, de 2006, do Senhor Presidente da República, o Senado Federal é chamado a se manifestar sobre a indicação do Doutor Enrique Ricardo Lewandowski ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Carlos Mário da Silva Velloso.

A Constituição Federal (arts. 52, III, **a**, e 101, parágrafo único) atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar, por maioria absoluta, previamente e por voto secreto, a escolha de Ministro do Supremo Tribunal Federal, após arguição em sessão pública.

Outrossim, o art. 101, 11, **i**, do Regimento Interno desta Casa, confere a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383, também da nossa Carta regimental.

Constam dos autos da presente mensagem o **curriculum vitae** do indicado, em obediência à prescrição regimental do art. 383, I.

O ilustre indicado nasceu a 11 de maio de 1948, na cidade do Rio de Janeiro. Bacharel em Ciências Políticas e Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, formado em 1971. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, formado em 1973. Mestre (1980), Doutor (1982) e Livre Docente em Direito do Estado (1994), pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; também Mestre em Relações Internacionais pela Fletcher School of Law and Diplomacy da Tufts University, nos Estados Unidos, em 1981.

Profissional de exitosa carreira, o Doutor Enrique Ricardo Lewandowski exerceu a advocacia de 1974 a 1990. Foi advogado, Consultor Jurídico e Chefe da Assessoria Jurídica da Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S/A (EMPLASA), tendo sido Presidente dessa empresa entre 1988 e 1989. Exerceu também o cargo de Secretário de Governo e de Assuntos Jurídicos de São Bernardo do Campo de 1984 a 1988. Destacamos também que o indicado foi Consultor Jurídico do Grupo Pró-Constituinte da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, encarregado de elaborar o anteprojeto da Constituição Estadual (1987 a 1989). Foi também Consultor Jurídico de diversos municípios paulistas por ocasião da elaboração das respectivas leis orgânicas. Em 1990, ingressou na magistratura, como Juiz do Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo, pelo quinto

constitucional da classe dos advogados, e em 1997 assumiu o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, integrando atualmente o órgão especial daquela corte.

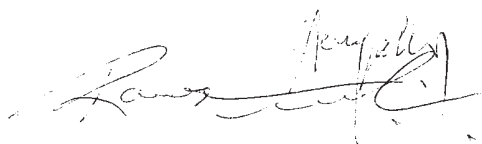
Além disso, cumpre registrar que o ilustre indicado exerce o magistério, sendo professor titular de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, por concurso público de provas e títulos, com a tese “Globalização, Regionalização e Soberania” (2003), tendo ingressado na carreira como assistente em 1978. Exerceu o cargo de diretor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1990) e foi conselheiro da Escola Paulista da Magistratura (1998 a 2002). Atualmente, tem exercido, desde 2004, a chefia do departamento de Direito do Estado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, sendo também, desde o mesmo ano de 2004, coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito Público da Escola Paulista de Magistrados. Ademais, coordena, desde 2005, o Mestrado em Direitos Humanos da Universidade de São Paulo.

Por outro lado, o Doutor Enrique Ricardo Lewandowski tem tido, ademais, intenso engajamento em atividades de intercâmbio na área jurídica, sendo que o seu **curriculum vitae** registra participação em cerca de cento e cinquenta conferências, palestras, aulas e debates, no Brasil e no exterior, onde já teve a oportunidade de falar sobre temas diversos do Direito – especialmente Direito Comunitário – na Argentina, Chile, Colômbia, Estados Unidos, México, Paraguai, Portugal e Uruguai. Tem diversos trabalhos seus publicados, livros, artigos em periódicos especializados e em jornais.

De outra parte, o Doutor Enrique Ricardo Lewandowski tem participado de diversas atividades associativas ao longo de sua vida profissional, de que destacamos a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), onde foi conselheiro da Seção de São Paulo, entre 1989 e 1990 e, já como magistrado, tem participado da Associação Paulista de Magistrados e da Associação dos Magistrados Brasileiros, entidades nas quais ocupou funções de direção.

Por fim, cabe ainda anotar que o ilustre magistrado foi agraciado com diversos títulos e homenagens.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação.



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

c) Governador de Território;

d) Presidente e diretores do Banco Central;

e) Procurador-Geral da República;

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

.....
Art. 101. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único. Os ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Marcelo Crivella.

São lidos os seguintes:

Of. LUTZ nº 009/2006

Brasília, 8 de fevereiro de 2006

Senhor Presidente,

Com as minhas homenagens especiais, comunico a Vossa Excelência que o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em reunião ocorrida ontem, após apreciar os currículos das indicadas ao Prêmio, selecionou as 5 (cinco) personalidades que serão agraciadas com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Ei-las:

Elizabeth Altina Teixeira – Paraíba

Geraldina Pereira de Oliveira – Pará

Jupyra Barbosa Ghedini – Distrito Federal

Pajé Yawanawa Raimunda Putani – Acre

Rosmary Corrêa – São Paulo

Aproveito o ensejo para manifestar a Vossa Excelência expressão do meu apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senadora **Serys Slhessarenko**, Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

Ata da 1ª Reunião, realizada em 7 de fevereiro de 2006

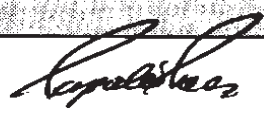
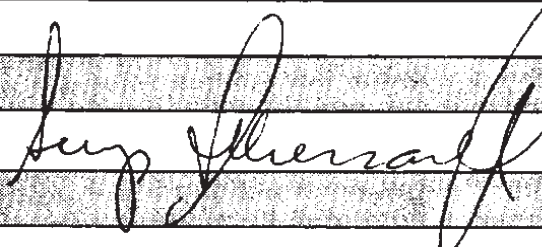
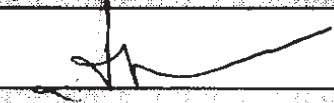
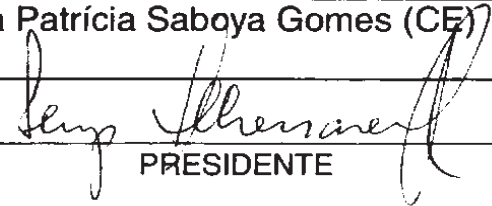
Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, terça-feira, às 18 horas, nas dependências do Plenário do Senado Federal, reuniu-se o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, com a finalidade de escolher as cinco candidatas a serem contempladas com a Quinta Premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Presentes os Srs. Senadores titulares Serys Slhessarenko (PT – MT) – Presidente, Geraldo Mesquita Júnior (Sem Partido – AC) – Vice-Presidente, Augusto Botelho (PDT – RR), Sérgio Zambiasi (PTB – RS), Papaléo Paes (PSDB – AP), Magno Malta (PL – ES). Impossibilitadas de comparecer à Reunião, as Senadoras Roseana Sarney (PFL – MA) e Patrícia Saboya Gomes (PPS – CE), encaminharam, respectivamente, Ofício GSRS nº 58/2006, de 6-2-2006, e Ofício GSPSG nº 011/2006, de 6-2-2006, endereçados à Presidente do Conselho, Senadora Serys Slhessarenko, indicando as intenções de votos nas candidatas de suas preferências, igualmente impossibilitada de comparecer, a Senadora Lúcia Vânia (PSDB – GO) encaminhou relação com as indicadas de sua preferência, o que foi aceito pela Presidência. Após discussão e análise dos currículos apresentados e esclarecimentos da Presidente de que cada Membro do Conselho poderia votar em até 10 (dez) candidatas, conforme tradição do Conselho, iniciou-se a votação para a escolha das candidatas a serem agraciadas com o Diploma. Dentre as 10 (dez) escolhidas por cada um(a) dos(as) Senadores(as) apurou-se as 05 (cinco) mulheres mais votadas, sendo que as escolhidas foram, em ordem alfabética: Elisabeth Altino Teixeira, Geraldina Pereira de Oliveira, Jupyra Barbosa Ghedini, Pajé Yawanawa Raimunda Putani e Rosmary Corrêa. Após a votação, a Presidente do Conselho comunicou que a premiação ocorrerá em Sessão do Congresso Nacional a ser especialmente convocada para esse fim, por ocasião das comemorações do Dia Internacional da Mulher de 2006. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. Eu, Maria Amália Figueiredo da Luz, Diretora da Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pela Presidente do Conselho, Senadora Serys Slhessarenko.

SENADO FEDERAL
CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
1ª REUNIÃO DE 2006

Em 7 de fevereiro de 2006, terça-feira, às 10 horas, na sala nº 7 da Ala Senador Alexandre Costa, destinada à apreciação de currículos para seleção das cinco candidatas a serem contempladas com a quinta Premiação.

LISTA DE PRESENÇA

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

	PMDB	
Senador Papaléo Paes (AP) (PSDB)		
	PFL	
Senadora Roseana Sarney (MA)		
	PT	
Senadora Serys Slhessarenko (MT)		
	PSDB	
Senadora Lúcia Vânia (GO)		
	PDT	
Senador Augusto Botelho (RR)		
	PTB	
Senador Sérgio Zambiasi (RS)		
	PSB	
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) (s/ partido)		
	PL	
Senador Magno Malta (ES)		
	PPS	
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) (PSB)		

Visto: _____

PRESIDENTE

Ofício nº 22/06 – GSGMJ

Brasília, 8 de fevereiro de 2006

Senhor Presidente,

Encaminho-lhe para o devido conhecimento relatório acerca de missão, por mim desempenhada, como membro da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, na “XXVI Reunião Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul”, realizada no período de 7 a 9 de dezembro de 2005, na cidade de Montevideu, no Uruguai.

Atenciosamente, – Senador **Geraldo Mesquita Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Os ofícios que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Marcelo Crivella.

É lido o seguinte:

Ofício nº 37/2006

Brasília, 9 de fevereiro de 2006

Assunto: indicação para a Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Senhor Deputado **Arnon Bezerra** (PTB – CE) na qualidade de Titular e em substituição a Senhora Deputada **Elaine Costa** (PTB – RJ), para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, para 2005.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente, – Deputado **José Múcio Monteiro**, Líder do PTB

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 279, de 2006**, que “Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério das Cidades, no valor de R\$890.000.000,00 (oitocentos e noventa milhões de reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas (OF/SF nº 17/2006).

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 279

Publicação no DO	8-2-2006
Emendas	até 14-2-2006 (7º dia da publicação)
Prazo final na Comissão	8-2-2006 a 21-2-2006 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	21-2-2006
Prazo na CD	de 22-2-2006 a 7-3-2006 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	7-3-2006
Prazo no SF	8-3-2006 a 21-3-2006 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	21-3-2006
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	22-3-2006 a 24-3-2006 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	25-3-2006 (46º dia)
Prazo final no Congresso	8-4-2006 (60 dias)

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– A Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com as normas constantes da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2003 (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica aberto, a partir desta data, o prazo para interposição de recurso por 1/10 (um décimo) dos representantes de cada Casa, por cinco dias úteis, para que sejam apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2006–CN, tendo em vista publicação em avulso, nesta data, do parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Os recursos serão recebidos na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 9, de 2006, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre a votação, mediante acesso eletrônico remoto, em caso de ausência justificada de Senador*.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação do Presidente da Comissão de Educação, o Aviso nº 8, de 2006 (nº 2.360/2006, na origem),

do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 2.148/2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à Auditoria Operacional realizada no Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações – Fust, com o objetivo de verificar que dificuldades, limitações ou barreiras impedem a aplicação dos recursos desse fundo.

A matéria volta à Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – A Presidência comunica ao Plenário que foi autuado, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o seguinte aviso:

Aviso nº 2, de 2006-CN (nº 60-SGS-TCU-Plenário, na origem), encaminhando ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 82, de 2006 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam referente à Auditoria nas obras de duplicação da BR-230/PB, entre João Pessoa e Campina Grande – PB. (TC 003.231/2001-0).

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – O expediente que acaba de ser lido retorna à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item único:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 13, DE 2006

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143, do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2006, de iniciativa da Comissão Mista Especial da Reforma do Judiciário, que regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal, para disciplinar a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

No decorrer do primeiro turno, não foram oferecidas emendas ao projeto e sua votação se procedeu na sessão do último dia 7. Em face do disposto na alínea “c” do art. 143 do Regimento Comum, fica facultada às Sr^{as} e aos Srs. Senadores nova oportunidade para apresentação de emendas, até o encerramento da discussão da matéria.

Passa-se à discussão do projeto, em segundo turno.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação, em segundo turno.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final ao **Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2006**, que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Marcelo Crivella.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 112, DE 2006

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2006.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2006, que regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal, para disciplinar a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, 9 de Janeiro de 2006.

ANEXO AO PARECER Nº 112, DE 2006

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2006.

Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal, para disciplinar a edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei disciplina a edição, revisão e o cancelamento de súmulas com efeito vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

Art. 2º O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A súmula terá por objeto a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

§ 2º No procedimento para edição, revisão e cancelamento de súmula com efeito vinculante, é obrigatória a manifestação do Procurador-Geral da República.

§ 3º A decisão sobre a aprovação ou rejeição de súmula com efeito vinculante somente será tomada se presentes na sessão pelo menos 8 (oito) ministros.

§ 4º Se não for alcançada a maioria necessária à aprovação da súmula por estarem ausentes ministros em número que possa influir no julgamento, este será suspenso a fim de que se aguarde o seu comparecimento, até que se atinja o número necessário para a prolação da decisão num ou noutro sentido.

§ 5º No prazo de 10 (dez) dias após a sessão que aprovar, rever ou cancelar a súmula, o Supremo Tribunal Federal fará publicar em seção especial do **Diário da Justiça** e do **Diário Oficial da União** o respectivo enunciado.

Art. 3º São legitimados a provocar a edição, revisão ou cancelamento de súmulas com efeito vinculante:

- I – o Presidente da República;
- II – o Advogado-Geral da União;
- III – a Mesa do Congresso Nacional ou de suas Casas;
- IV – o Procurador-Geral da República;
- V – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- VI – o Defensor Público-Geral da União;
- VII – partido político com representação no Congresso Nacional;
- VIII – confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;
- IX – a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

X – o Governador de Estado ou do Distrito Federal;

XI – o Procurador-Geral de Estado ou do Distrito Federal;

XII – o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público de Estado ou do Distrito Federal e Territórios;

XIII – o Defensor Público-Geral de Estado ou do Distrito Federal e Territórios;

XIV – os Tribunais Superiores, os Tribunais de Justiça de Estados ou do Distrito Federal e Territórios, os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais do Trabalho, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais Militares.

§ 1º Os municípios e as pessoas jurídicas integrantes da administração pública indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, poderão propor a edição de súmula com efeito vinculante, na forma do **caput** do art. 5º.

§ 2º No procedimento de edição, revisão ou cancelamento de súmula com efeito vinculante, o relator poderá admitir, por decisão irrecorrível, a manifestação de terceiros, mesmo aqueles sem interesse estritamente jurídico na questão, na forma estabelecida pelo Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Art. 4º No procedimento para edição de súmula, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal restringir os efeitos vinculantes ou decidir que só tenha eficácia a partir de data certa.

Art. 5º A edição de súmula com efeito vinculante, quando não se der de ofício, será proposta incidentalmente durante o julgamento de feitos da competência do Supremo Tribunal Federal, e sobrestará o seu julgamento, se necessário.

Parágrafo único. A proposta de edição de súmula:

I – se for feita perante a turma, a remessa dos autos ao plenário estará condicionada à anuência de 2 (dois) Ministros, e independerá de lavratura de acórdão;

II – se apresentada perante o plenário, adotar-se-á o procedimento estabelecido pelo Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Art. 6º Os legitimados nos incisos I a XIV do art. 3º poderão propor, mediante petição, a edição de súmula vinculante, independentemente da existência de processo em curso.

Art. 7º A revisão e o cancelamento de súmulas vinculantes, quando não ocorrerem de ofício, serão propostos mediante petição, sujeita a distribuição, independentemente da existência de processo em curso.

§ 1º A petição, que deverá ser acompanhada de instrumento de mandado, se for o caso, indicará:

I – o número do enunciado impugnado e os fundamentos jurídicos do pedido;

II – a existência de mudança jurídica ou fática substancial, capaz de justificar a alteração do entendimento que presidiu a edição da súmula.

§ 2º Revogada a lei à qual a súmula está vinculada, tratando-se de súmula interpretativa, esta perde automaticamente a eficácia.

§ 3º A proposta de revisão ou cancelamento de súmulas com efeito vinculante não enseja suspensão dos processos nos quais a matéria versada na súmula for discutida.

Art. 8º Os enunciados da súmula serão redigidos com clareza e precisão, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

I – para a obtenção de clareza:

a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando o enunciado versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja sumulando;

b) usar frases curtas e concisas;

c) construir as orações na ordem direta, evitando o preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis;

d) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto dos enunciados, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente;

e) usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico;

f) evitar o uso de expressões ou conceitos vagos ou indeterminados;

g) restringir o conteúdo de cada enunciado a um único assunto;

II – para a obtenção de precisão:

a) articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objeto da súmula e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o Tribunal pretende dar ao enunciado;

b) expressar a idéia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico;

c) evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto;

d) escolher termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do território nacional, evitando o uso de expressões locais ou regionais;

e) usar apenas siglas consagradas pelo uso, observado o princípio de que a primeira referência no texto seja acompanhada de explicitação de seu significado;

f) grafar por extenso quaisquer referências a números e percentuais, exceto data, número de lei e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto.

Art. 9º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal, sem prejuízo dos recursos cabíveis ou do uso de outros meios de impugnação.

§ 1º Julgada procedente a reclamação referida no **caput**, o Supremo Tribunal Federal anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.

§ 2º Quando a reclamação de que trata o **caput** impugnar ato administrativo, será exigido, como condição de procedibilidade, o esgotamento da instância administrativa, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência do ato impugnado, desde que não se trate de ato omissivo ou desde que nessa instância se possam obstar os efeitos do ato.

§ 3º O procedimento da reclamação de que trata o **caput** deste artigo será estabelecido no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Art. 10. Caberá ao Supremo Tribunal Federal estabelecer, em seu Regimento Interno, as normas necessárias ao cumprimento desta Lei.

Art. 11. art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 56.

.....

§ 3º Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria súmula com efeito vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.” (NR)

Art. 12. A Lei nº 9.784, de 1999, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 64-A e 64-B:

“Art. 64-A. Se o recorrente alegar violação de súmula com efeito vinculante, o órgão competente para decidir o recurso explicitará as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso.

“Art. 64-B. Acolhida, pelo Supremo Tribunal Federal, a reclamação fundada em violação de súmula com efeito vinculante dar-se-á ciência à autoridade prolatora e ao órgão competente para o julgamento do recurso, que deverão adequar as futuras decisões administrativas em casos semelhantes, sob pena de

responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal.”

Art. 13. Esta Lei entra em vigor 3 (três) meses após a sua publicação oficial.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Marcelo Crivella.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 148, DE 2006

Dispensa de publicação de redação final.

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero a dispensa de publicação do Parecer, para imediata discussão e votação da redação final do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 2006.

Sala das Sessões, 2 de fevereiro de 2006. – Senador Efraim Moraes

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação a redação final.

As Sr^{as} e Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Marcelo Crivella.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 149, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Congratulações à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e ao Colégio São Bento, ambos do Rio de Janeiro, por terem obtido a melhor pontuação no Exame Nacional de Ensino Médio de 2005 (ENEM/2005), respectivamente no ensino público e no ensino particular, dentre todas as escolas das 27 capitais brasileiras.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2006. – Senador Marcelo Crivella

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Marcelo Crivella.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 150, DE 2006

Senhor Presidente,

Requeiro, com fulcro no artigo 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação, em conjunto dos Projetos de Emenda à Constituição, nºs 80 de 2003, 82 de 2003 e 73 de 2005; o primeiro de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, o segundo, de minha autoria, e o terceiro, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que regulam a mesma matéria.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2006. – Senador Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– O requerimento que acaba de ser lido será publicado e, posteriormente, incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, “c”, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Marcelo Crivella.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 151, DE 2006

Requeiro Voto de Aplauso a Joana Limongi, no ensejo do lançamento, pela Secretaria de Cultura do Distrito Federal, do livro Maria Brasileira Limongi, com a reprodução fotográfica da obra da artista plástica de Brasília.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Aplauso à artista plástica brasileira Joana Limongi, pelo lançamento do livro Maria Brasileira Limongi, edição da Secretaria de Cultura do Distrito Federal.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da artista e à Secretaria de Cultura do Distrito Federal.

Justificação

O livro Maria Brasileira Limongi é uma homenagem merecida à artista plástica brasileira Joana Limongi. Seu conteúdo reproduz a obra da artista e será lançado no dia 7 de março deste ano. A artista é, pois, merecedora do Voto de Aplauso que ora propomos ao Senado da República.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2006. – Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 152, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao atleta brasileiro Ibi Aires, pela conquista de vaga na equipe olímpica brasileira, modalidade Taekwondo, que vai disputar os Jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao atleta Ibi Aires, que conquistou vaga na Equipe Olímpica Brasileira, na modalidade de Taekwondo, que vai disputar os Jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio de Janeiro.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e do Comitê Olímpico Brasileiro.

Justificação

Após treinamento exaustivo, o atleta Ibi Aires tomou-se o primeiro brasileiro a integrar a equipe olímpica do Brasil. Como tal, sua presença nos Jogos Olímpicos de 2007, no Rio, está assegurada. Ele conquistou o lugar de atleta da equipe olímpica por ocasião da disputa da última seletiva para os Jogos, em Belo Horizonte, no dia 29 de janeiro de 2006. Assim, a homenagem que ora formulo justifica-se, pelo que solicito sua aprovação.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Renan Calheiros, Presidente desta Casa, comunica que na próxima segunda-feira, dia 13 de fevereiro, tendo em vista que os dias 13 e 14 próximos serão os últimos dias da convocação extraordinária, teremos que votar matérias importantíssimas, como a Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2006, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2005, que institui o Timemania e outros. Assim, ao tempo em que faz este comunicado, convoca as Sr^{as} e os Srs. Senadores para que, na próxima segunda-feira, dia 13, possamos fazer sessão deliberativa. Portanto, estão convocados todos as Sr^{as} e os Srs. Senadores para participarem, na próxima segunda-feira, de sessão deliberativa.

A Presidência agradece a compreensão e, com muita expectativa, conta com a presença de mais de dois terços das Sr^{as} e dos Srs. Senadores em plenário.

Volta-se às homenagens.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá, pela ordem.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu tinha solicitado a palavra, no início da sessão, para uma comunicação inadiável. Eu gostaria de saber se é possível exercê-la.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a tem a palavra para uma breve comunicação e dispõe de cinco minutos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, também gostaria de solicitar a palavra para falar pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Falará em primeiro lugar, pela Liderança, a Senadora Heloísa Helena; em segundo lugar, o Senador Marcelo Crivella; e depois V. Ex^a, Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Se a Senadora Heloísa Helena não estiver, poderia falar em seu lugar?

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Caso a Senadora Heloísa Helena não esteja em plenário no momento, V. Ex^a será a segunda a falar, após o Senador Marcelo Crivella. A não ser que o Senador Marcelo Crivella concorde em trocar com V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem, nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como cedi o meu tempo na sessão de homenagem ao Senador Sibá Machado, já que era o segundo inscrito, eu gostaria de saber se consigo fazer o meu pronunciamento como uma comunicação inadiável, se V. Ex^a considerar possível, ou se falarei como orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – V. Ex^a falará como orador inscrito, porque vamos fazer a alternância dos oradores inscritos com a fala dos Líderes.

Senador Romero Jucá, V. Ex^a dispõe de cinco minutos para uma comunicação inadiável.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra para registrar que dei entrada, hoje, e será votado dentro de instantes, um requerimento de pesar pelo falecimento de Dr. Dorval de Magalhães, um homem que tem a sua história e a sua vida ligada diretamente a vida do nosso Estado.

O Dr. Dorval de Magalhães era neto do fundador de Roraima, do fundador da nossa comunidade, Inácio Lopes de Magalhães. Foi Secretário Municipal da Educação e de Urbanização, quando criou o Horto Municipal; implantou a Academia Roraimense de Letras, presidindo-a durante 11 anos. Era um poeta, um escritor que dedicou a sua vida de 92 anos ao povo de Roraima, à nossa terra, às nossas tradições e à nossa cultura. Com o seu falecimento, Roraima fica mais pobre, enlutada e triste.

Em meu nome, em nome de todo o povo de Roraima, em nome da Prefeita Teresa Jucá e de todos os companheiros do PMDB, quero encaminhar à família do Dr. Dorval de Magalhães os nossos sentimentos, os nossos votos de pesar e, também, a nossa certeza de que o Dr. Dorval de Magalhães foi um exemplo importante para a construção do nosso Estado e é um exemplo a ser seguido.

Faço, portanto, este registro e abraço a toda a família do Dr. Dorval de Magalhães, abraço todo o povo de Roraima. E peço, Sr. Presidente, a aprovação do requerimento de pesar para fazer justiça a esse grande roraimense, a esse grande brasileiro.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Edição Online

¶ Página Inicial

¶ Últimas Notícias

¶ Entrevista

¶ Especiais

Edição Impressa

¶ Opinião

¶ Política

¶ Parabólica

¶ Cidades

¶ Social

¶ Variedades

¶ Polícia

¶ Esportes

Serviços

¶ Classifolha

¶ Denúncias

¶ Fale conosco

¶ Newsletter

¶ Expediente

.. | Últimas Notícias | ..

09-02-2006 - 08:22

TAMANHO DA FONTE [a] [a] [a]

RORAIMA EM LUTO – Morre Dorval de Magalhães

Da Redação

Hoje o povo de Roraima acordou mais triste. Morreu às 5 horas, Dorval de Magalhães, ícone da literatura roraimense. Ele estava internado desde ontem no hospital Rubens de Souza Bento. A família ainda está organizando os preparativos para o velório, que deverá ocorrer na Câmara Municipal de Boa Vista ou na Catedral Cristo Redentor.

O escritor, que faria 92 anos daqui a uma semana, era neto do fundador da cidade de Boa Vista, Inácio Lopes de Magalhães, e foi quem compôs o hino de Roraima. Era formado engenheiro agrônomo, mas desde criança sempre sonhou em se dedicar a literatura, sonho este que só realizou ao se aposentar aos 60, quando passou a se dedicar a vocação.

Em Roraima desempenhou importantes funções no serviço público, como secretário da Divisão de Produção de Terras e Colonização, primeiro secretário municipal de Urbanização, e secretário municipal de Educação de Boa Vista, quando desenvolveu o projeto de criação do Horto Municipal.

O primeiro livro publicado ocorreu em 1978. A obra foi revelada sua pesquisa sobre a 'Agropecuária Roraimense'. Em seguida veio um livro de poesia intitulado 'Áurea'. Outro livro publicado por Dorval foi 'Roraima – informações históricas', com 1ª edição de 1984. Ele lançou ainda 'Este mundo está doente'.

Sua dedicação à literatura foi fundamental para colaborar com a implantação no Estado da Academia Roraimense de Letras. Ele foi o segundo presidente da Academia, permanecendo por longos 11 anos, o que fez receber o título de presidente honorário. Ultimamente ele se dedicava a escrever crônicas e poesias.

← VOLTAR

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. PFL – PB)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella e, em seguida, ao Senador Efraim Morais.

Nobre Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MARCELO CRIVELLA (PMR – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma homenagem àqueles que ficam por detrás das câmaras da TV Senado e que normalmente não aparecem – para que os seus familiares e amigos pudessem ter, também, a alegria que os nossos eleitores e os nossos familiares têm quando nos vêem aqui falando das coisas do nosso País.

Também gostaria de citar aqui o resultado que teve a avaliação do exame do Ensino Médio e que saiu hoje na **Folha de S. Paulo**, onde é colocado que duas escolas do Rio de Janeiro – uma particular, que é o Colégio de São Bento, e outra pública, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – foram as melhores avaliadas entre todas as escolas de Ensino Médio, públicas e privadas, do nosso País.

Aliás, Sr^a Presidente, faço um requerimento para que seja emitido, por esta Casa, os votos de congratulações a essas duas escolas. Isso mostra que o Rio de Janeiro, embora tenha fechado as estatísticas do crime, no ano de 2005, de maneira trágica: mais de 300 mil delitos aconteceram. É até impensável imaginar, mas no ano de 2005 houve 117 mil furtos no Rio de Janeiro; 111 mil assaltos; mais de 6 mil homicídios; mais de 1.200 estupros e mais de 79 mil lesões corporais dolosas. Isso dá mais de 800 delitos-crime cometidos por dia, mais de 30 por hora.

Mas o Rio de Janeiro continua sendo uma referência em termos de educação de nível médio, tanto nas escolas públicas como nas escolas privadas. O Colégio de São Bento inicia-se no século XVI, quando os jesuítas da ordem de São Bento vieram de Portugal e se instalaram naquele morro próximo à Praça XV, hoje chamado Morro de São Bento.

Já no século XVII, o Rio de Janeiro era um grande canavial e pertencia ao Governador Salvador Correia de Sá e Benevides, que tinha uma sobrinha que doou todas as suas terras ao Colégio de São Bento. Até hoje o Colégio de São Bento luta na Justiça para ter direito a alguma parte nas transações imobiliárias da Barra da Tijuca, já que grileiros tomaram posse de toda a área originalmente doada pela sobrinha de Salvador Correia de Sá e Benevides, o Governador do século XVII, que também foi o maior traficante de escravos.

Não faço aqui nenhuma homenagem a ele. Foi um dos homens mais ricos, começou com latifúndio na minha cidade, no meu Estado, e enriqueceu trazendo

escravos de Angola. Aliás, o bairro Galeão, onde hoje está o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, tem esse nome graças a ele. Ali havia um estaleiro; ele fabricava galeões e, com esses navios, ia buscar escravos. Milhares e milhares de escravos vieram naqueles porões para o Rio de Janeiro, no tráfico mais desumano que já ocorreu na história do nosso País.

Finalizando, Sr^a Presidente, gostaria de fazer uma observação. Pena que os nossos amigos da TV Senado foram embora. Uma das coisas que mais nos motiva na vida pública, aqui no Senado Federal, é a isenção, o espírito democrático, o amor à profissão, o respeito aos eleitores, que tem a TV Senado. Digo isso porque sou discriminado continuamente. A imprensa, sobretudo do meu Estado, para me discriminar, costuma me chamar de Bispo da Igreja Universal do Reino de Deus. Eu sou Bispo licenciado da Igreja e me orgulho muito disso, mas sou Senador do Rio de Janeiro, e tive 3 milhões e 200 mil votos. O IBGE estima, no meu Estado, cerca de 600, 700 mil evangélicos.

A recente pesquisa feita pelo GPP sobre em quem o eleitor votaria no próximo pleito para Governador do Estado lançou o nome do Sérgio Cabral, meu companheiro, como candidato do Garotinho; o da Denise Frossard, do PPS, e o meu, Marcelo Crivella, candidato da Igreja Universal do Reino de Deus. Essa é uma maneira de estimular a discriminação e o preconceito, que não encontra respaldo na alma do povo carioca, extremamente democrata e que, de maneira nenhuma, discrimina raça, religião, time de futebol ou condição social, ou econômica. Mas a TV Senado não faz isso. É o único meio de comunicação que jamais me discriminou. Quero prestar este depoimento publicamente.

O meu Estado tem dois problemas crônicos tremendos. Um é a habitação. Graças a Deus tive a oportunidade de ser relator e aprovar aqui no Senado Federal o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, que vagava no Congresso há 14 anos.

O Presidente Lula, quando sancionou essa lei, fez um elogio público agradecendo a aprovação, mesmo quando muitos Senadores achavam que essa iniciativa era de prerrogativa exclusiva do Executivo e não queriam aprová-la. Imaginem, conseguimos aprovar a primeira lei de iniciativa popular, com dois milhões de assinaturas, inclusive a do metalúrgico Lula, há dez anos.

Este ano, Senador Paulo Paim, já temos um bilhão de reais que, claro, vai beneficiar o meu Estado. Mas isso não sai na mídia, a não ser na TV ou no **Jornal do Senado**.

Temos um problema gravíssimo de segurança. Como disse no começo do meu pronunciamento, são

300 mil crimes cometidos no Estado do Rio de Janeiro todos os anos. Também sou autor de um substitutivo que deu poder de polícia às Forças Armadas para vigiar as nossas fronteiras. Ora, toda arma ilegal e toda a cocaína que está infestando o Rio de Janeiro vêm sobretudo do Peru, Colômbia e Bolívia. É nas fronteiras que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica precisam deter isso; não é subindo o morro com fuzil e metralhadora pesada dando tiro em inocentes. É de minha autoria a emenda que deu poder de polícia à Marinha, à Aeronáutica e ao Exército, para vigiar as fronteiras, já que a Polícia Federal tem um efetivo de apenas dez mil homens. Saiu alguma linha na imprensa? Não, mas saiu na TV Senado, na Rádio Senado e no **Jornal do Senado**.

Portanto, imaginem o que seria de nós se não fossem esses prestimosos colaboradores jornalistas que fazem um trabalho isento? Que possam servir de exemplo para a mídia do meu País.

Sr^a Presidente, muito obrigado.

Gostaria de mais uma vez reiterar que hoje apresento voto de louvor a duas escolas do meu Estado consideradas as primeiras no exame do ensino médio, o Colégio de São Bento e a Escola Politécnica de Saúde.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Marcelo Crivella, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela inscrição, o Senador Efraim Moraes.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero inicialmente fazer minhas homenagens que, com certeza, são desta Casa ao Senador Tião Viana, que aniversaria hoje. Quero parabenizá-lo, abraçá-lo e desejar a S. Ex^a e à sua família muita paz e saúde.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os Procuradores da Fazenda Nacional estão mobilizados para deflagrar, a partir da próxima segunda-feira, dia 13, greve geral por tempo indeterminado. Com esse movimento, a categoria pretende denunciar à sociedade brasileira a situação que vem suportando de desmotivação na carreira, deficiência dos recursos necessários à consecução de suas tarefas e aviltamento dos salários, e reivindicar das autoridades competentes tratamento adequado à estatura que lhe concede a Constituição Federal.

O Manifesto dos Procuradores, ao reivindicar melhores condições de trabalho e tratamento salarial compatível com sua importância institucional, alerta que a categoria exerce função essencial ao Estado, com a incumbência de executar a dívida ativa tributária da União e que, por isso, tem importância estratégica para a sociedade brasileira.

De fato, Sr^a Presidente, o Estado, desprovido de recursos, não funciona e, como o recolhimento dos tributos nem sempre é espontâneo, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional é que viabiliza o recolhimento dos valores para que o Estado possa cumprir suas obrigações institucionais. É exatamente por considerar atividades essenciais ao Estado que nossa Carta Magna, em seu art. 37, inciso XXII, garante às administrações tributárias de todos os níveis prioridade na destinação de recursos, além de prever a integração das tarefas e o compartilhamento das informações fiscais.

Vinculada simultaneamente ao Ministério da Fazenda e à Advocacia-Geral da União, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional é o órgão que garante a observância à cobrança dos tributos, uma vez que a administração tributária, sem uma procuradoria eficiente, não atemoriza o infrator.

O papel da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e de toda a administração tributária ganha relevo na atual conjuntura, em que a carga tributária, confiscando 36% de todas as riquezas produzidas no País, põe em risco a atividade econômica, inviabiliza diversos setores produtivos e inviabiliza o crescimento econômico.

O atual modelo tributário dá sinais de exaustão, e verifica-se um círculo vicioso: o Estado aumenta a carga tributária para atender às suas necessidades; o contribuinte, sufocado, refugia-se na informalidade para evitar o recolhimento dos tributos; com a base contributiva reduzida, as autoridades, novamente, aumentam a carga tributária.

Analisando o comportamento da Procuradoria-Geral da Fazenda, o Procurador Cláudio Roberto Leal Rodrigues diz haver consenso entre os especialistas acerca do modelo atual, que “contribui para a busca da informalização e da sonegação fiscal, conseqüências nefastas da elevada carga tributária e comprometedoras do pleno desenvolvimento econômico que desarranjam a economia, pois desordenam de maneira expressiva a livre concorrência e o adequado planejamento das receitas tributárias do Estado e do faturamento das empresas”.

Para ele, assim como para os demais Procuradores, para os tributaristas e empresários em geral, é necessário reorientar o foco, impondo-se, como medi-

da profilática, combater a sonegação para manter os níveis de arrecadação do Estado.

Dessa forma, Sr^a Presidente, seria possível reduzir a acachapante carga tributária e promover, em seguida, a isenção na formalidade de milhares de empresas e de prestadoras de serviço que hoje atuam à margem da economia oficial. Só assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, com o combate à sonegação, com a simplificação dos procedimentos burocráticos e com a redução dos elevados índices de elisão, conseguiremos promover uma efetiva justiça fiscal.

O Estado, portanto, não pode abrir mão do papel coercitivo desempenhado pela Procuradoria-Geral da Fazenda na arrecadação dos tributos. Nesse aspecto, vemos com preocupação não apenas o sucateamento desse órgão, mas também a proposta, ora mais, ora menos explícita, ora mais, ora menos contundente, de privatizar a cobrança da dívida ativa da União. A verdade, Sr. Presidente, é que a proposta de privatização da cobrança, assim como a atitude de aparente descaso com que vem sendo tratada a Procuradoria, não se justificam em hipótese alguma.

O fato é que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para quem não sabe, tem desempenhado seu papel com eficiência e até com obstinação. Não se pode, por ignorância da realidade ou por mero capricho, pôr em risco um patrimônio de R\$250 bilhões, que é a quanto ascende a dívida ativa da União.

O fato é que a recuperação desses ativos tem custado muito pouco à Nação, pois a manutenção da Procuradoria tem custo irrisório em relação aos valores por ela arrecadados. Entre 2000 e 2004, por exemplo, a Procuradoria recuperou para a União R\$8,5 bilhões em créditos tributários da dívida ativa e R\$24,3 bilhões de créditos tributários por via judicial, perfazendo R\$32,8 bilhões. No mesmo período, as despesas com a Procuradoria, confrontadas com os valores arrecadados, ficaram em 0,9%, o que evidencia o baixo custo dessas cobranças.

No que se refere a despesas [ênfatisa o já citado Cláudio Rodrigues] a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, além de gerar, com o trabalho de seus servidores, os recursos necessários para sua manutenção, na relação custo-benefício, apresenta uma mais-valia substancial.

Pode-se concluir desses números que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional não apenas é auto-sustentável, mas uma verdadeira mina de ouro para o Estado brasileiro, o qual, no entanto, em vez de investir nessa estrutura, a tem relegado a segundo plano por inépcia ou incúria administrativa.

Vale lembrar, a propósito, que, entre os valores cobrados nas execuções fiscais, há um componente denominado “encargo legal”, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.025, de 1969. No período de 2000 a 2003, esse encargo, que constitui receita do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf), somou R\$725 milhões.

Desse total, apenas R\$251 milhões foram, de fato, aplicados na manutenção da Procuradoria, que se ressentiu de recursos para aparelhamento e modernização para melhor cumprir suas atividades institucionais. Atualmente, há 1.043 Procuradores da Fazenda Nacional em atividade, coadjuvados por 1.529 servidores de apoio.

O número de processos e expedientes administrativos sob a responsabilidade dos Procuradores, entretanto, eleva-se a 5 milhões 812 mil processos. Em 2003, esses números resultaram em nada menos que 5.530 processos e expedientes para cada Procurador.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conhecendo de perto o trabalho dos Procuradores da Fazenda Nacional, sabendo de sua importância para o bom funcionamento da administração tributária e reconhecendo a legitimidade de suas reivindicações, manifesto-lhes a minha solidariedade no momento em que lançam mão de um recurso extremo para reivindicar salários dignos e condições propícias para o exercício de suas atividades.

Entretanto, otimista que sou, acredito que uma solução pode surgir ainda antes do acirramento dos ânimos. Por isso, apelo às nossas autoridades para que, buscando o diálogo e exercitando o bom senso que a vida pública requer de todos nós, saibam valorizar a categoria e negociar uma solução satisfatória.

Finalmente, Sr^a Presidente, acredito que a continuidade e o aprimoramento das atividades desenvolvidas pela Procuradoria e por toda a administração tributária continuarão representando um caminho seguro para alcançarmos a justiça fiscal, o crescimento econômico e a correção das desigualdades.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr^a Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Obrigado Senador Efraim.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no dia 20 de setembro, a Mesa do Senado aprovou por unanimidade um requerimento de nossa autoria que objetivava obtermos a documentação sobre a utilização do cartão corporativo na área da Presidência da República.

Depois de algum tempo, a Casa Civil da Presidência da República manifestou-se a respeito, encaminhando um ofício a esta Casa no qual alegava a impossibilidade de enviar a documentação requerida, já que a mesma é muito numerosa, tem cerca de cem mil folhas, mas colocando-a à disposição de um assessor. No intuito de cooperar, encaminhamos um assessor, que, lamentavelmente, não teve a possibilidade de acessar essa documentação.

Acabo de receber ofício da Ministra Dilma Rousseff informando que não poderá oferecer a documentação para análise da assessoria do meu gabinete, pois somente a Mesa do Senado Federal poderia indicar assessor com autoridade para ter acesso à documentação que solicitamos.

Por essa razão, estamos encaminhando a solicitação para que Mesa do Senado Federal designe o servidor do Tribunal de Contas da União que presta serviços a esta Casa, o Auditor Eduardo Nery Machado, para que tenha acesso à documentação.

Como se sabe, há denúncias de má utilização dos cartões corporativos. O próprio Tribunal de Contas da União está realizando auditoria. Em um relatório preliminar da auditoria realizada junto à Presidência da República, constatamos irregularidades e demos consequência à auditoria com uma investigação que nos levou a descobrir uma fábrica de notas frias, notas que calçavam despesas fictícias, inclusive com recursos significativos sacados na boca do caixa eletrônico com a utilização do cartão corporativo. Por essa razão, há necessidade de essa investigação ter prosseguimento.

Daí o apelo que fazemos à Mesa do Senado Federal para a designação desse servidor, a fim de que ele possa ter acesso à documentação referida.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Mesa aguarda o encaminhamento do documento da parte de V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti pela Liderança do Bloco.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Senadora Serys Slhessarenko.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero parabenizar, publicamente, nosso querido Senador Tião Viana, Vice-Presidente desta Casa, pela comemoração dos seus 45 anos.

Aproveito o dia de hoje para tecer alguns comentários a respeito dessa quinta viagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a países africanos. A viagem que está sendo feita neste momento pelo Presidente Lula à Argélia, a Benin, a Botsuana e à África do Sul

coloca-se dentro de um contexto, de uma conjuntura. Quando o Presidente Lula iniciou seu mandato, com uma visão extremamente diferenciada de política externa, fortalecendo a reintegração da América Latina, da América do Sul, promovendo a reconstituição do Mercosul e a aproximação com países em desenvolvimento, numa busca muito próxima com os países africanos, algumas pessoas disseram que se tratava de uma política externa terceiro-mundista. Hoje, os fatos, na era da globalização, estão aí para desmentir os que tentavam desqualificar uma política externa que se mostrou absolutamente correta, com resultados significativos para o nosso País. Se não bastassem tantos outros efeitos, estão aí, principalmente, os resultados de nossas exportações, que batem recordes sucessivos, com diversificação de produtos – inclusive, os produtos industrializados, os produtos com valor agregado superam os produtos primários.

Essa viagem se iniciou pela Argélia, que é o segundo maior país da África. Com toda uma estrutura de agricultura e de extração de minérios, a Argélia é um dos principais fornecedores daquela porção de petróleo de que o Brasil ainda necessita importar para fazer o equilíbrio entre óleo pesado e óleo leve. No ano passado, 28% do petróleo bruto que a Petrobras importou vieram exatamente da Argélia. Essa viagem do Presidente Lula tem a ver com toda essa relação comercial que é desequilibrada, que é desfavorável ao Brasil. No ano passado, compramos da Argélia quase US\$3 bilhões, mas só conseguimos exportar para aquele país US\$384 milhões. Portanto, apenas 10% do que importamos da Argélia, conseguimos exportar. Essa viagem tem um aspecto comercial importante por causa dos acordos – alguns já foram fechados – de cooperação nas áreas de comércio, de navegação marítima, de agricultura e até de segurança sanitária.

Além disso, a Argélia tem uma posição estratégica no continente africano: encontra-se no Mediterrâneo, muito próxima, por exemplo, da Espanha, a apenas meia hora. Então, a Argélia pode servir de alavancagem e de trampolim para o comércio com parte da Europa, com parte do continente africano e com os países árabes. Sua posição é, efetivamente, estratégica e favorável à política externa brasileira. Por isso, essa viagem é tão importante nesse contexto de diversificação e de ampliação.

Além de debatermos todos esses acordos, houve também uma discussão importantíssima para nós, neste momento em que ainda estamos buscando superar a crise causada pela febre aftosa, porque a Argélia vetou o comércio da carne brasileira. Essa discussão está posta na pauta e está sendo levada pelo nosso querido Ministro Furlan.

Há outro assunto muito importante, Sr. Presidente, que eu gostaria de realçar, porque, nesta semana, foram anunciadas medidas relacionadas com o incentivo e com a ampliação do financiamento e da desoneração tributária para o setor da construção civil. Um dos principais temas em debate nessa visita do Presidente Lula à Argélia é a disputa por um consórcio brasileiro, que tem grande chance de ser vencedor, de participação num programa vultoso de construção de habitação na Argélia. Só para se ter uma idéia da dimensão da obra, são US\$60 bilhões que serão investidos ao longo de cinco anos naquele País, e um consórcio brasileiro está disputando, com grande chance de ganhar. Considerando US\$60 bilhões em cinco anos, são US\$12 bilhões ao ano. É mais do que estamos conseguindo investir este ano em termos de crédito e de financiamento, o que representa quatro vezes mais neste ano do que no último ano do Governo Fernando Henrique, mas está ainda muito aquém do que a Argélia tem disponibilizado nesse consórcio para construção de habitação popular.

Eu gostaria de terminar esses detalhes da visita, após falar sobre a ampliação do comércio, de contratos, além de toda a interligação, mais próxima ainda, da empresa petrolífera da Argélia com a nossa querida Petrobras e de todo o potencial que temos de ampliar, com a resposta que o Presidente Lula deu em entrevista coletiva concedida ontem a jornalistas que estavam fazendo a cobertura da sua viagem.

Questionado a respeito da maneira como estava vendo a situação de uma eleição em que, cada vez mais, felizmente para nós e para o povo brasileiro, as chances de reeleição do Presidente Lula se concretizam, questionado sobre o que iria acontecer e sobre qual seria a vinculação de todos esses acordos e essa implementação de política externa, muito próxima aos interesses brasileiros e africanos, o Presidente Lula deu a seguinte resposta:

Eu tenho tentado mostrar que a gente não deve se preocupar com o tempo na Presidência, porque política internacional e projeto estratégico são projetos de 20 anos, de 30 anos. Então, temos de pensar o seguinte: que mundo nós queremos para os próximos 20 anos, para os próximos 30 anos? É muito tempo para esperar? É. Mas se não começarmos a fazer agora, o que será da África daqui a 40 anos ou 50 anos?

Então, temos de dar o passo agora, e este é o momento, porque é o momento da negociação, é o momento em que os países têm de abrir suas mentes e seus corações, têm de abrir seus cofres, têm de abrir

seus conhecimentos tecnológicos e estender a mão ao mundo menos desenvolvido.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora, V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Se a Presidente permitir, porque meu tempo já se esgotou.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – A Presidente é democrata, até porque quero elogiá-la. V. Ex^a tem-se aperfeiçoado em política externa nesta Casa, tem-se aperfeiçoado em Economia e tem feito pronunciamentos aqui que credenciam V. Ex^a a, muito em breve, voltar à Liderança do seu Partido. Mas quero parabenizá-la pela coragem de vir aqui permanentemente defender o Governo no qual acredita, o que muitos não fazem. V. Ex^a cumpre aqui exatamente o seu papel. Fez justiça em elogiar o Ministro Furlan. A presença do Ministro Furlan na Argélia tem sido uma presença marcante, inclusive para a imprensa brasileira. Dessa forma, quero parabenizá-la por toda essa propaganda que V. Ex^a faz das viagens do Presidente Lula à África. Fique certa V. Ex^a de que essas viagens não incomodam a Oposição, muito pelo contrário. A Oposição fica muito satisfeita quando vê o Presidente visitando os países amigos, mostrando as riquezas brasileiras. Evidentemente, poderiam ser viagens mais objetivas. V. Ex^a falou da questão do petróleo, e poderíamos reivindicar preços melhores. O petróleo que se compra da Argélia é muito caro; poderia ter constado dessa pauta a discussão do preço do petróleo, mas fica para a seguinte. Sabemos que, daqui até o fim do Governo, ele vai viajar diversas vezes. Mas me quero solidarizar com V. Ex^a pelo registro que faz desta viagem de êxito do Presidente à Argélia, na companhia de vários Ministros, e a referência que faz à atuação fantástica do Ministro Furlan nesta viagem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Heráclito Fortes, não só ao resultado da viagem, que é extremamente positivo, porque não tem apenas um caráter de solidariedade de países em desenvolvimento, mas tem todo um caráter de articulação dos que precisam estar articulados, se complementando, se autobeneficiando mutuamente, colocando todo o potencial de desenvolvimento de países como Brasil e Argélia. Além do que, o Brasil tem uma dívida com o Continente Africano, porque nós subtraímos daquele Continente um contingente em torno de seis milhões de pessoas ali nascidas, que foram trazidas como escravas para este País, as quais contribuíram com a nossa economia. Portanto, nada mais justo que, na visão que o Presidente Lula desenvolve, com muito sucesso, podermos aperfeiçoar, aprimorar cada vez mais as nossas relações comerciais, políticas, culturais,

porque há indiscutivelmente muito, muito em comum entre o Brasil e a maioria dos países africanos.

Portanto, está corretíssimo o Presidente Lula quando se faz acompanhar da sua equipe de Ministros competentes. E eu tenho ainda mais um orgulho, Senador Heráclito Fortes, porque o Ministro Furlan ainda catarinense é. Então, para nós é mais uma fonte de orgulho, porque é mais uma forma de contribuição do nosso Estado para o sucesso do desempenho do nosso País.

Gostaria de deixar aqui registrado que busco trazer à tribuna o máximo possível de informações, de forma clara, para que as pessoas possam ouvir aquilo que me é permitido ter, digamos, de acúmulo sobre determinados assuntos que obrigatoriamente têm de ser variados. Como Senadora da República, tenho obrigação de acompanhar tudo aquilo que é importante para o País e para o desenvolvimento do meu Estado e o faço na condição de Senadora que quer que este País, cada vez mais, se desenvolva, gere emprego, distribua renda, faça a inclusão social. E vejo no Governo Lula esse caminho trilhado.

Então, venho aqui à tribuna, todas as vezes que me dão oportunidade, com convicção. Não faço por obrigação, não faço compelida, não faço, sob nenhuma hipótese, como algumas vezes se insinua até com certo grau de ironia ou ataque. Faço porque sou convencida do resultado positivo nas principais políticas adotadas pelo meu Governo, que, para desespero talvez da Oposição, Senador Heráclito, cada vez mais se consolida como uma perspectiva de continuidade, com a reeleição do Presidente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a mostra, pelo menos, que o espírito da gratidão a contamina e a domina. A gratidão de V. Ex^a ao Presidente Lula, todos nós sabemos aqui, é de conhecimento nacional. Eu sei que V. Ex^a faz essas defesas do Presidente Lula com o maior prazer, com convicção. Talvez tenha sido uma das poucas que venha à tribuna e retribua o que recebe em benefício do seu Estado. Então, é admirável isso. Não penso que seja ironia ou maldade da Oposição. É sinceridade.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sinceridade sua também, não, Senador? Eu espero.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Essa evolução parlamentar de V. Ex^a aqui se deve também às tarefas difíceis que o Governo lhe confia. Talvez V. Ex^a tenha passado pelo processo evolutivo mais firme e crescente da História do Parlamento Brasileiro. Parabéns V. Ex^a, que hoje se aprofundou em economia, cibernética e tem dado aulas para nós aqui, e nós as recebemos com a maior humildade. Fique certa, Senadora, de que eu vejo isso com orgulho. Não inter-

prete mal a minha intenção. A sua referência à viagem de êxito do Presidente à África é uma prova da sua personalidade, acima de tudo da sua gratidão ao Governo que defende.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Heráclito, esse carinho sincero de V. Ex^a para comigo.

Agradeço, Sr. Presidente, pois o tempo passou bastante.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Ideli, eu proroguei por dez minutos porque fiquei encantado com a cor azul que V. Ex^a veste, que traz a tranqüilidade; não veio assim de vermelho-sangue.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Os gremistas é que gostaram.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, a Sra. Serys Slhessarenko, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Venha sempre de azul.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko, por cessão do Senador Juvêncio da Fonseca. Está inscrita como Líder, para depois usar da palavra, a Senadora Heloísa Helena, e a seguir, alternando, o Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul.

V. Ex^a, regimentalmente, poderá usar da palavra por dez minutos, mas eu não cortarei a palavra de V. Ex^a.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pela Liderança do Bloco/PT. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs. Senadores, já tivemos hoje aqui sessões especiais, solenes, pelo motivo de um ano da morte, assassinada que foi, da Irmã Dorothy Stang e pela comemoração de dez anos da nossa TV Senado. Infelizmente, não pude falar sobre esses dois assuntos durante as sessões, mas falarei agora.

Entendo que não existe melhor maneira de homenagear a memória da combativa mulher que foi a Freira Dorothy Stang do que desdobrar a sua luta.

Sua luta em defesa dos despossuídos.

Sua luta em defesa dos trabalhadores rurais sem-terra.

Sua luta contra o trabalho escravo e contra todas as formas de exploração da pessoa humana.

Palavras, palavras, palavras. As palavras também podem ser armas em favor da liberdade, da decência e da justiça.

Que nossas palavras, hoje, nesta sessão em que o Senado Federal põe em destaque a memória de Dorothy Stang, falem dos absurdos que ainda acontecem no Brasil, nos dias de hoje, diante dos nossos olhos. E nós não podemos nos calar. Para honrar a memória de Dorothy Stang, sem demagogia, é preciso que, como diz bem o povo, botemos a boca no trombone.

E começo falando do que acontece lá no meu Estado de Mato Grosso e está registrado na mídia, graças ao trabalho exemplar de jornalistas como Leonardo Sakamoto, da Agência Repórter Brasil.

Lá em Mato Grosso, um grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho, envolvido no combate ao trabalho escravo e às irregularidades trabalhistas, foi alvo de um ataque a tiros na manhã do dia de ontem, quarta-feira, dia 08 de fevereiro de 2006, em uma fazenda do Município de Nova Lacerda.

Vejam só, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, aconteceu no dia de ontem, lá em Mato Grosso! Está aí, diante de nossos olhos!

O grupo móvel foi às fazendas Sankara e Anhangüera, em Nova Lacerda, para atender a uma denúncia. Ao chegar no local, prendeu o capataz da propriedade por parte ilegal de arma. Os donos da terra, Amauri Heitor de Mendonça e Onuar Heitor de Mendonça, após serem informados da ocorrência, teriam, segundo os policiais militares, se dirigido até o posto da PM e dito que sua fazenda estaria sendo alvo de um assalto com um refém. Quer dizer, criaram a confusão que levou agentes da Polícia Federal a se confrontarem com agentes da Polícia Militar de Mato Grosso.

“O tiroteio durou alguns minutos, mas foi intenso. Atiraram para matar”, lembra o Auditor Fiscal do Trabalho Benedito de Lima e Silva. Havia treze pessoas no grupo móvel – cinco auditores, um procurador do Ministério Público do Trabalho e um motorista, além dos agentes federais. Todos se abrigaram. Foi feita uma comunicação via rádio durante o tiroteio para tentar interrompê-lo. Segundo os fiscais, o fazendeiro, do outro lado do fogo cruzado, teria dito por rádio: “quem está falando aqui é quem pode”. E completou: “se é guerra que a Polícia Federal quer, é guerra que ela vai ter”. Um dos fazendeiros participou do tiroteio com uma pistola particular e também atirou contra o integrantes do grupo móvel.

Felizmente, os irmãos Mendonça foram presos e devem responder por comunicação falsa de crime e tentativa de homicídio. Eles foram levados para a Delegacia da Polícia Federal, em Cáceres-MT, próximo da fronteira com a Bolívia, onde estão presos.

Esta é uma história preocupante, principalmente porque não é a primeira vez que o grupo móvel de fiscalização vira alvo de malfeitores. Em 28 de janeiro de

2004, três auditores fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho foram vil e covardemente assassinados em Unaí, Minas Gerais, há poucos quilômetros de Brasília, Capital da nossa República. O crime, que chocou o País, ainda aguarda uma solução, pois nenhum dos acusados foi julgado. Os supostos mandantes do crime são Antério e Norberto Mânica, que estão entre os maiores produtores de feijão do País.

São fatos como esses que mostram que a luta de Dorothy Stang não pode ficar esquecida.

Palavras – como já disse – palavras, palavras. Que este meu discurso sirva para mostrar que, como Dorothy Stang, nós não nos calamos. Nós neste Senado Federal não contemporizamos com aqueles que continuam a submeter trabalhadores e trabalhadoras rurais a trabalho escravo, degradante. O trabalho escravo é uma prática infame que deve ser denunciada sem dó.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, lembrando de Ulysses Guimarães, devemos bradar desta tribuna: o Brasil é Dorothy Stang, não os facínoras que a mataram.

Sobre essa questão, sugiro, ainda, que todos os Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, que todos nós que acompanhamos a sessão que houve há pouco em homenagem a Dorothy Stang, se detenham na leitura da coluna que hoje, dia 09 de fevereiro de 2006, a combativa jornalista Miriam Leitão publica no jornal **O Globo**. Miriam Leitão fala também do trabalho escravo. Miriam Leitão põe o dedo nesta chaga social que nos custou a vida de Dorothy Stang.

Sentencia a jornalista Miriam Leitão:

Como todo mundo sabe, estas são as algemas do trabalho escravo: a servidão por dívida. Tem sido assim desde o fim do século 19, quando acabou a escravidão no Brasil. Se o Brasil inocentar culpados poderosos, continuará sendo assim durante todo o século 21.

E Miriam Leitão detalha o que é servidão por dívida:

Mediante pagamento por produção, com desconto de despesas de alimentação, ferramentas ou botas, os trabalhadores devem trabalhar na fazenda, sem dela poder se ausentar, enquanto a diferença entre o valor do seu salário e da sua dívida não seja quitado.

Falo aqui fatos que estão diante dos nossos olhos, fatos que aconteceram esta semana. Fatos que estão hoje nas páginas dos jornais.

Que estas nossas palavras sirvam para mostrar, querida irmã Dorothy Stang, que não nos esquecemos

de sua luta, de sua história e para mostrar também que nos miramos no seu exemplo.

Para terminar, quero deixar mais uma vez o brado à maneira Ulysses Guimarães: o Brasil é Dorothy Stang, não os facínoras que a mataram!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sei que muitos desejam falar ainda e não vou tecer comentários sobre a minha fala com relação a irmã Dorothy Stang. Já li parte dela.

Vou fazer agora uma homenagem, por mais breve que seja, aos trabalhadores da TV Senado, a todos aqueles que, desde a sua inauguração, do seu início, do pensar, do planejar a TV Senado, Senadores e Senadoras, estiveram envolvidos nessa busca de fazer com que se criasse a TV Senado. Muito antes de ela nascer, certamente muitos batalharam por isso. Àqueles que contribuíram de forma decisiva e determinada para que ela surgisse e aqueles que hoje a levam com a maior competência, aos Senadores, em especial à Mesa diretora, que lhe vêm dando todo o apoio. Esperamos que muito em breve nós tenhamos uma TV Senado em canal aberto, como também a TV Câmara e as TVs das Assembléias Legislativas.

A TV Senado é da maior importância, da maior relevância, para o Brasil. Estamos vendo hoje o tamanho da audiência, a amplitude da audiência dessas televisões, mas infelizmente ainda têm acesso à TV Senado, à TV Câmara e à TV das assembléias legislativas apenas aqueles que têm a possibilidade de ter uma TV a cabo, uma TV fechada.

A nossa luta como Senadores e Senadoras é no sentido de que o nosso Presidente, Renan Calheiros, busque, com todo o seu esforço, com toda a sua força política, com toda a sua competência, com toda a sua determinação, ainda no seu mandato, que nós consigamos ter um canal aberto, para que todos os brasileiros e todas as brasileiras tenham acesso, no momento que quiserem e quando quiserem, à TV Senado. É da maior importância que a população acompanhe o trabalho dos Parlamentares tanto do Senado e da Câmara quanto das Assembléias Legislativas e, quiçá, das Câmaras Municipais. Só assim teremos a população, homens e mulheres, brasileiros e brasileiras, cada vez mais esclarecida do trabalho que desempenhamos e principalmente ...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – ... que julguem e avaliem o caso de cada um e de cada uma presente no Senado da República para que realmente vejam aqueles que vieram para cá encaminhados pelo voto do povo, porque cada um de nós aqui está por vontade e determinação do povo. Nas

próximas eleições, a população pode tirar qualquer um de nós daqui como de qualquer outra instituição, seja a Câmara dos Deputados, as Assembléias Legislativas ou as Câmaras Municipais.

É preciso que a população se conscientize cada vez mais da importância do nosso trabalho e que avalie o trabalho daqueles que estão aqui fazendo um esforço gigantesco, porque trabalhamos muito. Eu, pelo menos, trabalho muitíssimo e realmente espero que essa avaliação seja feita pela população porque...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – ... são homens e mulheres que nos mandaram para cá. A população como um todo tem que saber do nosso empenho e do nosso trabalho, para nos avaliar não só nas eleições, mas a qualquer momento, em plenário, em todas as Comissões, seja na CCJC, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, enfim, em todas elas.

Acabei de chegar da reunião da Comissão do Orçamento, que é extremamente trabalhosa e difícilíssima. O Orçamento está caminhando. O último relatório setorial já foi lido. Faltam poucos destaques, se não foram todos votados. O Senador Flexa Ribeiro está me informando – vim antes um pouco porque eu queria falar – que os últimos destaques já foram aprovados. Felizmente, Senador Flexa Ribeiro.

O Senador Flexa Ribeiro é uma das pessoas extremamente presente. Na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, vivemos um sofrimento quase permanente dia e noite. O Presidente da Comissão é o maestro Mestrinho – até rimou –, uma pessoa extremamente dedicada e com paciência histórica. Todos os setoriais estão aprovados. Na próxima segunda-feira já serão dados os próximos passos para que se chegue ao Relatório-Geral.

Rapidamente, por um minuto, ouço o aparte do Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, concluirei.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Um breve aparte, Senadora Serys Slhessarenko, apenas para confirmar a informação de V. Ex^a. Foi encerrada, Senador Heráclito Fortes, a aprovação de todos os relatórios setoriais ainda há pouco. Agora vamos ao Relatório-Geral. O esforço que Senadora Serys Slhessarenko compartilha, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, é o de todos os Deputados e Senadores ao longo de dias e noites na tentativa de construir um orçamento que possa atender aos anseios da sociedade brasileira. Só tenho a lamentar, Senadora Serys Slhessarenko, que todo esse esforço seja

em vão. A peça que estamos aprovando é uma ficção. Após aprovada, sofrerá contingenciamentos e destinações de atenção menores que não correspondem às necessidades da sociedade brasileira. Parabenizo V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador.

Já me encaminhando para o encerramento, gostaria de dizer que realmente a peça orçamentária é difícil. Essa discussão terá que ser aprofundada, Senador Mão Santa, Presidente desta sessão. Com certeza, no futuro, não teremos um orçamento totalmente impositivo. Teremos um caminho gradativo: um percentual impositivo, outro semi-impositivo e, por fim, não-impositivo. Será um crescendo. É uma discussão que certamente ocorrerá.

Parabenizo, mais uma vez, todos os trabalhadores e trabalhadoras da TV Senado. Eu nem vou tecer elogios ao trabalho desempenhado pela TV Senado, que realmente é da melhor da qualidade. Diria que a TV Senado é nota 10 e que é construída, no dia-a-dia, por trabalhadoras e trabalhadores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Serys Slhessarenko, fomos generosos no tempo, principalmente em respeito ao fato de V. Ex^a, em seu pronunciamento, ter buscado a inspiração de Ulysses Guimarães.

Concedo a palavra, por permuta com a Senadora Heloísa Helena, que estava inscrita como Líder do P-SOL, ao Senador do Piauí Heráclito Fortes.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só para dizer que, depois do Senador Heráclito, sou eu que falo. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Vamos entrar num acordo. Temos que levar em consideração a paciência e a tolerância do Senador Paulo Paim.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Senador Paulo Paim concordou.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Talvez eu possa ajudar, Sr. Presidente. Havia

um acordo anterior, em que falaria um inscrito e um pela Liderança. Falei como inscrita e, pela Liderança, seria a Senadora Heloísa. Era só isso que eu queria esclarecer sobre o acordo anterior, porque o Senador que preside não sabia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pela ordem, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero só tranquilizar a Senadora Heloísa e o Senador Heráclito, porque todos os Senadores e Senadoras terão oportunidade de usar da tribuna. O Presidente Mão Santa prorrogará a sessão o tempo necessário para que seja conduzida dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Acho desnecessário alguém pedir pela ordem, porque vamos seguir a bandeira do Brasil, que nos inspira ordem e progresso.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou ocupar esta tribuna para fazer um registro que, tenho certeza, é do seu agrado, Senador Mão Santa. Certamente, V. Ex^a, dessa Presidência, endossará minhas palavras.

A Folha de S. Paulo de ontem divulgou, na sua coluna Painel, uma nota que enche de orgulho todos os piauienses. A nota diz o seguinte:

Três estrelas

Um dado chamou a atenção do MEC na lista das escolas cujos alunos obtiveram as melhores médias do Enem [atenção, Senador Cristovam Buarque] a ser divulgada hoje pelo Ministro Fernando Haddad: três dos cinquenta estabelecimentos privados ficam em Teresina (PI). São os Colégios Dom Barreto, Santa Maria Gorete e São Francisco de Salles.

Ao trazer esse registro a esta tribuna, Senador Mão Santa, tenho a certeza de que estamos aqui homenageando uma classe de professores abnegados não somente de Teresina, mas também do Piauí. V. Ex^a, filho de professora, melhor que ninguém, sabe o que estou dizendo.

Teresina tem uma rede de ensino privado exemplar. E, ao verificar o reconhecimento por parte do Enem dessas três escolas, dentre as 50 brasileiras, só podemos sentir-nos orgulhosos da dedicação e da abnegação dos que fazem o ensino público e privado do nosso Estado.

Lamentamos que o sistema público não consiga acompanhar o privado. São questões já por diversas vezes aqui discutidas: as dificuldades e o contingenciamento de verbas. São temas recorrentes nesta Casa, mas, neste momento, o que nos cabe é homenagear os que fazem o Colégio São Francisco de Salles, tradicional colégio de padres jesuítas que, ao longo dos anos, vem dedicando toda a sua experiência ao ensino piauiense. A administração do colégio foi iniciada por eles na década de 60, uma vez que o estabelecimento já existia. Os padres jesuítas de origem italiana chegaram a Teresina comandados pelos Padres Moisés Fumagalli, Carlos Bresser, Florêncio, irmão Guido, Adriano e tantos outros que para lá se dirigiram, oriundos da Itália, e fizeram uma verdadeira revolução no ensino. É esse o Colégio São Francisco de Salles, que nós chamamos de Colégio Diocesano, hoje dirigido pelo Padre Anchieta Lima, que recebe esse destaque.

Outro colégio é o Santa Maria Gorete, tão bem dirigido pela Professora Tecia Leal. Ele tem dado grande contribuição para o ensino da nossa capital e do nosso Estado.

A terceira entidade é o tradicional Colégio Dom Barreto, antigamente dirigido por irmãs. A partir da década de 60 ou 70, não me lembro bem, passou a ter à frente da sua administração uma extraordinária figura de educador que é o Professor Marcílio Marques.

Tive oportunidade de ver minhas filhas estudando naquela escola quando fui Prefeito de Teresina, para onde me mudei. Admirava o seu corpo docente pela maneira dedicada com que, ao longo de todo esse tempo, vem desempenhando esse misterioso e fascinante exercício do ensino. O Prof. Marcílio é uma pessoa admirada, idolatrada por alunos e ex-alunos, e o Colégio Dom Barreto é uma referência no ensino.

As três instituições que acabo de mencionar são as que mais aprovam nos vestibulares aqueles alunos que passaram pelas suas salas de aula.

Senador Mão Santa, no momento em que o Piauí tem se pontificado por notícias ruins e notícias de desesperança, notícias de pouca perspectiva, é, portanto, com muito orgulho, com muita alegria, que faço aqui este registro, pedindo à Mesa do Senado que transmita aos diretores os nossos votos de parabéns, para que eles sirvam de incentivo, de estímulo aos que fazem esses três educandários, para que sirvam também de exemplo a todos os que fazem ensino no Piauí, para que acompanhem e sigam esse extraordinário exemplo que tanto orgulho traz à nossa terra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Eu não poderia deixar de complementar as palavras

do nobre Senador do Piauí Heráclito Fortes, justamente quando adentra este plenário um dos ícones desta boa educação do Piauí, o Senador Alberto Silva, que, em seu governo, teve a felicidade de ter como seu Secretário de Educação o saudoso Prof. Wall Ferraz.

Então, Senador Heráclito Fortes, quero dizer o seguinte: o Piauí acredita na educação, pois tem a quarta melhor pontuada no exame do Enem em 2005. O Colégio Vértice, de São Paulo, tirou 78,6; o Colégio WR, de Goiás, tirou 77,05; o Colégio Anglo-Brasileiro, da Bahia, tirou 75,63; e o Instituto Dom Barreto tirou 74,89, sendo, portanto, o quarto educandário particular melhor pontuado na avaliação do Enem.

Então, é uma vitória da educação do Piauí, que tem Alberto Silva, Wall Ferraz e tantos outros como seus ícones. A média das escolas particulares foi 55,72, a das escolas públicas foi 40,25, e a nota do Instituto Dom Barreto foi 74,89, o que demonstra que o Governo tem que intervir para proporcionar aos mais pobres uma boa educação.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Presidente Mão Santa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Augusto Botelho, passarei a ler o requerimento de V. Ex^a, que acaba de chegar aqui, pelo nosso Secretário-Geral, Raimundo Carreiro Silva.

Sobre a mesa, Requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 153, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e conforme os costumes desta Casa, seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dorval de Magalhães, engenheiro agrônomo e ícone da literatura Roraimense que, dentre outras realizações, compôs o hino de Roraima; e, nos termos do art. 221, inciso I, apresentação de condolências à família.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2006. – Senador **Augusto Botelho**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a pode defender o requerimento que chega à nossa mesa por três minutos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O Dr. Dorval Magalhães iria completar 92 anos na próxima semana. Era um amigo de meu pai, a quem eu tinha o prazer de visitar sempre. Para surpresa minha, na última visita que lhe fiz, há uns três meses, ele estava cultivando umas quinhentas mudas de buriti para dar a um amigo dele para plantar na sua propriedade. Com 92 anos, era ele quem cuidava das plantas e fazia tudo. Era um homem muito ativo, muito inteligente

e muito lúcido. Por isso, surpreendeu-me hoje a notícia da morte do grande amigo de Roraima, descendente do fundador da cidade de Boa Vista, Inácio Lopes de Magalhães.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço minha inscrição como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será inscrito.

Usará da palavra, neste instante, como Líder do P-SOL, a Senadora Heloísa Helena.

Estão inscritos o Senador José Agripino, como Líder, que já havia concordado em fazer uso da palavra, e o Senador Paulo Paim, que espera há muito, pacientemente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Primeiro, Sr. Presidente, quero agradecer ao nosso querido Senador Paim pela generosidade da permuta, para que eu pudesse fazer algumas breves considerações, até por que eu não tive a oportunidade de participar da homenagem que foi feita à Irmã Dorothy e à TV Senado.

Antes de tratar do assunto que me traz a esta tribuna, que é o debate da reforma política, quero dizer, como sabe o Senador Paulo Paim e vários outros militantes sociais, que a mais bela homenagem que poderíamos fazer à Irmã Dorothy, com certeza, não poderia ser feita num discurso, com palavras. Por mais que as homenagens sejam importantes, a mais bela que podemos fazer à memória da Irmã Dorothy – que, com certeza, está entre as guerreiras celestiais – é a nossa vivência, o nosso coração rebelde, a nossa alma dedicada à causa da liberdade, o nosso compromisso com a construção de uma Pátria soberana, justa, igualitária e fraterna. Essa é, sem dúvida, a mais bela declaração de amor à nossa irmãzinha, Irmã Dorothy, que, hoje, com certeza, está no céu conspirando a favor da humanidade.

Eu também não poderia deixar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de parabenizar, com entusiasmo, a TV Senado. Acho que o que existe de mais importante na TV Senado, e que se tornará mais importante ainda quando ela passar a ser um canal aberto, é a possibilidade que a sociedade, que a população, eleitora ou não, de forma geral, tem de fiscalizar os mandatos.

Claro que sabemos que há palavras e palavras. Nunca ninguém verá, nem que se imagine fazendo uma viagem interplanetária, nunca ninguém verá um político

dizendo que quer roubar, que não tem compromisso com a educação, com a saúde, com a segurança pública. Nunca ninguém verá isso, óbvio. Mas, pelo menos, o cidadão tem a possibilidade de fiscalizar as ações do Parlamentar, fiscalizar o que o Parlamentar defende, a coerência do seu discurso com a sua prática, com o seu compromisso assumido. Sem dúvida, a TV Senado, que parabenizamos neste momento, assim como a rádio, o jornal e todo o serviço de comunicação da Câmara, é um mecanismo de fiscalização extremamente importante.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem tive a oportunidade de me solidarizar – tenho certeza de que V. Ex^a, Senadora Lúcia Vânia, e a Senadora Patrícia Saboya Gomes, se estivessem presentes, teriam feito o mesmo – com a Sr^a Soraia Garcia, que prestou um depoimento de muita sensibilidade política. Só quem tem um coração de pedra ou a alma comida pelo “mensalão” não é capaz de se solidarizar com o que vimos ontem, no depoimento da Soraia.

Realmente, foi um depoimento, na CPI dos Bingos, de muita coragem. Isso é muito duro. Eu fui militante do PT e sei que muitos Parlamentares sofreram muito com a nossa saída do PT. Sei qual é a dor, Senadora Lúcia Vânia, porque, quando você é militante do partido, você é a rainha, é quase a deusa, é agraciada com as mais diversas homenagens, é acarinhada. Depois que você decide entre a filiação partidária e a sua cabeça, o seu coração, as suas convicções, você passa a ser agredida da forma mais pusilânime, mais infame e machista que há.

Ontem prestei solidariedade à Soraia, quando ela verbalizou o que atingia profundamente a sua alma e o seu coração, porque o que fizeram com ela não foi uma coisa qualquer. Imagina, Senadora Lúcia Vânia, que ela estava com a mãe internada, e ligaram para a casa dela dizendo que a mãe dela estava passando mal. Não estava, era só terrorismo. Passavam pela casa dela e atiravam, jogavam pedras. Diziam palavras de baixo calão, que devem ser denunciadas, porque não é justo que se agrida uma mulher desta forma: vadia, traidora, prostituta. Sei a dor que dói no coração de uma mulher ao ouvi-las, porque também já fui agredida com essas palavras. Sei que quem é capaz de agredir uma mulher com essas palavras é muito canalha, sórdido, infame.

Depois, descobri mais coisas ainda. Tantas pessoas que fingem bom-mocismo praticam não apenas esses atos que machucam a alma e o coração de uma mulher, da sua família, dos seus filhos, mas são capazes dos piores atos que há, das orgias com dinheiro público roubado, das coisas mais infames e sórdidas que há.

É por isso que eu não poderia deixar de, mais uma vez, atestar o meu orgulho de ser mulher, pelo depoimento que a Soraia ontem prestou, de cabeça erguida, de coração tranqüilo, de alma livre. Mesmo atacada da forma mais sórdida, infame, pusilânime que há, ela estava lá firme, decidida a honrar sua memória e sua história.

Eu queria terminar, Senador Mão Santa, até para possibilitar que o Senador Paulo Paim possa falar, ele que generosamente permutou comigo para que eu o fizesse antes, mas eu não poderia deixar de me referir a algumas preocupações sobre a reforma política.

Está claro que muitos dos envolvidos no banditismo eleitoral e na vigarice política tentam ludibriar mentes e corações de bem espalhados pelo Brasil, dizendo que roubaram porque a lei não proibía. Há muito disso. Eles começaram a dizer que roubaram porque não foi aprovada a reforma política, que roubaram porque a legislação possibilitava uma flexibilidade, o que não é verdade. Sejam honestos: não é verdade.

O Código Penal estabelece cadeia para tráfico de influência, para intermediação de interesse privado, para exploração de prestígio, para corrupção passiva e ativa, para caixa dois – que é crime eleitoral; estabelece cassação de mandatos parlamentares e de registro partidário. Tudo isso a legislação já prevê. É bom que se diga isso.

É importante fazer uma reforma política? É, mas não foi pela ausência da reforma política ou eleitoral que o banditismo foi patrocinado e depois descoberto e condenado com veemência pela opinião pública.

Reforma política, infelizmente, não estamos discutindo. Infelizmente, não estamos tendo a oportunidade de discuti-la. Existem, é claro, muitos projetos tramitando que tratam da reforma política. Tratam da democratização do acesso às instâncias de decisão política. Existem propostas não apenas de autoria do Gabeira, minha, do Simon e de vários outros Parlamentares, que possibilitam, inclusive, Senador Alberto Silva, as listas da sociedade. Muitas experiências importantes de pessoas, mesmo não estando vinculadas às estruturas partidárias, podem representar o pensamento do movimento estabelecido na sociedade, nas instâncias de decisão política, nos espaços de poder. Deve haver a possibilidade de garantir mais poder à sociedade, diminuindo o número de assinaturas necessárias para que os cidadãos possam apresentar um projeto de lei, pois um milhão de assinaturas é um exercício inglório. É importante que isso seja feito.

Sobre as regras relacionadas ao plebiscito e ao referendo, existem projetos encaminhados por Fábio Konder e vários outros projetos que tramitam na Casa e possibilitam o aumento da permeabilidade das ins-

tâncias de decisão política, dos espaços de poder ao controle da sociedade, para acabar com essa conversa fiada de que aqui se sentam “os iluminados” nas cadeiras azuis ou nas cadeiras verdes da Câmara, definindo, por completo, os destinos da sociedade e só podendo, a cada quatro anos, por ela ser fiscalizados. Muitos, independentemente de fiscalização, compram os mandatos e voltam do mesmo jeito. Daí a necessidade de uma reforma política. O que está sendo discutido não é uma reforma política; é uma reforma eleitoral.

É claro que reconhecemos o esforço que aqui foi feito também. O Senador Bornhausen apresentou uma proposta para diminuir os custos de campanha e os mecanismos que os políticos, na sua maioria, usam para, por meio do banditismo eleitoral da vigarice política, mentir ao povo, ludibriar a população e conseguir votos.

Entretanto, o que está sendo discutido é algo que nos impõe ou a modificação quando voltar para esta Casa ou uma rediscussão. Ao mesmo tempo em que proíbe o “brochinho”, porque proíbe a utilização do broche em qualquer momento da campanha ou no dia de votar, permite o *outdoor*, permite a contratação de cabos eleitorais, com um teto **ad infinitum**.

Proibir o abuso do poder econômico, proibir o *show* dos grandes cantores pagos, isso é essencial, é importante que seja proibido. É claro que é estranho quando se impede que um cantor queira cantar no seu palanque. É óbvio. Mas é completamente diferente do que ocorria nos “showmícios”. Agora, proíbe-se o “brochinho”, proíbe-se o papelzinho colado na parede, mas se permite o *outdoor*, se permite o “liberou geral” sem teto, sem limite para a contratação de cabos eleitorais, sem limite para o volume a ser utilizado em campanha. Isso é algo muito grave.

Ou seja, os recursos vão ser centralizados para que possam ser utilizados na contratação de cabos eleitorais, porque é **ad infinitum** – não vou nem falar “sem teto”, porque lembramos dos pobres sem teto, que, certamente, ao ouvirem isso, vão querer arrancar o fígado de alguns políticos.

Estabelecer um mecanismo para impedir o abuso do poder econômico é essencial, e o abuso do poder econômico significa também ter um limite na utilização do recurso de campanha. Por isso, era importante o financiamento público, não o financiamento público geral, porque estavam tentando uma proposta de financiamento público indireta. Todo o mundo tem medo de fazer o discurso de financiamento público – claro –, porque, com tanto político ladrão, a sociedade nem vai querer ouvir falar; vai logo dizer: “ah não, vão tirar o dinheiro da saúde para dar para político”. Mas ele acaba tirando depois de formas transversas.

O que estava sendo discutido na Câmara era o financiamento público para os ungidos pelo poder econômico, porque, a partir do momento em que poderiam ter isenção fiscal o empresário, o banqueiro, o empreiteiro e a construtora, que dão dinheiro ao político, isso significa financiamento público indireto. É financiamento público.

O ideal seria a estrutura pública. Estrutura pública não é financiamento público. É o mesmo sistema de televisão, o mesmo palco para que a pessoa vá com o sistema de som para falar com as pessoas, com a agenda de cronograma, como a Senadora Patrícia, o Deputado Ceará e o Deputado Júlio várias vezes já defenderam e que era importante de ser feito. É essencial que rediscutamos isso.

Liberou geral, porque uma pessoa jurídica que tem contrato com o setor público não poderia financiar agente público. É natural isso. Ora, se uma pessoa jurídica, uma empreiteira, uma construtora, um banco, prestam serviço ao setor público, nada mais moralizador do que impedir que possam financiar o agente público, porque este, quando na sua função, pode utilizá-la para intermediar interesse privado, fazer exploração de prestígio e tráfico de influência, tudo o que está no Código Penal.

Do mesmo modo, apresentamos essas emendas na Câmara dos Deputados, porque não retornou o projeto ainda, e esperamos que seja, realmente, garantida a aprovação.

O outro ponto diz respeito à Internet. Ora, estabeleceu-se o mecanismo de que o candidato publicará seu volume de campanha na Internet; mas é essencial que publique ainda no processo eleitoral, e não após a eleição. É importante saber quem o está financiando. É extremamente importante. Se o candidato disser que gastou R\$20 mil em determinada atividade, é essencial que diga de onde veio tal quantia. Que isso também seja publicado a fim de garantir transparência e maior controle da sociedade.

Mas a minha preocupação maior, Sr. Presidente, diz respeito ao seguinte: proíbe o “brochinho” e estabelece o “liberou geral” do volume de campanha, os cabos eleitorais pagos **ad infinitum**, sem qualquer restrição ou controle. Portanto, será mais dinheiro para ser distribuído em cestas básicas. Não sei se em outros Estados acontece isso, mas no Nordeste sim, à surdina, de madrugada, os candidatos distribuem cestas básicas e outras coisas mais. Atualmente, existe outro tipo de propaganda eleitoreira em que o Governo substitui a cesta básica por programas sociais e se apropria da dor, da miséria da população para fazer campanha política. Assim sendo, é muito grave deixar o dinheiro livre para os cabos eleitorais.

Nesse sentido, a Deputada Luciana Genro, nossa companheira do P-SOL, apresentou algumas alterações na Câmara Federal. Se não conseguirmos aprová-las naquela Casa, esperamos aprová-las em seu retorno ao Senado Federal.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a traz uma reflexão importante a respeito da condução dos gastos de campanha política. Tenho a convicção de que, diante de tudo o que ocorreu e que foi divulgado desde o ano passado, objeto inclusive das Comissões Parlamentares de Inquérito, há uma atenção da opinião pública muito saudável e que tem causado reações numa direção melhor no Congresso Nacional. Uma delas se refere à própria necessidade de o Congresso Nacional votar o enxugamento do recesso e o não pagamento de *jetons*, que era uma prática, em decorrência do grau de consciência da população, que demandou a nós Congressistas que realizássemos essa mudança. A outra se refere à maneira como os partidos políticos, nós candidatos, fazemos campanhas eleitorais, e a necessidade de, nesta Casa, aprovarmos projeto de lei com uma série de restrições, propondo maior transparência. Esse foi um passo que agora é objeto da decisão da Câmara dos Deputados, conforme V. Ex^a está analisando. É muito importante que os partidos políticos e nós, como candidatos, definamos diretrizes para além daquilo que será a própria legislação. Eu gostaria de transmitir a V. Ex^a, por exemplo, que os doze Senadores do Partido dos Trabalhadores – e V. Ex^a era nossa colega –, há algum tempo, pouco depois de termos votado, no Senado, o projeto de lei que, dentre outras coisas, coloca a necessidade de transparência, ou seja, da divulgação pela Internet, pela rede mundial de computadores, de receitas e gastos de campanha, propusemos ao Diretório Nacional que esse já seja um compromisso nosso. O Presidente Ricardo Berzoini diz que colocará essa proposição na próxima reunião do Diretório. Espero que isso seja realizado. Aí está um avanço. Considero positivo o que aprovamos nesta Casa no sentido de que a Justiça Eleitoral tome conhecimento, a cada semana, a cada quinze dias, a cada trinta dias, no máximo, e conforme ressalta V. Ex^a, antes da realização das eleições. Isso é saudável, é a transparência em tempo real. A grande vantagem do meio moderno de comunicação, a Internet, é possibilitar a informação em tempo real. Que a Justiça

Eleitoral e os eleitores – aqueles que consideram votar em V. Ex^a ou em seu adversário – saibam quem, afinal, está proporcionando os recursos, sejam pessoas físicas sejam empresas. Que isso pelo menos seja transparente. Creio que estamos tomando decisões que levam em conta a consciência do povo brasileiro. “Não continuem fazendo esse tipo de coisas que caracterizaram as campanhas eleitorais” – e V. Ex^a bem sabe, de muitos partidos –; “que vocês políticos adotem novos procedimentos”, é o que a população nos pede. A reflexão que V. Ex^a faz leva muito em conta o que está por acontecer neste ano de 2006.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, meu querido Senador Eduardo Suplicy, com o qual concordo inteiramente.

É essencial saber quem está financiando a campanha. Pela experiência que tive, dei muita sorte na vida. É evidente que dei muita sorte porque, quando fui eleita Senadora, o Delúbio não era o Tesoureiro do PT, mas a Clara Ant. Foi em uma época muito difícil porque, como todos sabiam, Fernando Henrique venceria no primeiro turno, e venceu. Ninguém dava dinheiro para o PT, ninguém queria ajudar. Foi a mesma campanha do Senador Eduardo Suplicy. A campanha pela qual nos elegemos em 1988 foi muito difícil porque ninguém queria contribuir. Todos sabiam que Fernando Henrique venceria, e venceu, no primeiro turno, para alegria de alguns e para tristeza de outros, inclusive para a minha profunda tristeza. Mas, naquele período, depois que descobrimos tudo o que estava acontecendo, foi algo muito grave para nós militantes.

É por isso que os militantes dos partidos de esquerda têm uma responsabilidade muito maior. O que mais me chocou em todas aquelas histórias de caixa dois, de “delubioduto” e de “valerioduto” foi descobrir que as contribuições do meu salário, os mais de 35% que eu doava com alegria do meu salário, eram utilizadas para lavar dinheiro. Havia dinheiro doado de tudo que era canto, ninguém sabia, e quando verificavam as contas, surgia a história das contribuições dos militantes. “Contribuições dos militantes”, para mim, é de cortar o coração. Eu as doava de bom coração, como dão ao P-SOL muito mais. Se o tempo voltasse, se fosse o Partido de outrora – não o que é hoje –, eu continuaria dando e de coração.

As nossas contribuições serviam para lavar o dinheiro podre das estruturas mais diversas, desde fraudes nos fundos de pensão, a fraudes nos processos de instrução de licitação, fraudes nos contratos. Em muitos dos empréstimos feitos, qual era a garantia? A contribuição dos militantes. Estava lá, no contrato dos empréstimos, a contribuição dos militantes.

Depois, descobrem-se dólares no exterior, dinheiro que ninguém sabe de onde veio. Tudo isso gera uma tristeza muito grande.

É muito, muito, muito mais uma obrigação nossa que construamos uma legislação eleitoral que preveja o impedimento do abuso do poder econômico. Da forma como ela está sendo construída, infelizmente, continua garantindo a farra, viabilizando o que de pior existe no banditismo eleitoral e na vigarice política, que é o abuso do poder econômico.

Desculpem-me, Senador Mão Santa e especialmente Senador Paulo Paim. Muitíssimo obrigado a V. Ex^a, que generosamente me concedeu o tempo. Acabei passando do que era previsto.

Muito obrigada, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra, de acordo com a inscrição, ao Senador Paulo Paim, do PT do Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, a sessão desta tarde tornou-se, em grande parte, muito importante. Primeiramente, pela homenagem que a Casa faz à TV Senado.

Falei, na última sexta-feira, da homenagem que o Brasil fez à TV Senado. Não vou repetir meu discurso hoje. Só citarei duas frases. Uma delas: “A TV Senado é um processo revolucionário no rompimento da forma como a comunicação acontece neste País em relação ao Congresso Nacional”. Foi bom poder dizê-lo.

A segunda frase, Sr. Presidente, que mencionei naquela sexta-feira homenageando a TV Senado, foi no sentido de que o conjunto da população brasileira, principalmente da classe média aos mais pobres, tenha o privilégio de também assistir à TV Senado. Que se torne, Senador Mão Santa, uma tevê de canal aberto.

É bom, Sr. Presidente, muito bom, que os olhos da população estejam aqui dentro acompanhando a atuação de cada Deputado, de cada Senador, nas Comissões, no plenário, percebendo o compromisso efetivo de cada um com o povo brasileiro.

Sr. Presidente, a segunda parte da sessão de hoje se desenvolveu numa homenagem à Irmã Dorothy Stang.

Sr. Presidente, há séculos a América Latina vem sendo regada pelo sangue de muitos mártires. Impérios, ditaduras, oligarquias, elites econômicas e políticas, desprovidas de qualquer sentimento de humanismo ou compromisso com a evolução da raça humana, elevam a morte como símbolo máximo de suas ações e domínios.

O martírio tem marcado nossos povos e nossa gente. Mulheres e homens, jovens e crianças, indígenas, negros, camponeses e operários, religiosos, advogados, estudantes, jornalistas, lutadores da terra, do trabalho, da cidadania, militantes dos direitos humanos. Quantos, enfim, já foram torturados? Quantos tombaram? Quantos foram assassinados? Quantos, até hoje, continuam desaparecidos? Quantos morreram simplesmente por serem amantes da justiça, da liberdade e da paz?

A impunidade é a grande parceira, Sr. Presidente, dos descaminhos da sociedade. Ela corre solta por todos os cantos, pelas ruas, pelas avenidas, pelas lajeiras; nos campos, nas montanhas, nas florestas, nos desertos, nos rios e nos mares.

Assim mesmo – não quero fazer um discurso do apocalipse –, há, sim, esperança! Essa esperança são os exemplos de vida e de fé desses mártires que se foram. O legado que nos deixam é o caminho a seguir pelos homens de bem todos os dias, todas as noites, é dar tudo de si pelas grandes causas, como a Irmã Dorothy.

Sr. Presidente, há uma frase: mártir é a testemunha radicalmente fiel, até as últimas conseqüências, aos seus princípios.

A Irmã Dorothy Stang, norte-americana naturalizada brasileira, que está sendo homenageada hoje, nesta sessão especial, por requerimento da Senadora Ana Júlia Carepa e do Senador Sibá Machado, é uma das testemunhas.

Irmã Dorothy era uma mulher incansável na promoção dos direitos humanos; defendia a causa dos trabalhadores rurais, dos pobres, dos oprimidos, procurando sempre assegurar a implantação de projetos de desenvolvimento sustentável. Ela não aceitava a violência e muito menos a exploração do homem.

Sr. Presidente, tive a felicidade e o privilégio de contemplar essa áurea de bondade que foi a Irmã Dorothy. Lembro-me de que, em 2004, ela esteve aqui no Congresso e deu depoimento sobre os assassinatos de agricultores lá no Estado do Pará.

Naquela época, já vinha sendo ameaçada de morte. E cercada por um grupo de jornalistas aqui na Casa, ela respondia a todas as perguntas com firmeza. Percebi, então, que, à frente daqueles microfones, gravadores e câmeras, não havia apenas uma mulher de estatura baixa, mas sim uma grande mulher, desprovida de qualquer sentimento de ódio; uma mulher do bem, uma mulher da paz.

Simplesmente pelo seu olhar, pelas suas rugas, pelos calos das mãos, por sua voz, pelos seus cabelos curtos, entendi que só teremos, como disse o índio

Sepé, uma “terra sem males” com justiça e fraternidade quando tivermos amor.

Irmã Dorothy Stang, uma gigante que estava muito além da pequenez de seus algozes. Por isso, foi assassinada.

Quando ela foi morta com seis tiros, aos 73 anos, no dia 12 de fevereiro de 2005, no Município de Anapólis, Estado do Pará, e a notícia nos chegou, ficamos tomados de grande tristeza e indignação. Não estávamos acreditando que ela – ela que é uma referência para todos nós – tinha sido assassinada.

Aí vem a pergunta que não quer calar: Por que calar a voz de quem buscava soluções duradouras para os conflitos discutindo, negociando e buscando o direito a terra para quem quer trabalhar? Por que calar a voz de quem lutava por uma consciência nacional? Por que calar a voz da Irmã Dorothy e de tantos outros que deram a vida pela justiça? Por que calar alguém que amava a vida, a natureza, a igualdade e a liberdade? Essa é a pergunta que se deve fazer, toda vez que uma sessão como esta se realiza.

Sr. Presidente, na terça-feira, dia sete, encerrou-se lá no meu Rio Grande do Sul um encontro continental dos povos indígenas. Lembraram-se os 250 anos do assassinato de Sepé Tiaraju em defesa do solo pátrio no enfrentamento com os invasores espanhóis e portugueses, e ela, Irmã Dorothy, foi homenageada. Nesse encontro, Sr. Presidente, foi elaborado um documento que peço seja inscrito nos Anais do Senado.

Para concluir, Sr. Presidente, não quero que V. Ex^a tenha a tolerância que teve com aqueles que me antecederam – e foram inúmeros – e que falaram 20, 30 minutos. Peço a V. Ex^a que me conceda, no máximo, o tempo que em tese teria por direito, que seriam 12 minutos. Concluo, Sr. Presidente, lendo a última folha do meu discurso.

A Irmã Dorothy é para o mundo uma figura emblemática, assim como Chico Mendes, Sepé Tiaraju, Zumbi dos Palmares, e tantos outros que deram suas vidas apostando que é possível construir um mundo melhor para todos. Como seria bom, muito bom se tivéssemos milhões de Irmãs Dorothy!

Irmã Dorothy, você morreu fisicamente, mas o seu legado está vivo junto de nós.

Vida longa às idéias que nortearam a história e a vida dessa guerreira chamada simplesmente Irmã Dorothy. Vida longa!

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art.210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Documento Final da Assembléia Continental Guarani

Assembléia Continental Guarani

250 anos de Sepé Tiaraju

Nós, mais de mil participantes desta Assembléia Continental do Povo Guarani, pertencemos aos povos que são os antigos donos destas terras do Sul. Aqui viveram nossos antepassados durante milhares e milhares de anos. Em paz, nossos antepassados criaram comunidades e culturas; em paz nossos antepassados criaram gerações e gerações que conviviam com base no respeito, na solidariedade e na igualdade plenos.

Para cá vieram, 400 anos atrás, religiosos europeus que propuseram à nossas antigas comunidades viver na forma das chamadas missões jesuíticas. Como vieram em paz e como o que propunham pareceu, aos olhos dos nossos antigos, bom, foram aceitos e assim surgiram os Sete Povos das Missões, envolvendo os territórios do atual Brasil, Argentina e Paraguai.

No entanto, o poder político e econômico de Portugal e Espanha, no século XVIII, entendeu que aquelas missões e os povos que delas participavam eram uma ameaça a suas pretensões de dominação colonial nestas terras americanas. Como consequência, os exércitos de Portugal e Espanha, juntos, desataram toda sua violência contra nossas comunidades.

Com sua guerra e suas armas, espalharam o terror e a morte em nossos campos sagrados. Nosso grande herói, Sepé Tiaraju, liderou a resistência de nosso povo e por isso foi assassinado no dia 7 de Fevereiro de 1756. Pouco tempo depois, cerca de 1500 guerreiros de nosso povo foram massacrados pelos exércitos invasores nos campos de Caiboaté.

Durante estes dias, em que relembramos todos estes episódios de luta e dor da nossa História, homenageamos o inesquecível Sepé Tiaraju e fomos até os campos de Caiboaté, chorar e homenagear nossos mortos, 250 anos depois do terrível massacre.

Realimentados e fortalecidos pelo espírito e pelo sangue de nossos antepassados, conscientes de que esta terra sempre pertenceu ao nosso povo e que dele foi roubada, nos dirigimos às sociedades e aos estados brasileiro, argentino e paraguaio.

No caso do Brasil, apesar da Constituição Federal de 1988 ter reconhecido nossos direitos como povos e ter mandado demarcar todos os nossos territórios num prazo de cinco anos, muito ainda falta ser feito. Apenas cerca de 40% dos territórios indígenas foram demarcados e homologados. O sistema judiciário brasileiro tem agido, em muitos casos, como instrumento dos invasores, tanto no âmbito estadual como federal. Exemplo disto foi o violento despejo na Terra Indígena Nhanderu Marangatu, no estado de Mato Grosso do Sul. Este território já estava demarcado e homologado, no entanto, a comunidade indígena que lá vivia foi violentamente expulsa no dia 15 de Dezembro de 2005 pela polícia federal, devido a ordem vinda do Supremo Tribunal Federal, que acatou ação judicial dos fazendeiros invasores. Ameaçada pelas armas, a comunidade de Nhanderu Marangatu foi para a beira da estrada e lá, o líder Dorvalino Rocha foi covardemente assassinado por pistoleiros que trabalham para os invasores da Terra Indígena.

No caso da Argentina, também existe uma Constituição Federal que reconhece os direitos originários dos povos indígenas. No entanto, por falta de vontade política e pela ação dos inimigos, a lei maior do país não é levada à prática. Não chegou até as Constituições Provinciais o reconhecimento dos direitos indígenas. Devido a esta situação, os problemas mais aflitivos de muitas comunidades indígenas na Argentina seguem sem solução ou providências que possam resolvê-los, resultando no fato de 75% dos territórios não estarem ainda reconhecidos e titulados.

No caso do Paraguai, políticos inimigos dos povos indígenas tentaram aprovar uma chamada "Lei Indígena", às escondidas e sem a consulta às comunidades que seriam diretamente afetadas por suas conseqüências, em todos os aspectos de sua vida. Somente com uma forte mobilização indígena e de nossos aliados foi possível fazer o poder legislativo recuar ante a violência que estava prestes a cometer. Apesar deste recuo, a situação dos territórios indígenas no Paraguai é escandalosa, com a maior parte dos territórios insuficientes e não reconhecidos. Esta situação desagregadora causa a migração de famílias indígenas para as cidades no Paraguai, assim como ao Brasil e à Argentina, expulsos de sua terra original. Ironicamente, muitos invasores que se apropriam de nossos territórios indígenas no Paraguai são empresários brasileiros, gerando uma situação de profunda injustiça e miséria, que nos faz lembrar da violência colonial.

Nestes dias em que estivemos juntos, na Assembléia Continental do Povo Guarani, não comemoramos os episódios de 250 anos atrás, mas retomamos a memória do que ocorreu ao nosso povo para refletir, aprender e seguir lutando por nossos direitos, principalmente pelo sagrado direito à terra, com força e determinação.

Sepé Tiaraju continua vivo na luta dos povos indígenas da América Latina. Nos 250 anos de sua morte, Sepé Tiaraju multiplicou-se em milhares de lutadores e lutadoras do Povo Guarani, dos Povos Indígenas e todos os Povos Latino-americanos.

São Gabriel, Rio Grande do Sul, Brasil, 7 de Fevereiro de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, jamais cortaria a palavra de V. Ex^a porque, com todo o respeito e sensibilidade à mártir Irmã Dorothy, V. Ex^a significa para o Brasil o nosso Martin Luther King. V. Ex^a simboliza os mártires, os lanceiros negros, que foram, sem dúvida nenhuma, os profetas da República que vivemos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado pela bondade de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra aos inscritos na lista de Líderes. Estão inscritos como Líderes José Agripino, Arthur Virgílio e José Maranhão.

Considerando-se a grande competência dos oradores Líderes inscritos, solicitamos a capacidade sintética que se inspira em Cristo, que fez o Pai Nosso em um minuto e o Sermão da Montanha em dois minutos.

Concedo a palavra ao Líder do Nordeste, do PFL, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou procurar ser sintético até porque o que eu preciso dizer não demanda muito tempo.

Acho que V. Ex^a, Senador Mão Santa, estava aqui na Casa – não sei se estava presidindo – quando anunciei que o meu Partido estava profundamente incomodado com a onda de suspeitas que havia se instalado com relação a um acordo que o PFL pudesse ter feito e que envolvia não trazer à Comissão o Sr. Dimas Toledo, ex-dirigente de Furnas, a quem é atribuída uma lista de doações a 156 políticos, em troca da não vinda de Duda Mendonça.

Em função da dúvida que se havia estabelecido e do comentário sobre acordo, nós do PFL, tínhamos um único caminho a tomar. Não que concordássemos; nós iríamos tomar a iniciativa de apresentar o requerimento de convocação do Sr. Dimas Toledo e do Sr. Duda Mendonça, se já não houvesse – já havia –, e votá-lo para que a chantagem fosse dissipada. Acabe-se com essa história! Quebre onde quebrar! Vamos acabar com essa história de deixar a Espada de Dâmocles, na cabeça de quem não tem culpa. Vamos acabar com a indústriazinha daqueles que se aproveitam de circunstâncias para desgastar quem não tem razão para desgaste. Estou me referindo, claramente, à obrigação que o Governo tem de tomar providências e de apresentar resultados com relação àquilo que é sua responsabilidade.

Serei mais claro.

Senador Flexa Ribeiro, em junho de 2005, foi divulgada uma lista, por um funcionário do Partido Popular, na qual constavam 22 Parlamentares do PP, à frente o ex-Presidente da Câmara Severino Cavalcanti,

que teriam recebido doações. O escândalo se pôs imediatamente e nunca ninguém do Governo tomou a iniciativa de mandar a Polícia Federal investigar coisa nenhuma; nem o Ministro de Justiça tomou essa iniciativa. Com relação a essa malfadada lista de Furnas, que todo mundo diz ser fraudada, falsa, o Ministro da Justiça adota a posição quixotesca de palmatória do mundo, manda a PF entrar até a tampa porque os Parlamentares são supostamente – supostamente – do PFL e do PSDB.

Muito bem.

O que é que a **Folha de S.Paulo** publicou hoje?

Senador Arthur Virgílio, eu esperava, honestamente, que o Ministro Márcio Thomaz Bastos – a quem eu tinha e tenho em boa conta, mas é preciso que S. Ex^a faça jus à conta em que eu o tenho –, admoestado, provocado, tomasse providências e posições.

Mas o que eu leio na **Folha de S.Paulo** hoje?

“Oposição muda tática e decide mudar ex-diretor de Furnas”

Não mudou tática nenhuma! Para provar que não tem culpa no cartório nem tem contas a prestar, que não participa de chantagem, toma a atitude de chamar o Sr. Dimas e o Sr. Duda Mendonça.

Embaixo se diz:

Diretor da PF diz que cópia de “lista de Furnas” pode valer como prova

Com cautela e sem afirmar que é possível ter uma conclusão, o Diretor-Geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, declarou ontem que a fotocópia da chamada “lista de Furnas” permitirá uma perícia para determinar a sua veracidade.

Repito:

(...) declarou ontem que a fotocópia da lista de Furnas permitirá uma perícia para determinar a sua veracidade.

Disse ainda Lacerda à **Folha**:

Mesmo sem o original, é possível determinar cientificamente se a fotocópia foi uma montagem ou não.

Senador César Borges, há quanto tempo este assunto está rolando? Quinze dias, um mês? Há quanto tempo essa propalada lista de Furnas, que nenhum veículo de imprensa levou a sério até agora, este assunto está em pauta? O Diretor-Geral da PF vem agora dizendo que a fotocópia pode ser periciada. Qual é? Qual é? Ele quer o quê?

Presidente Mão Santa, o que o Governo está querendo mostrar? Que é capaz de operar a fritura de 156 políticos em fogo brando? Que é capaz de produzir uma fogueira para matar as pessoas pelo ardil da suposição?

Depois de um mês, o Diretor da PF diz que a cópia pode servir. Não, senhor. A Polícia Federal tem instrumentos tranquilamente para, em 24 horas, fazer a peritagem do papel e dizer se aquilo é ou não uma fraude. Não faz porque não quer e porque tem interesses políticos em não o fazer!

Não deve ter interesses políticos! A partir daí, da notícia de jornal que vimos, o meu Partido, que teve reunião de sua Executiva hoje pela manhã, tomou a iniciativa de redigir uma nota, que assinei em nome da Executiva Nacional do Partido e que leio para conhecimento da Casa:

NOTA À IMPRENSA

A Comissão Executiva Nacional do PFL, reunida hoje em Brasília, vem a público afirmar sua absoluta descrença na verdade ou na autenticidade do documento conhecido como Lista de Furnas.

O PFL repudia, ademais, a abordagem desonesta que tem sido feita sobre essa fraude em *sites* da Internet ligados ao PT ou sob orientação petista.

Declarações cavilosas sobre o assunto, dadas à imprensa por autoridades do Governo Lula, tornam indispensável e inadiável que o Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, apresente as conclusões que lhe competem a respeito dos fatos.

Reafirmando que a Lista de Furnas não passa de fraude grosseira para atingir a imagem dos Parlamentares da Oposição, o PFL considera estranho que a investigação sobre o assunto não esteja sendo conduzida pelo Ministério Público Federal, na forma da Lei.

O PFL não aceita que o conceito de pessoas seja injustamente degradado por uma fogueira de suspeições, alimentada por segmentos que só pretendem retirar do trabalho político o necessário discernimento, com um único objetivo: fazer crer que os políticos e os partidos são iguais. Não são!

O PFL não aceita, igualmente, a atitude leniente de autoridades a quem cabe definir se a lista é falsa ou verdadeira.

Com o palavra, o Sr. Ministro.

Brasília, 8 de fevereiro de 2006.

Comissão Executiva Nacional do PFL

O que o PFL está dizendo, no português claro, Senador Arthur Virgílio – a quem ouço em trinta segundos? Está dizendo claramente que está consciente de que hoje, na Comissão, quando aprovamos o requerimento do Dimas e do Duda Mendonça, os governistas quiseram que o Sr. Nilton Monteiro, o denunciante, o chantagista, o que tem duas versões de depoimento na Polícia Federal, viesse antes. Para dizer o quê? Que tem uma lista. Para o Dimas vir e dizer o quê? Que a lista não tem autenticidade.

É melhor que venha logo o Ministro da Justiça, que tem na mão a Polícia Federal, que, com uma “paetada”, pode dizer se a lista é falsa ou verdadeira. Que venha logo o Ministro da Justiça ou que responda a essa nota e diga logo amanhã, depois de amanhã, ou dê celeridade à investigação da Polícia Federal para esclarecer ao País se isso aqui é uma presepada ou é verdade. O País quer saber. O PFL quer saber; está disposto a pagar o preço que tiver que pagar e não tem preço nenhum a pagar, porque não tem culpa no cartório.

Agora, quer e vai exigir do Ministro, até porque, Senador Arthur Virgílio, se o Ministro não responder, queria a solidariedade de V. Ex^a para, no fórum apropriado e onde tivermos maioria, votarmos, na próxima semana, a convocação de S. Ex^a, o Ministro da Justiça, para que ele venha aqui dizer o que o País quer – e já devia ter dito há muito tempo –, para que pare com essa fogueira, com essa fritura desnecessária e chantagista, para que faça agora o que já devia ter sido feito e que já fez em outras circunstâncias, para que faça agora a identificação clara. A lista é verdadeira ou é falsa? É fraude ou é verdade? Ele sabe, o País quer saber, e o PFL exige.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador José Agripino, de maneira bem rápida. A lista é falsa porque a procedência é falsa. Ela é falsa porque nomes honrados dela constam. Ela é falsa porque o Presidente Lula não acreditou nela. Ele não deu a menor bola para o fato de o Ministro Hélio Costa – que, aliás reagiu com muito vigor de indignação – constar da lista. Então, como é que o Ministro Hélio Costa consta da lista e o Presidente Lula não o demite, não o chama para explicar? E a lista, por outro lado, está há meses nesse chove-não-molha. Eu queria dizer, de maneira bem clara: o Senador Romeu Tuma, seu liderado, meu amigo, meu colega, tem impressão muito boa do Dr. Paulo Lacerda. Eu não o conheço, mas é bom que o Dr.

Paulo Lacerda saiba de uma coisa: ele é muito menor do que esse passo leviano que, talvez, estejam pedindo que ele dê. Vou ser bem claro. Para mim é alguma coisa tipo Márcio Thomaz Bastos dizer a ele assim: “Ó Paulo, segura isso aí, vai cozinhando isso para impor um desgaste a essa gente, que a gente tem eleição daqui um pouquinho mais”. Se for isso, é uma decepção muito grande que eu tenho com o Dr. Paulo, que eu não conheço, com o Dr. Márcio, que eu conheço. Mas o fato é que os dois juntos são menores do que a democracia brasileira. E ninguém vai transformar a Polícia Federal em polícia política de governista nenhum ou de partideco qualquer.

O SR. JOSÉ AGRIPIANO (PFL – RN) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio a sua lucidíssima manifestação, acachapante, definitiva.

Sr. Presidente, vou concluir dizendo o seguinte: essa lista, Senador Arthur Virgílio, Senadora Heloísa Helena, Deputado Pauderney Avelino, que muito nos honra com a sua presença, realmente é falsa. Tanto é falsa que nenhum órgão da imprensa deu a ela credibilidade. Tratam-na como coisa fraudada. Mas o fato é que ela é motivo de comentário diário. Como não há uma conclusão por parte das autoridades a quem cabe a responsabilidade de dizer se é fraudada ou não é, como eles não se interessam em encerrar o assunto, fica o assunto rendendo o tempo todo, desgastando os políticos da Oposição. Por quê? Porque é gostoso para o PT do mensalão, de Waldomiro, do “cuecão” do irmão do Genoíno, para os marcos valérios, para os delúbios, os silvinhos, para essa turma toda ter pessoas decentes para serem comentadas no nível deles. Eles querem nivelar todos por baixo. Enquanto essa malfadada lista não for desmascarada, fica a opinião pública imaginando que a classe política está nivelada por baixo. É todo o interesse que o PT pode ter. Só que não vai ter não, porque vamos exigir um fim nessa história. Vamos querer que esse nivelamento por baixo se esclareça.

Não dá para esperar, Sr. Presidente. O Sr. Dimas vai vir aqui, o Sr. Duda Mendonça vai vir aqui; agora, quem tem de encerrar esse assunto é o Ministro da Justiça, a quem cabe a responsabilidade de dizer se a lista é falsa ou é verdadeira. Na minha opinião, ela é falsa. Mas o Brasil espera a palavra do Ministro. E nós esperamos até a próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedemos a palavra, conforme a lista de inscrição, ao Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, ao tempo em que é gratificante contarmos com a presença aqui do extraordinário Deputado Federal do Amazonas, Pauderney Avelino, do PFL, que engrandece este plenário e a democracia.

Contamos, pela inteligência privilegiada de Arthur Virgílio, com a síntese, para que possamos ouvir os outros oradores inscritos. A Bahia aguarda a voz de César Borges; a Paraíba, a voz de José Maranhão; o Pará, a de Flexa Ribeiro.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 09 DE FEVEREIRO DE 2006, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Quero cumprimentá-lo, Senador Arthur Virgílio, a inteligência de V. Ex^a é maior do que a grandeza do Amazonas. V. Ex^a, precisamente, usou cinco minutos.

Vamos prorrogar a sessão, porque o País ainda quer ouvir o Senador José Maranhão, que fala como Líder do PMDB.

Em seguida, teremos o Senador César Borges, da Bahia, e o Senador Flexa Ribeiro, do Pará.

Com a palavra o Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Empresa Brasileira de Telégrafos – ECT, por conta das recentes denúncias que motivaram a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito com o seu nome, vem sofrendo um processo de desgaste em sua imagem que preocupa a todos os seus valorosos e dedicados funcionários.

Tenho certeza de que a figura do carteiro, em particular, continua a despertar em todos nós o mais absoluto respeito e admiração. Porém, embora incansável no cumprimento de seu ofício e zeloso na salvaguarda de nossa correspondência, o carteiro brasileiro nem sempre vê reconhecida a importância da valorização de sua profissão.

Exemplo disso foi o veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2002, que estendia o direito de complementação da aposentadoria a todos os empregados da ECT, sem exceção, que tenham sido

integrados ou admitidos em seus quadros até 31 de dezembro de 1976.

O postulado legal vetado, Sr^a e Srs. Senadores, atendia a uma reivindicação das mais justas e antigas da classe dos carteiros, que, após anos e anos de luta e intensa mobilização, viu frustrada sua expectativa de garantir uma aposentadoria mais digna para seus representados.

São inúmeros os carteiros, Sr. Presidente, que têm procurado não só a mim, mas também outros membros do nosso Parlamento, para que nos posicionemos contra o arbítrio e a crueldade evidenciados em tal veto, que revogou as esperanças de um futuro mais tranquilo para diversos funcionários, ativos ou inativos, dos Correios.

O fato é que o PLC nº 6 acabava com uma situação absolutamente esdrúxula e conflitante: a discriminação insidiosa entre funcionários de uma mesma instituição que a atual legislação perpetua, diferenciando-os conforme o regime jurídico de sua admissão.

Ora, Sr. Presidente, se todos são funcionários dos Correios, se desempenham as mesmas funções e tarefas, não há sentido algum, do ponto de vista de isonomia constitucional, em conceder o direito à complementação a alguns e negá-lo aos demais!

Não se trata aqui – é bom que fique bastante claro – de estender privilégios ou regalias, no sentido de atender demandas corporativas. O que defendemos, e a justificativa do PLC nº 6, de 2002, deixa bastante nítida tal situação, é o fim da discriminação e da falta de isonomia entre trabalhadores de uma mesma instituição.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero declarar aqui o meu irrestrito apoio, assim como já o fizeram outros membros desta Casa, a essa justa e legítima causa defendida pelos carteiros do nosso País.

Este Parlamento tem que derrubar o veto presidencial ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2002, sob pena de consagrarmos o vilipêndio aos direitos de significativa parcela dos funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sr. Presidente, antes de encerrar, pediria vênia a V. Ex^a, zeloso cumpridor do Regimento, para

que pudesse permanecer mais um minuto na Tribuna para pedir que os Anais desta Casa registrem um fato auspicioso anunciado hoje no **Jornal do Brasil** e na **Gazeta Mercantil**: o meu Estado, a Paraíba, se insere agora no clube dos produtores de petróleo, a OPEP brasileira.

Nas várzeas de Souza, na região do Rio do Peixe, segundo informações da Agência Nacional de Petróleo, existe uma bacia petrolífera em qualidade igual às melhores do mundo, petróleo fino, que vai nos garantir uma posição de destaque na produção do ouro negro, o petróleo.

Há uma previsão, pelos primeiros estudos realizados e confirmados,...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – ...de que essa bacia petrolífera poderá produzir 15 milhões de barris de petróleo da melhor qualidade por dia. Esse evento foi tão importante para o nosso Estado, sobretudo para a região de Souza, que no passado foi a maior produtora de algodão de fibra longa do Nordeste brasileiro e que, de repente, com o advento da praga do bicudo e, depois, com outros fatores impeditivos do resgate dessa cultura, encontrava-se em verdadeiro desespero para encontrar uma cultura substitutiva capaz de sustentar a economia de milhares de agricultores residentes naquela região, impedidos de trabalhar e de produzir. O petróleo é uma esperança nova para o povo do Vale do Rio do Peixe na Paraíba.

Como se fosse pouco o que significa essa alvissareira notícia, a Paraíba foi contemplada também com uma bacia petrolífera em mar que se estende por 7,6 quilômetros e que poderá também produzir petróleo da melhor qualidade.

Sr. Presidente, para não tomar mais tempo desta Casa, peço que faça inserir nos Anais da Casa a matéria publicada na **Gazeta Mercantil** de hoje, página C3, e no **Jornal do Brasil**, página A17, que traz esse auspicioso fato que é uma esperança para a Paraíba e para todo o Nordeste brasileiro.

Muito obrigado a V. Ex^a.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOSÉ MARANHÃO EM SEU
PRONUNCIAMENTO:**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Sociedade de Investimentos em Petróleo

Economia
NEGÓCIOS

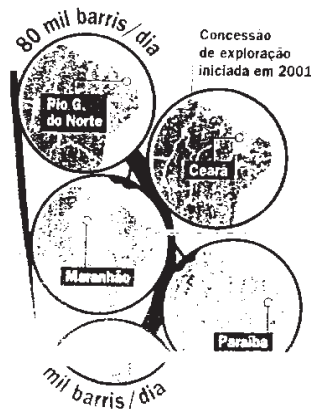
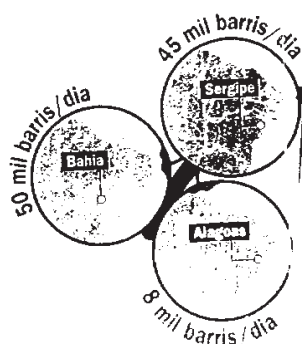
economia@jb.com.br

JORNAL DO BRASIL - QUINTA-FEIRA, 9 DE FEVEREIRO DE 2006

A17

Petróleo com sotaque

Governo se prepara para colocar à venda áreas de óleo leve no Nordeste, integrando assim todos os estados da região ao mapa da indústria petrolífera nacional



Concessão de exploração iniciada em 2001

Em exploração, nas bacias de Barreirinhas e Para-Maranhão

Campos em terra e no mar estão na lista da ANP para a 8ª Rodada

SABRINA LORINZI

Descontando os do setor de petróleo e gás, os estados

Discontinuidades do setor de petróleo e gás, os estados da Paraíba, Piauí e Pernambuco vão entrar na lista das petrolíferas ainda este ano, segundo estatua a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Uma resposta positiva de investidores às armas oferecidas na oitava rodada de licitações, marcada para outubro, reside na inclusão de todo o Nordeste no mapa do petróleo. O foco na região, uma nova fronteira para a indústria do petróleo, é o que retrata a quarta matéria da série publicada pelo **Jornal do Brasil**, *Gazeta Mercantil* e *Invest News*.

Uma das responsabilidades da ANP é avaliar o país como um todo, não só os grandes polos produtores – justifica a fonte que revelou as novas bacias que serão ofertadas.

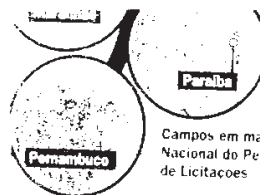
Na lista das regiões escolhidas para integrar o próximo lei-

lão da ANP, antecipada a este jornal, constam as bacias do Rio do Peixe, ~~Pernambuco~~ Paraíba e o Vale do Parnaíba. A escolha da ANP depende do aval do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que se reúne na próxima semana para definir a questão. As sugestões da ANP costumam ser acolhidas pelo CNPE, com mais ingerência do conselho na definição de blocos do que propriamente de bacias.

A bacia do Rio do Peixe, que abrange a parte terrestre da Paraíba, vai a leilão pela primeira vez. Os motivos que levaram o governo a incluir a Paraíba na licitação de áreas de petróleo vão além de clemência pelo povo pobre do estado nordestino. O potencial de produzir por dia 15 mil barris de óleo leve – dos melhores – somente em terra pode transformar o estado no quarto maior produtor de petróleo do Nordeste, ultrapassando Ceará (11 mil barris diários) e Alagoas (8 mil). A estimativa o deixa atrás do Sergipe, de onde jorram em média 45 mil barris por dia.

A Bahia, com 50 mil barris de petróleo por dia, é o segundo maior produtor da região nordestina e quarto do Brasil. O maior produtor do Nordeste é o Rio Grande do Norte, com cerca de 75 mil barris diários. Enquanto os promissores campos das bacias de Santos e Espírito Santo não entram em operação, a Bacia do Potiguar só perde para Urucu, no Amazonas, e para a Bacia de Campos, no Rio.

Localizada entre as duas maiores bacias do Nordeste, a bacia marítima Pernambuco-Paraíba também pode atrair empresas no próximo leilão. O governo já tentou atrair investimentos para a região na quarta rodada de licitações, em 2002. Nenhuma empresa se interessou. Agora, a ANP providenciou estudos junto a universidades e três consultorias.



Campos em terra e no mar estão na lista da ANP para a 8ª Rodada

Campos em mar estão na lista da Agência Nacional do Petróleo (ANP) para a 8ª Rodada de Licitações

Tesouro a ser explorado debaixo de seis estados

Para convencer as empresas a explorarem a Bacia do Parnaíba, a agência encomendou estudos elaborados a partir de sensores instalados em aeronaves. A tecnologia confirmou a existência de petróleo debaixo do solo dos estados de Piauí e Maranhão. A bacia se estende ainda por Tocantins, Pará, Ceará e Bahia. Com 600 mil quilômetros quadrados, conta com 31 poços exploratórios, dos quais apenas sete foram perfurados. A Petrobras pesquisou a região na década de 60, antes de mirar nos campos marítimos de Campos.

Em exploração, outras bacias consomem ou já demandaram investimentos no Nordeste. É o caso de blocos nas bacias de Barreirinhas, no Maranhão; de Pará-Maranhão, que leva os nomes das unidades federativas que abrange, bem como a Bacia do Ceará, com o leilão de um bloco feito na 3ª Rodada, em 2001. Estados veteranos em produção de petróleo, como Bahia, Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte também continuam atraindo empresas exploradoras. Blocos de Camamu Almada (BA), Potiguar (RN) e Recôncavo (BA) seguem como os mais disputados em terra.

As áreas do Nordeste têm público alvo bem definido para investimentos: empresas de médio porte, interessadas em explorar petróleo sem desembolsar vultosas cifras, uma vez que não se trata de uma exploração em grandes profundidades, mas também sem foco em produções em áreas muito pequenas.

► O NOVO MAPA DO PETRÓLEO CONTINUA NA PÁG. A18

15 mil barris

de óleo leve deverão ser produzidos em campos terrestres na Paraíba, o que deverá alçar o estado a quarta posição na produção de óleo na região Nordeste

600 mil metros

quadrados é o tamanho da Bacia do Parnaíba, sob seis estados da região, e onde deve existir petróleo de alta qualidade

ECONOMIA & NEGÓCIOS

JORNAL DO BRASIL

Uma cidade à espera do óleo

Sousa, no interior da Paraíba, já vive onda de otimismo desde que foi achado petróleo

ANGELO CASTELO BRANCO

SOLSA, PB – Sob o sol inclemente do sertão paraibano, o agricultor Crisogônio Estrela, 40 anos, dono do sítio Sagui, a 15 quilômetros da cidade de Sousa, decidiu tomar a única providência que lhe restava para minorar os efeitos da prolongada estiagem. Fez o que faz a maioria dos pequenos proprietários que, como ele, passa a vida lutando contra as adversidades climáticas: nos 1,4 mil metros quadrados da região da bacia do Rio Peixe, em pleno sertão paraibano, contratou um trabalhador autônomo para cavar um poço em busca da água que precisava para manter o pequeno rebanho de caprinos e ovinos. Concluído o serviço, Crisogônio notou que os homens se aproximavam da bacia sedimentar da Paraíba, apostavam que nas suas terras também havia petróleo. Foram feitas duas coletas de amostras por quilômetro quadrado. Todas elas apresentaram resultados positivos indi-

cando a presença de petróleo nativos porque ganharam um trato financeiro por cooperativas e continuam com as terras cheias de petróleo. Enquanto aguarda a decisão da ANP, o popular "Gangão", seu antigo apelido, é alvo da curiosidade da mídia.

O diretor de Operações da Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais da Paraíba, Marcelo Borges, conta que entre os anos de 2002 e 2003 a área passou a ser pesquisada por uma comitiva de técnicos da ANP e do estado. Enquanto percorriam a região, percebiam que dezenas de agricultores, em 10 metros não podiam ficar. Ficou no contramão que não quis pagar o valor do serviço pensando que havia sido enganado. Insistente, fez com que a perturbação fosse alongada até 30 metros. Mas, aí teve uma surpresa. Em vez de água, achou petróleo.

A história percorreu rapidamente a região e foi parar em gabinetes dos técnicos da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e do governo da Paraíba. O agricultor recebeu a visita da comitiva do governador da Paraíba, que se deslocou 430 km desde João Pessoa. Ele lhe disse as autoridades que, na verdade, precisava mais de um trato do que de petróleo. Foi alvo de comentários divertidos, mas ficou com as duas alternativas: a presença de petróleo.

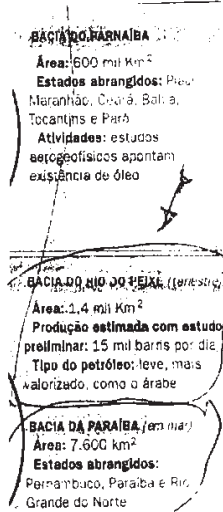
O prefeito de Sousa, Salomão Gadelha, comemora a perspectiva da cidade, que já possui 70 mil habitantes. Ele lembra que o Vale do Rio do Peixe é uma zona de aluvião onde se encontram fos-

seis de 60 milhões de anos, da época dos dinossauros. Ele comemora ainda que o petróleo encontrado em Sousa é do tipo leve, mais valorizado do que o pesado, mais comum no país.

A onda de otimismo gerada com o petróleo vem sendo confirmada pelo comportamento do mercado de imóveis. As terras do município de Sousa estão sendo valorizadas e ninguém consegue mais adquirir terrenos, enquanto florescem investimentos em

projetos de agricultura irrigada no perímetro do rio Piranhas. Gadelha fala com entusiasmo ao exibir os números do orçamento da prefeitura, que pulou de R\$ 15 milhões em 2002 para R\$ 40 milhões previstos para 2006. A cidade é famosa por produzir a melhor água de coco do país e única a possuir selos de qualidade conferidos oficialmente a esse produto. Os números do turismo receptivo também reforçam a onda de otimismo que varre a cidade, haja vista que em sua última edição o Festival do Caco atraiu a presença de 80 mil pessoas em seu conjunto de eventos agendados pela prefeitura local.

As riquezas das bacias do Nordeste



166%

é o crescimento do orçamento da pequena cidade de Sousa desde que foi encontrado petróleo leve na região

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a merece os nossos aplausos pela síntese e por ter homenageado o carteiro.

A solicitação de V. Ex^a será atendida na forma regimental.

Senador Maranhão, nada melhor do que revivermos o maior dos poetas da América Latina, Pablo Neruda, que também foi Senador e vencedor do Prêmio Nobel. O filme “O Poeta e o Carteiro” traduz a grandeza desse profissional.

V. Ex^a tratou também da riqueza da Paraíba. Há o petróleo. Mas eu ficaria com o filósofo Sófocles, que disse que muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano. Eu não conheço ser humano melhor que o homem e a mulher da Paraíba. Os maiores empresários que enriquecem o Piauí são oriundos da Paraíba, cuja grandeza e inteligência V. Ex^a representa.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a essa ode, embora curta, de louvor ao espírito e à fibra do povo paraibano.

A maior obra da natureza a que V. Ex^a se referiu com tanto lirismo, o homem, será muito mais feliz se calçada pelos bens materiais que vão lhe oferecer conforto e perspectiva de vida melhor. Agora, com o petróleo, sem dúvida, isso vai acontecer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra, pela ordem e pelo progresso, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa requerimento de informações endereçado ao Sr. Ministro da Defesa, indagando detalhes da viagem espacial do astronauta Marcos César Pontes.

Pergunto o seguinte: por que a viagem, prevista para outubro, foi antecipada para março deste ano? A antecipação foi decidida por determinação do Governo do Brasil? Essa antecipação, de sete meses, não comprometeria a integridade física do astronauta e a própria missão científica? O não cumprimento integral das etapas preparatórias do astronauta não comprometeria sua saúde? A família do astronauta sabe dos riscos que ele corre em função da sua não adequada preparação? Se o astronauta brasileiro não aprendeu a língua russa, como se comunicará com os tripulantes da nave e com a base em terra?

Digamos que passe mal. Como é que vai explicar que está passando mal se não teve tempo de preparar-se adequadamente e aprender a língua russa?

Brincadeira tem hora. Quero que o Ministro da Defesa esclareça com seriedade ao que pergunto com

a maior seriedade por tratar-se de uma vida humana e de enorme valor para a ciência brasileira. Falo do astronauta Marcos César Pontes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento Interno.

Concedo a palavra ao líder da Bahia, Senador César Borges. Feliz da Bahia que possui um César. Roma teve doze Césares, mas nenhum é comparado a César Borges. Nenhum fez uma indústria automobilística. Só César Borges deu ao Nordeste a indústria automobilística Ford.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, nobre Senador Mão Santa. Mas não me comparece com nenhum dos Césares. Prefiro ser comparado com V. Ex^a. Governamos o nosso Estado na mesma época. Sei da brilhante administração que V. Ex^a fez no Piauí.

Na Bahia nós nos esforçamos para criar as condições necessárias para que o nosso Estado se desenvolvesse. Hoje podemos colher o que, naquele momento, acreditamos que era o melhor para o Estado. Fizemos um processo de industrialização, dando seguimento aos Governos anteriores, do Senador Antonio Carlos Magalhães, do Senador e hoje Governador novamente Paulo Souto. E a Bahia hoje cresce a índices que são o dobro dos índices nacionais. Nosso PIB cresceu, nos últimos dois anos, 12%. Quando atraímos a indústria automobilística para a Bahia, projetamos que podíamos dobrar o Produto Interno Bruto da Bahia em dez anos, e tenho certeza que vamos conseguir isso. A Bahia é a sexta maior economia do País, representa 50% das exportações do Nordeste brasileiro e, sem sombra de dúvida, hoje, estamos gerando muitos postos de trabalho e reduzindo a taxa de desemprego. Ou seja, estamos indo em direção contrária à do Governo Federal, que não está atendendo à necessidade do País de crescer.

Quero dizer ao Senador José Maranhão, que já se retirou, que o parabenizo se houver realmente petróleo na Paraíba. Mas lamento quando a esperança passa a ser o petróleo e deixa de ser a agricultura, porque temos uma extensão territorial que, apesar da modernização das nossas economias no Nordeste brasileiro (Bahia, Sergipe, Piauí, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco), nós necessitamos da agricultura, Sr. Presidente – sabe disso V. Ex^a. O Produto Interno Bruto da Bahia conta com uma contribuição de apenas 12% da agricultura – 12% apenas! –, para uma economia já modernizada, baseada nos serviços, que contribui com 52%. O restante é do setor industrial.

No entanto, é na agricultura que empregamos 38% da mão-de-obra disponível em nosso Estado.

Aí está a base do meu discurso, Sr. Presidente. O Governo Federal não está interessado em atender às necessidades do produtor rural, que, no Nordeste brasileiro, tem sofrido e sofre com as adversidades climáticas, com as secas...

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me um aparte, nobre Senador César Borges?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com muita satisfação, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Eu não posso perder este momento do seu pronunciamento para me associar às palavras iniciais do Senador Mão Santa, quando saudava a Bahia por ter um César que valia mais que os doze Césares romanos. É verdadeiro isso, porque V. Ex^a, de forma sincera e modesta, não disse – mas é bom que o Brasil não tenha memória curta – que a fábrica que V. Ex^a, tão bem e tão oportunamente, levou para a Bahia foi rejeitada pelo Governo do PT do Rio Grande do Sul. É bom que os gaúchos possam relembrar que essa fábrica deveria estar lá, mas, como ela foi rejeitada pelo Governo do PT de então, V. Ex^a, oportunamente, a levou para a sua querida Bahia. Parabéns pelo Governo que V. Ex^a fez e aos Governos anteriores, pois, como V. Ex^a disse, também é importante dar reconhecimento aos que o antecederam, porque nada foi feito no dia de ontem ou no dia de hoje. Então, é preciso também que se faça o reconhecimento. O Governo agora mesmo propôs R\$160 milhões em publicidade só para o Gabinete do Presidente. Consta do orçamento. Entretanto, a média dos últimos três anos, Senador César Borges, era de R\$70 milhões. O Governo mais do que dobrou. Para quê? Para poder dizer que foi ele o responsável pela auto-suficiência do petróleo, embora isso já tenha sido desmontado pela imprensa, pois, só para começar a produzir, um poço de petróleo leva cinco anos. Congratulo-me com V. Ex^a pelo orgulho que tem de dizer que a Bahia vai duplicar o PIB em dez anos, em virtude das iniciativas tomadas por V. Ex^a. Com muito orgulho também, revelo ao povo brasileiro que o Pará, lá no norte, lá na esquecida Amazônia, teve o PIB triplicado em 11 anos. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Incorporo seu aparte ao meu pronunciamento, dizendo que efetivamente foi um equívoco do Governo do PT no Rio Grande do Sul permitir que a Ford fosse para a Bahia. Seremos eternamente gratos a esse erro do ex-Ministro Olívio Dutra, que não teve a percepção da dimensão dessa indústria, a qual já está em plena maturidade muito antes do tempo previsto. A Bahia, hoje, produz 10% dos

automóveis fabricados no Brasil. No ano passado, a indústria automobilística brasileira teve uma produção recorde. Produziu 2,5 milhões de veículos, dos quais 260 mil veículos só na Bahia, mediante um projeto implantado há menos de cinco anos. Inauguramos essa fábrica em 2002.

Sr. Presidente, gostaria também de falar sobre a agricultura, que, lamentavelmente, no Nordeste, vive sempre sofrendo as condições climáticas adversas que levam à frustração de safras.

Seria o momento de o Governo considerar o Nordeste uma região diferenciada e criar ali linhas de crédito realmente suportáveis para as condições específicas daquela região. Mas, em lugar disso, Srs. Senadores, prefere o Governo Federal criar programas assistencialistas como o Bolsa Família. Isso seria até aceito no momento de uma crise muito grande, severa, mas o que poderá dar perpetuidade e sustentabilidade à economia nordestina é incentivar a agricultura, manter o homem no campo. Trinta e oito por cento da nossa população trabalha e vive no campo. Lamentavelmente, a situação hoje é de total inadimplência dos créditos agrícolas. Total inadimplência! Como enfrentar isso?

O Congresso cumpre seu papel. Aprovei nesta Casa o Projeto de Lei do Senado nº 517, que foi para Câmara dos Deputados. Sofremos aqui todo tipo de resistência, de procrastinação, de protelação. O projeto está hoje na Câmara sem nenhum compromisso do Governo de aprová-lo. Enquanto isso, os Srs. Deputados que constituem a Bancada nordestina aprovaram um projeto que leva no Senado o número 142 e que era nº 4.514/2004 na Câmara dos Deputados. Ele chega agora à Comissão de Assuntos Econômicos, durante a convocação extraordinária, para se tentar uma aprovação rápida. O Relator é o Senador Fernando Bezerra, homem do Rio Grande do Norte. Acredito na sua boa vontade, na sua intenção, na sua boa-fé. No entanto, o Governo pediu um prazo para negociar esse projeto.

Fui ontem a Ministro Palocci, junto com o Senador Fernando Bezerra e o Senador Sérgio Guerra, e abrimos um canal de negociação. Esse projeto podia ter sido votado ontem, mas não foi. Deixamos para a próxima terça-feira a abertura desse canal de negociação. Mas vejam bem, Srs. Senadores, agora recebo a notícia de que os técnicos da Câmara dos Deputados, do Senado e da Confederação Nacional de Agricultura estiveram com os técnicos do Ministério da Fazenda, que não abriram nenhuma perspectiva. Praticamente querem uma negociação que levará a uma frustração maior ainda dos produtores do Nordeste. Isso é total-

mente inaceitável para os políticos, os representantes e principalmente os produtores da região.

Por isso, Sr. Presidente, quero, neste momento, dar esta notícia. O Ministério da Fazenda, com seus técnicos, apesar de terem participado dessa reunião o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, o Ministro da Fazenda, o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, está mais uma vez abusando da paciência do povo nordestino. Estão procrastinando essa aprovação!

Por isso, Sr. Presidente, na terça-feira – e V. Ex^a está em muito boa hora na Presidência da Casa, como bom nordestino –, quero que possamos aqui, acima de questões político-partidárias, mas por uma razão essencialmente de sensibilidade...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Informo a V. Ex^a que proroguei o seu tempo. Dez pela nota do governo de V. Ex^a e dez pelo pronunciamento.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – ...de solidariedade, de irmandade neste momento com o povo nordestino e com os produtores, para que possamos, na terça-feira, aprovar o projeto como veio da Câmara dos Deputados na íntegra e não nos sujeitar à ameaça do Governo Federal, que diz que o Presidente vetará alegando que o projeto está procurando atender os grandes produtores, o que é uma inverdade. Essa é apenas uma tentativa de mistificar todo o discurso, porque o projeto procura atender essencialmente o produtor que teve dificuldades na sua safra, que teve frustradas as suas expectativas de ganhos econômicos e que não pode agora arcar com juros escorchantes praticados, às vezes, com recursos como o do Fundo Constitucional do Nordeste, que deveriam estar ali para apoiar a população mas que, infelizmente, foram mixados com recursos do Fat e do BNDES. Portanto, são impagáveis Sr. Presidente.

Estamos neste momento alertando que, na próxima terça-feira, teremos que fazer um esforço nesta Casa acima de partidos políticos e de regiões do País, para que todo o Brasil possa aprovar o Projeto de Lei nº 142, oriundo da Câmara dos Deputados, que vem propor toda uma renegociação que permitirá à agricultura do Nordeste sobreviver e continuar uma expectativa de geração de emprego e renda para a região. Fora disso, Sr. Presidente, será um desastre completo para todo o Nordeste brasileiro.

Esse é o alerta que queríamos fazer neste momento, Sr. Presidente. Muito obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a usou exatamente 12 minutos, em respeito aos

12 Césares de Roma. V. Ex^a fez como Júlio César, que, ao atravessar o Rubicão, disse: “*alea jacta est*”. V. Ex^a disse que a sorte está lançada quando implantou no Nordeste a indústria automobilística.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminhando à Mesa um pronunciamento curto, discutindo essa coisa extravagante que são os R\$300 mil gastos em construção de bares e outras que tais no chamado Aerolula. Mais ainda, o fato de o Presidente ter nomeado 5 mil cargos comissionados para dar a petistas derrotados nas eleições, enxovalhando a máquina pública. E mais ainda esta coisa grave: a retirada recente do nome do Sr. José Ricardo R. dos Santos, indicado para o cargo de Diretor da Antaq – Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Eles retiraram porque descobriram que esse cidadão era diretor de uma empresa que prestava serviços para o setor. Pela lei das agências, ele nunca poderia estar indicado. Portanto, descobriram tardiamente, pela incompetência do Palácio, pela incompetência deste Governo, e retiraram de tramitação, pagando um mico terrível, um vexame muito grande.

Encaminho o documento à Mesa, Sr. Presidente, para publicação.

FALTA O DOCUMENTO REFERIDO

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Recebemos a comunicação e atenderemos à divulgação solicitada.

Concedemos a palavra ao Orador do Estado do Pará Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje dar uma notícia alvissareira aos meus conterrâneos do Pará e da Amazônia. Com o intuito de promover uma revolução na questão do reflorestamento de áreas degradadas na Amazônia e, evidentemente, no Pará, o Governador do meu querido Estado do Pará, Simão Jatene, apresentou proposta de decreto que regulamenta a Lei Estadual de Floresta, prevendo recuperação de áreas degradadas e recomposição de reserva legal, usando o incentivo ao reflorestamento para diversas atividades produtivas sustentáveis.

A recuperação será feita por povoamento florestal ou agroflorestal para fins energéticos, madeireiros, frutíferos, industriais e outros, e a colheita na forma

de manejo da área plantada seguirá determinados critérios.

Esse decreto foi um dos documentos apresentados no encerramento do seminário “Normatização de Florestas Plantadas”, realizado no Parque de Exposições do Município de Paragominas, no sudeste do Estado, nos dias 27 e 28 de janeiro próximo passado.

Os participantes do evento conheceram também outro instrumento, Senador Gilvam Borges, voltado à regularização de florestamento e reflorestamento do Estado: a proposta de portaria do Ibama, que disciplina o Programa de Reflorestamento e Recuperação de Área de Reserva Legal.

Do seminário de Paragominas saiu uma carta, Senador Mão Santa, subscrita por mais de 40 entidades, Prefeituras, órgãos do Governo Federal, como o Ibama e o Incra, órgãos do Governo estadual e dos Governos municipais, Banco do Brasil e Basa, na qual se explicava a necessidade de o Governo federal, estadual e municipal, instituições de ensino, sindicatos e associações de classe, representantes da sociedade civil organizada e todos que participaram do evento estabelecerem critérios e mecanismos de incentivo à recomposição e utilização da reserva legal através do reflorestamento, uma das grandes vocações naturais da nossa região.

A Carta também destacava a importância das regras com o intuito de normatização das florestas plantadas para que sejam mantidos os benefícios ambientais e sociais da atividade madeireira, protegendo os remanescentes florestais e contendo o avanço do desmatamento, fora a recuperação e proteção das áreas de preservação permanente.

As propostas do decreto e da portaria são projetos que se somam, assim como o Projeto de Lei nº 110/2005, de minha autoria, aprovado no ano passado no Senado e que se encontra tramitando na Câmara, que modifica o Código Florestal Brasileiro para permitir a reposição florestal e a recomposição da reserva legal mediante o plantio de palmáceas e outras espécies em áreas alteradas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se os Governos vêm, com essas iniciativas, fazendo sua parte, a iniciativa privada também não fica atrás. Um dos exemplos, que quero aqui louvar, é o da Companhia Vale do Rio Doce.

A Vale apresentou à Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, projeto de recuperação de áreas e reflorestamento na região do Arco do Desmatamento, que abrange áreas do Pará e do Maranhão.

Fruto de estudos realizados por mais de três anos, o programa sugere mudanças na atual legislação ambiental, que estipula que apenas 20% da área

já utilizada por diversas atividades econômicas sejam revitalizadas.

Sr. Presidente Mão Santa, a sua inteligência e a inteligência de todos os brasileiros não pode entender esse Código Florestal que não permite a utilização, Senador Gilvam Borges e Senadora Heloísa Helena, das áreas já alteradas. Temos, hoje, no Pará, 18 milhões de hectares alterados. Não é preciso mais avançar na floresta. Mas o Ministério do Meio Ambiente não altera o Código Florestal, não permite a utilização dessas áreas já alteradas, induzindo a penetração na floresta.

Espero que a Ministra Marina Silva atente e faça com que o Ibama revise esse Código Florestal, para que se possa utilizar essas áreas já alteradas e fazer com que elas passem a ser produtoras de florestas.

O Presidente da Vale do Rio Doce, Roger Agnelli, diz que é possível, evidentemente, regenerar essas áreas já alteradas sem afetar o meio ambiente. A Ministra Marina Silva se mostrou bastante “receptiva” à idéia apresentada pela Vale do Rio Doce.

Torço, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para que o somatório de esforços da iniciativa privada, do Governo Federal e do Governo do Pará resulte em mais projetos de reflorestamento no Pará e, evidentemente, na Amazônia, garantindo mais emprego e renda para milhares de brasileiros que tiram da floresta o sustento de suas famílias.

E aí é importante, Senador Mão Santa, dizer a V. Ex^a que o Pará vai dar um exemplo ao mundo. Nós vamos verticalizar a nossa vocação mineral produzindo o “aço verde”, aquele aço que vai utilizar apenas o carvão de florestas plantadas.

Ao encerrar, Presidente Mão Santa, quero fazer aqui um registro que iria fazer por ocasião da sessão especial que homenageou a TV Senado. Não o fiz porque tive de ir à Comissão Mista de Orçamento, pois estavam em votação os últimos relatórios setoriais.

Então, quero, neste momento, fazer um registro parabenizando a Direção e o quadro funcional da TV Senado, bem como o Presidente José Sarney, que a implantou. Hoje, ela é talvez o instrumento de maior importância para a democracia do nosso País, porque leva a todos os lares brasileiros, pela imagem e pelo som, aquilo que acontece aqui no Parlamento brasileiro, os trabalhos desenvolvidos pelos Senadores na sua íntegra, sem cortes, sem edições, mostrando os debates e as resoluções que são tomadas aqui no Parlamento. E agora, para melhorar ainda mais a produção da TV Senado e mostrar o trabalho dos Senadores, há, no cafezinho do Senado, técnicos e jornalistas da TV para darem espaço às Senadoras e aos Senadores.

Parabenizo também o Senador Renan Calheiros. S. Ex^a, hoje, ao abrir a sessão, deu uma notícia aus-

piciosa a todos os brasileiros: a partir deste ano, por iniciativa da sua gestão à frente do Senado Federal, a TV Senado se transformará em uma TV aberta, que todos os brasileiros e brasileiras poderão acessar sem a necessidade de uma TV a cabo ou de antena parabólica. Isso acontecerá, inicialmente, ao longo deste ano, em 12 capitais, incluindo a nossa querida Belém, capital do Estado do Pará.

Muito obrigado pela generosidade que V. Ex^a sempre tem com os oradores desta tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Convidamos a usar da palavra o Senador Gilvam Borges, do PMDB do Estado do Amapá.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Parlamento brasileiro, ao qual tenho orgulho de pertencer, está na iminência de corrigir uma distorção histórica que se agrava dia após dia: a aposentadoria compulsória do servidor público aos 70 anos de idade. Sim, o problema se agrava cada vez mais, pois, com o aumento persistente da expectativa de vida dos brasileiros, os servidores, mesmo que não queiram, são obrigados a se aposentar no auge da produção funcional e intelectual.

Abordo, de passagem, este tema, pois considero que o Supremo Tribunal Federal e o Brasil foram privados de usufruir a continuidade do trabalho do Ministro Carlos Velloso, jurista de renome e pessoa do mais alto quilate, obrigado a se aposentar compulsoriamente por ter atingido a idade limite de 70 anos. Sem sombra de dúvida, o Poder Judiciário perdeu um dos seus melhores integrantes.

Conforta-me e, tenho certeza, aos membros do STF e a todo o povo brasileiro a indicação pelo Presidente Lula de um jurista à altura para substituir o Ministro Carlos Velloso: o Desembargador Enrique. A indicação de Enrique, respaldada em sua riquíssima biografia e em sua renomada competência, serviu ainda para calar os rumores de que o Presidente indicaria um político para o cargo, fato que era criticado antes mesmo de acontecer.

A extensa biografia de Enrique não deixa dúvidas sobre o acerto de sua escolha para uma cadeira da mais alta Corte nacional. Acredito que, diante de sua biografia e com o respaldo da recomendação de seu nome, feita pelo Ministro Thomaz Bastos, o Presidente Lula não tenha tido mais dúvidas para ungi-lo como o mais novo membro do STF.

Hoje, o Senado Federal, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, fez a sabatina e já deu o indicativo e a homologação de seu nome.

Com todo o respeito que merecem todos os demais candidatos, a história biográfica, acadêmica e

profissional do Desembargador não deixou margem de escolha ao Presidente da República.

Em 1971, graduou-se em Ciências Políticas e Sociais na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Logo depois, em 1973, viria a graduação em Direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.

Em 1980, tornou-se mestre em Direito pela Universidade de São Paulo. Sempre ansioso pelo aprimoramento profissional, obteve, no ano seguinte, o grau de mestre em Relações Internacionais pela Fletcher School of Law and Diplomacy da Tufts University, nos Estados Unidos da América. O tema do seu mestrado já demonstrava a grandeza de seu caráter: “Proteção Internacional aos Direitos Humanos”.

Logo em seguida, no ano de 1982, tornou-se doutor em Direito pela mesma Universidade de São Paulo, da qual se tornaria livre docente. A nobreza do mister de professor jamais abandonaria. Começou como docente voluntário e hoje é professor titular, cargo alcançado por meio de concurso público de provas e títulos.

Foi Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, Diretor Jurídico da Associação Paulista dos Magistrados e Vice-Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Seu brilhantismo não ficou restrito às instituições nacionais. É sócio fundador da Comissão Internacional de Juristas – Seção Brasileira; sócio fundador do Instituto de Estudos Jurídicos sobre o Mercosul e a Integração Continental; sócio fundador e conselheiro da Associação das Nações Unidas – Brasil.

Sua larga experiência como acadêmico e magistrado se traduz em diversas publicações de sua autoria, mais de 25 títulos, entre livros e artigos. Tamanha fecundidade intelectual fez com que o desembargador e professor obtivesse enorme reconhecimento, tanto no meio acadêmico quanto no meio jurídico.

As qualificações do Dr. Lewandowski não deixam qualquer dúvida a respeito de sua indicação à Suprema Corte. Acertou o Ministro Márcio Thomaz Bastos ao avaliar seu nome. Acertou o Presidente Lula ao fazer tão perfeita indicação. E, tenho plena certeza, já começa a acertar o Senado Federal, hoje na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao aprovar a sua nomeação.

Parabéns ao Ministro Lewandowski. Que sua trajetória no STF seja tão brilhante quanto sua biografia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encerro esta semana agradecendo a todos os colegas do Senado Federal.

Recebi, nesta semana, o Prefeito da Capital, João Henrique, e o Prefeito de Santana. Recebi os Deputados Federais em meu Gabinete. Várias vezes, apresentei

destaques na Comissão Mista de Orçamento. Recebi uma delegação de líderes do grande Município de Laranjal do Jari – Mendes Serrão, Jorge Serrão, a Bia, a Vereadora Odete – e outras lideranças do Estado do Amapá, com notícias alvissareiras, promissoras.

Esta semana, o Senado Federal aprovou um empréstimo de US\$4,8 milhões para projetos sociais e de interesse do Estado do Amapá.

Portanto, agradeço ao Presidente e a todos os Senadores, desejando ao povo brasileiro uma boa noite.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

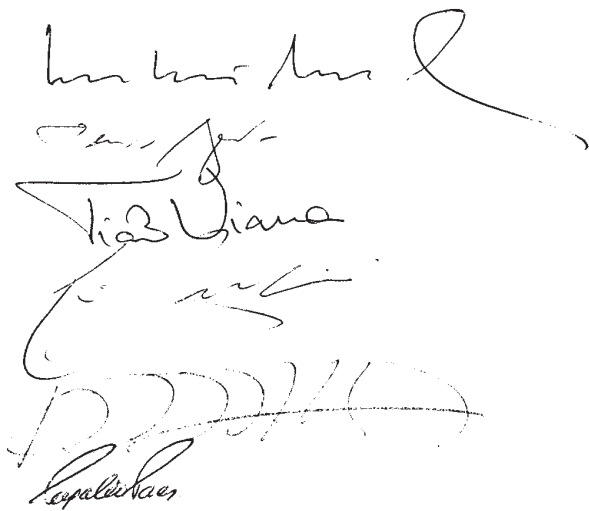
São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 154, DE 2006

Senhor Presidente,

Na forma do disposto no art. 76, § 1º, do Regimento Interno, requeremos prorrogação, por sessenta dias, do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Especial destinada a apresentar projeto de resolução de Reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2006.



REQUERIMENTO Nº 155, DE 2006

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para integrar grupo de trabalho a ser constituído para definir preparativos do V Fórum dos Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa, a realizar-se nos dias 4 e 5 de abril de 2006, em Luanda, capital da República de Angola, venho solicitar, nos termos do inciso II, a, do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão.

Comunico, por oportuno, que estarei ausente do País no período de 1º a 5 de abril.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2006. Senador **Marcelo Crivella**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Em votação os **Requerimentos nºs 154 e 155, de 2006**, dos Senadores Marco Maciel e Marcelo Crivella.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 156, de 2006

Requer informações ao Ministro da Defesa acerca dos riscos a que se submete o astronauta brasileiro Marcos César Pontes, que vai participar da viagem espacial russa em março de 2006.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Excelentíssimo senhor Ministro da Defesa, informações acerca da participação do astronauta brasileiro Marcos César Pontes na viagem espacial russa:

1. Por que a viagem, prevista para outubro, foi antecipada para março de 2006?

2. A antecipação foi decidida por determinação do Governo do Brasil?

3. Essa antecipação, de sete meses, não compromete a integridade física do astronauta e a missão científica?

4. O não-cumprimento integral das etapas preparatórias do astronauta não comprometeria sua saúde?

5. A família do astronauta sabe dos riscos que o astronauta corre em função da sua não adequada preparação?

6. Se o astronauta brasileiro não conseguiu aprender a língua russa, como ele se comunicará com os tripulantes da nave e com a base em terra?

Justificação

O noticiário da **Folha de S.Paulo**, edição de 9 de fevereiro de 2006, informa que foi antecipada em sete meses a viagem da nave russa, da qual participará o astronauta brasileiro. O objetivo da missão é realizar experimentos científicos, um dos quais, por sinal, já foi cancelado pela impossibilidade de adequação aos requisitos ao complexo orbital internacional. Tais informações são preocupantes. Por exemplo, o astronauta

deveria fazer treinamento de sobrevivência na neve de três dias, foi reduzido para um. Diante da possibilidade de risco de morte e de comprometimento do principal objetivo da missão, tudo para atender, segundo o jornal, ao calendário eleitoral, ou mais claramente a campanha da reeleição de Lula. A primeira teleconferência ao vivo do astronauta sem com o Presidente brasileiro. E outubro seria tarde demais.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Encerramos esta sessão de 9 de fevereiro de 2006, que se iniciou às 14 horas, com a presença de 70 Senadores da República. O Horário do Expediente foi destinado a homenagear a memória de Dorothy Stang, morta no dia 12 de fevereiro de 2005, e a TV Senado, que faz dez anos.

Minhas palavras são de homenagem e respeito aos que fazem a TV Senado, sem dúvida alguma, um órgão de comunicação que leva a todos os brasileiros a verdade. E um órgão de comunicação vale pela verdade que diz. A todos que fazem a TV Senado a nossa gratidão do povo do Brasil e os aplausos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores Valmir Amaral, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Leonel Pavan, Juvêncio da Fonseca, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro, Antero Paes de Barros, João Batista Motta Reginaldo Duarte enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALMIR AMARAL (PTB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, transcorreu em 5 de fevereiro, o Dia do Datiloscopista, instituído em 1963, pelo Decreto nº 52.871, como justa homenagem a uma categoria que presta serviços relevantes na atividade de identificação das pessoas para fins civis ou criminais.

A datiloscopia, de fato, tornou-se um instrumento indispensável para a vida social em qualquer parte do mundo, pela facilidade e pela segurança que proporciona na identificação dos indivíduos. Até então, as pessoas eram identificadas com base na descrição de suas características físicas, o que, evidentemente, não conferia qualquer precisão no seu reconhecimento. Com o surgimento da papiloscopia – ciência que trata da identificação humana por meio das saliências exteriores da pele – e, especialmente, da datiloscopia – que consiste na identificação por meio das impressões digitais –, os métodos até então utilizados passaram a ter importância secundária. Entretanto, para que esse processo funcione bem e com a segurança desejada, os datiloscopistas utilizam tecnologias so-

fisticadas, o que ressalta a importância desses peritos nas sociedades modernas.

A necessidade de identificação das pessoas remonta aos primórdios da aventura humana, e as origens da datiloscopia, para alguns autores, recuam ao período pré-histórico, quando o homem primitivo marcava as paredes das cavernas com seus desenhos e as marcas de suas mãos.

Na Dinastia de Tang, na China, por volta do ano 650 da Era Cristã, a impressão digital era utilizada para autenticar documentos. O Código de Yng-Hwui determinava, então, que nos casos de divórcio o marido entregasse à mulher um documento com sua impressão digital. Na Índia, por volta do ano 800, os analfabetos legalizavam seus documentos também com a impressão digital. O ano de 1664 seria decisivo para o desenvolvimento da datiloscopia, com a publicação de um trabalho do médico italiano Marcelo Malpighi, intitulado “Epístola sobre o Órgão do Tato”. Nas décadas e nos séculos seguintes, os estudos sobre as marcas digitais foram evoluindo, enquanto surgia um outro processo de identificação, a fotografia, que começou a ser empregada nas investigações criminais a partir de 1840.

O chamado Sistema Antropométrico, lançado em Paris por Alfonse Bertillon, em 1882, foi o primeiro método científico de investigação, e era complementado com a fotografia da pessoa identificada. A datiloscopia teve um salto de qualidade em 1888, quando o inglês Francis Galton estabeleceu as bases científicas da impressão digital. Logo a seguir, o argentino Juan Vucetich também aperfeiçoaria esse método de identificação, que ele chamaria de icnofalangometria. O nome datiloscopia, constituído por elementos gregos (da *kylos*, *dedos*) e (skopêin, *examinar*), foi proposto pelo Dr. Francisco Latzina, em 1894, em artigo publicado no jornal *La Nación*, de Buenos Aires. A datiloscopia ganhou novo impulso com a adoção oficial desse sistema, em 1891, pela *Scotland Yard*.

Finalmente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil, em 1902, toma conhecimento da datiloscopia. Devemos a introdução desse método em nosso País ao Dr. José Alves Félix Pacheco, jornalista e diretor do Gabinete de Identificação do Distrito Federal, então com sede no Rio de Janeiro. Ao assistir a uma palestra do já citado Juan Vucetich em Montevidéu, no ano anterior, Félix Pacheco se entusiasmou com aquele que já se configurava o mais eficiente e seguro método de identificação humana.

Com muita justiça, registre-se, o Instituto de Identificação da Polícia do Distrito Federal, em 1841, passaria a denominar-se Instituto Félix Pacheco e se tornaria conhecido em todo o Brasil. No mesmo ano, seria promulgado o Código de Processo Penal, com a previsão da identificação datiloscópica dos indiciados em inquéritos policiais.

A datiloscopia, como já lembramos, é uma das áreas da papiloscopia, que abrange ainda: a quiroscopia

(identificação das impressões palmares); a podoscopia (identificação das impressões plantares); a poroscopia (identificação dos poros); e a critascopia (identificação das cristas papilares). Sem dúvida, a datiloscopia é a mais difundida e utilizada dessas áreas, e sua eficiência se justifica: ao longo do tempo, as características das pessoas sofrem transformações, mas os desenhos das palmas das mãos e das extremidades dos dedos, desde o quarto mês de vida intra-uterina, não se alteram jamais, exceto em casos de putrefação do corpo. Há casos de múmias com cinco mil anos cujas impressões digitais permaneceram praticamente intactas. Outra razão, Senhor Presidente, para a popularidade desse método, é sua segurança. Em seus estudos, o já citado Francis Galton estimou que a possibilidade de duas pessoas apresentarem impressões digitais idênticas era de uma em 64 bilhões.

Embora esse sistema de identificação seja difundido em todo o mundo e tenha reconhecida eficiência, sua utilização requer conhecimentos especializados e, não raro, tecnologias avançadas. Para a melhor coleta e identificação dos sinais nas mais variadas circunstâncias, o perito precisa utilizar um verdadeiro arsenal químico e dominar tecnologia de ponta. Em casos mais complicados, precisa saber combinar os agentes químicos ou físicos que reajam com as mais diversas substâncias, como componentes orgânicos, citoplasmas e substâncias liberadas pela pele.

Para revelar impressões invisíveis, lança mão de substâncias como decalcador de gelatina, ninidrina, nitrato de prata, cianocrilato, corantes fluorescentes, ou de equipamentos como câmara de vaporização, umidificador e câmara de vácuo. Os sistemas informatizados, que representam um verdadeiro arsenal tecnológico, são capazes de processar até 200 mil comparações por segundo. Todo esse trabalho, evidentemente, só pode ser realizado por profissionais de alta especialização, que são os datiloscopistas. Só eles são capazes de proporcionar segurança na identificação das impressões digitais, cujo emprego, aliás, não se restringe à esfera policial.

A datiloscopia, aliás, é utilizada no campo criminal, civil e até clínico. O uso na esfera policial é o mais conhecido da população, mas não se pode esquecer de que a datiloscopia é essencial na confecção de documentos de identidade. Na esfera clínica, já se mostra um importante instrumento para a detecção de determinadas perturbações ou para o diagnóstico de doenças.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço este registro do Dia do Datiloscopista, transcorrido dia 5, almejando para esses profissionais muito êxito no exercício dessa atividade tão importante e o reconhecimento do seu trabalho por nossas autoridades e por toda a população brasileira.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

Lula, O Mau Governo Que Gasta Mal

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo petista do Presidente Lula já é detentor de um novo recorde: a dívida pública do País chegou a R\$1 trilhão. Trilhão, sim.

O normal e o bom senso recomendariam ao menos a contenção dos gastos públicos. Não é o que se vê nesse Governo, a 319 dias do seu final.

Ao contrário, prevalem, em lugar do normal, o anormal, em lugar do bom senso, a farra dos gastos. Como diz a revista *Veja*, “o Governo torra cada vez mais.” A toda hora, uma novidade, ou a criação de dois, três mil novos cargos ou a criação de mais 10 mil empregos na Transpetro, a subsidiária da Petrobrás para a área de transporte. E por aí vai.

O bom senso a que me referi, e está na *Veja*, indica que só há um caminho para o País sair do atoleiro: cortar gastos e, ao mesmo tempo, preservar investimentos. Lula não faz nada disso.

No Governo passado, o de Fernando Henrique Cardoso, houve alguns avanços, como a privatização de estatais, que, como agora no caso da Transpetro, são um convite à ganância.

Aliás, ainda está na memória nacional, o Governo Lula iniciou seu desastrado mandato, ampliando loucamente o número de Ministérios. Se alguém sair por aí, indagando quantos são os Ministérios, pouca gente vai acertar.

Agora, no ano eleitoral, em vez de enfrentar o problema, Lula dá uma de bonzinho, pensando na reeleição. E parte para o desvario dos gastos públicos.

É claro, e ele sabe disso, se avançar muito a corda arrebenta e aí o que faz o Presidente: aumenta brutalmente a carga tributária, que subiu para 37% do PIB. Daqui a pouco, pode chegar ao empate, cravando firme nos 50%.

Pior de tudo é que Lula não enxuga a máquina, entra no festival desbragado de ganância e os resultados ficam lá embaixo.

Ontem, numa escola do interior do Paraná, segundo relato que me fizeram, o professor de um Universidade pediu aos alunos que colocassem no papel três, apenas três, realizações do atual Governo.

Segundo o relato, dos 25 alunos da classe, dois conseguiram apontar uma única obra. Um disse ser a refinaria de Pernambuco. O outro, a operação tapa-buracos.

Nenhuma nem outra saíram do papel. Houve muita festa, corte de fitas, mas de concreto, nem os buracos foram tapados. A refinaria é apenas projeto. O tapa-buracos começou com o Presidente lá no começo da BR-101, na Grande Natal. Era máquina à beça. Lula foi, falou, prometeu e, uma semana depois, nem máquinas nem os soldados do Batalhão Rodoviário estavam por ali. A estrada está assim: dez ou vinte metros

retocados, depois uma depressão, mais adiante outro trequinho ajeitado e nada mais.

Volto à dívida do trilhão.

Se Lula fosse dado a leituras, o bom levantamento da Revista *Veja* poderia servir de manual. Como ele nada lê, fica tudo em brancas nuvens.

A matéria da revista mostra como fizeram alguns países para reduzir a dívida interna— Irlanda, Nova Zelândia, Espanha e Canadá.

Irlanda

Tinha uma dívida de 49,8% do PIB.

Reduziu-a para 33%.

Nova Zelândia

De 56,5% a dívida caiu para 26% do PIB

Canadá

Era de 52,8%

Reduziu-se para 22%

Espanha

De 47,6% caiu para 16% do PIB

Qual foi a receita, em todos esses países? Seriedade, vontade de trabalhar, determinação para bem governar.

No Brasil, é uma lástima. O Governo Lula — não sou a dizer, é a revista *Veja* — evita enfrentar problemas, leva as reformas na flauta e culpa os juros do Banco Central, como óbice ao crescimento.

Sigo na leitura e começo com uma boa frase:

O Governo culpa o termômetro pela febre do paciente.

E mais:

Em vez de tornar a máquina mais eficiente, o Governo Lula prefere inchá-la ainda mais.

Só no ano passado, o Governo Federal contratou 11 novos funcionários.

No lugar de melhorar a rede do ensino básico, Lula decidiu criar quatro novas universidades federais. Esse fato foi saudado até por líderes petistas, inclusive neste Plenário.

A boa análise da revista segue e estabelece o raciocínio de que se pode argumentar que o aumento dos gastos sociais, como os do Bolsa Família, seja justificável. Mais difícil é compreender por que se torra tanto dinheiro com itens menos essenciais.

E aí são citados exemplos de fazer chorar:

No ano passado, segundo a ONG Contas Abertas, o Governo Lula gastou mais dinheiro em fotocópias (xerografias) do que com investimentos feitos pelo Ministério do Desenvolvimento e Combate à fome.

As cópias consumiram R\$88,6 milhões; os projetos do Ministério levaram R\$87,4 milhões.

Como se vê, o Governo Lula não é Social.

Seria o Governo Xerox?

Vamos a mais gastos:

Despesas com carros oficiais no Governo petista do Presidente Lula: R\$724 milhões

Nos três anos de Governo Lula, esses gastos com automóveis circulando para cima e para baixo

foram 81% maiores do que nos três últimos anos do Governo Fernando Henrique.

Vale repetir:

Lula gastou quase o dobro das mesmas despesas

no Governo FHC: 81% a mais.

Diz a **Veja**, ainda no capítulo da ganância:

Quando o assunto é festa, Lula também bate Fernando Henrique.

Lula gastou, nos três anos, R\$22 milhões, 17% a mais que FHC.

Termino como termina a reportagem da revista: O recorde de R\$1 trilhão deveria soar como alar-

me

para que o Governo corte gastos.

Não é o que está acontecendo. Segundo conclui a *Veja*,

o Governo Lula gasta mal e cada vez mais.

E eu acrescento,

Lula gasta mal e continua sendo um mau Governo.

Esse seria um bom slogan para definir o Governo Lula.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro assunto que eu gostaria de abordar é a respeito de uma reportagem publicada no jornal **Correio Brasileiro** desse último domingo publica excelente entrevista com a Ministra Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal.

Ellen vai assumir a Presidência da Corte em março próximo e será a primeira mulher a alçar o honroso posto, mas, desde logo, na entrevista, ela observa que vai preferir ser chamada de *Presidente*, que considera mais leve do que o feminino Presidenta.

A matéria foi produzida por Dad Squarisi, a jornalista de apurado senso informativo e cultora da língua portuguesa.

Encantam o leitor a entrevistada e a entrevistadora. Num texto leve e ao mesmo tempo profundo, Dad mostra aos leitores o perfil da magnífica jurista, única mulher no STF.

Pela leitura, é fácil constatar o que já sabe quem a conhece pessoalmente: Ellen consegue ser cordial no trato pessoal, mas nunca deixar o interlocutor esquecer que está falando com uma Ministra da Suprema Corte brasileira.

Para que conste dos Anais do Senado da República, estou anexando a entrevista da Ministra a este pronunciamento.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Brasil

Vai doer, mas não tem jeito

A dívida pública atinge 1 trilhão e o governo torra cada vez mais. Para crescer, o país terá de cortar na carne

Giuliano Guandalini e Chrystiane Silva

Nos últimos quinze anos, quase todos os países do mundo controlaram a inflação e contiveram a explosão dos gastos públicos. No Brasil, o trabalho ficou pela metade. A hiperinflação já não preocupa mais, mas o governo só consegue equilibrar suas contas porque aumenta brutalmente a carga tributária, que subiu de 30% para 37% do PIB nos últimos dez anos. Não há notícia de país que tenha avançando, no mesmo período, com tamanha voracidade sobre o bolso do contribuinte. Em outros países, o ajuste foi feito com o corte de gastos e a preservação dos investimentos. O Brasil foi na direção oposta: deixou de investir, elevou impostos e continuou gastando. O resultado não poderia ser outro: a dívida pública não parou de crescer, atingindo 1 trilhão de reais no ano passado; aumentou a sonegação; as empresas estrangeiras preferem investir em países com menos impostos e menos burocracia.

... também

NESTA REPORTAGEM

- ↳ **Quadro: Eles cortaram o mal pela raiz**
- ↳ **Quadro: O nó dos gastos**

Como escapar dessa armadilha? Exemplos internacionais mostram que só há uma saída: cortar gastos. Não se trata de tarefa fácil. É impopular, contraria interesses corporativos e os benefícios podem demorar um pouco a chegar. Mas os esforços compensam. O enxugamento da máquina pública torna a economia mais dinâmica e acelera o crescimento. Países que hoje são considerados modelos, como a Nova Zelândia, viviam até pouco tempo atrás dilemas muito semelhantes aos brasileiros. Eles tiveram a coragem de atacar problemas como o elevado custo previdenciário e hoje estão entre as economias mais avançadas do planeta.

Foi assim, por exemplo, que a história de sucesso da Irlanda teve início. O país tinha uma economia atrasada, enfrentava uma emigração maciça de seus habitantes e a Previdência drenava os recursos públicos. Há vinte anos, um amplo entendimento, que uniu correntes políticas opostas e representantes da sociedade civil, possibilitou que a Irlanda se reformasse. O resultado? O país, até então um dos mais pobres da Europa Ocidental, tem hoje um dos maiores PIBs per capita do planeta e chega a crescer 6% ao ano – o dobro do ritmo brasileiro. A Irlanda conseguiu diminuir em 33% suas despesas em duas décadas. Se o Brasil fizesse o mesmo ajuste, haveria uma economia de 300 bilhões de reais, o equivalente a três vezes a receita anual da Petrobras, a maior empresa brasileira. Em 1982, o governo irlandês gastava 49,8% de tudo o que o país produzia e a economia crescia um minguado 0,3%. Quando as despesas caíram, o país

voltou a crescer. Como a Irlanda conseguiu isso? Apertou o cinto e suspendeu alguns programas sociais, congelou contratações e reduziu as vagas no setor público. O consumo do governo também diminuiu. De país pobre e isolado, a Irlanda passou a uma das economias mais globalizadas. Metade do setor manufatureiro e do segmento financeiro está nas mãos de estrangeiros.

Nem sempre é fácil estabelecer as condições para cortar os gastos. A Nova Zelândia só conseguiu gerar mecanismos para reduzir o dispêndio mudando as leis. O país começou a década de 90 com a pior crise fiscal de sua história. O governo precisou se unir à oposição para criar, em 1994, o Ato de Responsabilidade Fiscal – inspiração para a lei semelhante criada no Brasil. A legislação estabelece metas para contenção de despesas e exige transparência nos gastos do governo. A Nova Zelândia reduziu em 26% seus gastos em menos de dez anos. A redução da participação do Estado na economia também é determinante para que as contas públicas voltem a ficar no azul. Foi isso que fez o Canadá na década de 90, quando os gastos públicos chegavam a 52,8% do PIB e o crescimento da economia era de 0,9%. Os subsídios às indústrias foram eliminados, e o governo reduziu o consumo. As companhias do país sofreram no início, mas se adaptaram, ganharam competitividade e passaram a exportar seus produtos para os Estados Unidos. Hoje o país cresce 2,9% ao ano. Já a Espanha sofria com os pesados gastos da Previdência. Até que, para se enquadrar às regras da União Européia, o país teve de reduzir despesas que chegavam a 47,6% do PIB. Os espanhóis fizeram uma profunda reforma do sistema previdenciário e cortaram gastos. Em menos de dez anos, as despesas recuaram para 39,9% do PIB e o crescimento da economia, que era nulo, passou para 3%.

O Brasil, enquanto isso, evita enfrentar os seus problemas, adia as reformas e prefere, de maneira simplista, responsabilizar os juros do Banco Central pelo fato de o país crescer pouco. É aquela velha história de culpar o termômetro pela febre do paciente. Em vez de tornar a máquina mais eficiente, o governo prefere inchá-la ainda mais. Só no ano passado, o governo federal contratou 11.000 novos funcionários. No lugar de melhorar a rede de ensino básico, Lula decidiu criar quatro novas universidades federais. Pode-se até argumentar que o aumento de gastos sociais, como os da Bolsa Família, seja justificável. Mais difícil é compreender por que se torra tanto dinheiro com itens menos essenciais. No ano passado, segundo a ONG Contas Abertas, o governo gastou mais em fotocópias do que com os investimentos feitos pelo Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome – as cópias consumiram 88,6 milhões de reais, enquanto os projetos do ministério levaram 87,4 milhões de reais. As despesas com carros oficiais chegaram a 724 milhões de reais. Nos três anos do atual governo, esses gastos foram 81% maiores do que nos três últimos anos do governo anterior. E, quando o assunto é festa, Lula também bate Fernando Henrique. Os gastos com festividades e cerimônias cresceram 17% nos últimos três anos e chegaram a 22 milhões de reais.

Segundo especialistas, o Brasil tem de tomar decisões difíceis para reverter seu problema fiscal. A primeira delas é sanar o ralo da Previdência. "O Brasil gasta o equivalente a 11% do PIB com pensões e aposentadorias. É um absurdo", afirma o economista italiano Vito Tanzi, um dos maiores especialistas do mundo quando se trata de finanças públicas (*veja entrevista*). O gasto previdenciário equivale ao dos Estados Unidos e da Espanha, mas a população brasileira é muito mais jovem. Segundo dados compilados pelo departamento de pesquisa econômica do Itaú, a Coreia do Sul gasta 2,3% de seu PIB com seus aposentados, e o México, apenas 1,6%. Estudos também comprovam que, sem reformas como a trabalhista e a tributária, não há como reduzir o endividamento público de maneira significativa.

Tanzi, junto com o economista Ludger Schuknecht, fez um amplo estudo para o banco central europeu sobre a reforma dos gastos públicos em 22 países industrializados. De acordo com o trabalho, não há evidências concretas de que o corte dos gastos públicos penalize necessariamente áreas importantes como educação e saúde. Também não fica de pé a tese segundo a qual os países cujos governos gastam muito têm melhor padrão de vida. O índice de desenvolvimento humano de países gastões, como Suécia e Itália, é semelhante ao de nações com o Estado enxuto, como Austrália e Estados Unidos. A análise de ajustes fiscais bem-sucedidos mostra que o enxugamento deve recair principalmente sobre os gastos primários do governo – aqui entram despesas como cafezinho, passagem aérea, funcionalismo e subsídios. Em nenhum dos casos houve um corte abrupto ou irresponsável nas taxas de juro. Os países ajustaram suas contas e com isso criaram condições macroeconômicas para reduzir os juros. Essas mudanças englobam desde alterações na política monetária, como a introdução das metas de inflação na Nova Zelândia, até reformas profundas no sistema previdenciário, como na Espanha.

No Brasil, o fato de a dívida do setor público ter alcançado a marca recorde de 1 trilhão de reais deveria soar um alarme, um sinal de alerta para que o governo corte os gastos quanto antes. Mas não é isso que tem acontecido. O governo gasta muito, mal e cada vez mais. De 2000 para cá, as despesas de estados e municípios foram controladas graças à Lei de Responsabilidade Fiscal, que os impede de gastar mais do que arrecadam. Mas a lei parece não valer para o governo federal, que todo ano fecha no vermelho. Embora o governo federal venda a imagem de que está executando um grande esforço de contenção nos gastos, a análise dos números mostra o inverso. Em 1998, o custeio da máquina federal – excluindo o gasto com juros – consumiu 132 bilhões de reais, o equivalente a 15% do PIB (o total produzido pelo país em um ano). No ano passado, os dispêndios federais totalizaram 352 bilhões de reais (18,2% do PIB). Mas, se o governo não apertou o cinto, como é possível que ele tenha registrado, nos últimos anos, saldo positivo em suas contas primárias – aquelas que não incluem os juros? A resposta é simples: aumentando a carga tributária. Em 1997, as receitas do Tesouro com impostos e tributos equivalia a 13,2% do PIB. No ano passado, a carga chegou a 19,6%. Para contornar esse problema, não há saídas fáceis, e a responsabilidade não cabe apenas ao governo. Cerca de 90% do Orçamento é sugado por despesas obrigatórias, determinadas por lei, que precisam ser executadas independentemente da vontade do governo. Essa é uma das heranças malditas da Constituição de 1988 – que, aliás, poderá ser alterada caso o Congresso aprove o projeto de revisão constitucional, marcado para 2007.

O secretário do Tesouro, Joaquim Levy, reconhece que será muito difícil reduzir o endividamento do país de maneira significativa sem rever os gastos obrigatórios. "Mas essa não é uma questão apenas do governo, é de toda a sociedade. É um tema no qual o eleitor precisa pensar quando escolher o seu deputado", afirma Levy. Para o economista Raul Velloso, especialista em finanças públicas, não será nada fácil chegar ao consenso político necessário para mexer em alguns privilégios e rever o tamanho dos gastos sociais. Mas Velloso concorda em que cabe ao Congresso tomar a difícil decisão de escolher onde alocar os gastos em um país tão carente de recursos como o Brasil. "É para isso que escolhemos os políticos", sentencia. Mas será que eles se lembram disso?

A RECEITA PARA ENXUGAR GASTOS

Vito Tanzi, 70 anos, é um dos maiores especialistas em gastos públicos e tributação. Foi secretário do Ministério da Economia da Itália e diretor do Departamento de Finanças Públicas do Fundo Monetário Internacional (FMI). Atualmente no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ele falou a VEJA sobre o desafio do ajuste fiscal brasileiro.

É POSSÍVEL DIMINUIR O ENDIVIDAMENTO SEM CORTAR GASTOS? Não. Os países que reduziram sua dívida de maneira expressiva, como Irlanda, Nova Zelândia e Canadá, cortaram gastos. Em todos os casos se chegou a um grande consenso, entre governo e oposição, de que a situação era insustentável.

E COMO REDUZIR OS GASTOS? Em primeiro lugar, é necessário aumentar a eficiência dos gastos. Há sempre muito desperdício. O Brasil, aliás, é um dos países mais ineficientes nos gastos. Em segundo lugar, é preciso mudar as leis. Se não houver uma mudança nas leis, principalmente nas que regem o sistema tributário, os ajustes tendem a ser relaxados ao longo do tempo.

COMO O SENHOR VÊ A SITUAÇÃO FISCAL DO BRASIL? O Brasil gasta 11% do PIB em Previdência. É absurdo. Só países como a Áustria e a Alemanha gastam mais que isso. As aposentadorias também não podem ser indexadas ao salário mínimo. O país precisa enfrentar essa questão, porque ainda tem uma dívida muito grande, não só em relação ao PIB como também em relação ao total de suas exportações.

COMO OS JUROS REALIMENTAM A DÍVIDA PÚBLICA DO PAÍS, NÃO SERIA MELHOR FIXÁ-LOS EM PATAMAR MAIS BAIXO? O país deve criar primeiro as condições necessárias para que os juros possam cair. O Banco Central tem de fazer o trabalho dele, controlar a inflação. As taxas não podem simplesmente cair.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Assessor do presidente critica líderes do PT”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 6 de fevereiro de 2006.

Segundo a matéria, o assessor especial da Presidência para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, considera que “o PT perdeu o seu foco e passou a dar mais importância à montagem de uma má-

quina partidária do que às políticas de governo que implantaria”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:	PÁGINA:
O ESTADO DE S. PAULO	06	Fev/06	Nacional	A	6-B

Assessor do presidente critica líderes do PT

Comentários estão num estudo feito por pesquisadoras britânicas

Silvia Campos

O assessor especial da Presidência para assuntos internacionais, Marco Aurélio Garcia, considera que o PT perdeu seu foco e passou a dar mais importância à montagem de uma máquina partidária do que às políticas de governo que implantaria.

A afirmação faz parte do estudo *No Olho do Furacão - militantes de esquerda discutem a crise brasileira*, patrocinado pelo Transnational Institute, um instituto de pesquisa sobre temas ligados à esquerda, com sede na Holanda.

Na análise, feita para entender como o PT, considerado promissor pela comunidade internacional, foi engolido por um escândalo de corrupção, o assessor especial não poupa críticas ao partido e ao governo. Garcia também sustenta que os líderes petistas lidaram com a crise de maneira irresponsável, sem respeitar inclusive as próprias tendências internas ou grupos aos quais são ligados.

O assessor especial faz menção a gustos elevados dentro do partido, mesmo antes da conquista da presidência. “Ficou muito fácil conseguir dinheiro. Todos os líderes tinham secretárias bem pagas, com telefones. Tínhamos uma sede luxuosa em Brasília, 14 carros à disposição dos líderes nacionais, e por aí vai. Era insano”, afirma. “Era muito dinheiro disponível.”

Sobre o escândalo do mensalão, Garcia comenta que acha “bem possível” que tenha havido corrupção e diz que em alguns casos ela já foi detectada. Um problema “seriíssimo”, na opinião dele, é a possibilidade de o partido ter construído uma máquina dentro da estrutura do governo, “não apenas para

pegar dinheiro do Estado, mas também para usar o poder do Estado para captar recursos da iniciativa privada”.

O assessor especial acredita que o PT estava fraco politicamente e por isso foi atacado pela “infecção oportunista” da corrupção. Ele não acha, porém, que isso seja uma desculpa para o ocorrido e volta a mostrar insatisfação com os líderes do partido. “O partido deve uma explicação à sociedade e os seus líderes devem uma explicação aos ativistas - a todos nós”, diz.

As alianças feitas por Lula com a iniciativa privada durante a campanha também foram criticadas. “Lula fez tanto esforço para ganhar o apoio destes

Para ele, foi dada mais importância à máquina do partido do que à política

grupos que quando chegou ao governo teve medo de fazer o que poderia.” Garcia ainda evocou um slogan usado na época do governo de Salvador Allende no Chile para descrever o PT. Os chilenos diziam “Eum governo de merda, mas é o meu governo”. Já para Garcia, o PT tem “lideranças de merda”, mas é o seu partido.

O estudo sobre o PT, que contou com o apoio da pesquisadora Sue Branford além de Hilary Wainwright, a quem Garcia concedeu sua entrevista, reúne depoimentos de 16 personagens que têm ou já tiveram ligação com o partido.

Entre eles estão o ex-petista Chico de Oliveira e a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. A íntegra da pesquisa está no site www.tni.org. ●



O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “A estatal Transpetro abre 10 mil vagas em ano eleitoral”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** do dia 5 de fevereiro do corrente.

Em pleno ano eleitoral, a subsidiária da Petrobras, a Transpetro (subsidiária para a área de transporte de petróleo e derivados), promove o maior concurso público da sua história. São 10.012 vagas, das quais 1.537 para contratação imediata, que praticamente dobrariam o quadro de funcionários da empresa se todos fossem convocados de uma vez.

A matéria cita declaração do deputado José Carlos Aleluia: “O governo está achando que vai resolver o problema do desemprego criando cargos públicos”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

DIÁRIO O ESTADO DE S. PAULO	DIA: 05	MÊS/ANO: Fevereiro/06	EDITORIA: Nacional	CADERNO: A	PÁGINA: 4

GOVERNO

A estatal Transpetro abre 10 mil vagas em ano eleitoral

Subsidiária da Petrobrás promove o maior concurso público de sua história; oposição critica iniciativa

Nicola Pamplona
RIO

Subsidiária da Petrobrás para a área de transporte de petróleo e derivados, a Transpetro promove, este ano, o maior concurso público de sua história. São 10.012 vagas, das quais 1.537 para contratação imediata, que praticamente dobrariam o quadro de funcionários da empresa se todos fossem convocados de uma vez. A Transpetro tem hoje cerca de 4,7 mil empregados diretos e número semelhante de terceirizados. Tamanho apetite por novos empregados surpreende especialistas no setor e motiva críticas de representantes da oposição, que enxergam razões eleitorais no processo e reclamam de inchaço da máquina federal e das estatais.

“O governo está achando que vai resolver o problema do desemprego criando cargos públicos, mas uma hora isso vai ter de sofrer um ajuste”, critica o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), que enviou requerimento ao governo pedindo informações sobre as contratações para cargos públicos em órgãos federais e em estatais. O concurso da Transpetro é apenas um entre os diversos processos de contratação em curso na esfera federal, que chamam a atenção até mesmo de quem acompanha de perto o assunto, como coordenadores de cursos preparatórios (ver reportagem nesta página).

A Transpetro alega que pretende substituir funcionários terceirizados e precisa de um amplo cadastro de reservas para evitar a realização de novos concursos caso alguns dos apro-

ados desistam da vaga ou tenham impedimentos legais para ocupá-las. “O cadastro é grande principalmente em cidades onde há poucas vagas para contratação imediata, pois o ris-

co de ficarmos com a vaga desocupada por desistência ou qualquer outro motivo é maior”, diz o gerente de recursos humanos da Transpetro, Orlando Orlandi. Segundo o edital, são quase seis pessoas na reserva para cada vaga imediata.

Ele reforça que 1.537 pessoas serão chamadas para trabalhar na empresa. O restante ficará à espera de oportunidade por um período de dois anos renovável por mais dois. O professor Edmilson Santos, da USP, questiona mesmo o número de contratações imediatas, que é defendido pela empresa. “Será que mesmo 1,5 mil não é muito?”, pergunta, lembrando que a Petrobrás reduziu pela metade seu número de funcionários nos últimos anos.

A Transpetro foi criada em 1998, a partir de uma cisão dos ativos de transporte da Petrobrás por determinação da nova lei do petróleo, aprovada um ano antes, que tinha o objetivo de ampliar a concorrência no setor.

A dimensão do concurso público não é unanimidade nem mesmo dentro da companhia. Nos bastidores, comenta-se que houve resistência de funcionários de carreira que ocupam cargos importantes na empresa. Os programas de recursos humanos têm de ser aprovados pela diretoria, que é composta por três pessoas, além do presidente Sérgio Machado, ex-senador pelo PMDB. Dois deles –

Agenor Junqueira, da área de transportes marítimos, e Marcelino Gomes, de dutos e terminais – são oriundos do Sistema Petrobrás. O terceiro, Álvaro Gaudêncio Neto, ex-deputado, que já teve passagem pelo PFL, foi escolhido para o cargo na conta do PMDB.

JORNALISTAS

Uma análise detalhada das vagas abertas pela empresa aponta casos curiosos. O edital do

concurso prevê a contratação de 265 jornalistas e 280 assessores de imprensa, enquanto apenas 30 vagas foram abertas para engenheiro naval, cargo ligado à atividade-fim da companhia, que opera toda a frota de navios do Sistema Petrobrás. O gerente de recursos humanos explica que apenas 17 jornalistas serão convocados imediatamente para atuar em unidades espalhadas por todo o País. O restante ficará no cadastro de reserva.

O concurso teve suas inscrições encerradas no dia 31 de janeiro, depois de um adiamento provocado pelo excesso de candidatos, que até agora ultrapassam 400 mil. A empresa continua a contabilizar as inscrições feitas pelo correio, o que deve provocar um aumento no número de candidatos.

Nada que desanime os interessados, principalmente por se tratar de um cargo público, mais estável, diz Joice Leite, de 23 anos, que se inscreveu para uma das 1.023 vagas de auxiliar técnico de administração e frequentará aulas em um curso preparatório no Rio. “Acho que dá para conseguir uma vaga para contratação imediata”, diz. ●

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “Só falta inaugurar buraco tapado”, de autoria do jornalista Villas-Bôas Corrêa, publicado no **Jornal do Brasil** em sua edição de 1º de fevereiro deste ano.

O artigo trata das discussões sobre a provável candidatura do presidente Lula à reeleição. Para o autor, “todo mundo está nauseado de saber que Lula é, sempre foi, candidato à reeleição, não pensa noutra coisa e não cuida de outro assunto nas horas úteis do seu dia de folgada rotina administrativa”.

Ainda segundo o jornalista, “As trombadas éticas, o abuso da engenhoca administrativa, as inaugurações

mais estapafúrdias, a ocupação do programa oficial de rádio Bom Dia, Eleitor pisam o gramado murcho do ridículo. Mas, se agrada o povão e rende votos, o resto que se dane”. E conclui: “Francamente, falta seriedade ao discurso e ao comportamento do presidente em campanha”.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL DO BRASIL

OUTRAS OPINIÕES

QUARTA-FEIRA, 1º DE FEVEREIRO DE 2006 A11

Só falta inaugurar buraco tapado

Entende-se, justifica-se o assanhamento que vitamina a campanha do candidato Lula à reeleição com os bons resultados de alguns índices econômicos e nos desencontros das pesquisas, que não coincidem nos percentuais, mas registram a recuperação da popularidade que baixara ao porão.

Lula tem feito o que pode e até o que não deve, absolutamente indiferente às cobranças e críticas ao desembaraço com que colocou o governo a serviço da briga pelo segundo mandato. Como não é dado a tais sutilezas e joga habilmente com o porrete de duas pontas, reclama dos outros o que copia com o rosto sombreado pela barba grisalha e conquista o confortável atestado da irresponsabilidade.

As trombadas éticas, o abuso da engenhoca administrativa, as inaugurações mais estapafúrdias, a ocupação do programa oficial de rádio do seu Bom Dia, Eleitor pisam o gramado murcho do ridículo. Mas, se agrada o povão e rende votos, o resto que se dane.

Em tal bagunça, raspa pela ingenuidade da impertinência cobrar o mínimo de coerência nas afirmações que se sucedem na cascata oratória dos múltiplos improvisos da agenda de cada dia.

Do jeito que a campanha dispara, a falta de obras que legitimem a solene e pomposa presença presidencial, ainda vamos assisti-lo, nos noticiários, inaugurando o buraco tapado na rede rodoviária em pandarecos.

Esta semana, com o ritual completo da viagem no Ae-

VILLAS-BÔAS CORRÊA

REPÓRTER POLÍTICO DO JB

Não é aceitável a repetição fastidiosa da patranha, no truque de tentar tamponar as caneladas na frouxa ética eleitoreira. Todo mundo sabe que Lula sempre foi candidato

roLula, comitiva, palanque e improviso, inaugurou a subestação elétrica de Viana, no Espírito Santo, com a presença do governador Paulo Hartung. Obra que não exigiu mais de oito meses para ficar pronta, regada com a modesta ajuda federal de R\$ 120 milhões, menos do que os lances do mensalão e do caixa 2. O tema central do discurso foi a defesa da derrubada, na primeira votação da Câmara, da verticalização das eleições. E o realejo moeu a potoca cômica das suas dívidas existenciais sobre se será ou não candidato a novo mandato em outubro.

Vá lá que a corda balance, dificulte o equilíbrio decoroso. O que não é aceitável é a repetição fastidiosa da patranha, no truque grosseiro de tentar tamponar as caneladas na frouxa ética eleitoreira. Pois todo mundo está nauseado de saber que Lula é, sempre foi, candidato à reeleição, não pensa noutra coisa e não cuida de outro assunto nas horas úteis do seu dia de folgada rotina administrativa.

Talvez agora, aliviado com a inestimável ajuda do companheiro ministro Nelson Jobim, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), que concedeu a liminar cancelando a decisão da temida CPI dos Bingos de quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do presidente da Sebrae, Paulo Okamoto – o amigo mão-aberta, de generosidade perulária do presidente Lula, que quitou sem o seu conhecimento, uma dívida pendurada de R\$ 29,4 mil – os discursos e declarações do candidato possam fazer as pazes com a coerência,

Nos solavancos dos buracos das estradas, Lula perdeu a direção e o controle da língua. Em reunião do monstrego ministerial, gabou-se que ninguém nesse país conhece melhor do que ele o estado deplorável das rodovias, pois percorreria 91 mil quilômetros na Caravana da Cidadania. E lamentou que a situação continuasse inalterada.

Meses depois, quando a indignação das vítimas colidiu com a campanha, improvisou a operação tapa-buracos, simples expediente para calar os protestos e que segue aos trancos provocando engarrafamentos de horas sob o sol do verão.

Na última versão, Lula criticou os críticos, bancou a vítima da injustiça: o governo apanhou porque não tapou a buraqueira, agora é espancado porque tapa buracos.

Francamente, falta seriedade ao discurso e ao comportamento do presidente em campanha. E não seria pedir muito rogar um pouco de comedimento, com o alívio do sufoco, a leve brisa a favor e a ajuda inapreciável do companheiro presidente do STF, ministro Nelson Jobim, excelente opção como candidato à vice-presidência, para completar a chapa da aliança perfeita dos dois poderes.

No Congresso é fácil ajeitar as coisas depois da eleição. Nem que seja preciso criar mais uma dúzia de ministérios e redistribuir os milhares de cargos de confiança, sinecuras e demais delícias ocupadas pelos companheiros do PT. Até porque a bola do PT está tão murcha que nem quica no gramado do mensalão e da entalada CPI dos Bingos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Sair para ficar”, de autoria da articulista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 07 de fevereiro do corrente.

A reforma ministerial tem que ser feita até o final de março para que os ministros que queiram se candidatar possam sair. A grande questão é, o Palocci fica ou sai? A saída do Palocci da Fazenda pode até interessar a Lula, mas interessa muito mais ao próprio Palocci. Uma saída estratégica, no meio da reforma

ministerial, seria uma saída por cima. Ao lado de vários ministros-candidatos e com a nobre missão de chefiar a campanha da reeleição, sem sujar muito o seu nome.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL	DIA:	MÊS/ANO:	EDITORIA:	CADERNO:
FOLHA DE S. PAULO	07	Fevereiro/06	Opinião	A

ELIANE CANTANHÊDE

Sair para ficar

BRASÍLIA - Palocci fica ou sai? Esta é a grande questão da reforma ministerial que Lula terá de fazer até o final de março, prazo de desincompatibilização dos ministros que serão candidatos em outubro.

A saída de Palocci da Fazenda pode até interessar a Lula, mas interessa muito mais ao próprio Palocci. Seu nome ficou fora do relatório parcial da CPI dos Bingos, mas nunca se sabe se vai —e como— aparecer no Ministério Público, na Polícia Federal e, eventualmente, na Justiça.

Com esses amigos que Palocci arranja, tudo é possível. Rogério Buratti continua falando em propinas da Prefeitura de Ribeirão Preto para o PT. O Ademirson não sei o quê está enrolado na CPI dos Bingos. O tal do Poletto fala de dólares de Cuba disfarçados em caixas de uísque. Ficou tudo no ar. Pode ou não explodir.

Por essas e outras, Palocci pode ser compelido a trocar a Fazenda pela segurança de um bom e velho mandato de deputado federal, o que, entre outras benesses, lhe garantiria foro privilegiado para “eventualida-

des”.

Como sair da Fazenda não é tão fácil, seja para onde for, Lula e Palocci discutem como dourar essa pílula. Como? Transformando Palocci novamente em coordenador da campanha presidencial de Lula, como foi em 2002. Uma saída estratégica, no meio de uma reforma ministerial. Ou seja: ele sairia, ou sairía, por cima. Ao lado de vários outros ministros-candidatos e com a nobre missão de chefiar a campanha da reeleição.

No seu lugar, poderia ficar o co-piloto, como o secretário-geral, Murilo Portugal, ou mesmo um piloto automático. Mas, atenção, é bom ficar de olho no presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, opção para o final deste mandato e para um eventual segundo, se Lula chegar lá.

Gabrielli é a estrela em ascensão num cenário sem estrelas —a não ser aquela vermelha que inundou o país de esperança em 2002. E que, aliás, também está sendo convenientemente trocada —ou “modernizada”.

@ → elianec@uol.com.br

O SR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar a matéria a matéria intitulada “Ex-presidente disse à **IstoÉ** que ‘ética do PT é roubar’”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 7 de fevereiro do corrente.

A matéria trata da entrevista concedida pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso à revista **IstoÉ** na sua edição de 8 de fevereiro deste ano. Na entrevista, o ex-presidente fez duras críticas ao Partido dos Trabalhadores e ao presidente Lula, mostrando que a corrupção no atual governo é muito grave, pois tem

organicidade e foi arquitetada, além de ter a chancela do PT.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente!

Obrigado pela atenção!

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Ex-presidente disse à ‘IstoÉ’ que ‘ética do PT é roubar’

Para FHC, corrupção na atual gestão é mais grave porque se organizou e teve aval do partido no governo

Na entrevista que deu à revista **IstoÉ** desta semana, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso fez críticas pesadas e diretas, não só ao PT como ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Afirmou que “a ética do PT é roubar” e a corrupção praticada no atual governo “é muito mais grave” do que nos anteriores. Isso porque, segundo ele, os outros casos eram individuais, “enquanto no governo Lula a corrupção se organizou e teve a chancela do partido no governo. É um fenômeno novo. No governo Lula a corrupção tem organicidade, foi arquitetada. É sistêmica”.

À pergunta sobre se Lula sabia de alguma coisa, ele foi irônico: “Se não sabe, é porque está comendo mosca. Aliás, deve ter ficado viciado em comer mosca.” O ex-presidente acusou o atual de ser o beneficiário de todo o esquema. “O que o Duda declarou no depoimento dele? Que recebeu aquele dinheiro ilegalmente e com esse dinheiro fez diversas campanhas, inclusive a do próprio Lula.”

Em sua opinião, o relator da CPI dos Correios, Osmar Serraglio (PMDB-PR), “coloca bem

as coisas” ao considerar que o presidente da República “tem responsabilidade por omissão”. E o Congresso “foi omissor ao investigar a responsabilidade dele”. O impeachment de Lula deveria ter sido discutido, “mas agora não dá mais”.

Em outro trecho, Fernando Henrique discutiu a bandeira ética do PT, cujos militantes sempre pensavam “eu sou pu-

Impeachment deveria ter sido discutido, ‘mas agora é tarde’

ro, os outros não”. Isso os teria levado a imaginar que poderiam cometer deslizes morais – “e esses deslizes foram crescendo à medida que o partido começava a tomar mais posições no aparelho do Estado”. Foi então que afirmou: “É paradoxal, mas a ética do PT é roubar. No PT, o militante acredita que está apropriando a burguesia para manter os seus ideais.” É um personagem como Delúbio Soares, que assumiu tudo, “só tem

paralelo naqueles processos de Moscou, na década de 1930, sob (Josef) Stalin.”

Para ele, “é fantástico do ponto de vista sociológico” que os petistas continuem falando em ética. “É como se o PT quisesse manter a sua pureza atolado num lamaçal formado por seus aliados.” O PT “obteve lealdades em troca de dinheiro, e isso é grave”. Em seguida, alertou para uma diferença que considera importante: “Uma coisa (...) é o caixa 2 de campanhas eleitorais. Outra, bem mais grave, é manter o apoio ao governo à custa de dinheiro público, o mensalão.”

Ele diz não acreditar que Lula possa ganhar a eleição deste ano, mas se o conseguir “vai fazer um governo pior ainda que o atual, porque as condições políticas são piores”. Na campanha, segundo ele, o PSDB deve “mostrar o que aconteceu, com força”. Sobre os candidatos tucanos, afirmou que “para Alckmin está mais fácil”, pois está terminando seu mandato, enquanto José Serra “teria de enfrentar um buraco negro” entre a saída da Prefeitura e uma eventual vitória em outubro. ●

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para registrar a matéria publicada pela **Folha de S. Paulo** de 7 de fevereiro do corrente, intitulada “Leão Leão pagou material da campanha de Lula, diz Buratti”.

A matéria destaca que “O Gaerco de Ribeirão Preto (SP), grupo do Ministério Público Estadual especializado no combate ao crime organizado, iniciou ontem nova investigação para apurar suposto crime eleitoral praticado por dirigentes do PT na campanha presidencial de 2002”.

Em novo depoimento à Polícia Civil e à Promotoria, o advogado Rogério Buratti, ex-vice-presidente do

grupo Leão Leão, teria afirmado que a empresa pagou material para a campanha presidencial do PT. Porém, não há registro da doação na Justiça Eleitoral, o que pode configurar crime eleitoral.

Sr. presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESCÂNDALO DO “INENSALÃO”/CONEXÃO RIBEIRÃO

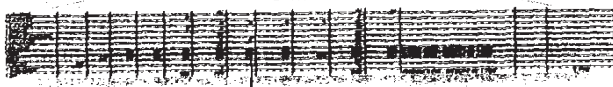
Ministério Público vai apurar crime eleitoral, já que suposta doação não foi registrada

Leão Leão pagou material da campanha de Lula, diz Buratti

CAIXA 2 EM RIBEIRÃO PRETO

O Ministério Público de São Paulo abriu investigação de suposto crime eleitoral e uso de caixa dois nas campanhas a prefeito de Ribeirão Preto, em 2004

Entre as investigadas está a do ex-prefeito **Gilberto Maggioni** (PT), sucessor do ministro **Antonio Palocci** na prefeitura, que tinha como publicitário João Santana



INDÍCIOS

1 Planilha apreendida na Leão Leão aponta pagamentos em 2004 para candidatos no valor de R\$ 800 mil, sendo que apenas R\$ 327 mil foram declarados à Justiça

2 O líder do PT na Câmara de Ribeirão, Beto Cangussu, declarou à **Folha** que usou em sua campanha dinheiro “não contabilizado” por determinação de Donizeti Rosa, coordenador da campanha

O inquérito foi aberto após novo depoimento de Rogério Buratti à Polícia Civil e à Promotoria. Buratti confirmou que o valor era relativo a doações de campanha



VILLIMPRESS

Buratti afirmou que a Leão Leão pagou material de campanha de Lula em 2002 à gráfica Villimpress, de Ribeirão Preto. Na Justiça Eleitoral, não há registro desse pagamento. Se for confirmado, configura crime eleitoral

Em 2005, o ex-gerente financeiro da Villimpress Luciano Maglia fez denúncia semelhante, apontando Juscelino Dourado e Donizeti Rosa, ex-assessores de Palocci, como os responsáveis pela contratação da gráfica e pelos contatos com a Leão Leão

OUTRO LADO

A Villimpress diz que todo o material produzido por ela está registrada nas notas fiscais apreendidas na Delegacia Seccional. O PT diz desconhecer o fato

Fonte: Polícia Civil e Ministério Público

ROGÉRIO PAGNAN
DA FOLHA RIBEIRÃO

O Gaerco de Ribeirão Preto (SP), grupo do Ministério Público Estadual especializado no combate ao crime organizado, iniciou ontem nova investigação para apurar suposto crime eleitoral praticado por dirigentes do PT na campanha presidencial de 2002. A suspeita é que o material publicitário produzido em Ribeirão foi omitido dos gastos informados à Justiça Eleitoral pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O combustível dessa investigação é um novo depoimento do advogado Rogério Buratti dado à Polícia Civil e à Promotoria no final de semana. O depoimento trouxe mais suspeitas de uso de caixa dois em campanhas eleitorais em Ribeirão.

Buratti foi reconvocato para esclarecer dúvidas surgidas na investigação de suposto pagamento de propina a políticos, entre eles o ministro Antonio Palocci, pela empreiteira Leão Leão.

“A Leão Leão pagou material de campanha produzido pela Villimpress [gráfica de Ribeirão] para o PT, tratando-se da campanha de 2002, para presidente”, diz trecho do depoimento a que a **Folha** teve acesso. Na não há registro da doação na Justiça Eleitoral. Para a Promotoria, a omissão, se ocorreu, pode configurar crime eleitoral. Buratti não deu detalhes de valores pagos, mas falou como ex-vice-presidente do grupo Leão Leão.

Seu depoimento reforçou a denúncia do ex-gerente financeiro da Villimpress Luciano André Maglia, que, em 2005, disse ter

participado da produção de material para o PT pago pela Leão. Maglia envolveu no episódio dois ex-assessores de Palocci — Juscelino Dourado, seu ex-chefe-de-gabinete, e Donizeti Rosa, atual diretor da Serpro. Ambos negaram.

Buratti disse que repassou R\$ 800 mil da Leão Leão a dois candidatos a prefeito de Ribeirão. Ocorre que só foram registradas as doações de R\$ 327 mil para três candidatos: o petista Gilberto Maggioni (R\$ 100 mil), o tucano Welson Gasparini (R\$ 127 mil), atual prefeito, e o peemedebista Baleia Rossi (R\$ 100 mil). Todos terão a campanha investigada.

Esse registro está em documento apreendido na sede da Leão Leão em 2004 que informa o repasse de R\$ 500 mil para um suposto candidato identificado apenas como “RLP” e mais R\$ 300 mil para outro “RJP”.

De acordo com Buratti, as observações “RJP” e “RLP” dizem respeito com certeza a contribuições de campanha para a Prefeitura de Ribeirão Preto.

O advogado não esclareceu aos promotores e policiais quem seriam os dois candidatos. Em entrevista anterior, Gasparini, Baleia e Maggioni afirmaram que tudo o que foi gasto na campanha foi declarado à Justiça.

Na campanha do PT de Ribeirão, um dos fatos que sugerem o uso de dinheiro de caixa 2 foi a declaração do vereador de Ribeirão Beto Cangussu (PT), líder do PT na Câmara, que afirmou ter recebido dinheiro “não contabilizado” (R\$ 10 mil) das mãos de Donizeti Rosa, que também nega isso.

Colaborou MARIO CESAR CARVALHO, da Reportagem Local

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Falhamos em 2005”, de autoria do jornalista George Vidor, publicado em sua coluna no jornal **O Globo** de 6 de fevereiro deste ano.

Segundo o autor, “As contas públicas não foram bem em 2005 porque fecharam com um déficit de R\$63,6 bilhões – equivalente a 3,3% do Produto Interno Bruto. O rombo superou o de 2004 (R\$47,1 bilhões ou 2,7% do PIB), apesar de o governo federal, os estados, os municípios e as empresas estatais terem economizado mais. É que a dívida interna federal deu um grande salto por causa dos juros altos”.

Ainda segundo o jornalista, “a política de juros altos é uma bomba de efeito retardado, porque troca inflação por dívida. E se essa dívida não for controlada a tempo, vai se transformar novamente em inflação, de modo que todo o sacrifício pode se tornar inútil”.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para requerer que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O GLOBO

Data: 06/02/06

Página: _____

GEORGE VIDOR

Falhamos em 2005

- As contas públicas não foram bem em 2005 porque fecharam com um déficit de R\$ 63,6 bilhões – equivalente a 3,3% do Produto Interno Bruto. O rombo superou o de 2004 (R\$ 47,1 bilhões ou 2,7% do PIB), apesar de o governo federal, os estados, os municípios e as empresas estatais terem economizado mais. É que a dívida interna federal deu um grande salto por causa dos juros altos.

Somente a dívida federal em títulos emitidos no Brasil engordou para R\$ 980 bilhões, o que corresponde a 50,5% do PIB. A dívida pública total, sem descontar as reservas e os créditos do setor público, já atingiu R\$ 1,45 trilhão (74,9% do PIB).

Ora, se o país cresceu pouco no ano passado, a inflação caiu menos do que o desejado e, no final das contas, o déficit público ainda aumentou – mesmo com um câmbio valorizado por condições excepcionais do mercado financeiro internacional, que contribuiu fortemente para a redução da dívida externa – a conclusão é que a política econômica falhou.

E falhou principalmente por um erro de diagnóstico, que atribuiu a um suposto excesso de demanda doméstica por bens e serviços a causa principal da inflação no Brasil. Para eliminar esse excesso de demanda o Banco Central aplicou uma superdose de taxa de juros, que fez esse estrago nas finanças públicas. No entanto, o déficit causado pelo pagamento de juros excessivos acabou de fato gerando um foco de tensão inflacionária, mesmo quan-

do financiado por dívida pública. E a razão para isso é que nossa dívida pública corresponde ao que os economistas chamam de quase-moeda: 40% dos títulos federais emitidos vencem em 2006 e uma outra montanha de papéis terá de ser resgatada em 2007. Títulos com vencimento tão curto servem de munição para uma parcela da população que já tem grande poder de fogo e, nesse caso, o que o Banco Central tenta retirar com uma mão devolve com a outra, se não tudo, ao menos em boa parte.

Então a política de juros altos é uma bomba de efeito retardado, porque troca inflação por dívida. E se essa dívida não for controlada a tempo, vai se transformar novamente em inflação, de modo que todo o sacrifício feito pode se tornar inútil.

Não é à toa que o secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, vez por outra aborda esse tema, meio que pisando em ovos, para que suas observações não sirvam de pretexto para alimentar especulações no mercado financeiro em torno da trajetória de juros.

Só vamos sair dessa armadilha se o déficit público diminuir em 2006 e para isso ocorrer os juros terão de cair de verdade. Espaço para tal existe, mas o Banco Central mantém o seu diagnóstico e assim essa redução deverá ocorrer a conta-gotas.

O Ibmam determinou que a área onde ficará um dia a usina Angra 3 seja devidamente limpa. Anos atrás a rocha chegou a ser escavada nas dimensões exatas para assentar os futuros prédios da usina, mas como a obra foi paralisada o local está hoje inundado por água da chuva. Além da retirada da água e a instalação de um sistema de drenagem permanente, a rocha será radiografada para se verificar o seu estado (se há fissuras, etc.).

Esse trabalho não significa que as obras de Angra 3 foram retomadas. Trata-se de recuperação de área degradada. Mas se o governo decidir que a usina será concluída (espera-se este mês uma definição do Conselho Nacional de Política Energética), já se ganhou algum tempo com a limpeza.

O aço corresponde a cerca de um terço do custo dos navios que a Transpetro, subsidiária da Petrobras, está encomendando aos estaleiros brasileiros. E o aço usado na construção dos navios está custando mais caro aqui do que na Coreia, país que se tornou centro da construção naval no mundo. Então a própria Transpetro está abrindo várias frentes de negociação para baratear o aço – o que inclui, por exemplo, entendimento com o governo para redução de impostos. O presidente da empresa, o ex-senador Sérgio Machado, espera equiparar o preço das chapas grossas de

aço no mercado interno ao valor líquido que a Usiminas/Cosipa recebe ao exportar o produto, e para tal pretende oferecer como garantia a compra de uma grande quantidade.

No dia 16, quando os envelopes com as propostas dos estaleiros forem abertas, os preços serão detalhados com e sem o valor do aço, dando margem para uma negociação.

Machado acha que os estaleiros agora estão bem estruturados para executar as encomendas e acredita que ainda no segundo semestre algum dos 26 navios será lançado ao mar (geralmente a obra é concluída com a embarcação já flutuando). Amanhã, a Transpetro assina com a Finep, órgão do Ministério da Ciência e Tecnologia, um convênio de R\$ 32 milhões para financiar os centros de pesquisa que apoiarão os programas de atualização tecnológica dos estaleiros brasileiros. Todos os setores que deslancharam no Brasil tiveram centros de pesquisa por trás e é essa experiência que se pretende repetir com a construção naval brasileira.

Que evidências mais o Brasil precisa para pôr em prática políticas públicas de saúde com vasta distribuição de anticoncepcionais aos que não desejam ou não possuem condições para ter filhos?

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “A última do PT”, publicada pela revista **Veja** em sua edição de 8 de fevereiro do corrente.

A matéria destaca que o PT desviou 400 mil reais do Fundo Partidário, formado por recursos públicos, para pagar dívida de empresa privada. A editora Brasil Agora, que publicava um jornal com o mesmo nome, sofreu uma ação trabalhista, perdeu mais de R\$1 mi-

lhão, fez um acordo, reduziu a dívida para R\$400 000 e quem pagou foi o PT.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A última do PT

O partido desviou 400 000 reais de dinheiro público para pagar dívida de empresa privada

A última do PT é a seguinte: o partido desviou 400 000 reais do fundo partidário, formado por recursos públicos, para pagar uma dívida trabalhista de uma empresa privada. Isso mesmo: a editora Brasil Agora, que publicava um jornal com o mesmo nome, sofreu uma ação trabalhista, perdeu mais de 1 milhão de reais. fez um acordo, reduziu a dívida para 400 000 reais — e quem desembolsou o dinheiro foi o PT, recorrendo ao fundo partidário, o que é indiscutivelmente ilegal. À época do acordo, os donos da editora Brasil Agora, que foram gentilmente socorridos pelo PT, eram todos petistas: João Machado Borges Neto, Rui Falcão e José Américo Dias. Os dois últimos foram auxiliares de Marta Suplicy na prefeitura de São Paulo. Rui Falcão foi secretário de Governo. José Américo era secretário de Comunicação. Em resumo: você, contribuinte, cujos impostos compõem os recursos do fundo partidário, acabou pagando a dívida de uma empresa de três petistas. Que tal?

A editora Brasil Agora foi criada em 1991, como uma sociedade entre o pre-

sidente Lula, que tinha 1% das cotas, e o PT, dono do restante. Em 1993, no entanto, as cotas da empresa foram repassadas aos três petistas — o PT deixou de ter qualquer responsabilidade sobre os lucros ou os prejuízos da companhia, passados ou futuros. Em abril de 1994, um ex-funcionário da editora, Paulo Mauro Soldano, entrou na Justiça com uma reclamação trabalhista, alegando que fora caloteado no pagamento de comissões, de décimo terceiro e de férias. Em 1998, o ex-funcionário ganhou a ação, que foi paga apenas em 2004. Por alguma razão insondável, o PT, que não era mais dono da empresa nem réu na ação trabalhista, fez o pagamento dos 400 000 reais e recorreu ao fundo partidário. O cheque do PT traz a assinatura inconfundível de De-

lúbio Soares, então tesoureiro do partido, e do então presidente, José Genoíno.

“Mais uma vez o PT mostra que não sabe qual é a diferença entre o público e o privado. Para o partido, essa separação é simplesmente invisível”, afirma o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que pretende entrar com uma representação no Ministério Público pedindo a investigação do caso. Naturalmente, a lei que regulamenta a aplicação de recursos do fundo partidário não prevê o uso do dinheiro para pagamento de passivo trabalhista, principalmente de terceiros. A irregularidade pode ser punida com a suspensão do repasse dos recursos do

fundo para o PT. Não é pouca coisa. No ano passado, o partido recebeu cerca de 22 milhões de reais. A pena máxima, no entanto, é ainda pior: é cassação do registro do partido. ■

Julia Duailibi

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 17 minutos.)

**ATA DA 222ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2005**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 207, de 14 de dezembro de 2005)

REPUBLICAÇÃO

À página nº 44277, 2ª coluna, republique-se o Projeto de Lei da Câmara nº 142, de 2005, para correção de erros gráficos:

Dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei trata da renegociação de débitos oriundos de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE.

Art. 2º Fica autorizada a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, renegociadas ou não, de quaisquer fontes de recursos e agentes financeiros, contratadas na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, inclusive as operações originalmente contratadas ao amparo dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, as operações realizadas com recursos equalizados pelo Tesouro Nacional, as operações alongadas com amparo na Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e as operações renegociadas com base nas Leis nºs 10.177, de 12 de janeiro de 2001, 10.464, de 24 de maio de 2002, 10.696, de 2 de julho de 2003, e 10.823, de 19 de dezembro de 2003, e nas Resoluções de nºs 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, e 2.765, de 10 de agosto de 2000, do Conselho Monetário Nacional, com suas respectivas alterações.

Parágrafo único. O disposto nesta Lei não se aplica às operações em que tenha sido constatado desvio de recursos.

Art. 3º São beneficiários da renegociação disposta nesta Lei produtores rurais, pessoas físicas e jurídicas, suas cooperativas, associações e condomínios, inclusive nas modalidades de crédito coletivo ou grupal, mutuários de operações firmadas, na área da ADENE, entre 27 de setembro de 1989 e 31 de dezembro de 2000.

Parágrafo único. Admitir-se-á a renegociação de operações firmadas entre 29 de janeiro de 1986 e 31 de dezembro de 2000, quando amparadas por recursos do Programa de Irrigação do Nordeste - PROINE, instituído pelo Decreto n° 92.344, de 29 de janeiro de 1986.

Art. 4° Para a apuração do saldo devedor a ser renegociado, observar-se-ão os seguintes procedimentos:

I - nas operações já renegociadas com amparo na Lei n° 9.138, de 29 de novembro de 1995, e suas alterações, serão observadas as seguintes condições:

a) nas operações transferidas para o Tesouro Nacional, apura-se o valor a ser repactuado mediante o somatório das parcelas:

1. vencidas e não pagas, pela multiplicação da quantidade de produto vinculado que as representa pelos respectivos preços mínimos vigentes nas datas de seus respectivos vencimentos, aplicados os encargos financeiros estabelecidos pela legislação pertinente às operações da espécie;

2. vincendas, pela multiplicação da quantidade de produto vinculado que as representa pelos respectivos preços mínimos vigentes à data da repactuação descontando-se a parcela de juros de 3% (três por cento) ao ano;

b) nas operações não transferidas para o Tesouro Nacional, apura-se o valor a ser repactuado mediante o somatório das parcelas:

1. vencidas e não pagas, pela multiplicação da quantidade de produto vinculado que as representa pelos respectivos preços mínimos vigentes nas datas de seus respectivos vencimentos, aplicados os encargos financeiros de 12% (doze por cento) ao ano, até a data da repactuação;

2. vincendas, pela multiplicação da quantidade de produto vinculado que as representa pelos respectivos preços mínimos vigentes na data da repactuação, descontando-se a parcela de juros de 3% (três por cento) ao ano;

II - nas operações renegociadas ao amparo da Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 2.471, de 26 de fevereiro de 1998:

a) transferidas para o Tesouro Nacional, na forma da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, será obtido pela soma do valor pactuado, corrigido pelo IGP-M até a data da repactuação, e das parcelas de juros não pagas corrigidas pela taxa SELIC, acrescidas de juros de mora de 1% (um por cento) ao ano, deduzido o valor do Título do Tesouro Nacional, corrigido pelo IGP-M e juros de 12% (doze por cento) ao ano;

b) não transferidas, será obtido pela soma do valor pactuado e das parcelas de juros não pagas, ambos corrigidos pelo IGP-M até a data da repactuação, sem bônus e encargos de inadimplemento, deduzido o valor do Título do Tesouro Nacional, corrigido pelo IGP-M mais juros de 12% (doze por cento) ao ano;

III - nas demais operações, será obtido a partir do valor de sua contratação original, observadas as condições contratuais e as alterações legais pertinentes aos encargos financeiros, não sendo computados encargos de inadimplemento, multa, mora, custas e honorários advocatícios.

Art. 5º Sobre o saldo devedor apurado na forma do art. 4º desta Lei incidirão cumulativamente encargos financeiros de:

I - 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano para uma ou mais operações do mesmo beneficiário, cuja soma dos valores originalmente financiados, ou efetivamente liberados, não exceda a R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) ou valor equivalente;

II - 3% (três por cento) ao ano para a parcela excedente ao limite definido no inciso I do caput deste

artigo, limitado ao montante originalmente financiado, ou efetivamente liberado, de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) ou valor equivalente; e

III - 5% (cinco por cento) ao ano para o valor que exceder ao montante calculado na forma do inciso II do caput deste artigo.

Art. 6º O saldo devedor apurado na forma dos art. 4º e 5º desta Lei será pago em prazo de 25 (vinte e cinco) anos, a contar da data da renegociação, incluídos 4 (quatro) anos de carência, em parcelas anuais e sucessivas, ou em prazo inferior, livremente pactuado entre as partes, se de interesse do mutuário.

§ 1º Do valor da parcela anual devida, quando paga até a data de vencimento, será deduzido bônus de valor equivalente a 3% (três por cento) do valor do saldo devedor.

§ 2º Fica facultada ao mutuário a liquidação antecipada da dívida renegociada, mediante o pagamento do valor da parcela devida, calculada com aplicação do bônus a que se refere o § 1º deste artigo, multiplicado pelo número de prestações vincendas.

§ 3º Os juros relativos ao período de carência serão calculados e capitalizados para pagamento juntamente com as parcelas do financiamento.

Art. 7º As operações de repasse das cooperativas poderão ser renegociadas por essas ou diretamente pelos cooperados, independentemente dos financiamentos concedidos em favor delas.

Art. 8º É vedado aos agentes financeiros condicionar a repactuação ao pagamento de taxas ou demais

encargos não previstos nesta Lei, inclusive custas e honorários advocatícios.

Art. 9º O agente financeiro deverá fornecer ao mutuário, sem qualquer custo, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data de manifestação de interesse na renegociação, o demonstrativo de cálculo do saldo devedor das operações a serem repactuadas.

§ 1º Fica assegurada ao mutuário a revisão do cálculo referente à apuração do saldo devedor apresentado pela instituição financeira em instância superior à da agência.

§ 2º Persistindo o impasse quanto à apuração do saldo devedor, o mutuário poderá requerer a revisão do cálculo diretamente ou por meio de sua entidade sindical.

§ 3º A revisão do cálculo a que se refere o § 2º deste artigo será realizada por comissão especialmente constituída para essa finalidade, na forma do Regulamento, integrada por um representante do Poder Executivo Federal, que a presidirá; um representante de entidade sindical de produtores rurais; um representante do Conselho Regional de Economia da respectiva Unidade da Federação; e um da instituição financeira credora.

Art. 10. Fica estabelecido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de regulamentação desta Lei, prorrogável a critério do Conselho Monetário Nacional, para o recebimento de manifestação de interesse na renegociação.

Art. 11. 30 (trinta) dias após a data de regulamentação desta Lei, os agentes financeiros deverão apresentar as normas operacionais para a renegociação ao

Banco Central do Brasil, que dará imediata e ampla divulgação pública.

Art. 12. As renegociações celebradas ao amparo desta Lei dispensam a exigência de novas garantias, liberando-se aquelas que excederem os valores regulamentares do crédito rural.

Art. 13. As renegociações de que trata esta Lei serão formalizadas por emissão de cédula de crédito rural, disciplinada pelo Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967.

Art. 14. Fica autorizada a suspensão da cobrança ou da execução judicial de dívidas originárias de crédito rural, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, quando acolhida manifestação formal de interesse de renegociação, exceto nos casos em que se tenha configurado desvio de crédito.

Art. 15. É o Tesouro Nacional autorizado a emitir títulos até o montante de R\$ 7.000.000.000,00 (sete bilhões de reais) para garantir as operações de alongamento dos saldos consolidados de dívidas de que trata o art. 2º desta Lei.

§ 1º Fica o Poder Executivo autorizado a equalizar, com recursos do FNE, as operações decorrentes da repactuação de que trata esta Lei.

§ 2º A critério do Poder Executivo, os títulos referidos no caput deste artigo poderão ser emitidos para garantir o valor total das operações nele referidas ou, alternativamente, para garantir o valor da equalização decorrente do alongamento.

§ 3º O Poder Executivo, por iniciativa do Ministério da Fazenda, fundamentará solicitação ao Senado Federal de aumento dos limites referidos nos incisos VI, VII e VIII do caput do art. 52 da Constituição Federal, obedecidas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 4º O prazo de resgate dos títulos referido neste artigo iniciar-se-á a partir de 4 (quatro) anos da data de publicação desta Lei.

Art. 16. A repactuação de que trata esta Lei dar-se-á em conformidade com os limites e prazos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, observado o montante de recursos disponível para esse fim constante da Lei Orçamentária Anual, e em suas alterações aprovadas para essa finalidade.

Art. 17. Fica autorizada a criação de fundo, a ser constituído na forma que dispuser o Regulamento desta Lei, destinado a compensar a remissão do valor das parcelas de operações de crédito rural na área de atuação da ADENE vencidas em períodos de adversidade climática reconhecida por ato do Poder Executivo Federal.

Art. 18. O § 2º do art. 2º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º
.....

§ 2º No caso da região Nordeste, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste inclui a finalidade específica de financiar, em condições compatíveis com as peculiaridades da área:

I - atividades econômicas do semi-árido, às quais destinará metade dos recursos ingressados nos termos da alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal;

II - composição de Fundo de Compensação, destinado à remissão de parcelas de financiamentos agrícolas vencidas em anos em que ocorrer adversidade climática relevante, reconhecida em ato do Poder Executivo, para o qual destinará 10% (dez por cento) dos recursos ingressados, na forma que dispuser o Regulamento." (NR)

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 13 de dezembro de 2005.


ALDO REBELO
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 4.514, DE 2004(ORIGINAL)

Dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), e dá outras providências;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica autorizada a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, independente da fonte de recursos e do Agente Financeiro, contratadas até 31 de dezembro de 2000, renegociadas ou não, na área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), com recursos originalmente pactuados do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), recursos equalizados pelo Tesouro Nacional, inclusive as operações alongadas com base na Lei 9.138, de 29 de novembro de 1995, e na Resolução 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, do Conselho Monetário Nacional, com suas respectivas alterações posteriores, nas seguintes condições:

I- Encargos financeiros a partir da data da renegociação:

- a) um inteiro e cinco décimos por cento ao ano para as operações com valor originalmente contratado de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);
- b) três por cento para o montante da dívida originalmente contratada superior a R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) até o montante de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); e
- c) cinco por cento para o montante da dívida originalmente contratada que exceder a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

II- Prazo e condições de pagamento: a contar da data da renegociação vinte e cinco anos, incluídos quatro anos de carência, em parcelas anuais e sucessivas.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica às operações em que tenham sido constatados desvios de recursos.

§ 2º Fica estabelecido o prazo de cento e oitenta dias a contar da data de regulamentação desta Lei para o encerramento das renegociações.

§ 3º Sobre o valor do saldo devedor, apurado anualmente, será aplicado bônus de adimplência de 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) a ser deduzido do valor da parcela anual a ser paga.

§ 4º Fica facultada ao mutuário a liquidação antecipada da dívida renegociada, mediante o pagamento do valor da parcela anual calculada com aplicação do bônus, multiplicado pelo número de prestações vincendas.

Art. 2º Para fins de renegociação das operações no artigo 1º o saldo devedor será apurado a partir do contrato original, na data da renegociação sem computar os encargos de inadimplemento, multas mora e honorários advocatícios.

§ 1º Os agentes financeiros deverão fornecer ao mutuário, sem qualquer custo, demonstrativo de cálculo da evolução do saldo devedor das operações a serem repactuadas.

§ 2º Fica assegurada ao mutuário a revisão do cálculo referente a apuração do saldo devedor apresentado pela instituição financeira, em instância superior a da agência.

§ 3º Persistindo o impasse quanto a apuração do saldo devedor, o mutuário poderá requerer, inclusive por meio de sua Entidade de Classe, a revisão do cálculo a uma Comissão especialmente formada para esta finalidade, integrada por um representante da entidade de classe, um do Governo Federal e um da instituição financeira credora.

Art. 3º Os custos decorrentes desta Lei serão compensados com o resultado decorrente do contingenciamento estabelecido pelo Poder Executivo neste exercício e nos seguintes, nos termos do Art. 67 da Lei nº 10.524, de 25 de julho de 2002, e do Art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que poderá ser liberado para estas ou outras finalidades.

Art. 4º O Conselho Monetário Nacional estabelecerá as condições que se fizerem necessárias à implementação das disposições constantes desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É preocupante a situação de endividamento rural na região Nordeste. Segundo informações do Ministério da Integração Nacional (MI), a posição de 30 de junho deste ano indica que, dos R\$ 13 bilhões aplicados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), cerca de R\$ 5 bilhões encontram-se em atraso, o que representa uma inadimplência de 39,1%. O mesmo relatório do Ministério mostra disponibilidade de aplicação de recursos do FNE na ordem de R\$ 4 bilhões, enquanto que, nos demais Fundos Constitucionais, as aplicações de recursos apresentam-se praticamente iguais às disponibilidades. Assim, tanto a inadimplência quanto a ociosidade na aplicação de recursos, constatadas no Banco do Nordeste, denunciam notória ausência de capacidade de pagamento dos produtores rurais, com impactos negativos ao desenvolvimento regional.

Se este quadro se configurou extremamente perverso para o país como um todo, mais grave ele tornou-se na região Nordeste, acometida no período de 1990 a

2004 com sete anos de seca e duas enchentes, fenômenos climáticos que desestruturaram a economia produtiva da região, notadamente na agropecuária, com reflexos que se espalham por todos os demais setores. Neste mesmo período os encargos financeiros praticados na região Nordeste foram os mais elevados de todo País, quase 2,5 vezes vigentes para o crédito rural.

Dados divulgados pelo Banco do Nordeste em audiência pública promovida pela Câmara dos Deputados para tratar do endividamento rural na região mostram que, dos R\$ 502 milhões das dívidas securitizadas, enquadradas na Lei 9.138, cerca de R\$ 337 milhões apresentavam-se em atraso, confirmando a taxa de inadimplência de 67,24% em 30/04/2004. Este percentual por si só exige uma solução por parte do Poder público.

O presente Projeto de Lei pretende interromper o ciclo vicioso do endividamento rural e da ociosidade na aplicação de recursos do FNE, principalmente se considerarmos ser o Banco do Nordeste, atualmente a única Agência de Desenvolvimento da Região.

No artigo primeiro por ter sido constatado um mesmo comportamento independente da fonte de recursos, optou-se por dar um tratamento único para todo o estoque da dívida. A partir de janeiro de 2000, por força de Lei, tornaram-se prefixados os juros para FNE, razão porque optou-se por adotar a data de 31/12/2000 como o limite para os contratos a serem atendidos na renegociação, ora proposta. Os encargos financeiros da renegociação, variáveis de 1,5% a 5% ao ano, crescente em função do valor dos contratos, guarda coerência com o tratamento adotado em outras leis atinentes ao mesmo problema. O prazo de pagamento de 25 anos, contados a partir da data de renegociação é praticamente o mesmo definido na Lei 10.437, julgado compatível com a recomposição da atividade econômica dos produtores rurais do nordeste. Também, o prazo móvel de 180 dias, para fins de encerramento das renegociações, após a competente regulamentação da Lei, permitirá que seja atendido um maior número de produtores, bem como, possibilitará ao banco e aos órgãos de classe a necessária revisão no saldo devedor previsto no artigo 2º, desta Lei. Quanto ao bônus de adimplência previsto no parágrafo 3º do art. 1º, o seu dimensionamento econômico foi concebido de modo a reduzir os efeitos danosos provocados pelos diversos indexadores econômicos aplicados na evolução financeira dos saldos devedores em absoluto descompasso com a variação de preços dos produtos agropecuários.

O parágrafo quarto do artigo primeiro incentiva a liquidação antecipada do saldo devedor permitindo o imediato retorno financeiro da operação de crédito e a liberação de garantias, sendo facultado ao mutuário o acesso a contratação de novos financiamentos, resgatando a sua capacidade produtiva.

O artigo segundo do projeto de lei estabelece os critérios de apuração do saldo devedor, concedendo ao mutuário uma participação mais ativa no processo de renegociação. Trata-se de inovação normativa para permitir que haja uma maior transparência nas relações entre bancos e mutuários, garantindo prerrogativas definidas no Código de Defesa do Consumidor. Não há processo de renegociação sem que haja clareza e transparência no tocante à demonstração da evolução econômico-financeira dos saldos devedores.

O estabelecimento de uma instância recursiva para apreciar a reclamação do mutuário no tocante à apuração dos saldos devedores fortalece e incentiva a renegociação, vez que o mutuário se sentirá motivado a participar do processo.

O artigo 3º atende às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal ao indicar a fonte de recursos que serão utilizados para amparar as despesas decorrentes desta Lei.

O artigo 4º remete ao Conselho Monetário Nacional a responsabilidade de regulamentar a operacionalização do diploma legal.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 2004.

Deputado ROBERTO PESSOA
Coordenador da Bancada do Nordeste

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.138, DE 29 DE NOVEMBRO DE 1995.

Dispõe sobre o crédito rural, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 10.177, DE 12 DE JANEIRO DE 2001.

Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 10.464, DE 24 DE MAIO DE 2002.

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas, sob a égide do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária - PROCERA, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, ou de outras fontes de recursos, por agricultores familiares, mini e pequenos agricultores, suas associações e cooperativas, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 10.696, DE 2 DE JULHO DE 2003.

Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 10.823, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003.

Dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural e dá outras providências.

.....

MINISTÉRIO DA FAZENDA

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 2.471, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre renegociação de dívidas originárias do crédito rural, de que tratam o artigo 5º, § 6º, da Lei n. 9.138, de 29 de novembro de 1995, e a Resolução n. 2.238, de 31 de janeiro de 1996 e revoga a Resolução n. 2.457, de 18 de dezembro de 1997.

.....

DECRETO Nº 92.344, DE 29 DE JANEIRO DE 1986

Institui o Programa de Irrigação do Nordeste - PROINE e dá outras providências.

.....

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.196-3, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.

Estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA.

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE
1988**Seção IV**
DO SENADO FEDERAL

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....

VI - fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

VIII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

.....

Art. 159. A União entregará:

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

.....

DECRETO-LEI Nº 167, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1967.

Dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000.

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....

LEI Nº 7.827, DE 27 DE SETEMBRO DE 1989.

Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e dá outras providências.

.....

I - Das Finalidades e Diretrizes Gerais

Art. 2º Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm por objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através das instituições financeiras federais de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os respectivos planos regionais de desenvolvimento.

.....

§ 2º No caso da região Nordeste, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste inclui a finalidade específica de financiar, em condições compatíveis com as peculiaridades da área, atividades econômicas do semi-árido, às quais destinará metade dos recursos ingressados nos termos do art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal.

.....

(Às Comissões de Assuntos Econômicos
e de Agricultura e Reforma Agrária.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 6 DE FEVEREIRO, DE 2006, QUE ORA SE REPUBLICA PARA FAZER CONSTAR DOCUMENTOS QUE A ELE SE REFEREM.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Com muito respeito, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, que cedeu a palavra à Líder do PT, Senadora Ana Júlia Carepa, e agora cedeu a palavra ao Senador Suplicy. Então, com o nosso respeito e a admiração do povo do Brasil, disponha da tribuna como Líder do PSDB.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Como Líder. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Srs. Senadores, Srs. Senadoras, a defesa dos direitos individuais deve encontrar espaço em todas as tribunas. As fronteiras geográficas não devem se constituir em limite. Não importa onde esteja a afronta aos direitos humanos. A afronta deve ser combatida, os direitos humanos devem ser proclamados nas tribunas universais.

É por esta razão, Sr. Presidente, que trago ao conhecimento desta Casa o teor de correspondência que recebi no final de dezembro subscrita por seis Senadores e onze Deputados da República do Paraguai, integrantes do Partido *Unión Nacional de Ciudadanos Éticos*, a Unace.

O assunto que levou os Senadores e Deputados paraguaios a encaminharem a mencionada correspondência é concernente ao caso do perseguido e preso político cidadão paraguaio Lino César Oviedo Silva, o qual encontra-se recluso em um cárcere militar, sendo impedido, entre outras limitações que lhe são arbitrariamente impostas, de usufruir os direitos fundamentais previstos na Convenção Americana de Direitos Humanos e no Protocolo de Pactos Cívicos e Políticos, aos quais o Paraguai, como signatário e membro da Organização dos Estados Americanos, está adstrito à sua fiel observância e devido cumprimento.

Nesse contexto, destacam os parlamentares paraguaios que Lino Oviedo está sendo tolhido no seu próprio direito de liberdade individual, de livre expressão, de igualdade perante o ordenamento jurídico, bem como vem sendo, sistematicamente, impedido de usufruir de um juízo justo e do devido processo legal.

O itinerário da prisão de Lino Oviedo é marcado por acontecimentos surreais, nos quais, invariavelmente, se evidencia uma trama urdida por setores do Exe-

cutivo, com a conivência de determinadas instâncias do Poder Judiciário daquele país.

O conluio para impedir que Oviedo possa voltar a transitar pelas ruas e, por conseguinte, expressar suas idéias e ideais registra passagens que caracterizam o abandono e a inobservância plena de todo aparato legal existente naquele país.

Para citar apenas uma das aberrações jurídicas – permitam-me a expressão, pois somente esta traduz em alguma medida a série e seqüência de decisões que põem a pique todos os diplomas legais do país, infringindo, inclusive, pactos celebrados no âmbito de organizações multilaterais –, menciono a ação de inconstitucionalidade movida por Oviedo contra dispositivos do Código de Processo Penal Militar e de um decreto do Poder Executivo, cujo trâmite é sumário e deveria haver pronunciamento de sentença em, no máximo, 30 dias. Pasmem, Srs. Senadores: transcorreram sete anos para que uma decisão fosse anunciada.

É evidente que o Sr. Lino Oviedo está sendo submetido a uma flagrante violação de seus direitos de ampla defesa, por intermédio de medidas protelatórias de todos os matizes, as quais possuem um traço em comum: a falta ostensiva de amparo legal.

O meu intuito, Sr. Presidente, em trazer à tribuna do Senado esse caso e dar publicidade à correspondência assinada por integrantes do Senado paraguaio é denunciar que, num país limítrofe e irmão, integrante do Mercado Comum do Sul – Mercosul –, em pleno século XXI, um cidadão nacional é submetido à privação arbitrária e ilegal de liberdade.

Os princípios basilares do Estado Democrático de Direito estão sendo visivelmente solapados e não poderíamos ser indiferentes a esse denso relato da lavra de Senadores e Deputados da República do Paraguai.

Eu gostaria de fazer uma ressalva de suma importância: estou cômico, Sr. Presidente, do preceito constitucional de não-intervenção e não-ingerência em assuntos internos, princípios que norteiam o Brasil nas suas relações internacionais. Ademais, coexiste no mesmo rol de princípios inamovíveis, escrito pelo legislador Constituinte como paradigma da regência do Brasil nas suas relações externas, a prevalência dos direitos humanos, que nesse processo se encontra explicitamente afrontada. É por essa razão que faço referência à existência de um preso político no país-irmão, no Paraguai.

Solicito, Sr. Presidente, anexar ao meu pronunciamento a íntegra da correspondência encaminhada pelos Senadores e Deputados paraguaios. São seis Senadores – Ramón Dominguez, Herminio Chena, Enrique Quintana, Gustavo Mussi, José Bóbeda, Jorge Oviedo – e onze Deputados.

Com as mudanças sofridas no mundo, na segunda metade do século passado, tínhamos a impressão de que a justiça e a preservação dos direitos humanos fundamentais seriam valores e objetivos cuja busca seria inabalável e de que a evolução dos povos e das nações chegara a um ponto em que não se cogitaria mais retrocesso nos países que houvessem estabelecido alicerces democráticos.

Não imaginava, Senador Mão Santa, que necessitasse, nesse momento, de visitar um preso político – porque não é outra a condição de Lino Oviedo senão essa –, depois de tantas lutas na América Latina pela redemocratização de todos os países. Mas estamos diante desse fato e dessa realidade. No final do ano passado, eu o visitei, num cárcere, como preso político. É dessa forma que a população paraguaia o vê.

Nosso Judiciário já analisou os fatos que circundaram a saída de Lino Oviedo do Paraguai quando o Supremo Tribunal Federal indeferiu o pedido de sua extradição. Os Ministros de nossa Corte Suprema concluíram, em julgado repleto de referências históricas e de lições de Direito Constitucional, que o General Lino Oviedo fora condenado por um “tribunal de exceção”, um órgão colegiado criado após determinado fato e especificamente para sobre ele decidir, composto por pessoas indicadas por quem buscava o afastamento de Oviedo do cenário político.

A condenação de Lino Oviedo assim conduzida, que o Supremo Tribunal brasileiro já disse viciada, perdura até os dias presentes.

Muito embora haja todo um conjunto de novos indícios e provas, inclusive testemunha de que houve verdadeira farsa quanto à morte de Argaña, permanece o cidadão Lino Oviedo encarcerado no Paraguai.

Contra esse estado de coisas foi apresentada denúncia perante a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, em Washington.

Foram também empregados os expedientes processuais previstos na legislação paraguaia em busca da revisão da condenação diante de novos e relevantes argumentos. Nada aconteceu; nenhum pronunciamento sobre os pedidos.

Pelos caminhos diplomáticos e institucionais que o Parlamento utiliza por vezes para apurar ilícitos em territórios estrangeiros há que se buscar também esclarecimentos sobre a preservação das garantias individuais que possam estar sendo privadas do homem público Lino Oviedo.

Faço esta invocação, Sr. Presidente, na presença de Lino César Oviedo, filho do político paraguaio, herdeiro de seus sonhos e esperanças. Aos dezoito anos, ao lado de seu pai, vive a expectativa da justiça.

É por ele, por sua família, pelos cidadãos do país-irmão, eleitores ou não de Oviedo, e principalmente pela democracia e pela justiça que faço este registro e a convocação para que prestemos a atenção devida aos fatos ocorridos no Paraguai.

Sr. Presidente, reitero o pedido para que insira nos Anais da Casa a correspondência que recebi dos Parlamentares paraguaios.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRO-
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Señor
Senador de la República Federativa de Brasil
Don Alvaro Dias
Presente

Asunción, 21 de Diciembre de 2005

Los Parlamentarios del Partido UNACE y abogados del Señor Lino César Oviedo Silva, nos dirigimos a usted, a los efectos de saludarle y de poner a su conocimiento, el caso particular del perseguido y preso político, ciudadano **LINO CESAR OVIEDO SILVA**, quien, a más de estar injustamente recluido, en una cárcel militar, siendo de condición civil, tiene vedado usufructuar sus derechos fundamentales como ser los comprendidos en la Convención Americana de Derechos Humanos y el Protocolo de Pactos Civiles y Políticos a los cuales Paraguay se ha comprometido como Estado Miembro de la OEA. Es así, que el mismo ve atropellado diariamente, su propio **DERECHO A LA LIBERTAD INDIVIDUAL**, a la **LIBRE EXPRESION**, a la **IGUALDAD ANTE LA LEY**, a gozar de **UN JUICIO JUSTO** y del **DEBIDO PROCESO**. Ante esta situación, en estas líneas, cabe rememorar parte del Preámbulo de la **DECLARACION AMERICANA DE LOS DERECHOS Y DEBERES DEL HOMBRE** que dice:

“El cumplimiento del deber de cada uno es exigencia del derecho de todos. Derechos y deberes se integran correlativamente en toda actividad social y política del hombre. Si los derechos exaltan la libertad individual, los deberes expresan la dignidad de esa libertad”

Siendo el hombre el corazón de la sociedad, el estado y los agentes del mismo, tienen el deber de mantener las normas mínimas concernientes a la dignidad del hombre, sin olvidar el orden jurídico, el cual presupone otros deberes de orden moral que los apoyan conceptualmente y los fundamentan.

Para que usted tenga una idea acabada de la situación de referencia, y a fin de no distraer su valioso tiempo nos permitimos a continuación ilustrarle con un breve sumario de las causas que translucen la realidad precedentemente apuntada:

Causa: “Acción de Inconstitucionalidad promovido por el ciudadano Lino César Oviedo Silva, contra los artículos 290 al 295 de la ley 844/80 “Código Procesal Penal Militar en tiempo de paz y guerra, y contra el Decreto del Poder Ejecutivo N° 17.365”, de fecha 29 de Mayo de 1997.

Esta Acción de Inconstitucionalidad, fue presentada por el ciudadano Lino César Oviedo Silva en contra del Tribunal Militar Extraordinario en fecha 02 de Julio de 1998 ante la Sala Constitucional de la Corte Suprema de Justicia; esta Acción, cuyo trámite es sumarísimo, y debe resolverse dentro de **30 días** (Art. 554 de C.P.C.), fue resuelto por la Corte después de **SIETE AÑOS**, según Acuerdo y Sentencia N° 115, de fecha 15 de Marzo del 2005. Esta es la prueba palpable, con firma y sello, de los propios Ministros de la Corte Suprema de Justicia de que Lino César Oviedo es sometido a una aberrante violación de sus derechos procesales y el Derecho a la defensa, por medio de desmesurados retardos injustificados de justicia. “Cuando la Justicia llega tarde, deja de ser tal y se convierte en Injusticia.”

Causa: “Lino Oviedo s/ Rebelión”.

Esta causa se inició el 24 de abril de 1996, sigue sin resolverse en la actualidad, llevando ya este proceso **NUEVE AÑOS y SEIS MESES** de diligenciamiento y en estado sumario; cuando que el Código de Procedimientos Penales de 1890, según el cual se diligencia esta

causa, establece que el sumario no debe durar **MAS DE SESENTA DÍAS**. En otras palabras, este proceso seguido al ciudadano Lino Oviedo lleva nada menos que **NUEVE AÑOS Y CUATRO MESES DE RETRASO**. El simple hecho de hacer un somero cálculo matemático, nos pone ante la evidencia de un retardo de justicia exasperante; todo ciudadano tiene derecho a que se resuelva sus cuestiones judiciales en un tiempo razonable, así lo establece la Constitución Nacional y la Convención Americana sobre los Derechos Humanos o Pacto de "San José de Costa Rica"; sin embargo, **NUEVE AÑOS Y SEIS MESES** esta muy lejos de ser un **tiempo RAZONABLE** para la resolución de una causa, y más aún, cuando ni siquiera el sumario se encuentra agotado.

En este juicio, el juez de La Causa Abogado ANDRÉS CASATTI, ha dictado la Resolución N° 176, de fecha 01 de setiembre de 2005, por la cual resuelve: **"Declarar que el Gral. Lino César Oviedo, en este juicio ha sido juzgado dos veces por una misma causa"**, y también resolvió **"Extinguir la causa: "Lino Oviedo s/ REBELIÓN"**, resolución esta que fue apelada por la defensa, atendiendo a que la justicia ordinaria es el fuero competente original donde debe juzgarse al ciudadano Lino Oviedo y donde ya se ha declarado que el 22 y 23 de Abril de 1996 no ha existido delito alguno. Esta apelación se encuentra pendiente de resolución en el Tribunal de Apelación en lo Criminal de la Capital Tercera Sala, desde 8 de noviembre de 2005, hasta la fecha, patentizándose una vez más, un grosero retardo injustificado de justicia, cuando se trata de una causa que tiene como protagonista al ciudadano Lino César Oviedo Silva. El plazo establecido para la resolución es de ocho días, ya pasaron más de veinte.

Causa: "Lino César Oviedo Silva, s/ Revisión de condena y Recusación con causa justificada".

Este recurso esta previsto en el nuevo Código Procesal Penal de la República del Paraguay, la Ley N° 1286/98; en el mismo se prevé que la tramitación del mencionado recurso no podrá durar **MAS DE TREINTA DÍAS**, con todos sus diligenciamientos. En este caso en especial el ciudadano Lino César Oviedo Silva ha presentado el Recurso de Revisión ante la Sala Penal de la Excma. Corte Suprema de Justicia en fecha 20 de Octubre del 2005; al momento de redactarse este informe el recurso ya lleva **CUARENTA Y CINCO días**, sin que tan siquiera se hayan agotado los diligenciamientos; en otros términos, luego de los 45 días de haber presentado el Sr. Lino Oviedo, el Recurso de Revisión de la Condena de 10 años de prisión militar, el mismo, ni siquiera se halla en estado de resolución, encontrándose nuevamente con una grave violación de los plazos procesales, en perjuicio al derecho a la defensa, con la agravante de que por esta causa el Sr. Oviedo se encuentra privado de su libertad injustamente.

Causa: "Lino César Oviedo c/ Estado Paraguayo s/ Acción Autónoma de Nulidad por fraude procesal".

Este juicio, fue iniciado por el Sr. Lino César Oviedo en fecha 07 de noviembre del 2005, sin que hasta la fecha se le haya dado tramitación alguna, debido a la inhibición en cadena de jueces que **NO QUIEREN COMPROMETERSE** en hacer justicia en este país. Actualmente, ha aceptado entender en la causa la jueza a cargo del juzgado en lo Civil y Comercial N° 5 Abog. Nilse Ortiz de Silva; Secretaría N° 10.

Es evidente, que el componente político que acompaña las causas y juicios del Sr. Lino Oviedo, hacen que muchos jueces rehuyan intervenir en los casos para evitar presiones o si acaso resolvieren algo favorable al Sr. Lino Oviedo, evitar que sean destituidos de sus cargos. No es la Diosa Astrea, la Diosa de la justicia, la que guía las manos y la conciencia de los jueces, sino los padrinos políticos, las promesas de ascensos, y sin duda, el formar parte de la mafia que reparte el dinero mal habido.

Causa: "Lino César Oviedo, Constantino Rodas, Luis Alberto Rojas, Fidencio Vega, Pablo Vera Esteche, Víctor Galeano Perrone y Reinaldo Servín s/ Homicidio doloso y lesión grave – Capital".

Este proceso, si así se lo puede llamar, se ha constituido en el paradigma de la persecución política, motorizada a través del Poder Judicial, por facciones de políticos involucrados en delitos de corrupción y responsables de atentados contra el pueblo paraguayo. **La cabeza visible de esta mafia es el Dr. Carlos Ortiz Barrios**, quien fungiendo de juez de la causa, se ha encargado de todos los retardos posibles e imposibles, a fin de postergar lo más posible la libertad del Gral. Oviedo. En este caso se ha tenido que interponer varios recursos de Queja Por Retardo de Justicia, habida cuenta que el mencionado juez, no resuelve los pedidos de la defensa y si ha llegado al colmo de tener que Interponer Recurso de Queja por Retardo de justicia, en pedidos de fijación de día y hora de audiencia para indagatoria, diligencia ésta que debe ser resuelta por el juez en 24 horas, sin embargo, en esta causa se ha tenido que esperar hasta **NUEVE MESES** y sólo se logró la fijación de la audiencia, recurso de Queja de por medio. Los requerimientos de la querella, son evacuados en el día, aunque fueran 17 o 18 pedidos, a contrario sensu, tratándose de la defensa, sus pedidos nunca son atendidos.

Estas situaciones planteadas en el desarrollo de la causa ha propiciado la recusación con causa justificada en contra del Dr. Ortiz Barrios, con pruebas incontestables, como ser la declaración de un pariente político del mismo, que fue testigo presencial del homenaje rendido por Ortiz Barrios a Nelson Argaña, el querellante del Sr. Oviedo, en una cena privada organizada por el juez a ese sólo efecto; del mismo modo ha sido testigo en numerosas ocasiones de las declaraciones realizadas en el ámbito familiar de que **ORTIZ BARRIOS** condenaría indefectiblemente al Sr. Oviedo a 25 años de cárcel, porque así le habían ordenado sus padrinos políticos.

En todas la recusaciones un Tribunal anodino y cómplice de las tropelías del poder político faccioso, ha rechazado todas las recusaciones **sin dar oportunidad a la defensa de diligenciar sus pruebas**, simplemente rechazaron las recusaciones sin abrir la causa a prueba de tal forma a que los testigos no puedan declarar y que la verdad salga a la luz, es así como se maneja el Poder Judicial, constituyendo la vergüenza de la nación.

Es preciso advertir que esta causa ya lleva **SEIS AÑOS de tramitación**, pues se inició el 23 de marzo de 1999 y como es evidente, largamente ha sobrepasado cualquier tiempo razonable para dictar sentencia.

Habiendo cumplido, el señor Oviedo, más de dos años en prisión preventiva por esta causa, su defensa, ha solicitado la Revocación de la Prisión Preventiva, por el transcurso de dos años, como lo prevé la ley procesal. Como todo trámite de libertad tiene un procedimiento sencillo y sumario, sin embargo, le han dado un doble trámite para entorpecer su desarrollo, a tal punto que este pedido fue diligenciado por escrito y luego la jueza **MARIA LUZ MARTÍNEZ** lo vuelve a diligenciar por medio de una audiencia oral, que de ser el trámite apropiado debería haberse fijado dentro de las **48 horas**, luego de la presentación del pedido de revocación de la Prisión Preventiva, pero resuelve fijar varios días después de la presentación y lo fija para **12 días después**, en violación de la ley procesal, violación ésta flagrante, grosera e insultante. Pero la cuestión no termina ahí.

El día y hora fijados fue el 24 de noviembre de 2005, a las 15:00 horas. Ese día, 10 minutos antes de la realización de la audiencia, la jueza **MARIA LUZ MARTÍNEZ**, suspendió la misma, por supuesta falta de garantía o seguridad para el Sr. Lino Oviedo, basándose en **"versiones periodísticas"** - por supuesto no confirmadas - y supuestos **"incidentes en las inmediaciones de la sede judicial"**, incidentes por supuesto inexistentes. La finalidad resultaba muy evidente, prolongar el tratamiento del pedido de libertad del Sr. Lino Oviedo; es una forma más de violar los plazos procesales, en perjuicio del privado de libertad. Una vez suspendida la audiencia lo fijó para el 30 de noviembre, a las 07:30 horas, en la sede militar de reclusión del procesado; con esto, **la audiencia que debía llevarse a cabo en 48 horas, pasa a 20 días**, con la agravante de que se pretende violar el debido proceso y la sede natural de diligenciamiento del proceso que es el Poder judicial, para tratar de diligenciarlo en el ámbito militar. El señor Oviedo no tiene imposibilidad de naturaleza alguna para presentarse en sede judicial a declarar, ahora bien, los que lo tienen injustamente privado de su libertad, con falsas acusaciones, pretenden por todos los medios, que el mismo no se entreviste con la prensa nacional, por tal razón tiene vedado su derecho a la **LIBRE EXPRESION**. La verdad dicha por quien tiene la autoridad moral para decirla, es terremoto que hace temblar los muros de la mentira y derriba a ídolos con pies de barro.

En el expediente principal se encuentra un recurso de Apelación y Nulidad interpuesto por la defensa en contra de una providencia que deniega la aplicación del artículo 576 del Código de Procedimientos Penales de 1890, que rige la causa, relativo al tiempo para que el defensor conferencie con su defendido. **Lleva CINCO MESES sin que el juez se digne en concederlo o no**, simplemente lo ignoró, pese a los pedidos a fin de que se pronuncie sobre el mismo. Por más está decir, que los recurso interpuestos **deben ser concedidos en el día de su presentación o máximo al día hábil siguiente**, pero cuando se trata de Lino Oviedo, la resolución que se debe dictar en el día tarda **CINCO MESES** o talvez más pues aún no existe resolución sobre el tema.

Causa: “Lino César Oviedo, Niño Trinidad Ruiz Díaz y otros s/ Homicidio doloso y lesiones graves – Capital”

En esta causa penal que se tramita por ante el juez en lo Civil y Comercial del Séptimo Turno, Dr. Hugo Becker; lleva **SEIS AÑOS Y SEIS MESES** de trámite en estado sumario, etapa ésta del proceso que debe durar apenas **SESENTA DIAS**. Por una simple operación matemática queda de manifiesto que llevamos **SEIS AÑOS Y CUATRO MESES DE RETRASO**, de retardo injustificado de justicia.

En esta causa, se ha promovido un **INCIDENTE DE SOBRESEIMIENTO LIBRE** a favor del Sr. Lino César Oviedo, que fue **RECHAZADO** por el Juez Becker en una ambigua y contradictoria resolución, que no denota otra cosa, sino la falta de valor para resolver lo que corresponde en derecho: **LA LIBERTAD DEL Sr. LINO CESAR OVIEDO**.

La mencionada resolución fue objeto del **RECURSO DE APELACION Y NULIDAD** interpuesto por la defensa en fecha 06 de Octubre del 2005 y que hasta hoy día se encuentra en la Secretaría N° 2 de la 1° Sala del Tribunal de Apelación en lo Criminal; es decir, ya lleva casi 60 días **SIN RESOLUCION**.

En fecha 19 de octubre de 2005 presentó la defensa del Sr. Oviedo, Revocatoria de Auto de Prisión a favor del mismo, en base a las disposiciones del Art. 252 inc. 1 y 3, concordante con el Art. 236 del C.P.P., se solicita se remita oficio a la Cámara de Apelaciones del Crimen para que ésta remita **COMPULSAS** para tramitar por cuerda separada según la Ley 1444/99 “Ley de Transición”, a cargo del Juez Becker.

Por esta causa el Sr. Lino Oviedo guarda prisión preventiva más de **tres años**. En fecha 1 de noviembre de 2005 la querella plantea recusación contra el juez Hugo Becker, la querella remite los antecedentes y el informe correspondiente a la Cámara de Apelaciones. Así mismo, remite la revocatoria de prisión planteada a favor del Sr. Lino Oviedo al Juzgado que le sigue en turno a cargo del Dr. Nery Kunzle, éste a su vez se inhibe y remite al Juzgado del Dr. Martínez Simón. En fecha 8 de noviembre el juez Martínez Simón remite nuevamente al juzgado que le sigue en turno, actualmente en el Juzgado Hugo Becker.

En fecha 9 de noviembre de 2005 se presentó el pedido de sustanciación de la audiencia prevista en el Art. 251 del C.P.P. que establece que el procesado y las partes deben ser llamados en 48 horas para sustanciar oralmente y decidir el planteamiento en forma inmediata por parte del juez Hugo Becker.

El juez Becker no hizo lugar a la Revocación de la Prisión Preventiva, decisión que fue apelada por la defensa, en fecha 21 de noviembre de 2005. El recurso diligenciado aún no ha sido remitido al Tribunal que corresponde, como siempre con la impronta del retardo injustificado de justicia.

Más y más retardos, esa es la constante cuando se trata del Sr. Oviedo. El cumplimiento de los plazos procesales, eso es lo que se pide, el cumplimiento de la ley y nada más: ¿Es demasiado pedir para un país en el cual sus autoridades se ufanan de vivir en democracia y con respeto al Estado de Derecho? ¿O en realidad es todo mentira?.

Causa: “Denuncia formulada por LINO CESAR OVIEDO SILVA c/ PORFIRIO RAMON RAMIREZ BAEZ s/ Tortura y otros delitos”.

Esta denuncia, fue presentada por el Sr. Lino César Oviedo Silva, en fecha 17 de noviembre del 2004, ante la Unidad Fiscal de Derechos Humanos de la Fiscalía General del Estado, por

VIOLACION DE LOS DERECHOS FUNDAMENTALES DEL MISMO en su lugar de reclusión. Los tratos inhumanos, crueles y degradantes a que es sometido el Sr. Oviedo por parte del Gral. de Justicia Militar PORFIRIO RAMON RAMIREZ BAEZ, son los previstos y penados en los Arts. 309 y 121 del Código Penal.

En su lugar de reclusión, el Sr. Lino César Oviedo está privado arbitrariamente, por orden del Gral. Ramírez de los derechos y garantías que le son acordadas a las personas privadas de libertad, tanto por la Constitución Nacional como por la Ley 210/70. El Sr. Oviedo es sometido arbitrariamente a sanciones dentro del reclusorio sin que tan siquiera se le informe la causa o se le de el derecho a la defensa; fue sometido a sanciones colectiva con 23 horas de encierro, sufre discriminación en cuanto a su tratamiento, pues no puede recibir, ni a sus abogados, ni a sus visitas, en las condiciones previstas por la ley penitenciaria.

Esta denuncia, corrió la triste suerte de no tener un fiscal que quiera asumir la denuncia, pues en un juego perverso se producían inhibiciones e inhibiciones. Tanto es así, que hasta la fecha, **MÁS DE UN AÑO DESPUES DE FORMULAR LA DENUNCIA, NO EXISTE IMPUTACIÓN ALGUNA, PESE A QUE SE AGREGARON PRUEBAS INCONTESTABLES SOBRE LA VERACIDAD DE LA MISMA.** Existen **TRES pedidos de imputación** realizados por el denunciante, sin que hasta la fecha la Fiscalía se haya dignado en imputar al Gral. RAMIREZ por los comprobados delitos de lesa humanidad.

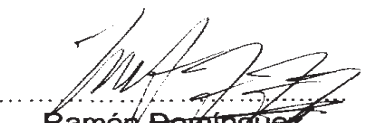
Evaluar la justicia de un proceso es una tarea compleja y polifacética. Cada caso es diferente a los demás y debe examinarse teniendo en cuenta sus particularidades como el conjunto del contexto. La evaluación normalmente se centra en el hecho de si el modo en que se lleva a cabo el procedimiento cumple la legislación nacional, en si las leyes nacionales son consecuentes con las garantías internacionales de justicia procesal, y en si la forma y la práctica en que esas leyes se aplican son asimismo consecuentes con las normas internacionales. En esta ocasión las deficiencias se presentan en todas las facetas del proceso, de un proceso inaudito donde no existe una sola prueba que lo incrimine al ciudadano Lino César Oviedo Silva, y por lo tanto no goza de un Juicio Justo, ya que se incumplen sistemáticamente las normativas nacionales en internacionales.

Es así que habiendo relatado esta realidad podemos verificar la privación arbitraria e ilegal de la libertad del ciudadano Lino Oviedo, y, los abusos y malos tratos, a que es sometido como detenido. La igualdad ante la Ley es premisa fundamental para la existencia de un Estado de Derecho. Si no existen garantías, no existe estado de derecho.

Peticionamos para el Sr. Lino Oviedo las garantías básicas que tiene todo individuo : JUICIO JUSTO, DEBIDO PROCESO, SEGURIDAD JURIDICA , JUSTICIA Y LIBERTAD.

Confiados en la seguridad de su respaldo a tan justa y democrática causa, como es la búsqueda de la justicia dentro de un auténtico Estado de Derecho, nos despedimos de V.E. con nuestro mayor respeto y consideración.

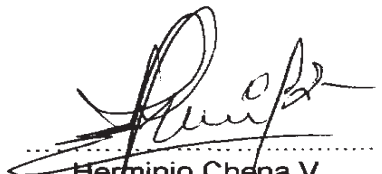
Atentamente,



Ramón Domínguez
Senador Nacional



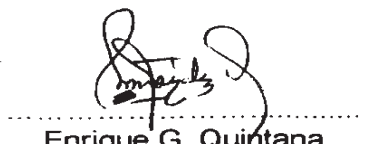
Gustavo Mussi
Diputado Nacional



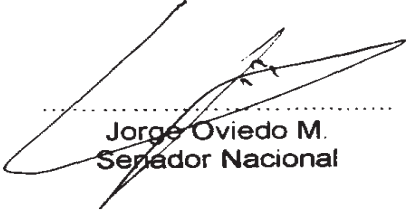
Herminio Chena V.
Senador Nacional



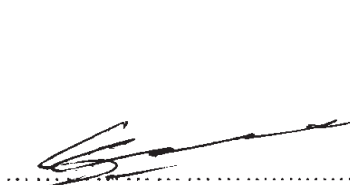
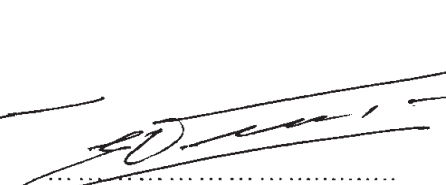
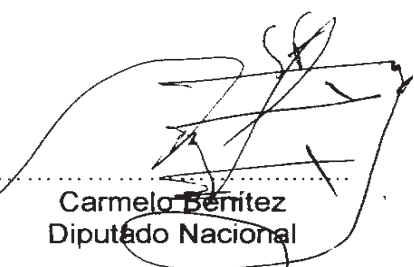
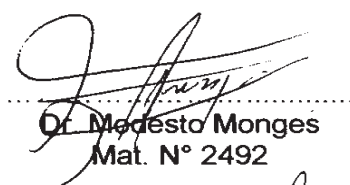
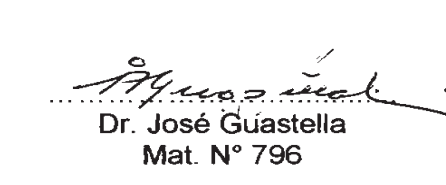
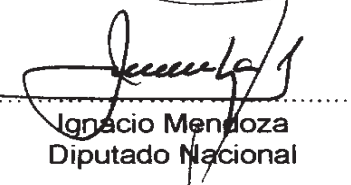
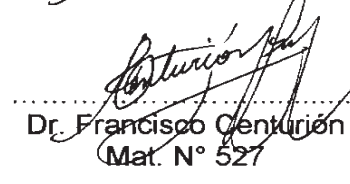
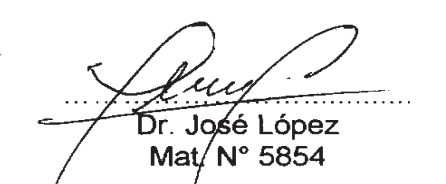
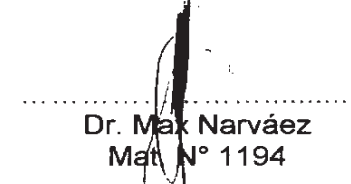
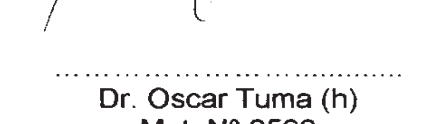
José Bóveda M.
Senador Nacional



Enrique G. Quintana
Senador Nacional



Jorge Oviedo M.
Senador Nacional

 Carlos Paoli Diputado Nacional	 Edgar Venialgo Diputado Nacional	 Carmelo Benítez Diputado Nacional
 Dr. Modesto Monges Mat. N° 2492	 Dr. José Guastella Mat. N° 796	 Ignacio Mendoza Diputado Nacional
 Dr. Francisco Centurión Mat. N° 527	 Dr. José López Mat. N° 5854	 Dr. Max Narváez Mat. N° 1194
 Dr. Oscar Tuma (h) Mat. N° 8592		

Campos Cervera N° 4882 esq. Tte. Zotti
e-mail: unace@unace.org.py

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

9-02-2006

Quinta-feira

- 11:00 –** Ministro Luiz Marinho, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Ministro Nelson Machado, Ministro de Estado da Previdência Social, Ministro Paulo Bernardo, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministro Jaques Wagner, Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República para entrega do Projeto de Lei que fixa o novo valor para o salário mínimo. Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal
- 11:30 –** Senhor João Batista Magro Filho, Presidente da Associação Brasileira de Empresas Prestadoras de Serviços Postais - ABRAPOST, acompanhado do Senhor Onildo Maciel Júnior, Vice-Presidente Centro-Oeste

Senhora Edênia da Maceno Diniz, Presidente de Alagoas

Senhora Maria Salette Melo, Diretora Jurídica

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

- 12:00 –** Senhor Mauro Ricardo Machado Costa, Secretário Municipal das Finanças de São Paulo, Prefeitura da Cidade de São Paulo
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

- 14:00 –** Sessão na hora do expediente destinada a homenagear a memória de Dorothy Mae Stang - Irmã Dórote e os 10 anos da TV Senado
Plenário do Senado Federal

- 15:45 –** Senhor Jorge da Motta, Presidente da Telebrás
Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

- 16:00 –** Ordem do Dia - Sessão Deliberativa
Plenário do Senado Federal

PARECER Nº 4, DE 2006 — CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 1, de 2006-CN (nº 7.297-GP/TCU/2005, na origem), que “Encaminha ao Congresso Nacional informações acerca das obras de Implantação do Sistema de Trens Urbanos do Distrito Federal, esclarecendo que não há impedimentos para que a referida obra receba recursos oriundos do Orçamento Geral da União no exercício de 2006”.

I - Relatório

Trata-se do Aviso nº 1, de 2006-CN (nº 7.297-GP/TCU/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional informações acerca das Obras de Implantação do Sistema de Trens Urbanos do Distrito Federal, esclarecendo que não há impedimentos para que a referida obra receba recursos oriundos do Orçamento Geral da União no exercício de 2006.

Segundo o teor da peça remetida ao Parlamento, não há motivos para manutenção do bloqueio dos recursos da União para a obra em tela. Também, consta a afirmação de

2) que as determinações realizadas à Companhia do Metropolitano do Distrito Federal são apenas de caráter operacional, de cunho preventivo, enquanto as determinações feitas ao Ministério das Cidades não tem relação com a execução das obras, envolvendo alimentação de Sistemas Federais.

É o relatório.

II - Voto

Examina-se, nessa oportunidade, informações encaminhadas pelo TCU sobre as obras de implantação do metrô do Distrito Federal, trecho que se estende da Estação 23 (Ceilândia Sul) até a Estação 27 (Terminal Ceilândia). Essa parte do empreendimento encontra-se no Anexo VI da Lei nº 11.100/05 (LOA/2005), em virtude da falta de correção de irregularidades graves constatadas em procedimentos de fiscalizações realizadas pelo Tribunal de Contas da União.

Uma retrospectiva da matéria revela que há Corte de Contas, por meio do Acórdão nº 1.611/03 (Plenário), comunicou ao Congresso Nacional o saneamento das irregularidades graves que ensejaram o bloqueio de recursos orçamentários e financeiros para as obras em tela. No entanto, nessa mesma deliberação, determinou à Companhia Metropolitano do DF que:

9.3.1. condicione a continuidade das obras de execução do trecho que vai da Estação 23 (Ceilândia Sul) até a Estação 27 (Terminal Ceilândia) do metrô do Distrito Federal à finalização das revisões de projeto e à elaboração de orçamentos detalhados fundamentados em quantitativos propriamente definidos, em consonância com o que dispõe a alínea f do inciso IX do art. 6º, do o inciso II do § 2º do art 7º ambos da Lei nº 8.666/93.

Ante essa condição apontada pelo TCU para retomadas das obras, o Congresso Nacional manteve o empreendimento na relação de obras com indícios de irregularidades graves, com vistas a assegurar a efetividade da medida.

As fiscalizações que se seguiram não reconheceram o atendimento à determinação do TCU, conforme se verifica nos seguintes acordãos:

Acórdão nº 1.394/04 (Plenário):

9.1. determinar, com fulcro no art. 45 da Lei nº 8.443/92, à companhia do Metropolitano do DF que informe ao Tribunal quanto ao cumprimento da determinação contida no item 9.3.1 do Acórdão nº 1.611/2003 - Plenário - TCU, no sentido de finalizar as revisões de projeto e à elaboração de orçamentos detalhados fundamentados em quantitativos propriamente definidos, em consonância com o que dispõe a alínea f do inciso IX do art. 6º, c/c o inciso II do § 2º do art. 7º, ambos da Lei nº 8.666/93, como condição à continuidade das obras de execução do trecho que vai da Estação 23 (Ceilândia Sul) até a Estação 27 (Terminal Ceilândia) do metrô do Distrito Federal.

Acórdão nº 1.261/05 (Plenário):

9.1. com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, determinar à Companhia de Metropolitano do Distrito Federal que encaminhe a este Tribunal, no prazo de 20 (vinte) dias, as revisões efetuadas nas medições referentes aos serviços realizados no trecho compreendido entre as estações 23 e 27, bem como informações sobre as correções efetuadas no sistema de medição.

Apesar de, no Acórdão nº 1.394/04 (Plenário), haver comunicação ao Parlamento de que inexistiam óbices ao desbloqueio dos recursos orçamentários e financeiros para as obras, o teor do item 9.1 retrotranscrito revelava a falta de implementação da condição para continuidade das obras, constante no item 9.3.1 do Acórdão nº 1.611/03 (Plenário). Portanto, até o pre-

sente momento as obras permanecem no rol de obras com indícios de irregularidades graves.

Ocorre que, em inspeção recente do TCU, realizada no período de 3-11 a 11-11-05, a unidade técnica considerou atendido o item, 9.1 dos Acórdãos nºs 1.394/04 e 1.261/05. De acordo com a equipe responsável pela fiscalização,

(...) restou verificado nessa inspeção que o corpo técnico da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal reforçou o controle tanto das questões relacionadas a alterações de projeto quanto as relacionadas à execução dos serviços e conseqüente medição dos quantitativos efetivamente realizados.

Além do mais, infere-se, a partir do teor do relatório elaborado pela unidade técnica, a manifestação favorável para a conclusão das obras de implantação do metrô/DF, como forma de assegurar, “aos cidadãos brasileiros, os benefícios compatíveis com o grande volume de recursos já empregados nesse empreendimento”. Segundo consta no relatório,

9. (...) os serviços executados na parte de obras civis representam 87,35% do total previsto para conclusão, sendo que os trechos 1 e 2 estão em operação, embora possuam estações que ainda não foram finalizadas, e o trecho 3 ainda está em fase de execução.

10. O valor total reajustado do empreendimento é cerca de R\$4,3 bilhões, sendo que já foram gastos R\$3,4 bilhões e devem ser utilizados mais R\$860 milhões para efetiva conclusão da obra, consoante características previstas originariamente.

Diante do exposto, e tendo por base o art. 97 da Lei nº 10.934/04 (LDO/2005), voto no sentido de que esta Comissão:

a) tome conhecimento do Aviso nº 1, de 2006-CN, e das peças que o acompanham;

b) exclua do Anexo VI da Lei nº 11.100/05 (LOA)2005) o empreendimento apoio à Implantação do Sistema de Trens Urbanos no Distrito Federal — DF, sem dotação no orçamento para 2005, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária nº 56.101, nos termos do projeto de decreto legislativo em anexo.

Sala da Comissão, de 2006. — Deputado **Pedro Chaves**, Relator.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, o empreendimento Apoio à Implantação do Sistema de Trens Urbanos no Distrito Federal - DF, sem dotação no orçamento para 2005, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária nº 56.101.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, o empreendimento Apoio à Implantação do Sistema de Trens Urbanos No Distrito Federal — DF, sem dotação no orçamento para 2005, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária nº 56.101.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, de 2006. — Deputado **Pedro Chaves**.

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Segunda Reunião da Quinta Sessão Legislativa Extraordinária, em 1º de fevereiro de 2006, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Deputado PEDRO CHAVES, ao **Aviso n.º 001/2006-CN**, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à **EXCLUSÃO** do Anexo VI da Lei n.º 11.100, de 25 de janeiro de 2005, o empreendimento apoio à implantação do sistema de trens urbanos no Distrito Federal - DF, sem dotação no orçamento para 2005, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 56.101. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, nos dias 26 e 27/01/2006, não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores Gilberto Mestrinho, Presidente, Sérgio Guerra, Segundo Vice-Presidente, Amir Lando, Antero Paes de Barros, Augusto Botelho, Edison Lobão, Fernando Bezerra, Flexa Ribeiro, Heráclito Fortes, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Jonas Pinheiro, José Maranhão, Leomar Quintanilha, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Magno Malta, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Octávio, Romero Jucá, Romeu Tuma, Sérgio Zambiasi, Serys Shessarenko, Sibá Machado, Valdir Raupp e Wellington Salgado de Oliveira; e os Deputados Mussa Demes, Primeiro Vice-Presidente, Ronaldo Dimas, Terceiro Vice-Presidente, Alberto Fraga, Alex Canziani, Almir Sá, Alvaro Dias, Amauri Gasques, Aníbal Gomes, Anivaldo Vale, Arnon Bezerra, Assis Miguel do Couto, Átila Lins, Benedito de Lira, Benjamin Maranhão, Beto Albuquerque, Bismarck Maia, Carlito Merss, Carlos Alberto Leréia, Claudio Cajado, Colbert Martins, Darcísio Perondi, Devanir Ribeiro, Domiciano Cabral, Dr. Rodolfo Pereira, Edson Ezequiel, Eduardo Sciarra, Eduardo Valverde, Elaine Costa, Fernando de Fabinho, Francisco Dornelles, Geraldo Resende, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Gustavo Fruet, Helenildo Ribeiro, Hermes Parcianello, Humberto Michiles, Iberê Ferreira, Inácio Arruda, Jackson Barreto, Jaime Martins, João Grandão, João Leão, João Magalhães, João Magno, João Tota, Jorge Alberto, José Carlos Araújo, José Carlos Machado, José Chaves, José Militão, José Pimentel, José Priante, José Rocha, Josué Bengtson, Jovair Arantes, Júlio Cesar, Júlio Semeghini, Júnior Betão, Lael Varella, Laura Carneiro, Léo Alcântara, Leodegar Tiscoski, Leonardo Mattos, Leonardo Monteiro, Luiz Bittencourt, Luiz Carreira, Luiz Piauhyllino, Lupércio Ramos, Manato, Marcelino Fraga, Marcelo Castro, Marcelo Ortiz, Marcio Fortes, Márcio Reinaldo Moreira, Mauro Lopes, Miguel de Souza, Milton Monti, Nárcio Rodrigues, Nazareno Fonteles, Nelson Meurer, Nelson Pellegrino, Neyde Aparecida, Nilson Mourão, Osvaldo Reis, Paes Landim, Pastor Francisco Olímpio, Pauderney Avelino, Paulo Afonso, Paulo Pimenta, Paulo Rubem Santiago, Pedro Canedo, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Professor Luizinho, Rafael Guerra, Ricardo Barros, Ricarte de Freitas, Rogério Teófilo, Rose de Freitas, Sérgio Miranda, Silvio Torres, Vander Loubet, Vignatti, Waldemir Moka, Walter Pinheiro, Wasny de Roure, Wellington Fagundes, Wellington Roberto, Zé Geraldo e Zé Gerardo.

Sala de Reuniões, em 1º de fevereiro de 2006.



Senador **GILBERTO MESTRINHO**

Presidente



Deputado **PEDRO CHAVES**

Relator

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2006**

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, o empreendimento Apoio à Implantação do Sistema de Trens Urbanos no Distrito Federal – DF, sem dotação no orçamento para 2005, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 56.101.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, o empreendimento Apoio à Implantação do Sistema de Trens Urbanos no Distrito Federal – DF, sem dotação no orçamento para 2005, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 56.101.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 1º de fevereiro de 2006. – Senador **Gilberto Mestrinho**, Presidente – Deputado **Pedro Chaves**, Relator.

ATAS DE COMISSÃO

**COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA
CRIADA PELOS REQUERIMENTOS Nºs 535 e 536, DE 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”.**

Ata da 1ª Reunião de Instalação, realizada em 1-6-05

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e quarenta e quatro minutos, na sala 09 da ala Senador Alexandre Costa, reúnem-se os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Siba Machado, Augusto Botelho e Fátima Cleide, membros da Comissão Especial Externa criada pelos requerimentos Nºs 535 e 536, DE 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”. De acordo com os preceitos regimentais, assumiu a presidência eventual o Senhor Senador Augusto Botelho que declara aberta a reunião de Instalação da Comissão, na qual deverão ser eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão e designado o Relator. A presidência solicita que sejam distribuídas as respectivas cédulas e, após procedida votação, convida para funcionarem como escrutinadores os Senadores Demóstenes Torres e Fátima Cleide. Realizada a apu-

ração, apresentou-se o seguinte resultado: com 3(três) votos foram eleitos, por unanimidade, respectivamente, Presidente o Senador Siba Machado e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. Com a palavra, o presidente eleito agradece a confiança nele depositada e indica o Senador Demóstenes Torres como Relator da matéria. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às quatorze horas e quarenta e oito minutos e convoca os membros para a próxima reunião a ser realizada no mesmo dia primeiro do mês em curso, às dezoito horas, onde deverá ser definido o roteiro de trabalho. Para constar, eu, Wanderley Rabelo da Silva, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Havendo numero regimental, declaro aberta a reunião de instalação da Comissão Especial Externa criada pelos Requerimentos nºs 535 e 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, com o objetivo específico de apurar a atuação situação em que se encontra o Estado de Rondônia quanto aos fatos exibidos pelo programa Fantástico, da **Rede Globo de Televisão**.

Esclareço que a pauta desta reunião se destina à eleição da Presidência e da Vice-Presidência. Para tanto solicito à Secretaria que distribua as cédulas de votação.

(Procede-se à votação)

Realizada a votação, designo os Srs Senadores Demóstenes Torres e Fátima Cleide para fazerem a apuração como escrutinadores.

(Procede-se ao escrutínio)

O número apurado confere com o número de votantes.

Por unanimidade, foi eleito o Senador Sibá Machado como Presidente e o Senador Augusto Botelho como Vice-Presidente.

Declaro eleitos os referidos Parlamentares e passo a Presidência ao Senador Sibá Machado, que designará o Relator.

(Assume a Presidência o Senador Sibá Machado.)

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT-AC) – Agradeço demais a confiança depositada em mim pelos Srs Senadores. Quero convidar para ser o Relator desta Comissão o Senador Demóstenes Torres.

No mais, eu gostaria de convidar para hoje, às 18h, se assim for melhor para todos, uma reunião para que organizemos a pauta de trabalho.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Aceito a indicação feita por V. Ex^a, se for referendada pelos demais Senadores.

Vamos marcar essa reunião para hoje, às 18h, para apresentarmos um plano de trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT-AC)

– Se assim for melhor para todos, encaminhamos a reunião para hoje às 18h.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Ou, se a Ordem do Dia não estiver encerrada, logo após o seu encerramento.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT-AC)

– Então, logo após a Ordem do Dia, nesta mesma sala.

Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h48min.)

**COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA
CRIADA PELOS REQUERIMENTOS Nºs 535
e 536, DE 2005, de autoria da Senadora Fátima
Cleide, “com o objetivo específico de
apurar a atual situação em que se encontra
o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divul-
gados pelo programa Fantástico exibido
pela Rede Globo de Televisão”.**

Ata da 2ª Reunião Realizada em 01 /06 /2005

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às vinte horas e cinquenta minutos, na sala 09 da ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador Sibá Machado e ainda com a presença dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, Augusto Botelho e Fátima Cleide, reúne-se a Comissão Especial Externa criada pelos requerimentos Nºs 535 e 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo específico de apurar a atual, situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”. A Presidência informa que a presente reunião é destinada à apreciação do roteiro de trabalho. Com a palavra, o Senhor Relator propõe sejam ouvidos os doze Deputados citados nos vídeos de reportagem da Rede Globo de Televisão, dos quais sete no primeiro vídeo e cinco no segundo obedecendo ao seguinte cronograma: dia 07/06, terça-feira, quatro deputados; dia 08/06, quarta-feira, quatro deputados, dia 09/06, quinta-feira, quatro deputados. Solicita, ainda, que sejam requisitadas, à Rede Globo, cópias dos referidos vídeos editados e outros que, porventura, não tenham sido editados, bem como providenciar cópia de toda documentação existente sobre o fato junto à Polícia Civil, Polícia Fe-

deral, Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal, na pessoa do Senhor Cláudio Fontelles. Também assim, em data oportuna, convocar o Senhor Governador do Estado de Rondônia, Senhor Ivo Cassol e, quando necessário, efetuar diligências naquele Estado. Com a palavra, a Senhora Senadora Fátima Cleide sugere que sejam requisitadas as assessorias técnicas necessárias. Procedida votação, é aprovado o roteiro dos trabalhos. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às vinte e uma horas e convoca os membros para a próxima reunião a ser realizada no dia sete do mês em curso, terça-feira, às dez horas, para oitiva dos quatro primeiros Deputados. Para constar, eu, Wanderley Rabelo da Silva, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião da Comissão Especial Externa, criada pelos Requerimentos nºs 535 e 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, com o objetivo específico de apurar a atuação situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos exibidos pelo programa Fantástico, da **Rede Globo de Televisão**.

Diante disso, passo a palavra ao Relator, Senador Demóstenes Torres. Vamos tratar hoje do roteiro de trabalho desta Comissão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL-GO) – Sr Presidente, inicialmente proponho que, para as próximas duas semanas, possamos ter o seguinte itinerário: ouvirmos os doze deputados mencionados pelo programa Fantástico, da **Rede Globo de Televisão**, como participantes de uma chantagem ao Governador do Estado de Rondônia.

Proponho, primeiro, que sejam ouvidos os sete deputados da primeira fita; em seguida, os cinco deputados da segunda fita, do segundo programa. Poderemos dividir da seguinte forma: para a próxima terça-feira, quatro deputados; na quarta-feira, outros quatro deputados; na quinta-feira, outros.

Ao mesmo tempo, sugiro a V. Ex^a que requisi-te à **Rede Globo de Televisão** as fitas, tanto as que passaram no programa quanto as não editadas, para que possamos periciá-las. Sugiro, também, que toda a documentação referente ao caso seja diligenciada pela Assessoria e seja trazida para a análise da Comissão.

Sugiro que, para a semana seguinte à oitiva dos deputados, possamos trazer, na terça-feira, para ser ouvido pelo Senado Federal o Governador Ivo Cassol.

Essas são as sugestões iniciais.

A partir do momento que tomarmos essas providências – se aprovadas, naturalmente –, poderemos ouvir outras pessoas e nos deslocarmos até o Estado de Rondônia. Sugiro que essas pessoas sejam ouvidas aqui no Senado: os doze deputados estaduais e o Governador. Que possamos ouvi-los no Senado e, em seguida, já de posse de todas as informações, de toda a documentação, das fitas editadas e não editadas pela **Rede Globo de Televisão**, que possamos, então, nos dirigir até o Estado de Rondônia para que possamos ouvir outras pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Pergunto aos demais Senadores se estão de acordo com as sugestões feitas pelo Relator e se há mais alguma coisa a acrescentar.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, gostaria, em primeiro lugar, de registrar o meu agradecimento a todos que compõem esta Comissão, bem como à Senadora que entrou com o requerimento de formação desta Comissão. Agradeço também, em nome do povo de Rondônia, que espera angustiado por uma ajuda externa porque não acredita mais que as instituições locais possam resolver essa situação.

Estou de pleno acordo com o plano de trabalho inicial apresentado pelo Senador Demóstenes Torres. Creio que devemos, na próxima reunião, nos debruçar sobre uma assessoria específica para o nosso trabalho, uma vez que não temos um papel investigativo. Precisamos de uma assessoria da Polícia Federal, creio, para que possamos desenvolver melhor as nossas atividades. Penso que pode ser uma pauta para a próxima reunião.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL-GO) – Creio que a Senadora Fátima Cleide tem razão. Poderíamos, inclusive, solicitar à Polícia Civil do Estado de Rondônia, ao Ministério Público do Estado de Rondônia, ao Ministério Público Federal, na pessoa do Dr. Cláudio Lemos Fonteles, bem como à Polícia Federal, toda a documentação que essas instituições já têm a respeito do caso, para que subsidiem nossos trabalhos. Naturalmente, vamos precisar de uma assessoria. Solicito a V. Ex^a que peça à Mesa do Senado para fazer a designação, a fim de que possamos bem desempenhar o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Se houver sugestão de nomes facilitaria ainda mais. Caso contrário, faremos o requerimento sem problemas, e ficará a cargo da Mesa Diretora encaminhar a pessoa. Aguardaremos.

Senador Augusto Botelho, V. Ex^a deseja fazer algum complemento?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PTB – RR) – Creio que esse é o caminho: usarmos a assessoria, principalmente a do Senado, e, depois que tivermos tomado pé da situação, vamos fazer uma verificação *in loco*.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Então, consideramos aprovada aqui, por unanimidade, a sugestão do nobre relator e encaminharemos, devidamente, todos os procedimentos já solicitados por ele.

Fica convocada nova reunião para a próxima terça-feira, dia 7. Quanto à questão do horário, como terça-feira é um dia agitado, eu proporia às nove horas da manhã.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL-GO) – Talvez às dez da manhã, porque se eu vier do meu Estado e o avião atrasar, o avião chega às nove...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – Terça-feira é um dia de muitas comissões. Sugeriria que pudéssemos marcar às 14h30.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL-GO) – Mas para ouvir quatro Deputados eu acho que é melhor ficarmos com a opção dada pelo Senador Sibá.

Se começarmos pela manhã, nós poderemos terminar no período da tarde, ainda que tenhamos que avançar pela noite. Acho que conseguiremos ouvir os quatro Deputados.

Penso que devemos marcar todas as reuniões às dez da manhã.

Sempre colidirá com outras comissões.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT-RO) – É temporária a nossa comissão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL-GO) – Justamente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – É temporária e é bom lembrar, ainda, que vamos receber as medidas provisórias, que serão lidas certamente na próxima semana, e teremos todas as comissões trabalhando sem o caráter terminativo, portanto haveria condições para trabalharmos aqui a partir das dez.

Sendo assim, está convocada reunião para o dia sete, às dez da manhã, neste mesmo local, ou, se porventura houver coincidência, em outro do qual V. Ex^{as} serão avisados em tempo hábil.

Nada mais havendo a tratar, encerramos a presente reunião.

Obrigado.

(Levanta-se a reunião às 20h54min.)

**COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA
CRIADA PELOS REQUERIMENTOS Nºs 535
e 536, DE 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo específico de**

apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”.

Ata da 3ª Reunião Realizada em 07 /06 /2005

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às dez horas e trinta e quatro minutos, na sala 06 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senhor Senador Siba Machado e ainda com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Demóstenes Torres, Romeu Tuma e Fátima Cleide, reúne-se a Comissão Especial Externa criada pelos requerimentos N°s 535 e 536 de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”. Deixaram de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos propondo a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores que são dadas como lidas e aprovadas. A Presidência informa que a pauta da presente reunião é destinada a ouvir os Senhores Deputados do Estado de Rondônia: Carlão de Oliveira, Ronilton Capixaba, Daniel Néri e João da Muleta, os quais haviam sido convidados a comparecerem. Entretanto, os referidos parlamentares remeteram um fax à Presidência da Comissão informando da impossibilidade em fazerem-se presentes, uma vez que a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia também instalou uma Comissão Especial para investigar o caso em questão e o horário em que ambas as Comissões se reúnem são coincidentes. Assim, o Presidente comunica o fato e passa os referentes documentos às mãos do Relator, Senador Demóstenes Torres, que propõe seja refeito o calendário dos trabalhos. Com a palavra, o Senador Romeu Tuma afirma que os culpados não ficarão impunes, sugere audiências públicas externas e entrega fita VHS contendo denúncias veiculadas pelo programa “Fantástico” da Rede Globo de Televisão ao Presidente. O presidente passa a fita às mãos do Relator. Com a palavra, a Senadora Fátima Cleide lamenta a ausência dos deputados e discorre sobre medidas que se fazem necessárias no Estado de Rondônia. O Relator discute o novo calendário de trabalhos e pede o empenho pessoal do Presidente de modo que os convidados compareçam às próximas reuniões. A Presidência reitera que o trabalho de convocação deverá ser reforçado, uma vez que permanecem os problemas de comunicação com os parlamentares de Rondônia. Em seguida, a Presidência informa que haverá visita ao Estado de Rondônia em momento

oportuno. Com a palavra, a Senadora Fátima Cleide informa que o Relator da Comissão Especial instalada na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, Deputado Edézio Martelli, já se colocou a disposição desta Comissão, ressaltando que o relatório permanece em fase de conclusão. A esse respeito, o Senador Romeu Tuma sugere que o referido parlamentar compareça mesmo antes da conclusão do relatório. A Presidência informa que já foram encaminhados os requerimentos de petição de material à Rede Globo de Televisão, Polícia Federal e Polícia Civil. O cronograma de trabalho para a semana seguinte ficou acordado de modo que dia 14/06, terça-feira, sejam ouvidos os Deputados Edézio Martelli, Ronilton Capixaba, Ellen Ruth, Emílio Paulista e Daniel Néri; dia 15/06, quarta-feira, Deputados Chico Paraíba, Kaká Mendonça, João da Muleta e Amarildo Almeida; dia 16/06, quinta-feira, os Deputados Carlão de Oliveira, Marcos Donadon, Leudo Buriti, Edison Gazoni e Chico Doido. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião às dez horas e cinquenta e dois minutos e convoca os membros para a próxima reunião a ser realizada no dia quatorze do mês em curso, terça-feira, às dez horas, para oitiva dos quatro primeiros Deputados. Para constar, eu, Wanderley Rabelo da Silva, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT-AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª reunião da Comissão Especial Externa criada pelos Requerimentos de n°s 535 e 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela **TV Globo**.

As atas das duas reuniões anteriores encontram-se sobre a mesa. Coloco-as em votação, pedindo a dispensa de sua leitura.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que concordam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Nobre Senador Demóstenes Torres, Relator desta Comissão, recebi documentos que queria passar às mãos de V. Ex^a: um ofício assinado pelo Deputado José Carlos de Oliveira, Presidente da Assembléia Legislativa, o qual pediria a V. Ex^a que pudesse depois expor o teor aos demais membros da Comissão; e um outro assinado por diversos parlamentares, membros daquela Assembléia, também falando das dificuldades que estão tendo para comparecer a esta Comissão nas datas sugeridas.

Diante desses fatos, nenhuma das pessoas pôde comparecer, e estamos aqui para refazer o nosso calendário sugerido na reunião anterior. Portanto, passo a V. Ex^a a palavra para que possamos imediatamente tratar da nova agenda.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente, enquanto o nosso Relator examina a documentação.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT-AC) – Pela ordem, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Há duas coisas. Sei que a Senadora Fátima Cleide tem acompanhado de perto e hoje infelizmente ela veio aqui muito angustiada pela reação até da população e dos empresários de Rondônia, que estão totalmente desestimulados com a vergonha que passaram com a divulgação da matéria pela **TV Globo**. Acho que a Senadora manifestou isso antes do início da reunião.

Acho que temos que ver com a Senadora Fátima Cleide e os Senadores da região qual seria a forma mais correta de a Comissão estimular a população, já que não ficarão impunes aqueles que abusaram do dinheiro público e foram escrachados – expressão policial – pela televisão.

Então, que combinemos essa parte também, Senadora, para que sejam feitas algumas visitas aos setores produtivos e às entidades de classe e associações que lá existem. Podíamos fazer uma audiência pública e mostrar que o Senado não vai abrir mão de buscar a verdade e punir os responsáveis.

Queria entregar a V. Ex^a a gravação que fiz de forma particular. Não é o que vale para a Comissão, tem que requisitar, mas talvez seja um primeiro passo para – a sua assessoria de imprensa já fez a degravação – conferir e realmente servir de subsídio para início da investigação desta Comissão Especial, da qual faço parte como suplente. Mas hoje estou na titularidade do cargo a convite da Senadora Fátima Cleide.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT-AC) – Senador Romeu Tuma, esta Presidência agradece a contribuição de V. Ex^a.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT-AC) – Ouviremos a Senadora Fátima Cleide.

Com certeza acataremos a sugestão feita por V. Ex^a, e passo agora às mãos do Relator a cópia da fita, para que possamos analisá-la.

Com a palavra, a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, em primeiro lugar quero lamentar a impossibilidade da vinda dos deputados e reafirmar o que disse o Senador Romeu Tuma: a intenção da nossa

Comissão é ajudar a elucidar os fatos, ajudar para que as coisas não se transformem em “pizza” e também ajudar o Estado de Rondônia a retomar o seu clima de paz e tranquilidade.

O que expressava antes da reunião nas presenças do Senador Romeu Tuma e de V. Ex^a, Presidente, é o sentimento que estamos percebendo no Estado de Rondônia. Neste final de semana, eu tive oportunidade de acompanhar a comitiva da Fiesp, comandada pelo Sr. Presidente, Dr. Paulo Skaf, que esteve visitando vários pontos do Sivam na Amazônia, do Sipam, conhecendo o sistema de proteção da Amazônia, e, no contato com vários empresários, quando essa comitiva esteve visitando a Federação das Indústrias de Rondônia, sentimos esse clima de certa tristeza com o que está acontecendo com o Estado, porque a publicação das fitas pela emissora já citada, na realidade, contribui para que a população seja chamada a fazer, a participar dessa limpeza ética, mas só que também contribui para colocar a imagem do Estado, que só é veiculada negativamente, mais negativa ainda. Isso faz com que um certo ar de tristeza, com que a autoestima do povo neste momento esteja um pouco impactada negativamente.

Então, penso que é muito importante o nosso trabalho, da Comissão Externa, no Estado, para levar essa mensagem de tranquilidade a empresários e a setores da sociedade civil organizada de que estaremos trabalhando no sentido de contribuir para que o estado de tranquilidade e paz volte a reinar no Estado de Rondônia, e não para colocar mais “lenha na fogueira”.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora, Sr. Senador, chega às mãos da Comissão um pedido assinado por todos os Deputados, aos quais endereçamos uma notificação para que possam comparecer a fim de ser ouvidos nesta Comissão. Eles alegam que o tempo é exíguo, que a comunicação que receberam se deu apenas pela tevê ou pelos meios de comunicação, que somente na véspera um ou outro acabou sendo notificado, e que eles desejam o comparecimento numa data aprazada em que eles possam efetivamente aqui comparecer.

Diante disso, Sr. Presidente, eu solicitaria a V. Ex^a que transferisse esse calendário desta semana para a semana que vem. E mais, que V. Ex^a tomasse a iniciativa de, pessoalmente, primeiro, expedisse as notificações – aqui há um delgado da Polícia Federal cumprindo essas notificações – e também se empenhar para falar pessoalmente com todos os Deputados, assim como fazemos em outras comissões, a fim de que eles possam comparecer a partir da semana que vem.

Seria interessante que cumpríssemos aquilo que foi determinado por V. Ex^a e aprovado nesta Comissão, que é um roteiro em que possamos ouvir os cinco primeiros da primeira fita e, em seguida, os sete primeiros. Ou seja, nós ouviríamos quatro da primeira fita na terça-feira, um remanescente dessa primeira fita na quarta-feira, mais três da segunda fita na quarta-feira...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Na quinta...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Na quarta. E, na quinta-feira, os remanescentes da segunda fita...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Sr. Relator, se me permite.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Pois não.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Nós estamos conversando aqui sobre a importância do Relator, que ele pode ter materialidade. Em razão do afastamento por 30 dias, ele deve ter já subsídios para propor esse afastamento segundo diz o ofício.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O Relator da Comissão Especial, não é?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – O Relator da Comissão Especial.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Penso que é muito interessante.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – E a Polícia Federal, o Delegado, pedir ao Superintendente que pessoalmente notifique as pessoas através ou de um fax da Diretoria-Geral, mas que ele vá pessoalmente notificar cada um, não ficar na expectativa de uma correspondência dele, mas uma notificação pessoal.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Como ele, aliás, já começou a fazer, mas não pôde concluir pela exiguidade do tempo.

Então, se esse fax... A idéia do Senador é muito boa. Solicito, em decorrência disso – quero concordar com o que disse o Senador Romeu Tuma – que pudéssemos, então, para a semana subsequente, ouvir o Relator dessa comissão que foi criada, na terça-feira, e o Governador, na quarta-feira.

V. Ex^a poderia expedir todas as notificações e, ao mesmo tempo, empenhar-se para falar com todos os deputados e com o governador. Caso haja alguma dificuldade de data para todos, é claro que podemos, de uma forma ou de outra, fazer com que essas datas sejam flexibilizadas para que possamos ouvir todos.

Agora é interessante que também possamos desempenhar rapidamente a nossa função. Daí porque seria muito bom que conseguíssemos ouvi-lo, até para ver qual a seqüência das diligências. Os papéis, certamente, já foram requisitados à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal, à Polícia Estadual e ao Ministério

Público Estadual. Já começamos, com a assessoria, a fazer esse trabalho, para verificar, efetivamente, o que há de consistência no que foi divulgado.

O Senador Romeu Tuma já traz, informalmente, uma fita, que vai ser de grande valia. Com a remessa, por parte da **Rede Globo**, tanto do material editado quanto do material bruto, vamos ter idéia do que se passou realmente. Podemos até mandar fazer perícia nas fitas, que certamente também já foram periciadas.

Então, é isso. Concorde. Os deputados fazem um requerimento, pedem tempo para comparecer, dizem que foram comunicados oficialmente – alguns apenas no dia de ontem. Então, vamos fazer com que...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Conflita a data com a oitiva que eles vão fazer perante a comissão especial lá.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Justamente. Ainda há essa alegação.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Apenas lembro que o trabalho foi feito com a ajuda da Polícia Federal, por conta de a Assembléia Legislativa se encontrar com todos os telefones cortados e não dispormos dos telefones residenciais ou mesmo pessoais dos deputados. Tivemos uma dificuldade extrema de comunicação, porém, com um pouco mais de tempo, imagino que possamos garantir que todos recebam, em tempo hábil, essa comunicação.

Outra informação, de terceiros, é que nenhum deles se recusa a comparecer a esta Comissão. Nenhum. Todos estão dispostos a vir aqui e colaborar com o nosso trabalho.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ótimo.

Aliás, avisa a Assessoria que todos foram notificados mesmo na data de ontem, ou seja, não foram alguns. Mas alguns... 18:15, 18:17. Então, quero crer...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Realmente, não havia tempo.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não tinha como. Era impossível.

Diante disso...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senadora Fátima Cleide, temos uma obrigação moral muito grande com o Estado de Rondônia. Por quê? Uma reminiscência: à época em que dirigia a Polícia Federal, várias diligências foram feitas naquele Estado em razão de tráfico de drogas, de fornecimento de cartas de motorista pelo Detran e de uma série de fatores que amarguraram muito a população e caracterizaram Rondônia como um Estado de aventureiros. Temos de trabalhar para que essa imagem não ressuscite. É importante a fixação da infra-estrutura lá existente, de empresas e

tudo, para o Estado se consolidar permanentemente como um Estado brasileiro.

A Comissão tem de estar moralmente bem dirigida por V. Ex^a. O relator é de primeira grandeza e conhece profundamente a arte de dirigir um processo. Essa tem de ser a nossa disposição também, Senadora. Essa é uma angústia que se arrasta na nossa memória por mais de quinze anos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Com certeza, Senador Romeu Tuma. É isso que temos lutado muito para dizer. Esses fatos estão ocorrendo e, infelizmente, eles não ocorrem apenas no Estado de Rondônia. Sabemos disso.

Um dia desses, ouvi falar, no plenário, de “rondonização” do Brasil. Na mesma semana, estava ocorrendo a prisão de 26 pessoas em Alagoas. Poderíamos falar em “alagoanização” do Brasil se quiséssemos falar em corrupção generalizada, mas não é por aí. Rondônia é um dos estados mais novos da Federação, com 23 anos. Dentre os estados mais novos da Federação, Senador Demóstenes Torres, é um dos que mais se desenvolveram, graças ao trabalho árduo do seu povo, dos empresários que acreditaram naquele Estado e foram para lá. Há muita gente boa no Estado de Rondônia e que hoje se angustia de fato.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A começar pelos representantes do Estado.

O SR. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada pela parte que me toca. Penso que devemos muito ao Estado de Rondônia, e eu tenho muita fé de que esta Comissão realmente colabore com o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Diante dos fatos, ficamos já entendidos nesta Comissão de que haverá uma visita a Rondônia em data a ser combinada...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Tem a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – É que enquanto discutíamos conversei com o Relator da Comissão Especial da Assembléia Legislativa, Deputado Edésio Martelli, que já se colocou inteiramente à nossa disposição para aqui também relatar os seus trabalhos até o presente momento, uma vez que o relatório ainda não foi apreciado pelo Plenário da Assembléia Legislativa.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Mais há mais, pela documentação que ele já deve ter em conta.

Primeiro, eu estava falando com o Presidente que, se ele pudesse vir logo, e mais o que se dispôs a

depor, que tem outras fitas para nos entregar, segundo a Senadora, a velocidade do procedimento...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não é nenhum dos doze esse que se dispôs a depor e que tem outras fitas?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Não, quem falou que tem fitas e que inclusive já teria entregado à emissora, e a emissora não utilizou, é o Deputado Chico Paraíba. É um dos doze citados. Ele faz questão de vir até aqui.

O que eu falei há pouco foi o Deputado Edésio Martelli, que é o Relator.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Além do Edésio, haveria esse outro a quem V. Ex^a fez referência.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pelo que me consta até agora, nenhum dos doze citados se opôs a vir.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É que o Sr. Relator, Senador Demóstenes, refere-se à cronologia da importância da oitiva, quem deve vir primeiro, para nós termos mais subsídios.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Quero sugerir para, se possível na próxima quinta, ouvirmos o Relator dessa Comissão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Seria interessante, então, ouvirmos o Relator, e, quinta-feira, depois de amanhã, talvez consigamos...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – É uma pessoa só. É fácil convidá-lo. Vamos tentar combinar com ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E esse Deputado que tem as fitas, vamos ouvi-lo na terça-feira em primeiro lugar.

O que acha, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Correto.

Então, na próxima quinta-feira, quero pedir que seja a partir das 11h, se for possível para todos, e não às 10h, porque tem um problema anterior que não dá para ser...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Veja bem, há um alerta aqui de que o trabalho se realiza lá até quinta-feira. É o dia que estamos marcando aqui.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É melhor deixar, porque ele terá de concluir na quinta-feira...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Vamos pedir para que ele venha na terça-feira e que seja ouvido em primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Antes dos demais.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O segundo a ser ouvido será o Deputado Chico Paraíba. Esse é o primeiro, o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT

– AC) – Entendido isso, quero só lembrar que os requerimentos solicitando material tanto da **Rede Globo**, quanto da Polícia Federal e da Polícia Civil já foram encaminhados. Comprometo-me, então, a pedir celeridade na entrega, até para que tenhamos esse material antes dessas oitivas.

Sendo assim, encerro os trabalhos, convidando V. Ex^{as} para a próxima reunião, a se realizar na terça-feira, às 10h, neste local.

(Levanta-se a reunião às 10h52min.)

**COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA
CRIADA PELOS REQUERIMENTOS Nºs 535
e 536, DE 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”.**

Ata da 4 Reunião realizada em 14-6-2005

Aos quatorze dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às onze horas e quarenta e cinco minutos, na sala 19 da ala Senador Alexandre Costa, sob a presidência do Senhor Senador Siba Machado e ainda com a presença dos Senhores Senadores Amir Lando, Demóstenes Torres, Augusto Botelho e Fátima Cleide, reúne-se a Comissão Especial Externa criada pelos requerimentos Nºs 535 e 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico, exibido pela Rede Globo de Televisão”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a pauta da presente reunião é destinada a ouvir os Senhores Deputados do Estado de Rondônia Edézio Martelli, Ronilton Capixaba, Leudo Buriti, Ellen Ruth, Emílio Paulista e Daniel Néri, os quais haviam sido convidados a comparecerem nessa Comissão para prestarem esclarecimentos. Antes de começar as oitivas, o Presidente informa que encaminhará ofício à Polícia Federal, solicitando a cessão de um delegado federal, para acompanhar os trabalhos da Comissão. Dando continuidade, O Presidente informa que o Deputado Estadual Edézio Martelli não está presente na reunião, em virtude de ter pedido o voo de Porto

Velho-Brasília. Assim, convida o Deputado Estadual Ronildo Capixaba para fazer sua exposição. O Relator solicitou ao Deputado que revelasse os nomes das empresas que participam do esquema do mensalão no Estado de Rondônia. Perguntou-lhe ainda sobre o pagamento de propina, liberação de recursos e sobre o encontro com o Governador do Estado, Ivo Cassol. O Deputado acusa o Governador de Rondônia de oferecer propina aos deputados, mas eles sempre recusavam. Os Senadores Amir Lando, Augusto Botelho e Fátima Cleide também questionaram o depoente no mesmo sentido. A seguir, o Presidente convida o Deputado Leudo Buriti para prestar seus esclarecimentos sobre os escândalos da Assembléia Legislativa de Rondônia. O Senador Amir Lando questiona se o Deputado, que preside a Comissão da Assembléia que investiga as denúncias sobre o mensalão, se sente isento de qualquer responsabilidade no sentido de realizar um trabalho imparcial. E o motivo pelo qual a Assembléia instalou uma comissão especial e não uma CPI. Em resposta, o Deputado Leudo Buriti diz que se sente isento para presidir tal comissão e que a Mesa daquela Casa preferiu instalar uma comissão especial porquanto era uma situação emergencial e precisava de uma resposta célere à sociedade brasileira. A seguir, o Presidente, Senador Siba Machado, convida a Deputada Estadual Ellen Ruth para expor seus esclarecimentos acerca de seu envolvimento nas denúncias. O Relator, Senador Demóstenes Torres, cobra explicações acerca da revelação do Governador Ivo Cassol de que a Deputada propôs a ele receber pagamento mensal para votar a favor do Governo estadual. A Deputada Ellen Ruth acusa o Governo de distorcer a verdade e que a fita foi uma montagem para incriminar os Deputados que não aceitaram proposta do Governador. Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, o Presidente suspende a reunião por uma hora, sendo reaberta às quinze horas e quarenta e cinco minutos. Dando prosseguimento às oitivas, o Presidente convida o Deputado Emílio Paulista a fazer sua exposição. O Relator indaga o Deputado se o ex-governador Valdir Raupp oferecia quarenta mil reais para cada Deputado, conforme a declarado na fita. O Deputado esclarece que já se retratou sobre essa questão e que o ex-governador Valdir Raupp não oferecia dinheiro a Deputados. O Relator pergunta ainda se o Deputado negociou emendas com o Governador Ivo Cassol. Em resposta, o Deputado afirma que negociava pergunta ao Deputado Daniel Néri se ele participou dessa reunião as emendas, que eram último destinadas a contemplar as associações rurais do Estado de Rondônia. Por, o Presidente convida o Deputado Daniel Neri para suas explicações. O Relator com o Governador e se negociou as emendas parlamentares

e o que pediu em troca. O Deputado afirma que participou dessa reunião, entretanto que só trataram de emendas. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, as dezesseis horas e quarenta e cinco minutos e convoca a próxima reunião para o dia quinze de junho, quarta-feira, às onze horas e trinta minutos, na sala 6 da Ala Senador Nilo Coelho. Para constar, eu, Wanderley Rabelo da Silva, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª reunião da Comissão Especial Externa, criada pelos Requerimentos de nºs 535/2995 e 536/2005, de autoria da Senador Fátima Cleide, com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico, exibido pela Rede Globo de Televisão.

Sobre a mesa, Ata da reunião anterior. Peço a dispensa da leitura.

Os que concordarem permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Temos uma relação de depoentes. V. Exª encaminhou os devidos ofícios para convidá-los. Está presente o Presidente da Comissão Especial que está apurando na Assembleia o envolvimento dos Deputados denunciados. Já que se encontram aqui e que é preciso dar andamento aos trabalhos, em Rondônia, com toda a rapidez, pediria a inversão de pauta para que o ouvíssemos, em primeiro lugar, o Deputado Leudo Buriti. Se V. Exª e a Comissão concordarem?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – A Presidência não tem óbices. Concordamos em ouvir o Presidente da Comissão e, em seguida, os demais que estão na relação para hoje.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Senador Amir Lando, estava pensando em ouvir o Deputado Leudo Buriti após os quatro, mesmo porque hoje vamos ouvir Ronilton Capixaba. Este acusa o Deputado Leudo Buriti de ser um dos destinatários desses recursos. Poderíamos ouvir em primeiro lugar a pessoa que está fazendo acusações.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – O importante é que sejam ouvidos hoje.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Vamos ouvi-lo hoje.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Perfeito. Concordo plenamente com a vontade do Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Vamos ouvir o Ronilton Capixaba. Depois, ouviremos o outro.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Convido o Deputado Ronilton Capixaba.

Antes de iniciamos a reunião, quero submeter aos presentes um requerimento. Solicita à Polícia Federal a designação de um dos servidores do quadro para prestar serviço de assessoramento durante os trabalhos desta Comissão. Há concordância?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Seria até mais interessante se fosse um delegado, um agente ou um escrivão.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Vamos refazer o requerimento especificando.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Presidente, sugiro a V. Exª que seja dada a oportunidade ao Deputado Ronilton Capixaba de fazer uma exposição especificamente sobre o fato, pelo prazo de dez minutos. Se houver necessidade, V. Exª poderá prorrogar esse prazo. Em seguida, poderíamos fazer um questionamento. S. Exª poderia fazer uma exposição do fato sobre o qual é acusado para que possamos, em seguida, questioná-lo.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, por dez minutos, ao Deputado Ronilton Capixaba.

O SR. RONILTON CAPIXABA – Primeiramente, gostaria de cumprimentar o Presidente desta Comissão, Senador Sibá Machado, o Relator, Senador Demóstenes Torres, os demais Senadores presentes e a imprensa.

Quero dizer-lhes que é grande oportunidade estamos participando de uma Comissão do Senado. Seria melhor que estivéssemos vindo para falar das coisas boas do Estado de Rondônia, para falar de um Estado pujante, de um Estado que está em crescimento. Não gostaríamos de vir até aqui para falar das coisas de um político do Estado de Rondônia, de um malfeitor, com a cabeça de Lúcifer, quando tem a coragem de convidar Parlamentar para ser líder de um Governo e induz ao erro, talvez pela emoção e pela vontade de levar algum benefício de subvenções públicas às nossas bases. As fitas que vieram, Senador Sibá Machado, que foram publicadas no Fantástico, foi a mesma coi-

sa de um tiro de canhão no peito das nossas famílias, porque ali houve montagens, foram editadas e, temos a certeza que nas mãos dos senhores estão as fitas verdadeiras sem corte, sem nada.

Estamos à disposição desta Comissão para responder ao que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Deputado, V. Ex^a acaba de dizer que foi induzido em erro pelo Governador Ivo Cassol.

V. Ex^a pode dizer como foi essa indução?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Essa indução, Senador, foi na tentativa dele me corromper, porque não conseguiu, porque não houve a propina dita pela mídia nacional, nem nas fitas editadas. Não houve propinas. Então ele tentou me levar para o pedido das propinas, para o encabeçamento de tentar fazer com a gente o que ele fez no Município de Rolim de Moura, quando ele era Vereador e ficamos sabendo depois.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a participou de alguma reunião com o Governador para discutir pagamento que ele faria, ou alguém do Governo faria, para os Deputados Estaduais?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor não participou de nenhuma reunião?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não, eu participei de uma reunião com o Governador, quando ele me convidou para ser Líder do Governo, e para que eu fizesse uma base para o Governo para tocar o Governo do Estado de Rondônia.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Na fita que V. Ex^a contesta e diz que houve montagem, V. Ex^a pode dizer exatamente no que consistiu essa montagem?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Senador, em momento algum, eu digo ao Governador que queria cinquenta mil reais, eu dizia que ele cumprisse emendas, porque lá nós temos valor de emenda de um milhão de reais, e ele dizia que não poderia cumprir um milhão de reais e sim quinhentos mil reais. E nós pedíamos a ele para cumprir isso parcelado, porque ele dizia que não podia cumprir isso na totalidade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a condicionou o apoio que daria ao Governador à liberação dessas emendas no valor de cinquenta mil reais parcelados?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Da forma que todos os Parlamentares neste País fazem. Ou somos situação, levando benefício a nossas comunidades, ou somos oposição.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Vou repetir a pergunta então.

Então, V. Ex^a condicionou o seu apoio ao Governador, caso ele liberasse o valor de quinhentos mil reais em emendas parlamentares fracionadas em cinquenta mil reais, ou seja para emendas que V. Ex^a apresentou para liberação de recursos ao Município?

Esse apoio foi condicionado?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Sim, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a participou da primeira reunião com os seis outros Deputados Estaduais? Essa que o programa Fantástico acabou por divulgar? Que teria sido gravado pelo Governador Ivo Cassol?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Tivemos reuniões, sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a participou de uma reunião onde se discutia o pagamento de recursos para todos esses Deputados em troca de apoio político ao Governador?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Nessa primeira reunião com o Governador, Senador Relator desta comissão, quando eu estava sendo convidado para ser Líder e tinha de montar uma base, nós participamos dessas reuniões, sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor pode dizer quando foi essa primeira reunião?

O SR. RONILTON CAPIXABA – No mês de maio ou junho de 2003.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Nessa reunião, o Governador ofereceu aos senhores o pagamento de um mensalão, de uma mesada para que houvesse apoio político?

O SR. RONILTON CAPIXABA – A mim não ofereceu não. Mas dizia que tinha no grupo de Deputados dele do mensalão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, o Governador não ofereceu ao senhor, mas ofereceu aos seis outros que estavam ali?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não os seis, não, o que ele tinha na Bancada dele de três Deputados.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Quais são esses três Deputados.

O SR. RONILTON CAPIXABA – Deputado Beto do Trento, Everton Leoni e Neudir Oliveira.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Alguém deles fazia parte dessa reunião?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não, senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Esse apoio consistiria exatamente em quê? Era um apoio incondicional?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não, incondicional não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Em que consistiria esse apoio?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Naquilo que era interessante e importante para o Estado de Rondônia, desde que fosse liberado nossas emendas para também satisfazer as nossas comunidades.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a pode dizer exatamente o que seriam esses interesses do Estado de Rondônia? Em que o Governador solicitou o apoio em troca da liberação de emendas, no valor de R\$50 mil mensais, deixando claro o que V. Ex^a disse. V. Ex^a falou nos interesses de Rondônia, mas quais são esses interesses, quais são esses projetos ou era fazer parte da Bancada? V. Ex^a poderia dizer exatamente.

O SR. RONILTON CAPIXABA – As votações de suplementação orçamentária, abertura de crédito para poder se fazer mais estradas, mais asfalto no Estado do Rondônia, construção de escolas, enfim..

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a pode dizer se o Deputado Leudo Buriti, que foi o Presidente da Comissão criada, também seria destinatário de recursos oferecidos pelo Governador Cassol?

O SR. RONILTON CAPIXABA – De forma alguma.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Leudo Buriti.

O SR. RONILTON CAPIXABA – Quando citei o nome do Deputado Leudo Buriti, quando estava conversando com o Governador foi na condição de convidado para ser líder estava falando sobre emendas parlamentares e cargos nas nossas bases eleitorais.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A revista *Istoé* publica uma declaração de V. Ex^a, na qual V. Ex^a teria dito ao repórter Chico Silva:

O primeiro da turma do que eu não tenho nada a ver com isso é o próprio presidente da comissão criada para apurar o caso, o Deputado Leudo Buriti. Buriti é acusado por seu colega Ronilton Capixaba de ser um dos destinatários do dinheiro que seria pago pelos serviços prestados ao Governo.

V. Ex^a confirma essa informação que teria sido prestada à revista *Istoé*?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Como é nome do repórter, Senador?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Chico Silva.

O SR. RONILTON CAPIXABA – Nunca conversei e nunca dei entrevista a nenhum repórter dessa revista, a nenhum repórter dessa revista.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, V. Ex^a nega que teria dito que o Deputado Leudo

Buriti seria um dos destinatários desses recursos que o Governador teria oferecido. (Pausa.)

V. Ex^a quer que eu leia novamente o que disse?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Eu disse a V. Ex^a que não dei nenhuma entrevista e não falei essas palavras que estão aí porque não dei entrevista nenhuma à revista *Istoé*.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a tem conhecimento de que o Deputado Leudo Buriti seria um dos destinatários de recursos oferecidos pelo Governador? V. Ex^a tem conhecimento desse fato?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não, Senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a disse, qualificou o Governador Cassol como Lúçifer. V. Ex^a pode dizer exatamente por que tem essa concepção do Governador Cassol?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Porque é um homem que vive tentando, em todas as bases, onde filma parlamentares estaduais, filma vereadores, filma empresários naquele Estado, filma o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, o Tribunal de Contas. Qual a intenção desse cidadão quando a gente é convidado a ir a sua residência e ele começa a filmar clandestinamente para fazer o quê? É a intenção de Lúçifer, que era um anjo, quando Deus mandava ele fazer uma coisa e ele ia fazer outra. Na política, quando se é convidado para ser Líder de um Governo e recebe em troca essa punhalada, para mim, é Lúçifer.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Governador teria feito essa montagem com que finalidade? V. Ex^a poderia dizer?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Quem sabe para barganhar as votações, porque andou pressionando vários Deputados, porque se não votasse favorável a ele, como no Orçamento de 2004/2005, como na autorização que demos ao processá-lo pelo STJ, ele andou ameaçando dizendo que iria soltar fita, soltar fita.

Nesse encaminhamento do pedido de **impeachment** dele, tornou a ameaçar e nós falamos que vamos pagar para ver as fitas logo porque já tem dois anos que fomos na casa do Governador, e se ele tem essas fitas ele está querendo fazer chantagem e vamos pagar para ver e tocar o barco em frente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Governador iniciou essas pressões para divulgar a fita em troca de votos exatamente quando?

O SR. RONILTON CAPIXABA – No veto do orçamento. Ele vetou o orçamento na íntegra e começou a fazer...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Orçamento de que ano?

O SR. RONILTON CAPIXABA – 2004/2005. No meu caso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a recebeu diretamente pressão do Governador neste sentido?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não, do Presidente do PSDB, ex-Deputado Federal Expedito Júnior.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Expedito Júnior era então o emissário do Governador para pressionar V. Ex^a?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Também me convidaram como parceiro para fazer a parceria com o Governador na Liderança.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E se ele fazia a pressão para que V. Ex^a votasse a favor do Governo, mas ao mesmo tempo lhe fazia convites para integrar a base, que vantagens ele oferecia a V. Ex^a para que V. Ex^a pudesse integrar a base, ou seja, V. Ex^a, caso não integrasse a base, teria as fitas divulgadas, mas se fosse para a base, qual a vantagem que V. Ex^a teria?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Primeiro, antes das gravações, acredito, foi o convite para eu ser líder; depois das gravações vieram as pressões para que votasse, para que somasse junto com o Governador porque ele teria fitas gravadas comigo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ou seja, a vantagem seria apenas a não-divulgação das fitas?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Com certeza.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Alguma vez, algum emissário do governador, não só o ex-Deputado, mas qualquer emissário do Governador chegou a oferecer a V. Ex^a alguma vantagem pecuniária para que V. Ex^a pudesse compor a base do Governador Cassol?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não Senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Deputado Ronilton, o Sr. afirma que foi quase que chantageado com ameaça de mostrar as fitas, por que o senhor não usou o seu poder de Deputado e foi à tribuna e denunciou que estava sendo chantageado, dizendo que estava sendo chantageado pelo Governador Ivo Cassol, que está ameaçando mostrar uma fita, onde ele diz que peço o dinheiro dele para fazer isso, isso e isso. Por que o senhor não tomou essa atitude quando foi ameaçado?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Senador Augusto Botelho, tenho vários discursos neste sentido e a última itinerante no município de Ji-Paraná disse que estava sendo ameaçado pelo Governador sob suspeita de fitas. Por várias vezes fizemos isso.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – O senhor falou na tribuna alguma vez isso?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Temos Diários Oficiais e tudo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a denunciou esse fato à Polícia Federal?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E ao Ministério Público?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não, só ao Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E V. Ex^a dizia que estava sendo chantageado com ameaça de divulgação de fitas.

O SR. RONILTON CAPIXABA – Eu dizia que o Governo do Estado estava pedindo para que não votasse na autorização do STJ, não votasse contra o veto do orçamento, porque senão ele iria mostrar as fitas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E V. Ex^a já fazia alusão à existência dessas fitas?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Já, porque tinha muito bochicho e nós já fazíamos essa denúncia em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco PT – AC) – Pergunto se o Senador Amir Lando gostaria de...

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Exm^o Sr. Relator, demais membros da Comissão, gostaria de contextualizar um pouco mais esses fatos, porque assistimos a uma mostra na TV contundente, forte, e agora estamos aqui ouvindo o Deputado. Entendo, Ronilton Capixaba, que poderíamos, se o senhor me permitir, fazer algumas perguntas nesse sentido.

Em primeiro lugar, Deputado, foi convidado para ir à casa do Governador. O caráter dessa conversa era amistoso ou V. Ex^a sentiu algum confronto, algum movimento por trás de tudo isso, que não era essa amistosidade, que não era trazer apoio, inclusive desempenhar esse papel importante de líder de Governo? Como V. Ex^a avaliou essas conversas, o clima na casa do Governador?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Senador Amir Lando, estive na casa do Governador por três vezes e acredito que fui filmado pelas três vezes. O primeiro dia, fui atento e tenho certeza, se ele filmou e se a Polícia Federal pegou na quinta-feira passada pegou essas fitas na residência dele, tenho certeza de que

ele fala em todo tipo de propinagem, em todo tipo de ofertas a Parlamentares, a todo tipo de corrupção, que ele diz que é dono das empresas, do Sinduscon, dono de toda a manobra de corrupção das obras do Estado de Rondônia. E aí eu fico calado por muito e muito tempo.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – O que ele falava exatamente? V. Ex^a pode repetir, se a memória não lhe prejudicar?

O SR. RONILTON CAPIXABA – O Sinduscon, que ele dava um jeito no Sinduscon.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sinduscon o que é?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Siduscon, Sindicato da Construção Civil do Estado de Rondônia.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Só para esclarecer aqui.

O SR. RONILTON CAPIXABA – Que ele dava 50% das obras para o Sinduscon e 50% ele dividia com as empresas que elegeram ele. Que acredito que é a mesma máfia quando o STJ estava denunciando ele, com as mesmas empresas do Município de Rolim de Moura, que são oito, quando ele era Prefeito, e oito que estão no Estado fazendo as mesmas obras.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Que empresas são essas de Rolim de Moura?

O SR. RONILTON CAPIXABA – JK, Terraplanagem Terra. No momento não tenho os nomes todos, Senador.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – São essas que constam do processo?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a pode mandar por escrito esses nomes?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Pois não. Sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, o Governador, naquele dia, ou em outras ocasiões, dizia que tinha esquema de corrupção com o Sinduscon e tinha um esquema de corrupção com empresas que o ajudaram na sua eleição? Não é isso?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Isso mesmo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E ele mencionava isso a que título? Para dizer...

O SR. RONILTON CAPIXABA – Bem desbravado, Senador, bem à vontade para nos deixar à vontade, nos induzindo talvez para cair no contexto.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Na mesma conversa que teria filmado V. Ex^a?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Na mesma conversa que teria me filmado. Que aquela pasta estava toda vez em cima daquela mesa, e eu não adivinhava, não tinha condições de saber que era por ali.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Bom, V. Ex^a pode afirmar, se naquele instante em

que falava isso, ele dizia então que tinha recursos para repassar a V. Ex^{as}?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ele falava isso a que título? Apenas por galhofa, bravata?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Deixa a brecha para cairmos naquilo que ele estava preparando.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E a partir daí V. Ex^{as} se sentiram à vontade para conversar com ele assuntos inclusive de liberação de recursos extra-orçamentários?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Subvenções públicas, emendas parlamentares para as nossas bases que nos cobra isso dia-a-dia.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sobre pagamento de propina ou liberação de quaisquer outros recursos, ou mesada para aqueles Deputados que ali se encontravam, algum momento foi discutido?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Ele falava muito. Mas eu disse que estava ali para pedir e fazer cumprir as emendas do nosso companheiro que ia somar comigo nessa liderança e convidei outros Deputados para ajudarem e também os cargos das bases dos Municípios do Estado de Rondônia.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, ele oferecia, mas V. Ex^{as}, especialmente V. Ex^a recusava: quero apenas o que está no orçamento. É isso?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não com essas palavras, mas sim dizendo em emendas parlamentares para liberar para as nossas comunidades.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ou seja, o mensalão que foi oferecido pelo Governador, o senhor e os demais Deputados ali presentes recusaram?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não tratei isso com ele.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas V. Ex^a disse que ele oferecia.

O SR. RONILTON CAPIXABA – Sim, mas...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E que V. Ex^a recusou, dizendo...

O SR. RONILTON CAPIXABA – Sim, várias vezes eu tentava desviar o assunto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Se é assim, V. Ex^a pode dizer por que a Deputada Ellen estava tão açodada, chegando a dizer que nós somos seres humanos, nós precisamos sair dessa pressão? V. Ex^a pode dizer por que ela teria dito isso?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Porque existia um grupo de Deputados... Do ser humano, não posso explicar para o senhor nem para esta Comissão,

mas essa vontade de ter resposta, porque tínhamos compromisso com as bases e que esses Deputados, numa reunião que fizemos, eu disse que estava sendo convidado para ser Líder do Governo e se Deputado Fulano, Beltrano e Ciclano ajudariam nessa tarefa e o que desejariam. Fulano tal: eu não quero cargo tal e tal no Município tal e o cargo tal no Município de Ouro Preto. O outro Deputado queria outro cargo em outro Município. Então, fomos conversar isso. Voltei aos Deputados e disse: o Governador não libera 1 milhão de emendas, só libera R\$500 mil porque não tem condições de pagamento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Então, cargos também foram pedidos?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a admite, então, que a conversa a respeito do “mensalão” existiu, só que partindo do Governador?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Existiu, partindo do Governador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Governador oferecia aquela quantia.

O SR. RONILTON CAPIXABA – Sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E V. Ex^{as} recusavam, insistindo que queriam apenas a liberação dos recursos constantes do Orçamento e das emendas parlamentares. É exatamente isso?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Isso.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Eu prossigo aqui, se V. Ex^a me permitir, mais uma pergunta.

Sr. Presidente, queria exatamente solicitar ao depoente que ele esclarecesse por que ele fez uma relação de dez Deputados. Nas imagens que vimos parecem que esses Deputados estavam exigindo recursos para prestar este apoio. Como foi realmente esse detalhe de nomeação, aliás, a relação de nomes? Como V. Ex^a explicou para o Governador? Porque é evidente que essa fita, temos... Já vi alguma parte das fitas que não foi revelada ainda na mídia nacional, por exemplo, com relação ao Deputado Chico Paraíba, aquela conversa, que ali constavam valores ou constavam nomes. Não vimos o retrato na mídia, na filmagem, de valores, mas apenas constando referências de nomes. Exatamente como era essa arrumação de nomes quando V. Ex^a, inclusive, fala, por exemplo, o seguinte: que estavam ali dez nomes que poderiam servir da Base de apoio, e é evidente que haveria uma contrapartida de parte do Governo. Ele, quando fala em Chico Paraíba, diz: não, esse não, esse eu quero retirar. Quer dizer, a conversa da fita integral mostra que estava se tratando de apoios e de referências políticas. E como V. Ex^a... Agora vem a pergunta. Quis contextualizar um pouquinho ara poder extrair. Quer dizer, V. Ex^a nomeia esse, esse, esse

e aquele e essas pessoas lhe haviam autorizado para pedir vantagem ilícita ou em que termos essa conversa tinha sido com todos os Deputados?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Nenhum dos Srs. Deputados que ali eu citei o nome me autorizou para pedir vantagens ilícitas. Nenhum dos Srs. Deputados, nem o Deputado Chico Paraíba, nem o Amarildo, nem o Deputado Kaká Mendonça, nem o Deputado Leudo Buriti, nem o Deputado Marcos Donadon, enfim, os dez nomes que eu citei ali. O que eu citava ali, e vou dar um exemplo para V. Ex^a, Senador, o Deputado Daniel Nery, Ceduc, delegacia de ensino de Cacoal. Por isso que eu digo que as fitas foram editadas e montadas, porque, nas fitas originais, os senhores vão ver que cada Deputado... Eu digo: o Deputado pede esse cargo, pede esse cargo lá, porque aí, com certeza, aquela sociedade, aquela comunidade vai saber: o Deputado “a”, o Deputado “b” está com o Governador. Hoje está somando. Então, temos que cobrar mais do Deputado mais benefícios para a nossas comunidades.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Quem teria feito a montagem? A **Rede Globo de Televisão**?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Senador Demóstenes Torres, não posso afirmar nem responder quem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Governador do Estado?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Ele tem o dom de Lúcifer. Pode ser ele sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) –Já teria entregue o material editado à **Rede Globo de Televisão**, induzindo a **Rede Globo** em erro?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não duvido.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Essas gravações foram realizadas em 2003. Como V. Ex^a avalia se o Governador queria realmente induzir vocês a falarem, os Deputados a falarem algo que era útil naquele momento ou ele queria exatamente levar isso à Justiça e promover o enquadramento legal, com as punições previstas em Lei. Por que ele não tomou essa providência de imediato?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Eu acredito, Senador, que ele não tomou essa providência de imediato, porque essa fita não tem valor jurídico; essa fita não tem propina. Não foi pego propina; não foi pedido propina. Então, ele quis só fazer um escândalo de desmoralização política conosco. Ele estava talvez guardando isso para a campanha do ano que vem.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Então, não havia ali configurado nenhum crime no entendimento de V. Ex^a. As conversas não chegavam exatamente a

caracterizar um pedido claro de propina, de “mensalão”, de coisa alguma, com vantagem ilícita?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Com certeza.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Isso, nós vamos analisar a fita até o final. Esse me parece que será um momento em que até poderemos depois, se for o caso, fazer uma acareação entre aquilo que está na fita e o que V. Ex^a está dizendo aqui.

O SR. RONILTON CAPIXABA – Depois de uma perícia – se V. Ex^a me permite, Senador – de órgãos competentes, nós, com certeza, teremos certeza de tudo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a e outros Deputados têm uma relação conflituosa com o Governador desde quando?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Desde a minha reeleição e a eleição dele.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E qual é a razão disso?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Porque eu optei pelo Governador José Bianco na época, candidato à reeleição; e o Governador Ivo Cassol, na qual era candidato, atacava muito, ofendia muito, e nós fomos para esse desentendimento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a fez oposição ao Governador Ivo Cassol, no início do segundo mandato?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Sim, Senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E V. Ex^a, em algum momento, deixou de fazer oposição ao Governador Ivo Cassol? Houve algum momento em que V. Ex^a funcionou como um apoio ao Governador?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Teve. Sim, senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Quando foi esse período?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Quando ele nomeou os cargos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Quando foi? V. Ex^a pode dizer?

O SR. RONILTON CAPIXABA – No ano de 2003. No período de 2003.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Esse período coincide com a gravação da fita? Esse período é coincidente, ou seja, a fita foi gravada no mesmo período em que V. Ex^a o apoiava?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a...

O SR. RONILTON CAPIXABA – Se me permite?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pois, não.

O SR. RONILTON CAPIXABA – A fita foi gravada, quando me convidou para ser líder. E ali, começamos a conversar. Até então, não tinha dialogado com o Governador do Estado de Rondônia. Ele tomou posse em 1º de janeiro e, em maio ou junho, não tenho certeza, eu fui convidado a ser Líder do Governo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, esse foi o primeiro encontro que V. Ex^a teve com ele, em que foi gravado?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Oficial, sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E antes, reservado, em alguma outra oportunidade?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não, em alguma solenidade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Só publicamente?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Publicamente, cumprimentando.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a pode dizer que o temperamento do Governador é assim mesmo ousado e atirado? Em um primeiro encontro já, com sete Deputados, ele já vai dizendo que “é corrupto”. O estilo dele é esse mesmo? Em um primeiro encontro, ele, de cara, vai dizendo para o senhor que tem dinheiro a lhe dar?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Se não me engano, Senador Demóstenes, no dia 13 ou 14 de fevereiro de 2003, ele veio pedir intervenção federal no Estado de Rondônia, com 43 dias de mandato.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Ele mesmo pediu?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Ele mesmo veio pedir. Fez uma farra na imprensa estadual e nacional.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas voltando a esse fato, então, o Governador logo em um primeiro encontro já disse tudo aquilo? Ou seja, que tinha parceria com empresas, que tinha parceria com o Sinduscon, que tinha dinheiro e que oferecia aos senhores uma mesada para que houvesse o apoio.

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não. Mesada, não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – “Mensalão”, como nós conversamos. V. Ex^a disse que...

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não. Eu disse que ele, na primeira...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ele oferecia e o senhor recusava.

O SR. RONILTON CAPIXABA – Das três vezes que eu estive lá, eu tenho certeza de que na primeira ele ofereceu. Na primeira ele abriu o jogo e ofereceu de tudo!

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Inclusive o “mensalão”?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Tudo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E o senhor pode dizer de quanto seria essa oferta dele? Quanto ele ofereceu por mês para os deputados?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Ele abria, Senador Demóstenes, para nós falarmos. Ele perguntava: quanto você quer? O negócio é fácil; quanto você quer?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E algum deputado mencionou alguma quantia?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não. Nós não estávamos... Quando o senhor pergunta sobre os sete Deputados, nós estávamos em três Deputados nessa sala.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim. E os três Deputados?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não. Não, nenhum.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Em algum momento, em alguma outra conversa o Governador chegou a oferecer pagamento mensal e num valor especificado, ou não?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não me recordo, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Governador, então, quando oferecia, os deputados retrucavam que queriam isso sim: a liberação das emendas parlamentares...

O SR. RONILTON CAPIXABA – O Deputado Ronilton Capixaba.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Só V. Ex^a?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Pelos outros colegas eu não posso falar, porque eu não participei. Eu não participei de reuniões com eles, só com a Deputada Ellen e o Deputado Daniel, na sala, juntamente comigo, naquele dia.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Algum dos dois outros chegaram a sugerir valores?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não, senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Governador, em algum momento, chegou a sugerir valor?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não recordo.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Eu vi... eu gostaria, aqui... não sei se nesse dia o Deputado Ronilton Capixaba estava presente, nobre Presidente, quando na fita está escrito que deputados, que V. Ex^a inclusive nomeou, recebiam R\$20 mil reais? Eu tenho aqui, eu ouvi essa gravação: os meus deputados

recebem sagradamente.... ou, enfim, recebiam uma mensalidade de R\$20 mil.

Isso ele falou na sua frente, ou não?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Senador Amir Lando, fiz um documento à Comissão que está apurando os fatos, na nossa Assembléia, pedindo as fitas originais, para talvez até poder responder a essa pergunta. Mas como V. Ex^a já ouviu essa fita, eu vou confirmar. Ele disse na minha frente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Que os Deputados da base dele recebiam R\$20 mil. V. Ex^a pode dizer quais eram esses Deputados?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Eu já disse os nomes para o senhor. O Deputado Everton Leoni, o Deputado Beto do Trento e o Deputado Neodi de Oliveira.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E ele oferecia o mesmo valor?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Senador Demóstenes, eu vim para falar das fitas. Eu fui convidado por esta Comissão para falar das fitas do Fantástico e essa fita que o Senador Amir Lando diz não saiu no Fantástico. Eu já requeri cópia para me embasar mais, para poder falar de terceiros. Mas como o Senador disse que viu, eu confirmo que ele falou perto de mim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ele propunha a extensão desse “mensalão” a todos os demais deputados?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Deputado, no início da fala, parece que também está na fita, quando a Deputada Ruth alega a questão dos postos de vigilância. A minha pergunta é se esses postos foram executados, realizados e se o processo licitatório foi cumprido à risca?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não, não foram realizados.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não foram realizados?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Mas houve essa proposta da realização dos postos?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Isso dentro dessa preocupação de V. Ex^a de realização de atos vinculados ao mandato?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não. É porque quando o Governador de Rondônia assumiu, dia 1º de janeiro, a PM já não estava mais no Palácio; era uma empresa de vigilância particular que estava tomando conta.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Certo.

O SR. RONILTON CAPIXABA – E ele aumentou os postos no Estado de Rondônia em 250 postos. E nós dizíamos a ele que, por exemplo, havia uma escola no interior do Estado, na cidade de Cabixi. Há dez, quinze anos tem essa escola e um agente de portaria trabalhando ali. Ele tirou esse vigilante, esse agente de portaria, e colocou uma empresa de vigilância, quando um agente de portaria ganha ali os seus R\$400 ou R\$500 por mês e essa empresa de vigilância vai para lá trabalhar por R\$6.200. Se somente... E quando ele teimava que não podia cumprir nossas emendas, eu dizia que se somente ele economizasse, porque uma empresa de vigilância, o faturamento dela hoje é de um lucro líquido de R\$1.900,00 a R\$2.000,00. Se ele economizasse 250 posses, ele poderia bancar as emendas de R\$500 mil reais para 10 Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Quantas fitas? V. Ex^a falou que tem uma fita montada – a fita apresentada pela Tv Globo é montagem – e quando se vêem as fitas no estado natural, veremos a grande diferença. Confesso que ainda não vi nenhuma delas, a não ser a que foi divulgada pela televisão. Minha pergunta é: como V. Ex^a adquiriu as fitas em estado natural?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Senador Sibá Machado, eu não disse a essa Comissão que tinha as fitas originais.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Então, é uma hipótese de V. Ex^a sobre a questão de a fita estar ou não montada. É uma montagem porque a cena da reunião não corresponde ao que foi apresentado pela Tv Globo?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Não corresponde nem o objetivo, nem a finalidade.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – A pergunta que farei agora V. Ex^a pode responder ou não, por uma questão de que está presidindo uma Comissão.

Mas, a Comissão presidida por V. Ex^a já dispõe de algum documento de novidade?

O SR. RONILTON CAPIXABA – Mas, não preside Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Desculpe-me. Fiz confusão com outra pessoa.

Quanto a essa Comissão que foi instalada na Assembleia de Rondônia, quero saber se ela apresenta alguma novidade que já seja pública, que já tenha sido comentada ou que V. Ex^a possa ter escutado algum comentário de alguma novidade que essa Comissão possa ter encontrado.

O SR. RONILTON CAPIXABA – Senador Sibá Machado, quando foi criada essa Comissão, o 1º ato dela foi nos afastar por 30 dias e fomos notificados, fizemos a defesa prévia, pedimos perícia das fitas, pedimos aquilo que de direito nós temos para poder averiguar os fatos e contribuir com a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Correto. De minha parte já terminei.

Pergunto se os Senhores Senadores ainda tem mais alguma pergunta?

Se não, declaro encerrada essa reunião.

Agradeço aqui a contribuição do nosso nobre Deputado.

Farei a leitura do pedido do requerimento, o qual submeto à deliberação desse Plenário para que seja oficializado o Sr. Paulo Lacerda, Diretor-Geral da Polícia Federal, a designação de um delegado da Polícia Federal para prestar serviços de assessoramento durante os trabalhos desta Comissão.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Encaminharemos.

Quero agradecer a contribuição.

Vamos convidar o Deputado Leudo Buriti.

Mas, antes, vou suspender, então, por cinco minutos, a reunião.

Vamos fazer a mesma observação, abriremos um tempinho para o nosso Deputado falar por dez minutos e na seqüência ouviremos as indagações. Com a palavra, então, o Deputado Leudo Buriti.

O SR. LEUDO BURITI – Meus cumprimentos ao Sr. Presidente, Sr. Relator, Senadores, Deputados Federais aqui presentes, imprensa, inicialmente, eu gostaria de parabenizar a iniciativa da Senadora Fátima Cleide que solicitou a constituição desta Comissão Externa para acompanhar os desdobramentos da crise política e administrativa que vive o Estado de Rondônia.

Eu gostaria de, nesses comentários iniciais, dizer aos senhores que o que se vê, se assiste, hoje em Rondônia, na realidade, é fruto de uma desarmonia plantada deste o início da atual gestão, da atual administração e que, certamente, por ser o líder maior do Estado de Rondônia, eu atribuiria ao Governador Ivo Cassol grande parte desta responsabilidade. Sentirá, também, outros membros de poderes que poderiam ter contribuído para que tudo isso não acontecesse. Contudo, logo no início da atual administração, o Governador Ivo Cassol, mesmo no mês de fevereiro, na primeira quinzena, se dirigiu à Brasília para pedir intervenção no Estado de Rondônia e alegava, naquele momento, que não tinha condição de trabalhar em função de que os Deputados não o deixavam trabalhar. Eu sou Deputado

do primeiro mandato e sequer tínhamos nos reunido em qualquer sessão. Nós não tínhamos sido convocados extraordinariamente, então, não tínhamos dado motivo para qualquer paralisação no Estado de Rondônia. E, depois daquilo, eventualmente, causou um mal-estar e, na seqüência entre altas e baixas no relacionamento, os Deputados, aos poucos, foram conversando com o Governador. Eu mesmo me lembro de ter sido chamado no primeiro semestre, não me recordo o mês, e o Major Sena, ajudante de ordens do Governador me ligou e disse que o Governador queria falar comigo, se eu podia ir a casa do Governador, era numa manhã e eu disse que não iria e que eu estaria à disposição de falar com o Governador, quando ele despachasse um órgão do Governo. Gostaria, inclusive, de ir ao Palácio, Presidente Vargas que era um anseio meu já que estava iniciando a lei na Assembléia e no Poder Legislativo e ele disse que tudo bem. Mais tarde ele me ligou novamente e disse que o Governador estava muito febril, gripado, e que gostaria que eu entendesse e fosse à casa dele. E eu lá estive e o Governador conversou comigo e, naquela ocasião, me perguntou o que eu gostaria de ter para apoiá-lo na Assembléia e eu disse que, no meu Município, Ji-Paraná, vivia um momento muito difícil, e que precisava ter, por parte do Governador e dos Deputados, uma atenção especial. O Município há tempos não elegia um deputado estadual, tinha elegido dois com base especificamente no município e nós buscaríamos apoiar muito a administração municipal de Ji-Paraná, que, por sinal, era do Partido dos Trabalhadores. E ele disse, nós conversamos depois, “para você, o que você precisa?” E eu disse ao Governador que para mim era, exatamente, a liberação de recursos, a recuperação de estradas vicinais, parcerias com o Município e eu falei da Santa Casa de Misericórdia, uma entidade que estava sendo criada em Ji-Paraná. O Governo anterior tinha ajudado a construir e que era importante firmar um convênio com o Estado. Seria uma parceira do Poder Público na área da saúde e ele disse: “nós vamos falar sobre isso depois, Deputado. Eu quero saber para você, o que você precisa?” E eu disse: “é exatamente isso e que o senhor diga que quando for ao Ji-Paraná que são os Deputados de Ji-Paraná que estão levando e vamos fazer isso.” E ele disse: “Deputado, você não entendeu. Eu quero saber para você. O que você quer, quanto você quer para defender meu Governo na Assembléia?” E, se isso tivesse sido gravado, certamente consta nas fitas apreendidas pela Polícia Federal. Aí eu disse: “Governador, o senhor que não entendeu. Eu sou muito bem pago como Deputado para defender esses interesses que acabo de mencionar”. Ele me cumpriu e disse que gostou da minha posição: “Gostei

da sua posição”, o que me fez ver depois – e comentei depois com outros colegas – que o Governador estava me entrevistando, estava me gravando porque as perguntas eram consistentes nesse sentido.

Passado algum tempo, ainda no primeiro semestre, o Deputado Ronilton Capixaba me disse que tinha sido convidado para ser Líder do Governo na Assembléia, perguntou se tinha o nosso apoio – eu disse que tinha o nosso apoio –, perguntou se precisava, se eu indicaria cargos no Município de Ji-Paraná – eu disse que teria um cargo que, se pudesse, eu gostaria que mantivesse no Município de Ji-Paraná e era o engenheiro responsável pelo Departamento de Obras Públicas – Devop – que era o mesmo que estava no Governo anterior e tinha feito um bom trabalho no Departamento daquela região, e eu gostaria que permanecesse; era um engenheiro de carreira do órgão, e isso o Governo acho que cumpriu por algum tempo, se cumpriu, foi por pouco tempo.

E, de lá para cá, entre as idas e vindas, acredito que o Estado viveu muito mais em crises políticas do que em estado de harmonia, digamos assim. Então acho que o resultado disso que acontece hoje veio na hora em que a Assembléia, em 1º de março, derrubou o veto total do Governador ao Orçamento de 2005; numa coisa inédita também, vetou tudo. O Governador tinha certeza de que nós iríamos manter o veto – acredito nisso –, e o veto foi derrubado, e não poderia ser diferente.

Logo em seguida, no dia 15 de março, salvo engano, autorizamos o STJ a processar o Governador, atendendo à solicitação do Ministério Público Federal, e, logo em seguida, foi protocolada na Assembléia uma denúncia por crime de responsabilidade, e daí então o Governador cumpriu a promessa que fazia constantemente a alguns Deputados de que, se não parassem de fazer oposição, ele terminaria por apresentar fitas que teria gravado e que estavam em seu poder, o que acabou fazendo.

Acredito que esse era o breve relato que eu poderia fazer até aqui.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Com a palavra S. Ex^a, o Relator, Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a então disse aqui que o Governador o procurou logo no início de 2003 e lhe ofereceu pagamento em espécie para que viesse para a base dele, a Base de Apoio do Governador Cassol.

O SR. LEUDO BURITI – Não exatamente em espécie, mas perguntava com firmeza o que eu precisava, o que eu queria para eu apoiá-lo na Assembléia. Eu, repetidas vezes, falava que o que queria seriam

os recursos para minha base eleitoral, o Município de Ji-Paraná.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E V. Ex^a foi eleito por que Partido?

O SR. LEUDO BURITI – Fui eleito pelo PSL.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E hoje, V. Ex^a...

O SR. LEUDO BURITI – Estou no PTB.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O PTB é Partido aliado do Governador?

O SR. LEUDO BURITI – Em Rondônia, não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a também foi a primeira vez que encontrou com o Governador?

O SR. LEUDO BURITI – Encontrei com o Governador um pouco antes de assumir.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Reservadamente também?

O SR. LEUDO BURITI – Na cidade de Presidente Médici, num café da manhã que aconteceu e, naquela ocasião, ele disse que gostaria de fazer o Presidente da Assembléia. Não se discutia isso ainda, não tinha tomado posse, nem nós, e ele disse que gostaria de fazer o Deputado Everton Leoni Presidente da Assembléia, e ia fazer, custasse o que custasse, mas isso não foi uma conversa... foi uma conversa em grupo; o público não teve qualquer discussão...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A primeira conversa que o senhor teve com ele então, ele já foi logo lhe oferecendo vantagens.

O SR. LEUDO BURITI – Seria no sentido de obter da minha parte qual o tipo de vantagem que eu gostaria de ter para apoiá-lo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a apóia o Governador hoje?

O SR. LEUDO BURITI – Hoje, eu diria que estou na seguinte situação: somos um grupão na Assembléia – chegou a 21 Deputados. O Governador não tem base de sustentação na Assembléia. Os projetos que votamos na Assembléia a favor do Governador são a favor do Governo. Por exemplo: matérias que são de interesses do Governador na nossa análise, como, por exemplo, a criação de cargos, em diversas áreas, criação de Secretarias – como recentemente a Secretaria de Comunicação, com vários cargos que estavam sendo criados, foi rejeitado -, criação de cargos nesse Departamento de Obras Públicas que mencionei agora há pouco – foi rejeitado. Matérias de interesse do Governo, quando há o entendimento da maioria, são votadas e aprovadas. Tem o nosso apoio.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor hoje poderia se definir, politicamente, como? O senhor é contra ou a favor do Governador?

O SR. LEUDO BURITI – Tenho me definido, inclusive na tribuna da Assembléia e agora no início do ano, antes que essa crise se agravasse, eu disse que vivíamos um momento de profunda desarmonia entre os Poderes; eu dizia, naquela ocasião, que era plantada – disse isso da tribuna, está gravado pelo Sr. Governador -, eu não me definiria como um Deputado de sustentação, mas também não de oposição; sempre mantive um equilíbrio, nunca partir para levar as questões para o lado pessoal, nunca tive da pare do Sr. Governador nenhuma agressão à minha pessoa, muito menos eu com a pessoa dele, o que não tem sido uma constância com outros membros dos Poderes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Deputado Ronilton Capixaba declarou à revista **IstoÉ**, que V. Ex^a é um dos destinatários do dinheiro que é pago pelos serviços prestados ao Governo.

O SR. LEUDO BURITI – Quero acreditar que o Deputado Ronilton Capixaba não tenha dado tal declaração a nenhum órgão de imprensa, porque tem sido uma inverdade, se quer tive acesso a essa reportagem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ele inclusive desmentiu aqui.

V. Ex^a pode descrever como é que é o ambiente político, se os Deputados na Assembléia mencionavam que tinham sido assediados pelo Governador com oferta?

Ou eles diziam que procuraram o Governador para solicitar alguma coisa?

O SR. LEUDO BURITI – Senador, na realidade, quanto ao fato veiculado, divulgado nunca ouvi falar nos corredores da Assembléia, ou em reuniões da Assembléia e qualquer coisa parecida com que vi nas reportagens exibidas: cobranças de valores em benefícios pessoal.

A reclamação profunda, isso é registrado, praticamente, por todos parlamentares em Rondônia, era da não-liberação das emendas dos Deputados Estaduais, o que não foi um problema meu, porque o Governador terminou liberando várias emendas apresentadas por mim, para o Município Ji-Paraná, inclusive a que falei aqui da Santa Casa de Ji-Paraná, que nesses dois anos já deve ter recebido em torno de R\$400 mil de recursos, colocados através de emenda parlamentar da minha pessoa. Mas a grande reclamação é de que os Deputados procuravam sempre o Governador em busca de suas emendas, individual ou em grupo, e isso não acontecia.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a disse logo no início do seu depoimento que o Governador em 2005, agora quando teve vetado por inteiro, ou rejeitado por inteiro o seu orçamento que

cumpriu uma promessa que vinha fazendo. Então isso quer dizer que todo mundo sabia que havia um dissenso grande entre Deputados e o Governador; e que o Governador dizia que tinha fitas em que os Deputados, em tese, o chantageavam.

O SR. LEUDO BURITI – Quando disse que o Governador sabia, quer dizer, que todo mundo sabia, e o Governador cumpriu a promessa, no ano passado – no auditório, eu falava agora há pouco para o Senador Presidente, aqui ao lado – ele disse que na audiência pública que ele tinha documentos, gravações comprometedoras contra políticos de Rondônia, e isso ele dizia em várias ocasiões, e que no momento certo ele ia denunciar. Depois, no varejo, começaram a sair as notícias de que o Governador teria gravado determinado Deputado, não se sabia qual Deputado. E os Deputados, com as matérias que tinham para votar, como o veto do orçamento e essa do Ministério Público Federal, para o STJ, foi exatamente quando começou a pressão forte, se os Deputados não votassem a favor do Governo naquele tipo de matéria o Governador apresentava as fitas. E foi como um jogo de truco, os Deputados foram à Tribuna, disseram que queriam vê, alguns Deputados falavam; alguns até que não apareceram em nenhuma gravação foram lá e desafiaram o Governador que apresentou as mencionadas fitas. Eu mesmo tinha me pronunciado na Assembléia, acredito que no início do mês de março, sobre o assunto. O Governador, em locais públicos, como a Faculdade do Município de Cacoal, falando para acadêmicos, na comunidade de Cacoal, no Município de Cacoal, ele disse que tinha fitas comprometedoras de Deputados, de políticos, tinha dossiê contra o Ministério Público e do Tribunal de Justiça.

Disse que o Governador cumpriu a sua promessa em função de que ele já vinha falando dessas questões.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a chegou a participar de reunião de Deputados com o Governador? V. Ex^a só esteve com o Governador reservadamente ou já esteve em companhia de outros Deputados Estaduais com o Governador?

O SR. LEUDO BURITI – Numa crise entre o Governo de Rondônia e os profissionais de educação, o SINTERO de Rondônia, fui o Presidente da Comissão que intermediou aquela greve, a paralisação, as manifestações, e o Governador não queria receber os sindicalistas. Fui à Assembléia no intuito de intermediar aquele conflito, constituiu-se uma comissão e fui o Presidente. Durante algumas vezes nos reunimos em grupos, mas tratando especificamente dessa questão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Nunca houve uma reunião com outros Deputados e o

Governador para tratar de assuntos de interesse ou da Assembléia Legislativa ou do Governo do Estado?

O SR. LEUDO BURITI – Acredito que uma vez vi o Governador, acho que na discussão do Orçamento de 2004, final de 2003 o Governador fez uma visita e essa reunião aconteceu na sala de reunião da Assembléia, acredito que com os 24 Deputados.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Isso quer dizer que V. Ex^a nunca presenciou um diálogo entre o Governador e outros Deputados acerca de qualquer outro assunto?

O SR. LEUDO BURITI – Nunca presenciei.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a está presidindo esta comissão para apurar o caso denunciado pelo Governador e envolvendo os Deputados, não é isso?

O SR. LEUDO BURITI – Isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a, na qualidade de Presidente, já pode dizer que o Governador acusou os Deputados é verdadeiro? Os Deputados realmente tentaram achacar o Governador, tomar recursos do Governador em troca de apoio político? Alguns Deputados tentaram fazer isso?

O SR. LEUDO BURITI – A primeira iniciativa e a comissão foi constituída antes de o meu nome ter sido citado na reportagem, a Comissão foi constituída, assim também como era relator do processo...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O nome de V. Ex^a foi citado em que reportagem?

O SR. LEUDO BURITI – Na reportagem do segundo domingo do **Fantástico**. Eu era relator também do processo por crime de responsabilidade – e a comissão foi constituído, e o primeiro ato que adotamos foi pedir as fitas da **Rede Globo**, da **TV Rondônia**, em Porto Velho e do Governador. Fomos os últimos a receber essas fitas – primeiro foi o Ministério Público, depois o Ministério da Justiça e, por último nós. Recebemos um volume de 9 fitas, o Ministro da Justiça e o Ministério Público em Rondônia receberam o volume de 10 fitas, em VHS.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Inclusive, as já apreendidas pela Polícia Federal?

O SR. LEUDO BURITI – Não. Antes mesmo, tínhamos pedido, esse grupo de 21 Deputados que, em tese, faria oposição ao Governador, tinha pedido na Justiça a apresentação desses documentos, dessas fitas. O que só ocorreu agora com a busca e apreensão da Polícia Federal.

As fitas que nos foram enviadas é de uma qualidade muito ruim, as gravações são de qualidade ruim. Imediatamente, copiamos o material e levamos as fitas que nos foram enviadas para a Polícia Federal também. Na Polícia Federal estavam o lote do Minis-

tério Público, o lote do Ministério da Justiça, que tinha ido daqui para lá também para periciar e o nosso – e agora estão lá.

Diria que o trabalho da nossa comissão – precisar responder precisamente a pergunta de V. Ex^a, só exatamente depois da perícia dessas fitas. O que dá para observar é que o material está muito distante o material que a gente assiste na fita da cópia, está muito distante daquilo que foi exibido nas reportagens – diria que muito, muito distante.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Sr. diria que a **Rede Globo** maquiou essas imagens, montou de uma forma para comprometê-lo?

O SR. LEUDO BURITI – Eu não diria que a **Rede Globo** montou, diria que as fitas, aqueles itens levados lá foram pinçados, extraídos de uma posição muito maior, de gravações não sei de quantas horas e é lógico que os pontos mais fortes, não sei se relacionados ao contexto, foram exibidos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Isso quer dizer que, na realidade, os Deputados não pediram propina ao Governador?

O SR. LEUDO BURITI – Eu acredito que não tenham pedido. Isso nunca chegou ao nosso conhecimento. Eu fiquei, quando vi a reportagem em Rondônia, na minha cidade foi censurado, houve censura, e eu queria deixar claro aqui, registrar nesta Comissão, que eu não autorizei, porque, repetidas vezes, colocaram que vinte e um Deputados foram à Justiça para proibir a veiculação da matéria; depois, os vinte e um Deputados renunciaram à ação. Eu não pedi, eu não fui à Justiça para não deixar exibir a matéria, muito menos fui à Justiça para renunciar, porque não tinha...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas o senhor estranha a matéria, ou seja, a matéria que foi ao ar não é exatamente a matéria que tem nas fitas. O que V. Ex^a está dizendo é o seguinte: os trechos pinçados são trechos que não correspondem à realidade contextual.

O SR. LEUDO BURITI – A todo esse bombardeio que foi colocado sobre a Assembléia, pelo que vi até aqui, não são exatamente daquela forma, mas, como eu disse, é preciso esperar a perícia, fizemos o questionário da Polícia Federal, para que nós tenhamos certeza.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Os senhores já ouviram alguma prova testemunhal ou estão aguardando para iniciar os trabalhos?

O SR. LEUDO BURITI – Nós estamos aguardando.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a não acha estranho uma pessoa mencionada como

beneficiária de um mensalão do Governo ser o Presidente de uma Comissão?

O SR. LEUDO BURITI – Veja bem, Senador, eu fui indicado, eleito Presidente da Comissão antes do nome ter sido citado. Digamos que o ideal teria sido a renúncia logo em seguida. Tenho muita convicção, muita certeza do que eu estava fazendo na Assembléia, do que eu estou fazendo, com quem eu me relacionei e o que eu conversei, inclusive com o Governador.

Então, da forma como as coisas foram apresentadas pela mídia, a minha renúncia, naquele momento, e hoje as coisas já começam a ser mais esclarecidas, eu acredito que a partir daqui, dessa Comissão, serão, e a minha renúncia, naquele momento, à Comissão, pelo simples fato de ter sido citado, eu acredito que terminaria também acontecendo comigo o que já aconteceu com alguns colegas, o linchamento total político, entendeu?

Então, preferi adotar a postura de quem não deve não teme, continuei, até porque nós iríamos ter esse material em mãos e iremos ter, acredito que muito em breve, a perícia da Polícia Federal e que restará comprovado que, certamente, o meu nome foi citado, não no esquema de propina, o meu nome pode ter sido citado de uma forma que não esteja relacionado a esse esquema de propina. E se tiver sido relacionado à esquema de propina, certamente tomarei todas as medidas judiciais cabíveis.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a pode dizer se o Governador tem algum ato de corrupção que é conhecido da população, que não seja uma simples menção, algum ato de corrupção? O Governador, a ele é imputado algum ato de corrupção?

O SR. LEUDO BURITI – Ao Governador é imputado os atos e os fatos já amplamente divulgados pela própria imprensa, como o que está autorizado pela própria Assembléia, quando autorizou o STJ a processá-lo. Isso é desrespeito ao tempo em que foi Prefeito do Município de Rolim de Moura, por dois mandatos, e também agora, na atual gestão, os procedimentos também encontram-se já no STJ, e eu acredito que seja público e de fácil conhecimento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a foi eleito por quem? Quais as pessoas que votaram em V. Ex^a para essa Comissão? Quais Deputados? Algum deles está formalmente com o nome também envolvido nesse esquema?

O SR. LEUDO BURITI – Quando a notícia foi veiculada, logo na terça-feira seguinte, acredito que na terça-feira, quarta-feira seguinte a Assembléia se reuniu e constituiu a Comissão entre os Deputados ausentes e os que tinham aparecido na...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Os sete primeiros.

O SR. LEUDO BURITI – Os sete primeiros.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Os cinco que apareceram depois ajudaram a eleger o senhor?

O SR. LEUDO BURITI – Sim os dezessete remanescentes ajudaram a me eleger.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Quantos deputados tem a Assembléia?

O SR. LEUDO BURITI – Tem vinte e quatro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – V. Ex^a, em algum momento, na Assembléia, sentiu que havia um clima desfavorável ao Governador, porque ele não cedia aos pedidos dos Deputados quanto à nomeação, quanto à liberação de emendas e também pagamentos de mensalão?

O SR. LEUDO BURITI – Não, eu acredito que talvez pela forma de tratar politicamente as pessoas, talvez pelo jeito do Governador, que eu respeito, mas não concordo. Acredito que tudo isso foi criando o desentendimento e a falta de apoio da grande maioria na Assembléia.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Mas não se falava nisso? Não se falava em liberação de emenda, não se falava em emprego?

O SR. LEUDO BURITI – Não. A questão das emendas era sempre colocada como um descontentamento geral dos Parlamentares para com o Governador. Mas eu acredito que se ele não atendesse às emendas, mas mantivesse com os Deputados um relacionamento de respeito... Mas as insinuações, em locais públicos... Você sabe o que o Deputado quer; quer dizer, o Governador falava que quando o Deputado quer... insinuação a respeito de dinheiro para si próprio. Os Deputados reagiam falando das suas emendas, das suas bases. Era um costume da Administração Pública de Rondônia, os governantes, os Governadores fazerem as liberações de emendas dos Deputados.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – O Deputado Ronilton Capixaba foi alguma vez à tribuna para dizer que o Governador estava tentando chantagear a classe política ou especificamente ele com a divulgação de fitas?

O SR. LEUDO BURITI – Especificamente do assunto das fitas, não me recordo, mas que o Deputado Ronilton Capixaba fez severas críticas, na tribuna da Assembléia, ao Governador, isso ele fez muitas vezes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Críticas de que forma? Críticas políticas

O SR. LEUDO BURITI – Críticas políticas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Acusava o Governador de corrupção?

O SR. LEUDO BURITI – Algumas vezes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Pergunto aos demais Senadores se querem fazer indagações.

Concedo a palavra ao Senador Almir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB-RO) – Nobre Presidente, Exm^o Sr. Relator, Senador Demóstenes Torres, gostaria de ouvir do depoente o seguinte: a que título seu nome foi referido na conversa com o Governador pelo Deputado Ronilton Capixaba? Ou seja, ele citou seu nome, no seu entender, para que finalidade? Para participar do mensalão? Para participar do apoio? Enfim, por que seu nome foi citado pelo Deputado Ronilton Capixaba?

O SR. LEUDO BURITI – Pelo que se vê nas gravações com o Deputado Ronilton Capixaba, pelo que se observa, é que ele pretendia montar um grupo, uma base de apoio para o Governador, em função de que estava sendo convidado a – acredito que no início do ano de 2003, não sei em que mês – a ser Líder do Governo na Assembléia. Eu disse, no início da minha fala aqui, que o Deputado tinha me pedido apoio. Eu disse-lhe que teria meu apoio e que teria recomendado ao Deputado que verificasse junto ao Governador a possibilidade de indicação da direção do Devop, no Município de Ji-Paraná, um engenheiro de carreira do Devop, que já era diretor na administração interior.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – O que é Devop?

O SR. LEUDO BURITI – É Departamento de Viação e Obras Públicas. Acredito que o Deputado, ao mencionar o meu nome, foi referente a essa questão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – V. Ex^a autorizou o Deputado Leudo Buriti a procurar o Governador...

O SR. LEUDO BURITI – Deputado Ronilton. Não era questão de autorização. O Deputado, naquela ocasião, perguntou sobre cargos no Município de Ji-Paraná, se algum deles me interessava. Eu falei: se houver a possibilidade, gostaria da permanência do Diretor que já estava lá, que era o diretor engenheiro do Devop de carreira.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, o Ronilton funcionava como uma espécie de mensageiro do governador?

O SR. LEUDO BURITI – Não foi como uma espécie de mensageiro porque isso foi muito pouco, foi muito passageiro, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas ele esteve como emissário do Governador o procurando.

O SR. LEUDO BURITI – Uma vez só, nesse sentido.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas esteve atrás do Senhor.

O SR. LEUDO BURITI – Não foi atrás, foi numa conversa, acredito que em plenário. O Deputado perguntava se teria o apoio no caso de assumir a Liderança do Governo. E eu disse que teria, sem problema, o Governo não tinha Líder.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Que V. Ex^a poderia apoiá-lo caso ele lhe desse o cargo...

O SR. LEUDO BURITI – Sob hipótese alguma. Isso jamais foi colocado sob condição.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não era condicional?

O SR. LEUDO BURITI – De jeito nenhum.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a apenas lembrou que gostaria de ter esse cargo.

O SR. LEUDO BURITI – Exatamente. Perguntou-me e, naquela ocasião, eu lhe disse, acredito que o Deputado deve se lembrar disso, que se houvesse a possibilidade... Também não me interessei tanto pela questão, não tenho cargos no Governo, não tenho qualquer tipo de vantagem e nem nunca pedi isso ao Governador. O próprio Governador, acredito que se for um homem honesto, como disse que é, também afirmaria isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – De sorte que quando o Ronilton procurou o Governador para oferecer os dez nomes V. Ex^a o tinha autorizado. Não com aquela...

O SR. LEUDO BURITI – Com certeza. Pode ser que, nesse sentido, da pergunta do Senador Amir Lando, sim, não em outro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não para pedir recursos outros.

O SR. LEUDO BURITI – Isso nunca, jamais.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas o cargo sim?

O SR. LEUDO BURITI – O cargo sim.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Gostaria que pudéssemos resgatar o fato com alguns aspectos, com algumas circunstâncias do momento, que realmente podem ajudar a esclarecer. O que aconteceu? O Deputado Ronilton Capixaba teria sido convidado formalmente, não sei de que maneira, para ser Líder do Governo na Assembléia Legislativa. Confirma isso?

O SR. LEUDO BURITI – Confirmando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Confirma. Então, o Deputado fez uma reunião com uma base de apoio, uma possível base de apoio. Não sei se ele fez em conjunto ou separadamente com cada um. Mas

pergunto: como é que ele fez? Chegou e disse: Olha, fui convidado. Vamos fazer uma reunião? Fez uma reunião com os dez Deputados ou fez uma reunião separada com grupos ou individualmente?

O SR. LEUDO BURITI – A conversa, nesse item do cargo que mencionei, não me lembro se foi numa reunião ou no plenário, durante uma sessão, mas é possível que tenha havido uma reunião tratando dessa questão especificamente.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – O Senhor participou dessa reunião?

O SR. LEUDO BURITI – Para tratar de cargos, acredito que...

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Não, para participar. Bom, o Ronilton vai ser o Líder. O Senhor participou dessa reunião? Lembra?

O SR. LEUDO BURITI – Participei de uma reunião, uma vez, em que se tratava de cargos, nunca em matéria de benefícios.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Onde foi essa reunião?

O SR. LEUDO BURITI – Na Assembléia.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Com os dez Deputados?

O SR. LEUDO BURITI – Não me recordo se tinha dez. Essa questão dos dez, nunca prestei atenção se eram dez, quatorze ou vinte porque...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Então, foi o Deputado Ronilton que chegou e falou, que foi ofertado para ele ou alguém, emissário do Governador foi lá e...

O SR. LEUDO BURITI – A Liderança do Governo?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Sim, a Liderança do Governo, nessa reunião a que você está se referindo. As pessoas que fizeram o início dessa conversa... Foi o próprio Deputado Ronilton Capixaba?

O SR. LEUDO BURITI – O Deputado Ronilton Capixaba, ao que me lembre.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não tinha ninguém do Governador nesse momento?

O SR. LEUDO BURITI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Significa que ele teve uma conversa com o Governador antes?

O SR. LEUDO BURITI – Acredito que sim.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Nessa época, o Deputado Ronilton Capixaba fazia uma certa oposição ao governador. É verdade?

O SR. LEUDO BURITI – Sim, não era uma oposição severa, como a recente, mas já fazia.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – E por que razão o Governador teria convidado o Deputado Ronilton Capixaba? V. Ex^a tem conhecimento?

O SR. LEUDO BURITI – Não, não sei responder, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Essa pergunta é muito boa. O Governador resolveu buscar o seu Líder na Oposição?

O SR. LEUDO BURITI – O Governador, naquele momento, eu não diria que tinha uma oposição, mas já havia indícios de que os Deputados caminhavam para a oposição. A base do Governador sempre foi muito pequena, muito reduzida. Hoje, três Deputados e nunca passou muito disso.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a confirma que o governador teria usado uma expressão como “Ou eu faço a Mesa Diretora da Assembléia ou eu vou destruir a Assembléia”. V. Ex^a tem alguma lembrança de uma frase desse tipo?

O SR. LEUDO BURITI – Tenho. O Governador, certa vez, usou desse expediente ao afirmar que gostaria ou faria a Presidência da Assembléia ou, caso contrário não sei se a palavra seria destruir a Assembléia, mas coisa semelhante.

O SR. PRESIDENTE (Siba Machado. Bloco/PT – AC) – Haveria uma situação de conflito?

O SR. LEUDO BURITI – Haveria.

O SR. DEMÓSTENES – O senhor lembra onde? Quando? Para quem?

O SR. LEUDO BURITI – Nessa conversa acredito que ouvi dele no ... naquela conversa que eu tive antes da posse, no Município.

O SR. DEMÓSTENES () – Em 2002.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Permita-me mais uma pergunta.

O SR. LEUDO BURITI – Pois não.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Gostaria de saber do nobre Deputado Leudo Buriti se então, para continuar, foi feita uma reunião, olha eu fui convidado, o Ronilton e eu quero trazer vocês também para essa base de apoio. Aí ele fez mais ou menos uma: o que vocês querem? E nisso, ele insinuou alguma vez que haveria alguns recursos monetários em pecúnio ou dinheiro para vocês? Que base?

O SR. LEUDO BURITI – Sob hipótese alguma. Isso mencionado a discussão naquele momento era sobre a distribuição de cargos nas bases de Deputados e liberação de emendas parlamentares. A conversa girava em torno disso e...

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Seriam dois itens apenas: emendas ...

O SR. LEUDO BURITI – Emendas parlamentares e ...

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Participação do Governo...

O SR. LEUDO BURITI – Indicação para ...

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Distribuição de cargos.

O SR. LEUDO BURITI – Participação no Governo através de indicação de cargos.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – E evidente que os senhores autorizaram, como foi dito pelo nobre Relator, Senador Demóstenes Torres, autorizaram, pode dizer que eu topo, que eu aceito, uma coisa digamos assim.

O SR. LEUDO BURITI – No sentido dos cargos sim.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Mas limitaram, não foram além, segundo V. Ex^a diz, de cargos e emendas.

O SR. LEUDO BURITI – Sob hipótese alguma. Inclusive nessa conversa eu devo ter dito ao Governador que eu não tinha emendas, porque eu tinha acabado me eleger, e eu colocava que se os Deputados Estaduais reeleitos tinham valores da ordem de um milhão garantido no orçamento, de emendas, que gostaríamos de também, que estávamos iniciando o nosso mandato, gostaríamos de ter também valores de emendas de um milhão para serem liberadas para os vários setores, como dimensionei aqui, eu mesmo, depois na Santa Casa Ji-Paraná atendida, o estádio municipal iluminado por meio de uma emenda que colocamos, entre outros.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Por que não deu certo a indicação do Deputado Ronilton Capixaba para a Liderança? O que falhou?

O SR. LEUDO BURITI – Essa .. acho que foi um projeto que durou muito pouco tempo, porque logo em seguida o Deputado Neudi assumiu a Liderança do Governo, Deputado do PL, que hoje está sem Partido, não sei precisar exatamente porque não deu certo.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Não deu certo porque o Governador não topou a proposta em distribuição de cargos e liberação de emendas ou por quê?

O SR. LEUDO BURITI – O Governador, segundo ...

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Alguma conversa deve ter havido.

O SR. LEUDO BURITI – O Governador tinha ganho a eleição sozinho, é o que ... sozinho no sentido de que teria ganho sozinho, como PSDB, chapa puro sangue, e não distribuiria cargos e nem emendas, quer dizer, faria o Governo do jeito dele, iria peitar, como foi peitando a tudo e a todos. Era o modo de ele fazer e terminou, acredito, isso não dando certo. O futuro

acordo que estava para acontecer e não aconteceu com o Deputado Ronilton Capixaba.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Alguém desse grupo dos dez Deputados mencionados recebeu a liberação, foi liberada emenda ou recebeu alguma vantagem, nomeação de cargos? O que aconteceu?

O SR. LEUDO BURITI – O descontentamento sobre as emendas eram muito grandes. Eu, por exemplo, tive as emendas liberadas, não todas, mas boa parte delas. Colocadas por um período, por um período ele foi mantido.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Quer dizer, alguém recebeu alguma coisa. E nesse período se formou uma base de apoio constante e firme ao Governo? Como era a contrapartida sua, por exemplo? E a dos outros?

O SR. LEUDO BURITI – Como eu disse, houve períodos mais calmos, mas sempre que o Governador queria as matérias, a seu jeito, os descontentamentos, as desarmonias sempre voltavam.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – De qualquer maneira, a liberação de emendas, infelizmente, hoje se armou no Legislativo uma arapuca. Quer dizer, o deputado tem a capacidade legal para oferecer emendas, e vê-las aprovadas, tendo o poder de emendar o orçamento, mas a liberação passa por um processo penoso, de submissão, de humilhação. Enfim, realmente, entendo que essa questão das emendas é um capítulo obscuro na relação entre o Legislativo e o Executivo.

Ou se teria um orçamento compulsório no sentido de que as emendas saíssem automaticamente ou então não adianta emendar, porque esse é um capítulo, no meu entender, que deixa sempre o Deputado Federal ou Estadual, é evidente, o Senador ou o Vereador, nas mãos do Executivo.

Realmente, a proposta que faço aqui, é que temos que rever esse capítulo. Ou vamos ter um orçamento obrigatório, compulsório, ou vai ficar sempre esse elemento, essa zona obscura, para que ilicitudes se cometam, ou apoio se consiga. Enfim, mecanismos, parece-me, que maculam a relação Executivo, Legislativo.

De qualquer maneira, gostaria aqui de dizer mais. Se V. Ex^a, na condição de Presidente desta Comissão, se acha moralmente liberado para exercer essas tarefas importantes, inclusive eventualmente punir Deputados, ou se realmente se acha vinculado por essa relação havida com o Governo, a liberação de emendas?

O SR. LEUDO BURITI – Tranqüilamente eu me sinto muito à vontade. E no dia em que assumi a Comissão, no afastamento da Deputada Ellen Ruth, que tratava do crime de responsabilidade, recebi a informa-

ção de que se tivesse ficado de fora, o meu nome não teria sido citado numa futura reportagem, que eu não devia ter pego aquele processo. Mas disse que fui eleito em plenário e não fugiria do meu dever de ofício.

Inclusive me antecipei, disse à imprensa de Porto Velho – fui para Ji-Paraná na sexta-feira que antecedia o domingo – que já que tinha recebido a informação de que, em função daquilo, o meu nome poderia ser sido citado por um Deputado ou por um Governador. Isso quer dizer que alguém sabia das coisas com certa antecedência, inclusive em Rondônia. E disse que estava muito tranqüilo daquilo que tinha feito até aqui no meu mandato e o que poderia fazer.

Na segunda-feira, logo após o Fantástico, fui à imprensa também, não me escondi, não deixei de falar, dei resposta imediata. Então, estou muito tranqüilo, Senador. E V. Ex^a pode ter certeza de que, a partir do momento que se eu mesmo tivesse dúvida do meu comportamento, da minha índole, já teria saído desta Comissão. Estou muito tranqüilo quanto a isso.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – GO) – Gostaria, nobre Deputado Leudo Buriti, que esclarecesse uma questão de fórum íntimo. V. Ex^a se sente isento e se coloca numa posição magistrado, acima dos conflitos entre o Legislativo e o Executivo, para exercer essa tarefa, porque é uma tarefa difícil examinar a conduta dos Deputados e, eventualmente, puni-los, se necessário, evidente no final do devido processo legal. Pergunto: V. Ex^a se considera em condições pessoais de exercer essa tarefa com isenção, de uma forma sobrestada, altaneira, olhando o lado da responsabilidade de cada um?

O SR. LEUDO BURITI – Tranqüilamente, Senador. Inclusive disse isso, registrei na Assembléia, em plenário, de que não iria trabalhar nem num processo nem no outro – no processo de crime de responsabilidade do Sr. Governador em que eu era Relator -, que eu não cederia a chantagens, a ameaças. Inclusive não iria ouvir uma das ruas para fazer o trabalho. E na questão dos Deputados o mesmo tratamento será dado. Ali não estava em jogo se eu gostava ou não gostava do Governador, sou amigo, companheiro dos Deputados, estou ali para fazer um trabalho para a Assembléia Legislativa, Poder Legislativo, e que tem como Relator um Deputado que também tem da nossa parte todo o respeito e da parte da Assembléia, Deputado Edésio Martelli, do Partido dos Trabalhadores. Acredito que o Relatório do Deputado Edésio Martelli, acima de tudo o Relator, tem um papel muito importante nesse processo, será também isento e será de acordo com aquilo que foi extraído da perícia que será feita pela Polícia Federal nessas fitas.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Para encerrar, queria fazer a seguinte pergunta, nobre Deputado. Ao constituir uma Comissão Especial ela é muito limitada, os poderes para investigar e ir com profundidade, por que a decisão da Assembléia foi por esta Comissão Especial e não por uma por uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. LEUDO BURITI – Na realidade, essa pergunta sequer me tinha sido feita. No momento, a questão era emergencial em Rondônia. No dia seguinte, o senhor não imagina o que estava acontecendo, mas deu para ver pelas imagens. E, de emergência, foi criada a Comissão. Estive na Polícia Federal pedindo ajuda, pedimos inclusive, segundo ofício encaminhado pede, se a política puder fornecer elementos que contribuam com esse investigatório. Pedimos ao Ministério Público, inclusive, o depoimento do Governador, que aconteceu há cerca de 10 dias. E acredito que esteja essa Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Então a Comissão ainda não ouviu o Governador?

O SR. LEUDO BURITI – Ainda não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – E vai ouvi-lo? Está disposto a comparecer?

O SR. LEUDO BURITI – Pretende. Ele não é obrigado. Vamos convidá-lo, se o Ministério Público mandar o depoimento dele, de repente a Polícia Federal nem seja necessário. Se for necessário, pretendemos ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Trata-se de uma relação. Ele afirma coisas, os Parlamentares afirmam outras. Não seria importante ter o contraditório? Uma espécie de acareação?

O SR. LEUDO BURITI – Acredito que sim.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a estaria disposto a solicitar uma acareação?

O SR. LEUDO BURITI – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco. PT – AC) – Se reforçarmos, V. Ex^a toparia essa acareação?

O SR. LEUDO BURITI – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Vou conversar com o Relator se ele concorda. Era isso. Mais alguém? Senador Botelho? Não. Encerro.

Vamos convidar o próximo.

Deputada Ellen Ruth.

O critério que estamos utilizando V. Ex^a teria até dez minutos para fazer considerações importantes e, tão longo concluirmos, ouviríamos o Relator e depois os Parlamentares que acharem importante fazer algu-

ma indagação. Então V. Ex^a dispõe de até dez minutos para a exposição.

A SRA. ELLEN RUTH – Quero cumprimentar em nome do Senador Presidente da Comissão todos os Senadores que fazem parte. Na oportunidade, parabenizar a Senadora Fátima Cleide pela iniciativa que tomou em solicitar a criação da Comissão, para que possamos aqui, como convidados, esclarecer na verdade essa distorção do Governador do Estado de Rondônia. Não é a primeira vez que o Governador de Rondônia vem à mídia nacional querendo, na verdade, “lamear” o nome do Estado de Rondônia. No ano de 2003, quando os Deputados ainda nem tinham tomado posse, ele veio a Brasília, disse que entregaria a chave do Estado, porque os Deputados não o estavam deixando trabalhar. E, naquela época, não tínhamos ainda nem tomado posse. Posteriormente, nos vemos como alvo de usar o nome que dói, como mãe dói: bandida! Corrupta! De uma pessoa que quando eu vi aquela fita veiculada no Fantástico, Senador Sibá, com aqueles trechos pinçados, de forma proposital, manipulada e editada, até eu mesma não me reconhecia naquela foto, naquela imagem. Então, dizer para aos Senhores que eu estou à disposição para responder as perguntas que eu souber responder. Quero, mais uma vez, parabenizar a iniciativa da Senadora Fátima Cleide, e dizer que nós estaremos – uso sempre um ditado, Senadores, que diz que a verdade vem sempre atrás da mentira. Acredito nisso. A verdade vem sempre atrás da mentira. Eu estive na casa do Governador precisamente no final de junho de 2003. E eu me pergunto: Por que só comecei a receber ameaças por parte do Governador, telefonemas, pessoalmente me ameaçando, alguns assessores diretos seus me ameaçando, quando eu fui Relatora daquele pedido do STJ. Eu não fraquejei, eu relatei. Porque eu entendo que se houve cometimento de crimes por parte do Governador, à época Prefeito de Rolim de Moura, acusado pelo Ministério Público Federal, como formador de quadrilha, eu entendia que a Assembléia deveria liberá-lo. Foi da nossa Relatoria a autorização. Posteriormente, veio a denúncia para a Casa do não-cumprimento do Orçamento do ano de 2004. Novamente fiz parte da Comissão, eleita em plenário, e fui eleita pela Comissão Relatora do Governador. Se eu tivesse em alguma época pedido dinheiro ao Governador, eu não teria moral, Senador Sibá, para votar contra ele. Votei contra o veto. Porque se o Governador mandou para a Casa de Leis o Orçamento para o ano de 2005, sanciona e depois veta, manda, ele manda, votamos, e ele veta, não sou que vou deixar o Estado de Rondônia se orçamento para o ano de 2005. Eu também me posicionei pela derrubada do veto. Então, eu à dis-

posição de todos os Senhores, da Senadora Fátima Cleide, para qualquer questionamento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Senhora Deputada, o Governado Ivo Cassol acusa V. Ex^a de tê-lo procurado em companhia de Ronilton Capixaba e de Daniel Néri, uma primeira vez, para pedir um pagamento mensal, um mensalão, de 50 mil reais, por fora, ou seja, extra-orçamentariamente, e dizendo que falavam em nome de um grupo de 10 Deputados. E a Senhora teria dito ao Governador, que se ele quisesse a governabilidade do Estado, ele teria que aceitar essa proposta, sob pena de não ter condições de governar. A Senhora confirma essa conversa?

A SRA. ELLEN RUTH – Não confirmo. Da forma como ele coloca, não confirmo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O que de fato aconteceu?

A SRA. ELLEN RUTH – O Governador havia convidado o Deputado Ronilton Capixaba para que ele buscasse junto aos Deputados formar uma base aliada. Porque aquela época, na verdade, só tinha 3 Deputados que eram do Partido do Governador, e o do PL, que era Suplente, o Deputado Neudi, o Deputado Beto, o Deputado Éwerton, do PSDB, e o Deputado Neudi, do PL, Suplente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Ronilton Capixaba foi escolhido como o emissário do Governador.

A SRA. ELLEN RUTH – O Deputado Ronilton Capixaba, àquela época, foi convidado pelo Governador para ser o Líder dele na Casa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E foi nessa condição que ele conversou com a senhora e com os demais Deputados?

A SRA. ELLEN RUTH – Exatamente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – De convidada?

A SRA. ELLEN RUTH – De convidada. Eu nunca fui à casa do Governador para ficar na fila, na calçada. Às vezes, e nas poucas vezes em que fui à casa do Governador, Sr. Senador, eu fui convidada por ele, como no final de junho – convidada pelo Governador para ir à sua residência.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Que condições a Senhora estabeleceu para poder apoiar o Governador – o que a Senhora queria?

A SRA. ELLEN RUTH – Eu disse que, como Parlamentar, eu precisava, primeiro, ter as minhas emendas – que não eram minhas mas de Porto Velho porque Deputados de Porto Velho não haviam sido

reeleitos – Deputado Mauro Nazif, Deputado Ramiro Negreiros – com emendas no Orçamento de 2003. Eu precisaria que ele autorizasse a anulação e o cumprimento dessas Emendas Parlamentares para que o Prefeito Carlinhos Camurça – em que eu era o seu Vice, no ano anterior, – eu renunciei da Vice-Prefeitura para ser Deputada Estadual, para que cumprissem os convênios com o Município de Porto Velho e pedi, também, cargo – àquela época, eu pedia para o Governador que eu precisava ter ali o prestígio político. Eu precisava estar junto com ele.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Quais os cargos que a senhora pediu?

A SRA. ELLEN RUTH – À época, eu pedi a Ciretran. Não nos foi concedida a Ciretran, e eu participei da indicação da Comandante da Polícia Militar, inclusive a primeira mulher a comandar uma Polícia Militar no Estado Federativo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – O Governador, então, atendeu o pedido da senhora?

A SRA. ELLEN RUTH – Atendeu a participação para a nomeação da.....

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – E quanto à liberação – qual o valor das emendas orçamentárias da senhora?

A SRA. ELLEN RUTH – Àquela época, nós falávamos com o Governador para que ele liberasse pelo menos 50 mil emendas mensais porque os Deputados, no ano de 2003, tinham Emendas de R\$1.000.000,00 por ano. A partir de 2004 e 2005 foi que nós criamos um milhão de emendas individuais e 500 mil de emendas coletivas mas em 2003, era um milhão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – E essas emendas eram individuais?

A SRA. ELLEN RUTH – Só tinha emendas individuais.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – E elas eram no valor de R\$50.000,00 – todas elas?

A SRA. ELLEN RUTH – Era isto que nós questionávamos – 50 mil emendas mensais.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Mas as emendas, necessariamente, não têm o valor de R\$50.000,00, não é?

A SRA. ELLEN RUTH – Não. As emendas são picadas – têm emendas de 20, de 30, mas nós pedimos.....

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Lá se pode ofertar quantas emendas individualmente ao Orçamento – o valor a senhora já disse: de R\$1.000.000,00.

A SRA. ELLEN RUTH – Isto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Mas são quantas emendas que podem totalizar ou podem ser quantas emendas que o Parlamentar quiser?

A SRA. ELLEN RUTH – Quantas emendas o Parlamentar quiser apresentar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – As emendas, então, costumam ser menores que o valor de R\$50.000,00?

A SRA. ELLEN RUTH – Sim – R\$15.000,00, R\$20.000,00. Isto não tem na nossa legislação – no Regimento Interno: nada que obrigue que a emenda tenha um valor carimbado – que seja de 30 mil ou de 40 mil ou de 50 mil. Depende do Parlamentar em cima do seu trabalho na comunidade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – O Governador diz o seguinte: que a senhora – e, também, os outros dois Deputados – sugeriu, inclusive a fórmula pela qual ele poderia pagar esse mensalão, que seria o superfaturamento desses postos de vigilância que são terceirizados e, com isso, sobriariam os 50 mil mensais para acertar com 10 Deputados Estaduais. Então, sobriariam uns R\$500.000,00, mensalmente, se ele superfaturasse pelo menos 250 postos terceirizados de vigilância. A senhora confirma isto?

A SRA. ELLEN RUTH – Não. O que foi conversado com o Governador, Sr. Senador, foi tão somente se ele tivesse o bom-senso de ter uma economia de 250 postos desnecessários, naquele momento, ele teria condições de ter a Bancada de sustentação na Assembléia, onde cada Deputado gostaria de ter suas emendas cumpridas. Era esse o contexto da nossa conversa no final de junho.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas em relação a esses postos de vigilância o que é que foi dito a respeito?

A SRA. ELLEN RUTH – Existia uma licitação no Estado de Rondônia em cima dos postos, onde o Tribunal de Contas atestou inclusive dos postos-fantasmas, existiam postos-fantasmas. Mas o Tribunal de Contas só atestou isso posterior. Agora, as denúncias chegavam na Assembléia de postos-fantasmas. Foi quando o Deputado Ronilton, com a conversa com os Deputados, ele fez um cálculo de quanto que o Governador poderia economizar nesses postos e, em contrapartida, repassaria para cada Deputados as suas Emendas Parlamentares que estavam previstas no Orçamento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então a proposta foi: o senhor diminui o número de postos, não é ampla, não, não é?

A SRA. ELLEN RUTH – Não. Diminui.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Diminui o número de postos...

A SRA. ELLEN RUTH – Sim, senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E aí o senhor vai economizar. Esses postos são fantasmas. O senhor está praticando corrupção. A conversa com o Governador foi nesse nível?

A SRA. ELLEN RUTH – O que foi dito foi exatamente isso. Eu não consigo lembrar, Senador, de detalhes porque ainda não tive acesso à fita. No dia 13 de maio, nós requisitamos as fitas na Justiça. Dia 13 de maio. Hoje já são 14 de junho, até o presente momento nós ainda não tivemos acesso às fitas, tão-somente as que foram manipuladas, editadas e vinculadas no Programa **Fantástico**.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Numa dessas aparece V. Ex^a dizendo o seguinte ao Governador e perguntando ao colega Ronilton: “O que foi quando você conversou ontem com o Ivo? O que deu os 250 postos? – Estou colocando do jeito que está perguntado – Daria quanto isso?” E o Ronilton responde: “Sobriariam 500 mil para dar a 10 Deputados”. E o Governador pergunta aos senhores dois: “Mas vamos dizer o seguinte: vamos dizer que eu não consiga viabilizar os 50 mil pra cada um. Tá. Quer dizer então que eu não tenho como fazer nada”. E aí a senhora responde: “Não. Aí você vai nos dizer quanto você tem, quanto você pode viabilizar”. A senhora confirma esse diálogo?

A SRA. ELLEN RUTH – Esse diálogo ainda não vi na fita. Esse diálogo, pelo menos não no que passou no **Fantástico**, tá com todas essas perguntas e respostas que o senhor está agora me relatando. Eu digo o seguinte...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Essa é a gravação do **Fantástico**.

A SRA. ELLEN RUTH – Não... então essa parte nós não tivemos. Nós tivemos acesso ao **Fantástico** dizendo o seguinte: Ronilton, que é que você com o Ivo ontem? Ele fala: “250 postos”. O que representa 250 postos? Ele fala: “500 mil, que dá para manter por dez Deputados” em cima das emendas, Senador, por quê? Na noite anterior, o Deputado Ronilton Capixaba havia reunido com os Deputados e havia dito àquela época quanto que Ivo poderia economizar se não tivesse todos aqueles postos ali criados. Por quê? O que é que o Governador dizia? Que ele não tinha orçamento nem o financeiro para cumprir as Emendas Parlamentares. Ainda dizia mais para a imprensa local: “Deputado não entende do que a comunidade precisa. Quem sabe do que a comunidade precisa são Prefeitos e o Governador”.

Agora, nós íamos dar um apoio ao Governador e não teríamos pelos menos as nossas emendas cumpridas? Nós não teríamos pelo menos prestígio político

de cargos indicados na Administração? Quer dizer, a via só era a ida. O Governador mandava os projetos pra Assembléia e eles eram aprovados do jeito que ele queria, da maneira que ele desejava. Só que nós temos o compromisso com a nossa comunidade, e eles nos pressionam.

Senador Amir Lando, Senadora Fátima Cleide, que é da região, o próprio Deputado Federal sabe...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A senhora...

A SRA. ELLEN RUTH – ... o quanto que a comunidade nos cobra. Por quê? Nós vivemos uma realidade diferente. Nós somos um Estado pobre...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A senhora pode dizer o seguinte...que nesse momento que a senhora falou pro Governador: “O senhor tem que dizer quanto é que pode liberar. O Governador diz que é “mensalão”, V. * teria se levantado e dito: “É o seguinte, Governador. Nós não podemos sair daqui com uma conversa, por exemplo. O senhor falou ‘não posso viabilizar isso aqui’, eu vou levantar e falar: Então, tá bom. Tchau”.

O Ronilton disse isso para o Governador?

A SRA. ELLEN RUTH – Senador, eu não me recordo assim de detalhes da conversa. Agora, eu digo o seguinte para o Senhor: os Deputados queriam emendas, queriam cargos. Se o Governador que tem o poder de executar, de anular alguns empenhos e poder ter tanto o orçamento quanto o financeiro, para ter uma base de sustentação, se ele afirma que não pode cumprir 50 mil emendas, ele tem que dizer se ele pode cumprir um outro valor. Agora, nós precisamos trabalhar em prol do nosso Estado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas a senhora disse o seguinte. Veja só: se a senhora estava conversando com o Governador acerca de emendas, V. Ex^a desviou então uma conversa que teve com o Governador, porque V. Ex^a afirmou. A senhora disse para o Governador que ele recebia do Orçamento, ou seja, V. Ex^a quando pedia Orçamento falava que o Governador recebia por fora. Olha o que disse V. Ex^a: “Ninguém está comprando ninguém. Ninguém está comprando ninguém – repetiu. Porque, dentro do Orçamento do Estado, você está levando o seu como executor”. Quer dizer, então V. Ex^a está dizendo que ele era corrupto, que ele estava levando o dele como executor.

V. Ex^a pode dizer o que quis dizer. Se era uma pessoa que estava roubando do Estado, V. Ex^a pode dizer o que quis efetivamente dizer com essa frase?

A SRA. ELLEN RUTH – Pois não, Senador. Hoje, Senador, hoje eu tenho documentos que dizem e que provam que hoje o Governador – eu não tenho só de-

núncias de ouvir dizer, de corredores, que houve apropriação indébita, que dinheiro do Governo foram desviados. Àquela época eu não tinha, só de ouvir dizer.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas V. Ex^a disse para ele: “O senhor é corrupto. Você é corrupto”.

A SRA. ELLEN RUTH – Não, senhor, Senador. Eu disse exatamente isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – “Ninguém está comprando ninguém. Porque, dentro do Orçamento do Estado, você está levando o seu como executor.”

A SRA. ELLEN RUTH – Sim, senhor

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, estava dizendo para ele que ele era corrupto.

A SRA. ELLEN RUTH – Eu gostaria, se o senhor me permitir...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pois não.

A SRA. ELLEN RUTH – De responder. Eu me lembro exatamente, porque isso foi um trecho que saiu no Fantástico. Ele foi tão maldoso, ele concretizou exatamente a ameaça. Ele disse que ele estaria editando uma fita que acabaria a minha vida política. E ele cumpriu. Ele cumpriu, pelo menos na cabeça dele.

Como eu tenho a frase: que a verdade vem sempre atrás da mentira, graças a Deus que eu estou tendo a oportunidade de, hoje, sentar e conversar com os Senadores.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu posso ler para a senhora o trecho todo?

A SRA. ELLEN RUTH – Pois não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A Deputada Ellen Ruth insinua que o Governador também está recebendo o dele.

Ellen: “Ninguém tá comprando ninguém. Ninguém está comprando ninguém, porque, dentro do Orçamento, você – Ivo Cassol – está levando como executor”.

Ele diz: “Eu não”.

Aí a senhora responde: “Então, tá. Alguém leva, tá bom? Então, tá. Alguém leva”.

Ele responde: “Eu tô ao contrário”.

E a senhora insiste: “Mas aí alguém leva como executor, porque isso é de praxe. Você não vai consertar o mundo. Nós não vamos consertar o mundo”.

“Só um minutinho” – ele tentou interromper a senhora.

Só para acabar o meu raciocínio.

“Não adianta nós dizermos para eles, os Deputados, por exemplo – a senhora até disse – não adianta nós dizermos para eles, por exemplo, para os Deputados que isso não acontece na tua administração, por-

que eles não vão acreditar. Está certo? Não adianta, eles não vão acreditar”.

Então, a senhora diz a ele. Tem corrupção, alguém leva, se o senhor não está levando, aliás, o tratamento que a senhora usa é até mais íntimo – você não está levando, mas alguém tem está levando, porque isso é praxe. Como é que vou chegar e dizer para os Deputados que o Executivo leva, alguém leva e nós não levamos? Quer dizer, no contexto está dessa forma.

A SRA. ELLEN RUTH – Senador, eu gostaria de responder a primeira pergunta do senhor, quando o senhor leu o primeiro trecho, dizendo que ele leva o dele como executor – não foi isso o que o senhor me falou?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ninguém está comprando ninguém. Ninguém está comprando...

A SRA. ELLEN RUTH – Ninguém está comprando ninguém.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Porque, dentro do orçamento do Estado, você está levando o seu como executor.

A SRA. ELLEN RUTH – Ok. Naquele momento, o contexto da conversa não é como ele estava querendo encaminhar. Quando eu disse, Senador, que ninguém compra ninguém, ele entende, ou entendia àquela época, que o Deputado não precisa barganhar emendas nem cargos para aprovar projetos de interesse do Estado de Rondônia.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeito.

A SRA. ELLEN RUTH – Isso é o que se prega, mas não na prática. Há pouco tempo vimos que as emendas que foram liberadas na Câmara para que se tenha sustentação dentro da Câmara de Deputados.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E a senhora acha isso correto?

A SRA. ELLEN RUTH – Não estou aqui questionando o que é certo e o que não é. Tenho as minhas emendas. Preciso trabalhar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É o que a senhora disse aqui: isso é de praxe. É o que a senhora diz.

A SRA. ELLEN RUTH – É de praxe os Parlamentares quererem suas emendas cumpridas...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Para darem apoio ao Governador.

A SRA. ELLEN RUTH – ...terem cargos para darem apoio ao Governador. Era nesse contexto que eu estava conversando com o Governador Ivo Cassol.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A senhora, então, conclui o raciocínio e diz ao Governador: – Você é empresário, você sabe. Se você não

fosse político... O empresário dá suporte ao político, mas depois ele tem que trabalhar. É uma via de mão dupla. Esquece o teu lado de Governador, o teu lado empresário. O empresário, quando apóia o Ronilton Capixaba, ele apóia porque, quando o Ronilton estiver na Assembléia, ele quer obra. Ele quer obra. Não é isso?

A SRA. ELLEN RUTH – Quando falei exatamente essas palavras para o Governador, eu estava tentando explicar ao Governador que o empresário, quando dá sustentação – e é legal, hoje temos uma figura chamada bônus –, repassa-nos, através de bônus, ajuda para a nossa campanha política.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas a senhora não estava discutindo reforma política ou doação de campanha para o Governador.

A SRA. ELLEN RUTH – Não, senhor. Não, senhor. O que eu estava dizendo ali, Senador, é que existiam denúncias de direcionamento de licitações. E os empresários clamavam em querer trabalhar. E é justo. A cada empresário que apóia o político, seja ele em que esfera for, municipal, estadual ou federal, ele quer ter o respeito quando o político que ele apoiou estiver em seu mandato. Ele precisa ter condições de ter, pelo menos, acesso às licitações.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ou seja. Acesso à licitação?

A SRA. ELLEN RUTH – A concorrer, a concorrer. Não estava nem conseguindo concorrer nas licitações, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas a senhora não estava interferindo em licitações, estava interferindo em orçamento.

A SRA. ELLEN RUTH – Não, nem tenho empresa. Não tenho nem empresa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas intermediando para algum...

A SRA. ELLEN RUTH – Não, nunca intermediei.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Porque o empresário deixa de ser financiador de campanha e passa a ser, o contribuinte passa a ser financiador.

A SRA. ELLEN RUTH – Não, nunca intermediei. Nunca intermediei, Senador. As denúncias que chegavam na Assembléia é de que os empresários não estavam tendo acesso às licitações para concorrer nas licitações, porque as licitações era cartas marcadas. Agora, eles chegavam, falavam, mas não traziam as provas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas a senhora nesse dia não estava discutindo isso com o Governador.

A SRA. ELLEN RUTH – Eu estava discutindo que ele precisa cumprir as emendas para ter o apoio político. Era isso que estávamos conversando com o Governador Ivo Cassol.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Há um outro trecho em que a senhora, num outro programa, diz o seguinte: “Não pode esse valor. Não podemos sair daqui dizendo para eles que simplesmente isso não pode e que eles precisam repensar. Não vamos chegar em canto nenhum. Minha sugestão é: não pode, reúne com o teu pessoal, com o teu pessoal vê o que pode. Posso passar isso dia tal” – orçamento não funciona assim, a senhora sabe; em emenda não funciona “posso passar isso dia tal” – “para a gente ter uma proposta concreta para eles? Porque, a cada cinco minutos, eles ligam pra o Ronilton, ligam pra gente e começa a gerar até, assim, além da expectativa. Não tenha dúvida, somos seres humanos”.

A SRA. ELLEN RUTH – Sim... Eu digo o seguinte nesse contexto, Senador, exatamente o que eu quero falar para o Governador: Governador, a cada cinco minutos, os Deputados ligam, eles sabem que nós estamos em reunião com o senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ligavam naquele momento?

A SRA. ELLEN RUTH – Não, mas eles ligam, Senador. Eles ligam querendo saber se o Governador cumpre a emenda, se o Governador vai nomear cargo e quando serão nomeados os cargos.

Então, nesse contexto é que eu estava falando com o Governador. Nós estávamos ali, o tempo inteiro, conversando e buscando uma maneira de ter o que os Deputados estavam questionando e de direito, que é o cumprimento de suas emendas, e cargos. Agora, dentro do Estado de Rondônia, quase todos os cargos... Hoje, lá, é um nepotismo. Quase todos os cargos são preenchidos por familiares do Governador, direta ou indiretamente. Quando não é Mesomo, é Crisóstomo ou é Cassol.

Nós estamos na Assembléia, votamos...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A senhora foi eleita por que Partido?

A SRA. ELLEN RUTH – Pelo PSDB.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E continua?

A SRA. ELLEN RUTH – Eu saí do PSDB em fevereiro de 2003.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A senhora foi eleita quando?

A SRA. ELLEN RUTH – Em outubro de 2002 e saí em fevereiro de 2003.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Antes de assumir o mandato...

A SRA. ELLEN RUTH – Fevereiro de 2003. Assumi o mandato dia 1º de fevereiro, Senador. Eu saí em fevereiro. Se eu não tiver enganada, 17 de fevereiro.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Logo após a abertura dos trabalhos legislativos.

A SRA. ELLEN RUTH – Logo após.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A senhora foi apoiar o Governador?

A SRA. ELLEN RUTH – Se eu apoiei o Governador na campanha?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não, em seguida, quando a senhora mudou de Partido, a senhora foi para a Base do Governador?

A SRA. ELLEN RUTH – Eu não conseguia trabalhar com o Governador. O Governador não nomeava os cargos e não cumpria as emendas que tinha para Porto Velho.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A senhora mudou de Partido e continuou sendo Oposição ao Governador?

A SRA. ELLEN RUTH – Não, eu não era Oposição ao Governador. Eu votava e era isso que as bases questionavam. Você vota com o Governador, e nós não temos o trabalho político da Deputada. E eu não tinha. O meu trabalho é um trabalho social. Eu trabalho com creches, eu trabalho com a comunidade, porque era assim o meu trabalho como Vereadora e, como Deputada Estadual, eu não consegui até hoje..

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Quando foi que a senhora rompeu com o Governador?

A SRA. ELLEN RUTH – Não houve um rompimento. Eu me pronunciei por não concordar com a forma arbitrária e unilateral que ele estava administrando.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Quando foi isso?

A SRA. ELLEN RUTH – Em fevereiro. Só não preciso a data, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Já em fevereiro de 2003?

A SRA. ELLEN RUTH – Fevereiro de 2003. Eu falei para o senhor.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E a conversa... Não, a senhora disse que mudou de Partido. Rompimento com o Governador...

A SRA. ELLEN RUTH – Não, a partir do momento que eu pedi para sair do Partido, por não concordar com a forma de ele administrar, a partir daquele momento, não houve uma ruptura, porque eu continuei votando.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A gravação aconteceu em junho de 2003?

A SRA. ELLEN RUTH – Final de junho de 2003. Com certeza, porque foi quando eu estive com o Governador. As outras vezes era em solenidades.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas V. Ex^a disse que rompeu com o Governador, mas, ao mesmo tempo...

A SRA. ELLEN RUTH – Não, não disse que rompi com o Governador. Eu disse que, em fevereiro, eu pedi para sair do Partido do Governador por não concordar com sua forma unilateral de querer administrar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ainda há pouco perguntei, e a senhora ainda disse: rompi com ele, assim que saí do Partido. Pois muito bem, a senhora não rompeu com o Governador?

A SRA. ELLEN RUTH – É porque votava...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Nem estava do lado dele?

A SRA. ELLEN RUTH – Não, mas eu votava. Por exemplo, se o senhor buscar na Assembléia a votação dos projetos, eu voto, porque também como é que eu vou dizer para a comunidade que eu votar tudo não, só porque eu ainda não consegui ter, na verdade, um apoio político do Governador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Em algum momento desse mandato, V. Ex^a apoiou o Governador? Em algum momento? A partir de junho de 2003, a senhora apoiou o Governador?

A SRA. ELLEN RUTH – Não, eu sempre fiz pronunciamentos da tribuna de denúncias, requerimentos. Eu fui Relatora no ano de 2003, Senador, a respeito daquela greve, Senadora Fátima Cleide, que teve do Sentero. Não sei se a senhora se recorda, no ano 2003, o Sentero deflagrou uma greve e começou um impasse. O Governador dizia que não tinha dinheiro para cumprir o aumento salarial, e o Sentero afirmava que tinha recursos desde que o Governador economizasse e não desperdiçasse verbas públicas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E quando foi que a senhora rompeu com o Governador definitivamente? Partiu para uma oposição declarada...

A SRA. ELLEN RUTH – Não houve assim... Eu sempre fiz, Senador, oposição ao Governador. Sempre usei a tribuna...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas a senhora disse que não rompeu com ele.

A SRA. ELLEN RUTH – Não, olhe bem, eu estou dizendo o seguinte para o senhor: nunca tive um rompimento com o Governador para não votar nenhuma matéria com ele. Eu votei várias matérias com o Governador e não estando mais no Partido dele. Porque quando eu saí do Partido dele eu voltei para o meu Partido anterior, que era o PP na época.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Está bom. Para mim, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Pergunto se os demais Senadores gostariam de fazer perguntas.

Senador Augusto Botelho...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – A senhora falou que eles iam tirar 250 postos de vigilâncias. Que postos de vigilância são esses que gastam R\$500 mil, se eles são 250? Como é que é isso? Me explique. E se é do Estado mesmo, ou se são várias empresas, como é que é essa coisa, como é que funciona isso?

A SRA. ELLEN RUTH – O Tribunal de Contas relatou, Senador, que havia na ordem de 30,78% dos postos que faziam parte da licitação com a Empresa de Vigilância Condor, que esse contrato todo importava em mais ou menos... não tenho preciso na minha cabeça, Senador, mas mais ou menos 10 milhões de reais. O Tribunal de Contas afirma que 3 milhões e alguma coisa, 3 milhões e 200 – agora assim preciso eu não tenho –, teria que devolver aos cofres porque aquilo ali eram postos fantasmas. Ora, se ali o Tribunal de Contas está afirmando, e ele diz que não tem recursos financeiros nem orçamentários para cumprir as emendas parlamentares, o Deputado Ronilton Capixaba fez um cálculo: se 250 postos somam R\$500 mil, por que com R\$500 mil o senhor não pode? Não pode ter 10 Deputados em sua Bancada de sustentação, liberando R\$50 mil de emendas, que era o que os Deputados à época estavam requerendo para ser da Base de sustentação do Governador.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Deputada Ellen Ruth, os postos eu até agora não entendi, se eram postos de vigilância sanitária...

A SRA. ELLEN RUTH – Eram postos de segurança, Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Mas isso não é uma necessidade pública de existirem os postos?

A SRA. ELLEN RUTH – V. Ex^a sabe, existem controvérsias. No dia 1º de janeiro do ano de 2003, quando nós todos tomamos posse, fomos para a transmissão do cargo do Governador, que foi no Palácio Getúlio Vargas, e muito me estranhou: quando cheguei para a transmissão do cargo, já não encontrei mais a guarda armada da Polícia Militar, o policial militar. Ali, Senador, já havia a presença da vigilância da Empresa Condor, e a imprensa local àquela época já questionava: como é que já há vigilante armado no Palácio Getúlio Vargas no dia 1º de janeiro? E ele disse exatamente estas palavras: “Isso é cortesia da empresa”.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Qual é a empresa, Deputada?

A SRA. ELLEN RUTH – Condor, Senadora, a empresa era a Condor.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – A senhora saberia dizer quem é o proprietário dessa empresa?

A SRA. ELLEN RUTH – A Empresa Condor, bem, eu acho, eu nunca vi a razão social, mas quem sempre está na empresa Condor é o empresário Aires do Amaral e o Presidente do PSDB do Estado de Rondônia, que é o ex-Deputado Federal Expedito Júnior. Agora, eu não tenho, assim, conhecimento da razão social da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Deputada, em algum momento houve atendimento a seu pleito – à liberação de emendas, atendimento a cargos, em algum momento o Governador atendeu V. Ex^a?

A SRA. ELLEN RUTH – Eu tive a liberação quase... Eu não preciso agora data, eu não preciso a data... Ele conversou que ele poderia, ele autorizaria a anular as emendas de Deputados que não foram reeleitos para Porto Velho. Por quê? Porque minha preocupação era entrar em conflito com Deputados de outras regiões e, como sou de Porto Velho, eu queria que as emendas anuladas fossem as de Porto Velho, porque outros Deputados de outros Municípios estão sendo companheiros nossos naquela Casa.

Ele pediu que eu fizesse a anulação, que era para a reforma do prédio do 1º Batalhão, só que, na hora em que seria concretizado, ele disse que não poderia, que era para eu colocar como emenda para o ano de 2004. Eu acreditei, Senador Sibá, e coloquei a emenda para a reforma do prédio do 1º Batalhão na Major Amarantes, porque aquilo era um prédio histórico, dentre outras emendas minhas. Tive 1,5 milhão de emendas do ano de 2004 que o Governador sequer cumpriu. Ele nunca cumpriu emenda minha. Nunca. Não tenho, na verdade, o que dizer para o meu eleitor. Exceto no que ajudo, não tenho uma obra sobre a qual eu diga que estive com o Governador, participei da assinatura do convênio, a emenda é minha, mas a execução é do Governador. Não tenho isso.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Outra pergunta. V. Ex^a tem alguma informação da existência ou não do repasse do chamado – a palavra é vulgar – “mensalão” de uma contribuição extra para Parlamentares? Que Parlamentares seriam esses? Quem fazia essas conversas?

A SRA. ELLEN RUTH – Senador, nunca ouvi, até pouco tempo, nem esse nome “mensalão”. Fui ouvir esse nome “mensalão” agora, há pouco tempo.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Agora, aqui. Popularizou aqui.

A SRA. ELLEN RUTH – Popularizou aqui no Congresso esse nome “mensalão”. Agora, sobre todas as conversar em que estive com o Governador Ivo, estou à disposição até para uma acareação. Que ele diga que a Deputada Ellen Ruth pediu dinheiro e que ele deu dinheiro para a Deputada Ellen Ruth, que ele diga qual foi a empresa, se foi ele ou se foi mensageiro. Senador Sibá, tenho a consciência tranqüila, nunca pedi dinheiro para ele e nunca recebi dinheiro dele. Não consegui ter nem as minhas emendas. Neste ano, as emendas ele também não cumpriu.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Nos discursos que foram veiculados na fita da **TV Globo** mostravam um pronunciamento de V. Ex^a muito forte contra o Governador, pronunciamentos bastante acirrados. V. Ex^a acaba de nos dizer que nunca teve um rompimento definitivo com o Governador. Por que essa relação diferenciada?

A SRA. ELLEN RUTH – Não é relação diferenciada. Ele nos colocava na parece em relação à comunidade. Ele ia, por exemplo, ao Município de Cacoal para dizer que o projeto que estava lá, que tinha um benefício para o Município de Cacoal, estava engavetado na Assembléia porque os Deputados não votavam. Ele ia a minha região de Porto Velho e dizia que a emenda não estava sendo cumprida, porque os Deputados não estavam ali aprovando seus projetos. Tinha hora que a comunidade me pressionava e eu era obrigada a votar. Eu votava, mas não deixava de ter meus pronunciamentos. Aquilo que eu via que não era de interesse da população do Estado de Rondônia, eu não votava, Senador Sibá. Primeiro, não fui eleita por ele, fui eleita num Partido em que ele também estava. A exemplo de mim, éramos iniciantes no PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Mas então a relação de V. Ex^a com o Governador sempre foi de atrito? Nunca foi saudável?

A SRA. ELLEN RUTH – Eu não conhecia o Governador Ivo antes de 2003. Eu não o conhecia. Ele era de Rolim de Moura. Eu só tinha ouvido dizer sobre a forma de administrar no Município de Rolim de Moura, que, inclusive, está gerando essa denúncia do Ministério Público Federal, de que foi autorizado pela Relatora – a Deputada Ellen Ruth – a liberação para que, caso o STJ acate a denúncia, ele seja afastado para que possa responder sem estar no cargo, conforme prevê a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Uma última pergunta, Deputada. O fato de se tomar conhecimento por meio de terceiros de boatos de que o Governador tinha uma fita que incriminava ou

que geraria uma grande polêmica com Parlamentares da Assembléia Legislativa. Isso veio à tona por conta da votação do pedido de cassação do governador ou foi o contrário. Ou seja, toda essa animosidade é porque se temia que o governador poderia ter uma fita bombástica ou é porque o governador estava, digamos assim, acuado por conta de uma possível cassação do seu mandato.

A SRA. ELLEN RUTH – Senador, eu afirmo o seguinte. O Governador usou dessas fitas para tentar brear o processo que tramitava naquela Casa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E ele conseguiu?

A SRA. ELLEN RUTH – Ele conseguiu porque só 13 Deputados votaram. E teria que ter 16 votos, e só eram 13 votos. E precisava de 16 para que tivesse admissibilidade daquela denúncia. Então, aquele processo foi arquivado. Ele conseguiu o intento dele. Agora, aquilo que eu disse para o Senador Relator...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a compareceu à reunião de votação do processo?

A SRA. ELLEN RUTH – Não, Senador. Eu estou afastada. Inclusive afastada, e isso que me pergunto, Senador, a poucos é dado o direito de ampla defesa. Essa ampla defesa nós os Deputados não tivemos até então.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Quantos Parlamentares foram afastados?

A SRA. ELLEN RUTH – Sete.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – E precisavam de 16, maioria absoluta.

A SRA. ELLEN RUTH – Tem que ter maioria absoluta, 16 votos, somos 24.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Ou seja, as chances de dar **quorum** eram mínimas. Precisavam de 16 e 7 já estavam afastados, os suplentes não tomaram posse. O **quorum** para garantir afastamento é de 16; 7 estavam afastados e os suplentes não assumiram.

A SRA. ELLEN RUTH – Senador, não é o afastamento. Naquele momento, o processo ainda estava em fase de admissibilidade, não afastamento do Governador. Em admitir, se fosse admitida a culpabilidade ou admissibilidade da denúncia que era o não-cumprimento do orçamento no ano de 2004 com a Assembléia, Tribunal de Justiça, Ministério Público, ele então...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Existe contra o Governador do Ministério Público um processo por conta da administração na Prefeitura de Rolim de Moura e não enquanto Governador. Qual foi o processo então que estava sob julgamento?

A SRA. ELLEN RUTH – Mas esse foi aquele que a Assembléia liberou. Eu fui relatora desse.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – E foi liberado?

A SRA. ELLEN RUTH – Foi liberado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Mas aquilo que foi então arquivado agora foi o quê?

A SRA. ELLEN RUTH – Foi uma denúncia de um cidadão comum...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – ... execução fiscal do período 2003, é isso?

A SRA. ELLEN RUTH – De 2004. De o Governador não ter cumprido o orçamento de 2004 com os poderes, que era o quê? Em dezembro de 2003, a Assembléia votou o orçamento para 2004, o Governador sancionou, publicou no **Diário Oficial** no final de dezembro de 2003 o orçamento para 2004. Quando foi no dia 5 de janeiro, ele editou um decreto, ele fez um novo orçamento. Ele contingenciou o orçamento. Ele não mais acatou o que tinha sancionado. Aí ele diminuiu recurso sem obedecer a Lei de Responsabilidade Fiscal e sem ouvir os Poderes. Isso em janeiro. Isso é o processo que estava tramitando na Casa e que não teve a sua admissibilidade porque apenas, se eu não estiver enganada, foram 13 votos a favor da admissibilidade, mas precisava, Senador, de 16 votos.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Nobre Relator, nobre Senador Demóstenes Torres, eu gostaria de ouvir da depoente, em primeiro lugar, ela esteve na casa do Governador no encontro junto com o Deputado Renilton Capixaba e Daniel Neri em junho de 2003. Era o primeiro mandato, conseqüentemente, ela teria ido tratar de liberação de emendas. Mas quais são essas emendas? Não havia emenda alguma, porque era o primeiro mandato. Não havia emenda alguma da nobre Deputada. De quais emendas exatamente V. Ex^a foi tratar?

A SRA. ELLEN RUTH – Eu respondi, sim, Senador, mas tenho o maior prazer em responder novamente a V. Ex^a. Eu disse que as emendas não eram de minha autoria, porque, em 2002, eu ainda não era Parlamentar; naquela época, eu era Vice-Prefeita do Município de Porto Velho. Sugeri se eu poderia pedir a anulação das Emendas Parlamentares dos Deputados que não haviam sido reeleitos pelo Município de Porto Velho. E nomeiei. Eu estaria anulando as emendas do Deputado Mauro Nazif, que não foi candidato a Deputado Estadual, mas a Governador e não foi eleito; e do Deputado Ramiro Negreiro, que também não foi eleito Deputado Estadual. E registrei a minha preocupação.

Eu estaria anulando Emendas de Parlamentares que não foram eleitos mais do interior do Estado e entrando em conflito com os Deputados dessas bases.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Foi exatamente isso que eu não entendi, nobre Deputada. Não se tratava de um pedido de anulação das emendas. Ao contrário. Seria um pedido de liberação das emendas dos outros Deputados, porque se se anular a emenda, não há mais o recurso, não há mais o que liberar.

A SRA. ELLEN RUTH – Não, Senador. Lá, temos um dispositivo que você pede a anulação e você transfere para o seu nome. Eu tive uma emenda assim, da ordem de quinhentos...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Mas sem projeto? Sem apresentação de projetos?

A SRA. ELLEN RUTH – Não, não. Apresenta o projeto. De R\$500 mil destinados à maternidade municipal.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Não entendi a questão exatamente por esse aspecto. Já fui Deputado Estadual. Evidentemente, quem rege essa questão das emendas, fundamentalmente, é a própria Constituição Federal, que abriu essa janela para que Deputados Federais, Senadores, Deputados Estaduais e Vereadores pudessem influir na disciplina do Orçamento.

De qualquer maneira, não compreendi essa questão exatamente por isso. Eu queria esclarecer esse ponto, porque a anulação, para mim, é a extinção.

A SRA. ELLEN RUTH – É acabar.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Significa acabar com a emenda. V. Ex^a foi pedir a substituição das emendas dos Deputados Mauro Nazif, no caso,...

A SRA. ELLEN RUTH – Dos Deputados de Porto Velho.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – ... e do Negreiro para o seu... Como essa é outra questão, nem vou entrar no mérito da legalidade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O que é uma bobagem, porque emenda não tem dono.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Não tem dono.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Aprova-se a emenda, e ela não tem dono.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Os Deputados não eleitos... Evidentemente, essa é a lei. Não entrarei nesse mérito. Quero apenas esclarecer esse ponto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Essa é uma corrupção nominada. É preciso analisar a lei do Estado de Rondônia para verificar se isso é realmente permitido. Transferir de novo para quê? Se

você apresentou a emenda, você é o autor da emenda. Agora, acabou. A emenda some da gente. Não temos direito a ter emenda. Eu não tenho emenda. Se eu apresentar uma emenda, a minha emenda acaba.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Esse é um ponto. Creio que, agora, essa questão está esclarecida.

A SRA. ELLEN RUTH – A legislação determina assim.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Ouvi V. Ex^a falar que foi até lá e pediu para anular as emendas.

A SRA. ELLEN RUTH – Não, não.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Anular é exatamente o contrário de tudo...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É substituir a autoria para dar prosseguimento à emenda.

A SRA. ELLEN RUTH – Substituir. Muito obrigada, Senador.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Esse é um ponto. Por outro lado, é importante dizer que V. Ex^a declarou nesta Comissão que não rompeu, mas que fazia uma oposição pontual – vamos chamar assim –, disciplinada, civilizada ou uma oposição mais crescente, conforme o momento. A fita, a gravação mostra um clima amistoso, de intimidade, que eu não tenho com o Governador – quero confessar isso aqui. Nunca rompi; pelo contrário. Tenho ajudado o Estado em vários projetos, em vários pleitos. Não tenho essa intimidade. Quero referir-me exatamente a esse ponto. É possível verificar que a conversa ocorre num clima de absoluta confiança. O que fez V. Ex^a mudar de idéia e de conduta nessa conversa, que parece, como eu disse, íntima, amistosa, de confiança, enfim, com todos esses adjetivos e outros mais que poderíamos acrescentar?

A SRA. ELLEN RUTH – Eu diria o seguinte a V. Ex^a, Senador: íntima, não. Amistosa, sim. Por quê? Não adianta tão-somente eu fazer pronunciamentos e, de repente, não buscar o entendimento. Senão, não consigo trabalhar. Quem executa é o Governador. Eu reivindico. Quais são os dois pontos em que o Parlamentar trabalha? Ele fiscaliza, ele busca o cumprimento de suas emendas parlamentares. É por meio delas que ele obtém, na comunidade, o respaldo político para as suas futuras reeleições. O prestígio político no Governo é obtido quando se nomeiam cargos.

Trabalhei com o Governador Ivo Cassol na eleição. Eu era do PSDB. Condutas do Governador Ivo Cassol com as quais não concordei e a maneira unilateral de administrar, querendo transformar o Estado de Rondônia como se fosse um senhor feudal, não me permiti-

ram mais permanecer no Partido. Ele era a autoridade máxima do PSDB. Eu iria questionar?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a saiu ou foi expulsa do Partido?

A SRA. ELLEN RUTH – Não, Ex^a. Eu não fui expulsa. Eu saí.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a afirmou que não lhe foi mais permitido? V. Ex^a disse que se desvinculou.

A SRA. ELLEN RUTH – Não me permitia, Sr. Senador. Eu não fui expulsa. Nem sei se é verdade que o PP me expulsou, porque eu já havia pedido o afastamento por 60 dias.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a foi expulsa do PP?

A SRA. ELLEN RUTH – Não sei. Até hoje não recebi comunicado – só da mídia, a exemplo das fitas.

Então, o que eu disse foi exatamente isso. Eu não tinha intimidade, mas precisava buscar um entendimento para poder trabalhar. Quem executa é o Governador, é o Chefe do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Gostaria de fazer uma pergunta que esqueci ainda há pouco, Sr^a Deputada. É a seguinte: V. Ex^a e o Deputado Ronilton Capixaba – havia um terceiro, se não me engano –, na fita que a **Globo** divulga, são mostrados em uma conversa bastante à vontade com o Governador. Tanto V. Ex^a quanto os demais falaram, com bastante convicção, que, ao conversar com o Governador sobre dinheiro, estavam referindo-se à Emenda Parlamentar.

A minha pergunta é: estava claro para o Governador que V. Ex^a estava preocupada com liberação de Emenda Parlamentar ou o Governador estava com outra intenção de oferecer dinheiro extra? Era o que eu gostaria de saber. V. Ex^a dizia que estava claro que falava de emenda. Estava claro para o Governador que a conversa era sobre emenda ou havia interesse dele em falar sobre outro tipo de dinheiro?

A SRA. ELLEN RUTH – Sr. Senador, ele tinha o interesse em falar sobre dinheiro, repasse em espécie, eu não estava falando sobre esse assunto com o Governador.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Mas a minha pergunta é a seguinte: para V. Ex^a, está claro. Está dito aqui que estavam falando de emenda. Mas o Governador estava entendendo ou deixava subentender que se tratava de dinheiro extra para ter maioria de apoio na Assembléia?

A SRA. ELLEN RUTH – Não posso responder o que ele pensa. Para mim, é difícil entender o que ele pensa.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não é essa a questão. Na conversa, parecia que as duas partes estavam esclarecidas sobre o assunto?

A SRA. ELLEN RUTH – Entendo que sim, porque frisávamos o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – E qual era o interesse nessa fita ser divulgada?

A SRA. ELLEN RUTH – Eu sei, porque, se V. Ex^a vir, notará que ele capta frases de impacto. Ele pinça essas frases. Quando comecei a depor, disse que ele manipulou e editou aquela fita, mostrando-a à população do Estado de Rondônia e ao Brasil. Mas preocupo-me mais com o meu Estado, pois é por lá que sou eleita, Senador Sibá Machado. É pelo Estado de Rondônia que fui eleita Deputada Estadual, precisamente pelo Município de Porto Velho.

Ele manipulou e editou aquela fita – e foi veiculada – de um jeito que ele diz que nós pedimos e que ele deu dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – É a palavra dele.

Há mais alguma pergunta?

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Há duas ou três perguntas rápidas.

Primeiramente, deixo gravado que, realmente, o Senador Demóstenes, como Relator, colocou umas perguntas. Quer dizer, a conversa havida não foi dissecada. Não foi exaurida a interpretação das palavras, que estão dentro de um contexto que precisaria realmente separar quase que uma por uma, para que pudéssemos entender o que se quis dizer nesse diálogo.

Realmente, a verbalização deixou um pouco ainda obscuro qual era o teor, o sentido profundo dessa conversa, o essencial, porque as palavras revelam, de qualquer maneira, o pensamento, o momento, a idéia. Penso que seria necessário que, se V. Ex^a pudesse, explicitá-lo, separando uma por uma dessas expressões, porque realmente esse diálogo não é confortável.

Imagino que esse diálogo foi feito de forma que a conversa já havia ganhado um nível de intimidade. Conversa vem, conversa vai e, de repente, alguém faz um comentário num contexto um pouco diferente.

Se pudesse explicar um pouco mais exatamente o texto lido pelo Relator a todos nós, Senadores, para firmarmos uma convicção mais clara do que ocorreu, seria interessante.

Pergunto se, em algum momento, o Governador falou em propina. Vamos falar assim. O tema é este: propina. Não é a liberação de emendas. Disse que poderia pensar ou resolver algum problema de algum Deputado em dinheiro?

A SRA. ELLEN RUTH – Senador, eu gostaria de pedir a colaboração. Ainda não vi a fita.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – O texto está aqui, se o nobre Relator quiser passá-lo.

A SRA. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O texto está.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – É uma degravação do que saiu no Fantástico.

A SRA. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu sei. OK. Mas ainda não tive acesso à fita. Creio que é um... Não quero nem dizer direito. Vim a esta Comissão, respeito, porque entendo que precisamos começar a elucidar o que está acontecendo no Estado de Rondônia. Mas ainda não tive acesso à fita. Preciso ter acesso à fita. No dia 13 de maio, eu disse isso aqui. No dia 13 de maio, quando começaram rumores que se estavam propagando desde o dia da liberação do Governador para o STJ de fita, fita, fita. Ora, apresenta as fitas! Pedimos, então... Eu pedi, por intermédio de advogado, que o Governador entregasse em juízo qualquer fita de vídeo ou de áudio sobre a Deputada Ellen Ruth e 21 Deputados fizeram o mesmo pedido em juízo. Apenas os três Deputados do Partido do Governador é que não requereram as fitas em juízo. Mas os 21 as requereram. Então, ainda não tive, Senador Amir Lando, acesso à fita. Vi no Fantástico.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Não digo fita. Apenas queria interromper, se me permite, nobre Presidente. Evidentemente, não estou discutindo o teor da fita, mas o teor dessa conversa que foi degradada e o Senador Demóstenes Torres leu. Quando falei, até me atrapalhei com a palavra dissecar. Quer dizer, é como temos que dissecar termo por termo, exatamente para podermos dar uma explicação, porque essa passagem é muito forte. É quase que uma confissão – quero deixar isso muito claro – de uma participação, no mínimo, ilegal, imoral, ilícita, alguma coisa deplorável, execrável até! Então, é importante que V. Ex^a saiba esclarecer, elucidar esse texto. O restante da fita, contextualizando, poderá fazer, mas esse texto realmente me preocupa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pode até entrar no *site* da Rede Globo, no Programa Fantástico, para ver que ele está lá exatamente desse jeito.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Aqui não há nenhuma montagem. É uma degravação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Realmente está dessa forma.

A SRA. ELLEN RUTH – OK.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – A senhora teria alguma coisa a acrescentar?

A SRA. ELLEN RUTH – Eu disse, Senador, que quando estivemos na casa do Governador, a convite do Governador, porque eu nunca fui à casa do Governador sem ser convidada?

Senador Amir Lando, como é que eu vou à sua residência, um Senador da República, sem ser convidada? Imagine o Governador de Estado.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Mas eu mantenho a minha porta aberta.

A SR.^a ELLEN RUTH – Muito obrigada.

Eu fui à casa do Governador a convite do Governador. Eu não fui à casa do Governador pedir para o Governador nada.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Até aí tudo bem.

A SR.^a ELLEN RUTH – Eu fui à casa do Governador para ouvir do Governador o que ele poderia ajudar para que eu fosse da base de sustentação na Assembléia.

Eu pedi duas coisas: emendas e cargos. Sobre isso, eu falei. Emendas e cargos. Agora, do jeito que o Governador fala ou edita, é o pensamento dele. Senador, a malícia dele é tão grande, que se ele convida Deputado para ir à sua casa e grava Deputado, qual é o interesse dele? É ter o Deputado nas mãos? Não será a Deputada Ellen Ruth que ele terá nas mãos, tanto é que, mesmo com todas as ameaças, Senador, sobre a liberação do STJ, eu fui Relatora. E liberei o Governador para que ele, se assim o STJ acate a denúncia do Ministério Público Federal, ele seja afastado de seu cargo por um prazo de cento e oitenta dias, que é o que prevê a Constituição.

Eu fui a Relatora até que ele apresentou essas fitas editadas e eu fui, então, eu mesma, pedir para sair da Relatoria, porque entendia que estava sob suspensão e a Assembléia Legislativa decidiu nos afastar. Com isso, não mais eu poderia votar, porque se eu tivesse lá eu teria votado pela admissibilidade da denúncia dele, contra ele.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Eu vou fazer um apelo por conta de horário, mas hoje temos um dia muito agitado.

Às dezesseis horas, temos a Ordem do Dia e ainda temos duas pessoas para ouvir. São catorze e trinta e três e queria saber se poderemos suspender a nossa reunião neste momento...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Queria fazer só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Eu não vou encerrar ainda. Só estou consultando se poderíamos nos esforçar de suspender por trinta minutos, dá tempo para fazermos uma refeição e

poderíamos retomar às quinze horas impreterivelmente para dar tempo de esgotar todas as preocupações.

Se assim for a vontade dos demais, poderíamos encaminhar desta maneira.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Nobre Presidente, poderíamos só terminar a oitiva da nobre Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – São catorze e trinta e quatro agora. Quanto mais tempo demorarmos, mais impensado fica. Poderíamos retornar e perguntaria até se a Deputada não...

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Não convém interromper a Deputada.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Então, vamos ser bem breves.

Podemos ouvir as duas últimas perguntas e V. Ex.^a pode responder imediatamente.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Estou satisfeito.

A SRA. ELLEN RUTH – Sim, senhor.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – A minha pergunta pode ser respondida por “sim” ou “não”.

A senhora alguma vez esteve na casa do Governador junto com o Ronilton e o Daniel Neri? Os três conversando no mesmo lugar como aparece naquela fita?

A SRA. ELLEN RUTH – Sim, nós três.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Estiveram alguma vez?

A SRA. ELLEN RUTH – Eu cheguei posterior.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Mas estiveram os três na mesma sala conversando como aparece naquela fita, certo?

A SRA. ELLEN RUTH – Sim, senhor.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – A senhora baseia a sua defesa em que aquela fita é uma montagem?

A SRA. ELLEN RUTH – Eu baseio que aquela fita não é o que estávamos conversando.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Que ela é uma montagem.

A SRA. ELLEN RUTH – Por quê? Porque o Governador quer mostrar para a população do Estado de Rondônia. Ele jogou em mídia nacional, mas na verdade, o interesse dele é acabar com político dentro do Estado de Rondônia.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Certo. Eu estou lhe perguntando assim: a senhora esteve conversando naquela situação daquelas três pessoas e a senhora acha que foi, ou montada, ou foi manipulada a fita.

A SRA. ELLEN RUTH – Entendo que manipulada e, da forma como ele perguntava, ele já estava gravando.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Não, doutora, com relação à fita, a fita que foi apresentada na televisão.

A SRA. ELLEN RUTH – Manipulada.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Quer dizer, se uma perícia disser que foi manipulada, que houve montagem, então o seu argumento é válido, mas se disser que não houve montagem, o seu argumento todo cai por terra.

A SRA. ELLEN RUTH – Aí, Senador, como não vi a fita toda na íntegra, não posso dizer para o senhor do jeito que apareceu na fita e que foi divulgado.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu também não vi a fita na íntegra, não. Estou apenas argumentando com a senhora em relação a isso mesmo, para saber.

A SRA. ELLEN RUTH – Se a perícia disser que tudo que apareceu estava naquele contexto, mesmo assim, eu ainda vou questionar. Eu também estarei providenciando uma perícia, porque é de direito, é a defesa.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – (Fora do microfone)...se aquele ambiente que aparece houve realmente.

A SRA. ELLEN RUTH – E era a casa do Governador, Senador.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Está ok.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Deputada, para encerrar sua pergunta. V. Ex.^a aceitaria uma acareação com o Governador?

A SRA. ELLEN RUTH – Se ele quiser uma acareação para me dizer que me deu dinheiro, e que eu pedi dinheiro para ele, estou à disposição.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, uma última perguntinha. Ela poderá responder sim ou não também. A Senhora não esteve presente na sessão que apreciou o relatório, que seria seu inicialmente, porque estava afastada? Se a Senhora estivesse lá, qual seria a sua posição?

A SRA. ELLEN RUTH – A que estava no meu relatório. O meu relatório era pela admissibilidade da denúncia contra o Governador.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RR) – A Senhora acredita que pode ter ocorrido um acordo entre a Assembléia Legislativa e o Governador do Estado para o arquivamento desse relatório?

A SRA. ELLEN RUTH – Senadora, eu entendo o seguinte: se houve acordo, eu não posso admitir que o PT estivesse fazendo parte dele.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RR) – Parte de acordo nenhum, Deputada. O PT pediu o adiamento da sessão por 5 sessões.

A SRA. ELLEN RUTH – A Senhora me permite responder?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RR) – Pois não. É só para não misturar as coisas.

A SRA. ELLEN RUTH – Eu vou explicar porque eu não gosto de ser injusta, sabe Senadora Fátima. Sou bem justa nas minhas colocações, em cima de meu pensamento, posso até estar errada. As pessoas erram. Eu posso estar errada. Mas, quando eu disse que o PT não participaria de um acordo para arquivar o processo do Governador, eu estou afirmando por quê? Se um Deputado do PT, Senador Amir Lando, tivesse se retirado do Plenário, não teria dado quorum para votar. Porque, para votar qualquer matéria, Senadora, é regimental, temos que ter 13 Parlamentares presentes. Se a Bancada tivesse se retirado, os 4 Deputados do PT, o processo não teria sido arquivado.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – A Senhora acha é fácil hoje jogar a culpa para o Partido dos Trabalhadores, para os 4, quando houve pressão dos deputados lá. Teremos um Deputado deles aqui amanhã para nos dizer isso. É fácil jogar a culpa, quando houve pressão para que fosse realizada a sessão naquele dia. Muito bem. Mas se a Senhora estivesse lá, o seu relatório seria mantido, e a Senhora votaria então pela...

A SRA. ELLEN RUTH – O Presidente da Comissão, Deputada Fátima, que é o Deputado Nereu Clossi, tenho o maior respeito por ele, ele sabia...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Inclusive, ele foi o autor do requerimento para que a sessão fosse adiada.

A SRA. ELLEN RUTH – Mas, a partir do momento...

Bem, uma pergunta de cada vez, não é Senadora? porque senão a gente não consegue ordenar o nosso pensamento. Eu penso o seguinte: Senadora, a senhora me perguntou: a Senhora, acha, Deputada, que houve acordo para que o processo do governador fosse arquivado? Eu lhe respondi: Não acredito em acordo. Por quê? Porque senão o PT estaria fazendo parte daquele acordo. E eu não acredito nisso! Eu não acredito nisso! Porque o PT sempre se posicionou contra o Governador. A senhora entendeu? Aí eu fiz a segunda. A senhora falou para mim: foi o próprio PT que entrou...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Vou entender que a senhora está querendo colaborar com meu raciocínio?

A SRA. ELLEN RUTH – Não, mas eu estou. Ué, não é porque eu não sou do PT, Senadora Fátima, que vou estar sendo injusta conheço o Estado de Rondônia, sou filha de Porto Velho, como a Senhora.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – A senhora pode concluir.

A SRA. ELLEN RUTH – Olhe bem, a senhora disse que os quatro deputados do PT entraram com o pedido de adiamento da votação junto com o Deputado Leudo, porque foram cinco Deputados que propuseram o adiamento da votação. Perderam a votação. Eu teria me ausentado e teria levado comigo mais o que propôs o adiamento. Foi isso que disse. Por isso que não acredito que tenha tido pressão. Eu não acredito na pressão

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Eu só gostaria de esclarecer um ponto que me parece claro. É evidente, teria quatro do PT, e para dar **quorum** de maioria também houve a participação de outros Deputados, no mínimo de mais nove, três da base de apoio do Governador e seis outros que não eram da base de apoio. Então, quer dizer, realmente o que aconteceu aí não está muito claro.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Falta muito para ficar claro.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Mas está muito claro que se houve colaboração poderia haver então de outros Deputados e não necessariamente da bancada do PT. Vou defender o PT, porque o PT foi aguerrido nessa luta.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Preciso suspender a reunião, infelizmente, até as quinze horas e dez minutos, para fazermos um pequeno almoço.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Vou deixar as minhas outras perguntas para os próximos ...

(Suspensa a reunião às 14 horas e 42 minutos, é reaberta às 15 horas e 10 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Mas não tem voto. Eu tinha um requerimento, deixo para amanhã.

Quero convidar a Deputada Ellen Ruth. É para o Relator que a Senhora entrega.

A SRA. ELLEN RUTH – Primeiro os documentos que apontam as irregularidades que existem no Estado do Rondônia, entre elas vigilância, alimentação, tudo comprovado, muitos com cópia autenticada do **Diário Oficial**, notas de empenho, tudo devidamente comprovado para que seja também analisado pela Comissão que está tentando, ou melhor, está procurando elucidar o que está acontecendo no Estado de Rondônia.

E mais uma vez obrigada pela oportunidade de participar da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Convidamos o eminente Deputado Emílio Paulista.

Deputado, nosso critério de trabalho tem sido ouvir por dez minutos uma exposição que V. Ex^a achar importante fazer e na e na seqüência, ouvir as nossas considerações.

Então, V. Ex^a tem a palavra por dez minutos.

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Senador Sibá Machado, Presidente desta Comissão; Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho; Senador Relator Demóstenes Torres, e dizer que me encontro aqui hoje nesta ilustre Casa. Não pude atender ao chamamento da semana passada, até porque moramos no interior e o convite que nos chegou, chegou em uma segunda-feira e sempre subimos na segunda e terça-feira. Mas, de toda sorte, estamos aqui, até um tanto abalado pelo falecimento e a morte do meu Chefe de Gabinete ontem à tarde. Mas, sem dúvida nenhuma, para esclarecer os fatos para esta Casa e ao Sr. Presidente, Srs. Senadores Relator e Membros, estou aqui à disposição.

Antes, porém, eu queria me colocar que fui eleito do lado oposto do Governador de hoje de Rondônia, mas sempre votei com o Governo todas as matérias, sem sequer ter no Governo do Estado um cargo “portariado” sequer, do menor valor possível no interior ou na capital, nenhuma indicação de nenhum membro de Diretoria ou de Secretaria do Estado do Rondônia e, sem dúvida nenhuma, participei do Governo do Estado votando matérias na Assembléia Legislativa em prol do Governo de Rondônia, mas não participo da administração dos seus funcionários, das suas nomeações.

Para mim, foi estranho, sem dúvida nenhuma, o que vi de relance, a notícia do **Fantástico**, até porque moro no Município de Cacoal, uma cidade pequena do interior de Rondônia, saí de lá Vereador. Temos o ilustre Senador República, que começou a carreira comigo, o Senador Valdir Raupp de Matos e ilustres companheiros Deputados Federais. Mas eu fiquei como Deputado Estadual pelo segundo mandato. Não queria me encontrar nesta Casa desta maneira. Queria me encontrar nesta Casa buscando um recurso que muitas das vezes são mandados para o Estado de Rondônia e, na realidade, não têm sido bem aproveitado por aquele Governo. Até porque esse mesmo Governo conseguiu brigar com o Ministério Público, com o Tribunal de Justiça, conseguiu brigar com os próprios nossos amigos, Deputados Federais do Estado de Rondônia, Senadores do Estado de Rondônia, que representam bem aqui no Distrito Federal aquele Estado, não conseguiram se acertar até porque os Senadores e os Deputados Federais

colocaram todas as emendas direto para o Município porque o Governo não concordava, não aceitava. Ele quer mandar em Rondônia como mandar no País inteiro, ele quer dar as ordens e ficar de cabresto em cima da gente. E, logicamente, não vamos aceitar.

O motivo disso tudo, Srs. Senadores, o derrame disso tudo, foi quando de 20 a 21 Deputados da Assembléia Legislativa acataram a denúncia que começou lá atrás, quando o atual Governador Ivo Cassol – Prefeito de Rolim de Moura na época – tinha usado mal o dinheiro público, dinheiro esse de emendas oriundas daqui de Brasília, que algumas empresas que ainda estão trabalhando no Estado de Rondônia.

Pois bem, o Governo nos procurou e, de toda sorte, a pressão e as conversas que corriam nos ares do Governo e perto da Assembléia Legislativa: “Os senhores votam não acatando a denúncia do Ministério Público Federal ou eu mostro a fita.”

Tenho aqui um humilde “documentozinho”, que vou deixar aqui para a Comissão, de um pronunciamento que fiz no dia 3 de março, antes da votação em que votei pelo acatamento da denúncia. Está aqui. Votei pelo acatamento da denúncia. Está aqui, Presidente e relator. Passo às suas mãos.

Depois disso, usou de má-fé com toda aquela casa. No início de mandato, quando votarmos com ele, sem sequer uma indicação, sem sequer um pedido, o interesse nosso, das Srs Deputadas e dos Srs. Deputados, era sempre nas emendas, que sempre eram endereçadas à associação, para comprar uma grade, para comprar um trator usado, para comprar um caminhão usado, porque não tem dinheiro para comprar um caminhão novo, que hoje está na faixa de R\$110 mil ou R\$120 mil e um caminhão 3/4 usado custa R\$30 mil ou R\$40 mil. Isso faz com que os companheiros da área rural se movimentam para a área urbana, trazendo seus cereais. As minhas emendas estão todas lá, dentro do Orçamento do Estado, nessas condições.

Aí, o que aconteceu? “Ah, vamos mostrar a fita”. Está aí eu dizendo: “Pode mostrar a fita até para o diabo que eu vou votar pelo acatamento da denúncia da promotória federal”. E votei.

Eu disse isso antes. Esse aparato todo que ele montou lá, para filmar desde o começo do mandato, equipamentos que a Polícia Federal apreendeu, nem o FBI deve ter isso aí. Em cima de gente com começo de mandato, com começo de mandato! Deputados de primeiro mandato, filmados.

Não é só Deputado, não. Aí ele, em fitas que têm Rondônia, diz que o Ministério Público despachava na cozinha da Assembléia Legislativa. Assim, sucessivamente, o Tribunal de Justiça. Ora, se o Ministério Público

e o Tribunal de Justiça têm interesses nos orçamentos deles, logicamente isso tem de ser discutido. Onde é que isso tem de ser discutido? É na Assembléia Legislativa, como, no Governo Federal, é aqui no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Acho que não foi somente isso que ele filmou, não. Ele filmou foi muita gente importante em Rondônia, até porque – para concluir os dez minutos que o Presidente me dá – ele esqueceu de filmar quando ele pediu voto...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

...para mim **(sic)** votar contra o acatamento da denúncia que foi do STJ. Ele me ofereceu: “Libero as suas emendas, faço o que você quiser, mas eu preciso do seu voto, porque as mesmas empresas que operaram quando eu era Prefeito estão operando hoje no Governo do Estado, e eu não posso pagar esse preço.”

Conclui, Sr Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Há quantas Legislaturas o senhor é Deputado?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – É pela segunda Legislatura.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor, então, está no segundo mandato?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Perfeito, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor não esteve antes substituindo, nem como suplente não chegou a assumir?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Não, senhor. Eu tenho esse mandato, com esse atual, o desmiolado Governador Ivo Cassol e com o ilustre ex-Senador dessa Casa, prefeito de Ji-Paraná, Governador do Estado de Rondônia, Doutor José de Abreu Bianco.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor teve relacionamento com o Senador Valdir Raupp?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Tive, sim senhor. O relacionamento que eu tive com o Senador Valdir Raupp foi quando éramos Colegas, Vereador do Município de Cacoal, de onde eu tenho origem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor pode me dizer o seguinte: Na gravação em que o Governador Ivo Cassol fez com V. Ex^a, V. Ex^a disse que o Senador Valdir Raupp, quando era Governador, entregava, através do Sr. Almeida, quarenta mil reais para cada Deputado.

O senhor pode confirmar isso?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Não, Senador. Eu logicamente estava sendo instigado e, sem dúvida

nenhuma, nesse momento, eu acredito que falei umas baboseiras, que nada disso existiu. Posso dizer para o senhor. Para isso, entendendo o que fiz, tenho aqui um documento em que já fiz a minha retratação. Eu vou deixar aqui na Comissão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pois não. O senhor disse, mas está se retratando?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Eu queria me referir também, Senador, porque quem na realidade instigava, como instigou todos os Deputados e a Deputada, era o próprio Governador...que ele não gosta do Senador Valdir Raupp, ele não gosta do Prefeito, ex-Senador e ex-Governador... Atual Prefeito, ex-Senador e ex-Governador José de Abreu Bianco, ele não gosta do Presidente da Assembléia Legislativa e, nessas alturas, eu tentava fazer algum encaminhamento com ele das minhas emendas e dei essa bobeira, essa besteira e cometi essa gafe.

Eu me retratei desde já e reporto. Mas não vi, nunca deu nem o Sr Almeida, nem o Governador...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor sabe quem é o Sr Almeida?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Sei, o Sr. Almeida é um ilustre Promotor Público de Porto Velho.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É assessor do, então, Governado Raupp?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Na época era... Senador, eu acho que era o Chefe da Casa Civil.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, isso o senhor retira?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Retiro. Eu já lhe dou o documento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito bem. Num outro trecho o senhor diz que durante o mandato do outro Governador José Bianco de Abreu, que hoje é Prefeito de Ji-Paraná, que o senhor ganhou o direito de explorar o setor de alimentação em várias cidades do Estado.

O senhor diz o seguinte:

O Bianco, é o seguinte. O Bianco, eu sustentava o Gabinete do Bianco e era Líder do Bianco na seguinte condição: a comida de Ariquemes era minha. Ji-Paraná, Rolim de Moura, Vilhena e tudo”.

Ou seja, o senhor disse aqui que recebia em troca do apoio... o senhor foi Líder do Governo do Bianco?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Dois anos, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Em relação a isso, o que o senhor tem a dizer? Essa afirmação de que o senhor recebia benefícios nessa área.

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Eu tinha a Liderança do Governo Bianco e, logicamente, o entrelaçamento entre o Governo e a Assembléia Legislativa era o

Líder que fazia. Os encaminhamentos dos projetos, quando aprovados ou não: duas ou três vezes por semana entrávamos em contato com a Casa Civil para dar essas informações, bem como para apresentar a documentação aprovada.

Quando disse que eu logicamente bancava quero dizer que a despesa extra com os funcionários, exceto funcionários que eram contratados para a Assembléia e despesas extras, eu bancava com o meu salário, tirava do meu bolso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O que está sendo dito aqui é que o senhor, de certa forma, é proprietário de uma empresa.

O SR. EMÍLIO PAULISTA – V. Ex^a refere-se à empresa? Eu explico, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Isso.

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Não tenho nenhuma empresa de fornecimento de marmite. Tenho amigos no Município de Cacoal, amigos, que têm uma empresa – não sei se ainda está funcionando – no Município de Ji-Paraná.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É uma empresa de fornecimento de alimentação?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – De alimentação.

No Governo passado, ficou um remanescente para receber. Fui lá pedir o apoio do Governo. Verifiquei se toda a documentação estava correta para poder receber. Ele recebeu a minha pessoa, mas não repassou nada. Já tive negócios: de alugar pastos, de vender uma vaquinha, uma bezerra para ele.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Qual é no nome do empresário?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Valdir Mantovani.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É dono de qual empresa?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Senador, hoje não sei o nome da empresa dele.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ele fornecia alimentação para quem? Para as Prefeituras? Que alimentação ele fornecia?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Era apenas para o Município de Cacoal, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Aqui está dizendo Ariquemes, Ji-Paraná, Vilhena e Ite.

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Não. É apenas no Município de Cacoal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Fornecia para a Prefeitura do Município? Para a cadeia pública?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Para a cadeia pública, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A história que eu iria perguntar ao senhor de que sustentava o gabinete do Bianco, o senhor já antecipou. O senhor pagava os funcionários do seu bolso?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Não, Senador. Não é assim.

Alguns dos funcionários que estavam na liderança, que prestavam segurança na liderança, eram do Governo; outros da Assembléia Legislativa. Porventura, alguns despesas que a Assembléia não cobria, eu pagava do meu bolso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor pode dar um exemplo desses tipos de despesa?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Posso. Algum abastecimento. Preciso ir a tal lugar, mas não tenho dinheiro, não tenho gasolina.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Isso no gabinete do Bianco?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Não. No meu gabinete, do meu bolso, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim. “O Bianco, eu sustentava o gabinete do Bianco”, o senhor disse aqui.

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Então, devo ter errado em minha colocação. Volto a afirmar que é o gabinete da liderança do Bianco, na Assembléia, quando eu era líder.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então aqui o senhor quis dizer que era o gabinete do senhor, da liderança.

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Da liderança.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, o senhor também se retrata dessa afirmação?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Perfeitamente, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Em relação à comida das outras cidades era só Cacoal.

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Inclusive, a pessoa está lá, mora no Município, chama-se Valdir Mantovani. Está lá à disposição do Senado, da Justiça.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor também falou ao Governador em relação...o senhor estava dizendo que esteve com o Governador para liberar emendas. Foi isso?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Estive. E nenhuma foi liberada até o momento, até hoje.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor disse: “Esse negócio de dinheiro é importante, mas esse valor também eu acho abusivo, o valor de R\$50 mil. Mas acontece que uns estão vendendo os outros. Esse está sendo o problema.” O Governador interpela o senhor. “Isso é que é o problema. Eles

voltam lá e fazem o inferno de todo mundo”. O senhor diz: “Aí um está negociando por R\$100,00, R\$150,00. Está vendendo o outro por R\$20,00, por R\$30,00. Está havendo esse negócio aí também.” Essa discussão que o senhor teve com o Governador a respeito de pagamento, o senhor já havia falado “que em outros governos”. O senhor está se retratando, mas dentro do contexto o senhor falou: “No Governo Raupp, o Almeida pagava quarenta mil. No Governo do Abreu ele pagava com alimentos e etc. Agora, esse negócio de dinheiro é importante, mas esse valor eu acho abusivo; o valor de cinquenta mil.”

Então, em que contexto o senhor falou isso com o Governador? O senhor pediu algum recurso para o Governador fora de Orçamento?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Não eu pedi através das emendas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim, eu estou dizendo fora do Orçamento.

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Não, não pedi.

Quando eu falei o que o senhor mencionou, que o dinheiro, os cinquenta mil, era abusivo, eu falei que era cem, cento e cinquenta, depois vendia por vinte, trinta, o fato era o seguinte:

Eu entendia...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor está falando do Ronilton e da Ellen? Que eles iam lá, pediam cem, cento e cinquenta mil e depois negociavam com os outros Deputados por vinte trinta?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Não, o senhor que colocou isso aí?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Estou perguntando.

O que li até agora foi...

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Não estou me referindo nem à Ellen, nem ao Ronilton, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor estava se referindo a quem?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Não, é porque o senhor está falando da conversa minha e do Governador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeitamente.

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Então, na realidade, eu não peguei dinheiro do Governador, nem vinte, nem trinta, e quando eu me referi ...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas pediu?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Nem pedi também. Em nenhum momento pedi dinheiro ao Governador. Nem vinte, nem trinta, nem cem, nem cinquenta. Em momento nenhum.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Então, o senhor também volta atrás nessa afirmação aqui, ou o senhor está dizendo que ela aconteceu dentro de um outro contexto? O senhor quer que eu leia para o senhor novamente?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Eu não falo que eu peguei vinte, nem trinta, nem cem, nem cento e cinquenta. Eu não afirmo isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas pediu?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Também não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor pode explicar então isso aqui, o senhor dizendo ao Governador: Esse negócio de dinheiro é importante, mas esse valor também eu acho abusivo, valor de cinquenta mil, mas acontece que uns está vendendo os outros. Esse que está sendo o problema.

Aí o Governador interpela: Isso é que é o problema.

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Sim, Senador, o que me refiro aí é ao dinheiro das emendas, o senhor está entendendo? Porque lá eu tenho como prova, posso mandar para a Comissão, que as minhas emendas nos Governos passados eram assim, como eu expliquei anteriormente, eu ponho vinte, trinta, mil para cada associação. Então, eu pego trezentos mil e ajudo dez associações. Se eu pegar seiscentos mil eu ajudo vinte associações, por exemplo, de vinte ou de trinta mil. Por exemplo, de trinta mil eu vou ajudar menos. Com seiscentos mil, vou ajudar menos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Que associações são essas, o senhor pode dizer?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Associações rurais, Senador.

Aqui nós temos um exemplo que aconteceu, há pouco tempo, no Município de Cacoal. O Deputado Federal Ronilton Capixaba arrumou recurso para associações rurais e foram entregues no Município de Cacoal vários maquinários, como grades, carretas para trator, está entendendo? Agora, de que departamento? Eu estava lá na solenidade para entregar. Agora, o nosso caso lá é assim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor foi eleito por que partido?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Eu fui eleito pelo PPS.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E hoje o senhor está em que Partido?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Estou sem nenhum porque o Presidente Nacional foi lá e exterminou o PPS, e o PPS está se reconstituindo novamente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Foi quando isso?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Este ano.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Após o escândalo?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Não, foi antes. Até porque o Deputado Agnaldo Muniz era Presidente Regional do Partido. Ele saiu e foi para o PP, correto? Após a sua saída, o pessoal aqui de Brasília extinguiu o PPS em Rondônia e agora é que se está formando novamente na mão do Deputado Renato Veloso e do ex-Senador Rubens Moreira Mendes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor pediu o cargo para o Governador?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Nunca.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor delegou ao Deputado Ronilton, qualquer atribuição do Senhor ou qualquer delegação? O senhor delegou a ele qualquer negócio que ele pudesse fazer com o Governador, ainda que se tratando de emenda, ou seja, em troca do apoio do senhor, o Ronilton poderia negociar a liberação de emendas?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Senador, o Governador do nosso Estado queria de toda sorte que o Ronilton Capixaba fosse o Líder dele, por qualquer motivo. Queria porque queria, queria que o Ronilton arrumasse alguns deputados para darem sustentação à base, como é feito naturalmente em todos os Governos, para dar encaminhamento nas emendas. A única coisa que sei de bastidores, de conversas de políticos dali, é isso, Senador. Mas o Ronilton não aceitou, não foi o Líder. O Líder atual na Assembléia Legislativa é o Deputado Neldir de Oliveira. O Ronilton não foi o Líder dele não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor esteve com o Governador quantas vezes reservadamente?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Estive com o Governador quatro vezes, antes de eu assumir. Eu estava no mandato, mas antes de reassumir o mandato, no Município de Rolim de Moura, no escritório do irmão dele, na avenida central do Município de Rolim de Moura. Estive com o Governador...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor tratou com ele de que assunto nessa ocasião?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – O assunto que tratei com ele foi ele mandou me chamar no Município de Cacoal, que precisava do meu apoio para trabalhar e governar o Estado. Eu falei: Governador...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ele ofereceu alguma coisa?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Não, não ofereceu nada para mim. Foi uma conversa assim...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor pediu alguma coisa?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Não. Nenhum cargo sequer a ele.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E a segunda vez?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – A segunda vez foi quando havia um cargo de liderança. Estávamos, por exemplo, um cargo de Cacoal no Ciretran, para indicação do Ciretran, mas na realidade não foi indicado, não foi nomeado, não foi feito nenhum aparato ou coisa parecida.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A terceira vez.

O SR. EMÍLIO PAULISTA – A primeira vez foi no Rolim de Moura, a segunda vez foi nessa casa dele, que foi esse assunto que o senhor abordou, a terceira foi numa reunião em Cacoal e a quarta vez foi na casa dele novamente, quando ele veio me pedir encarecidamente o voto para não acatar a denúncia do Ministério Público Federal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ele ofereceu ao senhor alguma coisa?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Ele me falou que as minhas emendas seriam todas elas encaminhadas aos municípios.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas aí o senhor já não quis mais.

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Eu não quis porque em seguida... Isso aconteceu em seguida, Senador, dez a quinze dias depois eu tinha feito esse discurso. O senhor pode ver a data, pode pegar a data da aprovação. E votei pelo acatamento da denúncia.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor foi interpelado pelo Senador Valdir Raupp? O senhor foi interpelado por ele sobre as afirmações que o senhor fez? Judicialmente, ele interpelou o senhor?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Eu acredito que sim, Senador. Mas eu já fiz aqui, eu já entreguei...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor já se retratou em relação a ele, não é?

Muito bem, o senhor passou a fazer oposição dura a ele a partir de quando?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Ao Governador, mesmo não tendo nada e votando a favor do Estado, passei a fazer oposição dura a ele quando, na realidade, vi que o gerenciamento do dinheiro público não ia bem dentro do Estado de Rondônia.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Isso aconteceu quando?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Isso aconteceu ano passado, logo assim ...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – No início do ano.

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Logo no início do ano.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Governador...

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Inclusive, vou deixar aqui para a Comissão alguns dos pronunciamentos e datas só para vocês terem mais ou menos uma idéia de quando foi, só para checarem aqui o que estou dizendo, as minhas colocações. É o **Diário da Assembléia**, como é o diário do Senado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Governador naquela época deu a entender ao senhor que liberaria os RS 50 mil em emendas?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Não. As minhas emendas eram mais, Senador. As emendas nossas...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Cinquenta mil mensais em emendas.

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Sem dúvida nenhuma.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eram mensalmente as emendas?

O SR. EMÍLIO PAULISTA – De emendas?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É.

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Poderia ser R\$50 mil, R\$100 mil, de acordo com o valor de emendas que tivesse lá.

Porque as minhas emendas davam quase um milhão de emendas feitas no orçamento do Estado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Para mim está bom.

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Senador, vou deixar aqui para caso queiram checar. Senador Demóstenes, deixei aí a retratação do Senador Valdir Raupp...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ele interpelou o Senhor.

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Eu já encaminhei mas fica aqui na Casa essa justificativa porque...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Peço a V. Ex^a que anexe ao procedimento, Senador Presidente.

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Não tenho nada não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco PT – AC) – Também não faço nenhuma indagação, agradeço a sua contribuição. Estamos satisfeitos com o seu pronunciamento...

O SR. EMÍLIO PAULISTA – Gostaria de agradecer ao Senador Presidente, ao Senador Relator, dizendo que fui muito bem atendido e, sem dúvida nenhuma,

toda a vez que precisar de mim é só passar o **fax** ou e-mail que estarei pronto para vir aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco PT – AC) – Vamos convidar o Deputado Daniel Nery.

Deputado, o critério é ouvi-lo por até 10 minutos e, na sequência, faremos as indagações.

O SR. DANIEL NERY – Quero cumprimentar o Presidente desta Comissão Especial Externa, Senador Sibá Machado, do vizinho Estado do Acre, cumprimentar o Relator, Senador Demóstenes Torres, os demais Senadores e Senadoras que compõem esta Comissão.

Eu apoiei o Governador Ivo Cassol, no segundo turno das eleições para o Governo de Estado. Eu já eleito Deputado Estadual pelo PMDB, Partido do qual faço parte, nos liberou para apoiar o candidato que escolhêssemos. Apoiei o Governador Ivo Cassol e logo após ele ter ganho a eleição e termos tomado posse, vi que o Governador estava tendo dificuldade de relacionamento com os Poderes, principalmente com a Assembléia Legislativa, mas não diferente com o Tribunal de Contas, Ministério Público e Tribunal de Justiça.

Ele sempre me falava que precisava ter um grupo de apoio na Assembléia Legislativa. Os meses foram passando, ele estava com dificuldades até o momento que ele chamou o Deputado Ronilton para ser o líder dele na Assembléia Legislativa. O Deputado Ronilton me perguntou por que eu estava mantendo uma linha de independência, que venho fazendo até o presente momento na Assembléia, perguntou o que eu achava dele ser Líder do Governo na Assembléia. Eu falei: Olha Deputado Ronilton, acho que o Governador tem que achar um líder e se for você será uma pessoa que tem bastante conhecimento e estou à disposição para fazer uma composição, mantenho a minha linha de independência, mas estou vendo que o meu Estado de Rondônia está parando. Então, estou à disposição. Mas o Governador também, desde que, para fazer parte do Governo, tem que fazer ter algumas composições, principalmente no que se refere a cargos e liberações de emendas, que o Governador vem falando que não tem recursos financeiros, porque está repassando para os Poderes.

Então, é interessante que se converse sobre essa situação, para que ele realmente venha a ter esse apoio na Assembléia Legislativa.

E determinado dia, o Deputado Ronilton me convidou para ir na casa do Governador, que eu também já tinha ido outras vezes, como já falei, o Governador também já foi na minha casa, no Município de Cacoal, e fui com o Deputado Ronilton, que posteriormente também chegou a Deputada Ellen, para discutir sobre

Emendas Parlamentares e também sobre a questão de portarias, questão de cargos, no Município de Cacoal. E assim foi feito, estivemos lá. Acho que todos assistiram as imagens da televisão. Pouco falei, mas falei principalmente na questão, que me recordo, não passou na televisão, mas me recordo, que eu falei com referência aos cargos lá no Município. Que também o Governador, posteriormente, veio atender a minha solicitação e nomeou os cargos que solicitei para o Município de Cacoal, que era a representação de ensino, era o Idaron, e também a Emater. E também o Governador, no decorrer dos anos, atendeu a algumas emendas desse Deputado, que solicitei, pequenas, no valor de R\$10 mil, R\$20 mil, R\$30 mil para aquisição de caminhão. Então, fui atendido com algumas emendas. Vinha tendo um relacionamento amistoso com o Governador até o final do ano passado quando fui Relator do Orçamento do Estado, e o Governador vetou na íntegra o nosso orçamento, e pediu que eu mantivesse o veto dele. Eu, como Relator, não poderia porque eu estaria sendo desmoralizado. Então, nós derrubamos o veto. Aí comecei a ter problema com o Governador. E quando foi feita uma solicitação pelo STJ para processar o Governador, que votei favorável, porque entendo que tudo tem que ser transparente. Votei favorável, daí o Governador retirou todos os cargos que ele havia nomeado a meu pedido no Município de Cacoal.

Para minha surpresa, quando eu estava assistindo ao **Fantástico**, ele colocou aquelas imagens em que eu estava sentado pedindo valores indevidos, coisas que nos meus 24 anos de serviço público, 4 mandatos de Vereador, como Presidente de Câmara sempre tive as minhas contas aprovadas, nenhum processo eleitoral, e lamentavelmente uma imagem jogou para o chão, para a lama tudo que trabalhei na minha vida, tendo o meu maior patrimônio jogado para a lama, que era a minha moral, que é a minha moral, que tenho certeza que, nós que temos um Deus, que servimos a um Deus, tudo vai ser esclarecido.

Estou aqui à disposição dos Senadores para as perguntas que forem necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Sr. encarregou, Sr. Deputado, o seu colega Ronilton de procurar o Governador, em troca do apoio político, para que fossem negociadas emendas, cargos. O Sr. procurou o Ronilton para que isso acontecesse?

O SR. DANIEL NERY – O Deputado Ronilton perguntou se eu, em outras palavras, endossaria o nome dele para ser Líder do Governo na Assembléia. Então, falei que sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O que o Senhor pediu em troca?

O SR. DANIEL NERY – Em troca? O que eu pedi em troca? Falei para ele que as liberações das Emendas Parlamentares, que é um direito do Parlamentar, é a única coisa que temos para levar para os nossos Municípios, e também que fossem discutidas as questões dos cargos no meu Município de Cacoal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor esteve com o Governador?

O SR. DANIEL NERY – Estive diversas vezes com o Governador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Reservadamente, para discutir esse assunto, o senhor esteve quantas vezes?

O SR. DANIEL NERY – Não posso falar a quantidade de vezes, mas estive diversas vezes com o Governador, como falei...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor tinha um bom relacionamento com o Governador?

O SR. DANIEL NERY – Sempre tive um bom relacionamento com o Governador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Governador liberou as emendas que o senhor pediu?

O SR. DANIEL NERY – Algumas emendas sim, para as associações rurais. Emendas de valores pequenos para aquisição de trilhadeira. A maior foi para um caminhão numa associação rural, acho que no valor de R\$30 mil.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Quais os cargos que o senhor pediu ao Governador em troca do apoio?

O SR. DANIEL NERY – Nós conversarmos lá em Cacoal. Independente disso, eu já estava apoiando o Governador, mas ele atendeu. Foi a representação de ensino, Idaron e a Emater.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O que é Idaron?

O SR. DANIEL NERY – Instituto de Defesa... trabalha na parte de defesa animal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito bem.

O SR. DANIEL NERY – Inclusive, se o senhor me permite, sempre falei para o Governador: Governador, temos que colocar pessoas técnicas para dar resposta para a população. Se não funcionar, está à disposição de V. Ex^a para o senhor retirar a qualquer momento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito bem. O senhor esteve na reunião com os demais Deputados, que acabou sendo filmado pelo Governador, onde o grupo pedia ao Governador, pelo menos

pelo que está divulgado até agora, um “mensalão” de R\$50 mil para poder apoiá-lo. O senhor confirma esse pedido?

O SR. DANIEL NERY – Não, Senador. Eu acho que é a maneira que o pessoal colocou que é isso. Em momento algum, foi pedido esse valor indevido. Foram pedidas Emendas Parlamentares, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor pediu, o senhor falou com o Governador? O senhor solicitou dele qualquer valor? O Deputado Ronilton disse que o Governador chegou e já foi abrindo o jogo, dizendo que ele recebia dinheiro que vinha de Brasília, 50% era dele... Quer dizer, ele disse que abriu uma conversa dizendo que era uma pessoa do esquema, que era uma pessoa corrupta. Isso aconteceu?

O SR. DANIEL NERY – Olha, se o senhor observar as imagens, algumas vezes eu saio da sala, eu atendo ao telefone. Eu não posso dizer que o Governador falou dessa maneira. O que estávamos lá discutindo, no meu entendimento, sempre foi sobre as Emendas Parlamentares.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Governador, alguma vez, ofereceu... Quanto é que vocês querem para me apoiar? Teve isso?

O SR. DANIEL NERY – Financeiramente?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É.

O SR. DANIEL NERY – Não. Para mim, ele nunca falou isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E na reunião ele disse?

O SR. DANIEL NERY – Não, em momento algum. No meu entendimento, não. No meu entendimento, estava-se discutindo sobre Emendas Parlamentares, liberação de emendas, e sempre o Governador...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E quem telefonava para o senhor quando o senhor estava... porque é hábito da gente, quando conversa... Por exemplo, eu vou conversar com o Presidente da República... Eu não tenho esse prazer, mas, se fosse conversar com o Presidente, certamente, desligaria o meu telefone celular. O senhor, para falar com o Governador, mantinha o telefone celular ligado e saía? As ligações constantes obrigavam o senhor a sair da sala?

O SR. DANIEL NERY – Senador, eu tenho a minha família no interior e estou sempre atendendo o pessoal do interior.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ainda que na frente do Governador, o celular ligado?

O SR. DANIEL NERY – Ainda na frente do Governador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Não eram outros Deputados ligando para o senhor para saber como estava a conversa?

O SR. DANIEL NERY – Não me recordo, que isso estava com... Pelos meus cálculos que tenho feito, foi aproximadamente com quatro meses de mandato. Então, não posso precisar hoje o que eu estava falando no telefone naquele dia.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– O senhor disse aqui que já atendia a base porque o senhor era um homem que apoiava o Governador. Então, qual a razão, se o senhor já tinha o apoio, se o senhor já tinha o cargo, se o senhor já tinha as emendas, qual a razão que o senhor foi lá conversar com o Governador, no meio de outras pessoas que faziam oposição a ele?

O SR. DANIEL NERY – Não, Senador. Até aquele momento, eu não tinha os cargos. Os cargos foram a partir do mês de julho que o Governador nomeou. Acredito que aquela conversa tenha sido em junho. Não posso precisar, mas acredito que tenha sido em junho e, posteriormente, que foi atendido. Para V. Ex^a ter conhecimento, posteriormente a isso, essas emendas a que me refiro, eu ainda era Presidente da Câmara de Cacoal, quando eu fui conversar com alguns Deputados que não foram eleitos, e esses Deputados alocaram esses recursos, que depois eu fui procurar, e o Governador foi liberar. Inclusive, para o senhor ter uma idéia, na semana passada ainda, foi liberado – ou na semana retrasada – um convênio daquelas emendas ainda de R\$20 mil; uma associação rural.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– A partir de quando o senhor rompeu com o Governador?

O SR. DANIEL NERY – Eu não posso dizer que eu rompi com o Governador. Eu entendo que, a partir daquele momento em que nós derrubamos o veto, porque eu fui relator – eu fui Relator do Orçamento do Estado de Rondônia por dois anos. A partir daquele momento em que ele pediu que eu mantivesse o veto, e depois que eu votei pelo prosseguimento do processo, ele foi lá e retirou todos os cargos que eu havia indicado para ele. A partir daquele momento. Mas eu continuei mantendo a minha linha de independência na Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – O Governador te pediu para seguir a orientação dele em algum momento? No seu relatório, no seu voto? Ele chegou a ligar para o senhor?

O SR. DANIEL NERY – Sim, ele conversou comigo. Ele pediu esse apoio; mas, como falei para V. Ex^a, eu fui Relator do orçamento. Lá estava bem distribuído para os Poderes. Eu não poderia me desmoralizar

de ter feito um orçamento, e, depois, eu votar contra o que eu fiz. Eu não poderia. Um Orçamento que fizemos estava – e eu entendo que está – atendendo todos os Poderes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Na fita que é mostrada pela **Rede Globo de Televisão**, no Programa **Fantástico**, e depois é reproduzida no **Jornal Nacional**, a impressão que se tem – mais do que impressão, é quase uma certeza – de que os senhores estavam pedindo propina ao Governador. O senhor afirma então que a **Rede Globo de Televisão** editou esse material de forma a distorcer a verdade?

O SR. DANIEL NERY – Olha, Senador, eu posso dizer ao senhor que nós estávamos discutindo sobre emendas parlamentares e também estávamos discutindo sobre os cargos. Agora, a maneira como foi apresentada pela **Rede Globo** dá um entendimento que toda a população do Brasil, do mundo, da minha cidade estão entendendo dessa maneira. Mas eu, em momento algum, posso aceitar isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A **Rede globo**, então, manipulou a notícia?

O SR. DANIEL NERY – Eu não posso dizer ao senhor que a **Rede Globo** manipulou. Mas aquela maneira que eu estava vendo não é o que diz a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Há uma dúvida. Vamos imaginar que a fita tem muito tempo de duração, a fita inteira, a fita bruta; e se ela vai ser editada, até mesmo para sair em um telejornal, certamente ela tem de ser editada, comprimida. A minha pergunta é, diante disso, a conversa que não foi divulgada transcorre deixando claro que a conversa se tratava de emendas Parlamentares, ou seja, fases da conversa de vocês que fala claramente “Eu quero a minha Emenda Parlamentar para a associação fulana de tal”, “Eu quero a minha emenda parlamentar liberada para tal lugar”, ou, em todos os momentos, vai deixar subentender que a **Rede Globo** estava falando de propina e não de emendas?

O SR. DANIEL NERY – Senador, eu me recordo, e inclusive não vi naquelas imagens da **Rede Globo**, quando nós estávamos conversando no início, que o Deputado Ronilton, e faz bastante tempo, ele falava de uma associação lá do Município de Ouro Preto, que se destinassem R\$100 mil para aquela associação, ela poderia fazer todo um trabalho na parte de esporte. Então, me recordo; e isso não saiu.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Foi pedido ao Governador para desativar 250 postos de vigilância, para pagar 500 mil aos Deputados, mensalmente?

O SR. DANIEL NERY – Foi colocada a questão dos postos para desativar, mas para que fosse colocado para as Emendas Parlamentares.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sim, mas então, a sugestão é para que o Governador desativasse os postos de vigilância, para poder pagar 500 mil mensalmente para Emendas Parlamentares.

O SR. DANIEL NERY – Essa prática que o Deputado Ronilton colocou, no meu entendimento, era para as Emendas Parlamentares.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeitamente. Então, foi feita essa proposta. O Governador deixaria de prestar um serviço para liberar as emendas para os senhores?

O SR. DANIEL NERY – Acho que é esse o entendimento, Senador, até porque nessa parte das emendas, quem estava mais discutindo, até porque como eu havia chegado há pouco tempo na Assembléia Legislativa, eu não tinha tanto conhecimento sobre as questões das emendas. Eu estava falando mais das questões dos cargos, mas discutindo também aquelas emendas, porque as minhas eram poucas e eu estava pedindo esses recursos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas então houve essa conversa para desativar os postos e pagar R\$500 mil mensais de emendas...

O SR. DANIEL NERY – De Emendas Parlamentares.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas que o Governador desativasse aqueles postos de vigilância?

O SR. DANIEL NERY – Eu não posso falar com precisão, mas foi citada a questão dos postos, de que o Deputado Ronilton falou, para que se tornasse Emendas Parlamentares.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E por que desativar os postos?

O SR. DANIEL NERY – Eu não posso responder pelo Deputado Ronilton, mas desde o início...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas o Ronilton não era um porta-voz dos senhores?

O SR. DANIEL NERY – Não. O Deputado Ronilton foi escolhido pelo Governador para ser líder. Estava-se discutindo a possibilidade de ele ser líder. Tanto é, Senador, que ele não foi escolhido líder e nada foi concretizado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O apoio somente iria acontecer se houvesse a liberação de emendas e cargos.

O SR. DANIEL NERY – Olha, eu posso dizer ao senhor que eu continuei fazendo o meu trabalho, independentemente da Assembléia Legislativa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Mas a Assembléia, os Deputados. O senhor mesmo disse e os Deputados também disseram: ou o Governador libera as emendas e nos dá cargo, ou nós não o apoiamos.

O SR. DANIEL NERY – Olha, Senador, eu vejo o seguinte: a Assembléia Legislativa manteve uma posição de independência. Tudo que foi de interesse do Estado foi aprovado pela Assembléia. Tudo! Tanto é, Excelência...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Então, para quê o Governador queria o apoio da Assembléia?

O SR. DANIEL NERY – Naquele momento o Governador estava vivendo um momento conturbado. Não somente naquele momento, mas em outros momentos ele continua até hoje, porque o Governador é uma pessoa difícil. Se os senhores acompanharem...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas qual era aquele momento? Qual era exatamente o momento conturbado em que ele vivia?

O SR. DANIEL NERY – Desde o início do mandato.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O que pairava sobre ele?

O SR. DANIEL NERY – Desde o início do mandato o Governador teve problema com a Assembléia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Ministério Público e o Tribunal de Justiça. Recentemente, ele foi para a mídia nacional, em um programa, e citou o Tribunal de Contas. Na faculdade, na minha cidade, S. Ex^a criticou o Ministério Público.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeitamente. Agora, eu quero saber no contexto. Veja bem, o senhor disse que o Governador viveu um momento conturbado.

O SR. DANIEL NERY – Sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A ponto de S. Ex^a precisar do apoio de uma Assembléia que segundo o senhor já dava apoio a S. Ex^a. Votava com...

O SR. DANIEL NERY – Eu estou falando em meu nome. Mas vendo a situação em que estava o meu Estado, eu achei interessante também que ele fizesse uma composição e penso dessa maneira até hoje, porque todo governo precisa ter uma base de sustentação, seja na Assembléia na Câmara ou Senado; alguém para defender os interesses do Estado. Eu vejo dessa maneira, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Muito bem.

O SR. DANIEL NERY – E na Câmara de Vereadores eu também via dessa maneira.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então o Governador tentou essa aproximação?

O SR. DANIEL NERY – Ele tentou essa aproximação e ele chamou...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E os senhores pediram a ele...

O SR. DANIEL NERY – Tanto é que ele chamou o Deputado Ronilton para ser líder.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E os senhores pediram a ele isso: orçamento e cargo em troca do apoio?

O SR. DANIEL NERY – Exatamente, Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Ainda voltando um pouco ao começo da conversa, quando se deu exatamente uma espécie de rompimento com o Governador?

O SR. DANIEL NERY – Da minha parte, Ex^a?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não. Eu acho assim... do coletivo que está citado na fita da Rede Globo?

O SR. DANIEL NERY – Veja bem, Senador, o Governador, como eu venho falando aqui, mandava os projetos para a Assembléia e os deputados agiam de uma maneira independente. Eu não posso falar por todos, mas vejo que existia uma dificuldade de relacionamento com a Assembléia Legislativa. Não somente com a Assembléia Legislativa, eu repito, mas com todos os Poderes.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Mas são dois anos. Quer dizer que nunca pararam os trabalhos da Assembléia?

O SR. DANIEL NERY – Não, nunca pararam os trabalhos da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Mas eu pergunto quando houve um rompimento, porque há um pronunciamento mais forte, uma atitude diferente. Quando isso aparece? Quando fica mais...

O SR. DANIEL NERY – Sempre houve os Deputados que fizeram os seus pronunciamentos mais fortes.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Durante esses dois anos?

O SR. DANIEL NERY – Durante todo esse período.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – E quanto a V. Ex^a, como foi?

O SR. DANIEL NERY – Eu não fiz isso, Senador. Eu, no final do ano, fiz um pronunciamento. Eu fiquei chateado com o Governador porque o meu Município de Cacoal, não sei se V. Ex^a conhece, é um dos municípios mais pujantes do Estado de Rondônia e estava

sendo esquecido. Eu falei que de R\$1 milhão e 500 mil de emendas que tinham sido alocadas no ano de 2004, que tinham inserido, tinham liberado apenas R\$30 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – E quanto aos postos, voltando aos postos. Foi pedido para que os postos fossem desativados para transferência de rubrica para atendimento de emendas parlamentares.

O SR. DANIEL NERY – Ex^a, não posso dizer se esses postos existiam ou se havia uma possibilidade de ter esses postos.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Mas, estava na peça orçamentária. V. Ex^a era o Relator.

O SR. DANIEL NERY – Ex^a, não fui Relator, no ano de 2002.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não foi? Mas, como Parlamentar não tinha conhecimento da peça?

O SR. DANIEL NERY – Fui Relator do Orçamento de 2003 e 2004. Não tinha conhecimento, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não participou da Comissão de Orçamento da época?

O SR. DANIEL NERY – Não, Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Então, não tem como informar se os postos estavam no orçamento?

O SR. DANIEL NERY – Eu tomei conhecimento, a minha parte do orçamento foi do exercício de 2003 e 2004.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – E os postos se referem ao orçamento de 2002, então?

O SR. DANIEL NERY – Acredito que seja, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Mas, ele era Governador em 2002, na reeleição?

O SR. DANIEL NERY – Em 2002, era o Governador Bianco, mas, o Senhor sabe que, normalmente, quando vai se sair existe um período de transição que existem discussões. Mas, aí também não posso dizer, porque não acompanhei.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não porque o que acontece, em pronunciamento anteriores, foi dito que havia a história de 250 postos. Está aqui escrito, em algum lugar. E que esses postos seriam desativados para poder fazer a transferência dos recursos vinculados a ele para rubrica de emendas parlamentares, ou seja, porque os postos seriam desativados? Por que eles eram fantasmas. Os postos já não existiam. E, se não existiam os postos,

não houve crime de prevaricação da Assembléia Legislativa, por saber que os postos não existiam e que estavam solicitando, então, os recursos competentes a uma execução fantasma, para atender a pleitos parlamentares?

O SR. DANIEL NERY – Ex^a, não posso dizer sobre essa matéria porque não tinha conhecimento. Não posso.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Como Parlamentar, V. Ex^a não tem essa informação?

O SR. DANIEL NERY – Essa informação não tenho, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Correto. Senadora Fátima Cleide, mais alguma coisa?

Para mim está bem.

Certo, Deputado. Estamos encerrando, agradecendo sua contribuição. De nossa parte estamos muito contentes pela sua vinda e agradecemos muito por isso.

O SR. DANIEL NERY – Eu que agradeço a oportunidade. Agradeço a nossa Companheira Senadora Fátima Cleide pelo requerimento. Acho que é muito importante, Senadora, a vinda dos deputados aqui para a Capital Federal, porque, com certeza, vai mudar muito aquela imagem negativa que o Governador Ivo Cassol colocou sobre a Assembléia Legislativa. A Assembléia Legislativa, a Senhora pode ter certeza de que é composta de pessoas sérias. E o nosso Estado de Rondônia não merece ser enlameado da maneira que foi.

Muito obrigado, Senadora. E muito obrigado aos Senadores que acataram o requerimento de V. Ex^a.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Convoco uma reunião para amanhã, no mesmo horário, na sala 6, porque acho que essa estará ocupada, para às 11:30h da manhã, com mais colegas convidados, que já estarão chegando no horário das 10h da manhã.

Diante do exposto, encerro a presente reunião. Obrigado a todos.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 43 minutos.)

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA PELOS REQUERIMENTOS Nºs 535 e 536, DE 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos di-

vulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”.

Ata da 5ª Reunião, realizada em 15 -6-2005

Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às onze horas e quarenta e cinco minutos, na sala 06 da ala Senador Nilo Coelho, sob a presidência do Senhor Senador Siba Machado e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, Amir Lando, Siba Machado, Augusto Botelho, Romeu Tuma, Magno Malta e Fátima Cleide, reúne-se a Comissão Especial Externa criada pelos requerimentos Nºs 535 e 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico, exibido pela Rede Globo de Televisão”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como lida e aprovada. A Presidência informa que a pauta da presente reunião é destinada a ouvir os Senhores Deputados do Estado de Rondônia Edézio Martelli, Chico Paraíba, Kaká Mendonça, João Batista dos Santos e Amarildo de Almeida, os quais haviam sido convidados a comparecerem nessa Comissão para prestar esclarecimentos. A Presidência, antes de começar as oitivas, concede a palavra a Senadora Fátima Cleide e ao Senador Romeu Tuma, que solicitam que a oitiva do Deputado Edézio Martelli seja feita em reunião reservada. Nesse sentido, o Senador Magno Malta sugere que a reunião seja pública a partir dessa oitiva, pois “a nação brasileira está olhando para tantas irregularidades”. Dando continuidade, o Presidente coloca em votação requerimento de autoria da Senadora Fátima Cleide, o qual foi aprovado, para que sejam convidados os Deputados Estaduais de Rondônia Beto Trento, Everton Leone, Neodi de Oliveira e o ex-deputado Expedito Júnior para prestarem esclarecimentos a esta Comissão acerca dos fatos, objetos desta Comissão Especial. A seguir convida o Deputado Estadual Edézio Martelli, para fazer sua exposição, em caráter reservado. Após essa exposição, o Presidente convida o Deputado Chico Paraíba, também reservadamente, para fazer sua exposição. Dando continuidade, a Presidência convida o Deputado Kaká Mendonça para seus esclarecimentos. O Relator, Senador Demóstenes Torres, pergunta ao Deputado se ele já recebeu mensalão do Governador de Rondônia. Em resposta, o Deputado nega. A seguir, a Presidência convida o Deputado João da Muleta para as suas considerações. O Relator inquiriu o Deputado se ele esteve com o Governador do Estado juntamente com os outros Deputados e se recebeu o mensalão. O

Deputado diz que nunca pediu nada a não ser apoio às emendas parlamentares. Para finalizar as oitivas, a Presidência convida o Deputado Amarildo Almeida para esclarecer sua participação no escândalo. O Relator indaga se o Deputado recebeu o mensalão e sobre liberação de emendas. O Deputado responde que nunca recebeu mensalão e sim a liberação para suas emendas parlamentares. A Senadora Fátima Cleide indaga ao Deputado se ele esteve na reunião com o Governador; se já ocupou algum cargo no atual Governo daquele Estado. Em resposta, o Deputado nega sua participação nesse escândalo. A Presidência informa que foi encaminhado ofício ao Governador de Rondônia, convidando para prestar esclarecimentos perante esta Comissão na próxima semana. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às vinte horas e dez minutos e convoca a próxima reunião para o dia vinte e dois de junho, quarta-feira, às onze horas, na sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho. Para constar, eu, Wanderley Rabelo da Silva, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª reunião da Comissão Especial Externa criada pelos Requerimentos de nºs 535 e 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo Programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão.

Peço aos membros da Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

Aos Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Tenho em minhas mãos, Sr. Relator, ofício do eminente Deputado Marcos Donadon com os nossos cordiais cumprimentos em resposta ao Ofício de nº 038, de 2005, informamos que, nesta ocasião, estaremos cumprindo compromisso anteriormente feito e **a posteriori**, nos colocamos a seu dispor.

Segue anexo documento com os compromissos anteriormente firmados, sendo que figura no momento, reiteramos votos de elevada estima e consideração.

Então, ele está sugerindo aqui que possa ser ouvido não mais esta semana, mas próxima semana, que V. Exª poderá definir o melhor momento de ouvi-lo.

É que o Deputado Donadon está argumentando que tinha uma agenda muito forte lá no Estado e não poderia comparecer, mas que não há nenhum proble-

ma, nenhum óbice dele de comparecer aqui noutro momento. Então, podemos convidá-lo para a próxima terça-feira.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Estava marcado para que dia?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Estava marcada para amanhã.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpa, Senador, alguém está pedindo alteração da audiência? Porque o senhor marca 4 aqui, eu vi um só lá, só um deles que está presente aqui, não sei se os outros vieram.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Eu vou pedir para confirmar porque, ontem, até o início da reunião estavam confirmados só 2, e vieram todos, inclusive, até veio um a mais.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Tem um que eu conversei agora...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Mas tem um dos de hoje que já prestou esclarecimentos ontem, um deles, já veio ontem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Quem é por favor, o senhor poderia...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Leudo Buriti.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Não está na relação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não está na relação, já foi ouvido.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Aqui pede o Edésio Martelli, que este era importante, que é o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Esse é o que já está presente, que nós podemos ouvi-lo agora e mais o Presidente da Assembléia Legislativa, Chico Paraíba, que também já está presente. Ele é o Secretário-Geral da Mesa. Já temos...

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Chico Paraíba é o Secretário?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – É, inclusive, já fui informado pelo advogado que o Deputado, que tem deficiência física, João da Muleta, também já está presente. É porque estão em salas que não nesta aqui.

Então, eu passo a palavra à eminente Senadora Fátima Cleide para uma questão de ordem.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, eu gostaria de requerer que a audiência do Deputado Edésio Martelli fosse feita em sessão secreta.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu não tenho nada a colocar de obstáculo, apôr obstáculos porque me parece que o Deputado quer fazer revelações, mas prefere que isso não vaze ainda porque atrapalharia as investigações **a posteriori**. Então, ele, como é o Relator da Comissão que investiga o mesmo fato em Rondônia, então, acho que, eu não tenho nenhum obstáculo ...

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, o Senador Amir Lando, na sequência, o Senador Magno Malta.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Presidente, eu faria uma proposição conciliatória. Ele poderia fazer a exposição geral que não fosse, se ele assim entender, que tem uma parte que é pública, que ele poderia fazê-la publicamente, depois, na parte restritiva, faria a sessão secreta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não, o que ele entender. Vamos pedir a ele...

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Chamá-lo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – ... Fazer a sessão secreta, se ele entender que alguma coisa deve ser pública...

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Vamos chamá-lo, então, Sr. Presidente. É o seguinte: que ele declare se ele tem, quer começar desde o início toda ela secreta ou se tem uma parte que ele pode fazer pública.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Só um instantinho. Pela lista de inscrição, o Senador Magno Malta.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Desculpa, eu pedi pela ordem.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, eu queria só fazer uma consideração antes de fazer referência ao pedido da Senadora Fátima Cleide e à palavra do Senador Amir Lando, e dizer que este momento em que a Comissão já se instalou e, hoje, ela tem o começo dos seus trabalhos efetivamente com esses primeiros depoimentos, com esses primeiros repartir do problema acontecido em Rondônia, eu quero aproveitar, como membro Suplente desta Comissão, Sr. Presidente, neste primeiro momento que reputo de uma importância muito grande, Senador Tuma, reverenciar o povo de Rondônia pela lição de cidadania que está dando ao Brasil. Essa revolta no coração do

povo de Rondônia, essa insatisfação no coração dos jovens, dos adolescentes, dos adultos, fazendo o enfrentamento e querendo passar o seu Estado a limpo, sem dúvida alguma, Senador Amir Lando, o seu Estado, o povo do seu Estado, conclama o povo brasileiro, os Estados brasileiros, a que se levantem, a que se insurjam com o mesmo sentimento, para que possamos passar esse País a limpo.

Guardando a experiência de CPI de V. Ex^a, está correta a proposição que V. Ex^a colocou, realmente, a reunião começa aberta com ele e, em seguida, ele solicita que a reunião seja fechada, e aí a reunião será fechada por solicitação dele, mas o começo da reunião pode muito bem ser feito aberto, porque existem saudações e colocações, é uma pessoa que detém mandato e que pode muito bem fazer as suas primeiras considerações numa reunião aberta.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC.) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Magno Malta, V. Ex^a, ao cumprimentar o povo de Rondônia, endossa o que eu e a Senadora Fátima Cleide fizemos na penúltima reunião. Comprometemo-nos – não é isso, Senadora Fátima Cleide? – a irmos a Rondônia, a Comissão por inteiro, inclusive Suplentes, não para apurar nada, porque eu acho que está andando bem a apuração lá e nós estamos recebendo informações através dos representantes de Rondônia, mas para mostrar ao povo o respeito que esse Congresso tem pelo Estado.

Não se pode alimentar uma desmoralização de um Estado novo, que precisa do apoio de todos nós do Governo e, sem dúvida nenhuma, a própria indignidade de reação que V. Ex^a se referiu mostra a grande necessidade de estimular a presença de empresários que pretendem até deixar o Estado, segundo o relato da Senadora Fátima Cleide.

Então, queria, Sr. Presidente, que deixasse à vontade, Senador Amir Lando, o Relator, porque ele tem cautela de sob juramento de alguns fatos não revelar até a conclusão dos trabalhos.

Eu sei o que é ser Relator de uma Comissão tão delicada como essa, em que as denúncias foram a público e tem envolvimento, inclusive, direto nas denúncias do próprio Governador de Estado, que ele pode querer manter em sigilo, até segunda ordem, e oferecer à Comissão esses dados, que serão importantes para que o Relator Demóstenes possa oferecer o relatório substancioso e que indique não as punições, talvez isso não caberia a nós, mas os caminhos a seguir, para que não se repitam fatos como esses que foram denunciados.

Acho que essa foi a intenção da Senadora Fátima Cleide, ao propor essa Comissão.

Então, deixarmos realmente a critério do Deputado-Relator, que ele diga se quiser reservado, não é desrespeito à sociedade não, Senador, se ele pediu sigilo eu acho que é correto dentro de uma apuração que ele está a meio caminho andado. Então, não é um desrespeito à sociedade...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Às vezes, é até o respeito pela sociedade, pela população.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É o respeito pela sociedade, para que ele possa apresentar dados que ele poderia se sentir inibido com a audiência, com a assistência pública.

Então, é deixá-lo à vontade e ele que diga o que deve ou não ser em caráter de sigiloso, segundo proposta do Senador Amir Lando.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC.) – Bom, eu acato então as sugestões apresentadas. Ouviremos, então, o que for de público, na sequência, teremos então que esvaziarmos a sala para ouvirmos, em caráter reservado, e antes de mais nada, quero logo submeter esse requerimento, para não perdermos tempo, o requerimento trata do seguinte:

Tendo em vista que ontem o Deputado Ronildo Capixaba expressou publicamente o nome de mais três Deputados da Assembléia Legislativa de Rondônia, aqui assinado por todos os demais membros que estavam presentes ontem, requeiro que possamos também ouvir os três Deputados mencionados pelo Deputado Ronildo Capixaba na entrevista de ontem.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu gostaria de assinar, Sr. Presidente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu até já sugiro a V. Ex^a que o Deputado Marcos Donadon, que é mencionado e que pediu para que seja adiado que ele seja ouvido no mesmo dia que os outros Deputados aqui na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC.) – Perfeito. Podemos, então, convidar o Deputado Edézio Martelli. Poderíamos pedir à Secretaria que o convide.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Indagaria apenas... Posso fazer uma indagação? Indagaria a V. Ex^a se V. Ex^a desejaria fazer uma exposição aberta, fechada ou, em parte aberta e em parte fechada?

O SR. EDÉZIO MARTELLI – Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar o nosso ilustre Senador do vizinho Estado do Acre, Senador Sibá Machado, o Senador Demóstenes Torres, o ilustre Senador Romeu Tuma, que também nos visitou por várias vezes

em Rondônia, o ilustre Senador Amir Lando, do nosso Estado, ex-Ministro que nos orgulhou muito com a sua atuação, nossa companheira, Presidente do PT do Estado de Rondônia, Senadora Fátima Cleide. Cumprimento os demais presentes.

Estou aqui na condição de Relator da Comissão, uma Comissão Especial que foi instalada na Assembléia Legislativa com o objetivo de investigar, de averiguar a denúncia apresentada, vista por todo o país, que foi a denúncia veiculada com imagens no Programa Fantástico, da Rede Globo. Como Relator, estamos num processo de investigação, temos a responsabilidade de apresentar a mais coerente – e esperamos fazer isso – resposta possível à sociedade do Estado de Rondônia. Não só no Estado de Rondônia como no restante do Brasil há esse questionamento. Enfim, já virou uma rotina. Gostaria que a Comissão me deferisse a oportunidade de contribuir com as informações que temos, mas, se fosse possível, de forma fechada.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Eu preciso, inclusive, para cumprimento regimental, encaminhar o pedido de votação à deliberação desta Comissão. Então, se a Comissão concordar, permaneçam como se encontram. Teremos de suspender a reunião. Então, a reunião está reservada. Vamos pedir aos demais, que não são membros da Comissão, que desliguem os microfones, todas as câmeras e assim por diante. Peço licença à imprensa, aos demais, pois se trata de um caráter investigativo.

(REUNIÃO PASSA A SER SECRETA PARA O DEPOIMENTO DO SR. EDÉZIO MARTELLI.)

(Secreta a partir de 12 horas e 25 minutos.)

A REUNIÃO É REABERTA ÀS 13 HORAS e 44 MINUTOS.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Está reaberta a reunião.

Retomando a nossa reunião em audiência pública, convidamos o Deputado Chico Paraíba. Deputado, antes de mais nada, a gente agradece a sua presença. Para efeito de regras, estamos fazendo da seguinte maneira: V. Ex^a disporá de até 10 minutos para fazer as considerações que achar importantes e, na sequência, ouviremos, então, as indagações feitas pelos membros da Comissão.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Pela ordem V. Ex^a.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Só para registrar a presença no nosso plenário dos aca-

dêmicos de Direito do Estado de Rondônia da Universidade Federal e da Unesc, do Município de Cacoal.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Feito o registro.

Com a palavra o Deputado Chico Paraíba, por até 10min.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Só queria registrar a presença da Deputada Maria Raupp Casara e do nobre Deputado Nildo Casara, lá de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Feitos os registros.

O SR. CHICO PARAÍBA – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, minha família e meus amigos que aqui estão presente, minha grande amiga, Maria Raupp Casara, todo o povo de Rondônia.

Estava esperando essa oportunidade para poder falar nesta Casa, uma Casa por que temos grande respeito, pois seus membros são de alta competência e lisura.

Em função dessa situação, queria dizer aos senhores: quem não deve não teme.

Anteriormente, deixei claro que renunciava meu mandato se o Governador provasse que o Chico Paraíba, pessoalmente, tivesse feito pedido de qualquer tipo de propina. Não mudei, não, continuo, Sr. Presidente, com a mesma decisão. Por isso, tomo a liberdade de, após a Comissão analisar todo o material que estou entregando – que prova a minha inocência -, ou seja, duas gravações em CD com o Governador do Estado, gravações em duas fitas de vídeo, com sete encontros entre o Chico Paraíba e o Governador Cassol, gravações em CD e áudio, com outros grandes funcionários do Governo que, em outro momento, queria, em separado, poder passar toda a documentação, se os senhores me permitirem, e fitas de vídeos legendadas, onde prova a montagem que fizeram para me prejudicar.

Pediria a V. Ex^a, Siba, Senador, grande Senador, já fui Prefeito, já fui Presidente da Emater, Rondônia, fui Secretário de Estado e não tenho um processo na minha vida que desabone a minha conduta. Um. Por isso quero aqui falar nesta grande Casa, de que tenho orgulho por estar aqui.

Meu CPF é: 161.259.244-91.

Minha carteira de identidade é: 347.517 SSP-PB.

Vocês têm à disposição para pesquisar minha vida. Inclusive, autorizo a vasculhar minha vida nos quatro cantos por onde passei.

Em função dessa minha introdução, após todas as análises, que estamos colocando aqui, vou falar para um homem por quem o Brasil tem grande respeito: Senador Amir Lando. Ministro, Relator da CPI do Collor, um grande jurista que aprendi admirar, por

isso quero entregar ao Senador Amir Lando. Estou assinando agora, protocolando, se a Comissão encontrar qualquer pedido meu de propina, sem montagem, está aqui autorizado aqui o Senador Amir Lando protocolar minha renúncia.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Peço ao Senador Amir Lando que receba, mas que na sequência possa encaminhar os documentos ao Relator, Senador Demóstenes Torres.

O SR. CHICO PARAÍBA – Depois eu queria ter o recebido.

Mesmo assim, nós vamos passar a documentação inteira para a Comissão, Senador Sibá.

Quero ler aqui: Sr. Presidente, convocado pra prestar esclarecimentos nesta egrégia Corte Legislativa, mediante os fatos divulgados no programa **Fantástico**, da da Rede Globo de Televisão, envolvendo o Governador do Estado de Rondônia e Deputados Estaduais, tenho a honra de me dirigir a V. Ex^a, na qualidade de Deputado Estadual pelo Estado de Rondônia, constitucionalmente eleito para a sexta legislatura e empossado em 01 de fevereiro de 2003. Venho apresentar as gravações abaixo enumeradas, para as devidas providências pertinentes, inclusive análise técnica, se assim entender esta presidência.

Estamos passando duas gravações em CD áudio, produzidas com o Governador do Estado de Rondônia Sr. Ivo Cassol e o Chico Paraíba, que, em todos os momentos, deixou claro que conhecia a minha lisura e que nunca pedi nada, a não ser o meu trabalho e as minhas emendas. Queria passar os primeiros CDs.

Gravações em duas fitas de vídeo de sete encontros entre o Deputado Chico Paraíba e o Governador Ivo Cassol. Todos esses encontros com o Governador, deixo claro, que jamais me curvei a qualquer tipo de chantagem, que sempre tive decisões independentes. O que é bom para o meu Estado sempre aprovei. Ajudei o governador muito. Agora, o que é ruim para o meu Estado sou contra, porque tenho que estar de lado daqueles que me elegeram, que é o povo da minha região.

Então, estão aqui as duas fitas com sete encontros com o Governador, gravados e com vídeo. E o que estou falando eu estou provando. Vou passar todas essas cópias também, depois, para o Senador Amir Lando, que é o guardião do meu pedido de renúncia, caso haja qualquer comprovação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Dê-me só um aparte?

Essas fitas foi o senhor mesmo que gravou ou são cópias das que o Governador gravou?

O SR. CHICO PARAIBA – Queria concluir, vou ficar à disposição de V. Ex^{as} para qualquer tipo de pergunta.

Desculpe-me, por que só tem dez minutos, se me derem mais um tempinho, Senador Sibá, aí eu...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Pode conceder, depois retomamos com a pergunta do Senador.

O SR. CHICO PARAIBA – Então, estamos inclusive passando uma fita também para a Comissão, isso aqui foi extraído das fitas de gravações do governador. Todas aquelas fitas que foram editadas, que foram cortadas, inclusive queria dizer para V. Ex^{as} que até as fitas que foram entregues, através da Justiça, para a Assembléia, são todas cortadas. Mas, mesmo dentro daqueles cortes, pegamos diversas imagens onde o governador deixa claro para os deputados, que estavam lá no fogo do purgatório, que era aquela sala, porque quem aparecia naquela sala está condenado, embora não tenha falado nada.

E quero dizer que todos os parlamentares de Rondônia, a sua grande maioria estiveram lá, que autoridades das igrejas estiveram lá. Estiveram lá Ministros, filhos de ministro e ele atendia na sua casa.

Mas, o momento em que o Brasil está passando, se aparecer sentado ali já está condenado. Então, isso aqui foi extraído. Queria que a Comissão tivesse a oportunidade de ver as fitas na íntegra, para ver que são coisas fidedignas e verdadeiras. Inclusive, pediria depois para reproduzir no telão, porque quando, no Fantástico, fala dos dez parlamentares não contaram o resto da história.

O governador chega a dizer o seguinte: opa, espera aí, o Chico esteve aqui ontem e só falou das emendas dele. E conta até nove e manda tirar o meu nome. Mas essa parte não foi contada e eu queria que V. Ex^{as} tivessem a oportunidade de ver. Então, isso aqui foi retirado das fitas que foram entregues pela Justiça, embora com cortes.

Queria dizer para os senhores que me dessem a oportunidade, são seis minutos essa fita, e um tempinho até para que seja caracterizada a verdade. Por que é que o governador está fazendo isso? Quem conhece o Chico Paraíba, aqui estão os meus familiares que me conhecem de criança, aqui estão todos os meus companheiros de partido que sabem da minha lisura, agora, sempre peguei batalhas muito fortes. Fui relator de uma das maiores CPIs do Estado de Rondônia que foi, todo mundo sabe, a CPI da indenização, que vou passar documentos para V. Ex^{as}, a CPI da Seron, e que queriam me calar, e o Governador ficou como se estivesse com uma espada no pescoço dos Deputados, porque se as fitas foram gravadas há dois anos,

tinha proposta indecorosa, era corrupção, por que não denunciou na época até para mostrar para o povo que isso não era bom? O mesmo método foi usado em Rolim de Moura. A Câmara de Vereadores ficou calada porque se alguém senta numa Mesa e vai te gravar é como se tivesse uma armadilha para pegar a caça e palavras são colocadas na boca, são induzidas muitas coisas, mas queria dizer que Deus sempre foi muito benevolente comigo, espada no pescoço para mim não vai fazer muito efeito porque nem pescoço Deus me deu. Já nasci sem pescoço. E dizer para os senhores o seguinte: o que estou falando é a pura verdade, e sei que neste Brasil muitas pessoas são injustiçadas, queria fazer uma homenagem a três pessoas: o meu pai e estão aqui os meus tios, sempre fomos do PMDB, desde a época do PSD, minha família chegou em 1706 no interior da Paraíba e sempre teve posições. Senador Humberto Lucena, que foi do PMDB, minha família inteira votou no Senador Humberto Lucena, inclusive tem um tio meu aqui que foi assessor dele. Humberto Lucena foi injustiçado neste País, quase que se toma o mandato de Senador, e queria pedir aos senhores, com todo o respeito, o Senador Humberto Lucena, grande homem, duas vezes Presidente do Congresso, 42 anos de mandato nesta Casa. Ando nessas galerias e não vejo nenhum nome do Senador Humberto Lucena. Na política só crescemos quando deixamos descendentes para escrever a nossa história. Vamos ser realistas e sinceros, façam uma homenagem a um grande homem que a Paraíba teve e me espelhei no PMDB no nome de Humberto Lucena. Outro grande homem que me inseriu na política em Rondônia foi o Senador Ronaldo Aragão, coincidentemente estive aqui no Senado uma vez sendo testemunha a favor do Senador, porque queriam execrá-los, por incrível que pareça, e o meu depoimento não saiu nem na rádio biboca, desculpe, ninguém queria conversar comigo porque estava falando a verdade. E o Senador Aragão, meu amigo, inseriu-me na política morreu também angustiado do coração assim como Humberto Lucena. São as três pessoas a quem queria fazer esta homenagem, não sei qual o meu futuro político, não sei também se serei político, porque o meu nome já foi execrado neste País como um grande corrupto, um grande desrespeitador do povo brasileiro. Mas tenho a consciência e estou fazendo esse desafio, e fiz a um grande homem, Senador Amir Lando, que é jurista, se encontrarem, protocolem o meu pedido de renúncia, o que disse estou fazendo. E pediria, Sr. Presidente, que pudesse passar a fita se fosse possível.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Por uma questão até mesmo de nosso tem-

po, infelizmente acho que não vai dar. Vamos ter que continuar...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Vamos ouvir todas as fitas ...

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, seria importante

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mesmo há a possibilidade de a fita ser montada, ele mesmo disse que existe essa possibilidade. Por que não ver as fitas de uma vez só, se não vamos ter que chamar os outros Deputados e eles vão querer também passar uma fita. Aliás uma questão, eu queria saber é como foram obtidas, foi o senhor que gravou o Governador?

O SR. CHICO PARAIBA – Queria dizer o seguinte, já deixei claro, estava querendo mostrar uma fita da passagem do final do Fantástico quando foi cortado, porque não passaram a conclusão e me isenta...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Vamos ter oportunidade de fazer isso. Vamos ter oportunidade de ouvir as fitas. A primeira pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – São várias fitas. São todas muito importantes para esta Comissão e as demais fitas que serão enviadas pelo Relator da Comissão da Assembléia e mais as fitas que estamos esperando da Rede Globo para fazer todas as comparações. Acho importante, mas acho que ele está fazendo uma boa apresentação do seu diálogo, ouviremos até com mais detalhes, mas acho que poderíamos deixar a fita para depois.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Temos mais de doze horas de fita para ouvir.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Não, acho que essa fita faz parte da defesa dele, então, era importante ver, para a opinião pública também.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas por que ver agora? Se a fita corre o risco de ser editada, como ele mesmo disse?

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Ele está falando que ela é uma sequência daquela fita, quer dizer, uma sequência...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Primeiro, o senhor gravou o Governador?

O SR. CHICO PARAIBA – Gravei e inclusive entreguei o CD, porque se ele perdeu a ética de me gravar, eu perdi a ética de gravá-lo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito bem. Então, essas fitas foram gravadas pelo senhor?

O SR. CHICO PARAIBA – Veja bem, vou explicar novamente, desculpe-me V. Ex^a, tenho um grande respeito, disse, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Só um instantinho, Deputado. Pedira da seguinte maneira: Queríamos, na verdade, que em dez minutos você pudesse apresentar todo o esclarecimento que achar importante e, na seqüência, poderíamos argüir sobre V. Ex^a. Insistiria, porque V. Ex^a gostaria que, no seu argumento, colocasse uma fita de seis minutos. Aachamos que como se trata de fita e todas as fitas, até o presente momento, sem o laudo pericial da Polícia Federal são fitas ainda brutas, para nós serão brutas, então estamos dizendo que ficaria prejudicada a apresentação da fita. Portanto, pediria o seguinte: ...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas a veremos...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Sim, ela será vista, mas, por enquanto, todas as fitas estão em situação comum. Pediríamos então que V. Ex^a pudesse concluir o seu pensamento. E aí, na seqüência, faremos todas as perguntas.

O SR. CHICO PARAIBA (PMDB – RO) – Vou concluir. Queria só repetir para o nosso Parlamentar que eu disse que primeiro entreguei duas gravações em CD áudio, produzidas com o Governador do Estado de Rondônia, Sr. Ivo Cassol e o Deputado Chico Paraíba. Essa eu gravei.

2. Gravações em duas fitas de vídeo de sete encontros entre o Deputado Chico Paraiba e o Governador Ivo Cassol. Isso foram encontros inclusive de diversas inaugurações do Ministério Público, onde digo, na cara dele, que nunca pedi nada para ele. E ele também reforça isso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Quem gravou?

O SR. CHICO PARAIBA – Eu gravei.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Essas sete e outras?

O SR. CHICO PARAIBA – Não, são sete encontros em duas fitas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a também gravou?

O SR. CHICO PARAIBA – Também gravei porque era público e notório, eram inaugurações, inclusive do Ministério Público.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então todas as fitas foram gravadas por V. Ex^a?

O SR. CHICO PARAIBA – Vou chegar lá. Fitas em vídeo legendado, com trechos retirados das gravações encaminhadas para a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia pelo Poder Judiciário. Então essa fita que eu queria mostrar é a fita que o Poder Judiciário mandou para a Assembléia. E pegamos o trecho final, onde diz que eram dez...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E como o senhor pegou, teve acesso a essas fitas?

O SR. CHICO PARAIBA – Porque a Assembléia entrou na Justiça para que a Justiça entregasse as fitas para a Assembléia, e eu, como um dos denunciantes, tive que ter uma cópia da fita.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, o Presidente repassou uma cópia ...

O SR. CHICO PARAIBA – O Presidente da Comissão passou a parte que fui solicitado, onde fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Que V. Ex^a solicitou.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a solicitou por escrito à Presidência?

O SR. CHICO PARAIBA – Solicitei e não só eu, mas todos os deputados solicitaram. E todos tiveram acesso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então é a própria fita que o Deputado vai nos mandar.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Queria fazer um apelo, mais uma vez: Seria importante que esses seis minutos sejam vistos, faz parte da defesa dele. Acho que a Comissão terá...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas vamos ouvir. Por que é que tem que ser agora e não em conjunto, com a oitiva das fitas?

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Para que todos tenham conhecimento, todos. Para que a televisão tenha conhecimento.

O SR. CHICO PARAIBA – Queria só dizer para V. Ex^a, quando pedi isso, peço até desculpas...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Deixa eu fazer uma sugestão, é o seguinte: Para não ficarmos assim, pediria então ao Deputado se ainda tem mais algum documento, mais algum esclarecimento, conclui e a gente avalia imediatamente sobre o vídeo.

O SR. CHICO PARAIBA – Vou concluir. Tenho mais alguns documentos. Queria dizer para os senhores que estou fazendo isso com a mais alta humildade, com a mais alta tranquilidade, porque como o meu nome foi divulgado no País inteiro, em diversos programas de televisão, nada melhor do que todos que estivessem aqui pudessem ver a verdade. E se não for a verdade, o meu pedido de renúncia já está protocolado ali. Então, de qualquer forma, concluindo, queria dizer que vou deixar claro aqui para todos os senhores que tenho um grande respeito e admiração, que queria, reservadamente, também passar uma série de documentos que comprovam que de fato muitos dos deputados que ficaram inseridos nesse processo não devem; outras pessoas que deveriam aparecer não apareceram,

porque teve uma mão muito forte que decidiu quem ia para as fitas e para o Brasil inteiro e quem não ia. E isso que estou falando tenho a prova.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ótimo, então vamos fazer a segunda parte reservada, até para que ele possa.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Então, só para entender, esse restante de material é para a Comissão ou é cópia do que V. Ex^a nos passou?

O SR. CHICO PARAIBA – Esse restante... Desculpe, Senador.

Esse restante de material. Senador, que é quem está com a minha renúncia a ser protocolada, está recebendo a mesma coisa que a Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Ok, estão é cópia disso aqui.

O SR. CHICO PARAIBA – E outros documento que eu queria passar...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Em sigilo.

O SR. CHICO PARAIBA – Em sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Então um instante. Deixa eu fazer logo um sistema protocolar.

Nobre Relator, então passo às mãos de V. Ex^a todo o documento apresentado pelo Deputado Chico Paraiba, tanto cópia do documento colocando à disposição sua renúncia caso qualquer comprovação de indícios, as três fitas e mais o CD-Room envelope que não está lacrado.

Ok, aproveito a ocasião, já passo a V. Ex^a também cópia dos documentos enviado pela Polícia Federal do Estado de Rondônia contendo também não só documento escrito quanto um CD-Room que ainda não sabemos do que se trata. E aproveito o momento para apresentação do requerimento de aditamento invertendo o local de audiência com os três Deputados citados na audiência de ontem, em vez de fazermos em Rondônia, fazermos aqui neste mesmo ambiente. Neste caso, encaminho à apreciação desta duas, duas... Eu vou pedir, infelizmente. Quanto a vermos a fita dos seis minutos.

E a segunda coisa é que, tendo em vista que a ... parece que outras informações que o Deputado Chico Paraiba poderia nos fazer, mas não de maneira pública. Se suspendermos tão logo vejamos a fita novamente essa audiência pública, fazer em reserva para ouvir as demais informações que o Deputado tem para nos apresentar.

O SR. CHICO PARAIBA – Sr. Presidente, o Sr. me permite também afirmar que jamais autorizei alguém usar o meu nome, nem o próprio Governador.

Eu saí de casa com quatorze anos e desde os quatorze anos que eu sou dono de mim. Então eu sou dono da minha palavra. É claro, uma palavra que soa a voz daqueles que acreditam em mim.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Eu pediria, então, que a gente pudesse... Tem como projetar a fita?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Vai ser mostrada a fita?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Foi decidido pela Comissão?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Eu entendi o silêncio como uma concordância. É isso?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Isso é uma bobagem. Vai ter que ouvir. Vai vir fita de todo jeito para cá.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP) – É, eu estou seguindo a experiência do nosso Promotor, que sabe como é. Agora, que ouvi-lo, assim, separadamente como ele quer, acho que a gente deveria dar a oportunidade de falar em reunião secreta.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não precisa, então, da fita?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mostra. Quer ver a fita, mostra. Agora, isso é um show. Não precisa disso. Vai ter um momento de ouvir fita.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Todas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Essa fita não sabe quem fez direito.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Todas as fitas. Também acho, não precisa. Podemos suspender.

Tudo bem.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas quer ver, vamos ver porque senão quem sair daqui vai dizer que não teve a oportunidade. Agora, a fita nós vamos ter fita.

O SR. PAPALÉO PAIS (PMDB – AP) – Cerceia a liberdade. É fita a gente pode ver depois.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ela vai ser um show.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Acho que o Relator tem razão. Essa Presidência já decidiu: não haverá exibição da fita.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não, mostra. Mostra.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Ok. Não, não haverá a exibição da fita.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Acho que é melhor. Acho melhor.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Vamos suspender novamente a audiência pública para ouvir, em reserva, o Deputado Chico Paraíba.

Pediria novamente, infelizmente, para que... Sei, mas estamos em audiência e notícias desta natureza... é um direito da pessoa e nós temos que... É um direito da pessoa.

Pediria a compreensão. Infelizmente nós vamos cumprir com esta regra.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Sr. agora... o Sr. vai falar sobre a inocência de alguns Deputados e a culpa ...

(Falha na gravação.)

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não estou entendendo o sinal. Pode? Com a palavra o Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Então com a palavra o Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Deputado, V. Ex^a alguma vez já esteve reunido com o Governador Ivo Cassol sozinho ou em conjunto com outros Deputados pedindo ao Governador a liberação de emendas e de cargos em troca de apoio parlamentar?

O SR. CHICO PARAÍBA – Olha, eu queria dizer para V. Ex^a que eu aprendi e até me posicionei lá dentro do PMDB com o Senador que eu só defendo quem tem cargo quem ajuda a eleger. Como os dois Governadores que estiveram em Rondônia, o Bianco e coincidentemente o Ivo Cassol, eu não ajudei a eleger então eu nunca quis cargo. Eu nunca tive nenhum cargo em nenhum dos Governos.

De fato, eu como Parlamentar, estive diversas vezes na casa do Governador, não é, discutindo trabalho. A fita que aparece comigo, ela aparece mesmo a que esteve na Justiça, só um pedaço, a parte que eu estava discutindo as emendas parlamentares não apareceu aquele pedaço. Ele, por diversas vezes, tentou me forçar a barra, inclusive eu deixei claro com ele e nas minhas afirmações que eu não queria nada dele e não quis a não ser minhas emendas parlamentares.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas não foi em troca de apoio, foi liberação.

O SR. CHICO PARAÍBA – Não. A liberação das minhas emendas, até porque eu deixei claro aqui, quando uma coisa era boa pro Estado eu votava, quando não era eu voto contra. Então, toda vida eu tive decisões firmes e posso até reforçar um exemplo: ele foi o único Governador do Brasil que vetou o orça-

mento por inteiro, porque ele mandou um orçamento de R\$2,529 bilhões. A receita era de 2,529 bilhões e a despesa era 2,714. Como é que um orçamento tinha uma receita totalmente diferenciada? Aí nós adequamos o orçamento. Ele vetou o orçamento inteiro e disse inclusive, na minha presença, numa reunião, que eu tinha feito o compromisso de votar a favor da manutenção do veto dele e eu fiz um discurso e votei contra. Isso é agora recente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então V. Ex^a jamais participou de reunião com o Governador em conjunto ou isoladamente para pedir liberação de emenda ou de cargo em troca de apoio parlamentar?

O SR. CHICO PARAÍBA – Não, eu jamais em qualquer momento eu sempre disse para o Governador: as emendas parlamentares assim como no Congresso, eu sei que a coisa não é correta, porque normalmente o Governo prestigia quem é da base e esquece os que não são da base, mas eu tive diversas vezes na casa do Governador, estive em alguns momentos com outros parlamentares discutindo exatamente o que era do meu direito que eram as emendas parlamentares. E também não vejo nenhum absurdo se eu tivesse discutindo a questão das minhas emendas em função de apoio, porque em todo e qualquer local no mundo, na realidade, existe a base da governabilidade e quem trata bem o governo na coisa certa, quer ser bem tratado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas eu não entendi, então, a resposta. V. Ex^a conversou ou não conversou com o Governador?

O SR. CHICO PARAÍBA – Conversei com o Governador. Nunca troquei nada com ele.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Em troca de apoio parlamentar.

O SR. CHICO PARAÍBA – Nunca troquei nada com o Governador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito bem. V. Ex^a nas conversas que teve com o Governador, o Governador chegou a insinuar a V. Ex^a ou mesmo diretamente chegou a propor uma ajuda financeira, um mensalão, em troca do apoio de V. Ex^a? Ele chegou a fazer?

O SR. CHICO PARAÍBA – Olha, pra mim, eu não posso nem dizer que ele chegou pra mim porque ele já conhece como é que o meu jeito. Agora, que ele fez na minha presença que queria oferecer vantagens para grupos para dar sustentação pra ele, isso ele falou pra mim, e não foi só uma vez não. Inclusive essas fitas que o senhor vai ter oportunidade de ver, o senhor vai ver dentro da fita onde ele diz: “Ó, Chico Paraíba não quer nada, só quer as emendas dele”. E ele fazia isso e se

V. Ex^{as} tiverem oportunidade, vão ver que ele inclusive diz que já paga para outros deputados – eu queria dizer que o Senador Amir afirmou isto – e eu não tive oportunidade de ver as fitas dos outros deputados, só a minha, como falei pra V. Ex^a, mas eu até me comprometi com o Senador, o próprio Ronilton Capixaba que esteve aqui falou que eu me comprometi, inclusive vou me comprometer com a Comissão para que a gente possa ter acesso a outras fitas onde eles dizem que alguém já é beneficiado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ah, muito bem! O senhor pode dizer... ele não ofereceu para o senhor, mas o senhor pode dizer para quais os outros o senhor tem conhecimento que ele ofereceu?

O SR. CHICO PARAÍBA – Olha, é como eu falei para V. Ex^a. Eu estive uma vez... eu tive duas vezes com o líder do Governo, que era o Deputado Neudir com ele e as outras vezes estive uma vez reunido com toda a Assembléia discutindo a questão de projetos, mas eu não acompanhei nenhum outro deputado no confessionário, ou seja, naquela sala a não ser o Líder do Governo e o Chefe da Casa Civil.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pois é, nesse momento em que ele disse: “O Chico não quer nada”, quais eram os outros que queriam? E quais as vantagens que ele oferecia?

O SR. CHICO PARAÍBA – Olhe, eu não perguntei quais eram os outros porque talvez se eu tivesse perguntado quais eram os outros ele pudesse usar de artimanha, artifício como usou para me prejudicar. Então, como falei para V. Ex^a, estou aqui para fazer a minha defesa, e nada mais retrato fiel do que as fitas que V. Ex^a vão ter acesso.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a pode dizer quais as vantagens – “o Chico não aceita vantagens, nenhuma dessas vantagens, porque os outros podem aceitar”. O senhor pode dizer que tipo de vantagens eram essas?

O SR. CHICO PARAÍBA – Olha, as vantagens que nós escutamos, por exemplo, isso em conversa informal, eu via Deputados que queriam apoio através das emendas, via Deputado que queria apoio através das fundações, vi Deputado que queria apoio através de cargos, mas, em nenhum momento, participei de qualquer discussão sobre a questão de financeira. Vi também, porque isso ele falou comigo, dizendo que ele tinha uma sugestão, que 50% das obras eram do Sinduscon, que é o Sindicato dos Construtores, e que 50% das outras obras eram divididas com os grupos. Agora não sei se era grupo de empresário, se era grupo de Deputados, se era grupo não sei de quê, porque, para mim, não interessava muito, inclusive, já quando ele só tinha apoio de três Deputados na Assembléia,

ele me ligou, porque sou visto na Assembléia como uma pessoa de equilíbrio, porque a gente não pode prejudicar o Estado. Ele chegou a me perguntar: Chico, como é que eu faço para ter a governabilidade?

Eu disse: Olha, o senhor para fazer a governabilidade, cada um tem seus interesses individuais – está lá claro, quando vocês ouvirem, dentro dos seus interesses individuais, o senhor tem que entender que, para garantir a governabilidade, tem que ter uma maioria, porque ele queria, no início, ter os 24 Deputados, inclusive a Bancada do PT, que nós todos, os 24, apoiamos ele os dois anos.

Chegou para mim e disse: Olha, todo mundo está com raiva de mim, porque eu não consegui atender ninguém, inclusive as emendas eu não consegui atender. Aí, eu disse para ele: Olha, Governador, então o senhor tem que trabalhar com um grupo menor e o senhor abre o jogo, ou seja, fala a verdade – você vai ser Oposição, você vai ser situação e mata aquela questão. Foi exatamente aquele contexto que tiraram, que foi de uma conversa minha agora, recentemente, porque aquela conversa dos Deputados foi a dois anos atrás e encaixaram, dizendo que o grupo não era mais de dez, era menor do que dez. É uma incoerência, porque, se ele só tem três, o grupo era de dez, com três, treze, era difícil. Tinha que diminuir o grupo, ele não tinha governabilidade, quer dizer, era uma pura incoerência e que esta é a pura verdade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Deputado Ronilton Capixaba procurou o senhor, em nome do Governador, para que se reunisse com o Governador, a fim de discutir apoio para o Governador?

O SR. CHICO PARAÍBA – Olha, o Deputado Ronilton Capixaba até comentou lá que o Governador o tinha convidado para ser Líder. A conversa espalhou nos quatro cantos da Assembléia, mas, se V. Ex^{as} observarem, eu fiz um levantamento de todas as matérias que foram votadas na Assembléia, de todas – está comigo, inclusive, aqui, em Brasília –, o senhor vai ver que, em momentos que eu vi que prejudicava a sociedade, eu sou contra.

Se V. Ex^a observar, na inauguração do Ministério Público de Pimenta Bueno, que lá estavam diversos Juízes, o Procurador-Geral do Ministério Público e todo mundo, eu deixei claro: tem momento que dizem que o Chico Paraíba é Líder do Governo, mas tem momentos que ele diz que é uma Oposição desgraçada. Então, eu luto e sempre lutei pelo que acho que deva ser correto e nunca fiz à base de troca por nada.

Senador Amir Lando me conhece, a Deputada Maninha, Senador Valdir Raupp me conhece, as minhas posições. Eu discordo até dentro de Partido. Agora, recentemente, houve um acordo em Porto Velho para

apoiar e lançar o Vice-Prefeito do PSDB do Governo e eu fui o único contra. Está lá, minha coisa contra Senador, contra Deputado Federal e contra todo mundo, e até disseram:

– Que negócio é esse? Você não é de grupo?

Eu digo:

– Eu sou de grupo, mas eu não sou daqueles que dizem amém, amém, amém. Eu tenho luz própria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Para mim está bom.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Por uma questão de tempo, eu gostaria de suspender a reunião, convidando a reabertura para posterior instalação da CPMI dos Correios ou, se houver Ordem do Dia, para logo após a Ordem do Dia.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, dada a exaustiva inquirição do nobre Senador Relator, não sei se alguém quer fazer alguma pergunta, senão poderia até dispensar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Dispense. O dele já encerra, só para ouvir os outros.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Alguém quer fazer mais alguma pergunta? (Pausa.)

Agradecemos o Deputado Chico Paraíba por sua contribuição. A participação de V. Ex^a neste momento está encerrada.

A reunião continuará, se houver a Ordem do Dia, após a Ordem do Dia. Se a reunião da CPMI dos Correios for concluída antes da Ordem do Dia, retomaremos os trabalhos antes da Ordem do Dia.

O SR. CHICO PARAÍBA – Quero agradecer, Sr. Presidente, a V. Ex^a e dizer ao nobre Relator que tenho, pelo menos em nível de Brasil, conhecimento de que o nobre Relator Demóstenes – é até o nome de um tio meu aqui presente – é um grande homem, de uma convicção muito forte, de conhecimento prudente e de uma justiça justa.

A todos vocês o meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Deputado.

A reunião está suspensa.

(Suspende-se a reunião às 14 horas e 35 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Está reaberta a reunião.

Convidamos o Deputado Cacá Mendonça. (Pausa.)

Deputado Kaká Mendonça, nosso procedimento é o seguinte: V. Ex^a dispõe de até dez minutos para fazer sua exposição e, na sequência, nosso Relator fará algumas perguntas a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Deputado Cacá Mendonça.

O SR. KAKÁ MENDONÇA – Cumprimento o Presidente desta Comissão, Senador Sibá Machado, o Relator, Senador Demóstenes Torres e a imprensa presente.

Sou Deputado Estadual de Rondônia convidado por esta Comissão Externa do Senado a prestar esclarecimentos sobre o episódio colocado pelo Governador de Rondônia no último dia 15.

Sr^{as} e Srs. Senadores, com 22 anos de idade, fui o Vereador mais votado da história do meu Município, no interior de Rondônia. Com 23 anos de idade, fui Deputado Estadual. Estou no meu segundo mandato como um dos Deputados mais bem votados do Estado de Rondônia. Com certeza, gostaria de estar, no Senado, tratando de outros assuntos, trazendo o que há de bom no Estado de Rondônia, mas, infelizmente, estamos aqui prontos para prestar qualquer esclarecimento e esclarecer qualquer dúvida que os Srs. Senadores tiverem com relação ao que aconteceu em nosso Estado. É uma satisfação receber este convite e estar aqui com os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor participou de alguma reunião com o Governador, isoladamente ou com outros Deputados, pedindo a ele que fossem liberados recursos orçamentários e cargos em troca de apoio político?

O SR. KAKÁ MEDONÇA – Ex^a, há cerca de dois anos, no mês de abril –salvo engano –, pela fita que vi na televisão, o Deputado João da Muleta me ligou, em uma manhã de sexta-feira, em minha residência, perguntando-me: “Deputado, tudo bem? Tem uma pessoa aqui querendo falar contigo”. Era o Governador. Naquele momento, o Governador me cumprimentou “oi, Deputado” e me perguntou se poderia falar comigo. Falei: “Sim, Governador, tranquilo”. Ele disse: “Então, você vem logo” – não esqueço dessa frase – “porque senão o Deputado João da Muleta vai levar tudo para o Jaru e não vai sobrar nada para Pimenta Bueno. Vem logo”. Perguntei: “Onde é a casa do senhor?” O Governador falou: “É aqui onde morava o ex-Governador Piano”. Enfim, e tal. E eu me desloquei. Pimenta Bueno é meu Município e Jaru é o Município do Deputado João da Muleta, né? E fui à residência do Governador e ali o Governador pedia apoio político, ajuda, e tivemos uma conversa longa, e a única coisa que deixei claro ali é que queria trabalhar, que queria ser parceiro do Governo do Estado de Rondônia, porque eu tinha compromisso com minha região, represento vários Municípios na região, que eu não ia ter dificuldade para

trabalhar com o Governador porque ele também é de minha região, enfim, e deixei bem claro: “Governador, o senhor atendendo os pedidos do Deputado Kaká Mendonça, o senhor com certeza está contemplando a região que sempre ajudou o senhor, que sempre votou no senhor, que é nossa região”. Então, foi uma conversa nesse sentido, estive lá, sim, nessa conversa com o Deputado João da Muleta.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor não pediu nem cargo nem liberação de emenda em troca de apoio político?

O SR. KAKÁ MEDONÇA – Nesse momento, nessa conversa nunca tratei.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E em outra conversa? O senhor chegou a pedir?

O SR. KAKÁ MEDONÇA – Olha bem, em outras conversas que tive com o Governador, vim sendo parceiro do Governo, sempre reivindiquei, Ex^a, sempre pedi que o Governador pudesse atender minhas emendas, e algumas foram atendidas, outras não foram...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas em troca de apoio político?

O SR. KAKÁ MEDONÇA – Não, o apoio político é a contrapartida de tudo o que vem de projetos de interesse da sociedade rondoniense. Sempre tive tranquilidade, sempre fui um Parlamentar livre para votar com a consciência tranquila...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor já votou contra o Governador antes desses episódios?

O SR. KAKÁ MEDONÇA – Já votei, já votei. Voti favorável em alguns projetos que eu achava que não eram de interesse da sociedade, votei favorável, sempre mais olhando os interesses da sociedade rondoniense.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Governador chegou a oferecer ao senhor ou a outros Deputados um “mensalão” para que os senhores pudessem apoiá-lo?

O SR. KAKÁ MEDONÇA – Olha bem, o Governador não me ofereceu, mas nessa primeira conversa que tive com ele – eu não tive acesso à fita, mas lembro essa conversa, e saí dali até pensando, refletindo – ele queria, sempre buscava uma indução no sentido de que eu chegasse a pedir alguma coisa nesse sentido.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ele oferecia?

O SR. KAKÁ MEDONÇA – Ele induzia você a: “Ah, eu quero...” E eu sempre... A fita pode dizer isso. Eu não tenho, não tenho...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor pode dizer o que o Governador dizia?

O SR. KAKÁ MEDONÇA – O Governador sempre falava: “Eu quero ajudar, mas eu não tenho como. O que você acha? Como é que faz? Como é que não faz?” Eu: “Governador, não vim aqui para isso”. Sempre procurei o Governador para ajudar as associações beneficentes de meu Município, de minha região, as associações de produtores rurais, e nunca entrei nessa...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Depois de junho de 2003, o senhor passou a ser aliado incondicional do Governador?

O SR. KAKÁ MEDONÇA – Não, como falei a V. Ex^a, durante dois anos, fui mais situação do que oposição, e até gostaria de dizer ao Senador que acredito, pela exposição que o Governador colocou, do Deputado Kaká Mendonça, foi de raiva. E ele comentou com alguns aliados políticos, com o Prefeito de meu Município, com alguns Deputados, que o Deputado de que ele tinha raiva era eu.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas por quê?

O SR. KAKÁ MEDONÇA – Porque tinha feito um compromisso de apoiar meu candidato a Prefeito e eu não poderia votar contra os projetos do Governo. E eu, mostrando a minha...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor era, então, em determinados momentos, um opositorista?

O SR. KAKÁ MEDONÇA – Em determinados momentos, que eu achava que não era do interesse da sociedade... tanto é que votei contra o que causou muita polêmica, não só eu, como a maioria dos Deputados, contra uma autorização que o Superior Tribunal de Justiça pediu para a Assembléia Legislativa processar o Governador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor fez um discurso que dizia o seguinte: “O caminho mais importante, pelo menos para mim, eu vejo dessa forma, é ser parceiro do Governo, é ser companheiro do Governo, e o Governador acreditar em mim e dizer: ‘eu tenho um parceiro. Aquele ali, aquele ali eu posso contar com ele. Aquele ali é um cara que segura, que pode chover canivete, porque tem cara que só quer aproveitar. Mostrem a verdade. Eu não ligo que falem de mim, mas falem a verdade. Eu sou parceiro do Governo’”. O senhor, então, foi parceiro incondicional do Governador em determinado tempo?

O SR. KAKÁ MEDONÇA – Olha bem. Essa conversa, Senador, foi o que saiu na mídia. Isso foi o que saiu na mídia. Então, naquele primeiro momento, eu passei para o Governador que eu estava ali para buscar parceria, para buscar que o Governo pudesse ajudar, como disse aqui, as associações, os Municípios que represento, e que eu sou um parceiro e, quando

sou parceiro, pode chover canivete, no bom sentido, no sentido de ajudar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Por quanto tempo o senhor foi esse parceiro chovendo canivete?

O SR. KAKÁ MEDONÇA – Como disse o senhor, o nosso relacionamento sempre foi o que eu achava que era de interesse da sociedade, do povo de Rondônia, eu sempre estava ali para ajudar, uma suplementação, um projeto, enfim. Quando eu achava que aquilo poderia prejudicar ou beneficiar, algumas coisas que não davam transparência...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor delegou ao Deputado Ronilton Capixaba alguma atribuição para ele ter entendimento com o Governador em nome do senhor?

O SR. KAKÁ MEDONÇA – Veja bem, o Deputado Ronilton Capixaba, a única atribuição que dei a ele foi quando ele me procurou uma vez numa sessão e disse: “Fui procurado para ser Líder do Governo aqui na Assembléia Legislativa...”

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Quando foi isso, o senhor se lembra?

O SR. KAKÁ MEDONÇA – Não me recordo, mas deve ter sido no segundo semestre de 2003, no começo do segundo semestre, não me recordo. Foi convidado pelo Governador para ser Líder dele aqui na Casa e disse: “Posso contar contigo?” Sou parceiro, se o Governador atender minhas emendas e der espaço político para nós podermos trabalhar, com certeza.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A quem o senhor credita o fato de o Deputado Ronilton Capixaba ter colocado o senhor numa lista que ele leu para o Governador de Deputados que queriam o “mensalão” para apoiá-lo?

O SR. KAKÁ MEDONÇA – Desconheço isso. Na única conversa que tive com o Deputado, falei para ele que poderia contar comigo e o Governador já sabia. Na verdade, era um reforço. Primeiro que se alguém iria conversar com o Governador, seria eu. Eu não dava procuração para ninguém, viajava com o Governador de avião para o interior e para as bases e conversava em várias solenidades. O único reforço que eu dei foi que se ele fosse Líder do Governo, ele poderia contar comigo na Assembléia Legislativa, desde que o Governo cumprisse as minhas emendas e me atendessem com prestígio político.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Deputado Ronilton disse o seguinte: “Temos lá na Assembléia a Ellen, Gazoni, Daniel Néri, Paulista, Leudo, Donadon, Kaká, Chico Doido, Ronilton e Chico Paraíba”. O Governador pergunta: “Isso todo já consigo voto?” e o Ronilton responde: “Certo”. Esse diálogo é acertando

com o Governador o apoio político em troca de quê? O senhor não delegou a ele nenhuma permissão para falar em nome do senhor?

O SR. KAKÁ MEDONÇA – De maneira alguma.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Por que o senhor acha que ele falou no seu nome junto com o Governador?

O SR. KAKÁ MEDONÇA – Para dizer que tem força, que é a base aliada, que ele poderia comandar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Usou indevidamente o nome do senhor?

O SR. KAKÁ MEDONÇA – Se fosse para pedir alguma coisa que não fosse de apoio para a Liderança, como disse a V. Ex^a, e para atender às minhas emendas parlamentares, com certeza usou indevidamente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– O senhor ficou sabendo que houve um pedido ao Governador para que ele desativasse 250 postos de segurança para que esse dinheiro economizado fosse utilizado para o pagamento de emendas parlamentares aos 10 Parlamentares que estavam buscando apoio do Governador?

O SR. KAKÁ MEDONÇA – Veja bem, ouvi por cima essa conversa para que o Governo pudesse atender, mas não entrei muito nessa questão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) –

Houve, então, essa proposta ao Governador para ele desativar alguns postos de segurança para repassar o dinheiro aos Parlamentares na forma de emenda.

O SR. KAKÁ MEDONÇA – Pelo menos essa conversa, scutei na Assembléia Legislativa.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Na Assembléia?

O SR. KAKÁ MEDONÇA – Na Assembléia.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Em reunião com o Governador. O senhor já esteve com o Governador juntamente com os outros Deputados ou só sozinho?

O SR. KAKÁ MEDONÇA – Que me lembre, com outros Deputados, só em algumas solenidades oficiais.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Reservadamente ou não?

O SR. KAKÁ MEDONÇA – Reservadamente, não. Que me lembre, não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Para mim, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Eu também não quero fazer nenhuma indagação. Neste caso, agradecemos a contribuição de V. Ex^a por ter comparecido e por ter aguardado por to-

das essas horas, ao longo do dia, pelo que pedimos nossas desculpas.

Obrigado, Deputado.

O SR. KAKÁ MEDONÇA – Eu só gostaria de agradecer ao Presidente, Senador Sibá Machado, Relator, Senador Demóstenes. É uma satisfação estar aqui no Senado. Eu, que sou um sonhador. Meu sonho, um dia, é chegar ao Senado da República, que eu tenho o maior respeito e acho a instituição mais importante do País. Infelizmente, venho como depoente, mas saio daqui com a consciência tranqüila de que nunca pedi nada indevido para o Sr. Governador e nem para ninguém. Vou voltar para o meu Estado de cabeça levantada, e com certeza, acredito na justiça divina e na justiça da Terra. Parabênizo V. Ex^{as} pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Obrigado a V. Ex^a.

Convidamos então, o nobre Deputado João da Muleta. É um nome parlamentar? Solicito à Secretária que convide o Deputado João da Muleta.

Deputado, a título de curiosidade, eu gostaria muito de me dirigir a V. Ex^a pelo nome, o nome de registro ou o nome parlamentar. Eu gostaria de saber se o nome que consta aqui é o seu nome parlamentar.

O SR. JOÃO DA MULETA – Eu gostaria de dizer para V. Ex^a que este é o meu nome parlamentar mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Então podemos adotá-lo, porque é o nome que V. Ex^a adota na Assembléia Legislativa.

O SR. JOÃO DA MULETA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Deputado João, temos o procedimento. Como é um convite, V. Ex^a teria um espedaço de tempo para fazer uma exposição, e, na sequência, faríamos as nossas perguntas. Portanto, V. Ex^a dispõe de até 10 minutos para sua exposição.

Com a palavra V. Ex^a.

O SR. JOÃO DA MULETA – Agradeço a V. Ex^{as}, Senador Sibá Machado, Senador Demóstenes, Senadora de nosso Estado, Fátima Cleide, a imprensa local, enfim, todos os presentes, a esse chamamento, aqui, hoje, nesta Casa de Lei, e dizer pelos acontecimentos em nosso Estado de Rondônia. A gente tinha que estar aqui para tratar de outros assuntos, até de interesse do Estado, até de interesse do País, interesse totalmente diferente. Hoje, numa circunstância dessas é difícil.

Eu fui para Rondônia nos anos de 87, sofri um acidente automobilístico, fiquei numa cadeira de rodas por 7 anos. Tenho um irmão que é o Prefeito do Município de Jarú, com uma população de 60 mil habitantes. Ele me fez esse convite, fui lá para passar um tempo e ingressei na vida pública, pelo terceiro mandato. Em

1994, em 98 fui o Deputado mais votado da história de Rondônia, como Deputado Estadual. E agora, nesse outro mandato, na forma em que vimos esses acontecimentos, essas coisas, é uma situação difícil. Mas estou no chamamento de V. Ex^{as} para esclarecer os fatos daquilo que é de direito

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor esteve com o Governador alguma vez discutindo assuntos não-parlamentares, relativos a cargos, à liberação de emendas, a mensalão?

O SR. JOÃO DA MULETA – Senador, devo dizer a V. Ex^a que eu estive com o Sr. Governador do Estado em meados do mês de abril, no primeiro ano de mandato, da terceira Legislatura, para tratar de emendas para o Município que represento. Estive lá nesse sentido.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a foi pedir apoio parlamentar?

O SR. JOÃO DA MULETA – Pedi apoio para o Município, para a região que represento. Pedi aquilo que é de direito. Não tratei de nenhum fato dessa natureza com Sr. o Governador do Estado. Por sinal, Senador, apoiei o Sr. Governador no segundo turno das eleições e estive em seu palanque. Ele me convidou para que eu fizesse um trabalho na Assembléia Legislativa para ajudar naquilo que precisasse ser feito, conduzido, também em relação àqueles projetos que estavam lá. Como parceiro, votei no segundo turno com o Sr. Governador. Fui nesse sentido. Fui pedir emendas parlamentares para desenvolver projetos no Município que represento. Na região, há em torno de 80 mil habitantes.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Muito bem. V. Ex^a, em momento algum, pediu, prometeu a ele apoio em troca de liberação de emenda?

O SR. JOÃO DA MULETA – Jamais. Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a também não prometeu apoio em troca de cargos?

O SR. JOÃO DA MULETA – Jamais. Não tem sentido.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a já indicou alguém para ocupar cargos em Rondônia?

O SR. JOÃO DA MULETA – Não, Ex^a. Nunca trabalhei nesse sentido. Sempre fiz um trabalho social. Possuo uma casa... Como toda a Rondônia, todos os Parlamentares do nosso Estado sabem que realizo um trabalho social para ajudar as pessoas, pela dificuldade que sempre enfrentei em uma cadeira de rodas em hospital público. Minha família é humilde,

do Nordeste. Acabou-se tudo o que havia, e enfrentei hospital público. Por isso, faço um trabalho social. No meu terceiro mandato, Ex^a, nunca tive um cargo indicado no Governo do Estado. Sempre realizei o meu trabalho para ajudar as pessoas que precisam. Vim ontem para cá e, hoje, recebi uma informação. Possuo uma casa que não tem vínculo algum. Não é fundação, não é associação. Sou eu que a administro com minha própria condição. Hoje, há 70 pessoas nessa casa que precisam desse apoio, de trabalho social e de saúde. É isso que eu faço. Não tenho nenhum cargo. Não pedi nenhum cargo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– O Governador ofereceu um pagamento mensal a V. Ex^a?

O SR. JOÃO DA MULETA – Jamais, Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Governador ofereceu?

O SR. JOÃO DA MULETA – Não. Vivo do meu próprio salário de Deputado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Não digo que V. Ex^a pediu ou recebeu. O Governador lhe ofereceu?

O SR. JOÃO DA MULETA – Nunca ofereceu.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Em que circunstância ocorreu essa gravação em que V. Ex^a aparece aparentemente negociando com o Governador?

O SR. JOÃO DA MULETA – Aquilo que eu falei anteriormente a V. Ex^a, eu fui à casa do Governador, respondendo a um chamamento dele, para tratar desses assuntos. Em seguida, e disse: “Quem é que você... Chama o Deputado Kaká”. Aí chama o Deputado Kaká, e fomos tratar de assunto de interesse do próprio Município. É o que eu faço. É o que eu fiz.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Em algum momento do diálogo, houve algum entendimento, mesmo que tenha sido por um curto espaço de tempo, entre V. Ex^a e o Governador, para votar matérias de interesse...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Governador ficou lhe tentando, dizendo: “Olha, você precisa de alguma coisa? Precisa de quê para votar comigo”? Ocorreu isso?

O SR. JOÃO DA MULETA – Quero dizer a V. Ex^as que, em nenhum momento, em nenhum mandato, eu trabalhei dessa forma. Eu desafio...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Mas V. Ex^a sempre foi de Oposição ao Governador Ivo Cassol?

O SR. JOÃO DA MULETA – Eu estive votando sempre as matérias, Senador Sibá Machado... Sempre votei... Fui uma pessoa naquele Poder Legislativo

do bem. Sempre votei naquelas matérias de interesse do Estado, aquelas que tinham interesse, que eram de precisão para o desenvolvimento do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – E como V. Ex^a se caracteriza?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Como V. Ex^a apareceu nessa fita então?

O SR. JOÃO DA MULETA – Como frisei para V. Ex^a, eu estive lá no mês de abril, tratando dessas emendas para levar recursos aos Municípios. Estive lá no mês de abril.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) –

Então foi uma montagem. V. Ex^a pediu emenda, mas deram um jeito de fazer uma montagem. V. Ex^a apareceu pedindo propina.

O SR. JOÃO DA MULETA – Eu não tenho, Ex^a, o teor das fitas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O

que apareceu foi o que aconteceu lá?

O SR. JOÃO DA MULETA – Nas fitas exibidas, só cheguei a frisar palavras dessa natureza. Mas, em nenhum momento, cheguei a pedir esse tipo de coisa ilícita, que não é o meu papel. Não pedi em nenhum momento. Estava lá há pouco tempo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a delegou ao Deputado Ronilton Capixaba a sua atribuição de conversar com o Governador? V. Ex^a pediu ao Sr. Ronilton, quando ele lhe procurou dizendo que seria líder – se ele o procurou para esse motivo –, que falasse com o Governador que V. Ex^a, em troca desse apoio, precisava de alguma coisa?

O SR. JOÃO DA MULETA – Em nenhum momento. Hoje, a Assembléia Legislativa é composta de 24 Parlamentares. Em nenhum momento, deleguei esse tipo de papel para que se trabalhasse nessa natureza, Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Se o Deputado Ronilton Capixaba utilizou o nome de V. Ex^a, ele o fez de forma indevida ou V. Ex^a permitiu que ele falasse em seu nome?

O SR. JOÃO DA MULETA – Não, em nenhum momento. Cada Parlamentar fala em seu nome. Só estive com um colega meu, de quem eu falei, o Deputado...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a só esteve reunido com o Governador de forma privada individualmente? V. Ex^a nunca esteve com outros Deputados juntamente com o Governador?

O SR. JOÃO DA MULETA – Só estive, Ex^a, com o Deputado Kaká no dia 2 de abril. Depois, estive numa outra vez na residência dele, porque ele ligou, se não me engano, em meados de julho. As outras vezes, em que tive contato com ele era em...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Quando V. Ex^a esteve junto com ele e o Deputado Kaká, este último fez algum pedido ao Governador?

O SR. JOÃO DA MULETA – Não, Ex^a, nenhum pedido. Foi tratada a questão política, totalmente diferente do pedido.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Foi orçamento?

O SR. JOÃO DA MULETA – Não houve nada nesse sentido. Só foi trabalhado o apoio dos Municípios e as emendas parlamentares que são de direito.

Digo a V. Ex^a que, há dois anos e meio, represento o Município e o Estado de Rondônia. Se eu fosse pedir algo ilícito... Até agora o Governador só liberou R\$70 mil em emendas para o meu Município. Como eu pediria algo ilícito para o Sr. Governador?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E as outras emendas parlamentares que V. Ex^a apresentou que não foram para o seu Município? Todas são para o mesmo Município?

O SR. JOÃO DA MULETA – Para os Municípios da região.

(Fala fora do microfone)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Pergunto a V. Ex^a se é do seu conhecimento que foi solicitado ao Governador desativar 250 postos de segurança terceirizados para que esse recurso pudesse ser economizado e repassado aos Deputados por meio de emendas parlamentares.

V. Ex^a tem conhecimento desse fato?

O SR. JOÃO DA MULETA – Não tenho nenhum conhecimento dessa natureza, Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Para mim, está ótimo.

Vou assumir a Presidência provisoriamente.

V. Ex^a tem perguntas, Senadora Fátima Cleide?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Não, só gostaria de saber se o Sr. Deputado tem conhecimento – na Assembléia, geralmente se fala na “Rádio Corredor” – de alguma mensalidade paga a alguns Deputados da base aliada do Governo.

O SR. JOÃO DA MULETA – Nobre Senadora, nunca ouvi assunto dessa natureza. V. Ex^a até me conhece. Em Rondônia, nunca vi, em nenhum momento, ser tratada questão nesse sentido.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – V. Ex^a disse que esteve em abril de 2003 na casa do Governador.

O SR. JOÃO DA MULETA – De 2003. E depois em julho.

Fui só, Ex^a, a convite dele. Depois, foi o colega e Deputado Kaká Mendonça.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Os dois sozinhos em momentos diferentes?

O SR. JOÃO DA MULETA – Toda a conversa que eu tive foi sozinho, eu o Governador e o Deputado Kaká Mendonça. Em outra vez, fui com um irmão meu tratar de assuntos da Prefeitura do Município de Jarú.

O SR. PRESIDENTE (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O irmão de V. Ex^a é Prefeito?

O SR. JOÃO DA MULETA – É Prefeito numa cidade lá, por dois mandatos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – No momento, é só, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a pela contribuição e paciência, pois ficou aqui o dia inteiro. Hoje foi um dia atípico para nós. Aceite nossas desculpas, que isso não foi da nossa vontade. Agradeço muitíssimo a V. Ex^a por ter vindo até aqui. Obrigado.

O SR. JOÃO DA MULETA – Estou sempre pronto para qualquer convocação que se fizer necessária, pois é nosso papel, como Parlamentares. Agradeço a todos pela presença e a Deus por nos dar esses momentos. Na vida, há momentos bons e difíceis. Estou passando por um momento difícil. Mas já enfrentei, como acabei de dizer, um momento mais difícil na vida: um acidente que me deixou de cadeira de rodas. E hoje, esse cidadão, cujo nome não gosto de citar, faz essas coisas. É da natureza da vida não estarmos preparados para o ruim, e sempre preparados para o bom. Mas é assim mesmo. Muito obrigado. Um abraço a todos. Até outra oportunidade.

Obrigado ao senhor.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – DF) – Obrigado ao senhor.

Convidamos, então, o Deputado Amarildo Almeida.

Deputado, até para ganharmos tempo em face do adiantado da hora, estamos aplicando a metodologia de abrir dez minutos para que V. Ex^a possa fazer os esclarecimentos que se fizerem necessários e, na sequência, o Relator e todos nós poderemos arguir e fazer nossas perguntas.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Cumprimento o Senador Sibá Machado, Presidente desta Comissão, o Senador Demóstenes Torres, Relator, e a imprensa aqui presente, Senadora Fátima Cleide, autora do requerimento de criação desta Comissão, muito importante para o Estado de Rondônia, pois visa esclarecer alguns fatos veiculados pela TV Globo no dia 15 passado, quando minha imagem foi veiculada, na minha opinião, de forma muito estranha e grosseira por parte de S. Ex^a, o Sr. Governador. Não entendi por que o

Governador me citava como se eu estivesse pedindo favores ao povo do Estado de Rondônia. Então, estou à disposição dos senhores. A minha imagem e a de minha família estão muito abaladas ao ponto de não podermos às vezes até sair na rua. Fui execrado pela própria Casa, porque tive uma punição de 30 dias sem perceber até o meu salário. Não que o fato mude alguma coisa, mas não tive o direito garantido da ampla defesa e tive a imagem um tanto quanto ofendida. Gostaria de transmitir aqui qualquer informação para esclarecer esse fato, porque o meu Estado de Rondônia não pode sofrer um ato dessa natureza, um ato de corrupção, tachado que foi pelo Sr. Governador. Estou à disposição dos senhores para a eventualidade das perguntas e, dentro da normalidade, naquilo que foi veiculado pela TV Globo, estarei à disposição dos senhores para responder qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a esteve com o Governador reservadamente, para discutir assuntos que não o Parlamento, como liberação de recursos, cargos públicos ou até pagamento de mensalão? V. Ex^a esteve com o Governador reservadamente, alguma vez, para discutir alguns desses assuntos?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Ex^a, posso afirmar-lhe que nunca estive com o Governador para tratar de mensalão, até porque não conheço essa palavra, que agora é que está saindo em nível nacional, está na moda. Gostaria de dizer a V. Ex^a que nunca estive com o Governador para pedir nada pessoal para mim, ilícito e muito menos favores.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E, para liberação de emenda, V. Ex^a esteve com o Governador?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Logo no início, quando eu assumi na Assembléia Legislativa, eu estive com o Governador, conversei com o Governador, disse a ele que eu ia colocar as minhas emendas que é o primeiro mandato meu, que eu ia colocar as minhas emendas e, quando eu ia colocar as minhas emendas, eu tive, por parte do meu Partido que é o PDT, o Deputado Dedé de Melo que perdeu para mim a terceira vaga.

Fui o terceiro Deputado mais votado dentro da minha coligação e ele perdeu a vaga. Ele já tinha três mandatos e perdeu um mandato para mim. Eu pedi ao Deputado Dedé de Melo que cedesse algumas emendas. Então, devo ter tido com o Governador, na época, faz tempo, para pedir algumas liberações de emendas que eram do Deputado até porque eu já era Vereador e, às vezes, colocava algumas emendas para o meu

Deputado, que era do meu Partido para algumas localidades, mas quando fui para a campanha...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor não tratou com o Governador de que outros Deputados deveriam vir, que deveriam conquistar outros Deputados, que devia fechar com um grupo e não com o senhor isoladamente o apoio político? O senhor não discutiu isso com o Governador, não?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Veja bem Ex^a, eu sempre fui... Eu nunca fui oposição quando fui Vereador e, às vezes acho que até posso ter aconselhado o Governador a formar uma base de sustentação. Não de mensalão ou de qualquer coisa que seja proveniente de...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor chegou a chamar os outros Deputados de “bandido” para o Governador.

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Isso é uma força de expressão que gostaria até de pedir desculpas aos meus colegas. Posso ter falado que “bandido” é uma forma de justificar tipo... Na nossa região usa-se assim quando a pessoa que trabalha, a pessoa que conhece leis é tipo assim “essa pessoa é bandida”. É uma força de expressão errada, na hora errada.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não é possível uma pessoa que trabalha e conhece leis ser chamada de bandida.

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Não é, eu sei, Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a diz o seguinte, me perdoe, mas essa resposta não me convence. V. Ex^a teria dito para o Governador “porque se a gente puxar a Gasone, Helen, eles vão bater sempre e querem o grupo, querem o grupo porque esse povo é bandido”.

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Não, Ex^a. Torno a afirmar que eu não falei nessa intenção.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Qual é a intenção, então? Porque no sentido de trabalhar como V. Ex^a quis dizer...

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Eu disse porque lá é um termo chulo que usei de chamar as pessoas de bandido com um sentido, mas não foi com essa intenção. Posso afirmar a V. Ex^a que não foi com essa intenção de chamar de bandido até porque respeito muito meus colegas Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Mas chegou a usar a expressão. V. Ex^a admite que usou a expressão?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Eu usei a expressão. Admito.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu não tenho mais nada a perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Pergunto se a Senadora Fátima e o Senador Augusto gostariam de fazer alguma pergunta?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – O senhor, por alguma vez, ouviu falar de Deputados que poderiam estar recebendo mensalidades acertadas com o Governador?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Nunca ouvi, Ex^a.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Em troca de apoio nos projetos do Governo? Nunca?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Nunca ouvi, Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Deputado Ronilton disse aqui que três Deputados da base do Governo recebem mensalão. O senhor já ouviu falar disso?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Ex^a, gostaria de não falar porque não tenho provas.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas o senhor já ouviu dizer?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Eu gostaria de não falar sobre esse assunto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu perguntaria a V. Ex.^a se esteve com o Governador junto também com outros Deputados?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Ex^a, quando estive com o Governador, a convite do Governador, estive só.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Só com o Governador?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Só com o Governador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Com outros Deputados, não?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Não, nunca estive, a não ser que... Não lembro, mas no tempo em que estive só, a convite dele.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – O senhor pode se recordar em que data que foi?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Eu estive logo no início do mandato do Governador, até porque eu não era assim... Aquilo que eu expliquei há pouco atrás, eu nunca fui assim de oposição. Não era.

No primeiro mandato então, quando o Governador me ligou...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor chegou a ter algum cargo que o senhor indicou e que o Governador nomeou?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – O Governador... Eu pedi ao Governador na época um cargo do Devop.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Devop é o quê?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Diretoria de obras do...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – ...de obras públicas.

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Fui atendido e o cargo foi exonerado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Que cargo que era?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Era um cargo de Diretoria.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas o senhor sabe qual diretoria?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – A Diretoria de Obras do Município, da região nossa que coordenava as obras da região. Uma diretoria simples. Eu pedi..

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Uma diretoria de finanças?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Uma diretoria regional?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Uma diretoria regional, da nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não tem caráter de Secretário, não?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Não, de jeito nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – É um escalão como se fosse de terceiro escalão?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Somente esse cargo?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Somente esse cargo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E esse cargo está nomeado até hoje?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Não, o Governador.

Na verdade, até vou passar para os senhores aqui. Sempre tive um discurso naquilo que um cargo não pode sobrepor as ações de interesse do Estado. Então, eu sempre mantive a minha linha de defesa nos interesses.

Eu denunciei morte de vinte e três bebês na Unidade Neonatal em Porto Velho, denunciei várias vezes algumas irregularidades, eu pedi vários requerimentos e o Governo não me mandava os requerimentos e eu não podia me furtar, em relação a um cargo, e me colocar numa situação de não poder fazer os meus discursos.

Então, em virtude disso, tenho um motivo muito grande para dizer a V. Ex.^{as} também que tive uma briga. Não foi uma briga. Fui Relator do Orçamento de 2005,

que quebrou o veto do Governador Ivo Cassol, e ele tomou aquilo como perseguição, na época.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Quando foi demitida essa pessoa que o senhor indicou?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Ele ainda seguiu, porque continuei sempre falando. Ele continuou segurando, porque a pessoa era muito competente, então ele segurou. Então, até causou estranheza, porque sempre...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Foi nomeado em 2003.

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Ex^a, foi quase no final de 2003.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E ficou até quando no cargo?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Ele ficou quase um ano, um ano e pouco no cargo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então ficou até este ano no cargo?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Até este ano no cargo. Aí demitiu. Depois, quando quebramos o veto no orçamento – fui o Relator da Comissão que quebrou o veto dele –, aí ele demitiu.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E antes o senhor tinha boa convivência com o Governador? Ou nunca teve?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Era assim, o Governador nunca teve convivência com a Assembléia, na verdade, porque aliados, aliados, ele só teve três até hoje.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Governador liberou os recursos de emendas que o senhor pediu?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Ex^a, no final do ano de 2004, o Governador Ivo Cassol liberou uma emenda de R\$50 mil para a agricultura para a construção de um muro de parque de exposições no Município de Ouro Preto, liberou uma emenda para Mirantes da Serra, para a compra de uma ambulância, e liberou para Urupá uma outra ambulância, e para o Corpo de Bombeiros, uma emenda minha de R\$150 mil.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então liberou os R\$500 mil para o senhor?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Não, liberou 200 e poucos mil.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E em 2003, em relação aos outros?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Em 2003 eu não tinha emenda, não é?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas o senhor disse que...

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Não, eu pedi, mas ele não liberou.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sobre as fitas, eu queria saber, V. Ex^a aparece ou suspeita que aparece em alguma das gravações?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Eu apareço.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Aparece chamando de bandido.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Correto. Antes da fita ser veiculada, havia alguma espécie de rumor de que havia gravações que pesavam contra Parlamentares da Assembléia?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Com certeza. Havia. As pessoas falavam inclusive tive até mensagem.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a se sentia coagido com essas coisas?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Eu sempre me senti.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Alguém fazia uma espécie de chantagem?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Tipo isso.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – E quem era que fazia a chantagem?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Não, tipo assim chegam recados, Ex^a.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Mas de quem?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Das pessoas que são ligadas ao Governo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Quem?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Eu preferia manter essas pessoas, são pessoas que realmente não teria condições de falar, até para proteger. Porque, de repente, poderia colocar as pessoas em má situação.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E quem mandou mensagem para o senhor pelo telefone?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Ex^a, foi um telefone de Brasília. Antes de soltar as fitas uns poucos dias. No dia 4 mais ou menos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Será que foi a Senadora a Fátima? (Risos!)

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Deve ter sido.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Com certeza não.

E o que dizia a mensagem? Agora fiquei curiosa.

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Dizia: Plim, plim, Rede Globo. Era mais ou menos nesses termos.

Eu até achei que em alguns momentos até colocava a minha imagem de guruzinho, e tal. Porque

tenho o apelido de guru. Então, as pessoas diziam guruzinho.

Mas eu estou bem à vontade com isso, e continuei com os meus propósitos de defender o nome do Estado de Rondônia.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Na gravação, na fita, o senhor aparece mencionando uma licitação em que, aparentemente, queria ser beneficiado. O senhor lembra que licitação seria essa, o que ocorreu com ela após a conversa com o Governador?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Ex^a, a única vez em que estive com o Governador e que vi no Fantástico, eu pedi ao Governador que ele desse oportunidade aos empresários da região, porque corria um boato muito grande, no Estado de Rondônia, que havia um grupo de empresários que o Governador beneficiava. Então, fui lá no intuito de pedir para ele, de saber se ele tinha compromisso. Porque se ele tivesse compromisso, eu queria tipo tirar alguma coisa dessa natureza do Governador.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – O senhor é empresário, Deputado?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – De maneira nenhuma.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Já que a Senadora Fátima perguntou, eu perguntaria o seguinte: existe uma conversa entre V. Ex^a e o Governador e V. Ex^a é específico. Não fala bem em grupo. “Essa licitação que vai acontecer agora, essa aí ainda não abriu ainda não.” Então V. Ex^a sabia de que licitação se tratava. “Essa aqui ó, tem essa, lá perto de uma empresa lá. Você já tem compromisso com esse pessoal aí já, com esse pessoal?” E aí ele diz: “Eu não sei, tem que ver a licitação.” Aí o senhor promete apoio incondicional e diz o seguinte: isso é jogo político, é a mesma coisa, por exemplo, se o senhor precisar de qualquer coisa, por exemplo, que resolva um problema interno rápido seu pela Assembléia. Vota até no escuro e faz. Quando as coisas estão caminhando, o que o senhor não pode ter é restrição dentro da Assembléia. O resto o senhor pode deitar e rolar. Porque aqui nesse momento eu represento o povo do Estado de Rondônia. O senhor fez um discurso lá na Assembléia falando isso.

Por que o senhor conversou com o Governador sobre essa licitação?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Na verdade, não era uma licitação. Acho que ali era um pacote de obra que ia ser aberto na região de Ouro Preto – era um pacote de obra, que fique bem claro – e perguntei ao Governador se ele tinha compromisso com essas obras. Não foi licitação. Posso afirmar, Ex^a. Se está dessa forma, expressei-me mal. Mas não foi dessa forma.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)

– Foi dessa forma, quer ver? Isso está no *site* da rede Globo.

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Entendo. Posso ter me expressado mal com o Governador. Mas, na verdade, não fui lá em caráter de pedir específico, até porque acho que seria um crime muito grande pedir um direcionamento de licitação para uma empresa, favorecer alguma empresa. Nunca pedi favor ao Governador e muito menos pedir um ato ilícito. Eu pediria que participasse um empresário de uma forma dentro da lei, dentro dos preceitos da lei...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor sabe explicar como o senhor pode pedir ao Governador que um empresário participe de uma abertura de licitação dentro dos preceitos da lei?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Poderia me fazer a pergunta, Ex^a, porque não captei.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Existe um regramento legal para licitação, desde preço, condição, abertura, qualidade, etc.. Então, a lei já estipula, já regulamenta como é essa licitação. Como um Governador pode interferir numa licitação, dentro da lei, para beneficiar alguém? O senhor tem como me explicar isso? Porque o que o senhor está respondendo é isso, não é?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Eu só queria voltar um pouquinho atrás naquilo que já falei. O Governador Ivo Cassol, inclusive autorizamos o STJ a processá-lo, por direcionamento, fragmentação de licitação e alguma coisa parecida nesse sentido. Eu poderia estar falando com o Governador que eu queria que tivesse toda uma linha dentro da lei. Eu não queria pedir no sentido de corromper o Governador a fazer uma licitação, praticar uma licitação ilícita.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É isso que não consigo entender. Porque o Governador, se ele interferir, não é dentro da lei. Não é verdade? Se o Governador interferir, não pode ser dentro da lei. Dentro da lei, o Governador e nem ninguém pode interferir.

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Mas a transparência sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Como é essa transparência? Explica-me.

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Colocar nos editais, colocar dentro dos jornais, fazer com que a lei seja cumprida.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas isso é obrigatório.

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Mas, Ex^a, aí não entendo. Porque autorizamos a Justiça justamente

porque ele direcionava. Não sei qual a forma que ele utilizava.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor procurou o Governador porque ele direcionava e aí o senhor pediu para ele direcionar também mais um?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Não, de maneira nenhuma pedi coisa ilícita ao Governador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Vamos repetir aqui. Essa licitação – o senhor está me mostrando uma licitação –, o senhor se lembra de qual licitação o senhor estava falando?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Eu estava falando de um outro organismo, Ex^a. Eu estava falando de um pacote de obras que ia sair na região, eu não estava falando de uma licitação específica.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Mas aqui, olha, quero só mostrar aqui: “essa licitação que vai acontecer agora, essa ainda não abriu ainda não”.

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Mas tenho certeza, Ex^a, que era um pacote de obras que ia sair na região.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Essa aqui: “lá perto de uma empresa lá. Você já tem compromisso com esse pessoal?” E o Governador responde: “eu não sei, tem que ver a licitação”. Então, o senhor pergunta para ele se ele já tinha compromisso com algum pessoal, com esse pessoal especificamente. O senhor se lembra que compromisso...

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Eu já disse, repeti e vou tornar a afirmar que o Governador Ivo Cassol, corria aos quatro cantos que ele sempre direcionou obras públicas em Rondônia. Só estou afirmando isso. Não estou aqui querendo dizer que fui lá pedir alguma coisa ilícita para o Governador. Não fui. Posso ter me expressado mal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Até agora o senhor não está conseguindo dizer por que foi essa conversa. O senhor está falando em licitação, licitação: tem um pessoal aqui, tem uma empresa aqui, essa ainda não abriu.

Que contexto é essa conversa, porque o pacote de obras naturalmente não era.

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Não, eu tinha um papel... Pelo que vejo na imagem, lembro que era um pacote de obras que ia acontecer na região. E eu queria que meus, que os empresários daquela região participassem, com a garantia de ser dentro da lei.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Veja só: assim que o Governador fala, mas eu não sei e tal dessa licitação, o senhor diz o seguinte: isso é jogo político. Quer dizer, então o senhor estava con-

dicionando ganhar uma licitação para apoiar o Governador. Não era isso? Alguém ligado ao senhor.

O SR. AMARILDO ALMEIDA – De modo algum, coisa ilegal não, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Quando V. Ex^a se refere aqui: o Governador Ivo Cassol direciona licitações públicas. Baseado em quê, V. Ex^a diz isso?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Baseado naquele processo do STJ, quando autorizamos, porque já havia comentários na cidade de Rolim de Moura, que tinha um grupo de empresários. Inclusive aqui onde falo nas denúncias minhas, nos requerimentos, onde a gente faz requerimento, ele sempre não me mandava as informações, e tem várias cobranças que faço no sentido de pedir informações.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Só para ver um caminho. Só um minuto. Se porventura o Ministério Público – o Ministério Público, não é isso que V. Ex^a está falando? – já tem a prova de que o Governador direcionava licitação, e um diálogo como esse não vem, no compreender de V. Ex^a, colaborar para que as suspeitas contra o Governador continuavam e que haveria, sim, a participação de Parlamentares colaborando com a continuidade desse ilícito?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Não foi lá que eu fui..., não pedi nada ilícito ao Governador, Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não, digo assim, você está lembrando aqui na fala...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/PT – AC) – Olha, o Deputado Ronilton o que diz: “Porque naquela obra lá de Teixeiraópolis, o Amarildo não pega, tira um edital a mais, que está dando emprego para as empreitinhas, as empreitazinhas que pega e faz, pega e faz. Tem muitas fraquinhas com escritório debaixo do braço, mas faz, mas faz. Aí ele está dando emprego, está fazendo política. O governador – vou repetir a expressão aqui – é foda, o Governador faz, o Deputado que arranjou a obra e tal e tal. O empreiteiro terminou, passa para o Deputado aquela michariazinha ali, quer dizer, o Deputado, além de tudo, está dando emprego para o miserável que fica enchendo o saco dele e diz que é empresário”.

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Ex^a.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/PT – AC) – Aqui, veja bem, o Ronilton mencionando o nome do senhor, dizendo que é uma obra em Teixeiraópolis. O senhor conhece a cidade de Teixeiraópolis?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Ex^a só gostaria de ... só de falar, eu, no meu entendimento, o Deputado

Ronilton me cita como exemplo, poderia ser qualquer um outro Deputado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/PT – AC)

– Sim, mas um exemplo ruim não é?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Ex^a, eu não poderia estar naquele momento também, só estou dizendo que ele me cita como exemplo, poderia ser o Deputado Haroldo, poderia ser o Deputado tal.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/PT – AC)

– Teixeiraópolis, o senhor conhecer essa cidade?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Conheço.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/PT – AC)

– Onde é? O senhor é de Teixeiraópolis?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Não, sou de Ouro Preto do Oeste.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/PT – AC)

– Mas o senhor representa Teixeiraópolis?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – Eu represento o Estado de Rondônia em si, então automaticamente é uma base que fica ligada a mim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/PT – AC)

– Teixeiraópolis é base política do senhor?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – É uma base que fica ligada a nossa região. Mas ele citou, eu tenho certeza, Ex^a, que ele citou como exemplo. Só queria que o senhor entendesse que foi um exemplo que ele citou, não quis dizer que....

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/PT – AC)

– Muito bem, para mim está bom.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Mais alguém gostaria de fazer perguntas? Agradecemos a vinda do Deputado, agradecemos a paciência de nos ter aguardado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (Bloco/PT – AC)

– V. Ex^a vai entregar essa documentação? Vai deixar com a gente?

O SR. AMARILDO ALMEIDA – é um discurso que tenho, assim que sempre fiz, de cobrança, que alguma coisa pode colaborar com o trabalho de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Gostaria de registrar? Então a gente recebe.

O SR. AMARILDO ALMEIDA – São alguns discursos meus, onde faça alguns questionamentos em relação, porque pode ajudar a Comissão até.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Peça aí o registro de recebimento.

Deputado Amarildo, como estava dizendo, agradecemos a paciência de ter aguardado até o presente momento, um dia atípico como esse de agora. Podemos então aguardar as despedidas de V. Ex^a e na sequência encerrarmos a nossa reunião.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Queria, Presidente,...

Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Pois não.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Queria propor que a Comissão fizesse uma pequena reunião administrativa.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Na sequência.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Não, agora, agora.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Gostaria de encerrar a reunião, convocando outra para amanhã, nesse mesmo horário, às onze e trinta da manhã.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – E hoje não faríamos?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não, aí é uma reunião administrativa imediatamente.

(Levanta-se a reunião às 19 horas e 58 minutos.)

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA PELOS REQUERIMENTOS Nºs 535 e 536, DE 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”.

Ata da 6ª Reunião, realizada em 16 -6-2005

Aos dezesseis dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às doze horas e dezesseis minutos, na sala 03 da ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a presidência do Senhor Senador Augusto Botelho e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, Amir Lando, Sibá Machado e da Senhora Senadora Fátima Cleide, membros, bem como com a presença do Deputado Federal Hamilton Casará, não membro, reúne-se a **Comissão Especial Externa criada pelos requerimentos Nºs 535 e 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico, exibido pela Rede Globo de Televisão”**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Augusto Botelho, declara abertos os trabalhos, informando que a pauta da presente reunião é destinada a ouvir os Senhores Deputados Estaduais Carlão de Oliveira (PFL), Presidente da Assembléia de Rondônia, Deputado Marcos Donadon (PMDB), Deputado Edison Gazoni (PDT) e

Deputado Chico Doido (PSDB). A Presidência, antes de dar início às exposições, esclarece que a Comissão recebeu documento do Deputado Marcos Donadon solicitando que fosse marcada nova data para o seu depoimento em razão de ter agendado outro compromisso na mesma data. A Presidência convida o primeiro convidado, Deputado Carlão de Oliveira, a assentar-se à mesa, concedendo-lhe dez minutos para fazer suas exposições iniciais. Ato contínuo, o convidado solicita que sua exposição fosse em caráter sigiloso, sendo acolhido seu pedido. A seguir, a Presidência determina à Secretaria que tome as medidas necessárias para transformar a reunião em secreta, após o que, passou a palavra ao relator, Senador Demóstenes Torres, para seus questionamentos. Usaram da palavra o Senador Amir Lando e Siba Machado. Ao final da exposição do Senhor Carlão, ele procedeu à entrega de documentos para que fossem analisados pela Comissão, ficando, inclusive de encaminhar mais documentação. O Senador Augusto Botelho agradece a presença do Convidado e solicita ao Senador Siba Machado que ocupe a Presidência da Comissão. Dando continuidade, o Presidente reabre a reunião, em caráter público, e convida a assentar-se à mesa o segundo convidado, Deputado Edison Gazoni, concedendo-lhe igualmente dez minutos para seus esclarecimentos iniciais. Após, passou a palavra ao Relator, Senador Demóstenes Torres, para proceder aos seus questionamentos. Também questionaram o Deputado os Senhores: Senador Siba Machado e Senador Amir Lando. Ato contínuo, o Deputado Gazoni entregou documentos para análise da comissão. A seguir, a Presidência agradece a presença do convidado e chama a ocupar seu lugar à mesa o Deputado Chico Doido, que passou a relatar sobre a sua origem, inclusive a do seu apelido, uma vez que o Presidente Siba solicitou ao convidado que aguardassem o retorno do relator. Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Relator para seus questionamentos, sendo o mesmo, igualmente inquirido pela senhora Senadora Fátima Cleide, pelo Senador Siba e Amir Lando. A Presidência agradece a presença do convidado e o dispensa. Após, o Presidente Siba Machado, acatando sugestão do Senador Amir Lando agenda os dias vinte e um e vinte e dois do corrente para que os membros da Comissão ouvissem as fitas, que estão em poder da Secretaria da Comissão, e convoca nova reunião para a próxima quinta-feira, dia vinte e três de junho, para ouvir os seguintes Senhores: Deputado Marcos Donadon, Deputado Everton Leoni, Beto de Trento, Neodi Carlos e ainda o Senhor Expedito Júnior, ex-Deputado Estadual. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião e para constar, eu, **Wanderley Rabelo da Silva**, Secretário da

Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª reunião da Comissão Especial Externa criada pelos Requerimentos nºs 535 e 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia quanto aos fatos divulgados pelo programa **Fantástico**, exibido pela **Rede Globo de Televisão**.

Esclareço que a pauta da presente reunião se destina a ouvir os Srs. Deputados do Estado de Rondônia Carlão de Oliveira, Edison Gazoni e Chico Doido. O Deputado Marcos (ininteligível) mandou justificativa por que não poderia comparecer.

Convido o Presidente da Assembléia Legislativa a tomar o seu assento, Deputado Carlão de Oliveira e concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres para os seus esclarecimentos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sr. Presidente, senhor depoente, perguntaria, inicialmente, quantas vezes V. Exª foi Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia e em quais legislaturas?

O SR. CARLÃO DE OLIVEIRA – Quero, neste momento, cumprimentar aqui o Presidente desta egrégia Comissão, quero cumprimentar o Exmº Relator, Senador Demóstenes Torres. Tendo em vista...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – V. Exª desejaria fazer uma exposição inicial?

O SR. CARLÃO DE OLIVEIRA – Desejaria fazer um questionamento aqui antes de começar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Poderia conceder, Sr. Presidente, como foi concedido aos demais, um prazo de 10 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – O Deputado Carlão Oliveira tem dez minutos para fazer a sua exposição inicial.

O SR. CARLÃO DE OLIVEIRA – Tendo em vista a minha condição de Presidente do Poder Legislativo do Estado de Rondônia e para evitar acirramento na crise institucional que ora ocorre no nosso Estado, requeiro a V. Exª que esta reunião seja de caráter reservado, Sr. Presidente, porque eu prefiro...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – V. Exª alega que seu depoimento poderia criar um impasse entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo de Rondônia por V. Exª ser Presidente da Assembléia. Então, V. Exª prefere depor sigilosamente.

O SR. CARLÃO DE OLIVEIRA – Sigilosamente.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Eu não tenho objeção.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT-RR) – Gostaria de registrar a presença dos acadêmicos da Universidade Federal de Rondônia aqui presentes e dizer que é um direito do depoente de que a sessão seja sigilosa, secreta. Gostaria de pedir à segurança que tomasse as providências necessárias para que tal fato ocorresse.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Publicamente. Aberta.
(Fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Deputado Edison Gazoni, em primeiro lugar, agradecendo por ter aceitado o convite, se dirigido a esta Comissão, pela metodologia que temos utilizado aqui, como se trata de um convite, V. Exª tem até dez minutos para fazer a exposição que achar importante ou qualquer comentário. Se não achar necessário, não precisa. Na seqüência, o Relator faz as perguntas, e depois os demais membros da Comissão.

Então, diante disso, V. Exª tem a palavra por até dez minutos.

O SR. EDISON GAZONI – Agradeço, Exmº Sr. Sibá Machado, digníssimo Presidente desta egrégia Comissão externa do Senado Federal, Exmº Senador Demóstenes Torres, digníssimo Relator desta Comissão, Srª Senadora Fátima Cleide, Srs. Senadores Amir Lando. Aqui estou, Srs. Senadores, em atendimento ao respeitável convite formulado por V. Exªs para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários em relação aos lamentáveis acontecimentos que foram vinculados pela **Rede Globo de Televisão**, no programa dominical denominado **Fantástico**, que, através de três reportagens, iniciaram, no dia 15 de maio e mais dois domingos subseqüentes. Tais eventos noticiosos vêm trazendo dissabores profundamente lamentáveis para o nosso estado de Rondônia, e é nesse contexto que aqui me insiro para elucidar, o quanto possível, controvérsias existentes no sentido de satisfazer o interesse de V. Exªs no sentido da busca da verdade real.

Portanto, Srs. Senadores, estou à inteira disposição de V. Exªs para as indagações que considerem oportunas.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Com a palavra, o Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sr. Deputado, V. Exª já teve alguma vez com o Governador uma reunião direta, isoladamente ou em conjunto com outros deputados, negociando a liberação de emendas parlamentares e cargos em troca de apoio político?

O SR. EDISON GAZONI – Já estive com o Governador algumas vezes, mas não negociando emen-

das na época, porque, inclusive, não tinham emendas. Sou Deputado de primeiro mandato, então, não tinha emenda.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – V. Exª já esteve com o Governador na casa dele?

O SR. EDISON GAZONI – Sim.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Sozinho ou com outros parlamentares?

O SR. EDISON GAZONI – Já estive sozinho, já estive com a minha esposa, que era secretária de Estado, Presidente da Fundação de Assistência Social do Estado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Neste Governo?

O SR. EDISON GAZONI – Neste Governo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – V. Exª é da base de apoio do Governador?

O SR. EDISON GAZONI – Fui.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – V. Exª rompeu com o Governador quando?

O SR. EDISON GAZONI – Na verdade, não daria, Sr. Senador, um rompimento. Eu, a partir de agosto de 2003, a minha esposa assumiu essa Fundação, era presidente dessa Fundação, e estivemos até dezembro de 2004 na base do Governo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – A esposa de V. Exª assumiu que cargo no Governo?

O SR. EDISON GAZONI – Presidente da Fundação de Assistência Social.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Muito bem. Essa reunião que o Governador teve com alguns deputados, que foi divulgada pelo **Fantástico**, aconteceu mais ou menos em junho e julho de 2003. V. Exª teve sua esposa empregada em julho de 2004.

O SR. EDISON GAZONI – Não, julho de 2003.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – V. Exª pleiteou ao Governador que ela assumisse algum cargo no Governo em troca de apoio político.

O SR. EDISON GAZONI – Não. Assumisse algum cargo no Governo, sim. Porque eu entendo que, se se precisa participar de um Governo, precisa se administrar um Estado, e eu, na qualidade de representante da classe empresarial, entendia e entendo que o Governo precisa trabalhar.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – O senhor é de que órgão? O senhor faz parte de alguma associação?

O SR. EDISON GAZONI – Federação das Associações Comerciais do Estado de Rondônia.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Comércio.

O SR. EDISON GAZONI – Não, Facer; comércio é outra entidade.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – V.

Ex^a está no primeiro mandato?

O SR. EDISON GAZONI – Primeiro mandato.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – V.

Ex^a apoiou o Governador como candidato?

O SR. EDISON GAZONI – Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – V.

Ex^a passou a apoiar o Governador quando?

O SR. EDISON GAZONI – Olha, acho que desde o início do meu mandato, eu, dentro das diretrizes legais do Governo, sempre dei apoio.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Mas, incondicionalmente, V. Ex^a passou a ser da base do Governo quando?

O SR. EDISON GAZONI – Que eu saí definitivamente da...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Não, que o senhor ingressou na base do Governo.

O SR. EDISON GAZONI – Na base do Governo, incondicionalmente, nunca. Eu sempre estive na base do Governo. Incondicionalmente não. De dizer...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – De fevereiro a junho, julho de 2003, qual era a posição política do senhor?

O SR. EDISON GAZONI – De janeiro a junho de 2003, eu dizia que eu era um “patinho novo”, eu ainda estava em experiência, estava conhecendo um Governo. É difícil julgar um Governo nos primeiros seis meses no meu caso, que estaria num primeiro mandato de deputado e precisaria conhecer as regras que envolviam o Estado.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – V. Ex^a delegou ao Deputado Ronilton Capixaba a atribuição de ele conversar com o Governador e fazer a solicitação de alguma reivindicação em nome de V. Ex^a?

O SR. EDISON GAZONI – Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – V. Ex^a poderia dizer por que é que o Deputado Ronilton leu o nome de V. Ex^a numa lista de Deputados que estariam pleiteando o mensalão ao Governador?

O SR. EDISON GAZONI – Desconheço, Sr. Senador.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Vou ler para V. Ex^a um trecho que foi publicado pelo programa **Fantástico**. Ronilton falando:

“Nós temos lá a Helen, Gazoni, Daniel Neri, Paulista, Leudo, Donadon, Cacá, Chico Doido, Ronilton e Chico Paraíba. Isto tudo eu já consigo voto? Certo.”

Ou seja, no texto, ele negocia em nome de V. Ex^a ou pelo menos ele menciona...

O SR. EDISON GAZONI – O que eu entendo ou o que pode ter ocorrido – eu não posso, aqui, tecer mais comentários porque eu sou desconhecedor do

teor geral dessas gravações; eu só tenho conhecimento do que foi exibido no **Fantástico**. Mas eu lembro que, no mês de junho – não posso dizer a data exata – eu, estava em trânsito no Aeroporto de Brasília e, no Aeroporto de Brasília, eu encontrei o Governador do Estado de Rondônia, juntamente com a sua esposa e o seu filho, que estariam voltando de São Paulo também, devido a um acidente que tinha acontecido no Estado de Rondônia e que estará fazendo algumas aplicações na capital de São Paulo e chegava, também, naquele momento, para pegar voo para Rondônia o Deputado Ronilton. E lembro, aí, que o Governador dizia do interesse em ter o Ronilton Capixaba como o seu Líder. E ainda lembro que o Governador, no seu estilo interiorano, bateu-lhe nas costas: “E aí? Posso contar com o teu apoio? Eu teria o seu apoio?” Então, pode ser, nessa questão do Ronilton, a intenção de ter o apoio do Deputado como liderança.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Mas o contexto mencionado por V. Ex^a não é este não. Na conversa do Ronilton com o Governador, há vários trechos em que ele conversa com o Governador, mas há um bastante interessante em que ele fala sobre o superfaturamento de serviços terceirizados. Ele ainda menciona que poderiam ser desativados 250 postos de vigilância para que sobrassem R\$500.000,00 para dez deputados. Ele, então, falava nesse contexto. Ele dizia: “sobrariam R\$500.000,00 para dar a dez Deputados”. E aí ele fala: “É o seguinte, Governador: nós não podemos sair daqui com a conversa... Por exemplo, o senhor falou: “não posso viabilizar isto aqui.” Eu vou levantar e falar: então, está bom. Tchau.”

Quer dizer, ele, então, falava com o Governador, falava sobre os postos e foi nesta hora que ele sacou uma lista e leu a lista em que o nome de V. Ex^a estava mencionado.

Então, naquele momento, ele não falava em apoio político. Ele falava, sim, no pagamento de uma mensalidade e que V. Ex^a integraria o grupo de beneficiários. Este é o contexto do que apareceu na fita.

O SR. EDISON GAZONI – Eu posso reafirmar a V. Ex^a que este Deputado jamais autorizou o Deputado Ronilton Capixaba ou qualquer outro Deputado a fazer qualquer tipo de negociação em meu nome.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Coincidentemente, o Deputado Emílio Paulista, em outra ocasião, menciona, também, o nome de V. Ex^a: “ele está negociando com o Governador.” Ele fala assim:

“Essa licitação” – só para mostrar aqui – “que vai acontecer agora, esse ainda não abriu ainda não. Vai lá, aperta o pessoal lá. Você já tem compromisso com esse pessoal.” O Governador fala que não. Ele fala: “Em troca, nós prometemos apoio condicional. Isso é jogo

político. É a mesma coisa, por exemplo, se o senhor precisar, por exemplo, de qualquer coisa que resolva um problema rápido seu pela Assembléia. Vota até no escuro e faz. Quando as coisas estão caminhando, o que o senhor não pode ter é restrição dentro da Assembléia. No resto, o senhor pode deitar e rolar.”

E aí V. Ex^a é mencionado num contexto em que ele inclusive chama os deputados de bandidos. Ele diz: “Olha, a Ellen, o Gazoni... se não chamar esse pessoal tudo é difícil, porque é tudo bandido”. Quer dizer, quando ele fala em bandido, ele fala o nome do senhor.

O SR. EDISON GAZONI – Sr. Senador, eu, nesta época de agosto, estava em entendimento com o Governador na questão da secretaria, como já disse aqui. Não autorizei de forma alguma qualquer deputado a discutir em meu nome algum tipo de vantagem ilícita.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Agora o senhor veja bem o que ele diz exatamente: “Porque se a gente puxar Gazoni e Ellen, eles vão bater sempre que querem o grupo, porque esse povo é bandido”. Quer dizer, ele menciona o nome do senhor, pede uma vantagem e fala que os deputados são bandidos, inclusive o senhor.

O SR. EDISON GAZONI – Exatamente o que eu volto a repetir a V. Ex^a: em qual momento que eu autorizei um deputado ir ao Governador, a um Governo de Estado e dizer que eu sou bandido? É muito difícil e dessa forma eu jamais autorizei e jamais autorizará alguém falar em meu nome em qualquer questão, aliás, em qualquer questão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Qual o relacionamento que V. Ex^a tem de amizade com o Deputado Amarildo e com o Deputado Ronilton, para os dois, em momentos diferentes em conversa com o Governador tratando de liberação indevida de recurso para deputados, mencionarem em momentos diferentes o nome de V. Ex^a e num deles V. Ex^a, inclusive, é chamado de bandido?

O SR. EDISON GAZONI – O meu relacionamento com Amarildo é partidário, é do mesmo partido que tem a mim, e com o Ronilton é colega de Parlamento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A que V. Ex^a atribui o fato de eles mencionarem o nome do senhor? Por que eles usaram o nome do senhor se V. Ex^a não delegou a eles nada, se V. Ex^a não tinha uma relação aprofundada com eles? A que V. Ex^a atribui em momentos diferentes, não no mesmo momento, V. Ex^a ser indicado como beneficiário de um grupo que queria recursos indevidamente para dar apoio político ao Governador?

O SR. EDISON GAZONI – Sr. Senador, eu entendo que a palavra dos Srs. Deputados eles devem responder por ela. Eu lhe garanto e volto a afirmar que

em nenhum momento eu autorizei o Amarildo ou Ronilton ou nenhum deputado a dizer em meu nome ou em nome da minha família qualquer questionamento ao Governo do Estado para benefício...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a, mesmo depois que a **Rede Globo** divulgou essa matéria, não os procurou, de certa forma até indignado, contestando a utilização do nome de V. Ex^a por parte dos dois?

O SR. EDISON GAZONI – Procurei quem?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Amarildo e o Ronilton.

O SR. EDISON GAZONI – Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a, então, achou normal eles usarem o nome de V. Ex^a?

O SR. EDISON GAZONI – Ah, o senhor fala na reportagem...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Logo que foi divulgado, V. Ex^a chamado por um de bandido, no outro incluído...

O SR. EDISON GAZONI – Lógico que chamei atenção. Exatamente. Chamei a atenção de Amarildo, propriamente, do Amarildo por ter me chamado de bandido, tá entendendo? Mas eu... É o meu jeito chulo de falar, meu jeito... Foi assim que se deu, e eu falei. Ele pediu desculpa. Não houve...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, V. Ex^a não ficou indignado com isso, não cobrou uma atitude mais...? E com Ronilton, que incluiu V. Ex^a no nome de dez? Qual foi... O senhor não teve nenhuma alteração, não se sentiu indignado com o Ronilton, não falou com ele a respeito disso?

O SR. EDISON GAZONI – Falar eu falei, Sr. Senador, a indignação ela sempre existe. Agora, as minhas questões eu vou decidindo politicamente na forma da lei. Eu acho que se falou será questionado futuramente a questão.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a já tomou alguma medida judicial, uma interpelação...?

O SR. EDISON GAZONI – Ainda não porque eu não tenho conhecimento do teor completo das fitas que foram...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O Presidente da Comissão não passou para V. Ex^a a parte da fita que...

O SR. EDISON GAZONI – Não.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ontem ele disse aqui que o relator... O relator não passou para V. Ex^a? Disse que passou para todos os deputados uma cópia do trecho.

O SR. EDISON GAZONI – Não. Pode ser os deputados envolvidos, os sete deputados, não é?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a ainda não está sendo investigado?

O SR. EDISON GAZONI – Não, não tenho conhecimento.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Pergunto se os demais Senadores e Senadoras gostariam de fazer perguntas?

Eu gostaria de fazer uma.

Deputado, que grau de amizade ou de inimizade V. Ex^a tem com o Deputado Amarildo?

O SR. EDISON GAZONI – Colegas de Partido.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Nunca tiveram qualquer desentendimento, mal-estar, divergências mais aprofundadas?

O SR. EDISON GAZONI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – E V. Ex^a poderia nos esclarecer como uma pessoa amiga pode chamar a outra de bandido?

O SR. EDISON GAZONI – É exatamente isso que digo para você. A expressão do momento, e volto a dizer a V. Ex^a que não conheço o teor geral da fita gravada, porque o que levou, a indução que levou a ele falar essa palavra. Realmente, é uma palavra forte, reconheço a V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Muito forte, só para entender. Acho que uma pessoa vai usar isso talvez em dois momentos: ou num momento de inimizade, porque não gosta da pessoa, embora saiba que a pessoa não seja. Talvez chama porque tem raiva. Não gosta.

O SR. EDISON GAZONI – Se ele não gosta de mim, aí seria outra questão, que não sei. Nunca demonstrou isso.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Mas de V. Ex^a não tem nenhuma justificativa para que ele possa ter usado essa expressão?

O SR. EDISON GAZONI – De forma nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Nunca brigaram?

O SR. EDISON GAZONI – De forma nenhuma.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Eu tenho umas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Pois não, Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Nobre Presidente, nobre Relator, gostaria de saber do depoente que ele desse algumas explicações, porque saiu uma segunda reportagem no *Fantástico*, em que um assessor – agora não lembro o nome, até estaria aí o nome

– teria dito que teria sacado recursos da Assembléia em seu benefício, inclusive filmam um monte de cheques na reportagem. V. Ex^a poderia dar algum esclarecimento sobre esse tema, que é muito importante?

O SR. EDISON GAZONI – Senador Amir Lando, primeira questão: eu quero justificar quando aparece aquele monte de cheque. Aquilo lá foi uma operação gráfica da emissora, onde fez uma ilusão de cheques, mostrando uma forma de contar o dinheiro, para aprofundar e fortalecer talvez a imagem da reportagem.

Ora, veja-se a intenção e qual o procedimento num fato tão grave como esse, que já tomei algumas medidas, tanto na Polícia Federal como no Ministério Público, e duas ações junto aos juízes do Tribunal de Justiça, até porque, na minha vida, eu nunca vi um cidadão chegar na televisão e dizer que é bandido, como ele disse que era bandido.

E diria, também: será que, eu conhecendo a pessoa, daria as condições para que ele fizesse operações dessa forma?

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Houve saque até de R\$500 mil, segundo a reportagem.

O SR. EDISON GAZONI – Exatamente, houve saques... Aí demonstra o teor da mentira, de um absurdo, de um absurdo onde um cidadão dizia sobre um saque de R\$500 mil, sobre compra de dólares. Coisas que nunca ocorreu. Falsificação de cheque de empresas, que isso nunca ocorreu.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Na reportagem, fala-se inclusive em saque direto da Assembléia Legislativa. V. Ex^a é Tesoureiro da Assembléia, tem acesso à Tesouraria, quer dizer, de certa forma tem gerência nos recursos financeiros da Assembléia?

O SR. EDISON GAZONI – Isso aí demonstra exatamente a montagem.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Mas V. Ex^a tem gerência?

O SR. EDISON GAZONI – Não tenho. Não sou Tesoureiro, não participo da Mesa, não tenho acesso à Tesouraria da Assembléia Legislativa e não tenho nenhum tipo de negócio, nem eu, nem minha empresa e nem de quem conheço, com a Assembléia Legislativa.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – V. Ex^a presta serviço à Assembléia?

O SR. EDISON GAZONI – Nenhum tipo, exceto com Parlamentar.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Digo como empresa, evidentemente. Presta algum serviço ou fornece alguma mercadoria?

O SR. EDISON GAZONI – Nunca forneci, nem à Assembléia e nem ao Governo. Nunca vendi sequer uma peça.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Como se procede às transferências da Assembléia para credores? V. Ex^a poderia explicar?

O SR. EDISON GAZONI – Não tenho conhecimento, Senador.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – A Assembléia paga como?

O SR. EDISON GAZONI – Não tenho conhecimento.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Paga com cheque?

O SR. EDISON GAZONI – Não tenho conhecimento.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Não tem conhecimento.

O SR. EDISON GAZONI – Não tenho conhecimento. Essa é uma operação administrativa da Assembléia Administrativa.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Então, aqueles cheques que são filmados como se fossem seus não seriam seus?

O SR. EDISON GAZONI – Aqueles cheques, Senador, não são filmados. Aqueles cheques são produzidos via ilusão gráfica.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – A imagem de quem vê é um monte de cheques.

O SR. EDISON GAZONI – Exatamente, mas se o senhor observar fortemente verá que aquilo é uma ilusão gráfica, onde ele faz uma simulação. Coloca lá umas casinhas, onde o dinheiro entra e de onde o dinheiro sai. Foi uma produção da emissora desse cheque.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT-AC) – V. Ex^a está me dizendo que a **Rede Globo** manipulou a informação?

O SR. EDISON GAZONI – Não sei se a **Rede Globo** manipulou a informação. Seria eu irresponsável de dizer essa questão. Estou dizendo que aquela produção contando dinheiro, aquela produção...

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Então, V. Ex^a nunca foi filmado contando dinheiro ou assinando cheques de sua propriedade?

O SR. EDISON GAZONI – Nunca. Com certeza absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT-AC) – Em qualquer reunião com o Governador nunca houve manuseio de papel de qualquer natureza?

O SR. EDISON GAZONI – Excelentíssimo Sr. Presidente, eu, às vezes – queria aqui até fazer um desabafo – dói no ser humano quando há mentiras, há formas de prejudicar. O Governador determinou que, talvez, tinha de me prejudicar de alguma forma. Não sei se foi isso, mas buscou em cima de um funcionário

da Assembléia Legislativa algumas informações absurdas. Tenho uma formação familiar, sou religioso e nunca encostei o dedo em uma pessoa, e lá ele fala que eu, pessoalmente, ameacei ele de morte. Para que isso?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT-AC) – O Governador?

O SR. EDISON GAZONI – Não, esse senhor que foi entrevistado pela **Rede Globo**.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Como é o nome dele, para ficar registrado?

O SR. EDISON GAZONI – José Ailton Magalhães.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT-AC) – José Ailton Magalhães.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL-GO) – Já requerer a presença dessa pessoa aqui ou, se formos lá, poderemos ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT-AC) – Vamos pensar em ouvi-lo lá.

O SR. EDISON GAZONI – Outra questão: se fui eu quem ameacei ele pessoalmente, por que foi preservada a imagem dele se sabia que eu que estava ameaçando? Qual o motivo que levou a emissora a proteger a imagem desse cidadão se, no caso, só existia um e sabia que era o Deputado Gazoni. Ora, e no final ainda disse o nome dele. Será que foi para proteger a ameaça ou para proteger da prisão que ele tem aqui, determinada pelo Estado de Goiás?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT-AC) – Essa pessoa é acusada de quê?

O SR. EDISON GAZONI – É estelionatário. Vou passar a V. Ex^a no final...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT-AC) – Tem prisão decretada?

O SR. EDISON GAZONI – Tem prisão decretada pelo Estado de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT-AC) – Tem documentos sobre isso?

O SR. EDISON GAZONI – Eu tenho a documentação e vou deixar. Toda a documentação está aqui pronta para entregar para vocês.

Hoje, se o Governador ou pessoas do Governo deu cuidado a essa pessoa, por que não foi entregue até hoje à Justiça, se ele tem uma prisão preventiva? Por que estão aguardando a prisão dele? São esses questionamentos sobre essa reportagem que foi feita sobre a minha pessoa.

Quero aqui dizer que tenho a convicção de que, através de ações judiciais, vamos provar a verdade, mas isso não vai mais resgatar o que fizeram – comigo não. Comigo, tudo bem – com a minha mãe, com

meus filhos, com a minha esposa, enfim, com todas as pessoas com quem tenho laços de amizade.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT-AC)

– Deputado, V. Ex^a tem conhecimento da existência de funcionários considerados fantasmas na Assembléia Legislativa?

O SR. EDISON GAZONI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT-AC)

– Nunca ouviu falar?

O SR. EDISON GAZONI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT-AC) – V.

Ex^a é empresário?

O SR. EDISON GAZONI – Sou empresário.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT-AC)

– Alguma empresa de V. Ex^a ganhou alguma tipo de contrato do Governo do Estado no período do atual Governo ou anterior?

O SR. EDISON GAZONI – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT-AC)

– Nunca. Nenhuma empresa de V. Ex^a?

O SR. EDISON GAZONI – Nunca.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT-AC)

– Nem na Assembléia nem do Governo do Estado.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Qual o

ramo?

O SR. EDISON GAZONI – Confecções.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT-AC)

– Confecções, até mesmo pela natureza do empreendimento não poderia.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Eu gostaria

de concluir mais uma pergunta.

Já que esse fato não é verdadeiro, isto é, foi uma montagem gráfica, como afirma o depoente, a quem ele debita ou credita, como queira, essa montagem, as imagens fortes divulgadas pela televisão envolvendo a pessoa do depoente?

O SR. EDISON GAZONI – Eu não gostaria de acreditar que fosse, mas, se isso foi montado... Até porque em todos os locais aparece o sobrinho do Governador, que é o secretário particular dele, o Eduardo, sempre, nas gravações. Inclusive, quando a emissora diz que vai ao gabinete, encontra o Sr. José Airton e o entrevista com uma câmera escondida, aparece o Eduardo ao lado. Quer dizer, foi levada pelo sobrinho do Governador a emissora até esse cidadão, que fala: “Não, se quiser, falsifico a assinatura do Eduardo”. Então, se for para creditar, tenho que creditar ao Palácio porque foi por ali que se criou essa imagem. Tenho certeza de que não seria irresponsável uma emissora de tanta credibilidade fazer uma reportagem daquela forma sem ter recebido a indução de dizer: “Essa pessoa tem isso a dizer ou não”.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT-AC)

– Agradeço sua presença e sua contribuição com esta Comissão. De nossa parte, também ficamos bastante agradecidos da sua atenção.

Passo ao Relator a documentação que V. Ex^a quiser. Dado como recebido, agradecemos sua presença.

Convidamos o Deputado Chico Doido. (Pausa.)

Cabe um esclarecimento ao Deputado: V. Ex^a terá até dez minutos para fazer as considerações que achar importante. Na seqüência, faremos as indagações.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Doido. V. Ex^a dispõe de até dez minutos.

O SR. CHICO DOIDO – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, imprensa, senhores presentes, começo me apresentado e até contando um pouco do início de minha vida, de onde veio Chico Doido.

Chico Doido veio de uma cidade pobre do Nordeste, Caicó, Rio Grande do Norte. Ainda quando era criança, aos 14 anos de idade, saí em busca de trabalho na cidade Linhares, no Espírito Santo. Ali, participei do plantio de lavoura de cacau. Fiquei uns seis anos trabalhando naquela região do Espírito Santo e tive um convite para vir para Rondônia em 1978 para plantar um milhão de pés de cacau. Vim para Rondônia ser político. Jamais pensei em ser político. Vim para ser um agricultor e plantar um milhão de pés de cacau. Não chegamos a plantar um milhão de pés de cacau, mas 370 mil pés de cacau, 60 mil pés de café e implantamos lá, assentamos lá 22 famílias em nossa propriedade. E com isso, com aquela dificuldade de estrada, aquela linha, aí me envolveram na vida política. Aí foi onde veio o Chico Doido político. E eu me candidatei a Vereador, até para defender aquela região nossa, que era esquecida por todos. E ali eu vim, e não fiz política não, não fiz campanha não, fui eleito, dos mais votados de nosso Município, Ariquemes, que é minha cidade, onde moro há 27 anos. A segunda eleição veio automaticamente. Na terceira candidatura fui o mais votado do Município, não fui eleito por falta de legenda. Aí veio a história de eu ser o Deputado Estadual Chico Doido em Rondônia. Aí fiz um desafio maior: como eu me sentia muito feliz, muito à vontade, tanto trabalho que fiz para aquele Município, falei: “Não, dinheiro eu não tenho para gastar. Não tenho muito conhecimento. Eu vou ficar só em Ariquemes. Se eu tiver que ser eleito Deputado Estadual, é só na minha cidade. Esses nossos eleitores vão dar minha eleição de Deputado só em minha cidade”. Fiz umas contas que eu só precisava de cinco mil votos para ser eleito no Partido em que eu estava, no PSB. E ali eu fiz. Fiquei só em minha cidade. Visitei casa por casa duas, três vezes, e aí veio o resultado: fui o mais votado do Partido, fui

eleito Deputado Estadual. Tudo isso, até aí, foi só alegria, só felicidade. A minha tristeza como Deputado Estadual é eu não poder ter levado uma caixa de fósforos para esse Município que me deu essa vitória de ser Deputado Estadual. Por conhecer a história do Sr. Ivo Cassol em Rolim de Moura, com aquela dificuldade de Câmara Municipal, não acreditei, nem acredito até hoje, no sistema que ele trabalha no Governo do Estado de Rondônia. Eu procurei manter-me afastado do Sr. Ivo Cassol. Eu convivo muito pouco na capital, porque moro em Ariquemes, a 200 km, trabalho dois, três dias e volto para minha cidade, Ariquemes, e aí não procuro muito ter contato não só com o Sr. Ivo Cassol, com o Governo Ivo Cassol. Posso até aqui afirmar que há secretário do Governo que não conheço pessoalmente. Por quê? No início andamos lá com a pastinha, pedindo isso e aquilo para o Município, não fomos atendidos, eu também me afastei, não o tenho procurado. Tenho trabalho com ofício, requerimento, indicação parei de mandar para ele, para seu Governo, porque não adiantava, não atendia, então é o que tenho a dizer a esses nobres Senadores. É a forma com que tenho trabalhado como Deputado Estadual naquele meu Estado, que é um Estado rico, que é um Estado que posso afirmar que não merece passar o que está passando. Esta história vai ficar escrita no Estado de Rondônia. Eu estou aqui a convite da Comissão, estou disposto a falar tudo o que eu tenho a falar. Estou aí à disposição de todos.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT-AC)

– Com a palavra, o Relator.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr. Deputado, V. Ex^a está eleito em qual mandato? Segundo mandato? Primeiro mandato?

O SR. CHICO DOIDO – De Deputado, só o primeiro mandato.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a chegou a apadrinhar ou se apoderar da emenda de algum Deputado derrotado para liberar recursos com o Governador?

O SR. CHICO DOIDO – Não senhor. Eu até pedi o Sílvio Ernando, um amigo meu, ex-Deputado, que colocasse uma emenda para Ariquemes, porque eu ia ficar no mandato e ia lutar por ela. Mas aí, quando vi aquilo, nem fui atrás.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor viu aquilo o quê?

O SR. CHICO DOIDO – Eu vi aquilo assim: o Governo, o pessoal lá, os outros que foram reeleitos, pediam, corriam atrás, e ele não dava nem atenção, ele falou que não ia atender as emendas porque não dava, não dava, e eu também nem corri atrás.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor já esteve com o Governador reservadamente ou em companhia de algum outro Deputado?

O SR. CHICO DOIDO – Reservadamente, não senhor. Eu estive com o Governador junto com os Deputados, foi onde ele alterou a voz com um companheiro lá, até foi com o Nereu, do Partido dos Trabalhadores. Ele levantou a voz, levantei e pedi que aquilo ali não era comportamento de um chefe maior de Estado. Eu, se continuasse daquele jeito aquela reunião, ia me retirar. E nós estávamos em oito Deputados.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E se discutia o que naquela ocasião?

O SR. CHICO DOIDO – Estávamos discutindo sobre uma greve dos professores que já se arrastava há mais de 20 dias.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a, então, não esteve com o Governador reservadamente nem em companhia de... Somente essa reunião V. Ex^a teve com o Governador?

O SR. CHICO DOIDO – Falando com toda a sinceridade ao Presidente, estive na capital tratando de assunto de município junto com o Prefeito. Nesses dois anos e meio de mandato, posso afirmar que, na capital, umas quatro vezes. Foi em lugar bem...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Com o Governador?

O SR. CHICO DOIDO – Com o Governador, na casa dele, nem sei onde é.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a, então, nunca esteve sozinho com o Governador, sempre com o Prefeito ou nessa reunião com os Deputados.

Muito bem, V. Ex^a delegou, de alguma forma, ao Deputado Ronilton que conversasse com o Governador sobre liberação de emendas e sobre cargo? V. Ex^a falou isso com o Deputado Ronilton?

O SR. CHICO DOIDO – Não, posso afirmar, Senador, não me lembro, acho que uns seis meses, no início do mandato, chegou o companheiro Ronilton Capixaba no meu gabinete. Ele sempre foi muito barulhento. Chegou batendo na porta, entrou e falou assim: “Preciso do seu apoio”. Eu até brinquei com ele: Estou sabendo, estou sabendo. E comecei a chamá-lo de meu líder, porque já havia a fofoca que o Governador queria que ele fosse líder do Governo. Ele falou: “Posso contar com o seu apoio, posso falar que você me apóia?”, falei que podia. Se ele se achou com a liberdade de falar no meu nome, acredito que seja por isso, porque em hora nenhuma eu o autorizei a falar em meu nome.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a pode dizer porque ele, conversando com o

Governador, num contexto de vantagem econômica, de liberação de recursos, de desativação de 250 postos de vigilância, sugerindo que isso economizaria R\$500.000,00, que poderia passar R\$50 mil por mês para cada Deputado, ele utilizou o nome de V. Ex^a entre esses dez Deputados. V. Ex^a pode dizer por que isso aconteceu?

O SR. CHICO DOIDO – Eu assisti àquilo no **Fantástico**. Até na hora assustei. Mas depois fomos ver a fita. Aquela relação consta de bem antes daquela conversação que foi passada no **Fantástico**. Até hoje, não sei por que, não sei se foi essa liberdade que dei para que ele falasse no meu nome, porque foi a única coisa para a qual dei liberdade e disse que poderia contar comigo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O senhor disse a ele, então, o seguinte: “Se você ou se o senhor for o Líder, apóio o Governador”. Foi isso?

O SR. CHICO DOIDO – Não, nem usamos essa palavra. Foi tão rápido, que ele falou assim: “Você me apóia?” Apóio. “Posso contar com você?” Pode. Ele já saiu, estava naquele momento de felicidade, porque seria Líder do Governo. Na hora eu falei que apoiava. Cansei de brincar com ele, dizendo: “meu líder” de brincadeira, porque líder nenhum ele foi.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Então, V. Ex^a não autorizou? E quando saiu a reportagem com o nome de V. Ex^a, dizendo que V. Ex^a fazia parte desse grupo dos dez, V. Ex^a procurou o Ronilton e cobrou dele alguma explicação?

O SR. CHICO DOIDO – Quando eu assisti, estava na minha propriedade, a 250 quilômetros da capital. Você acredita que eu me assustei, viajei a noite e nem procurei motorista, fui embora para a capital para saber o que estava acontecendo. Para mim, foi surpresa, pegou-me no momento por ter meu nome citado ali. Em hora nenhuma eu tinha utilizado. Sempre quem falou por mim fui eu mesmo.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – A pergunta é a seguinte: V. Ex^a também ficou indignado?

O SR. CHICO DOIDO – Ele cita “procurar”. Não procurei. Há poucos dias, encontrei com ele e falei: “Companheiro, o que é aquilo lá?” Ele falou: “Foi aquilo que você me autorizou falar e eu pedi para você me apoiar como Líder”. Eu falei: A única coisa que eu dei liberdade para você falar no meu nome foi quando você pediu para ser Líder. Em hora nenhuma dei liberdade. Se você falou isso, vai ter que se explicar. Ele falou: “Pois é, é isso mesmo, companheiro”. Ele saiu, porque ultimamente ele está meio afastado, não estamos convivendo. Ele ficou meio chateado e eu também.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Ficou por isso mesmo.

O SR. CHICO DOIDO – É, porque a gente se afastou.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – V. Ex^a é chamado de Chico Doido por quê?

O SR. CHICO DOIDO – Isso foi uma brincadeira. Foi uma criança que pôs esse apelido em mim. Como eu contei da minha vida, a essa fazenda todo dia eu ia e dela voltava, eu mexia com muita gente. No início, não havia tanta casa, eu levava e trazia todo dia da cidade. Parando num agricultor, que colocava debaixo de uma garagem muita caixa de banana, porque se a gente estivesse com fome, o carro atolava, quebrava, 25 quilômetros de estrada de chão, naquela época não tinha estrada, ali era uma parada para a gente comer, fazer um lanche e ir embora. Ali tinha uma menina numa bicicleta, suspendi o tio da menina no bagageiro da bicicleta, desci do carro e suspendi o bagageiro da bicicleta com a menina no bagageiro, a menina correu, com medo, o tio dela falou assim: “Chico deixa de ser doido, olha a criança aí”. Ela correu para dentro de casa e dizia: “Mãe, mãe, chegou o doido, chegou o doido”. Naquele momento ninguém ligou. Quando foi no outro dia, a menina tinha três ou quatro anos, todo dia essa menina corria com medo de mim. “Mamãe, mamãe, chegou o doido.” Foi crescendo, foi dizendo Chico doido e pegou.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Não é porque V. Ex^a é bravo não?

O SR. CHICO DOIDO – Não. Graças a Deus.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O temperamento é até dócil.

O SR. CHICO DOIDO – Graças a Deus me dou bem com todo mundo. Nunca tive nenhuma questão.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – pergunto aos demais se têm alguma pergunta a fazer ao nobre deputado. (Pausa.)

Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Sr. Deputado, o senhor foi eleito por qual partido?

O SR. CHICO DOIDO – PSB.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – O senhor continua no PSB?

O SR. CHICO DOIDO – Estou até hoje.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Qual foi a sua posição no momento de eleição da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa? O senhor compôs com qual grupo?

O SR. CHICO DOIDO – Eu compus com o grupo do Carlos. Porque eu entrando novo ali, com aquela coisa toda, uma pessoa simples da área rural, o que vi foi aqueles montes de deputados reeleitos acompa-

nhando. Foi onde me inspirou para acompanhar e votar com Carlão. Aí aquela pressão toda que o governo, a Senadora sabe que o governo fez uma pressão na época da eleição, aí fiquei quietinho.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Que tipo de pressão?

O SR. CHICO DOIDO – Não o governo em si, aqueles outros companheiros do governo fizeram uma pressão na época até para não existir a eleição no dia. Foi aquela agitação danada. Eu fiquei quietinha no lugar e votei no Carlão.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – O Deputado Emílio Paulista, na fita gravada pela emissora, diz que houve um processo de compra de votos para composição da Mesa. O senhor tem conhecimento desse fato?

O SR. CHICO DOIDO – Acho que o companheiro deve estar enlouquecendo, porque nunca – a não ser se por causa do meu apelido Chico Doido ficaram com medo de me oferecer – não me ofereceram.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Ao senhor não foi oferecido nada em troca de voto para composição da Mesa?

O SR. CHICO DOIDO – Não. Até porque confesso que eu estava muito acanhado naquele momento lá, porque a primeira vez que estava entrando naquela Casa, e eu não era de ir lá.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – O senhor ouviu falar alguma coisa na Assembléia Legislativa sobre mensalidades pagas pelo Governador do Estado a um grupo de deputados?

O SR. CHICO DOIDO – Não. Eu nunca participei de nenhuma conversação assim, nunca ouvi falar que alguém do governo pagasse alguém ali. Ficou uma época assim do grupo do governo e do grupo de cá, mas eu nunca fui de um lado nem do outro. Calculo que devo ter votado mais contra o governo de que mesmo a favor, até porque até o nosso projeto que se criava lá ele vetava. Então era obrigado a derrubar o veto de um projeto que a gente criava. Então, considero que votei mais contra ele que a favor.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – O senhor acha, pelo conhecimento que tem na Casa, o senhor vê algum tratamento que seja mais vantajoso para os deputados do PSDB, do partido do Governador?

O SR. CHICO DOIDO – Eu chego até a brincar sobre a indicação. Quando o pessoal me pedia, eu chegava até a pedir, pedir àquelas pessoas, pelo prefeito que ia... Eu dizia: eu, fracamente, não vou enganar o companheiro. Se eu for pedir o governador não vai atender, mas tem um companheiro aí, o Neudo, o Beto, que pode levar o pedido para o governo, e o governo vai atender. É isso que na época teve dias de

eu fazer isso. Porque ele pediu para eu fazer uma indicação. Eu disse: não vou nem fazer porque ele não vai atender. E aí eu evitava até de fazer, achava que ele levava vantagem até nisso.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Deputado, o **Fantástico**, quando publicou as fitas, noticiou também vários pronunciamentos na Assembléia Legislativa, pronunciamentos muito fortes contra o Governador; muito fortes mesmo. A minha pergunta é: qual é o grau de oposição a Assembléia Legislativa pratica contra o Governador Ivo Cassol?

O SR. CHICO DOIDO – Neste momento, eu não saberia calcular. Não tem aquela oposição cerrada. Quando tinha um interesse mesmo, que percebíamos ser da população, não tinha conversa. A votação vinha... De vez em quando, ele derrubava um veto; ele vetava, vamos supor, o orçamento, e o pessoal batia pesado. Ia para cima mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Note bem: todos os que vieram a esta Comissão atestaram que nunca houve uma oposição, digamos assim, contundente contra o Governador. Não havia essa oposição. Todos relatavam que a oposição é, mais ou menos, essa que V. Ex^a está-nos dizendo. Porém, estou preocupado com essa situação. Havia verdadeiros interesses contrariados para que pudessem se pronunciar com tanta veemência na tribuna da Assembléia Legislativa?

O SR. CHICO DOIDO – Sr. Senador, posso afirmar o seguinte: conheço aqueles companheiros, porque eu me dou muito bem com todos os 24 Deputados. Com essa minha simplicidade, eu abraço todos. São todos meus amigos. Vi uma diferença. A partir do dia que qualquer movimento enchesse a Casa, tinha Deputado que tinha garganta. Como eu nunca gostei de usar...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – A minha pergunta é: a troca de quê? Uma simples emoção ocasional?

O SR. CHICO DOIDO – Acredito que seja.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Levado pela onda, empolgava-se?

O SR. CHICO DOIDO – Acredito que seja.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Pedia desculpas ao Governador depois?

O SR. CHICO DOIDO – No dia em que não tinha platéia na Assembléia, não havia muito discurso.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Mas alguém pedia desculpa ao Governador depois?

O SR. CHICO DOIDO – Nunca vi.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – O Governador não fazia nenhuma retaliação, dizendo: “Você falou mal de mim ontem, sem substância, sem razão”?

O SR. CHICO DOIDO – Não cheguei a...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– V. Ex^a nunca viu isso não?

O SR. CHICO DOIDO – O Governador atacava muito no interior quando ia. Ele atacava muito, mas onde não havia defesa. Ele não colocaria o Deputado assim...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Ou seja, nos discursos, tanto a Assembléia quanto o Governador se digladiavam a fundo, mas a relação era fraterna?

O SR. CHICO DOIDO – Quando ele descia para o interior, ele descia a lenha.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– A relação era fraterna?

O SR. CHICO DOIDO – Era.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Significa que os interesses maiores não estavam arranhados?

O SR. CHICO DOIDO – Acredito que não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Não estavam?

O SR. CHICO DOIDO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Ou seja, os pleitos dos Deputados estavam sendo atendidos de alguma forma?

O SR. CHICO DOIDO – Não. Eu acredito que o Governador nunca se aliou, nunca se aproximou de um trabalho unido com os Deputados, porque por muito tempo ficou aquele negócio lá. Quando ele ia para o interior – ele viaja muito para o interior –, ele “descia a lenha” nos Deputados na Casa lá, principalmente aqueles que batiam nele.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Estou satisfeito. Alguém mais deseja fazer perguntas? Não?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – O senhor falou que ele “batia” nos Deputados que, segundo a sua expressão, “metiam a lenha” nele. Que deputados são esses?

O SR. CHICO DOIDO – Aqueles Deputados mais... O companheiro Nereu, principalmente, que muito defendeu a educação. Nossa senhora!

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Defendeu o Cassol?

O SR. CHICO DOIDO – Ele defendia. Nereu era uma pessoa sempre da frente. Ele foi eleito por essa classe dos professores, porque ele sempre lutou com a classe dos professores. Então, o Governador, quando ia, batia muito no Nereu. Ele não tinha dó não.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Só o Nereu?

O SR. CHICO DOIDO – Batia em mais gente lá, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Agradeço demais a presença de V. Ex^a, que, de pronto, atendeu ao nosso convite. De nossa parte, também estamos bastante satisfeitos com os esclarecimentos. Daqui por diante, se alguma necessidade se fizer, poderemos convidá-lo novamente a participar desta Comissão ou a enviar-nos algo por escrito. De antemão, prestamos esses agradecimentos.

O SR. CHICO DOIDO – Quero agradecer a todos e dizer aos nobres Senadores que, assim que for preciso, recebendo um convite, estarei aqui para sempre responder o que eu puder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Obrigado.

O SR. CHICO DOIDO – Fico muito feliz com a minha presença no Senado, porque esta é a primeira vez que estou aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Virá mais vezes.

Convido a nova reunião para a próxima terça-feira, às 11 horas e 30 minutos, na sala 6.

(Falas inaudíveis fora do microfone)

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Para ouvir três Deputados, mais um que não veio.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Além do Sr. Expedito Júnior, que está aqui.

Então, anteciparemos a reunião para as 10h, estando convidados os Srs. Beto Trento, Everton Nêone e Neonde de Oliveira, além do Deputado Donadon, que não pôde comparecer hoje, e o Sr. Expedito Júnior, para a próxima terça-feira, às 10h da manhã, na sala 06.

Concedo a palavra ao Senador Amir Lando.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – Sr. Presidente, eu tinha feito uma proposta para que a Comissão adiasse esse depoimento para quarta-feira ou quinta-feira, porque, na terça-feira, seria muito importante analisar os documentos e sobretudo as fitas, que, naquele dia, já estarão conosco e poderão enriquecer muito mais a Comissão do que o simples depoimento. Senão, ficaria praticamente um monólogo. As fitas poderão dar à Comissão uma substância bem maior.

É a proposta que faço a V. Ex^a para que a Comissão entenda, reservando-se a terça-feira para as fitas.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Peço, então, ao nosso Relator, Senador Demóstenes Torres, porque também tenho a compreensão de V. Ex^a. Os três Deputados que comparecerão são aqueles considerados da base de sustentação do Governador.

O SR. AMIR LANDO (PMDB – RO) – É que foram referidos. Não temos nenhum manancial de informação.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Eles foram referidos no primeiro pronunciamento. Tenho essa compreensão.

Peço, desse modo, a atenção do nosso Relator e pergunto se ele concorda com essa sugestão, porque, assim, poderemos, na terça-feira e na quarta-feira, ouvir pelo menos boa parte dessas fitas. Na quinta-feira, ouviremos os Srs. Deputados que ainda faltam.

Esclareço que o Sr. Governador comparecerá aqui no dia 28.

Pergunto ao Sr. Relator se ele concorda com essa proposta, porque, de antemão, também a considero importante.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sem problemas. Vamos ouvir as fitas.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Então, ouviremos as fitas.

Fica, então, organizado da seguinte maneira: na terça-feira e na quarta-feira, serão analisadas as fitas e, na quinta-feira, faremos a nossa audiência, havendo oitiva dos demais Deputados às 10h da manhã na sala 06.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h39min.)

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA PELOS REQUERIMENTOS Nºs 535 e 536, DE 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”.

Ata da 7ª Reunião, Realizada em 21-6-2005

Aos vinte e um dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às dez horas e quarenta e um minutos, na sala 03 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a presidência do Senhor Senador Siba Machado e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Demóstenes Torres e da Senhora Senadora Fátima Cleide, membros, reúne-se a **Comissão Especial Externa criada pelos requerimentos Nºs 535 e 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico, exibido pela Rede Globo de Televisão”.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, informando que a pauta da presente reunião é desti-

nada a ouvir as fitas, mídia digital (CDs), encaminhadas pela Polícia Federal de Rondônia apreendidas na residência do Governador Ivo Cassol. A Presidência, antes de dar início às exposições, esclarece que a reunião será em caráter sigiloso. Ato contínuo, o Senhor Relator, Senador Demóstenes Torres, sugere a criação de uma Subcomissão constituída com a finalidade de assistir às fitas, que totalizam quatorze horas de duração, anotando o que de fato é relevante e deverá ser visto pelos senhores parlamentares, tendo sido acolhido seu pedido e convocando reunião para a próxima quinta-feira, dia vinte e três de junho, às oito horas, para assistir às filmagens e a partir das onze horas e trinta minutos para ouvir os convidados. A seguir, a Presidência designa para compor a Subcomissão as seguintes pessoas: **Dr. Tito Souza do Amaral**, representando o Senador Demóstenes; **Maraemide Paraguassu de Oliveira**, representando a Senadora Fátima Cleide; o Senhor **Francisco Eugênio Machado Arcanjo**, Consultor Legislativo do Senado Federal à disposição desta Comissão e o Senhor **Erlando Alves da Silva Melo**, representando o Senador Siba Machado. Ato contínuo os senhores parlamentares retiram-se do recinto e, após entendimentos com os técnicos da Subsecretaria de Telecomunicações/SUSTEL, fica decidido que o grupo iria para uma sala reservada da Biblioteca do Senado Federal. Após assistirem à fita de **número um** e tendo em vista que o som estava incomodando os usuários da Biblioteca, o Senhor Eugênio sugeriu que as oito fitas fossem divididas entre os quatro membros do grupo de trabalho, os quais, após assistirem e procederem às devidas anotações, se reuniriam para a troca de idéias. A seguir, a Secretaria desta Comissão entregou o material já especificado, mediante recibo datado e assinado pelo Senhor Erlando Alves da Silva Melo. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião e para constar, eu, **Wanderley Rabelo da Silva**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado) – *(Falha na gravação)* ...definir uma comissão para ouvir todas as fitas, selecionar as partes que mais interessam e ver essas cenas na quinta-feira de manhã cedo, porque teremos audiência aqui na quinta-feira, às 11h30.

Então poderíamos comparecer aqui às oito horas da manhã para assistir apenas a essas partes fundamentais.

Se houver concordância, poderemos encaminhar, porque temos o pessoal da Secretaria da Comissão, o Senador Demóstenes Torres poderá trazer uma pessoa

do seu gabinete, assim como eu e V. Ex^a. Essa seria a comissão que teria essa diversão de quatorze horas, entre hoje e amanhã...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – São os servidores designados pela Casa.

Já fui Secretário de Segurança Pública e Justiça. Pego uma fita que é gravada assim o tempo todo, ou então um grampo telefônico... *(falha na gravação)* para que as partes que não interessam, a critério desta Comissão... E já indico o Dr. Tito Amaral, que é Promotor de Justiça e acompanha pelo Ministério Público os trabalhos do Senado Federal, para fazer parte dessa comissão. Cada qual poderia indicar um assessor, mais os servidores da Casa, para assistir à fita hoje e amanhã e marcar: na fita 1, o que é interessante? Do terceiro ao oitavo minuto, e assim por diante.

Então fariam uma edição para que pudéssemos assistir. Com certeza, dessas quatorze horas, seriam umas três horas, se muito. Então poderíamos marcar aqui, para assisti-la das oito às onze horas. Às 11h30 haverá a reunião para a oitiva dos Deputados. Então poderíamos fazer assim. Se eles chegarem à conclusão de que teremos que ver tudo, veremos tudo. Mas acredito que não será assim.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Por mim, não há problema. Podemos trabalhar dessa forma, até porque temos uma agenda pesada hoje e amanhã, aqui no Senado, com a participação em outras comissões também.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado) – Então, Dr. Tito, Eugênio, Erlando e...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Deve haver alguém de Rondônia, que conheça as pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado) – A Senadora Fátima vai indicar uma pessoa, não é?

Então me deixe registrar na Secretaria a entrega dos documentos – registre o recebimento desse material. São oito fitas, não é? Oito CDs entregues.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Poderíamos ver também os que o Chico Paraíba...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado) – Do Chico Paraíba, são dois VHS.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – E fitas de áudio também.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado) – Muito bem. É isso?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – É isso. Então marcamos outra reunião para quinta-feira, às oito horas da manhã.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado) – Portanto, estão liberados para trabalhar, fazendo o último pedido:

é reservado, secreto, fechado, não pode haver a presença de quem não for membro dessa comissão.

Repito os nomes: Dr. Tito, Eugênio, Erlando, do meu gabinete, e Maraemidi, do seu gabinete.

Então, quinta-feira, às oito horas manhã, nesta sala mesmo.

Obrigado.

(Levanta-se a reunião às 10h50min)

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA PELOS REQUERIMENTOS Nºs 535 e 536, DE 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”.

Ata da 8ª Reunião, realizada em 23-6-2005

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e vinte e nove minutos, na sala 09 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a presidência do Senhor Senador Augusto Botelho e ainda com as presenças dos Senhores Senadores Demóstenes Torres, Siba Machado e da Senhora Senadora Fátima Cleide, membros, bem como com a presença dos Senhores Senadores Flexa Ribeiro e Leonel Pavan, não membros, reúne-se a **Comissão Especial Externa criada pelos requerimentos Nºs 535 e 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico, exibido pela Rede Globo de Televisão”.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura das atas das reuniões anteriores, que são dadas como lidas e aprovadas. A seguir, a Presidência informa que a pauta da presente reunião é destinada a ouvir as fitas, mídia digital (CDs), encaminhadas pela Polícia Federal de Rondônia, apreendidas na residência do Governador Ivo Cassol e ouvir as exposições dos senhores Deputados convidados por esta Comissão Externa: Beto do Trento, Everton Leoni, Neodi de Oliveira, Marcos Donadon e o Senhor Expedito Júnior. A Presidência, antes de dar início às exposições, esclarece que a reunião terá caráter sigiloso, em razão das fitas terem sido enviadas pelo DPF. Após a exibição das fitas, foi reaberta a reunião em caráter público, sob a presidência do Senhor Senador Siba Machado. Ato contínuo, a Presidência convida a assentar-se à mesa o Deputado **Bento do Trento**, concedendo-lhe cinco minutos para as suas exposições iniciais. A seguir, o

Presidente passou a palavra ao Senhor Relator, Senador Demóstenes Torres, para questionar o Deputado, que negou todas as acusações relacionadas à ele. Usaram da palavra os Senhores Senadores Augusto Botelho e Siba Machado. Dando continuidade, o Presidente convida o Deputado **Everton Leoni** para tomar assento à a mesa, concedendo-lhe, igualmente, cinco minutos para suas considerações iniciais. Ato contínuo, o Senhor Relator, questiona o Deputado sobre os fatos que objetivaram esta Comissão, tendo o mesmo desconhecido a existência de funcionários fantasmas na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, igualmente negando as demais indagações. Usaram da palavra para questionar o Deputado os Senadores Augusto Botelho, Flexa Ribeiro e Siba Machado, que requereu, verbalmente, uma listagem dos Cargos Commissionados daquela Instituição. O Presidente agradece a presença do Deputado Everton e convida a ocupar seu lugar à mesa o Senhor **Exedito Júnior**, concedendo-lhe cinco minutos para as suas exposições e passando a palavra ao Relator, Senador Demóstenes Torres para seus questionamentos. Usaram da palavra para questionar o Senhor Exedito, que exerceu três mandatos de Deputado Federal, pelo PSDB. Usaram da palavra os Senhores Senadores, Augusto Botelho e Siba Machado, que sugeriu uma acareação entre os Senhores: Deputado Ronilton Capixaba, o empresário Aires do Amaral e o próprio Exedito, tendo sido aceito pelo mesmo. Após, a Presidência agradece a presença do convidado e convida a ocupar seu lugar à mesa o Deputado **Marcos Donadon**, concedendo-lhe a palavra por cinco minutos. Ato contínuo, o Senhor Presidente, passa a palavra ao Relator para seus questionamentos. Usaram da palavra os senhores Senadores Augusto Botelho e Siba Machado, que solicitou à Secretaria da Comissão providenciar um ofício solicitando cópia do Inquérito referente ao assassinato do Senhor Elias Sobrinho, ex-funcionário da Presidência daquela Assembléia. Em seguida, a presidência agradece a presença do Deputado Donadon e chama a ocupar seu lugar à mesa o Deputado **Neodi de Oliveira**, concedendo-lhe a palavra por cinco minutos. Após, o senhor Presidente passou a palavra ao Relator para seus questionamentos. Usou, igualmente da palavra o Senhor Senador Siba Machado. Tendo sido inquirido, o Deputado Neodi, afirmou ser o Líder do Governo naquela Assembléia e amigo do Governador. Ato contínuo, a Presidência agenda reunião para o próximo dia vinte e oito de junho do corrente ano, a fim de dar continuidade ao exame do material recebido pela Comissão, bem como às audiências dos senhores Deputados Estaduais. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião e para constar,

eu, **Wanderley Rabelo da Silva**, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Especial Externa, criada pelos Requerimentos nºs 535 e 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico, exibido na Rede Globo de Televisão.

As atas das reuniões anteriores encontram-se sobre a mesa e coloco-as em votação para se dispensar sua leitura.

Se os Srs. Senadores concordarem com isso, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas as atas.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se a assistir às fitas apreendidas na casa do Governador Ivo Cassol e ouvir os Srs. Deputados do Estado de Rondônia, Beto do Trento, Everton Leoni, Neodi Oliveira, Marcos Donadon e o Sr. Exedito Júnior, ex-Deputado.

Então, vamos ver as fitas primeiro e creio que isso será feito em reunião reservada, porque as fitas foram apreendidas pela Polícia Federal e ainda não podem... (Pausa.)

Então, vamos ver as fitas agora?

O SR. (Orador não identificado) – O Senador Sibá ainda não chegou, mas vamos começar a ver, que, quando S. Exª chegar, já vai...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Peço aos Srs. jornalistas que estão trabalhando... Eu os respeito, mas é que temos que fazer dentro do protocolo. As fitas devem ser vistas em reunião fechada. Os trechos escolhidos da fita a que vamos assistir são os mais importantes.

(A reunião torna-se secreta às 14h33min e é reaberta às 16h17min.)

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Retomando a nossa reunião, convidamos o Deputado Beto do Trento.

Eu só pediria à Secretaria que pudesse pedir aos demais Parlamentares que aguardem na sala da Secretaria. O ex-Deputado Exedito Júnior também poderia aguardar na sala da Secretaria. O Deputado Beto do Trento... É o senhor? (Pausa.) Pois não, chegue até aqui.

Deputado, como ritual do nosso trabalho, abriremos um espaço para que V. Exª faça os esclarecimentos que achar mais interessantes por até 10 minutos. E,

após esse período, haverá, então, as indagações do Relator e dos demais Senadores da Comissão. Esse foi o entendimento realizado até agora.

Então, com a palavra V. Ex^a. Pode usar este microfone.

O SR. BETO DO TRENTO – Obrigado.

Quero, primeiro, cumprimentar os Senadores aqui, a imprensa, e dizer, Senador Siba, Senador Demóstenes, Senador Flexa, que estamos aqui com o objetivo de contribuir e colaborar com esta Comissão. Aquilo que eu puder responder e souber responder responderei. Com certeza, estarei colaborando com os trabalhos dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Passo, então, de imediato, a palavra para o Relator.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr. Senador, Sr. depoente, Sr. advogado, eu perguntaria a V. Ex^a se V. Ex^a tomou conhecimento de que, ao depor aqui, na semana passada, o seu colega, na Assembléia Legislativa, Deputado Ronilton Capixaba, disse que V. Ex^a recebia um mensalão de R\$20 mil pagos pelo Governador do Estado, Ivo Cassol.

O SR. BETO DO TRENTO – Tomei conhecimento através da imprensa. Fiquei sabendo sim, Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O que o senhor tem a comentar sobre isso? É verdade a imputação de que o senhor recebe, que o Deputado Ronilton lhe faz, ou seja, que o senhor recebe esse mensalão?

O SR. BETO DO TRENTO – Totalmente improcedente. Tanto é que interpelamos judicialmente, com a alegação que ele fez nesta Casa. E ele vai ter que explicar até eu provar isso judicialmente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A que V. Ex^a atribui o fato de ele ter lhe imputado essa prática de receber mensalão?

O SR. BETO DO TRENTO – Senador, desconheço o motivo. Até fiquei muito surpreso quando fiquei sabendo, até porque não é uma prática nossa, nunca foi, nem pedi essa situação ao Governador do Estado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Jornal da Band divulga também um trecho em que o Governador admite que paga mensalão a V. Ex^a.

O SR. BETO DO TRENTO – Também tomamos conhecimento na própria edição do Jornal da Band. O próprio Governador já faz o seu comentário, dizendo que é improcedente aquilo que foi dito.

Eu não tive acesso à fita, não vi essa gravação. Mas, se realmente ele falou, com certeza estaremos interpelando judicialmente também o Governador do Estado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Em dois momentos diferentes, essa fita foi gravada no

ano de 2003 e, agora, no ano de 2005. Um Governador e um Deputado Estadual acusam V. Ex^a de receber o mensalão. V. Ex^a não acha que é muita coincidência duas autoridades, em momentos distintos – uma sem ter relacionamento com a outra, até atritadas –, dizerem que V. Ex^a é beneficiário dessa prática?

O SR. BETO DO TRENTO – Bom, como já lhe falei, até fiquei muito surpreso quando ouvi de um Deputado acusação dessa natureza. Mas lhe asseguro, com toda a certeza, que não recebi, nenhuma vez, nenhuma quantia. E também, em cima do seu questionamento, quero dizer que, em 2003, a base governista não era de três Deputados, como eles falam hoje. A base governista era de vários Deputados, passava de dez. Até o próprio Partido dos Trabalhadores compunha a base do Governo.

Por isso que tenho certeza de que é improcedente essa acusação e, como lhe falei, estamos interpelando judicialmente o Deputado Ronildo Capixaba nessa questão. E, se o Governador também disse isso, estaremos interpelando o Governador para que as coisas venham dar clareza aos fatos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a faz parte da base do Governador desde quando?

O SR. BETO DO TRENTO – Sou um Deputado do PSDB, fui eleito pelo PSDB, e o Governador também é do PSDB. Então, estou desde o início do mandato na base governista.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a tem cargos no Governo?

O SR. BETO DO TRENTO – Absolutamente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nenhum?

O SR. BETO DO TRENTO – Não tenho.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nem um secretário?

O SR. BETO DO TRENTO – Não tenho.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ninguém?

O SR. BETO DO TRENTO – Não tenho.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a tem emendas parlamentares liberadas?

O SR. BETO DO TRENTO – As minhas emendas do ano passado... Até foi bom tocar nesse assunto, porque, no Orçamento de 2004, cada Deputado tinha direito a um milhão em emendas. O próprio Governador foi muito franco, não comigo, mas com todos os Deputados naquela Casa, dizendo que não seria possível cumprir as emendas. E ele sugeriu aos Deputados que se alocassem as emendas na agricultura para se adquirir tratores para o programa de mecanização no Estado de Rondônia. Eu fiz isso, e os recursos das mi-

nhas emendas foram todos alocados para a Secretaria de Agricultura para a aquisição de tratores, como foi feito pelo Governo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Quantos mandatos V. Ex^a tem como Deputado?

O SR. BETO DO TRENTO – Participei de uma eleição em 1998, fiquei como primeiro suplente. Tive a oportunidade de assumir por oito meses, no ano de 2000, quando, então, o Deputado Natanael Silva se ausentou do seu mandato para exercer a função de Secretário de Saúde do Estado de Rondônia. E eu tive a oportunidade de exercer o mandato por oito meses em 2000. Aí, concorri novamente, em 2002, pelo PSDB, como já disse, e fui o terceiro Deputado na legenda eleito pelo PSDB.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a, portanto, não teve nenhuma emenda de 2002 para liberação em 2003?

O SR. BETO DO TRENTO – Nenhuma.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a apadrinhou alguma emenda de Deputado que perdeu o mandato?

O SR. BETO DO TRENTO – Absolutamente. Também não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a tem conhecimento dessas denúncias que estão sendo feitas contra os colegas de V. Ex^a, de achar o Governador em troca de apoio? Ou seja, a exigência da liberação de um mensalão de R\$50 mil mensais em troca de apoio político e parlamentar?

O SR. BETO DO TRENTO – O meu conhecimento também foi tomado via imprensa, pelas notícias que foram veiculadas no programa da Rede Globo, Fantástico.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Dentro da Assembléia não se comentava a prática dessa tentativa de extorsão contra o Governador?

O SR. BETO DO TRENTO – Não. Não, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Pelo que V. Ex^a ouviu após a divulgação, porque antes V. Ex^a não tinha conhecimento, os Parlamentares tentaram extorquir o Governador ou o Governador ofereceu propina aos Parlamentares, ou os dois fatos ocorreram?

O SR. BETO DO TRENTO – Prefiro não responder, porque eu não tinha conhecimento; não tenho conhecimento, Senador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Consulto se os demais Senadores pretendem fazer indagações.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Presidente, quero fazer uma indagação.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador Augusto Botelho.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Deputado Beto do Trento, V. Ex^a acha que o parlamentar pegar alguma comissão de emenda é algo normal ou acha anormal isso?

O SR. BETO DO TRENTO – Olha, primeiro, acho um absurdo isso. Entendo que todo o recurso que se destina...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Público?

O SR. BETO DO TRENTO – ...recurso público deve ser efetuado e todo ele destinado ao seu fim, até porque os recursos de um Deputado Estadual que se alocam no Orçamento sempre são recursos pequenos, são para associações. Então, eu, independentemente do tamanho do recurso, se é pequeno ou grande, discordo totalmente.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Certo. Quero deixar esse assunto bem claro, inclusive porque, quando algum Deputado fala “minha emenda”, as pessoas pensam que o dinheiro é para o Deputado. Pelas histórias que ouvimos, parece até que acham normal que participem do... Isso pode ocorrer em todos os Estados do Brasil, de Deputado pegar emenda. No tempo dos anões do Orçamento, acontecia isso com muita frequência. Pode ser que, agora – espero – isso não esteja acontecendo.

V. Ex^a acha que é anormal, que é ilegal, que é roubo pegar parte de dinheiro da emenda?

O SR. BETO DO TRENTO – Não, eu não acho; eu tenho certeza.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Está bom.

O SR. BETO DO TRENTO – Não compactuo com essa idéia em hipótese alguma.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Está OK. Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Pergunto, ainda, se V. Ex^a esteve alguma vez reunido com o Governador fora das dependências da assembléia e mesmo na casa dele? Alguma vez V. Ex^a esteve sozinho ou esteve em companhia de outros parlamentares com o Governador?

O SR. BETO DO TRENTO – Eu estive em vários eventos com o Governador, e na sua residência também cheguei a despachar, com certeza.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Sozinho ou...

O SR. BETO DO TRENTO – Sozinho.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Em companhia de outros Deputados V. Ex^a não esteve?

O SR. BETO DO TRENTO – Não, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– De alguma forma, quando saiu a notícia de que as fitas divulgadas pelo Governador, ou melhor, quando as fitas foram expostas no programa da Rede Globo de Televisão, qual foi o clima na Assembléia? Quais foram os comentários? Porque é impossível não ter havido nenhum comentário dentro da assembléia. O que se dizia lá? Qual era o sentimento que havia na assembléia? O que se falava? O que se comentava a esse respeito?

O SR. BETO DO TRENTO – Bom, Senador, as fitas foram veiculadas em um domingo – não me recordo bem o dia em que foram veiculadas –, mas as sessões ocorrem naquela Casa nas terças-feiras, à tarde; nas quartas, pela manhã; e, na quinta, pela manhã.

Então, naquela terça-feira à tarde, eu estava em Brasília e não em Rondônia. Vimos lá aquilo a que o Brasil todo assistiu: o quebra-quebra, a indignação da população com as cenas vistas, com a...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E os Parlamentares? Como reagiram?

O SR. BETO DO TRENTO – Só reencontrei com os Deputados na quarta-feira, quando retornamos de Brasília. Naquele dia, os próprios Deputados, aqueles que estavam envolvidos diretamente não apareceram na assembléia, e aquela Casa tomou a seguinte decisão: criou-se uma comissão cuja primeira medida foi o afastamento temporário, a perda do mandato temporário de trinta dias, devido aos fatos, para que a Comissão pudesse trabalhar, investigar e tomar as suas decisões.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ou seja, V. Ex^a não ouviu falar nada?

O SR. BETO DO TRENTO – Com relação aos acontecimentos, tenho certeza de que a indignação foi geral; dos Deputados também.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E o que diziam? Quem estava indignado ali? V. Ex^a pode dizer quais os parlamentares que estavam indignados e o que eles diziam?

O SR. BETO DO TRENTO – Posso dizer que conversamos com todos os Deputados. Pelo menos, citar os que estavam lá, os que estavam na assembléia. Todos tinham a mesma opinião.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– A indignação era...

O SR. BETO DO TRENTO – A indignação era geral.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Com a divulgação?

O SR. BETO DO TRENTO – Não, não era com a divulgação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Com o Governador?

O SR. BETO DO TRENTO – Com o que ocorreu, com o que foi mostrado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então, a indignação era com o Governador por ter entregue as fitas. Os Deputados estavam indignados com o Governador?

O SR. BETO DO TRENTO – Não, eu não gostaria de emitir essa opinião pelos Deputados. Em hipótese alguma. Falo da indignação pelo fato que foi mostrado: a tentativa de corrupção. Era essa a indignação, até porque nós não podemos subjugar todos os Deputados de uma Casa como se todos não prestassem ou coisa parecida. Lá, há pessoas boas. Com certeza, as pessoas de bem também ficaram indignadas com aquela situação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Da tentativa de corrupção por parte dos Deputados?

O SR. BETO DO TRENTO – Dos colegas Deputados com o Governador do Estado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Quantos Deputados V. Ex^a entende ou ouviu dizer que estão envolvidos – e quais são eles – nessa tentativa de corrupção contra o Governador?

O SR. BETO DO TRENTO – Senador, vou responder pelo que ouvi nas fitas, em que foi mostrada, via televisão, se não me engano, uma relação de 10 Deputados. Não tive acesso às fitas. Então, não posso nem lhe responder, talvez, com mais...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Quantos foram afastados?

O SR. BETO DO TRENTO – Foram afastados sete Deputados.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Depois, apareceram. Era uma relação de 10, mas havia mais dois Deputados diretamente envolvidos nas acusações do Governador.

O SR. BETO DO TRENTO – Correto.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esses outros cinco Deputados também foram afastados?

O SR. BETO DO TRENTO – Não. Criou-se uma Comissão para se tratar desse assunto. E a Comissão decidiu, após análise dos fatos, em que pese ter sido uma decisão muito rápida – foi em um dia –, pelo afastamento temporário desses sete Deputados. O

Plenário, com 17 Deputados, homologou a decisão da Comissão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a é inimigo do Ronilton Capixaba?

O SR. BETO DO TRENTO – Em hipótese alguma. Falo que não tenho nenhum laço afetivo com ele, mas também não tenho laço de inimizade.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a acha que foi uma maneira de ele se defender, atacando outros colegas? O que V. Ex^a entende? Por que o Ronilton achou o nome de V. Ex^a nisso?

O SR. BETO DO TRENTO – Senador, essa é uma pergunta que me faço também.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– V. Ex^a vai perguntar, Senador? Eu pergunto em seguida.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar ao Deputado Beto do Trento: V. Ex^a poderia esclarecer se, em algum momento, na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, ouviu movimentos, porque o Governador disse, de público, que as fitas gravadas eram em defesa de um movimento vindo da Assembléia para a cassação do seu mandato. Havia, vamos dizer, um complô dos Deputados da Assembléia no sentido de um movimento de cassação. E ele, em função disso, estava se precavendo com essas gravações.

Pergunto se V. Ex^a tomou conhecimento desse movimento interno da Assembléia no sentido de cassação ou de um movimento com o objetivo de cassar o mandato do Governador.

O SR. BETO DO TRENTO – Sim, Senador. Primeiramente, na tribuna da Assembléia, no plenário, muitos Deputados até ironizavam a questão das fitas que o Governador tinha. Nunca tive conhecimento dessas fitas nem às assisti, como já falei. Mas os Deputados sabiam que existiam tais fitas. Muitas vezes até ironizavam essa questão.

Naquela Casa, entrou uma denúncia, que foi acatada pelo Plenário, e constituiu-se uma Comissão também de nove Deputados eleitos em plenário e representando os partidos. Fiz parte daquela Comissão pelo PSDB. A denúncia acatada em plenário foi para a Comissão, que entendeu por bem fazer, no seu relatório, o pedido de afastamento do Governador do Estado. O afastamento, não. O Governador teria um prazo para se defender. Foi nesse intervalo que as fitas saíram. Inclusive, a própria Relatora desta Comissão fez o relato sobre a cassação, a Deputada Ellen Ruth. Havia mais dois Deputados que compunham a Comissão e que foram ouvidos por V. Ex^{as}, os Depu-

tados Ronilton Capixaba e Amarildo Almeida, que, em seguida, pediram a sua saída da Comissão antes até de serem afastados.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Deputado Beto, pergunto a V. Ex^a qual é o nome do Presidente da Assembléia Legislativa anterior ao atual?

O SR. BETO DO TRENTO – O atual é o Carlão de Oliveira. O anterior ao Carlão de Oliveira é o ex-Deputado Natanael Silva, que, até esse dia, era Conselheiro do Tribunal de Contas.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Ele se afastou do mandato atual?

O SR. BETO DO TRENTO – Não.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Não. Houve renovação da Assembléia agora, de 2003 e 2004.

O SR. BETO DO TRENTO – Ele concorreu, em 2002, ao cargo de Governador do Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Certo. Então, não é mais Deputado. Então, quem era o Presidente da Assembléia?

O SR. BETO DO TRENTO – Era o Deputado Natanael Silva.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Em 2002 e 2003?

O SR. BETO DO TRENTO – Não, 2002.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Não, 2003 e 2004?

O SR. BETO DO TRENTO – Não, 2003 já era outra legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Sim, mas é isso o que quero saber.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Até outro dia, estava no cargo. Não está mais?

O SR. BETO DO TRENTO – Por uma decisão, foi afastado do cargo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Afastado por uma decisão de quem?

O SR. BETO DO TRENTO – Judicial. STJ.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Desde quando?

O SR. BETO DO TRENTO – Senador, faz poucos dias. Eu não lhe posso afirmar com precisão quantos dias.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Mas eu ainda não entendi. O Presidente da Assembléia, no ano de 2003 e 2004.

O SR. BETO DO TRENTO – Não. 2003 e 2004 é o Deputado Carlão de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– E continua Presidente atualmente?

O SR. BETO DO TRENTTO – Ele foi reeleito Presidente da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Como foi a primeira eleição no mandato do Carlão? Havia mais de uma chapa concorrendo? Foi uma só? Quantos votos ele obteve?

O SR. BETO DO TRENTTO – Ele obteve 14 votos na eleição. Inclusive, naquela eleição, o nosso desejo era outro candidato. Não foi a chapa dele.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– O PSDB tinha outra candidatura?

O SR. BETO DO TRENTTO – Foi o Deputado Everton Leoni que iria concorrer e acabou não concorrendo. Inclusive, no dia da posse, devido até discordarmos da forma como foi conduzido o processo da composição, retiramo-nos do plenário. Inclusive nem tomamos posse no dia, Senador. Tomamos posse mediante uma liminar, aproximadamente onze dias após os outros Deputados terem tomado posse.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Então, 14 Deputados votaram no Deputado Carlão para Presidente?

O SR. BETO DO TRENTTO – 13, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– E 11....

O SR. BETO DO TRENTTO – Na verdade, nós nem votamos.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Não compareceram. Então, não houve duas chapas?

O SR. BETO DO TRENTTO – Não, não houve. Só houve uma chapa.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Só foi uma chapa?

O SR. BETO DO TRENTTO – Uma chapa.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Mas houve um protesto contra a eleição do Deputado Carlão?

O SR. BETO DO TRENTTO – Na verdade, nós nos retiramos do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Retiraram-se do plenário.

O SR. BETO DO TRENTTO – E acabamos por nem tomar posse.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– E essa segunda vez, como foi a reeleição?

O SR. BETO DO TRENTTO – Na segunda eleição, foi feita uma mudança na Constituição do Estado, alterando também...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Permitindo a reeleição?

O SR. BETO DO TRENTTO – Permitindo, mediante o Regimento Interno...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Houve consenso?

O SR. BETO DO TRENTTO – Nós estávamos em 20 Deputados no dia. O Partido dos Trabalhadores...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Digo na modificação da Constituição, foi consenso da Casa?

O SR. BETO DO TRENTTO – Não preciso se foram 20 votos, mas, se não foram...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Se não foi total, foi próximo da totalidade?

O SR. BETO DO TRENTTO – É, foi próximo. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– E a eleição se deu da mesma maneira?

O SR. BETO DO TRENTTO – A eleição foi um ato muito rápido e foi feita a eleição.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Foi uma unanimidade da Casa?

O SR. BETO DO TRENTTO – Foi unânime. Todos votaram. Na verdade, até os nossos votos eram votos vencidos na época. Então, foi um voto...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – E essa história de que houve pagamento de um incentivo para votação do Deputado Carlão, isso ocorreu?

O SR. BETO DO TRENTTO – Senador, desconheço. Se houve, eu não lhe afirmo, porque desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– O que aconteceu para essa unanimidade da primeira para a segunda eleição?

O SR. BETO DO TRENTTO – Como lhe falei, primeiro que estávamos buscando a governabilidade. Que houvesse realmente o entendimento, porque, da forma como houve a primeira eleição, posso dizer que foi como se houvesse uma divisão, um racha. E o objetivo naquele momento era que, se as coisas tivessem...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Mas crise estava no Governo ou na Assembléia?

O SR. BETO DO TRENTTO – Não havia uma crise instalada, eu diria. Mas, pelo fato de numa primeira eleição haver aquela divisão, tivemos dificuldade até na nossa posse. Eu, para lhe ser sincero, tomei ciência dessa eleição no dia da eleição. Se foi uma situação trabalhada pela Mesa Diretora, se foi coincidência, não tinha nem conhecimento. Tomei no dia. E, como a gente também, entrando no mandato, apesar dos oito meses, tem até pouca experiência, eu diria, dentro da Casa, nós acabamos por entender... É aquela história: “vamos fazer uma unanimidade aqui para que a gente possa trabalhar com mais tranquilidade, para que não tenha...” E foi dessa forma que todas as pessoas votaram. Como eu lhe disse, só quatro Deputados não votaram, pela ausência.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– V. Ex^a sempre apoiou o Deputado Ivo Cassol ou, em algum momento, fez oposição a ele?

O SR. BETO DO TRENTO – Eu sempre defendo, isso sempre deixo nos Anais da Casa, a governabilidade do Estado, as ações do Governo. E seria até incoerente ou antiético da mesma forma ser Oposição a um governo que é do meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Correto, mas quero chegar em outro ponto. Quem de fato fazia oposição ao Governador Ivo Cassol?

O SR. BETO DO TRENTO – Na verdade, como lhe falei, no começo do mandato, em 2003, a base do Governo era de mais de dez Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Quando começou?

O SR. BETO DO TRENTO – Em 2003, tanto que o Governador não teve problemas no final do ano com relação a Orçamento, por mais que tivesse sido trabalhado, mexido, mas o Orçamento foi aprovado sem muitas modificações.

Em 2004, eu diria que até o pleito eleitoral, as coisas dentro da Assembléia, o relacionamento do Executivo e do Legislativo era favorável para o Estado, bom, e as coisas caminhavam. E o que não entendemos – posso lhe falar isso porque também não sei – é que, após o pleito eleitoral, as coisas desandaram realmente e, dentro daquela Casa, ficou público e notório até que éramos praticamente três Deputados só da base do Governo que defendíamos e cobrávamos para que as coisas caminhassem.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– São vinte e quatro Deputados e só ficaram três apoiando o Governador?

O SR. BETO DO TRENTO – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – E o motivo disso tudo? Por que essa mudança brusca?

O SR. BETO DO TRENTO – Senador, eu gostaria de entender também. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– É difícil de explicar?

O SR. BETO DO TRENTO – É difícil de explicar. Estou sendo bem honesto com o senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– V. Ex^a é da base do Governo, certo?

O SR. BETO DO TRENTO – Correto.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– E V. Ex^a não acha, até por ser da base do Governo, Deputado, que V. Ex^a está completamente mal informado sobre o que acontece? O senhor não ouviu dizer, o senhor não sabe. O senhor não acha que para um Deputado da base governista o senhor anda mal informado?

O SR. BETO DO TRENTO – Desculpa, em que sentido o senhor está falando sobre a má informação?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– O senhor não ouviu falar sobre as repercussões que aconteceram dentro da Assembléia; o senhor não sabe das discussões que acontecem dentro da Assembléia, a não ser em relação à fita. Nem em relação ao que o Governador disse de V. Ex^a, V. Ex^a não tem o que dizer porque vai esperar... O que V. Ex^a ouviu dizer foi que o Governador desmentiu. Quer dizer, Rondônia está acabando, e V. Ex^a, ou não ouviu dizer, ou não...

O senhor não acha que está mal informado para um Deputado da base governista eleito, quase que reeleito? Não está mal informado?

O SR. BETO DO TRENTO – Não, mas essa questão de má informação, Senador, acho que a gente tem que analisar.

Primeiro, o que o senhor falou com relação ao fato de o Governador citar o nosso nome, realmente foi citado ontem, e eu não tive acesso. Agora, já solicitamos, na verdade, com o nosso advogado, para que a gente possa realmente ver o material. É aquilo que eu falei. Se realmente fomos citados, estaremos interpelando, porque tudo o que é veiculado tem que ser aprovado.

Isto eu lhe afirmo categoricamente: nunca recebi...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– O senhor está indignado com o Governador?

O SR. BETO DO TRENTO – Estou indignado por essa informação com certeza. Se realmente aconteceu isso, posso lhe garantir que, no que pese uma interpelação judicial, a honra de uma pessoa não tem preço.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– O senhor vai romper com o Governador por conta disso?

O SR. BETO DO TRENTO – Senador, a questão de rompimento, o senhor pode ter certeza que muda muita coisa na questão de um tratamento ou muda-se a questão até naquilo que a gente defende...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– Mais que interpelar o Governador, o senhor vai processar o Governador por calúnia, não?

O SR. BETO DO TRENTO – Não tenha dúvida. Uma queixa crime.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Deixa eu perguntar mais uma coisa: na relação Assembléia e Governo de Estado ou Parlamentares da Assembléia e o Governador, costumeiramente as reuniões acontecem em ambiente de trabalho ou em ambiente mais doméstico?

O SR. BETO DO TRENTTO – Perdão, Senador, o senhor questionou...?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – A relação dos Parlamentares, não das instituições das duas Casas, estou falando das pessoas, Parlamentares e o Governador, geralmente se costuma conversar em ambiente de trabalho, ou seja, nos gabinetes, ou em ambientes mais domésticos?

O SR. BETO DO TRENTTO – Eu converso muito com o Governador, mas normalmente ele recebe mais em gabinete.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – No gabinete?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Deputado Ronaldo Veloso...

O SR. BETO DO TRENTTO – Renato Veloso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Renato Veloso, ele saiu da base do Governador? Ele esteve apoiando o Governador e depois saiu?

O SR. BETO DO TRENTTO – Ele apoiava o Governador e, como eu lhe falei, esses últimos acontecimentos, do qual ficaram 21 Deputados...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quando foi que ele largou a base? Porque o Governador tinha quatro Deputados que o apoiavam incondicionalmente. Hoje, tem três: o senhor, o Everton e o Neodi. Não é isso?

O SR. BETO DO TRENTTO – Eu, Everton e Neodi, exato.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o Renato abandonou a base, mas o Governador o menciona como recebendo, também, o mensalão, em 2003.

O SR. BETO DO TRENTTO – Pois é, Senador, eu não posso-lhe afirmar datas assim com precisão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor não se lembra quando o Deputado Renato saiu da base governista, quando ele deixou de apoiar o Governador?

O SR. BETO DO TRENTTO – Como eu lhe falei, até as eleições, em 2004, a base do Governo era uma base maior. Após 2004 é que as coisas, realmente, tomaram um outro rumo.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Depois das eleições municipais?

O SR. BETO DO TRENTTO – Isso, depois do pleito eleitoral de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Aí é que deu problema. Eu estou satisfeito.

Mais alguma pergunta, Senador? Então, nós agradecemos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Deixe-me só exibir um documento para ver se V. Ex^a,

se não viu, tem conhecimento deste documento, que foi apreendido pela Polícia Federal.

Vou só localizá-lo aqui.

É uma nota promissória em branco, tendo como emitente Natanael José, que é...

O SR. BETO DO TRENTTO – O ex-Presidente da Assembléia Legislativa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ex-Presidente.

É uma nota em branco, que tem como avalistas Amarildo, Daniel, João Batista, João Ricardo, José Emílio Paulista, Paulo Roberto e Ronilton Rodrigues.

V. Ex^a poderia dizer o que é essa nota promissória?

O SR. BETO DO TRENTTO – Senador, desconheço totalmente. É a primeira vez que estou vendo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nunca ouviu falar?

O SR. BETO DO TRENTTO – Nunca ouvi falar desse documento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Deputado, agradecemos por ter vindo, por ter comparecido a esta Comissão. E, se em algum outro momento se fizer necessário, gostaríamos demais de contar com a sua contribuição.

O SR. BETO DO TRENTTO – Com certeza, Senador. Agradeço e espero poder ter contribuído com algumas informações. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Eu pediria ao Senador Flexa Ribeiro que presidesse enquanto me ausento por cinco minutos.

Vamos convidar o próximo, o Everton, não é?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – É. Agora é o Everton Leoni.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Eu gostaria de convidar o Vice-Presidente, Senador Augusto Botelho, para assumir a Presidência.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – É regimental, Senador Augusto.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. PDT – RR) – Deputado Everton Leoni, V. Ex^a tem 10 minutos para a sua exposição inicial e, depois, passamos às perguntas.

O SR. EVERTON LEONI – Muito bem. Primeira-mente, meus cumprimentos a V. Ex^{as}, a todos os Senadores presentes, à imprensa e às pessoas curiosas para acompanhar esta reunião.

Quero apenas dizer que estou aqui inteiramente à disposição dos senhores para responder aquelas perguntas, no que eu puder colaborar, para que possamos, efetivamente, fazer com que todo esse episódio aca-

be de forma translúcida, de forma transparente, a fim de que pessoas que, eventualmente, sejam culpadas sejam responsabilizadas por suas culpas e pessoas inocentes sejam também inocentadas.

Só isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Deputado Estadual, agora depoente, desde quando V. Ex^a apóia o Governo Ivo Cassol?

O SR. EVERTON LEONI – Sou um dos mais antigos militantes do PSDB no Estado. Estou no PSDB há quase 12 anos e, graças a Deus, tive, primeiramente, um mandato como Vereador, três mandatos como Deputado Estadual, sempre no PSDB, e desde que o Governador ingressou nas fileiras do nosso Partido eu fui, inclusive ao lado do irmão dele, que era, na época, Deputado Estadual, o segundo Deputado, digamos assim, que, antes de iniciar a campanha do próprio Governador, já apoiava o nome dele para ser o nosso candidato, do Partido, nas eleições de Governo. Então, desde então defendo, defendi a candidatura do Governador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor tem cargos no Governo?

O SR. EVERTON LEONI – Tenho, tenho pessoas que foram indicadas por mim, pessoas do nosso Partido.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor pode nominar algumas pessoas mais relevantes, do primeiro escalão, segundo escalão?

O SR. EVERTON LEONI – Posso, posso, sem dúvida. Uma pessoa indicada por mim foi o Sr. Carlos Canosa, indicado, na época, para assumir a Controladoria-Geral de Administração e, depois, por decisão pessoal do Governador, ele foi guindado à condição de Coordenador-Geral de Administração da Casa Civil. Essa é a pessoa indicada por mim que tem a maior relevância. Outros são cargos de terceiro e de quarto escalão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Muito bem. V. Ex^a tem tido suas emendas liberadas regularmente?

O SR. EVERTON LEONI – Não, não. Houve algumas emendas, sim, outras não. O Governador sempre tem colocado a dificuldade que ele tem na questão orçamentária e, lamentável e até historicamente, os Deputados sempre tiveram algumas dificuldades na liberação de emendas. Quando digo isso, falo das demais Legislativas também. Mas, algumas sim e outras não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a teve seu nome aqui mencionado no depoimento do Sr. Ronilton Capixaba, também Deputado Estadual,

seu colega, V. Ex^a e outros Deputados o tiveram, de que receberia uma ajuda do Governador absolutamente ilegal, que se convencionou chamar de “mensalão”, no valor de R\$20 mil mensais. V. Ex^a confirma essa informação do Sr. Ronilton Capixaba?

O SR. EVERTON LEONI – Ah, repudio essa informação. Isso não é verdadeiro, inclusive eu e os outros dois companheiros nossos que fazem parte da base aliada do Governo, hoje – porque em 2003 existiam mais Deputados que faziam parte da nossa base aliada, digamos assim –, já entramos com uma interpelação judicial contra o Deputado Ronilton Capixaba, para que ele se explique, a fim de que possamos trazer a verdade para uma infâmia dessa natureza. E sabendo, inclusive, ontem, da veiculação também do próprio Governador, também já acionamos nosso escritório de advocacia e vamos também...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor vai processar o Governador?

O SR. EVERTON LEONI – Vamos interpelar o Governador, porque, de uma forma irresponsável e indevida, ele tocou no nosso nome.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor também vai romper com o Governador por esse ataque à honra do senhor?

O SR. EVERTON LEONI – Não posso lhe dizer isso. O que quero-lhe dizer é o seguinte: defendo as questões partidárias, sou Deputado do PSDB. O Governador, como pessoa, se errar e errar especialmente usando meu nome, especialmente atingindo aquilo que julgamos estar acima das questões partidárias, iremos buscar reparação. Agora, aquilo que for importante, relevante para o Estado continuaremos defendendo e buscando, para que possamos ter aquilo que é tão falado hoje em Brasília, a questão da governabilidade.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Diga-me uma coisa: isso aconteceu há dois anos. A que o senhor atribui o fato de o Governador ter imputado essa conduta ao senhor, de receber o “mensalão”?

O SR. EVERTON LEONI – Bem, não posso falar em nome do Governador. Apenas tenho a informação. Não assisti, ontem, ao programa da Rede Bandeirantes, mas, segundo a informação que tivemos, e já pedimos, por intermédio dos advogados, a fita para que possam fazer a interpelação, mas parece-me que ele disse que estava tentando puxar, seduzir, para que os Deputados falassem um pouco mais, se abrissem para ele. Parece-me que foi a explicação que deu.

O que nós queremos, o que eu quero, é exigir que ele, em juízo, dê essa explicação, porque eu também estou perplexo, tanto quanto as pessoas de bem daquele Estado, que tanto confiam em mim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Dois anos depois, aparece também um outro colega, o Deputado Ronilton Capixaba. Qual a razão pela qual ele estaria acusando V. Ex^a pela mesma prática que o Governador o acusou há dois anos?

O SR. EVERTON LEONI – Não posso responder pelo Deputado Ronilton Capixaba, mas acredito que seja alguma coisa relacionado a essas fitas. Tenho a impressão, porque não temos uma relação muito próxima.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ou seja, seria uma vindita dele. Como ele está nas fitas, tenta puxar V. Ex^a para a lama. É isso?

O SR. EVERTON LEONI – Não quero fazer essa afirmação, porque, assim como não quero que me julguem...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas V. Ex^a está dizendo que é por conta das fitas. Então, qual é a razão?

O SR. EVERTON LEONI – Não, porque o Governador teria dito nas fitas isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Não, mas o Governador disse depois. Ele disse antes, ou seja, o Ronilton Capixaba disse isso, aqui, na semana passada e as fitas apareceram anteontem e ontem. Então, o Ronilton falou primeiro que o Governador. Não pode estar retaliando o Governador. Concorde? V. Ex^a disse que deve ser por causa das fitas. Então, as fitas só poderiam ser as conhecidas e não as desconhecidas.

O SR. EVERTON LEONI – Quero dizer que não sei o que o Deputado Ronilton conhecia e o que ele desconhecia. Não posso dizer isso, porque não ouvi seu depoimento aqui. O que fiquei sabendo foi pela imprensa. Não ouvi as declarações, ontem, na televisão; não assisti ao programa de televisão ontem. Então, são apenas deduções e não quero cometer a levandade de fazer uma dedução e, daqui a pouco, cometer uma injustiça, até com aquelas pessoas que, eventualmente, possam atacar-me.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– A Polícia Federal, hoje, faz uma incursão dentro da Assembléia Legislativa. O gabinete de V. Ex^a foi alvo da Polícia Federal?

O SR. EVERTON LEONI – A informação que tenho é a de que não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Muito bem, perguntaria a V. Ex^a...

O SR. EVERTON LEONI – Em que pese, Excelência, eu ter solicitado ao meu chefe de gabinete que ficasse lá, à disposição, até o momento que fosse necessário, porque, se houvesse alguma dúvida e necessidade, nosso gabinete estaria à disposição.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a foi informado da ação da Polícia Federal?

O SR. EVERTON LEONI – Alguém ligou para mim, hoje à tarde, já em meio à ação da Polícia Federal.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Eu perguntaria a V. Ex^a se tem algum relacionamento com o Governador, se fez alguma visita ao Governador, em sua casa, para conversas informais.

O SR. EVERTON LEONI – Eu devo dizer-lhe, com toda a convicção, que devo ter despachado com o Governador, sempre a trabalho, na sua casa, nesses dois anos e meio, cinco ou seis vezes. No Palácio, outras vezes e, às vezes, em alguma viagem, alguma visita ao interior, enfim, mas apenas limitou-se a esse número de vezes a minha presença na casa dele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a conheceu o ex-Presidente da Assembléia, naturalmente, o hoje Conselheiro do Tribunal de Contas e ex-Deputado Natanael. V. Ex^a tem conhecimento de uma nota promissória emitida por ele, em branco, e assinada por alguns Deputados como avalistas dessa nota em branco?

O SR. EVERTON LEONI – Não, não tenho conhecimento. Não tenho conhecimento. Se é esta a nota, é a primeira vez que estou vendo esse documento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a tem conhecimento de que correu a notícia de que o Deputado Emílio Paulista teria dito que o Presidente da Assembléia foi eleito negociando com Deputados na base de R\$200 mil por Deputado?

O SR. EVERTON LEONI – Não tomei conhecimento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Nem conhecimento? Nem depois que o Fantástico divulgou?

O SR. EVERTON LEONI – Não, só depois. Como sou parte da Comissão processante da Assembléia Legislativa, tive acesso a algumas fitas que foram entregues, a outras, outros companheiros foram assistir. Isso foi entre a entrega das fitas e o seu envio à Polícia Federal, para perícia. Foi no Fantástico. Depois, vi um pedaço da fita. Apenas isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a tem conhecimento da prática de servidores fantasmas na Assembléia?

O SR. EVERTON LEONI – Não, senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a sabe que o Deputado Carlão de Oliveira, Presidente da Assembléia, emprega ou empregou no seu gabinete – temos um contracheque enviado pela Polícia Federal – uma costureira chamada Agostinha Batista da Silva, que exerce lá o cargo de assessora de gabinete do próprio Deputado e que está lotada

na Presidência, com um salário de R\$6,5 mil? V. Ex^a tomou conhecimento do fato?

O SR. EVERTON LEONI – Tomei conhecimento pela televisão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Muito bem. Então, V. Ex^a tem conhecimento de que na Assembléia existem servidores fantasmas?

O SR. EVERTON LEONI – Não, sei desse caso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ao menos uma servidora fantasma.

O SR. EVERTON LEONI – Sei desse caso, se se confirmar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Segundo depoimento da Sr^a Agostinha, o filho dela é muito amigo do Deputado Carlão, João Carlos Batista de Souza. O Deputado, inclusive, negocia com o Sr. João Carlos Batista de Souza. Já vendeu e comprou imóveis, inclusive fazendas, automóveis.

V. Ex^a tem conhecimento desse fato?

O SR. EVERTON LEONI – Eu também não conheço esse cidadão, posso-lhe garantir com toda a convicção.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a tem conhecimento de que alguns outros Parlamentares tenham esta prática no gabinete: empregar funcionários que não trabalham?

O SR. EVERTON LEONI – Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Muito bem. Estou satisfeito.

O SR. EVERTON LEONI – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Pergunto se os demais Senadores querem fazer algum tipo de pergunta.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Deputado Everton Leoni.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu gostaria de saber a sua opinião a respeito de emendas parlamentares ou verba pública. O senhor acha que é normal o indivíduo pegar uma parte da emenda parlamentar a título de contribuição, de comissão de alguma coisa? Qual a sua opinião a respeito disso?

O senhor acha que é normal o Parlamentar pegar...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador Augusto Botelho, interrompendo, eu informo ao Deputado Beto do Trento que acertamos, aqui, que um Parlamentar não poderia ouvir o depoimento do outro. Eu pediria, encarecidamente, ao senhor e ao seu assessor jurídico...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O assessor até pode.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não, mas eu gostaria que se mantivesse a norma, só para não ter problemas.

Eu também peço desculpas, porque isso não foi esclarecido a V. Ex^a.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu também não pensei.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Pode continuar, Senador.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Então, minha pergunta é assim, Deputado Everton Leoni.

O SR. EVERTON LEONI – Pois não.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – O que o senhor acha de, das emendas parlamentares ou de qualquer outra obra pública, o Parlamentar pegar qualquer quantidade de dinheiro, a título de comissão, ou de ajuda, ou de qualquer coisa?

O SR. EVERTON LEONI – É crime.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Senador Flexa? Ok. Deputado Everton Leoni.

O SR. EVERTON LEONI – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – O senhor é empresário?

O SR. EVERTON LEONI – Sim, sim, também.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – De que ramo é sua empresa?

O SR. EVERTON LEONI – Na área de comunicação. Sou radialista. Desde os meus dezesseis anos de idade, sou homem da comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Empresa de rádio? TV?

O SR. EVERTON LEONI – Rádio e televisão.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Jornal escrito também, ou não?

O SR. EVERTON LEONI – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Suas empresas têm prestado serviço a algum órgão público?

O SR. EVERTON LEONI – É, o Governo Federal, o Governo Estadual e o Governo Municipal, todos eles, veiculam nas nossas empresas. Eu tenho empresas de comunicação já há praticamente 20 anos, bem antes de eu ser Vereador ou Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – A sua empresa tem ganhado concorrência pública?

O SR. EVERTON LEONI – Não, são as agências de publicidade que fazem, que participam do processo de concorrência.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Então, a empresa de V. Ex^a não concorre.

O SR. EVERTON LEONI – Não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Apenas a agência de publicidade veicula.

O SR. EVERTON LEONI – Veicula quando chegam as PIs do Governo Federal, as PIs do Governo Estadual e as PIs do Governo do Município.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Correto.

O SR. EVERTON LEONI – Então, veicula apenas isso.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Está entendido.

É o seu primeiro mandato?

O SR. EVERTON LEONI – Não, é o meu terceiro mandato como Deputado Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Eu gostaria de voltar a um ponto: como se deu a eleição do Presidente da Assembléia Legislativa antes da atual legislatura? Ou seja, em 2003, na abertura dos trabalhos de 2003.

O SR. EVERTON LEONI – Bom, eu era o candidato...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a era candidato?

O SR. EVERTON LEONI – ...que enfrentava o atual...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Concorreu com?

O SR. EVERTON LEONI – Com o Deputado Carlão de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Então, havia duas chapas?

O SR. EVERTON LEONI – É. Só que quem fazia parte da nossa chapa eram os Deputados da Bancada, juntamente com os quatro Deputados do PT. Nós fizemos um acordo e formamos uma chapa. Tínhamos 10 Deputados.

Como as coisas, no momento da votação, não ocorreram do jeito que julgávamos, na mecânica do Regimento Interno, decidimos abandonar o plenário e não participar da votação.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Então, retirou a sua candidatura?

O SR. EVERTON LEONI – A minha candidatura e nos retiramos todos do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – E também não participou do processo?

O SR. EVERTON LEONI – Tanto é que ficamos, eu...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Mas por que motivo? O que houve ali?

O SR. EVERTON LEONI – Era alguma coisa que feria o Regimento Interno. Eu não estou exatamente lembrado do fato, porque já faz alguns anos, mas foi alguma coisa que nos desagradou e nós decidimos, juntamente com os outros nove companheiros, que nós iríamos...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Mas houve interferência do Governador, do Governo?

O SR. EVERTON LEONI – Não. Foi uma decisão nossa, dos 10 Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Mas a disputa das candidaturas, havia apoio ou não? O outro candidato contava com apoio?

O SR. EVERTON LEONI – O outro candidato?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – O concorrente de V. Ex^a?

O SR. EVERTON LEONI – Eles se fecharam entre eles.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Mas havia um apoio?

O SR. EVERTON LEONI – Não sei se havia apoio.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Isso não foi percebido? Se havia, V. Ex^a não percebeu?

O SR. EVERTON LEONI – É. Não havíamos... Nós estávamos preocupados com a nossa candidatura, tanto é que, é importante dizer, nós ficamos sem poder assumir por quase uma semana, correndo o risco, inclusive, de sermos cassados, porque alegavam que não tomamos posse. Houve até uma questão jurídica, eu e os seus companheiros de Partido ficamos quase sem o nosso mandato por nós não concordarmos, na época, com a maneira como a coisa...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a, em algum momento, se colocou como situação de apoio ao Governador?

O SR. EVERTON LEONI – Não, eu sou. Eu sou Deputado do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Passado esse problema, V. Ex^a sempre... ah, não, V. Ex^a sempre foi, então...

O SR. EVERTON LEONI – Sim, sim, eu sempre fui.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Então, a sua candidatura não tinha o apoio do Governador?

O SR. EVERTON LEONI – Não, ela tinha apoio do Governador, como tinha o apoio do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Ah, então era isso que eu queria saber.

O SR. EVERTON LEONI – Sim, claro.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não é que o vencedor das eleições tinha o apoio do Governador.

O SR. EVERTON LEONI – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Então, o senhor é filiado ao PSDB?

O SR. EVERTON LEONI – Sem dúvida, sem dúvida, sem dúvida, sem dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Ok.

Nesse momento todo, quando chegou a segunda eleição, como ela se deu?

O SR. EVERTON LEONI – Bom, a eleição se deu de forma antecipada à data natural, em que normalmente acontece a eleição. Eu me lembro que...na verdade, foi um momento até um pouco de calma, lá na Assembléia, porque passamos praticamente dois anos e meio, assim, debaixo de peia. Nós três.

Na verdade, em 2003, nós tínhamos 10 ou 12 Deputados que, eventualmente, apoiavam o Governador, votavam com o Governador, Deputados de vários Partidos, do PT, do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Durante 2003 e 2004?

O SR. EVERTON LEONI – Durante 2003 e parte de 2004.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Parte de 2004.

O SR. EVERTON LEONI – É. Claro que não eram questões fechadas sempre, mas, na maioria das vezes, tínhamos uma base que dava essa sustentação. Na época da eleição, surgiu, assim, no dia, e ficamos sabendo na hora da votação. Eu fiquei sabendo da votação faltando acho que meia hora, quando estavam chamando para votar. Também o Deputado Beto, o Deputado Neodi também. E nós perguntamos, conversamos entre nós; “O que vamos fazer agora?”

Era o momento, durante todo aquele tempo, em que tínhamos tentado chamar os demais Deputados para apoiar os projetos do Governo que julgávamos de relevância para o Estado de Rondônia. Como nós tínhamos sempre solicitado a eles que parassem com aquela oposição sistemática, com algumas formas até de linchamento ao Governo, resolvemos, numa demonstração de boa vontade, votar: “Já que perdemos a eleição mesmo, quer dizer, vai haver a recondução do Presidente, vamos demonstrar a nossa boa vontade”, e acabamos votando no atual Presidente, para a recondução dele.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Ou seja, ele já tinha adquirido a maioria...

O SR. EVERTON LEONI – Absoluta.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – ... e, portanto, não achavam necessidade de fazer uma queda de braço?

O SR. EVERTON LEONI – Poderíamos marcar posição, mas como nós queríamos, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – A unidade.

O SR. EVERTON LEONI –... a unidade...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – A governabilidade.

O SR. EVERTON LEONI –... a governabilidade de que tanto se fala, hoje, em Brasília – e nós também falávamos isso muito, lá -, acabamos cedendo para nós mesmos e dissemos: “Olha, vamos dar uma demonstração de que a gente não quer confronto”.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Aqui, cabe outra pergunta. Parece, nas citações das fitas, que houve um pagamento para a eleição da Mesa Diretora e uma tentativa de pagamento para a escolha do Líder do Governo.

Nós queríamos saber se, nessa unidade, essa coisa surgiu, em algum momento.

O SR. EVERTON LEONI – De forma alguma, Senador. Na questão da Liderança do Governo, o Deputado Neodi – não lembro desde quando ele está na Liderança do Governo – tem sido um grande Líder, um grande companheiro e exercido, até com muita dificuldade, essa Liderança, porque é difícil hoje, quando estamos com três Deputados, apenas, na base aliada.

O senhor imagine: quando estão divididos o Senado e a Câmara já é difícil para quem é Governo, imagine-nos apenas com três Deputados. Mas, de forma alguma e nós não permitiríamos. Falo por mim e pelos meus dois companheiros que, hoje, fazem parte: jamais nenhum tipo de procedimento nesse sentido, de diálogo nesse sentido, porque não é correto.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Aparecem, naquelas imagens do Fantástico, Parlamentares numa conversa muito amigável com o Governador e, em outro momento, na tribuna da Assembléia, fazendo um discurso muito duro, mas muito duro. Isso gera uma estranheza para nós, porque no momento em que uma pessoa está querendo entendimento, sem ser da base do Governo, o discurso deve ser um pouco mais equilibrado, diferente desse nervosismo que aparecia.

Foi a partir de qual momento que alguns Parlamentares subiram à tribuna para falar daquela maneira que vimos nas imagens do Fantástico?

O SR. EVERTON LEONI – Excelência, se eu tentar lhe precisar isso, tenho medo de cometer algum deslize e não precisar exatamente a questão de forma cronológica. Não posso lhe garantir isso. Só sei

que tivemos uma relação, desde o princípio, bastante tempestuosa. Houve momentos em que as coisas acalmavam mais, mas também não tínhamos acesso. Nós três, Deputados – eu, o Deputado Beto e o Deputado Neodi –, éramos as ovelhas negras, então não tínhamos acesso. Quem, na verdade, procurava muitas vezes fazer o entendimento era o Deputado Neodi. Como eu disse, é o nosso grande Líder. Eu ia para a Assembléia, cumpria minha parte, ia embora e sempre foi assim.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Na imagem, fica muito claro, em algum momento, que os três Parlamentares do PSDB recebiam salário extra para poder se manter numa relação fraterna com o Governador. Em algum momento V. Ex^a esteve naquela sala? Parece que a sala é a mesma em todas as imagens. Em algum momento, esteve naquela sala?

O SR. EVERTON LEONI – Estive ali, ao longo desses dois anos e meio de Governo, eu já havia falado anteriormente, umas cinco ou seis vezes, despachando com o Governador, como já despachei no Palácio também.

Agora, posso-lhe dizer, de uma forma categórica, que sou do PSDB, estou no Partido desde muito antes do próprio Governador, sou tucano. Como não imagino – e até por isso que, em Brasília, por exemplo, jamais se ouviu qualquer voz dizendo que o PT estivesse comprando o próprio PT, isso jamais se ouviu –, eu também estranharia alguém ir lá e dizer que o PSDB estaria se vendendo para o PSDB. Isso seria uma coisa degradante e seria o final da minha carreira como político e como cidadão.

A primeira coisa que fiz, quando ouvi e soube dessas fitas, dessas declarações, foi ligar para o meu pai, para a minha mãe, para a minha esposa e para os meus filhos. Certamente, vou ter que ligar para todos os meus amigos e dizer a eles que podem continuar confiando em mim, porque eu jamais – e sou do PSDB da gema – colocaria em jogo e negociaria minha postura de PSDB dentro daquela Casa. Jamais, jamais.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Para finalizar, na lógica de toda essa história parece que havia uma certa tranquilidade em 2003, que perpassa parte de 2004 e, nas proximidades das eleições de 2004, começa a haver problemas, que vêm-se agravar com a votação do Orçamento para 2005.

Isso me leva a fazer a seguinte pergunta: o resultado das eleições pode ter gerado muitas dívidas e Parlamentares podem ter apoiado candidaturas, desejado dinheiro para poder saldar suas dívidas, ou coisa desse tipo? Por que essa situação se agravou tanto num período eleitoral?

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – Excelência, eu não posso responder pelos demais Deputados. Fui candidato a Prefeito da minha cidade nas últimas eleições. V. Ex^a sabe que se candidatar é difícil, é duro, porque, mesmo depois de terminada a eleição, com os todos os problemas que se tem pós-eleição, a minha conduta não mudou. Então, não posso admitir que condutas, como questiona V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Além de V. Ex^a, outros Parlamentares saíram candidatos pelos Municípios?

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – Se saíram, não estou me lembrado agora. Mas é fácil verificar isso depois. Não me lembro se alguém mais saiu candidato a Prefeito. Mas eu acho que não. Creio que apenas eu fui candidato a Prefeito.

Como eu disse, nada justifica mudança de conduta. Sai-se de uma eleição pela mesma porta que se entrou. Dificuldades ocorridas não pode mudar uma conduta, o seu modo de ser, negociar a sua consciência, a sua alma, enfim, decepcionar as pessoas que acreditam em você. Há três eleições, sou o Deputado estadual mais votado naquela cidade. Inclusive, tenho um programa de televisão em que trabalho muito com crianças, com meninos e jovens, por isso tenho que ser um pouco diferente, tenho que ter uma conduta, tenho que dar exemplo para essa juventude. Aliás, grande parte dos meus votos está entre os jovens, entre os professores, entre os alunos, enfim, das pessoas mais humildes. Polício-me muito para que eu erre o mínimo possível, porque somos eivados de acertos e de imperfeições, enfim. Penso que todos nós – tenho a certeza de que V. Ex^{as} também – devemos, todos os dias, nos policiar sempre, para que possamos ser dignos de nossos votos. Como disse, há três eleições, sou o Deputado estadual mais votado de minha cidade. Graças a Deus, tenho tido na minha vida, não só política, porque é um lapso de tempo, mas na vida pessoal também, de forma que eu tenho somente orgulhado a minha família e aos meus amigos.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Deputado Everton Leoni, hoje, como está a relação na Assembléia entre os 24 Parlamentares?

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – A relação é de constrangimento, é de tristeza, é de decepção. Falo por mim, porque, com a mesma perplexidade que o País viu aquelas fitas, eu também as vi e fiquei perplexo. Então, penso que ninguém pode ser insensível àquelas cenas e ficar bem. Todos nós temos que nos indignar.

Obviamente que nós, os três Deputados de novo, hoje, somos o que resta da Bancada do Governador, e temos, ali, o nosso grupinho. É claro que nós procura-

mos e tentamos conversar, mas nós não participamos de mais nada. Nós procuramos ajudar a governabilidade do Estado. Acho que nem o povo de Rondônia não merece, nem o povo do País, porque, hoje, lamentavelmente, estamos todos vivendo o mesmo drama. O povo do País não merece o que está vivendo hoje.

Estou falando o óbvio, porque V. Ex^{as} certamente sabem disso.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Tem a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, Senador Sibá Machado, quero fazer uma pergunta a V. Ex^a, Deputado Roberto Leoni. Pelo que V. Ex^a depôs, fazendo esses esclarecimentos, a alteração do Regimento da Assembléia Legislativa, que permitiu a reeleição do Presidente da Mesa Diretora, ela, praticamente, foi quase unânime, pelo que foi dito aí. Nessa alteração do Regimento, houve alguma orientação do Governador para que pudesse ser dessa forma, um consenso?

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – De forma alguma! Eu posso lhe garantir, com toda a clareza, com toda a convicção, que todos nós fomos pegos de surpresa. Eu tenho a impressão de que nem o Governador sabia que haveria essa votação naquele dia. E nós não tivemos esse diálogo. Eu, pelo menos, não tive nenhuma conversa com o Governador nesse sentido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Porque a primeira eleição do Presidente, pelo que V. Ex^a esclareceu, não teve o apoio do Governador.

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – PA) – Não. Houve o apoio político do Governador, que torcia para que nós ganhássemos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois é, não do Presidente. Na primeira eleição dele, ele não teve apoio do Governador, ele apoiava uma chapa em que ele não disputou.

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – Exatamente! E, na segunda eleição, também o Governador não o apoiou não; e não concordava com isso, e não queria que acontecesse aquilo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Mas a alteração do Regimento, por ter sido quase que um consenso...

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – Isso foi ato contínuo. Não houve consulta ao Governador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Não houve apoio do Governador para isso?

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – De forma alguma! Eu não teria, nesse momento, porque eu estou tão ferido com essas coisas que foram ditas pelo Governador com relação a nossa pessoa, que eu

não teria nenhum motivo para fazer essa defesa. Mas, a verdade, tem que imperar aqui, neste momento. Eu vim aqui para colaborar, eu vim para ser útil a V. Ex^{as}, para que tenhamos êxito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a já ouviu falar em um suposto criminoso chamado Ailton, que foi assessor do Deputado Gazoni? Ailton, supostamente estelionatário?

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – É aquele que saiu na Rede Globo?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu não sei.

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – Eu não sei o nome dele. Saiu um assessor do Gazoni na Globo. Não estou me lembrando do nome. Essa pessoa, eu não a conheço, nunca a vi, nem de nome a conheço.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a não sabe se essa pessoa foi funcionária da Assembléia?

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – Não sei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não sabe se o Governador a recebeu para discutir o passe de alguns Deputados, ou seja, para quatro Deputados virem para a Base. O Governador teria recebido esse Ailton, que foi assessor do Gazoni, e ele falava em nome de quatro Deputados? V. Ex^a tem conhecimento disso?

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – Não tive conhecimento disso, Excelência. Não tive. Com toda a convicção, posso lhe garantir isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Esse Ailton, de alguma forma, é conhecido na Assembléia, ou é conhecido em Rondônia?

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – Senador, se esse Ailton estivesse aqui, neste momento, eu não saberia que ele estaria aqui. Eu não conheço esse cidadão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas, nem de nome? Mesmo que não seja pessoalmente, pela atuação dele?

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – Nem de nome. Com todo o respeito a V. Ex^a, mas, no caso desse estelionatário, são pessoas que eu não costumo ter no círculo de minhas relações. Posso lhe dizer com toda a humildade e com toda a firmeza que...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Deputado Gazoni tem esse hábito?

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – Não sei. Eu não conheço. Eu não sei da vida...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele teve empregado... Alguns colegas seus, Deputados, podem ter esse hábito?

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – Eu não posso afirmar isso, porque qualquer questão que eu possa levantar, eu estaria tentando fazer uma adivinhação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Governador se relaciona com estelionatários.

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – Não quero e não posso acreditar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Se o Governador recebeu o Ailton para discutir... Então, esse homem não era conhecido nem em Rondônia nem na Assembléia?

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – Por mim, não. Eu não quero estar falando por todos; eu posso, daqui a pouco, estar falando que eu não conheci uma pessoa que era conhecida.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, V. Ex^a viu, na Globo, um assessor do Gazoni?

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – É. E nem me lembrava que era Ailton o nome dele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a não viu a sua fita, ontem, na TV Bandeirantes, com o Governador falando?

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – Não vi. Eu estava aqui em Brasília, ontem. Fui ao *shopping* comprar alguma coisinha, e acabei não ficando de frente à televisão.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Agradeço o comparecimento de V. Ex^a. Isso é muito importante para todos nós. Posteriormente, é claro, se for necessário contar com a sua colaboração novamente, sei que V. Ex^a, mais uma vez, aqui estará.

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – Coloco-me inteiramente à disposição de V. Ex^{as}. Quero parabenizá-los por esse trabalho, que é fundamental. Nós precisamos ir a fundo em todas essas questões que envolvem Rondônia, que envolvem o País, e, naquilo que puder ser útil, V. Ex^{as} podem contar comigo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu gostaria de ainda lhe fazer duas perguntas.

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – Pois não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a já ouviu falar no Sr. João Caúla?

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – Já ouvi falar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quem era o Sr. João Caúla?

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – Ele era o Chefe da Casa Civil do Governo do Estado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a já ouviu falar que ele efetuava pagamentos a Parlamentares?

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – Nunca. Posso lhe garantir, com toda a convicção, que não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a já ouviu falar que o ex-Deputado Expedito Júnior também chegou a ter essa missão?

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – Não, de forma alguma. O Expedito Júnior é o presidente do nosso Partido, uma pessoa que tenho na mais alta conta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele é encarregado de fazer negociações políticas para o Governador?

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – Ele, em alguns momentos – e eu não posso precisar –, como presidente do Partido, ele tentou ajudar na formação da base, e não teve êxito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Obrigado.

O SR. EVERTON LEONI (PSDB – RO) – Eu quem agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Convido o Sr. Expedito Júnior. (Pausa.)

Sr. Expedito Júnior, é regra e praxe desta Casa, agora que reabrimos a reunião, conceder a palavra ao depoente, por um período de até dez minutos, para fazer os esclarecimentos que considerar importantes.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Sr. Presidente, gostaria de dispensar esse espaço, até porque fui convidado e gostaria de ir direto às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, o Relator.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr. Expedito, o senhor é ligado, de alguma forma, ao Governador Ivo Cassol?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Nós somos ligados partidariamente. Eu era Deputado Federal, por três mandatos, pelo Estado de Rondônia. Sou do PSDB, e presidente regional do PSDB de Rondônia e, quando o Exm^o Governador do Estado, Ivo Cassol, era Prefeito da cidade de Rolim de Moura, convidei o Governador para que se filiasse ao PSDB, para que fizéssemos um projeto para disputar o Governo, em que oferecíamos-lhe a vaga para que ele pudesse disputar ao cargo de Governador, e eu ao Senador. O projeto deu certo. S. Ex^a foi eleito Governador do Estado, e eu, por poucos votos, não me elegi Senador. Foi dessa maneira que passamos a ter um relacionamento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor pode ser considerado um emissário do Governador para a resolução de questões políticas?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Depende. Essa questão de emissário, eu acredito que não. Acredito que não devo ser...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor é um intermediário, em alguns casos, para tentar soluções?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Tentei intermediar alguns casos, no Estado de Rondônia, com alguns Parlamentares.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor tem cargos no Governo? O senhor chegou a ocupar algum cargo no Governo?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Não. Sempre fui Presidente Regional do PSDB.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Há algumas pessoas indicadas pelo senhor ocupando postos dentro do Governo?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Não. Tem, do Partido. Do Partido, tem várias Secretarias.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Indicadas pelo senhor?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Não. Indicação do Partido.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Sim. Quem representa o Partido, lá, para fazer essas indicações?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – O Governador gosta de ser um pouco centralizador. Os senhores terão a possibilidade de conhecer aqui o Governador Ivo Cassol. Foi S. Ex^a quem fez as escolhas dentro do próprio Partido. Não foi a indicação do Partido. Foi o próprio Governador quem escolheu as pessoas para assumir os cargos no Estado de Rondônia.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O Partido não indicou, portanto?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O Deputado Ronilton Capixaba, que esteve aqui prestando depoimento, disse ter conhecimento de que três Deputados Estaduais recebiam uma ajuda, em dinheiro, do Governador, absolutamente ilegal, que se convencionou chamar, aqui em Brasília, depois do lamentável episódio na Câmara dos Deputados, de “mensalão”, no valor de R\$20 mil para cada Deputado, e disse que o senhor era quem fazia essa intermediação para esse dinheiro chegar até esses Deputados. O senhor pode confirmar isso?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Não. Não confirmo. Pelo menos pela minha pessoa isso nunca passou. Acredito que o Deputado Ronilton Capixaba deve

ter se equivocado. Nunca tratei. E a primeira vez que ouvimos falar desse “mensalão” foi aqui em Brasília. Até então, em Rondônia, não se falava essa palavra “mensalão”, e nem de mensalidade nenhuma a nenhum Parlamentar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Muito bem. A que o senhor credita o fato de o Deputado Ronilton Capixaba ter acusado o senhor dessa prática criminosa?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Eu não sei o que levou o Deputado Ronilton Capixaba a fazer essa acusação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ele é inimigo do senhor?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Do Partido?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Não, pelo contrário. Ele era do Partido Liberal, do PL, e é até hoje. Acho que foi expulso ou saiu do Partido agora, depois do episódio do Fantástico. Não sei que motivo o levou a dizer isso. Acho que quem poderia dizer era só ele. Agora não sei o que o levou a fazer essa acusação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor está processando o Deputado Ronilton Capixaba?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Não. O que estamos sabendo no Estado de Rondônia é por intermédio dos *sites* eletrônicos, que estão dando cobertura a todas as reuniões e a todos os depoimentos. E, no depoimento que chegou lá, não chegou isso, pelo menos nos *sites* eletrônicos. Estou sabendo disso agora, por V. Ex^a, que o Deputado Ronildo Capixaba havia dito, ou teria afirmado aqui, que eu era quem conversava com os Deputados para fazer uma base na Assembléia Legislativa. Isso o que foi dito lá. Mas, ao se confirmar esse depoimento do Deputado Nilton Capixaba, o senhor pode ter a certeza de que eu vou fazer a interpelação judicial a ele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Pode ter a certeza, ele disse que o senhor é quem fazia a conversação, realmente, com os três, que recebiam o “mensalão” de R\$20 mil. Então, essa conversação, o senhor imagina...

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Não, jamais. Esses três Deputados tidos como da Base do Governo, foram os únicos Parlamentares que, desde o início, o Governador teve o apoio desses três Deputados. Sempre, lá no Estado, desde o início, tivemos uma eleição complicada. O Exm^o Governador Ivo Cassol foi eleito praticamente sozinho, só ele e três Deputados. A Bancada dele, de lá até aqui, nunca cresceu, sempre foram três Deputados contra 21 Deputados na Assembléia

Legislativa. E esses três Deputados, desde o início, votaram com o Governo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Havia notícias de que o Governador “grampeava” os seus interlocutores, Deputados de Oposição?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Senador, nós desconhecíamos essa prática lá no Estado de Rondônia. Acho que a partir de uns 60, 70 ou 90 dias antes dessa notícia veiculada pelo Fantástico, começaram a correr os boatos de que o Governador tinha fita gravada de alguns Parlamentares. Mas, até então, era desconhecido isso. Não conhecíamos essa prática no Estado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Segundo relatavam os próprios Deputados, ou relataram os próprios Deputados que aqui estiveram, muito antes desses três meses, eles já faziam pronunciamento, inclusive dizendo que o Governador tinha essa prática. Então, V. S^a apenas teve conhecimento nos três meses anteriores à divulgação.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Eu não vou, aqui, precisar a data. Mas é mais ou menos isso aí. E os Parlamentares também – acredito – ficaram sabendo desse prazo a partir desse prazo. Foi quando começou a comunicar isso lá no Estado, a ventilar isso lá no Estado, que o Governador tinha, eventualmente, a fita de alguns Parlamentares.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Alguns Parlamentares podem ter se sentido chantageados pelo Governador, a partir do instante em que S. Ex^a divulgava boatos de que tinha fitas que poderiam vir a público?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Eu não sei qual era o tipo, se é que existia, se é que algum Parlamentar poderia pensar que estava sendo chantageado, porque essas conversas eram pessoais e particulares do Governador, eu nunca participei delas. Então, eu não sei se o Governador ameaçava, se o Governador chantageava, não sei, desconheço.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. S^a é amigo do Governador?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Partidariamente, sim. Desde a época de Rolim de Moura, quando Prefeito, como eu lhe contei, sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O relacionamento de V. S^a com o Governador é só partidário? Pessoalmente não.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Muito bom. Não, o nosso relacionamento é bom, muito bom.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Perfeito.

O Governador jamais disse para V. S^a que tinha dificuldades na Assembléia, e que por isso estava usando esse expediente. Jamais mencionou isso?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Jamais. V. Ex^a vai perceber aqui, Senador, quando o Governador vier aqui – acredito que virá para cá também –, o quanto o Governador centraliza todo o Governo do Estado, todas as informações, tudo é o Governador que trata. Lá, S. Ex^a não tem emissário para tratar, em nome de S. Ex^a, praticamente de nada.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Muito bem. Desses Deputados que foram, digamos, “grampeados” pelo Governador, muitos disseram, aqui, que, na realidade, tentavam negociar com o Governador liberação de emendas. V. S^a teve notícia de que os Deputados tinham dificuldade para liberar suas emendas parlamentares?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Senador, essa crise gerada hoje no Estado de Rondônia – e esta Comissão Externa foi criada para isso – ela, na verdade, nasceu fruto de um orçamento que o Governador do Estado, que o Estado de Rondônia, assumiu lá atrás, antes de sua posse. Foi um orçamento em que o Governador que estava saindo não o reconheceu, e o deixou para que o novo Governador, o Governador Ivo Cassol, que promulgasse o orçamento. Então, a briga já nasceu aí. E, desde então, desde o primeiro dia que S. Ex^a tomou posse que vem ocorrendo uma constante briga para a liberação de emendas com os senhores Parlamentares: os Parlamentares reivindicando as emendas e S. Ex^a dizendo que não tinha condições de atendê-los.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT

– AC) – Tem a palavra o Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Sr. Expedito Júnior, V. S^a entende normal receber contribuição, a título de comissão, ou algo parecido, dinheiro oriundo de emenda parlamentar ou dinheiro público? O que o V. S^a acha disso? Acha normal receber, a título de contribuição, sobre qualquer obra pública?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Não, não acho normal em hipótese alguma!

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – É legal ou ilegal?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Acho que é ilegal. Acho que é imoral.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Sr. Expedito, V. S^a conhece o Sr. Aires do Amaral?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Conheço. Foi meu suplente, candidato ao Senado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Ele é sócio do senhor?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Nunca foi sócio em nada? Nenhum tipo de negócio?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – O senhor tem alguma empresa? É proprietário de alguma empresa?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Nunca foi proprietário de nenhuma empresa?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Nem sócio de nenhum tipo de empresa em Rondônia?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não presta serviço, de nenhuma natureza, ao Governo do Estado ou prefeituras?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – O Sr. Ronilton Capixaba teria dito que o senhor é sócio de Aires do Amaral em uma empresa que presta serviço de segurança no Estado de Rondônia, cujo serviço é feito, como cortesia, ao Governador. Então, nesse caso, o Sr. Capixaba cometeu uma bárbara mentira, uma difamação contra V. S^a. É isso?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Com certeza. Se ele disse isso também, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Gostaria de perguntar se o senhor aceitaria uma acareação com ele?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Com o Deputado Ronilton Capixaba?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Sim.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Aceito.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Com a presença do Sr. Aires também?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Aceito.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Se esta Comissão convocar, poderemos realizar a acareação?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Convidá-lo?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Sim, a presença seria dos três, no meu entender. O Deputado Capixaba, o Sr. Aires do Amaral e V. S^a.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Porque ficaria muito forte um levantamento dessa natureza. Se V. S^a está nos dizendo que não é empresário, que não tem empresa nenhuma e que

nunca teve nenhum tipo de participação em sociedade com o Sr. Aires do Amaral, essa informação está muito forte para ser dita dessa forma.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Estou pronto para a hora que a Comissão...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. S^a. conhece a empresa Condor Segurança e Vigilância?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – É do Sr. Aires do Amaral.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Sr. Aires do Amaral foi primeiro suplente do senhor?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Foi o meu candidato a primeiro suplente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Essa empresa é a que presta serviço de vigilância? É a que os Deputados queriam ver desativados os 250 postos para sobrar R\$500 mil mensais para pagar a liberação de emendas ou o mensalão, como alguns dizem?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Senador, eu desconheço isso aí. Vi isso no Fantástico, mas não sei o que os Deputados estavam querendo dizer com aquilo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A empresa Condor, que é de um amigo do senhor, presta serviço ao Estado?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Presta serviço ao Estado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. S^a poderia dizer que tipo de serviço ela presta?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Ela é uma empresa de vigilância.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ela presta o serviço em todo o Estado? O Governo contratou para que esse serviço de vigilância fosse feito em todo o Estado, em todos os Municípios do Estado?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Não sei se presta serviço em todo o Estado de Rondônia. Sei que presta para o Governo do Estado de Rondônia, mas não sei se presta em todo o Estado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Como é o grau de relacionamento de V. S^a com o Sr. Aires?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Ele é meu amigo, filiado ao PSDB, e foi meu candidato a primeiro suplente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Já informou para V. S^a qual o tamanho do negócio que ele tem com o Governo?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Não sei o tamanho do negócio com o Governo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Esse contrato foi obtido via licitação? V. S^a pode dizer?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Não posso lhe dizer. Mas, com certeza, se houve, deve ter sido por licitação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Pode ser por dispensa?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Não acredito que possa ser por dispensa. Não sei, Senador, responder isso aí, mas a Comissão tem como levantar isso também. Não sei, não posso lhe informar. Mas acredito que foi licitação.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT

– AC) – Submeto à Comissão, com a concordância de V. Ex^{as}, a votação para o pedido de acareação entre os Srs. Aires, Expedito Júnior e o Deputado Ronildo Capixaba. Se essa Comissão concordar, farei, neste momento, o requerimento verbal, comprometendo-me a remetê-lo por escrito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. S^a concorda com a acariação?

O SR. EXPEDITO JÚNIOR – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT

– AC) – Mais alguma pergunta? (Pausa.)

Estou satisfeito.

Muito obrigado, Sr. Expedito.

Convidamos o Deputado Marcos Donadon.

Deputado, por praxe da Casa, concedemos a palavra a V. Ex^a, por até dez minutos, para fazer seu pronunciamento. Em seguida, faremos as perguntas.

O SR. MARCOS DONADON – Exm^o Senador da República Sibá Machado; Senador Demóstenes Torres, Relator. Saúdo os demais Senadores que compõem esta Comissão e à imprensa aqui presente, e cumprir os demais funcionários do Senado.

Recebi o convite feito por V. Ex^{as}, anteriormente não possível vir, porque já havia agendado um compromisso na cidade Colorado do Oeste, por motivo do aniversário do Município. V. Ex^a me convidou para que viesse e estou aqui prontamente para esclarecer aquilo que souber ou puder.

Estou em Rondônia há praticamente 30 anos. Cheguei lá quando tinha dois anos de idade. Meu pai foi um dos pioneiros lá no Estado de Rondônia. Sempre trabalhamos na agricultura, viemos da lavoura, da roça, do trabalho. E estou no terceiro mandato, na condição de Deputado Estadual, na Assembléia Legislativa. Tive oportunidade de ser, por duas vezes, o Deputado mais votado na história do Estado de Rondônia. Na primeira vez; na segunda vez fui o terceiro mais votado, e agora, por último, fui novamente o mais votado no Estado de Rondônia.

São essas as minhas colocações, Sr. Presidente.

Coloco-me à disposição de V. Ex^{as} para responder aquilo que, porventura, souber.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra o nosso Relator.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Em uma conversa que o Sr. Ailton, que foi assessor do Deputado Gazoni, teve com o Governador, ele menciona um envolvimento que o senhor teria, muito superficialmente, com a morte de uma pessoa chamada Elias. O senhor pode nos esclarecer isso? Pode nos dizer sobre isso?

O SR. MARCOS DONADON – Posso, sim, Excelência. Esse assunto foi divulgado na imprensa local por alguns jornais, e nós tivemos todo o procedimento policial, com toda a investigação, inclusive as pessoas que cometeram esse crime já foram para a cadeia, já foram identificadas. O meu nome nunca citado nesse inquérito que a polícia fez. Esse é o esclarecimento que eu faço, que as pessoas que cometeram esse crime já foram punidas...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor pode só dizer que crime foi, porque na fita não fica bem claro?

O SR. MARCOS DONADON – Eu acho que ele foi assassinado, Excelência, acho que alguém foi para roubá-lo. Parece que foi coisa assim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Por que o nome de V. Ex^a teria sido mencionado pela imprensa nesse caso?

O SR. MARCOS DONADON – Olha, eu não sei, Excelência. Inclusive, movi uma ação judicial. Está no tribunal, concluso para sentença, inclusive, pedindo à justiça que fizesse, inclusive, a indenização nessa questão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas V. Ex^a era acusado de que mesmo? O que se dizia a respeito de V. Ex^a nesse caso? Quem era Elias?

O SR. MARCOS DONADON – Elias era um funcionário da Assembléia Legislativa.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Trabalhou com V. Ex^a?

O SR. MARCOS DONADON – Ele é funcionário estatutário do Poder Legislativo. Trabalhou na época em que fui Presidente da Assembléia.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a foi Presidente da Assembléia?

O SR. MARCOS DONADON – Fui Presidente da Assembléia.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ele foi morto... Bom, V. Ex^a...

O SR. MARCOS DONADON – Mas o que é importante nesse assunto, Relator, é que já tem todo o inquérito, todas as investigações. Tudo sobre esse caso já está elucidado. Não tem nenhum questionamento...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu pediria a V. Ex^a, só porque foi mencionado nessa conversa com o Governador e essa pessoa chamada Ailton, pediria ao nosso Presidente que solicitasse a cópia de todos os procedimentos policiais e judiciais relativos a esse caso.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado) – Peço à secretaria que tome as providências.

O SR. MARCOS DONADON – Isso. Ótimo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu perguntaria a V. Ex^a: V. Ex^a era oposição ao Governador no início do Governo?

O SR. MARCOS DONADON – Excelência, no início do Governo, na Assembléia Legislativa, em alguns momentos, nós estivemos apoiando alguns projetos do Governo e, em outros momentos, em que entendíamos que era alguma matéria que não era importante, votávamos contra, mas sempre ajudei naquilo que eu achava que era importante. Sempre apoiei o Governo lá naquilo que eu achava que deveria apoiar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a esteve com o Governador alguma vez na residência dele?

O SR. MARCOS DONADON – Sempre eu estava com o Governador nas oportunidades no Palácio, mas algumas vezes eu devo ter ido, sim, à residência do Governador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a delegou ao Deputado Ronilton Capixaba alguma possibilidade de ele negociar a liberação de emenda ou de vantagem política ou de qualquer outra vantagem em nome de V. Ex^a?

O SR. MARCOS DONADON – Não. Eu nunca autorizei ninguém, nenhum Deputado a falar em meu nome diante do Governador, Excelência.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Quando o Deputado Ronilton pede ao Governador uma mesada, mensalão, e ele cita o nome de V. Ex^a, por que ele faz isso? Disse que tinha atribuição, delegação de V. Ex^a para isso.

O SR. MARCOS DONADON – Eu não sei, Excelência, qual o motivo por que ele citou o meu nome. Não tinha autorização. Eu nunca autorizei ninguém, jamais o autorizei ir diante do Governador e negociar em meu nome. Eu nunca fiz isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Qual foi a providência que V. Ex^a tomou quando ficou sabendo que ele havia utilizado o nome de V. Ex^a?

O SR. MARCOS DONADON – Eu entrei com uma ação na justiça requerendo as cópias... Até hoje eu não vi essas fitas. Tomei conhecimento, na verdade, dessas fitas através da divulgação da Rede Globo. Para mim, foi até um choque quando eu vi lá citado o meu nome.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a procurou o Deputado Ronilton Capixaba e tomou dele explicações?

O SR. MARCOS DONADON – Não, eu não fui atrás dele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a pode dizer por quê? Porque V. Ex^a foi, digamos, praticamente desmoralizado no Estado de Rondônia e em todo o Brasil.

O SR. MARCOS DONADON – É verdade. Na verdade, depois desse episódio, eu não vi mais o Deputado Ronilton na Assembléia. Eu não tive mais contato...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nunca o procurou?

O SR. MARCOS DONADON – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Porque houve Deputado que disse que viajou, saiu de madrugada para encontrar com ele para tomar satisfação.

O SR. MARCOS DONADON – Não, eu não fui e não...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a achou isso corriqueiro?

O SR. MARCOS DONADON – Não. Corriqueiro, não. Eu não o autorizei a fazer isso. Tomei minhas providências jurídicas. Entrei no Tribunal de Justiça. Estou aguardando manifestação do Tribunal.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Contra ele, V. Ex^a não tomou nenhuma providência?

O SR. MARCOS DONADON – Até porque estou aguardando as fitas para termos conhecimento e tomarmos as providências para não...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a teve liberadas, pelo Governador, algumas emendas parlamentares?

O SR. MARCOS DONADON – Foi liberada uma emenda para a iluminação do estádio, do campo de futebol...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – No ano de 2003?

O SR. MARCOS DONADON – No ano de 2003, acho que não, Excelência, eu não me lembro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – V. Ex^a teve cargos nesse governo passado?

O SR. MARCOS DONADON – Não, não tive cargos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Indicou algum cargo?

O SR. MARCOS DONADON – Não, não tive essa oportunidade.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Havia um clima de desentendimento entre a Assembléia e o Poder Executivo, o Governador Ivo Cassol?

O SR. MARCOS DONADON – Esse clima foi amplamente divulgado no Estado; esse clima de confronto, de luta entre o Estado político, na verdade. Tenho conhecimento disso também pela imprensa, de ouvir falar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Havia notícias de que o Governador grampeava os seus interlocutores?

O SR. MARCOS DONADON – Não tenho conhecimento, Excelência.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Na Assembléia, nunca ninguém subiu na tribuna e falou que o Governador...

O SR. MARCOS DONADON – Se alguém falou, eu não lembro.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Não presenciou?

O SR. MARCOS DONADON – Não presenciei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Nem ficou sabendo?

O SR. MARCOS DONADON – Não fiquei sabendo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então V. Ex^a tomou conhecimento desses rumores e tudo o mais quando se concretizou?

O SR. MARCOS DONADON – Sim. No Fantástico que divulgou.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Antes disso, não havia

O SR. MARCOS DONADON – Não, não tomei conhecimento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a é Oposição ao Governador, declarada, desde quando?

O SR. MARCOS DONADON – Veja bem, no início do mandato do Governador Ivo Cassol, eu estive, ajudei e continuo ajudando lá na Assembléia Legislativa. Eu não sei se eu seria uma espécie de uma Oposição. Tenho uma postura, um caminho, uma direção centralizada. Às vezes, eu acho que devo votar pela minha consciência; eu voto. Às vezes, eu acho que devo apoiar, eu apóio.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Alguns outros Deputados acabaram mencionando também o nome do Senhor. A que V. Ex^a credita isso?

O SR. MARCOS DONADON – Em que sentido, Excelência?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Nessa conversa também com o Governador, outros Deputados, de vez em quando, também utilizavam o nome do senhor, também para essa liberação “Ah, precisa liberar, porque vai fazer parte do grupo Fulano, o Donadon”. Por que V. Ex^a acredita também que outros Parlamentares usaram o nome do senhor?

O SR. MARCOS DONADON – Excelência, como eu falei no início, eu não tenho conhecimento e não autorizei ninguém a fazer esse tipo de negociação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O Deputado Amarildo Chega a dizer que é “tudo bandido.” O que o senhor tem a dizer sobre isso, fazendo referência aos Deputados?

O SR. MARCOS DONADON – Nada a dizer. É uma colocação, no mínimo, extremamente ruim, constrangedora. Não por que ele disse isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Na eleição do atual Presidente, especialmente na primeira eleição, correu notícia de que haveria liberação por parte deles de recursos para Parlamentares votarem nele?

O SR. MARCOS DONADON – Excelência, eu não tomei conhecimento. Nunca ouvir fala sobre isso. O meu candidato, na verdade, foi o oposto do candidato vencedor, que é isso daí. Eu não apoiei.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Houve outra chapa?

O SR. MARCOS DONADON – Houve outra chapa. Inclusive eu votei na outra chapa. O senhor está dizendo na primeira eleição, não é?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Na primeira eleição.

O SR. MARCOS DONADON – Eu votei em um outro candidato. Inclusive, a imprensa toda – está aqui inclusive a imprensa de Rondônia, foi amplamente divulgado – pelo fato de termos sido oposição, inclusive, a esse grupo, nós nem tomamos posse no dia. Tivemos dificuldade em tomar posse. Logo em seguida, é que nós...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor conheceu o hoje Conselheiro e ex-Deputado Natanael?

O SR. MARCOS DONADON – Sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– A Polícia Federal apreendeu um documento em que há uma nota promissória emitida em branco pelo Sr. Natanael e assinada por sete Deputados. Inclusive o nome de V. S^a aparece, só que não está assinado. V. S^a sabe do que se trata essa nota? O que é isso?

O SR. MARCOS DONADON – Não tenho conhecimento, Excelência.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Essa nota promissória emitida pelo Sr. Natanael e assinada em branco por sete Deputados. E o nome de V. S^a também fazia parte dessa lista. V. S^a sabe quando foi emitida essa nota?

O SR. MARCOS DONADON – Não tenho nem idéia. Nunca ouvi falar sobre isso e não tenho conhecimento sobre isso, tanto é que não está aí a minha assinatura, Excelência.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Muito obrigado ao senhor.

O SR. MARCOS DONADON – Eu que agradeço.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Deputado Marcos Donadon, V. Ex^a acha que a pessoa se apropriar de parte de um dinheiro de uma emenda ou de qualquer obra pública é uma coisa normal? Qual é a sua opinião a respeito disso?

O SR. MARCOS DONADON – Acho que é errado, não é Excelência?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – É legal ou ilegal?

O SR. MARCOS DONADON – Se for emenda que é no orçamento, eu acho que é. Isso é um direito do Parlamento, colocar no orçamento a emenda.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Certo. A emenda eu sei. É.

O SR. MARCOS DONADON – Se for liberado, eu acho que a comunidade precisa...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Precisa...

O SR. MARCOS DONADON – Essa é a nossa atuação, na verdade. Agora, se for de maneira ilícita, aí...

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Não, não. Mesmo legalmente. É tudo legalizado. O Parlamentar pegar uma comissão daquela emenda o senhor acha legal isso? Normal?

O SR. MARCOS DONADON – Não, não acho legal.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – O senhor acha que isso aí seja o quê?

O SR. MARCOS DONADON – Eu não sei, Excelência.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – É correto isso?

O SR. MARCOS DONADON – Pegar comissão da emenda?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – É.

O SR. MARCOS DONADON – Não, eu acho que é errado, não é, Excelência?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Está bom. Obrigado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor já ouviu falar sobre a prática de funcionários fantasmas; sobre o *ghost* lá na Assembléia?

O SR. MARCOS DONADON – *Ghost*?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – É. Fantasmas. Funcionários fantasmas que trabalhavam na Assembléia? O senhor já ouviu falar nisso?

O SR. MARCOS DONADON – Se eu já ouvi falar?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – É.

O SR. MARCOS DONADON – Isso aí a imprensa divulga, não é? Quer dizer, eu não tenho conhecimento de fatos dessa natureza, não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor tomou conhecimento de que o Presidente teria empregado – temos um contracheque do mês de setembro, apreendido pela Polícia Federal – uma senhora chamada Agostinha que era costureira e que recebia um salário bruto de R\$6.500? O senhor já ouviu falar nisso?

O SR. MARCOS DONADON – Eu ouvi pela imprensa, não é? Eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – É corriqueiro deputado empregar gente que não trabalha?

O SR. MARCOS DONADON – Não. Não é corriqueiro, não é?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não é prática na Assembléia?

O SR. MARCOS DONADON – Não, não é prática na Assembléia não. As pessoas trabalham, não é?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Deputado, V. Ex^a foi Presidente da Assembléia?

O SR. MARCOS DONADON – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – E pesa algum tipo de processo contra V. Ex^a durante o mandato?

O SR. MARCOS DONADON – Eu tenho um processo na Justiça e estou debatendo, discutindo na Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Mas está em que instância nesse momento?

O SR. MARCOS DONADON – Está em juiz de primeiro grau.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Em primeira instância, não é?

O SR. MARCOS DONADON – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Está sendo acusado de que nesse processo?

O SR. MARCOS DONADON – Olha, a acusação que eles me atribuem lá, que eu estou questionando e vou discutir na Justiça, é a questão de formação de quadrilha; disso que eles estão me acusando.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Por quê?

O SR. MARCOS DONADON – Ah?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Formação de quadrilha é a reiteração, no mínimo com três pessoas, de práticas delitivas. Quais as práticas delitivas de que o senhor é acusado?

O SR. MARCOS DONADON – Olha, Excelência, eu, como estou dizendo para o senhor, estou...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Acusado.

O SR. MARCOS DONADON – Sim. Certo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor é acusado de quê?

O SR. MARCOS DONADON – Eles me acusam de ter aplicado incorretamente lá o recurso. Mas eu estou debatendo na Justiça...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas, por mais de uma vez, porque... E com mais de...

O SR. MARCOS DONADON – Não, só tem um processo. Só tem dois processos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Na prática de quadrilha... Sim. Mas V. Ex^a é acusado só de um crime?

O SR. MARCOS DONADON – Sim, que eles acusam várias pessoas, não é? Por isso que deve ser por isso, não é?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas só um crime, ou vários crimes?

O SR. MARCOS DONADON – Não, acho que é... Eu não sei exatamente a tipificação jurídica. Eu não sei dizer para o senhor.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas aplicação irregular de recurso público?

O SR. MARCOS DONADON – Isso. Isso, é.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Desvio de recurso?

O SR. MARCOS DONADON – Isso. É que é essa a acusação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Peculato?

O SR. MARCOS DONADON – Isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Apropriação de bem público?

O SR. MARCOS DONADON – É. Eu acho que eles já têm eu acho que um modelo disso daí já, não é? Todas...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não. Não tem modelo, não.

O SR. MARCOS DONADON – Não?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Cada caso é um caso.

Para mim está bom.

O SR. MARCOS DONADON – Mas já está na Justiça. Nós estamos respondendo.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – O seu irmão Natan... Natan ou Natanael?

O SR. MARCOS DONADON – Natan.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Natan, não é? Também foi Presidente da Assembléia?

O SR. MARCOS DONADON – Não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não?

O SR. MARCOS DONADON – Não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Porque esse processo está muito forte contra V. Ex^a aqui. Estou folheando aqui as notícias. Fala que o irmão de V. Ex^a inclusive ficou foragido durante um período e desapareceram mais de doze milhões de reais da contabilidade da Assembléia Legislativa. E que houve inclusive um favorecimento da Casa dentro da Constituição Estadual, de forma que acabou beneficiando V. Ex^a para não ter tido o mandato cassado e nem muito menos ir preso. Bom, é o que eu consegui aqui, já que é muita coisa para se dar uma olhada. Mas está muito forte isso aqui contra V. Ex^a. Não quero tratar disso. Só estou falando disso porque...

O SR. MARCOS DONADON – Sim. Sim.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – ... nós estamos tratando do problema seguinte. E se pesa contra V. Ex^a uma coisa dessa natureza, a pergunta que se faz é: o senhor conhece um rapaz por nome Ailton Magalhães?

O SR. MARCOS DONADON – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Nunca ouviu falar dessa pessoa?

O SR. MARCOS DONADON – Não, nunca ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não sabe se ele é funcionário da Assembléia Legislativa ou Assessor de algum Deputado?

O SR. MARCOS DONADON – Fiquei sabendo pelo Fantástico.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – E ele é o quê, afinal de contas?

O SR. MARCOS DONADON – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não tem conhecimento?

O SR. MARCOS DONADON – Não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Nunca o viu nas dependências da Casa ou da Assembléia?

O SR. MARCOS DONADON – Se vi, não me lembro. Não distingo a feição dele.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Consta que ele é assessor de um Parlamentar, porque o que esse rapaz fala é muito cruel, é muito forte. Esse rapaz está ensinando o Governador a pegar os Deputados, a como incriminar um Parlamentar, falsificar um cheque, clonar cheque, depositar na conta, sacar o dinheiro, fazer movimentação, dando aula para o Governador. É um negócio escabroso. Estou perguntando porque em se tratando de uma pessoa dessa natureza – funcionário da Casa e funcionário de um gabinete de um Parlamentar – é pesado. Mas, não conhece, tudo bem.

Outra coisa que eu queria saber, que ainda não está muito claro, é que parecia que havia uma harmonia entre os Parlamentares num período do ano de 2003 até parte do ano de 2004. E, de uma hora para outra, se apresenta uma oposição muito ferrenha ao Governador. Por que essa mudança de comportamento dentro da Assembléia e se V. Ex^a faz parte dessa mudança de comportamento?

O SR. MARCOS DONADON – O meu comportamento dentro da Assembléia, Excelência, sempre foi moderado, sempre convivi tranquilamente com todos. Não sou uma pessoa agressiva, não é a minha índole forçar, agredir as pessoas, ser radical contra A, B ou C. Não tenho esse perfil.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – O Senhor, sua família, que tipo de negócios tem em Rondônia?

O SR. MARCOS DONADON – Excelência, praticamente vivo na vida pública. Não tenho negócios.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não tem empresas?

O SR. MARCOS DONADON – Não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Nem tem a pecuarista, nem produtor?

O SR. MARCOS DONADON – Não, não tenho nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – É só a carreira política mesmo?

O SR. MARCOS DONADON – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – A sua família também é toda assim, não tem origem empresarial?

O SR. MARCOS DONADON – Grande parte, sim; quase 99%.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Não tem outro vínculo, não é?

O SR. MARCOS DONADON – Não, alguns, as minhas irmãs são professoras federais.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Em algum momento, V. Ex^a chegou a perceber o comportamento do Governador no afã de formar uma maioria, uma base, na Assembléia Legislativa, procurar alguém para conversas individuais ou coisa parecida?

O SR. MARCOS DONADON – Na verdade, fiquei um período um tanto isolado da Assembléia, isolado no sentido de não conviver nem com A, nem com B. Na verdade, pelo fato de eu estar estudando, tentando fazer um curso de Direito, tenho me dedicado muito ao estudo. Então, não tenho nem participado de reuniões. Tenho ficado um pouco isolado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – A relação dos Parlamentares na Assembléia, dentro e até fora, tem algum aspecto de pessoas com inimizade entre um e outro?

O SR. MARCOS DONADON – Não tenho conhecimento, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Por que alguns deles acusam fortemente, um chega a citar a palavra bandido, alguns chegam a citar a palavra bandido: “fulano e sicrano são bandidos”. Essa expressão é fortíssima. E que essa relação fraterna, como alguém usa uma palavra dessa natureza para classificar seus colegas de trabalho?

O SR. MARCOS DONADON – Minha postura na Assembléia sempre foi harmônica, sempre procurei estar de bem com todo mundo, sempre procurei fazer o bem para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – O senhor estaria disponível para uma demonstração financeira das contas para essa Comissão?

O SR. MARCOS DONADON – Demonstração financeira?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Sim.

O SR. MARCOS DONADON – Estou à disposição, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Sobre a movimentação financeira de conta particular?

O SR. MARCOS DONADON – À vontade. Posso encaminhar a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Eu não queria remeter isso de ofício. Queria saber se poderíamos remeter de belo prazer.

O SR. MARCOS DONADON – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Eu ficaria muito honrado em receber.

O SR. MARCOS DONADON – Pode ter certeza.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Então, era isso. Estou satisfeito.

Mais alguma pergunta, Sr. Relator?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Então, agradeço demais a tua vinda, Sr. Deputado. E, em momento posterior, caso se faça necessário, gostaríamos de convidá-lo outra vez.

O SR. MARCOS DONADON – Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Obrigado.

Convidamos, então, o Deputado Neodi de Oliveira.

Antes de passar a palavra para o próximo convidado, submeto a esta Comissão dois pedidos. O primeiro é que, tão logo concluamos, retomemos aqui – o nosso Relator, Senador Augusto, estava sugerindo um reencaminhamento da nossa agenda, no que concordo de pronto, devido aos argumentos. Mas, poderíamos tratar, em seguida, após ouvir o Deputado Neodi. Solicito, se possível, analisarmos, também, um segundo requerimento que trata da necessidade da solicitação de cópia da folha de pagamento da Assembléia Legislativa concernente a todos os funcionários de cargos em comissão – não de todos os funcionários da Casa, mas os de cargos em comissão – para fazermos, talvez, um *check list* com o que a Polícia Federal tem; o objetivo é o de encontrar possíveis funcionários fantasmas.

Outra informação que acabo de receber é a de uma pessoa que é de lá que tem provas da existência de um número significativo de funcionários fantasmas. Diante disso, solicito a esta Comissão o pedido dessa cópia da folha de pagamento dos cargos comissionados para fazer essa checagem da existência ou não de funcionários fantasmas. Se concordar, eu queria também submeter esse segundo requerimento que já peço à Secretaria para elaborar.

Então, só para reiterar. Deputado, estamos cedendo até 10 minutos para que V. Ex^a possa fazer considerações iniciais e, na seqüência, fazemos as nossas perguntas. Então, com a palavra V. Ex^a.

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Senador, eu queria dispensar os 10 minutos e gostaria de ir diretos às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC.) – Então, com a palavra, o Relator.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Deputado, pergunto, diretamente, a V. Ex^a sobre as acusações que lhe foram feitas pelo Deputado Ronilton Capixaba e pelo Governador Ivo Cassol de que V. Ex^a era beneficiário de um mensalão de R\$20 mil. O que V. Ex^a tem a dizer sobre isso?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Na verdade, essa informação não procede. Jamais recebi um centavo do Governador Ivo Cassol, jamais. Inclusive, já tomei as providências, já entrei e interpelei, judicialmente, o Deputado Ronilton Capixaba. Não tive acesso a essas fitas, o que eu tenho acompanhado é pela mídia, pela imprensa, inclusive pelos *sites* de Rondônia. E ontem, pela TV Bandeirante, uma fita onde o Governador afirmaria que estava me pagando, a mim e a outros Deputados, lá, R\$20 mil por mês. Já fiz contato, hoje, com o meu advogado e pedi que também interpele, judicialmente, o Governador para que ele mostre onde está esse dinheiro, para quem ele deu, na conta de quem ele depositou. Para mim, jamais conversei com o Governador, em nenhum momento com ele, a respeito de propina, a respeito de mensalão, qualquer coisa nesse sentido.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O ex-Deputado Expedito Júnior, ele era emissário do Governador para assuntos políticos?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Do meu conhecimento, não. Ele é presidente do Partido do Governador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor é de que partido?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Eu era do PL, hoje estou sem Partido.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas, ele já conversou com V. Ex^a, ou com alguns outros Deputados, para resolver problemas políticos do Governador?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Na verdade, ele deve ter feito o trabalho dele, inclusive já me convidou para que eu me filiasse ao PSDB. Mas eu disse a ele que não vou me filiar a partido algum, até porque foi uma decisão que tomei e anunciei isso no plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia que eu estaria, e estou, me retirando da política. E se estivermos filiados a algum Partido, quando chega a época de campanha, dificilmente, conseguimos nos livrar das pressões.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Por que o Governador o acusou de ser beneficiário do mensalão? V. Ex^a acha que por que ele disse isso?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Na verdade, eu não tenho nem como imaginar o motivo que levou o Governador a fazer esse tipo de declaração, até porque

jamais, como eu disse, conversei com o Governador ou tive qualquer tipo de benefício dessa forma do Governador Ivo Cassol.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Antes disso o Ronilton Capixaba já o acusava também. Por que o Ronilton acusou o senhor?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Segundo o que estava no *site*, o Ronilton disse ter visto uma fita em que o Governador dizia isso, o que me deixou muito indignado porque isso é muito ruim, é muito triste para um cidadão como eu, que tenho quase dez anos de vida pública, fui Prefeito por duas vezes da minha cidade, hoje estou na Assembléia Legislativa atendendo ao meu povo do Estado de Rondônia e, de repente, vejo meu nome jogado na lama, na vala comum. Isso nos deixa bastante indignado.

Não sei o motivo pelo qual o Governador disse isso. Acho que ele deve responder a essa pergunta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Depois que o Ronilton falou isso, V. Ex^a o procurou para tirar satisfação?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Não. Não conversei com o Deputado Ronilton.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor ligou para o Governador para saber...

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Liguei para o Governador na hora quando fiquei sabendo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E o que o Governador disse?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Disse que jamais falou, que não tinha sentido, até porque a gente nunca conversou, que ele não tinha falado isso jamais.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas ficou comprovado que ele falou.

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Eu não vi essas fitas. Ontem, apenas pelo Jornal da Band, como eu disse...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas o senhor viu no Jornal da Band?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Eu não vi o jornal, mas as pessoas que viram disseram que o Governador disse com as palavras dele que me pagava mensalão. Aí eu não tive, inclusive...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas o Governador disse para o senhor que isso era mentira, que ele não tinha falado?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Disse que era mentira, que jamais falou isso, até porque nunca houve essa conversa, nunca houve esse pagamento, eu nunca recebi nenhum centavo do Governador.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então, o Governador, mesmo que saiu na imprensa, ele negou?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Negou, e continua negando. E eu vou tomar as minhas providências, não vou aceitar que meu nome, como já disse, seja jogado na vala comum.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor tem cargos no Governo?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Cargos de...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Cargos de direção.

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Não, no meu Município tem a pessoa do Detran, que está lá e que foi eu que indiquei. E praticamente é só isso. Vale do Anari, do Cujubim, também o Diretor do Detran fui eu que indiquei e o Município do Cujubim. São os três Municípios em volta do Machadinho d'Oeste.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Por que a predileção pelo Detran?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Talvez porque sejam os únicos cargos nos Municípios pequenos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Não existem outros?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Tem direção de escola, alguma coisa...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Obras?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Muito bem, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Senador Augusto, alguma pergunta?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Deputado Neodi de Oliveira, queria lhe perguntar o que o senhor acha de um Parlamentar receber comissão, ou qualquer coisa a título de comissão, de suas emendas parlamentares ou de qualquer obra pública. O senhor acha que essa atitude é o quê?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Uma atitude no mínimo desrespeitosa, uma atitude irregular. Não é correto.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – O senhor também tem consciência de que, aqui nesta Casa, tudo o que o senhor fala tem que ser de acordo com a verdade?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Com certeza.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Que qualquer falta com a verdade pode lhe complicar.

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Com certeza.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Está bom. Era só isso que eu queria saber. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Deputado Neodi, eu queria saber se V. Ex^a tem, em algum momento, participação na Mesa Diretora da Assembléia?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Não. Jamais.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Esse é o seu primeiro mandato?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – O primeiro mandato, apesar de eu ter sido o 14º Deputado mais votado de Rondônia, eu fiquei na primeira suplência. Sou suplente do Deputado Paulo Moraes, que é Secretário de Segurança Pública. Assumi no início, no dia 10 de fevereiro, tomei posse e estou lá até hoje, mas jamais tive qualquer participação na Mesa Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– O senhor foi líder do seu Partido?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Não. Fui líder do Governo, não do meu Partido. Na verdade, na época em que eu era do PL, o Líder do PL era o Ronilton Capixaba.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Mas o senhor foi Líder do Governo?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Sou ainda o Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Nesse entendimento da liderança, como se deu a escolha de V. Exª para ser Líder do Governo?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Na verdade, na campanha política eu não apoiei o Governador Ivo Cassol; apoiei o ex-Governador Bianco. Mas sou amigo do Governador Ivo Cassol há muito tempo, fomos Prefeitos juntos no primeiro mandato, fomos reeleitos juntos, ele renunciou para ser candidato a Governador e eu renunciei para ser candidato a Deputado. Inclusive, quando ele me chamou para assumir como Deputado, ele disse que só indicaria o Deputado Paulo Moraes como Secretário de Segurança Pública se eu assumisse a cadeira de Deputado, e ele disse que só nomearia o Deputado Paulo Moraes como Secretário de Segurança Pública se eu assumisse a cadeira de Deputado, o que, na verdade, eu não queria. Em 2000, eu já queria encerrar a minha carreira política. Aí, várias insistências dele, do próprio Paulo Moraes, alguns amigos, e acabei até, como um compromisso também com a minha população, assumindo lá como Deputado. E, se não me engano, em meados de 2003, mês de julho, por aí, ele me chamou para ser o Líder dele.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– E está até agora.

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Fiquei uns oito meses e saí da Liderança, pedi para sair. Ele não aceitou. Pegou o meu pedido, rasgou e jogou no lixo. Aí, eu o fiz por meio da Mesa da Casa. Quando chegou o meu pedido de exoneração do cargo de Líder, ele me ligou e perguntou por que eu estava saindo. Até porque tenho minha empresa para cuidar, minhas coi-

sas para cuidar, e o trabalho de Liderança me tomava muito tempo.

Foi essa a opção que fiz de sair.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Pensou em desistir da cadeira, em algum momento, nesse período?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Desistir...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– O senhor pensou em renunciar, em se afastar, em sair do mandato?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Não, até por um compromisso com a população.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Nunca pensou nisso?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Como V. Exª voltou para a Liderança?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Aí, no final do ano, ele tornou a me nomear, até porque ele não tinha um Líder dentro da Casa, e o senhor sabe que...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Quando foi isso?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – No final do ano, acho que em novembro, dezembro, não sei...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– De 2004?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – De 2004.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Nesse momento, já havia a conversa para trocar o nome do Líder? V. Exª sabia disso?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Já corria nos corredores da Casa que estava sendo discutida a troca do Líder? Seria... Como é o nome do Deputado? Ronilton Capixaba.

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Acho que Ronilton Capixaba era no primeiro momento. Foi em 2003.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Foi em 2003. De lá para cá, não houve mais isso.

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Daí, quando assumi, na verdade, cogitou-se, no início, de o Ronilton ser o Líder dele. Aí, não sei, não deu certo, e foi quando ele me nomeou.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Qual foi a participação de V. Exª na definição da presidência para o Deputado Carlão?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Nenhuma. No primeiro mandato, não participei, até porque eu não estava...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Não, agora, mais recentemente.

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Nessa última, votei inclusive para que o Carlão fosse...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Mas participou das negociações?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Não, nada. Eu estava na plenário, e aí foi colocado em votação...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– A candidatura dele foi assim abrupta? Apareceu de repente?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Não, porque, na verdade, não participei, em nenhum momento, de...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Como Líder do Governo, V. Ex^a não participou de nenhuma reunião?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Não. Ninguém me... Fiquei sabendo no dia inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Quantos votos ele obteve?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Vinte votos.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Vinte votos? Uma unanimidade quase.

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – É. Faltaram quatro Deputados que não estavam na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Que não estavam presentes. E não houve nenhuma conversa sobre a presidência da Assembléia?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Não. Pelo menos, de que eu participasse, não. De repente, se houve, não participei. Não posso afirmar, Senador, se houve conversa ou não houve. Posso afirmar para o senhor que comigo não houve nenhuma conversa.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Uma das acusações é de que a presidência da Assembléia foi negociada por um valor “x” para cada Parlamentar. E V. Ex^a está nos dizendo que nem reunião aconteceu para tratar dessa matéria.

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Comigo não, Senador. Posso lhe afirmar com todas as letras.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– No conhecimento de V. Ex^a, isso não houve.

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Na minha presença, não.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Qual é a empresa de V. Ex^a? A natureza dela?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Não entendi.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Qual é a natureza da sua empresa?

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Madeireira.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Madeireira. Trabalha com madeira.

Bom, estou satisfeito.

Então, agradecemos o seu comparecimento.

O SR. NEODI DE OLIVEIRA – Agradeço, Senador, e coloco-me à disposição. Se esta Casa ou esta Comissão precisar da minha contribuição para esclarecer qualquer coisa, estarei sempre à disposição. É só me chamar que estarei sempre à disposição para ajudar a esclarecer todos esses fatos.

Espero, em Deus, poder limpar o meu nome de toda essa lama que nele foi jogada.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Obrigado, Deputado.

Passo a palavra para o Relator, para que faça as argumentações da próxima agenda. Acho bom a gente fechar logo a proposta de agenda, tendo em vista os nossos prazos também. Então, peço que o nosso Senador Demóstenes Torres teça a argumentação que me fez ainda há pouco para que possamos fechar o posicionamento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Creio que a figura central de todo esse caso é o Governador Ivo Cassol. Então, devemos ouvi-lo por último.

Muito bem. Apareceram algumas situações novas. Por exemplo, o Deputado Renato Velloso foi mencionado pelo Governador, na fita divulgada pela TV Bandeirantes, como um dos beneficiários do “mensalão”, que ele pagava, no valor de R\$20 mil. Então, seria muito importante que ouvíssemos o Deputado Renato Velloso. Então, seria muito importante que ouvíssemos o Deputado Renato Velloso.

O outro Deputado que também, aparentemente, aparece negociando com o Governador, hoje, na fita... a senhora assessora... (Pausa.)

Então, tínhamos que também ouvir o Deputado Haroldo Santos e temos, também, que fazer a acareação solicitada por V. Ex^a e deferida pela Comissão. Então, a acareação entre o Ronilton Capixaba e o Expedito Júnior, ex-Deputado. O terceiro é o Marcos Donadon.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – E o Aires, que é o empresário; Expedito Júnior e o Deputado Ronilton Capixaba. São os três.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Isso. Então, fazer uma acareação entre os três para ver sobre a propriedade dessa empresa de segurança, que, inclusive, teria, por proposta dos Deputados, desativado alguns postos para pagar o “mensalão” de R\$50 mil para cada um.

Também precisamos da gravação de todas as fitas brutas, que a Polícia Federal já está fazendo. V. Ex^a, inclusive, mandou por escrito o ofício e está tentando, junto ao Ministro da Justiça e ao Diretor-Geral da Polícia Federal, que esses procedimentos sejam agilizados. E explico por quê.

Vimos que a gravação das fitas, e principalmente o áudio, é muito ruim. Dá para a gente ver, dá para compreender, mas precisamos ter a prova, mesmo por-

que o relatório deverá incriminar alguns Deputados e, também, tudo leva a crer, o próprio Governador, pelo que nós ouvimos, hoje, dentro das fitas brutas.

E o Governador por último, para que ele também possa esclarecer os últimos pontos em que tenhamos dúvida. Além disso, por último, ainda, poderíamos fazer uma diligência até Rondônia, para que alguma dúvida porventura existente pudesse ser extirpada.

Então, em síntese, faço essa sugestão: que, na próxima terça-feira, pudéssemos ouvir o Deputado Renato Velloso, o Haroldo, que aparece numa das fitas, e também que pudéssemos fazer a acareação entre os três.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Nesse mesmo dia?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nesse mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Ok.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nós poderíamos, também, hoje ainda, ver as duas fitas restantes.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Estou sem tempo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, podemos marcar para terça-feira, antes de ouvirmos todas essas pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Correto.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Enquanto isso, faríamos gestões junto à Polícia Federal e ao Ministério da Justiça, para que, especialmente na parte técnica, essa degravação aconteça o mais rapidamente possível, e tenhamos certeza de todas as palavras ditas nas fitas que nós já ouvimos. E o da empresa de segurança é na acareação.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Na acareação.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Isso.

Então, na terça-feira, às 11 horas, porque, como estou retornando do Estado e sou obrigado a vir no único voo que tem de lá para cá nesse horário, chego aqui às 9h30min.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – A assessoria faz uma sugestão que considero razoável: poderíamos fazer a acareação, uma vez que versa apenas sobre um ponto que é relevante, mas que – digamos – não serviria para configurar ou não o ato de corrupção dos Deputados, quando fôssemos ao Estado de Rondônia.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Pode ser.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Porque, aí, economizaríamos tempo também, não é?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Pode ser, pode ser.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, ouviríamos os dois Deputados e aguardaríamos essa degravação, para que pudéssemos ouvir o Governador, ir a Rondônia fazer a acareação e obter o restante das informações junto a quem tem condição de informar. Além disso, considero o requerimento que V. Ex^a fez da maior relevância, que é alguém que se dispôs a apontar quais são os funcionários fantasmas e que, portanto, nós requerêssemos a folha dos funcionários comissionados, para que pudéssemos fazer uma checagem por meio da Polícia Federal.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Ok. Então, em termos de prazo, nós teríamos reunião na próxima terça-feira.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Qual horário?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Vamos combinar às 11, porque tenho problema de voo para chegar antes.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Para mim está bom.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – A partir disso, emitiremos novos ofícios para as novas datas, comunicando o Governador da mudança de data.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pediria também, se possível, que até essa data chegasse às nossas mãos o restante do material. Também foi requerido o material correspondente aos processos. Especialmente no que se refere a esse senhor chamado Elias, que teria sido assassinado, que se requisitasse o inquérito ou o processo na fase em que estiver. E também as notas taquigráficas, para que todos os Senadores já tenham noção do que foi apurado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Ok. Senador.

V. Ex^a vai estar aqui amanhã? Será necessária a assinatura de todos esses ofícios, e não estarei aqui amanhã; caso contrário, perderemos os prazos. Eu pediria que o Senador Augusto Botelho pudesse assinar todos os requerimentos. Está bem? Não estarei presente, pois tenho de viajar daqui a pouco.

Tudo certo? Será isso.

Está encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(Levanta-se a reunião às 18h40min.)

**COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA
CRIADA PELOS REQUERIMENTOS Nºs
535 e 536, DE 2005, de autoria da Senadora
Fátima Cleide, “com o objetivo específico de
apurar a atual situação em que se encontra
o Estado de Rondônia, quanto aos fatos di-
vulgados pelo programa Fantástico exibido
pela Rede Globo de Televisão”.**

Ata da 9ª Reunião, realizada em 29-6-2005

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e cinco, às nove horas e dez minutos, na sede da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Porto Velho, Estado de Rondônia sob a Presidência do Senador Siba Machado, com as presenças dos Senhores Senadores Demóstenes Torres e Amir Lando, membros, reúne-se a **Comissão Especial Externa criada pelos requerimentos Nºs 535 e 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico, exibido pela Rede Globo de Televisão”.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, informando que a pauta da presente reunião será em caráter reservado para ouvir os senhores: Dr. Renato Sayão Dias, Delegado de Polícia Federal que preside o inquérito que investiga a corrupção no Estado, o Dr. Rudson Coutinho da Silva representante do Ministério Público Estadual, que acompanha o caso e o Dr. Abdiel Ramos Figueira, Procurador-Geral de Justiça do Estado, participaram também desta reunião o Dr. Joaquim Mesquita, Superintendente do DPF, em Rondônia e o Dr. Heitor Alves Soares, Procurador da República no Estado. que fez a entrega de documentos sigilosos para análise da Comissão. A Comissão ainda reuniu-se nas sedes do Ministério Público Estadual e no Tribunal de Justiça do Estado com o Desembargador Valter de Oliveira, Presidente deste Tribunal, a presente reunião foi encerrada às onze horas e doze minutos e não havendo nada mais a tratar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Siba Machado. PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª reunião da Comissão Especial Externa, criada pelos Requerimentos de número 535 e 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado

de Rondônia quanto aos fatos divulgados pelo programa **Fantástico**, exibido pela **Rede Globo de Televisão**.

Esclareço que a pauta desta reunião se destina a ouvir os Srs. Dr. Renato Sayão Dias, Delegado de Polícia Federal que preside o inquérito que investiga a corrupção no Estado, o Dr. Hudson Coutinho da Silva, Promotor que acompanha o caso, e o Dr. Abdiel Ramos Figueira, Procurador-Geral de Justiça do Estado.

Pediria para encaminhamento, já que temos quorum, ouvir simultaneamente os três convidados, todos à Mesa. Esta reunião será reservada, portanto a tomada da imprensa será de imediato. Em seguida, teremos que fazer a nossa reunião reservadamente.

Enquanto a reunião é pública, peço ao Relator que faça, como roteiro do nosso trabalho de hoje, o que seria mais importante para a condução, tendo em vista que o nosso tempo é meio exíguo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Sr. Presidente, Sr. Senador Amir Lando, Sr. Superintendente da Polícia Federal em Rondônia, Dr. Renato, Delegado de Polícia Federal, Dr. Hudson, Promotor de Justiça que acompanha o caso, senhoras e senhores, o objetivo da nossa vinda a Rondônia foi justamente recolher a documentação de tudo o que foi feito pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, na medida do possível, desde que não atrapalhe o andamento das investigações, para que possamos também caminhar para a conclusão e o oferecimento do relatório da Comissão Externa.

A Polícia Federal e o Ministério Público Federal apreenderam documentos substanciais que comprovam a participação efetiva de 22 Deputados Estaduais num verdadeiro esquema de quadrilha que assola o Poder Legislativo do Estado de Rondônia. Quanto a um Deputado Estadual, ainda há dúvida sobre se participava ou não do esquema, mas há muita probabilidade de participar, e há um último apenas isento.

Há também a possibilidade, conforme verificamos – e aguardamos a degravação das fitas para que possamos confirmar ou não –, de que o Governador tenha participado não desse esquema de quadrilha instalado dentro da Assembléia, mas do esquema de oferecimento de recursos do “mensalão”, para que alguns Deputados o apoiassem.

Essa é uma matéria, repito, pendente de comprovação ainda, porque dependemos da degravação das fitas que se encontram em poder da Polícia Federal, das quais nós temos cópia, as quais já foram encaminhadas para a perícia, no órgão competente da própria Polícia Federal.

Teremos uma reunião de caráter secreto, na qual as autoridades policiais e as autoridades do Ministério Público aqui presentes nos farão um relatório breve e

circunstanciado do que já aconteceu em termos de investigação, bem como recolheremos hoje, pessoalmente, e por intermédio de toda a equipe que nos acompanha, somente a documentação necessária que a Polícia Federal e o Ministério Público Federal entenderem que poderá ser oferecida, para que também tomemos posição na área administrativa, verificando como poderemos dar uma solução política para o problema de Rondônia, como poderemos sugerir ao Presidente do Senado e ao próprio Presidente da República, ou ao Ministro da Justiça, uma solução política para este caso, enquanto o próprio Ministério Público e a Polícia Federal estudam também as medidas judiciais que poderão ser aplicadas para a regularização dos trabalhos, especialmente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Diante disso, se a imprensa já estiver satisfeita com a sua tomada de imagens...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu mencionei o Ministério Público Federal, mas quis me referir ao Ministério Público do Estado de Rondônia.

O SR. (Orador não identificado) – Senador Sibá, existe algum amparo legal para o afastamento desses 22 deputados?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Concluídos os trabalhos, poderemos, ou o Relator ou o Senador Amir Lando, fazer algum comentário. Neste momento, fica é meio prejudicial darmos qualquer resposta a qualquer pergunta.

Permanecem aqui, para efeito do que vamos fazer de hoje para amanhã, o Eugênio, que é Consultor do Senado, o Naurides, que é Secretário da Comissão, Tânia Oliveira, que trabalha comigo no meu gabinete, é a minha assessora jurídica, Mara, do gabinete da Senadora Fátima Cleide, e pergunto se o Senador Amir Lando gostaria de deixar alguém do seu gabinete nessa comitiva. Dr. Leandro.

Essa é a comitiva que ficará até amanhã aqui, para dar uma olhada em todo esse material que foi recolhido e fazer uma seleção melhor daquilo que é mais importante para tomarmos conhecimento mais profundamente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E o Promotor.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Pensei que ele voltaria conosco.

(Torna-se secreta a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Dando continuidade à nossa reunião, ouviremos na oportunidade o Dr. Abdiel Ramos Figueira, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Rondônia.

Passo de imediato a palavra ao nosso Relator, para a continuidade das indagações que dizem respeito ao caso que esta Comissão se propõe a contribuir em Rondônia.

(Torna-se secreta a reunião)

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Registro que estou recebendo documento da Procuradoria da República concernente ao ofício devidamente encaminhado, cuja entrega faço oficialmente à Secretaria da Comissão.

Está encerrada a reunião no Ministério Público.

(Levanta-se a reunião às 11h12min)

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA PELOS REQUERIMENTOS Nºs 535 e 536, DE 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”.

Ata da 10ª Reunião, realizada em 15-9-2005

Aos quinze dias do mês de agosto do ano de dois mil e cinco, às quatorze horas e cinquenta e sete minutos, na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Sibá Machado, com as presenças dos Senhores Senadores Demóstenes Torres e Augusto Botelho, membros, reúne-se a **Comissão Especial Externa criada pelos requerimentos Nºs 535 e 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico, exibido pela Rede Globo de Televisão”.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, informando que a pauta da presente reunião destina-se a discutir a agenda e os encaminhamentos finais dos trabalhos da comissão. Com a palavra, o Relator, Senador Demóstenes Torres, informa que já existem elementos suficientes para a conclusão do relatório. A Presidência sugere que seja definida, em concordância com o governador do Estado de Rondônia, uma data para que este seja ouvido em diligência no Estado, bem como se tenha acesso ao Relatório e toda produção da Comissão da Assembléia Legislativa de Rondônia constituída para apurar os fatos decorrentes do envolvimento do Senhor Governador Ivo Cassol com Deputados Estaduais. Os senadores presentes mostram-se de acordo com a sugestão da Presidência. Fizeram uso da palavra todos os senadores presentes. A presente reunião foi encerrada às quinze horas e cinco minutos e não havendo nada mais a tratar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da

Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Especial Externa criada pelos Requerimentos nºs 535 e 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia quanto aos fatos divulgados pelo programa **Fantástico**, exibido pela Rede Globo de Televisão.

Esclareço que a pauta desta reunião destina-se à agenda e a encaminhamentos finais.

Concedo, de imediato, a palavra ao nobre relator, Senador Demóstenes Torres.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Sr.

Presidente, Sr. Senador, na realidade, para concluir os nossos trabalhos, está pendente um relatório, que teria de ser degrevado pela Polícia Federal. São as conversas, as fitas apresentadas pela Rede Bandeirantes que seriam não editadas e que comprometeriam também o Governador Ivo Cassol. Essas degravações não são nunca concluídas. Entretanto, já temos elementos suficientes para fazer um relatório, independentemente dessa degravação.

Tentamos ouvir o Governador por diversas vezes. S. Exª sempre marca um dia e, depois, adia. Agora, S. Exª também quer que, para que deponha, S. Exª tenha acesso primeiro a essa degravação. Como quem fez as fitas foi o Governador mesmo, S. Exª sabe muito bem do conteúdo.

Proponho a V. Exª que designemos os nossos assessores para que possam ir novamente a Rondônia, a fim de que eles interajam com a Polícia Federal, peguem toda a cópia dos autos, com as conclusões a que, até agora, as investigações levaram, e tentem novamente agendar uma audiência com o Governador.

Se isso não for possível, já temos todos os elementos para encerrar. Já temos as investigações, as que nós mesmos fizemos. Eu e V. Exª já falamos com o Procurador-Geral da República. Já falamos com o Ministro da Justiça.

Há uma disposição nossa de sugerir a intervenção federal em Rondônia. Já comunicamos isso ao Procurador-Geral da República e ao Ministro da Justiça, que estão estudando seriamente essa possibilidade. Por outro lado, fizemos um entendimento com o Procurador-Geral de Justiça de Rondônia, que não cumpriu a parte dele no avençado. Então, temos muito o que tratar a esse respeito.

Então, eu sugeriria a V. Exª que fizéssemos essa diligência. Se o Governador quiser ser ouvido, S. Exª

pode até designar Rondônia, que daremos um jeito de ir lá para ouvi-lo. Se S. Exª quiser. Agora, S. Exª está procrastinando, empurrando a oitiva dele. Nós não podemos ficar, até porque vai dar a sensação de que podemos ter algum conluio com quem quer que seja, porque os nossos trabalhos não evoluem em decorrência da degravação que não sai e do governador que não quer ser ouvido. Nós já temos material suficiente para termos uma conclusão a respeito do caso. Sugiro a V. Exª e ao nobre Senador Augusto Botelho que nós designemos uma Comissão para que vá na próxima semana no mais tardar à Polícia Federal e ao Ministério Público para ver quais são as últimas provas que apareceram, todo o trabalho que já foi realizado e tente V. Exª mais uma vez, até para que nós possamos esgotar a possibilidade de defesa do Governador, que ele efetivamente seja ouvido.

Também tive notícias – acho que V. Exª também – de que há uma comissão interna da Assembléia Legislativa que, embora absolutamente comprometida, teria, ao menos parcialmente, encerrado seus trabalhos. Se pudéssemos ter acesso a essa documentação e a tudo mais que foi produzido em Rondônia nesse período em que aguardamos a conclusão do trabalho pericial e ele não aconteceu, também já poderíamos trazer para cá a fim de que possamos concluir nossos trabalhos, fazer um relatório ao Presidente da Casa e apresentar essas conclusões com as sugestões que nós temos ao Poder Judiciário de Rondônia e daqui, ao Ministério Público Federal e Estadual, ao Ministro da Justiça e ao Procurador-Geral da República, a fim de que nossos trabalhos sejam encerrados e a população de Rondônia seja aquinhoadada com alguma providência a fim de que elas não fiquem indeterminadamente nas mãos de pessoas que, no mínimo, temos suspeitas sobre a idoneidade delas.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Eu pergunto ao Senador Augusto Botelho se poderia fazer aquela sugestão que V. Exª fez para mim ainda aqui, no momento em que V. Exª entrou nesta sala sobre a conversa com o Senador Romeu Tuma. Desculpe-me. Deixe-me transferir essa preocupação. O Senador Romeu Tuma teria feito a seguinte sugestão: define uma data, que pode ser mesmo em Rondônia, ouve o Delegado da Polícia Federal, que disse que tem algumas novidades, o chefe do Ministério Público local, que deve ter também alguma novidade e, nesse mesmo momento, ouvirmos o Governador. Se ele não quiser comparecer, se ele não quiser participar da oitiva, encerramos naquele momento com uma ata dizendo que ele se recusou mais uma vez e damos por encerrada qualquer possibilidade de ouvi-

lo. Daí para frente trabalharemos pela conclusão dos nossos trabalhos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeitamente. Concorde. Podemos marcar essa data. Ouviríamos todas as pessoas novamente e teríamos a conclusão dos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – E o momento em que podemos ter acesso antecipado...

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Desses autos. Podemos marcar.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Podemos fazer a sugestão de irmos a Rondônia?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Temo que se ficarmos aqui seremos sempre abraçados pelo movimento desta Casa. Poderíamos ir porque, com certeza, daríamos atenção total a isso. Qualquer que seja o resultado, encaminharemos o relatório final. Pode ser?

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Concorde o Senador?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Tentarei negociar ainda uma data com o Governador, uma data negociada. Se ele tiver dificuldade de datas, determinamos uma data para ouvir os demais em Rondônia e encerramos os nossos trabalhos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Temos que tomar uma atitude, porque, como o Senador Demóstenes falou, parece que estamos já “empurrando com a barriga”. Temos que tomar uma posição porque o povo brasileiro quer que tomemos posições em relação às atitudes.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Se essa é a concordância, procederemos dessa maneira.

Se não há mais nada, podemos declarar a reunião encerrada.

Até a próxima oportunidade.

(Levanta-se a reunião às 15h05min.)

COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA PELOS REQUERIMENTOS Nºs 535 e 536, DE 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos di-

vulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”.

Ata da 11ª Reunião, realizada em 8-2-2005

Aos oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, às quinze horas e vinte e sete minutos, na sala 09 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, sob a Presidência do Senador Sibá Machado, com as presenças dos Senhores Senadores Demóstenes Torres e Augusto Botelho, membros, reúne-se a **Comissão Especial Externa criada pelos requerimentos Nºs 535 e 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico, exibido pela Rede Globo de Televisão”**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, informando que a pauta da presente reunião destina-se a discutir os fatos denunciados pelo programa de televisão Fantástico, sobre corrupção no Estado de Rondônia. Com a palavra, o Depoente o Governador de Rondônia que fez sua apresentação, e falou sobre o esquema de corrupção que estava acontecendo em Rondônia. Fala sobre uma fita que passou em mídia nacional, e que quer continuar lutando para economizar e fazer prevalecer a política e resgatar a dignidade do povo de Rondônia, e que se coloca a disposição dos parlamentares para as perguntas. Com a palavra o senador Demóstenes Torres, que pergunta sobre propina vinda de parlamentares, 50 mil reais mensais, e quando começo a ser assediado por deputados, o depoente diz que a partir do quarto mês do início do mensalão. E diz que no período eleitoral do ano passado o assedio diminuiu, porém depois continuou, e que as coisas foram se complicando quando o Estado estava dividindo tudo o que tinha, e a situação estava inviabilizada, pois não conseguiu cumprir o orçamento e por isso montaram um processo de impeachment. O Relator pergunta se fez um contrato de limpeza e negociação com parlamentares, o depoente responde que o contrato de limpeza que existe é um contrato que é renovado anualmente. E se ele tem notícia sobre um note book apreendido pela Polícia Federal, o Prefeito diz que dele que saiu todos nomes. O relator pergunta sobre informações contidas em matérias de mídia e pelo fantástico. O depoente diz que Rondônia tem pessoas de bem, e que ele queria ganhar tempo para mostrar a situação do Estado de Rondônia. E quis sempre administrar a situação por isso foi prolongada. Foi criada uma comissão para processar os Deputados por tentar suborná-lo, e diz que os parlamentares forma absorvidos, e diz que foi uma decepção para o povo do Estado. Com a palavra a Senadora Fátima Cleide

e diz que pensa que ele prestou um grande serviço à nação, e que neste momento há uma proposta para que o Senado Federal possa processar e julgar esses casos. Para que a distancia possa ser diminuída entre os Estados. O relator diz que a assembléia legislativa é um instrumento de corrupção, e que é possível uma intervenção, e uma atribuição do Presidente da República. E que ele pode tomar essa decisão pois é constitucional. E que deve-se encorajar e solicitar ao Presidente do Senado, ao Procurador da República e ao próprio Presidente da República uma audiência. Tem que tomar medidas e peitar a situação. O presidente com a palavra, e diz que as fitas são notórias e legítimas, e nessa história existem as fitas e os documentos da Polícia Federal. E contra o Governador não há nenhuma prova, somente as palavras de alguns parlamentares. Quando ele decidiu gravar as fitas? Quem assessorou? O depoente diz que não tinha escolha, e se precaveu, e o secretário chefe João Sena o ajudou. Eles gravavam através de uma pasta. E que fez por conta própria as gravações.

A presente reunião foi encerrada às quinze horas e quinze minutos e não havendo nada mais a tratar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Especial Externa criada pelos Requerimentos nºs 535 e 536, de 2005, de autoria da nobre Senadora Fátima Cleide, com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia quanto aos fatos divulgados pelo Programa Fantástico, exibido pela Rede Globo de Televisão.

A presente reunião destina-se à oitiva do Dr. Ivo Cassol, Governador do Estado de Rondônia.

Convido a entrar o nobre Governador.

Façam entrar S. Exª. (Pausa.)

Governador, agradecemos a presença de V. Exª a esta Comissão. Como regra, havíamos estipulado que cada pessoa que comparecer às oitivas, se quiser, terá até 10 minutos para fazer as considerações iniciais que julgar mais importantes. Se não, passaremos direto ao Relator para fazer as perguntas. A decisão é de V. Exª.

O SR. IVO CASSOL – Cumprimento o Senador Sibá, o Presidente, o Relator Senador Demóstenes Torres e demais Parlamentares. Vou narrar os fatos desde o início até o momento da publicação das fitas.

Logo após a vitória, em 2002, no início de 2003, começaram as pressões. No início de 2003, já começamos a sentir as dificuldades. Tanto que, em um encontro do PSDB em São Paulo, eu já havia pedido a intervenção federal por situações que começavam a demonstrar o que seria a administração no Estado de Rondônia a partir daquele momento. Vim para Brasília e obtive o apoio de Parlamentares, com a presença, se não me engano, da Senadora Fátima Cleide em uma audiência com o Ministro da Justiça, quando pedimos providências a S. Exª, especialmente quando coloquei o Estado à disposição de uma intervenção federal, se fosse preciso, para ter a esperança e a expectativa daquele povo em realizações de um Governo novo.

Passaram-se vários meses. Nada aconteceu. Não houve investigação. A partir daquele momento, vi que não havia outra maneira a não ser me precaver para no futuro não ser maneado junto, não ser colocado na mesma vala.

Em meados de 2003, começamos a fazer as gravações no escritório de minha residência, onde faço cerca de 60% dos despachos. Eu despacho mais em minha residência, no escritório. Comecei a documentar tudo, as propostas indecentes que surgiam e o que na verdade queriam. Às vezes, as pessoas dizem: “Mas, Governador, o senhor esperou tanto tempo para divulgar essas fitas!”. Na verdade, se eu divulgasse a primeira fita, eu jamais chegaria à 18ª, eu jamais chegaria onde consegui chegar, porque eu sabia que não haveria só a tentativa de extorsão. Eu sabia que haveria mais.

Com o passar do tempo, consegui ir documentando. A situação deu uma esfriada no período eleitoral do ano passado, mas, logo em seguida, consegui. O que eu queria, na verdade, era entrar dentro do Poder Legislativo, obter documentos de como funcionava aquela Casa. Consegui, não tenho certeza se no mês de outubro, uma cópia da folha de pagamento paralela. Essa cópia eu levei ao Juiz Federal – Dr. Murilo, se não estou enganado –, com a presença do Dr. Sílvio e do Dr. Marinho. Foi no dia em que a esposa do Dr. Sílvio deu à luz. Entreguei aquela documentação que eu havia conseguido.

Passaram-se vários meses, e nada aconteceu de novo. Até que, no mês de fevereiro ou março, consegui novamente a gravação de um assessor de um parlamentar que dizia o esquema, de como era feito o saque, como eles retiravam, como eles faziam, como não faziam.

Com aquela fita na mão, fui ao Ministério Público Federal de novo, e nas duas vezes estava acompanhado do Secretário da Casa Militar, Major Sena. Mais uma vez, fui lá com os três Procuradores, estavam lá os três Procuradores do Estado, contei o que tinha acontecido

e me pediram então que mandasse a fita original. Eu mandei novamente a fita original por um ajudante de ordem, o Shallon, que está aqui, que levou uma fita do esquema, como funcionava.

Passaram-se mais uns meses, nada aconteceu de novo. A única solução... Fiz de tudo para evitar expor nosso Estado, mas não me restou outra forma, a não ser colocar na mídia nacional. Quando eu coloquei na mídia nacional... Não coloquei para aparecer na mídia nacional, para nada disso. Coloquei em respeito à população do meu Estado, coloquei em respeito àquele povo humilde e sofrido, que vinha penando. Com toda essa documentação que eu tinha na mão, essas fitas, em nenhum momento eu utilizei para nada em benefício próprio, mesmo na hora em que autorizaram que eu fosse processado no STJ, também não utilizei em nada. Simplesmente, quando eu estava com tudo na mão e não foi tomada providência, acabei tornando público, quando o Brasil todo conheceu. Infelizmente, por questões políticas, pegaram uma fita e distorceram, mandaram para a mídia nacional e essa fita fez estrago na minha vida, colocou-me na mesma vala e no mesmo ralo. Infelizmente, é o preço que a gente paga. Eu sei, pela posição que tomei, para o resto da vida estou marcado, mas digo que vale à pena. Se tivesse que repetir mais dez vezes, eu repetiria mais dez vezes. O que podemos fazer é lutar para fazer dias melhores. Tanto que, no meu Estado, ganhei o Governo num palanque praticamente sozinho, sem os grandes nomes políticos do Estado de Rondônia e, com isso, muitos perderam muitas regalias. Quero, na verdade, que continuemos lutando para que possamos continuar economizando tostão por tostão para poder fazer prevalecer a Justiça e os investimentos que são obrigação do Poder Público e, ao mesmo tempo, resgatar a dignidade daquele povo. Por mais que o pessoal achasse que Rondônia estava afastada de Brasília, que lá poderia ser diferente, a justiça está sendo feita.

Quero aqui me colocar à disposição de V. Ex^{as}. Não vim antes à Comissão não porque não quis, mas porque iríamos ficar debatendo em cima de uma fita, explicando uma fita que tinha sido montada. Hoje, com o relatório da Polícia Federal e a autenticidade das fitas, praticamente esse assunto da montagem caiu por terra. Ficam, na verdade, as denúncias reais das irregularidades de tentativa de extorsão que houve no Estado de Rondônia.

Então, coloco-me à disposição dos Senadores para as perguntas necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Passo a palavra ao Relator, Senador Demóstenes Torres.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Sr. Presidente, Sr^a Senadora, Sr. Governador do Estado de Rondônia, pergunto a V. Ex^a: V. Ex^a foi eleito pela situação ou pela Oposição?

O SR. IVO CASSOL – Na verdade, foi Oposição.

Foi contra toda a classe política do Estado de Rondônia, e não tive... Praticamente, fui, como Governador, sozinho; com Parlamentares, eu também não tinha uma base feita.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Quando o senhor assumiu, o senhor tinha a Assembleia Legislativa contra o senhor?

O SR. IVO CASSOL – Eu não digo que tinha contra quando assumi. No começo, até que houve momentos em que havia um grupo maior junto com a gente.

O que ocorreu foi que o estilo de eles trabalharem não era compatível, não condizia com aquilo que eu tinha proposto em público. Portanto, depois as dificuldades vieram surgindo por causa disso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E qual era esse estilo que era incompatível com o de V. Ex^a, Governador?

O SR. IVO CASSOL – Era, na realidade, aquela

velha prática com que, às vezes, em muitos lugares se faz política, trocando favores, facilitando situações. Enquanto isso, a população com pires na mão, pedindo esmola, e o Poder Público não podendo atender às suas necessidades.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Os Deputados procuraram V. Ex^a, pedindo propina?

O SR. IVO CASSOL – Isso é verdade. Tiveram...

Sete Parlamentares que forçavam a barra, que queriam acordo. E eu fui ganhando tempo, fui enrolando.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E qual era essa propina que eles pediam a V. Ex^a?

O SR. IVO CASSOL – Olha, a proposta deles va-

riou, mas o que mais ficou caracterizado foi no valor de R\$50 mil. E aí eles denominavam um grupo, que uma hora era 10, outra hora era 14, outra era 13.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– R\$50 mil mensais?

O SR. IVO CASSOL – Positivo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Alguns Deputados que foram ouvidos aqui disseram que, na realidade, o que eles queriam era liberação de emenda para as bases, e não R\$50 mil mensais para eles. O que V. Ex^a pode dizer a respeito disso?

O SR. IVO CASSOL – Eu só posso dizer que o

que está nas fitas é verdadeiro porque lá estão as próprias palavras deles dizendo que queriam 50 mil. Eles mesmos diziam isso, que desse um jeito, que eles não tinham mais como enrolar os outros também.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Diga-me: quando foi que V. Ex^a começou a ser assediado com essas propostas indecentes por parte dos Deputados?

O SR. IVO CASSOL – Mais ou menos, acredito, lá pelo quarto mês, terceiro ou quarto mês em diante que começaram.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Esses Deputados, V. Ex^a teve contato direto apenas com sete, que lhe pediram diretamente vantagens, ou outros também pediram? Quantos, na totalidade?

O SR. IVO CASSOL – Não, na verdade, desses sete quem falou, na verdade, foram seis. Um, na verdade, só participou. E esses seis falavam pelos grupos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Diziam-se representantes de outros?

O SR. IVO CASSOL – Representantes de outros grupos, de outras pessoas, então não tenho como envolver essas outras pessoas porque quem envolvia eram eles mesmos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– V. Ex^a disse que levou ao conhecimento de autoridades. No entanto, o Ministério Público Federal, numa nota, disse que não recebeu qualquer comunicação de V. Ex^a. V. Ex^a pode explicar por quê?

O SR. IVO CASSOL – O que aconteceu, na verdade, a interpretação é que, quando foram divulgadas as fitas, eram 17 fitas mais aquela, 18 fitas. E eu entreguei para o Ministério Público uma fita, que era aquela fita, a última, quando tinha chegado dentro do sistema, que era a folha paralela, dos contratos, como funcionava. E eu entreguei aquilo porque aquilo lá tinha mais condições de o Ministério Público poder apurar. Então, o que o Ministério Público Federal entendeu naquele começo é que eu tinha dado todas as fitas, e não foi. Na verdade, eu tinha dado uma fita, que era de um assessor de um Deputado, que contava como era o esquema dos Deputados, o esquema dos outros Deputados e do dele também.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– A partir do momento em que o tempo foi passando, essas pressões em cima de V. Ex^a pela liberação de recursos indevidos, por propina, essa pressão foi aumentando?

O SR. IVO CASSOL – Não, chegou um tempo em que ela aumentou, depois ela diminuiu. Por que depois ela diminuiu? Diminuiu por causa do período eleitoral do ano passado. Então, na composição, para eu não ir a um Município, não ir a outro e tal, aí deixaram dar uma esfriada. Depois, voltaram a pressão de novo para cima.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Isso culminou com um processo de impedimento do senhor na Assembléia Legislativa?

O SR. IVO CASSOL – É verdade, tanto que tudo isso vem acontecendo. Até depois vou deixar o documento com vocês. As coisas foram se complicando. Uma vez, Senador, o Estado começou a dividir o que não tinha. A exemplo disso, tivemos uma receita, nesses 2 anos, um aumento de receita de 61% e tivemos Poderes que receberam 163% de aumento; outro, recebeu 216%; outro, 75%.

Então, isso começou também a inviabilizar a situação e chegou a um ponto em que montaram por intermédio de um laranja, que foi até o Deputado Gazoni, processo de *impeachment* porque eu não teria cumprido o total do orçamento para a Assembléia Legislativa – o orçamento deles, total, era 102,5 milhões, e eu já repassei 94 –, porque não cheguei a concluir todo o orçamento. E o Poder Legislativo tinha empenhado R\$104 milhões. Então, por causa disso, eles tinham montado o processo de *impeachment* contra mim: porque eu não tinha concluído o orçamento para passar para todos os Poderes e para eles também. Então, o processo de *impeachment* foi em cima disso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Quando o senhor resolveu gravar as conversas com os deputados?

O SR. IVO CASSOL – Foi em meados de 2003, quando vi que eu ia ter dificuldade de botar em prática, quer dizer, para eu me resguardar, porque se não, futuramente, eu ia ser colocado na mesma situação. Então, comecei a documentar tudinho. Só que, nos primeiros 2 anos, quando comecei a gravar, um ano e pouquinho, consegui gravar só a tentativa de extorsão, mas eu queria além, eu queria o sistema dentro, interno, como funcionava internamente a Assembléia, como é que era o sistema que eles pagavam para os deputados, como eram as vantagens que eles levavam. Foi quando, em outubro ou novembro, do ano passado, consegui aquelas cópias da folha paralela que entreguei para o juiz federal na presença dos Procuradores do Ministério Público Federal, Dr. Marinho e Dr. Sílvio.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O Deputado Chico Paraíba veio a esta Comissão e disse que esse estratagema todo montado, o mentor disso tudo, foi um conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, ao qual o senhor era ligado, o Sr. Amadeu Machado, que, inclusive, tinha sido alvo de uma CPI e que era adversário do então Presidente da Assembléia, Natanael Silva, ou do ex-Presidente da Assembléia, Natanael Silva. O que o senhor tem a comentar sobre essa afirmação do Deputado Chico Paraíba feita aqui?

O SR. IVO CASSOL – O Conselheiro, em nenhum momento, interveio em nada da minha situação. Briga pessoal deles não é de hoje que vem se arrastando com a Assembléia. E o Conselheiro do Tribunal de Contas, já há muito tempo... E o Conselheiro do Tribunal de Contas, Dr. Amadeu Machado, foi o que, quando foram tentar aprovar as contas da Assembléia, porque eles tinham ultrapassado os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, que era para ser 1.96, e a Assembléia gastou com o pessoal 3.77 ou 72, ele foi o único que, na época, colocou no papel. Então, os embates deles já vêm lá detrás. Na gestão passada do outro Governador, a Assembléia chegou a gastar 6,7%, quando a Lei só permitia 1.96, isso só com pessoal. E, depois, foram aprovadas as contas porque o Estado economizou. Então, foi colocado lá... Abriram uma brecha na economia que o Estado fez, e acabou tendo que dar subsídio para o pessoal da Assembléia.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Deputado Emílio Paulista também disse que, na primeira eleição do Presidente Carlão de Oliveira, ele pagou 14 deputados com R\$200 mil cada um para ser eleito Presidente.

O senhor chegou a ouvir essa história, tem como confirmar essa história?

O SR. IVO CASSOL – Senador, só posso confirmar a gravação dele, do próprio Deputado Paulista, quando eu gravei, ele dizia isso na gravação. Agora, não posso confirmar outros dados, porque não tive outros dados de outros Parlamentares, só tive dele esse dado, não tenho como precisar se houve ou não houve esse pagamento lá, porque eu só tive dele mesmo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas o Emílio Paulista também disse ao senhor isso? Isso está na fita?

O SR. IVO CASSOL – Ele que falou na fita.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Também corre a notícia em Rondônia que o Deputado Carlão de Oliveira, que é sucessor do Natanael Silva, é sócio dele e mantém essa sociedade até hoje. O senhor tem notícia disso?

O SR. IVO CASSOL – Sociedade do quê?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Se vocês são sócios em negócios...

O SR. IVO CASSOL – Com o Paulista?

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – ... Em empreendimentos entre o Carlão de Oliveira e o Natanael Silva. O senhor tem notícia disso?

O SR. IVO CASSOL – Eu não tenho notícia diretamente, não é? Porque muitas coisas às vezes os Parlamentares, políticos botam em nome de outros. Então, de repente, não sei, eu não posso precisar nada, se eles têm alguma sociedade em algum evento, em

alguma coisa, em alguma empresa. Não posso precisar porque não tenho conhecimento diretamente.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor vê alguma irregularidade pelo fato de contratar empresas que na época prestavam serviços também para o senhor quando o senhor era Prefeito de Rolim de Moura e hoje elas continuarem prestando também serviços ao Estado? Esses fatos dos quais o senhor é acusado, especialmente pela oposição ao senhor, esses fatos são verdadeiros?

O SR. IVO CASSOL – Não, não são. E eu vou dizer para o senhor por quê. Esse fato do interior, de Rolim Moura, ele só surgiu um ano depois que eu estava no Governo. Foi exatamente quando eu comecei a ter confronto com o Poder Legislativo, e aí começou a retaliação de tudo quanto é lado. A questão minha, de Rolim Moura, é que o promotor de lá entendeu que as emendas dos Deputados e Senadores, que botaram para Rondônia, tinham que ter feito uma licitação só, quando na verdade para cada emenda é uma licitação, é um empenho e uma prestação de conta. Então, na denúncia ele colocou dessa maneira.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O promotor entendia, então, que a licitação tinha que ser fragmentada.

O SR. IVO CASSOL – Não, ele colocou o contrário.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ao contrário. Tinha que ser unitária.

O SR. IVO CASSOL – Unitária. Por exemplo, ele pegou todos...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor fez fragmentada.

O SR. IVO CASSOL – Não, eu não fragmentei. O que eu fiz, em cada emenda de Parlamentar eu fiz um processo licitatório. Eu fiz um convênio, como se procede aqui normal, num recurso que o senhor manda, o próprio Senador manda para o Acre, para o Município, e esse convênio foi procedida uma licitação e dessa licitação foi feita uma prestação de conta. E ele entendeu na denúncia que isso aí tinha que ter sido feita uma licitação só. Só que às vezes o objeto é o mesmo, mas o endereço de fazer uma escola e fazer outra é diferente. É como eu tenho numa linha depois na outra linha, ou num bairro ou noutro bairro. Ou no Estado vou fazer uma escola lá na divisa da boca do Acre com aqui no Cabixi. Então, quer dizer, o objeto é diferente. O local, o endereço, tudo é diferente, e o convênio é diferente. E ele entendeu na denúncia que tinha que ter colocado todo mundo junto. E quanto à questão da...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ou seja, a irregularidade, o crime de que o senhor é

acusado é um crime formal, ou seja, no entendimento do promotor, por uma falha formal. Ou o senhor é acusado de prática de corrupção?

O SR. IVO CASSOL – Não. Quer dizer, ele envolveu tudo e mais um pouco, até na denúncia dele aproveitou, eu já vi numa denúncia o pessoal xingar, mas tanto quanto naquela denúncia eu nunca tinha visto. Não tem nem um momento lá que ele coloca que eu dei prejuízo ao erário público. Em nenhum momento ele coloca que tem superfaturamento em nada. Simplesmente ele alega que tinha oito empresas só que executaram obra em Rolim de Moura, quando, na verdade, tinha 42 empresas que executaram. Mas nem todas as empresas que estão numa cidade ou numa região prestam serviço para o poder público, porque o poder público sempre foi mal pagador. E no Estado também não foi diferente. Tanto que, no Estado, tem mais de mil empresas. Nesse mesmo período meu, de Rolim Moura, o próprio Ministério Público do Estado fez também licitação. E teve só quatro empresas que faziam as obras. Isso não quer dizer que o Ministério Público cometeu irregularidade. E as obras foram executadas na íntegra. Então, se tem algum erro, pode ter algum erro técnico, mas não erro de prejudicar o erário público ou de não ter executado as obras ou ter feito. Nada disso. Isso não existe.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Os adversários políticos do senhor, especialmente os que estiveram aqui, disseram que as gravações que o senhor fez não tiveram como finalidade documentar um ato de corrupção, mas sim o objetivo de chantagear os seus adversários no momento oportuno, e que o senhor, inclusive, teria gravado também autoridades do Ministério Público, do Poder Judiciário. O que é que o senhor comenta a respeito disso?

O SR. IVO CASSOL – É, no desespero desses Parlamentares, eles vão tentar escapar de tudo quanto é maneira. E vão querer envolver pessoas inocentes junto, como também fizeram comigo. Então, portanto, não são verdadeiras essas afirmações deles; em nenhum momento, foi utilizada essa fita para nada, em nada. Para você ter uma idéia, eles pegaram meu orçamento no ano passado, fizeram 804 emendas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – É uma outra pergunta que eu queria fazer ao senhor. Essas fitas, elas então jamais foram utilizadas?

O SR. IVO CASSOL – Nunca foram utilizadas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Não foram divulgados trechos, remetidos recados de que o senhor tinha fitas?

O SR. IVO CASSOL – Eles souberam nos últimos dias que eu tinha as fitas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor comentava com alguém que tinha essas fitas?

O SR. IVO CASSOL – Eu cheguei até a comentar com o pessoal, mas ninguém sabia o que era na veracidade o conteúdo delas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Com qual pessoal o senhor comentou?

O SR. IVO CASSOL – Com assessoria direta que estava trabalhando. Do que era? Falei: não, estou trabalhando. Mas não sabiam se era verdadeiro ou se não era. Estava no ar. Mas nunca, em momento algum, para você ter uma idéia, Senador, no momento em que eles estavam autorizando para eu ser processado pelo STJ, não foi utilizado. Quando derrubaram o meu orçamento, não foi utilizado. Quando eu vetei, também não foi utilizado em nada. Então, em momento algum, em nenhum dia, eu utilizei para tentar facilitar para eu poder trabalhar. Nada. Eu simplesmente queria chegar aonde eu cheguei. Porque se eu não fizesse isso, ia ficar quieto. Quando consegui apurar tudo... Tudo isso está acontecendo hoje porque fui eu que apurei tudo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Eu vou-lhe fazer algumas perguntas, Sr. Governador, com base nas degravações da Polícia Federal das fitas que foram apreendidas. Na conversa que o senhor tem em 25 de abril com o Deputado Amarildo Almeida, o Deputado, em uma outra conversa no início de julho, pede favorecimento numa licitação. Indica ao senhor o caminho, de forma técnica, para atender todos os parlamentares, sem deixar rastro. O senhor conta sobre a proposta de 50 mil reais que o senhor recebeu, 50 mil para cada Deputado para ter o apoio deles e ter tranquilidade na Assembléia. E fala que se tivesse condições tinha acertado, isso está entre aspas. E acrescenta ter dito ao grupo com quem estava negociando dias antes: “Oh, pessoal, vamos quebrar no meio”. Isso está na página 10 do laudo da Polícia Federal. O que o senhor quis dizer com isso: vamos quebrar no meio? O senhor ofereceu a metade do que eles queriam?

O SR. IVO CASSOL – Na realidade o que aconteceu, Senador, foi o seguinte. A proposta deles vinha, e eu tinha que vir a tempo, eu não tinha outro caminho. E tinha sempre uma dificuldade, porque o único caminho que eu tinha era aceitar a proposta deles, do esquema deles. E não tinha acordo comigo. Tanto que tem gravação aí que, quando o pessoal fala assim, eu falei: não, de jeito nenhum. E não tem acordo mesmo. E o que eu fazia, eu tentava buscar deles de que maneira eles faziam, como eles queriam fazer, como era antes, como era nos outros governos.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor dava corda?

O SR. IVO CASSOL – Dava corda. Na realidade, eu dava corda porque não tinha outro caminho.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Nas páginas 50 a 77 da fita 9 há uma conversa com Amarildo em 1º de julho. Uma das conversas mais longas que tem. O Deputado Amarildo se mostra muito experiente, dizendo que em Ouro Preto, quando ele era secretário, ele atendia vereadores mediante convênios. E que em todo lugar se faz isso, e colocou à disposição do senhor um contador de extrema confiança dele, segundo ele, tinha mais de 10 anos de experiência – o nome do contador era Edivaldo –, para fazer as coisas andarem tecnicamente, segundo o Deputado Amarildo. E ele sugeriu que fosse escolhida uma secretaria de destaque, a educação ou a saúde, para concentrar ali os negócios, chamando fornecedor, dirigindo licitação, era mais ou menos isso. O senhor fala que não, vou chamar o Carlão, Presidente da Assembléia, e depois voltaria a conversar com ele, Amarildo, sobre o assunto. Esse Edivaldo foi apresentado ao senhor?

O SR. IVO CASSOL – Não. Na verdade, o Amarildo queria assumir a Secretaria de Saúde para poder administrar. Ele falou: eu administro todos os parlamentares, tudo tecnicamente. Tudo também foi criado, ele também criou ou queriam botar outros, mas eles tentaram várias vezes colocar entre eles o secretário, e seria, por exemplo, o Amarildo Secretário de Saúde para poder viabilizar. Por isso, eu ia dando corda para eles, ia enrolando, ganhando mais tempo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E a Secretaria da Saúde foi utilizada alguma vez?

O SR. IVO CASSOL – Nunca.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E a Seduc?

O SR. IVO CASSOL – Nunca. O mesmo secretário que assumiu desde o começo até hoje; e na Saúde, o que é secretário hoje era adjunto, é um médico, é técnico, não é político. E o que era secretário saiu ano passado para concorrer às eleições de Guajará-Mirim. E, quando ele voltou, aí eu o coloquei de presidente na Caed, não botei mais na Saúde, ficou o que estava dando certo lá, que é técnico.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Na página 17, na fita 2, no segundo trecho, o senhor diz ao Deputado João da Muleta que vai acertar com o Deputado Cacá Mendonça. Houve esse acerto? Foi destinado dinheiro público para a manutenção da Fundação do Deputado?

O SR. IVO CASSOL – Não, nunca foi, nunca teve. Às vezes, quando o pessoal perguntava, eu usava o nome de outro parlamentar: “Oh, isto aqui já está acer-

tado; isto aqui eu já conversei.” Mas, na verdade, era só expectativa e ganhando tempo pra frente. Só isso. Nunca teve nada. Nunca teve acerto nenhum. Nunca foi dado nada. Nem para a Fundação do Cacá nunca foi dado nada.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Na página 19, na Fita 2, no segundo trecho, nessa mesma conversa, em 25 de abril, o Cacá é chamado para sua casa pelo Deputado João da Muleta. Para os dois, V. Ex^a diz que tem desconfiança no acerto com o Deputado Carlão de Oliveira, dizendo que, na hora de repassar dinheiro para os deputados, podia haver desavença, que V. Ex^a preferia negociar separado, para não haver imbróglcio. Essa foi a expressão que V. Ex^a usou. Como era o desdobramento dessa conversa?

O SR. IVO CASSOL – Na realidade, primeiro, numa época lá, eles se reuniram e me chamaram. Eles estavam em grupo. Como eu precisava documentar aquilo, eu não tinha... Um grupo de dez, doze não viria à minha casa. Então eu ia criando expectativa para ver se os trazia individualmente para poder ir documentando. Era o único caminho que eu tinha. Se eu falasse assim: venha um grupo maior aqui, o pessoal ia desconfiar. Automaticamente, o cara sozinho se sentia mais encorajado para poder abrir o jogo. E foi o que acabou acontecendo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor fez contrato de limpeza no HB e no João Paulo II, e de alimentação, ou seja, contrato de limpeza e de alimentação com os Deputados Maurão de Carvalho, Haroldo Santos e João da Muleta? Esses deputados fizeram essa negociação em separado com o senhor? Tentaram fazer essa negociação?

O SR. IVO CASSOL – Não, sempre teve o comentário que o deputado tal tinha contrato tal, e outro tinha o contrato tal. Mas, nos nossos arquivos, na documentação, não consta contrato com nenhum desses deputados, não consta nada. O contrato que tem lá, de limpeza, se não me engano, vale para quarenta e seis meses. É um contrato que já veio do Governo passado, é um contrato continuado. Ele só é renovado no final do exercício.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Nessa mesma conversa, esses dois deputados falam para o senhor que ganham R\$20 mil por mês, além do salário, através de assessorias. Não é isso? Eles não falaram isso para o senhor?

O SR. IVO CASSOL – O próprio João da Muleta falou. Na gravação até...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O João fala que tem seis assessorias. A expressão que ele usa: “Eu tiro vinte contos”, não é isso?

O SR. IVO CASSOL – É.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E o Cacá confirma que ele faz a mesma. É essa a folha paralela?

O SR. IVO CASSOL – Essas são assessorias fantasmas. Pegam um pomar e botam no nome do laranjal, como aconteceu, a Polícia Federal está apurando, que é essa folha paralela. De muitos, nem o CPF batia, nomes de laranjas... agora, nesses dias...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor tem notícia desse *notebook* que foi apreendido com isso? Como foi feito? Se era feito em folha separada...

O SR. IVO CASSOL – Eu fiquei também sabendo que a folha paralela era feita por esse *notebook* que foi apreendido pela Polícia Federal. Foi de lá que apareceram todos os nomes das pessoas envolvidas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E batia... Esses R\$20 mil eram para todos os Deputados?

O SR. IVO CASSOL – Não. Tinha deputado com R\$70 mil, R\$90 mil, R\$80 mil.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Tinha deputados que recebiam mais que outros?

O SR. IVO CASSOL – Os mais bravos que aparecem na fita são os mais pesados, que apareceram mais. Tanto é que, na folha complementar que circulou, os mais pesados são os mais violentos; e os mais pequenos eram os que ganhavam menos do que os outros, que estavam ganhando R\$20 mil; dependendo, quarenta e sete, sessenta e poucos. Foi isso que eu peguei nesses contracheques deles.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nas páginas de nºs 29 a 31, da Fita nº 4, num trecho único, no dia 28 de abril, três dias após conversar com esses dois deputados, o senhor tem uma conversa com Moisés de Oliveira. Moisés de Oliveira é o que está preso, irmão e homem de confiança do Deputado Carlão de Oliveira. Parece que era ele quem operacionalizava esse negócio. Era uma espécie de gerente.

O SR. IVO CASSOL – Eu sempre digo que ele era como se fosse o primeiro-ministro da Assembléia.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Boa parte desse diálogo está ininteligível. Existem palavras de entendimento duvidoso, mas um trecho está muito claro: o Professor Moisés, que está preso pede para o senhor mandar pagar a obra de uma ponte em Parecins, que sua empresinha – de que ele chama a empresinha dele –, chamada Graúna, segundo ele mesmo revela, fez...

O SR. IVO CASSOL – Certo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pede ao senhor para pagar isso. E o senhor fala: “Olha, mas essa ponte é muito ruim, é mal feita”...

O SR. IVO CASSOL – Não foi paga até hoje.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – “Ela não vale R\$25 mil”.

O SR. IVO CASSOL – Que eu me recorde, acho que não foi pago até agora ainda.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Isso é que eu perguntava, isso que eu queria perguntar: esse serviço mal feito – o senhor defende que foi mal feito – foi pago pelo Estado?

O SR. IVO CASSOL – Não, na realidade é o seguinte: lá, naquela ponte, o pessoal tinha verificado não a ponte mal feita, mas a madeira não era de qualidade... porque tem aquela madeira que agüenta mais tempo e a outra que agüenta menos. Então, foi isso o que aconteceu. E que eu saiba até tempos atrás não tinha sido pago nada.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor não pagou isso?

O SR. IVO CASSOL – Que eu saiba, não, de cabeça assim, mas acho que não; não tenho certeza 100%, mas creio que não foi pago não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Moisés ainda fala o seguinte: que ele tinha mais de R\$100 mil para receber do Devop. Esse dinheiro do Moisés foi pago, o senhor sabe?

O SR. IVO CASSOL – Não, também não, é de uns colégios que eles tinham, de uns contratos lá que estavam no nome de outro pessoal, de escola que faltava terminar. Não foi pago.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então, ele tinha contrato em nome de outras pessoas?

O SR. IVO CASSOL – Eu não sei porque, na verdade, não tenho como apurar diretamente, tem de ser pelo que eles declararam, porque tinha pessoal que pegava obra e depois quem tentava intermediar era ele. E as obras não foram concluídas até hoje.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Essas empresas, então, possivelmente, eram dele, até por que ele diz que a Graúna era uma empresinha dele.

O SR. IVO CASSOL – Não sei no nome de quem está essa Graúna, não conheço. Mas eu sei que tem duas escolas que não foram executadas, que não foram feitas e que está querendo receber.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Receber sem executar?

O SR. IVO CASSOL – Sim. Quer dizer, na verdade, porque não tinham executado, não é? Estavam querendo receber outros serviços e aquele que tinham que ter feito e não tinham feito, faltava concluir as obras. Até no Município lá de... No Distrito de Geasa e Distrito de Izidrolândia.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Na página 33 da fita 5, primeiro trecho, a revista **IS-TOÉ**, em março de 2003, antes, portanto, de o senhor iniciar as gravações, publica uma matéria chamada “Poderes Poderes”. E ali a revista já relata esse esquema que existia na Assembléia Legislativa, que vinha desde a gestão do Deputado Natanael Silva, e fala da recusa que o senhor tinha em nomear Natanael Silva para o cargo de conselheiro. Falava dessas dificuldades que o senhor tinha com o Poder Legislativo.

O senhor é inimigo do Natanael Silva? E por que o senhor não queria nomeá-lo conselheiro?

O SR. IVO CASSOL – Porque a ficha dele dá inveja a qualquer um no Brasil inteiro. É pesada. São 50 e poucos processos. E eu recebi uma pressão muito grande da Assembléia Legislativa. Foi por isso que me deram uma trégua no começo. Aí, quando viajei para a França, a minha Vice nomeou.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas foi num acordo com o senhor? A Vice do senhor nomeou...

O SR. IVO CASSOL – Não, não. Ela é que nomeou. Aí, quando eu voltei, eu quis desfazer o ato, eu quis anular.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– A Vice do senhor é ligada ao senhor ou é rompida com o senhor?

O SR. IVO CASSOL – Não, na verdade, hoje nós estamos, aparentemente, bem.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E naquela época?

O SR. IVO CASSOL – Naquela época estávamos bem. Estávamos bem, mas...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas então como é que ela nomeia alguém, contrariando o senhor? Um homem com uma ficha corrida, daquela forma?

O SR. IVO CASSOL – Pressão. Pressão em cima...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor não fez um acordo com a Assembléia para, na viagem do senhor...

O SR. IVO CASSOL – Não. Diretamente, não fiz nada não. Tanto que eu falei para eles que eu não nomeava. Tanto que eu tornei público. O meu ato foi publicado no Diário Oficial do Estado, o STJ tem lá o parecer. Eu coloquei tudo o que tinha lá. Coloquei tudo.

Naquele momento que viajei, ainda por cima o meu filho sofreu um acidente, eu tive que voltar antes, vir embora. E o pessoal já tinha feito a nomeação. Fizaram a nomeação. Porque ela sempre teve uma amizade grande com o Natanael, com o Deputado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então o senhor considerou uma espécie de traição o que ela fez com o senhor?

O SR. IVO CASSOL – Ela não devia ter feito. Ela não devia ter feito. Depois ela me justificou, para mim, que ela teve que fazer aquilo lá para bem de podermos administrar tranquilos. E aí eu quis desfazer o ato, aí foi onde eu tive pressão dos Parlamentares que eu não desfizesse o ato, porque se eu desfizesse o ato eu ia complicar as coisas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Nas páginas 36 e 37, na fita 6, numa nova conversa do senhor com o Deputado Amarildo, agora no dia 28 de abril, estava junto o Deputado Carlão de Oliveira. E o Carlão pede para o senhor favorecer o Deputado Amarildo num contratinho de vigilante. Reclama que tinha um empresário chamado Aires do Amaral que é o único que presta serviço nesse setor ao Estado, que é uma espécie de monopólio para essa empresa.

O senhor pergunta então se o amigo que o Amarildo menciona tem firma. E ele fala que sim, que ele tem firma. Em julho, novamente o Amarildo pede para fazer o acerto com o amigo. Aliás, ele pede: o senhor podia, em julho, fazer o acerto com esse amigo. E o senhor autoriza ele a conversar com o Chefe da Casa Civil, José Caúla, para fazer uns negócios.

O SR. IVO CASSOL – Sim.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Isso está na página 52. O senhor acertou alguma coisa com o Deputado Amarildo nesse sentido?

O SR. IVO CASSOL – Nada. Nunca se concretizou. Eu só ganhava tempo. Se V. Ex^a pegar a primeira data e a segunda data em que foi falando, o assunto era o mesmo e eu enrolando e ganhando tempo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor empurrava...

O SR. IVO CASSOL – Empurrava com a barriga, para poder ganhar tempo, para poder governar.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor conhece essa empresa do Sr. Aires do Amaral?

O SR. IVO CASSOL – Conheço. Ela tem segurança no Estado de Rondônia e também é contrato continuado, não é só na nossa gestão, já vem também da gestão passada.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Qual é o valor desse contrato, o senhor se lembra?

O SR. IVO CASSOL – Se não me engano é um milhão e pouco por mês o contrato dele.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor é amigo do Sr. Aires do Amaral?

O SR. IVO CASSOL – Não, eu sou... Eu não sou chegado de casa, conhecido, sim, de amizade, e tal, mas não tenho...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor herdou esse contrato e continua o contrato?

O SR. IVO CASSOL – Foi herdado o contrato e continua o contrato.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nas páginas 38, 39 e 40, na fita 6, no segundo trecho, o Deputado Haroldo Santos... Ele é dono de uma fundação de assistência à saúde? O senhor sabe disso?

O SR. IVO CASSOL – Ele tem lá. Ele tem umas unidades lá – não sei como é o nome da fundação – em Porto Velho e no interior. Faz o atendimento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele pede ao senhor para devolver um convênio que tinha com o laboratório. O senhor tinha tirado?

O SR. IVO CASSOL – Não, na realidade, o que aconteceu antes é que, primeiro, eu fiz a denúncia também no Tribunal de Contas, e eles fizeram o levantamento que veio daquela fundação que na verdade trabalhava e aquela que ganhava e não fazia. E assumi o compromisso que só pagaria por serviço prestado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Então ele queria receber por serviço não prestado?

O SR. IVO CASSOL – Não, porque ele queria que cadastrasse a empresa dele para ele continuar fazendo, mas ele queria que cadastrasse. E tanto que foi cadastrado depois, e a fundação vem prestando serviço até hoje.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Ele diz lá para o senhor que o prédio dele é muito bom, que os Deputados, todos, estão querendo ajuda financeira do Governo. E ele diz: “Todo mundo tem seu detalhezinho financeiro” detalhezinho político. Ele, o Deputado Haroldo Santos. No começo do governo, o senhor anunciou justamente isto: que não ia repassar dinheiro para a Fundação do Deputado, que ia acabar com isso. Esse corte foi feito então? O senhor não repassou qualquer recurso para o Deputado?

O SR. IVO CASSOL – Não, o que eu dizia era o seguinte – e, na época, peguei isso até na campanha –: que eu não ia ficar passando dinheiro para as fundações, que eu só ia pagar àquela que na verdade prestasse o serviço, só ganhava aquela que prestasse o serviço.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Deputado Haroldo então não recebeu no governo do senhor?

O SR. IVO CASSOL – Ele recebeu do Governo, a Fundação dele recebeu. Recebeu pelo SUS, foi aprovado pela bipartite, lá pelo Conselho Estadual de Saúde e foi cadastrado...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas o senhor confirma que houve um corte e depois o senhor voltou a repassar recurso para a fundação, ou não?

O SR. IVO CASSOL – Não. Acontece o seguinte: Houve uma paralisação no começo. Aí foram levantadas todas as fundações que prestavam serviço social mesmo e as que não prestavam. E tinham aquelas que eram só fundação política. Havia muitas fundações em Rondônia que eram só de fachada, na verdade, para poder absorver dinheiro. E tinham aquelas outras que prestavam serviços mesmo. Então, uma equipe da saúde levantou, foi levantar *in loco*, e aquelas que estavam fazendo o serviço social permaneceram. E aquelas que não faziam simplesmente foram descadastradas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Na página 53, na fita 9, o senhor também, numa conversa com a Marilda, em 1º de julho, diz o seguinte: “O que combinei com eles eu cumpri. Na questão do Natanael, nas coisas, tudinho, tudo cumprido. Só que o que combinaram comigo não cumpriram. Só que agora ninguém abre o jogo. O que é que é? Ninguém fala nada?! Eu ia conversar com o Carlão, com o Ronilton. O que é que eles...”. Aí interrompe.

Então, o que o senhor cumpriu na questão do Natanael?

O SR. IVO CASSOL – Que era não revogar a nomeação dele, que a vice tinha feito. E, ao mesmo tempo, o que a Assembléia queria que eu passasse o que estava no Orçamento para eles. Então, eu tinha que passar o que estava no Orçamento. Então, eu tinha que cumprir o que estava no Orçamento. Então, eu estava cumprindo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Certo. O acordo não foi o senhor viajar e a vice nomear?

O SR. IVO CASSOL – Não, só isso aí, foi dentro disso aí. Não tinha nada disso não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Na página 58, na fita 9, também na conversa com o Amarildo, o Deputado fala para o senhor que está fechado com vinte parlamentares e que não tem grupo do Carlão, não tem grupo do Ronildo Capixaba. Ele afirma que o Carlão uniu todo mundo. Mas, nas conversas, ora o senhor fala de um grupo de quatorze, ligado a Carlão, ora de dez, ligado ao Deputado Ronildo. Diz que não pode passar cinquenta para cada, mas pede o entendimento. O senhor fala: “Olha, em torno de 10 a 15 mil reais é tolerável”.

O senhor podia esclarecer se havia pressão desses grupos? Como é que foi essa história?

O SR. IVO CASSOL – Acontece o seguinte: É que cada parlamentar que ia lá trazia como se estivesse negociando para os outros. Então, quando você conversava fora, aí tinha um grupo; depois, quando vinha, era outro grupo. Então, não tinha delineado mesmo que grupo que era, quantos eram na verdade e quantos não eram. Porque, na verdade, o que eles queriam era a vantagem individual e pessoal. Eram muitos, tantos nomes que foram utilizados de pessoas aí que o indivíduo, pelo menos quando foi ouvido aqui, nem sabia. E não levaram vantagem nenhuma. Portanto, foi só a tentativa. E o restante, era só eu ganhar tempo. Eu não tinha outro jeito. Quando o pessoal vinha pressionar, eu jogava para ganhar mais tempo para frente. Daí a pouco, vinha pressão de novo de um outro parlamentar. Aí eu conversava com o outro parlamentar. E não era eu que chamava, por exemplo, “Fulano vem aqui que eu quero...” Não, nada disso. Eles me provocavam para falar comigo. Aí eu falava: “Estou aqui, vem cá”. Porque eu estava no meu escritório.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Na página 77, na Fita 10, com o Deputado Ronildo Capixaba, no dia 1º de julho, o senhor fala para ele que esteve com o Carlão. E estava o Secretário Caúla, que fez um acordo: passar 50% das obras do Estado para o Sinduscon, a fim de atender o grupo que não tem nada.

Como foi essa conversa sobre o Sinduscon, sobre passar metade das obras para o Sinduscon, conforme o Deputado Ronilton confirmou aqui nesta Comissão? Houve Deputado beneficiado? O senhor passou ordens para o Sinduscon?

O SR. IVO CASSOL – Nenhum, nenhum. Não passei nada, não passei nada. Quem sugeria fora eram eles. Quem sugeria fora eram eles... E tinha um... Parte das empresas está cadastrada no Sinduscon, outra parte não está. E todas elas participam diretamente de todas as licitações. Então não tem nada de nada, eu não fui nunca vinculado a nenhuma obra com ninguém. Nada.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor falava isso, então, como parte de sua tática?

O SR. IVO CASSOL – Não, não era nem parte de tática. Na verdade, foram eles que criavam isso, porque cada um dava uma explicação de como é que podia fazer, de que maneira podia fazer. “Ora, então vamos fazer assim! Vamos fazer assado!” Então eu ia espichando a conversa, só isso. Mas nunca aconteceu, nunca se materializou, nunca se realizou.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Na pág. 80, da Fita nº 10, no segundo trecho, com o Ronilton, o Deputado Ronilton fala para o senhor que “está fechado com 10 deputados e que o grupo tem a solução para satisfazer o apetite financeiro, porque eles queriam 250 postos de vigilância”, que, pelas contas do Deputado, daria, para cada, um lucro de R\$1.960,00 (um mil novecentos e sessenta reais), totalizando R\$490.000,00 (quatrocentos e noventa mil reais), por mês. E ele diz para o senhor: “Isso resolve o problema de 10 Deputados”. O Ronilton fala para o senhor. No final, há uma combinação de que o Deputado ia organizar o esquema: “Vai botar pra frente”, segundo palavras dele ao governador, “e, em 60 dias, estaria concluído”. Isso está na pág. 85.

O senhor pode dizer também como é que foi isso? Se houve um incremento de novas contratações de vigilantes ou não?

O SR. IVO CASSOL – Houve incremento no final de 2003, porque tinha necessidade, mas fora dessa questão política. Nada por causa do Deputado, nada disso. A sugestão era deles. Uma hora era uma licitação, uma hora era uma obra, uma hora era outra obra, outra hora, segurança, uma outra hora era limpeza... Quer dizer, a cada momento, tinha uma sugestão.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Uma nova proposta?

O SR. IVO CASSOL – É, uma nova proposta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – E o senhor não tocou nenhuma? O senhor não fez, não repassou nada?

O SR. IVO CASSOL – Nenhuma, nada, nada! Tanto que é verdade que esse aumento dos postos que houve, posteriormente, foi por causa da necessidade, por causa do número de roubos que tinha, mas nada por causa disso, e continuam os postos, até hoje, atendendo lá as necessidades.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – À pág. 80, na fita nº 10, do segundo trecho, com o Ronilton, diz assim: “O senhor cresceu muito o contrato deles, né?”, diz o Ronilton Capixaba, que estava enciumado, assim, aparentemente, dos Deputados Haroldo Santos, Maurão de Carvalho e João da Muleta, que têm contratos com o Estado na prestação de serviço de limpeza e alimentação por meio de outras firmas. E aí ele fala ainda que eles, agora, estavam atendendo as regiões de Buritis e Extrema.

Mais adiante, à pág. 83, o senhor fala que os contratos deles estão acertados, homologados, que têm duração de 60 meses. E mais adiante, à pág. 83, o senhor fala para o Ronilton combinar com o João da Muleta para dividir o pão com o Marcos. É o Marcos Donadon?

O SR. IVO CASSOL – É.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E esses contratos também aconteceram ou não aconteceram?

O SR. IVO CASSOL – Não, não aconteceram com contrato nenhum. Era só uma expectativa que eles criavam ao mesmo tempo, e eu deixava eles criarem. Tanto que tem um do Ronilton Capixaba, quando ele diz alguma coisa desses contratos, aí ele diz “Tá feito?”, e eu falo “Negativo!”. Só vou pegar num depoimento, não sei qual é a página que está aqui, eu até marquei a página... Deixa eu ver se ele está aqui. Não sei se está marcado pela página que eu coloquei que tem... Eu sei que é num depoimento do Ronilton quando ele diz: “Então tá acertado? Então tu vai fazer?”. Eu falei: “Negativo, de jeito nenhum, eu não vou fazer, não”. Então, quer dizer, eu mesmo, quando o pessoal vinha querendo trucar, eu falei “Negativo”. Não tinha, não teve acordo. Não sei qual é a página que estava.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Às págs. 92 e 93, na fita nº 11, no trecho único, em 1º de julho, João da Muleta confirma que são 20, ou melhor, ainda fala “ou melhor, 21 os deputados que querem fazer o acordo com o Governador”. Repete também aquela história dos 20 mil, além do salário. Esse dinheiro, os 20 mil, era retirado do orçamento mensal enviado à Assembléia ou é recurso, de alguma forma, passado em obra ou era aquela folha paralela?

O SR. IVO CASSOL – É a folha paralela. Tanto que é verdade que, naquela fita que a Band mostrou, é exatamente isso. Quando eu estava conversando com o João da Muleta, eu disse: “Ó, o Carlão tem um acordo com vocês em torno de R\$20 mil cada um; não é, João?” Aí ele confirmou: “É”. Ele confirmou. Aí o pessoal, depois, mudou o nome do Carlão para Caola, e deu essa questão toda a nível nacional. Mas esse recurso era da própria Assembléia Legislativa, porque eles davam em cima dessa folha paralela, folha paralela ou desses contratos que, hoje, estão vindo em público, que eram contratos-fantasmas.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Diga-me uma coisa: o senhor fala ao Deputado João da Muleta, na pág. 96 da Fita 11, num trecho único, que está “fechado com nove Deputados”, com o próprio João da Muleta, com o Renato Veloso, Maurão de Carvalho, Haroldo dos Santos, Marcos Donadon, Everton Leoni, Beto do Trento, Deusdete e Neodi de Oliveira; isso significa o quê, Governador?

O SR. IVO CASSOL – Era só expectativa, porque cada um que vinha... Para se ter uma idéia, no começo, eu tinha a maioria. Houve época em que eu tinha lá dois, três contra mim só. Depois, quando a coisa começou a esquentar, eu, no final, só tinha três

Deputados a meu favor: o Deputado Beto, o Deputado Neodi e o Deputado Everton Leoni. Os outros 21 estavam comprometidos junto.

Agora, na folha paralela, eu não quero nem fazer defesa de alguns parlamentares, mas vou dar um exemplo aqui do Deputado Neodi. Ele é suplente, e a Mesa deu cinco portarias para ele; e essas cinco portarias é o pessoal que trabalha e ganha, e foi colocado junto, como se fosse a folha paralela. Na verdade, quem deu essa portaria – porque ele é o 1º Suplente –, quem deu as portarias, na verdade, foi a Mesa.

Enquanto isso, houve também Parlamentar que apareceu no último “Fantástico”, que se dizia santo, que estava fora, e também tinha a folha paralela, que era o Deputado Chico Paraíba também. Então, quer dizer, nem todos os que estão lá, como foi colocado no primeiro momento, estão juntos. Como também os que foram tirados, no primeiro momento, também há alguns que estão juntos. Então, na apuração final da Polícia Federal é que vamos saber quantos, na verdade, estão comprometidos até as tampas lá.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas isso não coincide com o que foi divulgado pela Rede Bandeirantes de Televisão, uma mesada de R\$20 mil para esses nove Deputados?

O SR. IVO CASSOL – Não, e eu vou falar para o senhor por quê. Quem falou dos R\$20 mil – que eu perguntei para o João da Muleta, naquele momento – foi o próprio João da Muleta, que falou que o Carlão dava. E não eram R\$20 mil para todo mundo. Tanto que, depois, quando eu peguei, quando foi pego a folha, quando eu consegui a cópia da folha e entreguei para o Ministério Público Federal, na época, lá tinha Deputado com R\$90 mil, outro Deputado com R\$70 mil, outro Deputado com R\$60 mil, e outros com R\$20 mil.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E ele afirmava que era o Carlão que dava?

O SR. IVO CASSOL – Ele afirmava que era o Carlão. Ele tanto que afirmou... Eu ainda falei para ele, na hora, quando eu fiz a pergunta, eu disse: “Ó, o Carlão falou que dá R\$20 mil reais para cada um de vocês. É verdade?” Ele falou: “É”. Aí ele balançou a cabeça e falou: “É”. Foi aquela fita que o pessoal trouxe para cá, e a Band, infelizmente, acabou colocando a nível nacional, comprometendo pessoas inocentes, que não deviam nada.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Na pág. 100 da fita nº 12, no primeiro trecho, em 2 de julho, o senhor diz ao Deputado João da Muleta que, do orçamento da Assembléia, mensalmente, sobram R\$3 milhões e, por isso, não acredita na informação dele de que R\$20 mil é o valor extra que cada um dos Deputados recebe. O senhor afirma a vários dos in-

terlocutores que o Parlamento de Rondônia é, depois do Amapá, o mais caro do Brasil, tendo um orçamento mensal superior a R\$5 milhões.

O senhor, que passou por tudo isso, pela pressão desses deputados, ouviu e soube de muita coisa, como acredita que a sobra dos recursos está sendo utilizada hoje, sob o comando do Deputado Carlão? Como era utilizada antes? O senhor acredita que isso ainda existe hoje? Porque lá eles continuam do mesmo jeito!

O SR. IVO CASSOL – O problema é que eles, antes, não estavam no Siafen. Agora, o Ministério Público está pressionando, e eles estão entrando no Siafen. Eu só sei que eu continuo repassando a média de R\$8,5 milhões, R\$9 milhões por mês. É descontado R\$1,2 milhão de encargos sociais. E agora eu não tenho certeza se eles estão pagando os encargos sociais que eles não tinham pago antes e estão utilizando essa sobra – porque devia estar sobrando dinheiro hoje –, ou, na verdade, o que está acontecendo... Não tenho certeza porque hoje eu não tenho mais acesso nenhum lá dentro, eu não tenho mais acesso a mais nada dentro da Assembléia. Agora, eu fazia uns cálculos antes com o João da Muleta, quando falei a ele dos R\$20 mil, porque eu queria saber se ele ganhava mais. Uns seis meses depois, após essa gravação dele, chegou nas minhas mãos aquela folha paralela, que havia deputado ganhando R\$90 mil, outros ganhavam mais, outros ganhavam menos. Então, por isso que os R\$3 milhões que poderiam sobrar foram para o ralo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas hoje os deputados que tinham esquema naquela época continuam mandando lá?

O SR. IVO CASSOL – Continuam como Deputados, estão lá trabalhando igual. E o recurso eu continuo passando o mesmo, cumprindo o orçamento. Tanto que, quando eu não mandava, eles entravam na Justiça. Eu tenho aqui, vou entregar para vocês todos os mandados de segurança que me obrigavam a repassar os recursos. Eu não mandava, eles entravam na Justiça, e eu tinha de mandar. Aí eu não mandava, entravam de novo, e eu tinha de cumprir.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor só repassava, então, mediante decisão judicial?

O SR. IVO CASSOL – Decisão judicial. Eu estava passando, mas eu cortava. Aí, saía decisão judicial, e eu tinha de passar de novo, eu tinha de cumprir o orçamento. Para vocês terem uma idéia, nesse Orçamento que passei para vocês, em 2003, tivemos um aumento de receita de 18%. Passamos para o Ministério Público 53; passamos para o Tribunal de Justiça 82; para a Assembléia Legislativa, 27; para o Tribunal de Contas, 29.

Em 2004, que foi o ano do problema, tivemos um aumento de receita de 19%. Repassamos para o Ministério Público, 30,5 – aqui só está 30; para o Tribunal de Justiça, 29; para a Assembléia Legislativa, 18; e, para o Tribunal de Contas, 14. Então, foi dentro do patamar.

Neste ano de 2005, por causa daquela briga que já vinha vindo, nós prevemos um aumento de receita de 14%, e, no Orçamento, está 32 para o Ministério Público, 34 para o Judiciário e 17 para a Assembléia Legislativa. Então, temos um aumento de receita, nesses dois anos e pouco, de 61%, enquanto temos Poderes que receberam 216% de aumento, 163% de aumento. Quer dizer, não há estrutura governamental que agüente isso, que suporte isso tudo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nas páginas 124 a 129, na Fita 12, no segundo trecho, depois de muita conversa com a Deputada Ellen Ruth, Ronaldo Capixaba e Daniel Neri, quando o senhor disse que não seria possível viabilizar os R\$50 mil através dos 250 postos de vigilância, a Deputada Ellen disse: “Nós não podemos mudar o mundo, você não pode mudar o mundo”, insistindo que o meio seria por outro serviço terceirizado. Ou seja, se não dava com vigilância, tinha de fazer de outra forma. Aí o senhor sugere o nome do Sr. Edson para eles conversarem, dizendo: “Posso fazer a ponte, não posso fazer o rio”. Quem é Edson?

O SR. IVO CASSOL – Não sei, não estou me recordando.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas aqui o senhor sugere. É do setor de vigilância? Tem alguém chamado Edson?

O SR. IVO CASSOL – Não tem.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Nessa conversa, os senhores falam que não poderia ser o Deputado Expedito Júnior, porque ele estava viajando, e a conversa tinha urgência. A Assembléia estava de recesso, os projetos estavam parados, suplementação... E aí se fecha também, naquela conversa, o valor de R\$20 mil para cada, em vez de R\$50 mil.

Após essa conversa, Governador, entrando a Assembléia em recesso, e os representantes do grupo dos dez dizendo que, mesmo que o senhor convocasse, a Assembléia não faria nada, porque faltava a definição de cargos, aconteceu alguma coisa depois?

O SR. IVO CASSOL – Nada. Nunca houve acordo, nunca se consumiu, nunca se realizou.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor não se recorda desse Edson?

O SR. IVO CASSOL – Não me recordo de quem é esse Edson. Não tenho a menor idéia de quem seja

esse Edson, que foi citado o nome, que ele está no meio. Nem tenho idéia.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Na página 135, na Fita 13, no segundo trecho, de 8 de julho, com Moisés de Oliveira, o senhor estava nesse contato e em outros com os deputados, o senhor fala que o Presidente da Assembléia queria um contrato sob a responsabilidade de Luís Costa – parece que é de Ji-Paraná –, no valor superior a R\$4 milhões; o senhor pode nos esclarecer quem é Luís Costa? O que é essa obra? O que aconteceu com esse contrato? O senhor transferiu algum contrato para o Carlão de Oliveira?

O SR. IVO CASSOL – Não. Na verdade, ele não é nem de Ji-Paraná. Essa é a rodovia do café, inaugurei a obra na sexta-feira da semana retrasada. Esse Luís Costa tinha um contrato do Governo anterior, e ele era um empresário quebrado, só tinha mala. E o Carlão queria que eu não anulasse o contrato. Eu anulei o contrato, fiz nova licitação. Acabei dando azar, porque fiz a nova licitação, e entrou uma outra mala. O cara também não fez a obra. Tivemos de cancelar de novo o contrato, e agora está...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– E qual foi o valor final dessa obra?

O SR. IVO CASSOL – Não, dele não, desculpe-me. Troquei os dois. Foi do Espigão que tive de fazer outra licitação; do Luís Costa, eu cancelei o contrato, fiz outra licitação, e, se não me engano, o total da obra deu pouco mais de R\$10 milhões. Foram 29 quilômetros de asfalto, a rodovia do café. Ele tinha esse contrato e estava vendendo o contrato para o pessoal. Na época, o Carlão queria que segurasse o contrato para que eles executassem, mas eu não segurei. Fiz nova licitação, cancelei e acabou.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Então, o que o Carlão queria era isto: que o senhor não mexesse nos contratos?

O SR. IVO CASSOL – Que eu não cancelasse, porque eles iam trabalhar em cima disso. E eu cancelei igual.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Na página 141, da Fita 13, no segundo trecho, com o Moisés ainda, o senhor fala que o orçamento de R\$5,9 milhões para a Assembléia Legislativa não está adiantando nada, que foi um acordo somente para eleger o Carlão presidente, e que os deputados não estavam cumprindo o seu papel; mas esse repasse não é constitucional? O senhor não estava autorizando valores maiores para a Assembléia?

O SR. IVO CASSOL – Não. O senhor pode pegar todo o levantamento. Não tem nada que mandei a mais. Simplesmente, quando tentei evitar passar mais, porque

eles não precisavam, eles buscavam as liminares, e eu tinha de cumprir, retirava o dinheiro da conta.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor não fez acordo para aumentar o orçamento por conta da eleição do Carlão?

O SR. IVO CASSOL – Não fiz nada, nada. Não fiz, porque eles têm autonomia: eles tiram, colocam, levam para onde querem. Não têm acordo comigo. Eles colocam lá, e eu tinha de cumprir. Não dependia nada de mim. Simplesmente, o que eles queriam era que eu cumprisse o orçamento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas o senhor pode vetar, o senhor tem o poder de veto.

O SR. IVO CASSOL – Mas eles derrubaram o veto.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Eles derrubaram o veto? O senhor vetou, e eles derrubaram o veto?

O SR. IVO CASSOL – Derrubaram o veto. Não tinha acordo.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Na página 194, na Fita 18, no trecho único, o senhor tem uma conversa com um funcionário antigo da Assembléia, lotado, naquela ocasião, no dia 14 de março, no gabinete do Deputado Edson Gazoni; esse funcionário antigo chama-se José Ailton Guimarães, que é processado por estelionato e é procurado pela Justiça de Goiás; ele acabou aparecendo também no programa “Fantástico”, da Rede Globo, e relata o esquema do Deputado Gazoni, do qual ele participava, que era sacar mensalmente até R\$80 mil, ora do Banco Rural, ora do Banco do Brasil, isso mediante vários cheques endossados; eu pergunto: por que o senhor encontrou um homem dessa qualidade, Governador?

O SR. IVO CASSOL – Olha, quando eu consegui chegar aonde cheguei com ele, não fui ver o passado dele, nem levantei a ficha; simplesmente, peguei aquela fita e entreguei ao Ministério Público Federal.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor teve vários encontros com ele?

O SR. IVO CASSOL – Não. Com ele, estive duas vezes. Na primeira, em que ele esteve comigo, depois, na segunda. Depois, ele foi colocado para gravar no “Fantástico”. Na verdade, ele contou como acontecia. E ele queria mais. Quando fui buscar o apoio no Ministério Público Federal, ele queria que o pegassem com a mão na massa, que o pegassem com o dinheiro, porque, quando eu o gravei, eu não disse a ele que tinha gravado. Só posteriormente ele ficou sabendo. Então, ele queria que, no momento em que ele fosse pegar o cheque do Deputado para sacar, a polícia o pegasse. Foi isso o que fui conversar com os promo-

tores, porque, naquele momento, eu tinha algo na mão que seria concretizado, que mostraria o esquema do saque de dinheiro da Assembléia, que até aquele momento eu não tinha.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Como é que o senhor chegou a essa...

O SR. IVO CASSOL – Quando daquelas brigas cruzadas, ele entrou em contato com um chefe de gabinete meu e relatou isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Ele queria alguma vantagem do senhor?

O SR. IVO CASSOL – Nada, nada, nada. Ele falou: “Olha, eu não aceito mais, você está sendo massacrado, e eles vão te arrebentar no meio, e lá dentro o rolo é...”. E perguntei: “Por que você aceita fazer isso? E ele me disse: “Não tenho outra opção; eu tenho que fazer; se eu não faço isso aí, não ganho o meu pão; então, eu tenho de fazer”. Mas ele falou: “Eu quero te ajudar, eu quero te ajudar a provar, a mostrar como é o esquema lá dentro de saque de dinheiro”.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– O senhor gravou com o conhecimento dele?

O SR. IVO CASSOL – Não.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Mas ele não concordava em dizer ao senhor?

O SR. IVO CASSOL – Não. Ele queria fazer da seguinte maneira: ele queria que nós criássemos um fato e o pegássemos saindo com o dinheiro, indo levar na empresa do Gazoni. Eu, naquele momento, não tinha como fazer, a não ser ir ao Ministério Público Federal. Por que o Ministério Público Federal? Porque também envolvia a sonegação de tributos federais, como o INSS, o Imposto de Renda, tudo; levamos o documento, foi entregue a fita à Polícia Federal, e nunca fui procurado para saber que posição foi tomada. Como não aconteceu nada, me restou a única opção: tornar público, não tinha outro caminho.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Por que a Polícia Civil de Rondônia não está investigando esse caso? Foi parar nas mãos da Polícia Federal.

O SR. IVO CASSOL – Na realidade, naquela época estávamos com o quadro da Polícia Civil reduzido, tinha feito um concurso e estava faltando gente. A entrada na Polícia Federal até foi bom de um lado, Senador, porque deu isenção de tudo. Nós temos o Secretário de Segurança, que também é Deputado, para depois não dizer que ele manipulou a investigação, que ele controlou isso e aquilo. Então falei, quero isenção nisso, deixa o Ministério Público, a presença da Polícia Federal. Arrumei para o Ministério Público um delegado, não sei se dois ou três policiais civis, que também trabalham lá dentro, que arrumei para o

Ministério Público. Para poder dar mais transparência em tudo, para não dizer: “Olha, o Governador foi administrar, foi negociar, foi acertar!” Nada disso. Então está lá a Polícia Federal na frente fazendo...

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor tem dificuldade de relacionamento lá também com o Poder Judiciário e com o Tribunal de Contas?

O SR. IVO CASSOL – Não, não de maneira nenhuma. Por mais que o pessoal, às vezes, coloca que eu arrumei briga com quase todo mundo, mas na verdade é só para defender os interesses do povo do meu Estado; e quando tem algo, sou muito franco. Portanto, tenho bom relacionamento com o atual Presidente, Dr. Walter, que está fazendo um grande trabalho; no Ministério Público também, o Miguel também está fazendo um bom trabalho, e o Tribunal de Contas também está fazendo um bom trabalho. Tanto que quando o Tribunal de Contas estava aprovando a despesa do pessoal da Assembléia, no ano passado, com 3,77%, eu fui lá com os conselheiros e disse que não admitia aquilo, não aceitava, isso é injusto. Enquanto a gente se mata para economizar de um lado, do outro lado o Poder Legislativo não economiza nenhum tostão e ainda tem o **referendum** do Tribunal de Contas. Foi até uma matéria que falei no dia que estive no “Ratinho”, até comentamos isso aí. E o “Ratinho” deus umas bordoadas. De um lado, estávamos cumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal; do outro lado, o pessoal estava tendo anuência e podia gastar mais. O que aconteceu foi isso.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Governador, em síntese, o que o senhor afirma é o seguinte – li vários trechos para o senhor –, fiz questão de ler esses trechos porque nesses trechos o senhor sempre dá a impressão que está negociando com eles. Quer dizer, há o pedido, mas que há uma negociação, o senhor promete obras, às vezes aqui, às vezes ali. O senhor afirma que tudo isso que o senhor disse era ...

O SR. IVO CASSOL – Na realidade, nunca aconteceu nada, nunca foi facilitado nada, tanto que cheguei aonde cheguei, denunciando todo mundo. Se eu tivesse comprometimento, se eu tivesse rabo preso, eu estaria conluindo junto e estaria aí todo mundo calado. Pelo contrário, mostrei para o Brasil que Rondônia têm pessoas de bem, têm políticos de bem e que querem fazer diferença. Meu intuito é esse, não defendo cor partidária, porque temos gente boa em todo os partidos, temos gente boa em toda as raças e em todas as religiões.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)

– Em síntese, o senhor não fez...

O SR. IVO CASSOL – Não teve acordo, não teve negociata, nunca teve nada.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O senhor afirma que o senhor queria enrolar para não cumprir.

O SR. IVO CASSOL – É isso que o senhor falou, eu só tinha que ganhar tempo, não tinha outro jeito.

Aí os fatos, iam surgindo outras coisas que atrapalhavam algum interesse deles, numa coisa ou outra. Como aconteceu no ano passado, no período de eleição, o pessoal esqueceu e foi na base deles fazer campanha; então isso foi dando trégua. Daí a pouco, eles voltaram de novo. Foi por isso que acabou espiçando um pouco mais a conversa. E se eu fosse seco na primeira conversa, eu não ia continuar tendo esse diálogo. E eu pensava em sempre poder administrar e que eles me respeitassem, que eles entenderiam que ia chegar a um ponto que não adiantava mais. Mas não teve jeito.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – O Dr. Hudson, Promotor, não sei se exatamente ele, entrou com uma ação, ou se foi algum Procurador, ele entrou com uma ação que afastou o presidente, que era até uma expectativa nossa, Carlão de Oliveira, que me parece que as irregularidades contra ele estão bastante documentadas. Mas, em seguida, veio uma outra decisão, anulando a decisão anterior e retornando o Sr. Carlão ao cargo. O senhor acha que houve falha de quem, para que isso acontecesse?

O SR. IVO CASSOL – Na realidade, é muito simples. É que o Poder Legislativo tem uma força muito grande. Então, pelo pouco que eu entendo, não sou formado em Direito e nada, mas é um Poder Independente. De repente, por causa dessa legislação, é que deu isso. Tanto que, se eu pudesse até dar uma sugestão, se todas as despesas dos Poderes Legislativos de todos os Estados tivessem, pois hoje não tem lei para isso, mas fosse criada uma lei pelo Tribunal de Contas da União, e não pelos Tribunais de Contas dos Estados. Porque, com isso, fica mais fácil e com menos vínculo internamente. Então, essa questão de o Presidente continuar é questão jurídica. Então, não tem como eu dar palpite. Eu não posso dar palpite.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Mas, então, vamos falar de uma questão interna lá. Foi criada uma comissão para processar, inicialmente, aqueles deputados que foram flagrados e divulgados pelo programa “Fantástico” de tentar extorquir V. Ex^a. Eles foram absolvidos pelos seus próprios colegas. O senhor entende que o Poder Legislativo hoje está exercendo a sua função no Estado de Rondônia?

O SR. IVO CASSOL – Olha, em termos de aprovar os projetos de interesse social, hoje, eles estão

aprovando. Agora, nos termos da questão dos custos e quantos estão envolvidos, pode ter certeza de que é mais da metade. Então, automaticamente, quando você tem, no meu caso, que tinha sete filmados e gravados, tentando extorquir, e é preciso 16 votos para poder cassá-lo; quer dizer, de 24, sobraram 17. Dois estão no meio de estarem mais comprometidos. Então, automaticamente, legislaram por conta própria. Quer dizer, deixaram acertado em casa. Então, pelo que entendo, aconteceu isso. Foi uma decepção para o povo do Estado? Foi. Isso foi. Mas, a prerrogativa, infelizmente, está nas mãos deles.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Governador, quero acreditar que este documento já é de posse da Comissão.

O SR. IVO CASSOL – Já é. Esses aqui são todos os mandados para passar dinheiro para as Assembléias, para os Poderes.

Outra coisa: eu cheguei, no ano passado, a uma situação que infelizmente é até ruim. Mas eu cheguei a dizer, em público, para a imprensa, que eu não queria mais recurso federal. Por quê? Porque o recurso federal que ia para lá entrava na contabilidade, Relator, Senador Demóstenes, e, mesmo o dinheiro que era para a saúde, entrava na contabilidade, entrava no orçamento, e depois contava na divisão para os Poderes. Infelizmente, no entendimento nas liminares, aconteceu isso. Não houve julgamento do mérito. Eu acabei passando recursos para os Poderes em cima da arrecadação total, não da receita líquida, como determina a lei. Então, infelizmente, houve isso. E eu falei “Então, não quero mais dinheiro.” Tanto que pode pegar, tenho documento aqui; eu vim com o Ministro da Saúde, trazer um documento para ele de que eu não queria mais gestão plena também no Estado, eu queria que o repasse fosse feito diretamente para os Municípios. Porque todas as vezes que entrava, por exemplo, dez milhões na saúde, o repasse para os Poderes era de vinte, além da contrapartida que eu tinha de usar, eu ainda tinha de tirar mais vinte, não da saúde nem da educação. Eu tinha de tirar do caixa único do Estado, que era já aquele que não tinha dinheiro, para poder repassar para os Poderes. Então, a briga, no passado, ficou feia em cima disso. E o nosso Estado também é o Estado campeão de ações de inconstitucionalidade. Também quero entregar para vocês, para vocês terem aqui. Depois também vou entregar mais documentos. Aqui, tenho até um relatório depois. Mas depois eu passo.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Pergunto se a Senadora Fátima Cleide ou o Senador Augusto Botelho deseja fazer perguntas.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Não desejo fazer perguntas. Eu gostaria de fazer algumas considerações. Em primeiro lugar, eu me congratulo com o Relator. Acredito que S. Ex^a não deixou nada aqui que buscássemos aprofundar.

Governador, eu penso que o senhor, ao denunciar essa situação, não deixou de prestar um grande serviço tanto ao Estado quanto à Nação. Esta Comissão foi criada com o objetivo de apurar a situação. Nós não temos aqui o poder de polícia, não é Senador? E o que deparamos é com o vácuo legislativo. Nós não temos como, neste momento, apontar uma solução que resolva o problema da Assembléia Legislativa de Rondônia, dentre os outros problemas que o Estado tem, seja no Poder Executivo, no Judiciário, e tantos outros com que convivemos no dia-a-dia.

Nesse sentido, apresentamos, Senador Sibá Machado, Senador Demóstenes Torres, uma Proposta de Emenda Constitucional, que já está tramitando na Casa, que levou o número 62, de 2005, para colocar, Senador Augusto Botelho, mais uma atribuição para o Senado Federal, dentre as suas competências privativas, que é a de processar e julgar casos parecidos com o que aconteceu no Estado de Rondônia, e que veio à tona. Mas sabemos que isso não acontece apenas no Estado de Rondônia; quem dera estivesse restrito ao Estado de Rondônia, mas acontece também no âmbito das Câmaras Legislativas Municipais e também no âmbito da Câmara Distrital, pois é possível vir a ocorrer outra situação em que tenhamos a maioria absoluta dos parlamentares envolvidos em denúncias de corrupção. Para tanto, estamos apresentando essa proposta para que o Senado possa processar e julgar esses casos aqui, uma vez que esta Casa, sendo o centro da Federação, digamos assim, mantém uma certa distância dos problemas locais. Quero dizer ao Governador que não foi nenhum problema vir até aqui, não é Governador?

O SR. IVO CASSOL – Não, problema nenhum.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Diferentemente do que se coloca no Estado de Rondônia pela grande mídia. Quero aqui inclusive me congratular e me solidarizar com os Senadores Demóstenes Torres e Sibá Machado, que têm feito um trabalho muito sério. Convocados que foram pelo Senado Federal para administrar esta Comissão, S. Ex^{as}. têm trabalhado seriamente, juntamente com outros Senadores, com os Senadores Romeu Tuma e Augusto Botelho, que têm sido parceiros, para buscar uma alternativa e pro-

por soluções para o problema em que se encontra o nosso querido Estado de Rondônia.

Então, creio que não é justo o que tem sido feito no nosso Estado com essas figuras que têm se debruçado, e deixado inclusive os problemas outros, já que temos muitas tarefas aqui, mas para contribuir com o nosso Estado, têm dedicado bastante do seu tempo para nos ajudar a sair desse grande imbróglio em que, infelizmente, o nosso Estado se encontra.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Somente para fazer uma consideração, Sr. Presidente, V. Ex^a me permite?

A Senadora Fátima Cleide, com seu espírito público, procura uma situação que, no futuro, possa resolver esses problemas, deixando tudo bem claro. A Constituição de 1967 previa, entre as causas expressas – a Constituição de 1967, depois, foi renovada – de intervenção pelo Presidente da República, a grave corrupção em qualquer dos Poderes do Estado. Isso foi suprimido, mas não significa que essa situação não possa ser votada. O problema é que a intervenção federal, como ela acontece quase sempre em regime de força, muitas vezes, ela é considerada um instituto antidemocrático. Mas não o é. É um instituto constitucional. E estamos vivendo uma grave perturbação da ordem pública em Rondônia. Por quê? Porque o contrário de ordem é desordem, é caos. E a Assembléia Legislativa de Rondônia vive o caos. É impossível não concordarmos aqui que a Assembléia Legislativa de Rondônia é um instrumento terrível de corrupção, e inclusive os deputados não têm vergonha nenhuma em fazer isso. Pelo contrário, já se tornou algo assim corriqueiro.

Então, é possível uma intervenção federal parcial – e isso nós podemos votar – para que a intervenção se dê apenas no Poder Legislativo. É claro que vai se indagar “Quais os poderes?”, etc. Essa é uma atribuição do Presidente da República.

Eu acho o seguinte: mesmo o Presidente da República... E aqui estamos falando de forma absolutamente partidária... O Presidente da República sofre problemas de acusações etc e tal – não cabe aqui detalhar –, investigações que todos conhecemos? Sim. Mas o Presidente pode se encorajar; o Presidente pode tomar essa decisão, porque ela é absolutamente constitucional, sem medo de sofrer qualquer represália. Nós estivemos quantas vezes no Estado de Rondônia? Não sentimos ali – fomos recebidos no aeroporto – a população clamando?

Agora, essas pessoas têm poder. Na medida em que põem o narizinho para fora, vão recuperando o fôlego, vão criando situações, e não devemos ter medo

algum de enfrentá-los. Luta é luta; estamos em luta, uma luta em favor da legalidade.

Então, sem querer antecipar, acho que devemos nos encorajar a propor uma solução, a estimular... Não depende da gente, como disse V. Ex^a, não podemos decretar a intervenção, mas podemos levar a solução ao Presidente do Senado, ao Ministro da Justiça, ao Procurador-Geral da República, como já estivemos lá diversas vezes, podemos levar a essas autoridades, ao próprio Presidente da República, podemos pedir uma audiência e dizer: Presidente, encoraje-se com essa situação. Não é uma atribuição nossa, não é? Mas é uma atribuição do Presidente. Podemos levar essas provas absolutamente robustas. Estivemos na Polícia Federal, que nos mostrou toda a documentação. Olha, possivelmente, só dois Deputados não estejam envolvidos. Isso não é uma criação minha, não é uma criação do nosso Presidente Sibá, nem da Senadora Fátima Cleide, nem do Senador Augusto Botelho. Estamos investigando, isso faz parte da investigação.

Quem gostaria de fazer uma intervenção em qualquer lugar? Ninguém. Quem gostaria de tirar um Governador legitimamente eleito? Ninguém.

Acho que, em relação à situação do Governador, nós vamos discutir. Até é bom que não o façamos na presença de S. Ex^a, por uma questão até de delicadeza. Mas em relação à Assembléia Legislativa de Rondônia, parece-me *extreme* de dúvidas que ali há uma situação insustentável do ponto de vista democrático. Não podemos, até sob pena de omissão, deixar de emitir um juízo de valor sobre aquela situação. Eu acho que, após ouvir o Governador, após termos a gravação das fitas, termos todo esse inquérito policial – as investigações foram feitas pelo Ministério Público –, temos que nos sentar... E eu acho que já temos condições, quem sabe na semana que vem, no mais tardar na outra, de já emitirmos um juízo definitivo em relação a Rondônia e lutar para que o Presidente da República se encoraje a tomar essa medida. Essa é a minha opinião.

É claro que vamos votar aqui, mas temos elementos de sobra que comprometem decisivamente a atuação da Assembléia Legislativa de Rondônia. Perdoem-me as pessoas. Uma coisa é uma pessoa falar da outra. Isso é até normal em política. Acho que o homem público está aí para ver o seu nome investigado. Isso é normal. Repito: até gosto desse tipo de jogo. Agora, uma pessoa investigada e que deve alguma coisa não pode ficar lá!

Então, qual o mecanismo? A Justiça não operou, não é? Ou, se operou, foi parcialmente. A situação continua a mesma. Quem pode afirmar que, em Rondônia, não esteja acontecendo agora, nesse momen-

to, a mesma situação que investigamos até há pouco ou até agora?

Então, temos que nos encorajar; temos que tomar as medidas e enfrentar: peito aberto. Não é como naquele caso... Lembro-me de que estava vendo um documentário sobre a criação da metralhadora. Os antigos generais, apesar de a metralhadora ter sido inventada, ainda insistiam naquela batalha de corpo a corpo. Então, um oficial inglês, que depois se tornou uma celebridade, Winston Churchill, disse o seguinte: “É impossível colocar peitos para enfrentar balas.” Mas, com toda a blindagem que temos, podemos, sim, enfrentar esses torpedos porque é em favor de um Estado que não podemos, de forma alguma... É claro que cada qual tem a sua vivência: V. Ex^a, no Acre; V. Ex^a, em Rondônia; V. Ex^a, em Roraima; eu, em Goiás, mas e o nosso sentimento de Federação? Será que podemos deixar Rondônia abandonada? Não podemos.

E eu acho que o Presidente da República, como magistrado supremo deste País pode tomar uma decisão, corajosa, em período democrático e com amplo amparo na Constituição e nas leis.

É isso que eu penso.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Governador, eu quero fazer também algumas considerações.

A primeira delas: são um fato notório as fitas que foram apresentadas. Estas fitas passaram por uma perícia da Polícia Federal, com a qual adquiriram a legitimidade. Portanto, estamos trabalhando com um documento factível, um documento legal.

Nessa história toda, nós temos o que foi apresentado pelas fitas gravadas por V. Ex^a e temos os documentos que a Polícia Federal nos apresenta no rigor das investigações dentro da Assembléia Legislativa.

Contra V. Ex^a, aparecem apenas as palavras dos parlamentares que vieram a esta Comissão depor. Não recebemos absolutamente nenhum documento, nenhum material plausível de uma ligação qualquer, de um comportamento duvidoso de V. Ex^a. Então, aqui é palavra contra palavra.

Estamos no pleno exercício de nossa obrigação. Constitucionalmente, foi criada uma comissão especial que, como já foi dito pelos colegas, não tem poder de polícia, não é uma CPI. Então, ela vai colaborar com a investigação.

Assim sendo, eu preciso fazer umas perguntas, baseado naquilo que observamos ao longo de todas essas conversas, de leituras de documentos e tudo o mais.

Portanto, a primeira pergunta que queria fazer é quanto à decisão de fazer as gravações. A partir de que momento V. Ex^a decidiu gravar e se foi sugestão de

alguém. Porque gerou nesta Comissão a expectativa de que não é um trabalho muito simples: o trabalho de decidir gravar, adquirir o equipamento e lidar com ele é uma coisa que nos leva a acreditar que é de alguém que possa ter alguma experiência.

Faço a primeira pergunta: alguém o assessorou nesse trabalho?

O SR. IVO CASSOL – Olha, pode ter certeza, Senador, que não era meu intuito fazer gravação de ninguém, mas eu não tinha outro caminho. Sabendo da fama que os políticos de Rondônia tinham, eu tinha que me prevenir: ou me preveniria ou ia acabar dançando.

O meu secretário-chefe da Casa Militar está aqui, o Major Sena. Na verdade, eu gravava com a pasta, uma pasta idêntica a esta que eu carrego, que está aqui, que é modelo de uma outra, que hoje está com a Polícia Federal, e ele tinha a outra pasta. Ele ficava num quarto. Não foi idéia de fora, de ninguém, foi minha a idéia desde o começo, porque eu vinha com um propósito... E quando você mexe com um grupo de pessoas que estão envolvidas e você passa a mudar e a implantar um outro sistema, você vai ter muito dificuldade.

Eu sempre digo, no setor do sítio e da roça, é igual a você desmamar a bezerro, eles ficam berrando muito tempo. Então, a tendência era isso.

Como eu vim aqui, busquei aqui em Brasília – até não sei se foi o Deputado Eduardo Valverde, sei que a Senadora acompanhou isso –, nos meus primeiros três meses de administração, o suporte. Então, isso já era a prova de que nós sabíamos o que tinha pela frente.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – O senhor procurou então uma espécie de assessoria?

O SR. IVO CASSOL – Procuramos aqui, no começo, o Ministro da Justiça, Thomaz Bastos, e entregamos um documento para poder começar já a trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – O senhor solicitou do Ministro autorização para gravar?

O SR. IVO CASSOL – Não, de jeito nenhum. Imagine, se eu fosse pedir para ele, todo mundo ia ficar sabendo. Então, se você tinha que gravar, tinha que gravar quieto porque V. Ex^a já imaginou se fosse contar que ia gravar? Aí eu estava enrolado. Fiz por conta própria, livre vontade; não tinha outro caminho: ou eu gravava, ou documentaria, ou ia então ia ficar por nada. Um exemplo disso, só para fechar...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Sim.

O SR. IVO CASSOL – Quando veio a público, mostrei as fitas, tudinho, a imprensa nacional veio me

entrevistar aqui no Senado, no corredor: “Governador, e essa gravação...”. Eu falei: isso aqui é só um cabelo; o elefante ainda vai cair. Que era essa farta documentação que a Polícia Federal e o Ministério Público têm hoje, porque boa parte dela foi cópia do documento que eu tinha mandado para eles. Eu dei a cópia para eles. Boa parte. E com a ida deles lá dentro, eles acabaram pegando o restante.

Só a denúncia da tentativa de extorsão não ia solucionar Rondônia. Não ia. Simplesmente ia acontecer o que acabou acontecendo: entre os parlamentares. Do que precisava? Também eles dão o exemplo para Rondônia, dão exemplo para o Brasil, que podem economizar lá dentro, que se pode ter uma gestão diferenciada. E é isso que o Ministério Público e a Polícia Federal estão apurando hoje lá. São contratos fraudulentos, contratação de fantasmas, de “laranja”, de tudo. Então, o que está aqui, na verdade, pode ter certeza: isso é um “cabelo”; o grosso vocês vão pegar na mão da Polícia Federal. É grosso. Como já vi as denúncias, tem gente presa. E pode ter certeza que eu acredito que vai ter mais gente presa porque é coisa escandalosa. E só foi possível vir por causa disso, senão...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Chega para nós o seguinte indicativo: tem o que a fita revela nas gravações; o que a fita mostra é uma tentativa de extorsão.

O SR. IVO CASSOL – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Um caixa para pagar complementos salariais. Já que a palavra é mensalão, vamos usar essa palavra: mensalão. Aparece também a folha de pagamento paralela, um segundo crime; e um terceiro, pois pode haver uma fraude dentro da própria folha oficial da Assembléia. Então, no que diz respeito aos deputados, a vastidão de informações sobre indícios de corrupção é vasto. Como já está dito aqui pelo Relator: tem muito documento comprovando.

Agora, a pergunta a que eu queria voltar é porque algumas pessoas falam que o senhor recebeu ajuda técnica para tomar essa decisão do Sr. Amadeu Machado. O Sr. Amadeu Machado é do Tribunal de Contas do Estado. Não é isso, Dr. Amadeu Machado? E que teria sofrido uma CPI dentro da Assembléia da qual o ex-Presidente seria um arquiinimigo dele.

Então, há veracidade nessas informações?

O SR. IVO CASSOL – Não. Ele nunca arquitetou nada e a única pessoa que me deu contato na época, com o da Rede Globo, o Faustini... ele passou, mas eu nunca coloquei ele a par do que eu fazia ou deixava de fazer. Nada disso. Porque, quando eu tinha esse material, no começo, na mão, gravado, por mais que

eu tornasse público não ia chegar aonde precisava chegar; aonde chegou hoje. Aonde chegou hoje.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Certo.

O SR. IVO CASSOL – Então, precisava de prova, precisava de documento. Porque quando eu fui, Senador, lá, ao primeiro encontro meu com os dois procuradores do Ministério Público e o juiz federal, eles falaram: “Governador, precisamos de documento, precisamos de prova”. Quer dizer, só aqueles documentos que eu dei não foram suficientes para eles levantarem. Só aqueles que eu dei na época não foram suficientes. Depois, a fita também não foi suficiente. Foi preciso a mídia nacional entrar para daí ser suficiente. Que daí ela veio... Aí, sim, nós viemos aqui ao Ministro Thomaz Bastos, entregamos os documentos... Aí o Ministério Público e a Polícia Federal vieram e fizeram aquela ruptura dentro do sistema intocável, porque lá é no sistema intocável. O Poder Legislativo lá é o sistema intocável. Lá eles achavam que podiam tudo. Podiam tudo. Chegou a um ponto que todo mundo está...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Outra coisa que me estranhou, na última visita a Rondônia, para nossa surpresa até desagradável, digamos assim: o relatório que antes nos foi apresentado aqui caminhando para o pedido de cassação de sete parlamentares... Havia um relatório prévio da comissão interna da Assembléia que pedia, apontada aqui pelo Relator para nós, que iria pedir a cassação de sete parlamentares. Não houve. Houve isenção e parece que as votações foram muito fortes, assim, em termo de inocentar cada um dos nomes que estavam citados naquele relatório. Vimos uma certa calma em Rondônia.

A pergunta que eu faço é porque, no momento dos depoimentos aqui, a contundência com que eles falavam contra V. Ex^a era muito forte. E a pergunta que eu faço: há uma calma hoje, há uma trégua na política de Rondônia?

O SR. IVO CASSOL – Eu digo só o seguinte, Senador, que eles, com todas essas denúncias, continuam deputados.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Eu digo, assim, o tratamento em relação ao Governador.

O SR. IVO CASSOL – Não. Sei. Sei. Sei. É. E eu continuo Governador. Eles tentaram me tirar, praticamente, por duas vezes consecutivas. E o que eu tenho de bom hoje lá, o que nós temos bom de lá, é que hoje eles estão cumprindo exatamente o papel que eles assumiram publicamente. Qual foi o papel que eles assumiram na época de eleição? Que iam

aprovar os projetos de interesse da população. E todos os projetos que mando para a Assembléia não são meus. E, além disso, a Assembléia nossa, ela é diferente das outras Assembléias. Há uma Emenda nº 27 que deixa todo mundo amarrado. Todo mundo amarrado. Ninguém consegue fazer nada sem autorização da Assembléia.

Portanto, o que acontece?

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Na Constituição estadual?

O SR. IVO CASSOL – Não. Não. Eles criaram. Não foi na Constituição. Foi criado depois. Emenda à Constituição. Com isso, eles tiveram acordo entre eles porque são 16 votos para poder cassar e havia sete envolvidos. Pelo Ministério Público e o Judiciário, estão sendo penalizados porque já há irmão preso, deputado preso, cunhado preso.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Minha pergunta é no seguinte sentido: o senhor apresentou as denúncias e as fitas.

O SR. IVO CASSOL – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Eles vieram a esta Comissão. E, nesta Comissão, nós ouvimos coisas muito fortes, mais aquilo que a imprensa, a televisão, divulgou dos discursos no plenário da Assembléia. Quero saber se eles se acalmaram. Está calmo hoje?

O SR. IVO CASSOL – Estão calmos. Está tudo calmo. Por isso, eu falo para você: hoje, está lá. Ninguém mais quer confusão, ninguém mais quer briga. Eu continuo fazendo o meu papel.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Está calmo?

O SR. IVO CASSOL – Aonde eu vou continuo trabalhando, continuo fazendo, continuo mandando os projetos para lá. Não houve mais conversa, diálogo, nada. De vez em quando, aparece um ou outro...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Nas gravações, há um trecho que é atribuído a uma fala sua, dizendo que está tudo combinado e o que foi combinado foi tudo cumprido com os Deputados, porém, do lado dos Deputados, nada era cumprido. Essa frase é atribuída a uma fala sua.

O SR. IVO CASSOL – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)
– Que acerto é esse?

O SR. IVO CASSOL – O que ficou combinado... Quando eu quis anular a nomeação do Natanael – tanto que eu tive que deixar à época –; em troca, eu não mexia e eles iam tirar a Emenda 27. E não tiraram. Não tiraram a Emenda 27. Continua a Emenda 27. O que a Assembléia queria? Queria que eu repassasse todo o recurso que estava no orçamento. Eu estava cumprin-

do. E eles não aprovavam as coisas porque queriam mais, porque estavam os outros... Esses Deputados que foram gravados...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Então, além do orçamento oficial, ainda queriam aquelas mesadas de 50 mil?

O SR. IVO CASSOL – Queriam essa mesada por fora. E o pessoal da Comissão de Constituição e Justiça, que analisa todos os projetos, fazia parte da maioria das denúncias que estão aqui. Portanto, o meu papel eu fazia. Eu estava cumprindo com os Parlamentares. O que é? O que estava no orçamento, repassando para eles. No momento em que eu achava que era um absurdo, que não dava, que não tinha jeito, eu segurava. Eles entravam na Justiça e ganhavam.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Outra coisa: quem convidava quem para fazer as conversas? O senhor convidava os Parlamentares ou eles lhe procuravam para as conversas que foram gravadas?

O SR. IVO CASSOL – Na verdade, eu até evitava de conversar muito com eles porque, senão, eu tinha de ter solução. Eu ganhava tempo. Mas chegava o dia em que eu não tinha como enrolar. Eu falava: “Então, venham para cá. Vamos conversar aqui”. Tanto que, depois de todas essas gravações, estava difícil de o pessoal...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– O senhor acha que o senhor foi gravado também?

O SR. IVO CASSOL – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– O senhor não sabe o que foi gravado?

O SR. IVO CASSOL – Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Um dos parlamentares – se não me engano – o Deputado Chico Paraíba – não posso afirmar...

O SR. IVO CASSOL – Ele gravou por telefone. Ele gravou por telefone.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Mas ele disse que fez uma gravação no momento de um pronunciamento seu numa solenidade. Não sei exatamente se foi ele, mas um deles nos disse aqui que gravou o senhor.

O SR. IVO CASSOL – Foi o Chico. Foi o Chico que falou que gravou.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– E que teria isso, então, como prova material. Nós achamos que a fita não simbolizava muita coisa e acabamos não a utilizando. Mas, então, o senhor não pode achar que alguém esteja guardando algum material contra o senhor?

O SR. IVO CASSOL – Pode guardar.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Haveria alguma coisa que poderia incriminá-lo?

O SR. IVO CASSOL – Se tinham, já tinham de ter detonado porque o que eu tinha deles eu detonei. O que tinha foi tudo para o espaço.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– O senhor tem mágoa do pessoal? Continua com alguma mágoa?

O SR. IVO CASSOL – Eu não. Eu só quero dizer o seguinte: eu fiz o meu papel. Eu nunca fui omissor, eu nunca prevariquei e eu cumpri meu papel como Governador em respeito à população. Se vocês me perguntarem como eu vou ficar para o resto da minha vida, digo que estou marcado para o resto da minha vida, Senador. Meu pai, que foi Deputado Federal, foi ameaçado há 20 dias e ficou no desespero. Sabotaram o avião em que eu vôo. Eu cheguei à pista em Porto Velho e tinham tirado a trava da frente. Se eu tivesse pousado o avião em pista de terra, eu não teria sucesso no pouso. Eu não sabia. O avião parou no meio da pista em Porto Velho. É só pegar os dados lá e ver. O avião foi sabotado. Quer dizer, esse é o preço que eu pago.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– O senhor denunciou isso?

O SR. IVO CASSOL – Não porque não quis criar mais... Se puxar da pista internacional de Porto Velho, está lá que o avião Carajás chegou e baixou. Poderiam dizer: “O Governador quer se promover. Está sendo isso. Está sendo aquilo”. Quando eles ligaram para o meu pai, ele acabou atendendo ao telefone. Imediatamente, coloquei a polícia e todo mundo em cima para pegar porque a situação é mais pesada.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Eu gostaria de reafirmar a pergunta que o Relator fez ainda no início, mas que é muito importante para esta Comissão: o senhor afirma para esta Comissão que sete – não, o senhor já disse que não são sete, mas seis Parlamentares que aparecem na fita...

O SR. IVO CASSOL – Seis falaram, mas sete participaram da conversa.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Embora estivessem dizendo que estavam falando em nome dos demais, estavam tentando extorquir os cofres públicos por meio de contratos com o Governo do Estado.

O SR. IVO CASSOL – Positivamente. Do jeito que estão as fitas. Dos sete, só o Daniel Neri, que participou da conversa junto com a Ellen Ruth e o Ronilton, que levantava, ia para lá e para cá – participou, mas estava atendendo ao telefone –, que não falou: “Quero isso, quero aquilo”. Os outros seis...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Dos sete parlamentares, alguns deles ainda têm, por intermédio dele, fundações ou empresas ou qualquer negócio com o Governo do Estado?

O SR. IVO CASSOL – Não. Nunca tiveram. Os sete nunca tiveram.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Nunca tiveram e continuam ser ter?

O SR. IVO CASSOL – Que eu saiba, não. Talvez podem até ter em nome de outros, e não estou sabendo, porque nunca se sabe, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Terceirizam o nome.

O SR. IVO CASSOL – De repente, o pessoal está fazendo uma coisa e não se está sabendo porque não há como levantar. É tanta coisa que o Estado compra e vende. Mas, diretamente, de que eu tenha conhecimento, não há nada.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– No diálogo com os Deputados – o senhor já disse aqui, mas quero que reproduza –, quanto à esperança que deixava para os Deputados durante as conversas? Fazia uma conversa, voltavam animados...

O SR. IVO CASSOL – Na verdade, não era esperança, era imbróglio mesmo. Era embrulhar para desamarrar mais para frente. O único caminho era esse aí. Não tinha jeito. O único caminho que eu tinha era ganhar tempo. Porque meu intuito não era só essa filmagem que eu fiz. Meu intuito, desde o princípio, foi chegar aonde cheguei, provar a folha paralela, provar os contratos-fantasmas, provar todo o esquema que existia na Assembléia Legislativa. A tudo isso a Polícia Federal e o Ministério Público conseguiram chegar porque o trabalho que eu fiz – que o Fantástico não divulgou, pois divulgou só essas fitas – permitiu à Polícia Federal e ao Ministério Público terem subsídios para fazer o restante.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– O senhor chegou a pedir, alguma vez, na Justiça para corrigir o repasse para a Assembléia? Chegou a tomar essa iniciativa judicialmente?

O SR. IVO CASSOL – Não. A Assembléia entrou, e eu fiz a defesa.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Eu sei.

O SR. IVO CASSOL – Nós ganhamos a liminar aqui em Brasília...

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Respondia o mandado de segurança...

O SR. IVO CASSOL – É. Nós ganhamos aqui e, depois, devolvemos de novo para a Assembléia. Quer dizer, autorizava de novo a passar dinheiro para a Assembléia. Nós éramos obrigados a passar. Se não

passasse, sacavam dinheiro das contas. Sacaram, várias vezes, dinheiro das contas. Na época, o único que não sacou das contas foi o Tribunal de Justiça. No Ministério Público e na Assembléia Legislativa, eles entravam, e eu tinha de passar, tinha de cumprir. Se eu não cumprisse, eu estava enrolado, como diz o outro. Eu tive de cumprir todas elas.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Pergunto ao Senador Augusto Botelho se deseja fazer alguma pergunta.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Caminhadas as coisas para a impunidade dos deputados, verifica-se que a Justiça anda devagar. Mas eu tenho certeza de que o povo de Rondônia que está assistindo ao seu depoimento, na hora de votar, não vai votar mais em deputado ladrão, que roubou os cofres públicos e que continua lá.

O povo já está cansado de gente que diz que rouba, mas faz e que fica enrolando. Ficou bem claro que havia um esquema. Talvez até ainda exista. Eles não sabem. Eles assumiram tudo de novo. Estamos a quase um ano da eleição. Tenho certeza de que o povo de Rondônia não vai deixá-los voltarem mais para lá: os que estão com nomes sujos e que participaram dessa falcatura. Tenho esperança ainda de que, quando a Polícia Federal concluir as investigações, o Ministério Público fará alguma coisa. Vimos provas evidentes de ilícitos evidentes da Assembléia. E as coisas estão correndo como se não tivesse acontecido nada.

Sei da decepção do povo de Rondônia sobre isso, mas tenho certeza de que esses aí não voltarão para a Assembléia Legislativa. Infelizmente, dizem que, nas prefeituras, também existe uma pressão dos vereadores em cima dos prefeitos a respeito dessas coisas todas.

O País tem de mudar, não pode continuar desse jeito. A continuar assim, vamos acabar. A democracia vai capengar e vai se acabar.

Falo ao povo de Rondônia que está assistindo a este depoimento que, na hora de votar nas próximas eleições, pensem bem, olhem o nome deles, anotem num papelzinho e não votem em ninguém que está lá de novo, para mudar. Já que a Justiça não está conseguindo fazer e a Assembléia, que deveria ter tomado uma atitude, não podia tomar porque a maioria dos parlamentares estão envolvidos no crime, eles, naturalmente se protegeram. Vocês que, com seus votos, colocaram eles lá vão tirá-los de lá também.

O SR. IVO CASSOL – Para reforçar o que o Senador falou: no começo do ano, antes das denúncias – de eu tê-las feito publicamente –, eu fui à cidade de Monte Negro, que a Senadora conhece, assim como os Deputados Eduardo e Anselmo também conhecem.

E a população tinha uma faixa que dizia o seguinte: “Governador, nós queremos segurança. Nós só precisamos de uma viatura.”

E eu não tinha dinheiro para comprar aquela viatura. E, no mesmo dia, fui obrigado a repassar R\$2,669 milhões para a Assembléia. Aquilo me revoltou e me ajudou mais ainda a tomar a decisão que eu tomei. Tanto que, Presidente, ao tomar a decisão final, eu a dividi com a minha família. Sentei com meus filhos e com a minha esposa e falei que, daquele momento em diante, a partir da hora em que eu tornasse público, eles não iriam mais ter a liberdade que tinham antes. Tudo mudava e, na verdade, tudo mudou. Mudou e, por mais que eu tenha liberdade, mudou muito. O perigo não é hoje porque lá tem uns políticos que têm uma ficha corrida e pesada. O perigo é o futuro, mas quero dizer para vocês que valeu a pena.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Antes de mais nada, a respeito do debate anterior, Sr. Relator, eu tenho absoluta convicção de que esta Comissão não pode deixar, digamos assim, margem de dúvidas a respeito ao seu trabalho para com a população rondoniense. Acho que eles esperam de nós alguma coisa um pouco mais forte, um pouco mais precisa. Acho que também temos os nossos limites, e temos consciência disso, mas temos que apresentar alguma sugestão que possa, no mínimo, responder àquelas inquietações à altura. Diante disso, só para lembrar, as fitas trazem para nós a incriminação direta de seis Parlamentares. Há um sétimo que poderá, digamos assim, não ser incriminado pela fita diretamente. No primeiro relatório da Polícia Federal, foram 22. No segundo relatório, podemos chegar a 23. Ainda há a possibilidade de chegarmos a mais um. Portanto, chegamos a esta situação em que poderemos ter apenas um único Parlamentar...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (PT – RO) – Para complementar, diante do que foi colocado pelo Senador Augusto Botelho e do que V. Ex^a coloca agora – o Deputado Anselmo de Jesus que está aqui, assim como o Deputado Eduardo Brasil Valverde –, o Deputado Anselmo me lembrava da importância de lembrarmos à população de Rondônia que há uma pessoa que não estava envolvida – o Deputado Neri Firigolo –, para fazer justiça e não generalizar, atingindo a quem não estava envolvido. Falo isso no sentido de complementar a fala de V. Ex^a neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Obrigado.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Senador Sibá Machado, se V. Ex^a me permitir – sei que V. Ex^a caminha nesta direção –, já me sinto devidamente balizado para fazer o relatório. Se V. Ex^a

quiser marcar a data para a entrega do relatório com as sugestões e com os encaminhamentos necessários, sinto-me absolutamente convicto para fazê-lo. Se quiser marcar para semana que vem, envio previamente uma cópia do relatório para cada Senador para que possam ter uma noção do que vamos discutir e, na outra semana, já poderemos ir ao Presidente do Senado, ao Presidente da República, ao Ministro da Justiça, ao Procurador-Geral da República. Sinto-me absolutamente convencido do que posso propor, claro, submetendo à deliberação última da própria Comissão e de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Considero isso importante porque V. Ex^a teria até o dia 18 para passar o relatório preliminar, nós teríamos mais alguns dias para lê-lo e fazer algumas considerações necessárias e, na semana seguinte, *ad referendum* dos demais, poderíamos combinar da sexta-feira, dia 18, até a sexta-feira seguinte um momento de nos reunir e apreciar o relatório. Esse já poderia ser um encaminhamento.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Apresento na semana que vem, com toda certeza, o relatório preliminar, e na outra já poderemos marcar para fazer as deliberações e os encaminhamentos. Já adianto que, no meu entendimento, temos de apresentar o pedido de intervenção federal parcial na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia. Vamos fazer esse encaminhamento, mas é ato privativo do Presidente da República. Vamos deixar essa “bomba” na mão do Presidente Lula.

O SR. IVO CASSOL – Só para terminar, quero entregar o relatório financeiro de orçamento e repasse para os poderes. E estou protocolando mais um relatório, uma documentação que está aí tudo junto.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – O senhor narra um pouco o procedimento que o senhor tomou em relação ao Ministro da Justiça e tudo mais?

O SR. IVO CASSOL – Tudo que foi feito, o procedimento que tomamos.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC) – Perfeito. Governador, agradecemos a presença de V. Ex^a em contribuir com esta Comissão, elucidando o que foi possível aqui para nós.

Não havendo mais nada a tratar, encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 17h08min.)

**COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA
CRIADA PELOS REQUERIMENTOS Nºs
535 e 536, DE 2005, de autoria da Senadora
Fátima Cleide, “com o objetivo específico de**

apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico exibido pela Rede Globo de Televisão”.

Ata da 12ª Reunião, realizada em 14 /12 /2005

Aos quatorze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, às nove horas e cinquenta e cinco minutos, na sala 06 da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II, sob a Presidência do Senador Sibá Machado, com as presenças dos Senhores Senadores Demóstenes Torres e Augusto Botelho, membros, reúne-se a **Comissão Especial Externa criada pelos requerimentos Nºs 535 e 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, “com o objetivo de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia, quanto aos fatos divulgados pelo programa Fantástico, exibido pela Rede Globo de Televisão”.** Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, informando que a pauta da presente reunião destina-se a leitura, discussão e votação do Relatório Final da Comissão. A ata da reunião anterior está sobre a mesa e aqueles que concordam com a mesma, permaneçam como estão. Aprovada. O senador Sibá Machado (presidente da Comissão) passa a palavra ao Relator, Senador Demóstenes Torres, para os seus comentários em relação à Comissão e para a leitura do Relatório. Com a palavra o Presidente, que agradece a todos pelo empenho nos trabalhos desta Comissão, faz alguns comentários em relação ao Relatório lido e concorda com o mesmo no que se refere à cassação dos 23 envolvidos que foram citados. O Senador Augusto Botelho, vice-presidente, fez algumas considerações finais, posteriormente o Relatório foi votado e aprovado. A presente reunião foi encerrada às doze horas e quarenta e oito minutos e não havendo nada mais a tratar, eu, Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o acompanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. PT – AC)

– Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Especial Externa criada pelos Requerimento nº 535, 536, de 2005, de autoria da Senadora Fátima Cleide, com o objetivo de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia quanto aos fatos divulgados pelo programa do Fantástico, exibido pela Rede Globo de Televisão.

Esclarecemos que a presente reunião destina-se à leitura e à apresentação e votação do relatório final dos trabalhos desta Comissão.

Antes de mais nada, peço a dispensa da leitura da ata da reunião anterior.

O Srs. Parlamentares que concordam com a proposição queiram permanecer como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Convido, então, o nobre Relator, Senador Demóstenes Torres, para a leitura do relatório.

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres. PFL – GO)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, demais pessoas aqui presentes.

Sr. Presidente, conseguimos concluir os trabalhos da Comissão Externa constituída para acompanhar as apurações sobre as denúncias de corrupção na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Inicialmente, eu gostaria de fazer um relato sobre a conclusão destes trabalhos.

Nós ficamos pendentes da degravação das fitas da Polícia Federal, o que fez com o trabalho se prolongasse demasiadamente. Mas, não havia também outra alternativa porque nós não podíamos fazer um trabalho temerário, incriminar pessoas que, por ventura, não tinham nada a ver com a situação ou inocentar culpados.

Então, nós procuramos fazer o nosso trabalho da forma mais correta possível, com a maior discricção possível, a fim de que o trabalho finalmente concluído pudesse render frutos, como nós vamos fazer agora.

Lamentavelmente, há cerca de três semanas aconteceu um episódio em que uma primeira versão do relatório, preparada pela Assessoria desta Comissão, foi indevidamente divulgada nos órgãos de comunicação, especialmente nos do Estado de Rondônia. Ou seja, vazou dentre os Senadores, para a imprensa local, o que gerou um tumulto extraordinário.

Primeiro, porque a primeira versão é sempre dada pela assessoria, a assessoria engloba todos os fatos e o Relator, em seguida, junto com o Presidente, com os demais membros da Comissão faz o trabalho final que é o trabalho que hoje nós estamos apresentando. Por que foi desagradável? Porque a nossa proposta, como até o nome da Comissão diz, Comissão Externa para Acompanhar as Apurações sobre as Denúncias de Corrupção na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, o nosso trabalho se circunscreveu a isso. É óbvio que apareceram fatos, apareceram indícios, apareceram versões que levaram e podem ainda levar – para isso nós estamos remetendo a documentação aos órgãos pertinentes, Polícia Federal, Ministério Público Federal – a crer que a corrupção não se circunscreve a Assembleia Legislativa de Rondônia, que não é fato presente, é fato pretérito. Mas, sobre isso, nós não temos condições de fazer qualquer juízo de

valor, até porque nós não fizemos investigação neste sentido. O que nós fizemos foi a investigação em cima da corrupção na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia. Daí por que o relatório é neste sentido.

Ao sairmos daqui, se aprovado, nós faremos a entrega ao Presidente do Senado, à Presidência da República, ao Ministério da Justiça, ao Sr. Procurador-Geral da República e a outros órgãos que forem necessários e encaminharemos toda a documentação necessária para a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, a fim de que efetivamente nós consigamos nosso objetivo. É imprescindível a intervenção Federal no Estado de Rondônia. A Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia não funciona, é um caos, ela se contrapõe à ordem estabelecida, é uma verdadeira máquina montada para fazer corrupção e beneficiar os Deputados Estaduais, uma verdadeira quadrilha tomou de assalto um poder que tem por finalidade justamente a formulação de leis, a fiscalização do Poder Executivo e um desvio completo de finalidade, e mais que desvio, na prática corriqueira de crimes o que configura uma quadrilha, esses deputados, 22 deles e mais um licenciado que hoje é secretário de segurança pública no Estado de Rondônia acabaram por malversar os recursos e fazer com que a imagem da Assembléia de Rondônia pudesse ser conspurcada.

Como eles se encontram em plena atividade, uma vez que as medidas judiciais ainda não lograram êxito, uma vez ainda que nem mesmo internamente conseguiu-se qualquer punição, hoje eles se encontram pressionando o Ministério Público e o Poder Judiciário – o instrumento de pressão é o orçamento. Para que nenhuma medida seja efetivamente tomada é que ainda nós temos reforçado o nosso sentimento de que é necessário essa intervenção federal para que o Poder Legislativo de Rondônia possa finalmente voltar a exercer a sua função e fique livre dos ratos que acabaram ingressando na vida pública no lugar do homem de bem.

Sr. Presidente, inicialmente, nós gostaríamos de dirigir os nossos agradecimentos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia na pessoa do Desembargador Sanção Batista Saldanha, que é um homem verdadeiramente devotado a sua causa de bem julgar.

Pode-se ter alguma estranheza pelo fato de estarmos agradecendo a um desembargador que está cumprindo a sua missão, que está julgando, mas é imprescindível que seja assim, Sr. Presidente, o senhor bem verificou, porque lamentavelmente pairam suspeitas quanto a imparcialidade do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

E quanto ao Desembargador Sanção, é estreme de dúvidas que é um desembargador que cumpre

bem a sua função, é um homem honrado, competente e que representa muito bem a população do Estado de Rondônia.

No Ministério Público do Estado de Rondônia nós gostaríamos de agradecer pela mesma forma o Dr. Rudson Coutinho, Promotor de Justiça que também desempenha com muita galhardia a sua função e tenta resolver os problemas que estão sendo criados pela Assembléia Legislativa, sempre com muita trabalho, com muito denodo.

Agradecer à Superintendência da Polícia Federal, em Rondônia, na pessoa do Delegado o Dr. Joaquim Mesquita e de todo o seu quadro de auxiliares. A Polícia Federal fez um trabalho extraordinário e sem esse trabalho, naturalmente, nós não poderíamos ter chegado às conclusões que nós chegamos; à Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Rondônia na pessoa do seu Presidente, Dr. Orestes Muniz, que também não poupou esforços para nos auxiliar na conclusão desse trabalho.

Agradecer também à Secretaria de Comissões Especiais do Senado Federal na pessoa do Secretário Francisco Naurides Barros e ao fazer esse agradecimento, estender a saudação a todos esses auxiliares que tanto trabalharam para que nós pudéssemos concluir essas investigações.

Aos assessores de gabinetes Erlando Alves da Silva Melo e Tânia Maria de Oliveira e ao Consultor Legislativo do Senado Federal, Francisco Eugênio Machado Arcanjo que é o nosso braço direito.

Muito bem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta Constituição e maneira de vida é chamada democracia porque é administrada para muitos e não para poucos, nela a lei assegura a mesma justiça para todos em suas disputas privadas, mas o requisito de excelência também é reconhecido.

Nossos cidadãos comuns, embora ocupados com os seus negócios são bons juizes dos assuntos públicos, somos os únicos a considerar um homem que não se interessa pelas questões políticas, não um personagem inofensivo e, sim, um inútil. Péricles, por Tucídides, em **A Guerra do Peloponeso**. O que essas palavras deixam claro é que a prosa da participação regular na conduta dos negócios públicos não exclui e, sim, favorece a busca individual de padrões de excelência nas várias formas de agir e do fazer. Dito de outro modo: a democracia, solução ótima do problema do poder, ainda consegue ser também o regime político mais propício à elevação do caráter, modo e garantia da liberdade, ela pode ser igualmente o seu prêmio, aquilo que a aproxima do ideal de nobreza da vida humana. José Guilherme Merchior em **A Natureza do Processo**.

Nos dias 15, 22 e 29 de maio de 2005, a Rede Globo de Televisão veiculou no programa dominical, Fantástico, gravações feitas pelo Governador Ivo Cassol, em sua residência, de conversas com diversos deputados estaduais.

As fitas divulgadas envolveram os nomes de 12 parlamentares, os diálogos mostravam o Governador Ivo Cassol em negociações para pagamento de propina a um grupo de dez parlamentares em troca de apoio político. Os Deputados Helen Ruth e Ronilton Capixaba falam em R\$50 mil por mês e em um acerto que passaria pelo superfaturamento em postos terceirizados de vigilância.

Em outro diálogo, o Deputado Amarildo Almeida pede apoio em uma licitação e o Deputado Emílio Paulista diz ao Governador que governos passados faziam o mesmo, ou seja, ajudavam financeiramente parlamentares em troca de apoio político.

Uma terceira veiculação mostrou um assessor do Deputado Edson Gazoni, José Ailton Magalhães, que responde a processo por estelionato em Goiás, relatando o envolvimento do seu chefe em um esquema de cheques nominais emitidos pelo gabinete, confessou que descontava cheques emitidos a fornecedores e que, uma vez, se deslocou em um veículo portando a quantia de R\$500 mil.

Ante esses graves fatos, no dia 17 de maio de 2005, com base no Regimento Interno do Senado Federal e nos requerimentos nºs 535 e 536, de autoria da Senadora Fátima Cleide, foi criada a Comissão Especial Externa do Senado Federal, com o objetivo específico de apurar a atual situação em que se encontra o Estado de Rondônia quanto aos fatos divulgados pelo Programa Fantástico, exibido pela Rede Globo de Televisão, doravante denominada Comissão Externa para Rondônia.

A finalidade da Comissão foi, portanto, acompanhar os episódios e as investigações subseqüentes envolvendo as denúncias de corrupção, na Assembléia Legislativa, levantadas pelo Governador do Estado de Rondônia. Há indícios de que a corrupção acontecia nos governos anteriores. Porém, tendo em vista o requerimento aprovado, o objeto desta Comissão se circunscreve aos episódios atuais de corrupção em Rondônia envolvendo o Poder Legislativo.

A Comissão foi instalada no dia 1 de junho de 2005, com a seguinte composição e direção. Titulares: Sibá Machado, Presidente; Augusto Botelho, Vice-Presidente, Demóstenes Torres, Relator; Arthur Virgílio e Amir Lando. Suplentes: Romeu Tuma, Magno Malta, João Alberto de Souza, Fátima Cleide e Heloísa Helena.

Em 23 de agosto de 2005, em razão de sua vinculação a outros compromissos funcionais, o Senador Amir Lando solicitou desligamento da Comissão Externa para Rondônia.

A figura da Comissão Externa está prevista no Regimento Interno do Senado Federal nos artigos 71 e seguintes, ela se extingue após a conclusão de sua missão e da devida comunicação do seu desempenho ao Senado Federal o que se fará pela entrega do presente relatório após sua aprovação na Comissão.

A Comissão Externa aprovou, em sua primeira reunião, o seguinte plano de trabalho.

Roteiro de trabalho.

Depoimentos em Brasília de:

membros do legislativo de Rondônia envolvidos;

governador de Rondônia;

representantes da sociedade civil de Rondônia:

autoridades administrativas e policiais, e especialistas em direito administrativos e constitucional,

2) audiências públicas em Rondônia, coleta de documentos e oitivas de autoridades

3) relatório previsto contendo:

a) histórico circunstanciado sobre os fatos, descrição e avaliação dos participantes;

b) diagnóstico sobre as principais medidas tomadas pelas autoridades competentes e

c) proposição de sugestões de caráter legislativo e político a serem tomadas para o tratamento da questão, com enfoque principalmente no papel que o Poder Legislativo Federal possa desempenhar para a sua implementação.

Para o alcance da sua missão, a Comissão Externa para Rondônia realizou 11 reuniões entre administrativas e audiências públicas para as oitivas dos envolvidos; realizou duas viagens a Porto Velho, em 28 de junho e em 4 de outubro de 2005, com reuniões realizadas naquela cidade na Superintendência da Polícia Federal, na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado, no Tribunal de Justiça e na Seção Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil.

Introdução.

A Comissão Externa para Rondônia, em seus procedimentos, desenvolveu uma série de atividades que consistiram principalmente em: coleta de documento, oitiva das pessoas envolvidas, visita ao Estado de Rondônia e as principais instituições envolvidas nas investigações.

Estas diligências proporcionaram o acúmulo de elementos que permitiu a formulação de algumas linhas para as atividades da Comissão.

A crise de Rondônia tem comprovadamente o envolvimento de grande parte dos deputados estaduais de diversas formas, o que será analisado neste relatório.

Quanto aos delitos perpetrados pelos deputados estaduais, estes podem ser classificados, a grosso modo, da seguinte forma:

a) Mensalão, estopim da crise constante da reportagem realizada da TV Globo, bem como outras gravações recolhidas pela Polícia Federal que corroboram o achaque de deputados contra o Governador;

b) fraude da folha de pagamentos, nomeação de funcionários fantasmas por deputados estaduais que eram pagos através de folha paralela, cujos salários eram embolsados pelos parlamentares, nomeações fraudulentas e recebimentos indevidos, mesmo através da folha oficial e empréstimos consignados forjados.

A folha paralela foi dividida na investigação da Polícia Federal em dois períodos:

1 – A fraude no período posterior a junho de 2004, que era praticado em um *laptop* fora da Secretária de Recursos Humanos da Assembleia Legislativa por servidores públicos a mando do Presidente;

2 – Antes desta data, quando a fraude era praticada nas dependências da Secretária de Recursos Humanos da Assembleia, também a mando do Deputado Carlão de Oliveira;

c) Compras e contratos da Assembleia.

São numerosas as compras oficiais feitas sem observância dos preceitos legais, sem notas fiscais, com valores astronômicos e sem correspondências com os produtos ou serviços adquiridos entre os quais se destacam:

1 – Licitações fraudulentas para a reforma do prédio da assembleia;

2 – Aquisição de passagens aéreas com recursos da Assembleia para familiares dos deputados para destinos turísticos,

3 – Apropriação de cheques por parte de pessoas de confiança de deputados que deveriam ser utilizados para pagamento de bens e serviços adquiridos pela assembleia, que, após descontados nos bancos, seus valores eram entregues ao parlamentares;

d) Evidência de rápido enriquecimento de diversos deputados com compras de bens luxuosos e imóveis.

e) Ilícitos do Presidente da Assembleia Carlão de Oliveira

1 – Compra de voto de deputados para a sua eleição à Presidência;

2 – desobediência dos princípios legais nas compras de bens e serviços feitos pela Assembleia Legislativa;

3 – Enriquecimento sem causa e

4 – Comando na distribuição de recursos a deputados.

Frente a este calamitoso quadro, as instituições que atuam no Estado de Rondônia adotaram até o momento as seguintes atitudes:

Polícia Federal.

Realizou análise e perícia dos documentos e fitas de vídeos apreendidos, concluindo pelo laudo exarado em 14 de outubro de 2005, que não houve edição nas fitas, instauração de inquéritos policiais para apurar os crimes praticados na Assembleia Legislativa referidos anteriormente priorizando aqueles relativos as folhas de pagamento, forneceu e continua fornecendo suporte às investigações realizadas pelo Ministério Público Estadual.

Ministério Público Estadual.

Decidiu pela condução da investigação em três grupos de crimes e improbidades administrativas, envolvendo membros e servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia e pessoas a eles vinculadas.

A – O primeiro grupo está centrado no conteúdo das fitas já mencionadas e descortina a aparente exigência de vantagens indevidas por deputados estaduais ao governador do Estado, a fim de garantir-lhe apoio político. Esses fatos estão sendo investigados pelo Inquérito Civil Público nº 2005001060002646.

B – O segundo grupo de ilicitudes envolve parte considerável dos membros do parlamento de Rondônia e consiste na existência volumosa de servidores comissionados irregulares na folha de pagamento da assembleia. Tais servidores por vezes constam de uma folha paralela, mantida à margem de qualquer formalidade, que ultrapassa a cota individual de cada deputado e, em alguns casos, traz nomes dos chamados servidores fantasmas, cujos vencimentos acabam nas mãos dos deputados envolvidos. Em outras situações, mesmo servidores da folha de pagamento oficial são verda-

deiros fantasmas, pois foram nomeados sem que eles próprios saibam e suas remunerações aportam nas mãos dos deputados.

E, finalmente, outras vezes ainda deputados realizam em seus benefícios empréstimos por consignação em folha de pagamento, usando, de fachada, o nome de servidores fantasmas ou mesmo servidores regulares. Durante a vigência desses empréstimos, os vencimentos do respectivo servidor passam a ser significativos, e espúrio aumento, a fim de exatamente poderem amortizar o valor levantado pelos deputados junto às instituições de crédito. Esses fatos estão sendo investigados no âmbito civil pelo Inquérito Civil Público nº 2005001060001359.

C – O terceiro grupo aponta a existência de corrupção capitaneada pelo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado José Carlos de Oliveira e por seu irmão, Moisés de Oliveira, envolvendo ainda Haroldo Augusto Filho, conhecido por Haroldinho, Marlon Sérgio Lustosa Jungles, cunhado de José Carlos de Oliveira, além de outras pessoas físicas e jurídicas a ele ligadas.

Esse terceiro grupo, cuja investigação vem sendo realizada em pelo menos onze inquéritos civis públicos, 2005001060004820, 4849, 4829, 6669, 6667, 6670, 6674, 6716, 6715, 6673 e 1379, e está centrado em diversos processos administrativos e contratos firmados para prestação de serviços, construção de obras ou fornecimento de bens à Assembléia Legislativa do Estado, onde há robustas evidências de repasses espúrios realizados pelas contratadas aos réus ligados ao presidente da Assembléia.

A Assembléia Legislativa Estadual instalou comissão especial um dia após as denúncias. A comissão concluiu os seus trabalhos em 15 de agosto de 2005 e recomendou instauração de apuração para perda de mandato por quebra de decoro para seis deputados envolvidos nas gravações, excetuando Emílio Paulista, o único que renunciou ao mandato, e instalou comissão temporária de ética e decoro parlamentar, com a designação do Deputado Nereu Klosinski, PT, para a relatoria. As conclusões serão expostas em item próprio nesse relatório.

De parte da Comissão Externa do Senado Federal, ao longo dos trabalhos, duas alternativas se vislumbravam como uma contribuição para a superação da crise, uma externa ao Estado oriundo da União, com base nos instrumentos constitucionais, embora alavancados por interpretação mais extensiva e inovadora ou outras alternativas estaduais, com fulcro nas instituições locais.

Tendo em vista as evidências de completo esfacelamento de um dos poderes políticos, o possível comprometimento de vinte e dois dos vinte e quatro deputados com a fraude na folha de pagamento, a comissão houve por bem, em caráter preliminar, estudar a viabilidade de sugerir o pedido de intervenção federal, que será tratado ao final desse relatório.

Na visita a Rondônia, a comissão encontrou forte resistência a essa tese, mormente do Ministério Público Estadual. Nesse embate, e tendo em conta a engenharia jurídica que se começou a esboçar, a comissão manteve-se no aguardo dessa solução, que consistiria em apoiar o único parlamentar remanescente em tese, imune à fraude da folha de salário, para que ele solicitasse na Assembléia o afastamento por improbidade dos deputados envolvidos, o que acabou sendo feito. Paralelamente, requerer-se-ia cautelarmente ao Tribunal de Justiça do Estado, com interveniência do Ministério Público, o afastamento liminar dos deputados e a convocação dos suplentes para o julgamento dos afastados.

Esse mecanismo foi discutido pela Assessoria da Comissão Externa com o Ministério Público, quando se detectou uma hesitação dos promotores para a iniciativa, em razão de possível insuficiência da caracterização das provas. De qualquer forma, o Ministério Público continuou preparando a ação de afastamento por improbidade, embora sem se considerar ainda seguro para pedir a liminar até aquele momento.

Ante a esse conjunto de dificuldades, esta Comissão Externa voltou a refletir e a decidir sobre a tese da intervenção, objeto das conclusões deste relatório.

Histórico.

O fato desencadeador da sequência de acusações recíprocas entre um grupo de deputados estaduais e o governador do Estado de Rondônia foi a exibição no programa Fantástico, da Rede Globo de Televisão, na noite de 15 de maio de 2005, de fita gravada pelo Governador Ivo Cassol, em sua residência, com sete deputados estaduais negociando vantagens e mesada de R\$50 mil para cada parlamentar de um grupo formado por dez deles. A gravação não foi exibida em Rondônia em razão de decisão cautelar do Desembargador Gabriel Marques, a pedido da quase totalidade dos vinte e quatro parlamentares que compõem a Assembléia Legislativa.

A infeliz decisão do desembargador, tomada em instantes após ter sido indeferido pelo juiz de plantão, o pedido de suspensão da veiculação gerou revolta na cidade, resultando em danos às estruturas físicas da Assembléia Legislativa e Palácio do Governo.

Os parlamentares que aparecem nas gravações são: Ellen Ruth, Ronilton Capixaba, Daniel Nery, João

da Muleta, Emílio Paulista, Amarildo Almeida e Cacá Mendonça.

No domingo seguinte, em 22 de maio, o Fantástico levou ao ar novas imagens com o Governador Ivo Cassol e três dos sete deputados anteriores. A gravação foi feita provavelmente no mesmo dia da exibida anteriormente, vez que os participantes estão usando os mesmos trajes. Nessa gravação, o Deputado Emílio Paulista, PFL, revela que o Presidente da Assembléia, Carlão de Oliveira, PFL, pagou R\$2.800 milhões para um grupo de quatorze deputados, a fim de se eleger presidente da casa, cargo para o qual foi reeleito.

Outra revelação importante foi feita por Ronilton Capixaba, PL, que cita os nomes dos parlamentares que integrariam o esquema dos dez para recebimento da propina mensal. Em seguida, são citados os Deputados Leudo Buriti, PTB, Edson Gasoni, PDT, Chico Paraíba, PMDB, Chico Doido, PSB e Marcos Donadon, PMDB, Amarildo Almeida e João da Muleta, que surgem na primeira gravação. O primeiro, tratando do favorecimento para uma licitação, e o segundo, sem nada dizer, não são citados para a divisão do butim.

As fitas foram periciadas pela Polícia Federal, que não constatou nelas nenhuma edição, caracterizando-as, assim, como prova perfeita para o procedimento acusatório. Suas transcrições estão no anexo I deste relatório.

A partir dessas denúncias, a Comissão Externa para Rondônia estruturou seu trabalho conforme roteiros citados anteriormente, qual seja, destinada a acompanhar as investigações concernentes ao conteúdo das gravações e formular as recomendações que julgar necessárias. Somando a isso, o decorrer das investigações realizadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Estadual descortinou uma miríade de irregularidades e crimes na Assembléia Legislativa, distintos do fato motivador inicial e que deram origem a diversas outras linhas de investigação e procedimentos judiciais, conforme já mencionado anteriormente, e que se detalhará em capítulo próprio.

Antecedentes em Rondônia:

Essa análise considera só os fatos recentes divulgados pela Imprensa Nacional acerca do Poder Legislativo, de conhecimento da imprensa local, de boa parte da opinião pública e das entidades da sociedade civil organizada de Rondônia, comportamento há muito degenerado pela corrupção, agora desnudada nacionalmente. A manchete da reportagem da Rede Globo, originadora do escândalo, forneceu uma pista sobre o que estaria em jogo entre o Legislativo e o Executivo: violenta disputa por poder e dinheiro.

O mérito das gravações mantidas em sigilo, e agora de conhecimento da população brasileira, reside

no fato que representou a cristalização de uma crise institucional entre poderes; crise que dormitava antes da atual gestão e que resultou desse rompimento da cumplicidade entre o poder que arrecada e o poder que legitima a democracia.

A fragilidade das instituições em Rondônia, Estado de criação recente, recomenda, portanto que as investigações e punições sejam exemplares para que inviabilizem rearranjos entre agentes superiores das instituições envolvidas. A expectativa da população rondoniense e do Brasil é que esse episódio permita a depuração das instituições para que o Estado passe não mais a ser visto como uma terra sem lei e sem ordem. A atuação de órgãos federais, diante do exposto, é vital para a construção desse processo para o fortalecimento das instituições.

Quanto a Carlão de Oliveira, apesar de ter imprimido uma administração com forte investimento na imagem, comunicação, implementando programa de rádio e televisão e a interligação do Parlamento com o sistema Interlegis, é nula a transparência dos gastos da Casa que comanda. O orçamento da Assembléia tem sido considerado por técnicos do Tribunal de Contas abusivo, muito além do que seria necessário, e ninguém tem idéia real de quanto se gasta com folha de pessoal e quantos funcionários abriga.

Mencionada pelo Deputado Emílio Paulista, na segunda gravação, a compra de votos feita pelo Deputado Carlão de Oliveira, pelo valor **per capita** de R\$200 mil, a um grupo de 14 parlamentares, foi abordada timidamente por setores da imprensa na época.

O segundo mandato de Carlão de Oliveira, como Presidente da Assembléia Legislativa, foi comprado poucos meses depois de iniciado o cumprimento do primeiro. O Presidente Carlão assegurou o seu reinado de quatro anos de duração logo no início de sua gestão. Se não fosse a gravidade criminosa da situação cairia bem no bestiário político de Estanislau Ponte Preta.

Fatos relacionados à Assembléia Legislativa:

O relatório do Tribunal de Contas, concluído em fevereiro de 2005, aponta que os Deputados estaduais excederam em R\$30 milhões as despesas com folha de pagamento em relação ao permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Naquela Casa de leis não se sabe de que forma os recursos são geridos ante a disposição negativa de integrar-se ao Siafem. Em suma, o Legislativo Estadual se tornou uma caixa preta em termos de gestão de dinheiro público, diz o parecer dos Conselheiros do Tribunal. Por determinação da Lei Estadual nº 946/2000, a Assembléia deveria ter aderido ao Siafem desde 2001.

O parecer constatou também sonegação do pagamento de R\$8 milhões em despesas previdenciárias e falta de controle do número de funcionários.

Os repasses anuais, segundo estudos do Tribunal de Contas, estão aquém do que deveria. Em 2003, foi de R\$81 milhões. Em 2004, o aprovado foi R\$102 milhões, mas o Governo Cassol cortou para R\$94 milhões; e em 2005, dos R\$95 milhões previstos, já foram repassados R\$36 milhões. O corte feito pelo Governador também foi realizado nos demais Poderes e no Ministério Público. Os técnicos do Tribunal de Contas asseguram ter sobrado dinheiro no caixa do Ministério Público e do Judiciário. Foi nesse caldo fértil que irrompeu a crise das fitas gravadas pelo Governador Ivo Cassol e que se desdobraram nos escândalos das folhas de pagamento e das licitações; delitos constantes nas fitas gravadas pelo Governador Ivo Cassol.

O desenrolar dos fatos constantes nas gravações e suas circunstâncias já foram descritos nos itens anteriores, cabe agora discorrer sobre as investigações subseqüentes pelas instituições com atuação em Rondônia e pela Comissão Externa do Senado.

Pelo seu papel de provocador e vértice das articulações ilícitas, confrontamos aqui os fatos com as explicações do Governador Ivo Cassol.

Na conversa que o Governador teve, em 25 de abril, com o Deputado Amarildo Almeida, o Parlamentar pede favorecimento numa licitação e indica o caminho de forma técnica para atender a todos os Parlamentares sem deixar rastro. O Governador conta sobre a proposta de R\$50 mil para cada deputado e fala que se tivesse condições, tinha acertado, fazendo, em seguida, a contraproposta de pagar a metade.

O Deputado Amarildo mostra-se muito experiente, dizendo que “em Ouro Preto, quando secretário, atendia vereadores mediante convênios; que em todo lugar se faz isso”; e colocou a sua disposição um contador de extrema confiança dele, com experiência de mais de dez anos, de nome Edvaldo, para fazer as coisas andarem tecnicamente.

Sugeriu que fosse escolhida uma secretaria de destaque, a de educação ou saúde, para fazer negócios com os deputados, chamando fornecedores e dirigindo licitações. O Governador retrucou que queria conversar com Carlão, Presidente da Assembleia, e voltar a conversar com o Deputado Amarildo sobre o assunto.

Na conversa com o Deputado João da Muleta, gravada pelo Governador, o Parlamentar diz que vai acertar com seu colega Cacá Mendonça, destinando dinheiro público para a manutenção da Fundação deste. Logo após, o Deputado Cacá é chamado à casa do Governador pelo Deputado João da Muleta. A eles

o Governador manifesta desconfiança no acerto com o Deputado Carlão de Oliveira, dizendo que “na hora de repassar dinheiro para os Deputados, pode haver desavenças. Então, prefere negociar separado para isso não acontecer”.

Em resposta à Comissão, o Governador disse: “Na realidade, primeiro numa época lá eles se reuniram e me chamaram. Eles estavam em grupo. Como eu precisava documentar aquilo, um grupo de dez ou doze não viria a minha casa. Então, eu ia criando expectativa para ver se os trazia individualmente, para poder ir documentando. Era o único caminho que eu tinha. Se eu falasse assim: vem um grupo maior aqui, o pessoal iria desconfiar. Automaticamente, o cara sozinho se sentia mais encorajado para poder abrir o jogo”. E foi o que acabou acontecendo.

Ainda naquela conversa, os dois deputados revelam que ganham R\$20 mil reais além do salário, através de assessorias. João da Muleta diz que com seis assessorias tira vinte contos. E Cacá confirma que tem o mesmo procedimento. A conversa insinua que a Polícia Federal chamou de Folha Paralela, descoberta em um *notebook*, e que beneficia a quase totalidade dos parlamentares, tema de um outro item desse relatório.

No dia 28 de abril, três dias após conversar com esses deputados, o Governador gravou uma conversa com Moisés de Oliveira, irmão e homem de confiança do Deputado Carlão de Oliveira, Presidente da Assembleia. Boa parte do diálogo nessa gravação está ininteligível. Existem palavras de entendimento duvidoso. Mas, um trecho está muito claro: o Professor Moisés, preso pela Polícia Federal, pede para o Governador mandar pagar a obra de uma ponte em Paresis, que sua empresinha chamada “Graúna” – segundo ele mesmo revela – fez.

O Governador diz que “...a ponte é ruim, mal feita, não vale R\$25 mil reais”. Moisés afirma também que teria mais de R\$100 mil reais para receber do Devop. Na fita seis, páginas nº 36 e 37, a nova conversa com o Deputado Amarildo, dessa vez em 28 de abril, acompanhado do Deputado Carlão de Oliveira, Carlão pede para o Governador favorecer o Deputado Amarildo num “contratinho” de vigilante. Reclama que o empresário Aires do Amaral é o único que presta serviços, nesse setor, ao Estado. O Governador pergunta, então, se o amigo que Amarildo menciona tem firma. Ele diz que sim. Em julho, Amarildo pede para fazer o acerto com o amigo, para o Governador autorizar a conversa dele com o então Chefe da Casa Civil, José Caúla, para fazer uns negócios.

O desdobramento disso, segundo o Governador, foi que o negócio nunca se concretizou. “Eu só ganha-

va tempo. Se V. Ex^a pegar a primeira data e a segunda data em que foi falando, o assunto era o mesmo e eu enrolando e ganhando tempo”.

Nas páginas nº 38, 39 e 40 da transcrição preparada pela Polícia Federal, o Deputado Aroldo Santos, dono de uma fundação de assistência à saúde, pede para o Governador restabelecer o convênio com o laboratório, elogia a qualidade da estrutura do prédio e diz que todo mundo, os Deputados, está querendo ajuda do governo. “Todo mundo tem seu detalhezinho financeiro, detalhezinho político”, diz Aroldo. No começo do seu governo, o Governador anunciou que não iria passar dinheiro para a Fundação de Deputados; iria acabar com isso. E, ao que tudo indica, pela queixa do Deputado Aroldo, o corte foi feito.

Entretanto, é provável que tenha havido a volta às práticas antigas, pela melhoria da relação com os Deputados verificada pós-gravação.

Na página nº 58, fita 9, com Amarildo, o Deputado afirma que o grupo está fechado em vinte parlamentares, que não há grupo do Carlão ou do Deputado Ronilton Capixaba. Afirma que Carlão uniu todos, mas, nas conversas, ora o Governador fala de um grupo de quatorze ligados à Carlão, ora de dez, ligados ao Deputado Ronilton. Diz que não pode passar 50 mil para cada, mas, pede o entendimento e faz uma nova proposta em torno de 10 mil a 15 mil reais.

O Deputado Ronilton Capixaba, na fita nº 10, gravada no dia 1º de julho, o Governador revela que esteve antes com Carlão de Oliveira, presente também seu Secretário Caúla, e fez um acordo: passar 50% das obras do Estado para o Sinduscon, a fim de atender o grupo que não tem nada.

Sobre esse esquema com o Sinduscon, confirmado pelo Deputado Ronilton Capixaba, na Comissão Externa, o Governador nega ter feito o acordo. Na mesma fita, Capixaba diz que está fechado com dez deputados e que o grupo tem a solução para satisfazer-lhes o apetite financeiro. Querem 250 postos de vigilância que, pelas suas contas, dariam, cada um, um lucro de R\$1.960 reais, totalizando R\$490 mil reais por mês. “Resolve o problema de dez deputados”, diz Ronilton. Combinam, ao final, “que o Deputado iria organizar o esquema, vai botar para frente”, segundo suas palavras, e em 60 dias estaria concluído (pág. 85).

Adiante, afirma mais: “...o Senhor cresceu muito o contrato deles, não é?”, referindo-se aos colegas Deputados Aroldo Santos, Maurão de Carvalho e João da Muleta, que mantêm contatos com o Governador na prestação de serviços de limpeza e alimentação. Afirma que agora eles estão atendendo às regiões de Buritis e Extrema. O Governador diz “que os contratos deles estão acertados, homologados, que têm duração

de 60 meses”. E mais adiante, fala “ter combinado com João da Muleta para dividir o pão com Marcos”.

Na fita 11, páginas 92 e 93, em 1º de julho, o Deputado João da Muleta confirma que são 21 os deputados que querem fazer o acordo com o Governador. Fala também que cada deputado já ganha R\$20 mil reais mensais, além do salário. Não ficou claro se esse dinheiro teria sido retirado do orçamento mensal da Assembléia ou se teria sido acertado de outra forma com o Executivo e a Assembléia.

Ainda com o Deputado João da Muleta, o Governador fala que estaria fechado com nove deputados. Ao próprio João da Muleta, Renato Veloso, Maurão de Carvalho, Aroldo Santos, Marcos Donadon, Everton Leoni, Beto Dutrento, Deusdete e Neudir de Oliveira, não ficou claro o que significava esse apoio, se envolvia os contratos já mencionados aqui e a mesada de R\$20 mil reais.

Sobre a denúncia de participação do Deputado Chico Paraíba na folha paralela, veiculada também no Fantástico, em 30 de outubro de 2005, o Parlamentar enviou a essa Comissão esclarecimento de que o servidor Tercílio Boteca é lotado no gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa, à disposição do seu gabinete e percebe a remuneração mensal de R\$461,00 reais.

Na fita 12, gravada em 2 de julho, o Governador diz ao Deputado João da Muleta que do orçamento da Assembléia, mensalmente, sobram R\$3 milhões e, por isso, não acredita na informação dele de que R\$20 mil reais é o valor extra que cada um dos deputados recebe.

O Governador afirma a vários de seus interlocutores que o Parlamento de Rondônia é, depois do Amapá, o mais caro do Brasil, tendo um orçamento mensal superior a R\$5 milhões.

O mais elucidativo nas gravações parece estar nas páginas 124 a 129, fita 12, depois de muita conversa com Hellen Ruth, Ronilton Capixaba e Daniel Néri, quando o governador disse que não seria possível viabilizar os R\$50 mil através dos 250 postos de vigilância e a Deputada Hellen declarou: “nós não podemos mudar o mundo, você não pode mudar o mundo”, insistindo que o meio seria por outros serviços terceirizados. O governador sugere o nome Edson para eles conversarem, dizendo: “posso fazer a ponte, na posso fazer o rio”. Na mesma conversa é estabelecido o valor de R\$20 mil para cada ao invés de R\$50 mil.

Na página 135, fita 13, de 8 de julho, em conversa com Moisés de Oliveira, além de já ter mencionado o mesmo tema com outros deputados, o governador fala que o Presidente da Assembléia queria um contrato sob a responsabilidade de Luís Costa, possivelmente

te de Ji-Paraná, em valor superior a R\$4 milhões. No mesmo trecho, ainda com Moisés, o governador fala que o orçamento de R\$5,9 milhões para a Assembléia Legislativa não está adiantando nada, foi um acordo somente para eleger o Carlão Presidente... Que os deputados não estavam cumprindo o seu papel.

Outra conversa crucial está na página 194, fita 18. Ali o governador conversa com um funcionário antigo da Assembléia, lotado na ocasião da conversa, em 14 de março, no gabinete do Deputado Edison Gazoni, chama-se José Hilton Guimarães, estelionatário, procurado pela Justiça de Goiás. Ele também apareceu no “Fantástico” e relata esquema do Deputado Gazoni, do qual ele participava de sacar mensalmente até R\$80 mil, ora do Banco Rural, ora do Banco do Brasil, mediante vários cheques endossados.

O Deputado Chico Paraíba, inconformado com as denúncias que envolviam o seu nome, interpelou judicialmente o Governador perante o Superior Tribunal de Justiça. Em sua resposta Ivo Cassol afirmou que não teve qualquer interesse em difamar o interpelante e não confirmou que o Parlamentar teria pedido qualquer tipo de vantagem, seja de ordem econômica ou pessoal.

Apuração da Comissão Especial da Assembléia Legislativa.

No dia 16 de maio de 2005, um dia após o primeiro “Fantástico”, com as gravações, o Presidente da Assembléia Legislativa instituiu uma Comissão Especial com prazo de 60 dias para averiguar as denúncias. A Comissão ficou composta pelos Deputados Leudo Buriti, Edézio Martelli, Everton Leoni, Dr. Deusdete e Chico Paraíba, sendo o primeiro seu Presidente, o segundo o Relator.

Em 18 de maio de 2005, com a renúncia do Deputado Chico Paraíba, foi efetivado [renúncia a este cargo] o primeiro suplente, Deputado Renato Velloso, como membro titular; o Deputado Chico Doido permaneceu como segundo suplente.

A Comissão Especial da Assembléia Legislativa realizou ao todo 13 reuniões entre os dias 17 de junho e 9 de agosto de 2005. Em deliberação preliminar, a Comissão entendeu a gravidade dos fatos imputados aos deputados nas gravações que poderiam ter desdobramentos imprevisíveis e afetariam a segurança e a tranquilidade institucional do Estado; propôs a perda temporária do exercício parlamentar sem vencimentos pelo prazo de 30 dias aos Deputados Hellen Ruth, Ronilton Capixaba, Emílio Paulista, Amarildo Almeida, João da Muleta, Kaká Mendonça e Daniel Néri, nos termos do art. 88 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, e do art. 34 da Constituição do Estado de Rondônia.

A proposição da Comissão foi aprovada pelo plenário da Assembléia no dia 19 de maio de 2005. Entretanto, em 22 de junho de 2005, a Procuradoria Jurídica da Assembléia Legislativa emitiu o Parecer nº 64, de 2005, sobre a suspensão dos vencimentos dos deputados atingidos. A Procuradoria entendeu que não houve o cumprimento do preceito constitucional da ampla defesa para a aplicação da sanção de perda temporária do mandato sem os vencimentos e, por isso, o pagamento deveria ser feito. Revogou-se, assim, um dispositivo da resolução proposta pela Comissão Especial. A Comissão Especial, em seguida, conferiu notificação aos deputados para apresentarem defesa prévia no prazo de cinco dias, o que foi observado por todos eles. Segundo a defesa prévia e a audição das fitas, a Comissão promoveu a oitiva de todos os envolvidos, incluindo os Deputados Estaduais nominados e o Governador Ivo Cassol.

O resumo dessas oitivas encontra-se no Relatório da Comissão Especial da Assembléia, aprovada em 15 de agosto de 2005. Em seu voto, o Deputado Edézio Martelli analisou a participação de cada agente em todo o processo, confrontando o teor das gravações com as defesas apresentadas. Constituem importantes peças de considerações dedutivas que contribuem para demonstrar a participação ativa dos Deputados Estaduais no ilícito investigado.

De especial acuidade jurídica é ainda a parte conclusiva do Parecer da Comissão no que diz respeito à tipificação da conduta dos investigados, da qual extraem-se os seguintes trechos:

“Os Srs. Deputados Hellen Ruth, Ronilton Capixaba, Emílio Paulista, Amarildo Almeida, João da Muleta, Kaká Mendonça e Daniel Néri aparecem nas gravações como fazendo parte de um grupo de deputados com o objetivo de tirar proveito próprio para fazer parte de uma base de sustentação do governo. Não há dúvida de que as imagens e as vozes são dos investigados nas gravações de vídeo. Com efeito, a conduta de extrema reprobabilidade levada a efeito pelos parlamentares citados foi detalhadamente esmiuçada nas divulgações das imagens do programa “Fantástico”, da Rede Globo de Televisão, e explicitada nas gravações encaminhadas a esta Comissão. Tais fatos demonstram de forma muito clara, com objetividade e sem rodeios, que os deputados investigados estavam exigindo dinheiro do governador para aprovar matérias na Assembléia Legislativa. Os elementos de prova colhidos em poder da Comissão atestam de forma inquestionável que os deputados investigados solicitaram ao governador vantagem financeira como forma de atuar na Assembléia Legislativa em favor do governo”.

E após transcrever mais um trecho da conversa aduz:

“A conduta dos deputados investigados caracteriza, em tese, o delito previsto no art. 317 do Código Penal brasileiro, corrupção passiva, o que por certo ensinará a atuação do Ministério Público e do Poder Judiciário através de suas instâncias competentes. Todavia, para a instância parlamentar depositária do voto popular, é necessário o enquadramento em quebra de decoro, situação tão grave quanto a subjunção da hipótese do Código Penal”.

E sobre esse tema o parecer também discorre:

O julgamento legislativo não se confunde com a esfera judicial penal, pois é político. Eventual cometimento de crime deve ser objeto de apuração junto ao Poder Judiciário, se assim entender cabível o Ministério Público. A independência do processo que estamos levando a termo é tema que merece realce, razão pela qual reportamo-nos às razões que fundamentaram o Relatório do Deputado Inaldo Leitão, na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, da Câmara Federal, por ocasião do processo instaurado para apurar a quebra de decoro parlamentar do Deputado Hildebrando Pascoal.

O processo de perda de mandato, em razão do comportamento incompatível com o decoro parlamentar, inicia e tem fim na Câmara a que pertence o parlamentar que adota conduta que se ajusta à visão da maioria quanto à postura ética que a instituição exige, observada pelos seus membros. Essa visão, entendemos, há de vir sempre informada do sentimento contemporâneo da sociedade, com o qual os parlamentares, representando o somatório de todos os interesses ideológicos, ideologias e aspirações, devem estar permanentemente afinados.

Daí a impertinência de critérios rígidos que impeçam o julgamento político sem prejuízo, no entanto, da observância de regras formais que assegurem o amplo direito de defesa. Quando o comportamento do parlamentar, no entanto, não só corresponde a uma infração à conduta ética, mas caracterizar também atitude delituosa, tipificada como crime, essa última circunstância, a nosso entender, não poderá ser sopesada pela Casa Legislativa para efeito de adotar ou não sanção justificada em motivação de ordem ética, mas isso não impede, no entanto, que as circunstâncias do momento, o choque que atitude ou atitudes delitivas venham a provocar na sociedade, autorizem ao corpo legislativo que, no seu conjunto, se veja ofendido indiretamente em razão de comportamento delituoso de um de seus membros, firme-se no poder/dever de dar uma satisfação à sociedade em correspondência com o **status** da relevada representação recebida, adotando a sanção

que entender cabível àquele que conclua haver conspurcado a honra da respectiva instituição.

Vê-se que a falta de decoro parlamentar é a falta de decência no comportamento pessoal capaz de desmerecer o parlamento, é a falta de respeito à dignidade do Poder Legislativo de modo a expô-lo a críticas. Portanto para que se configure a quebra de decoro não é necessário ter o deputado praticado conduta tipificada pelo Código Penal, basta que a conduta seja considerada, em juízo político, como indecorosa.

E conclui, ainda antes de proferir o voto. Na apuração levada a termo por esta Comissão, as provas colhidas demonstram de forma inequívoca que os Deputados Hellen Ruth, Onilton Capixaba, Emílio Paulista, Amarildo Almeida, João da Muleta e Daniel Néri solicitaram e tentaram negociar o pagamento de valores a fim de darem sustentação ao Governo na Assembleia Legislativa. Tal solicitação, indubitavelmente, fere a dignidade e a decência que devem revestir o exercício do mandato parlamentar. A conduta dos mencionados Deputados atingiu a honradez e o seu próprio respeito, cabendo à Assembleia Legislativa rejeitar esse comportamento.

Portanto esta Comissão tem a prerrogativa e a independência necessárias para, comprovada a falta de decoro, recomendar a instauração de processo com vista à cassação dos mandatos dos referidos parlamentares por quebra de decoro.

Após essas considerações, o relator conclui seu voto que foi em seguida aprovado pela Comissão com as seguintes recomendações: a) instauração de processo com vistas à decretação da perda de mandato dos Deputados Hellen Ruth, Onilton Capixaba, Emílio Paulista, Amarildo Almeida, João da Muleta, e Daniel Néri; b) instauração de inquérito para averiguar indício de quebra de decoro pelo Deputado Cacá Mendonça; c) não aplicação de qualquer recomendação sobre o Deputado Emílio Paulista, por este ter renunciado ao mandato e d) instalação de comissão parlamentar de inquérito no âmbito da administração estadual para investigar indício de conduta incompatível com os princípios básicos da administração pública: legalidade, impessoalidade e moralidade, mais precisamente na contratação de empresas no âmbito da construção civil e prestadora de serviços.

412. Julgamento da comissão temporária de ética e decoro parlamentar. Foi instalado no dia 18 de agosto pela Mesa Diretora da Assembleia uma comissão temporária de ética e decoro para apreciar o pedido de cassação de seis deputados. A comissão ficou composta pelos Deputados: Romeu Reolon, Presidente, Nereu Klosinsk, Relator, Dr. Deusdeth, Dr. Carlos e Beto do

Trento, como membros titulares e os Deputado Everton Leoni e Chico Doido, como suplentes.

Com relação aos Deputados Cacá Mendonça, Daniel Néri e João da Muleta, prevaleceu na Comissão o voto do Deputado Dr. Deusdeti que determinou a absolvição de Cacá Mendonça e Daniel Néri por falta de provas e suspensão do mandato por 30 dias do Deputado João da Muleta. Com relação aos demais, o Relator, Deputado Nereu Klosinski, com base precipuamente no levantamento já efetuado pela Comissão Especial recomendou: “Amarildo Almeida, perda do mandato por afronta ao art. 55, inciso II, § 1º da Constituição Federal; art. 34, inciso II da Constituição Estadual, combinado os arts. 88 a 90 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia; Ronilton Capixaba, perda do mandato, pelas mesmas razões; Hellen Ruth, perda do mandato por afronta aos mesmos artigos”.

Entretanto, como se sabe, e para a mais completa decepção dos que aguardavam o início do saneamento pela própria Casa Legislativa, o Plenário da Assembleia absolveu todos os acusados e que tinham parecer do Conselho de Ética pela cassação.

4.2 – Delitos nos contratos de serviços e obras. Nesse item será adotada a classificação das investigações do Ministério Público de Rondônia, que as separou em razão das empresas envolvidas nos ilícitos e de cujos inquéritos foram retiradas as seguintes informações:

a – Áudio Vídeo e Sistem Ltda, Inquérito Civil nº 2005001060004820.

Neste inquérito investiga-se desvio de R\$3.025.087,99 dos cofres da Assembleia Legislativa, por ter havido pagamentos ilegais à Áudio Sistem, cujo montante, R\$2.311.200,00, foi embolsado pelo esquema liderado por José Carlos de Oliveira, enquanto o restante, R\$713.887,99, foi apropriado pela empresa.

A fim de alicerçar os desvios, praticou-se um superfaturamento de mais de 1.260% no preço de um dos serviços prestados pela Áudio Sistem à Assembleia Legislativa, filmagem integral com captação de áudio ambiente das sessões realizadas pela Assembleia Legislativa, pois se vendeu o dito serviço por R\$300,00 o minuto, quando custa, no mercado, em torno de R\$23,82 o minuto.

Além disso, houve o pagamento de 1.228 minutos desse mesmo serviço, filmagem integral com captação de áudio ambiente que não guardaram qualquer correspondência com o objeto do contrato, pois a Áudio Sistem apropriou-se ilicitamente de imagem de filmes

produzidos por terceiros e divulgados no Festival de Cinema de Porto Velho, o Cine Amazônia, e as vendeu à Assembleia, que, conivente, pagou-lhe R\$300,00 por minuto, num total aproximado de R\$368.000,00. Nesse caso, houve uma criminosa apropriação de serviço alheio e de sua venda à Assembleia ao preço escandaloso de R\$300,00 o minuto.

A conduta revela o espírito malsão que motivava as partes envolvidas nesse contrato, cuja finalidade tramada era não o serviço honesto, mas a produção a qualquer custo de despesas que dessem ar de liceidade ao desvio de recursos dos cofres da Assembleia.

Além dos repasses em espécie, em alguns casos houve transferências bancárias, TEDs, para pagamentos de débitos de José Carlos de Oliveira e Moisés de Oliveira, como, por exemplo, a de R\$40 mil à empresa LS Turismo e Câmbio, em abril de 2005; a de R\$25 mil ao Posto Ale, em agosto de 2004; e a de R\$15 mil a João Carlos Batista de Souza, também em agosto de 2004.

b – Capri Marketing Consultoria e Informática Ltda, Inquérito Civil nº 2005001060004849.

Nesse Inquérito Civil do Ministério Público de Rondônia, constatou-se que a empresa Capri, possuidora de pelo menos três contratos com a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, repassou ao Deputado José Carlos de Oliveira, Moisés de Oliveira, Haroldinho e Marlon Jungles quantia superior a quatrocentos e oitenta mil Reais relativos aos processos 016.34/03, 217/04 e 0163/04 entre março de 2004 e maio de 2005. Para tanto, superfaturou a pedido de Moisés de Oliveira dois dos contratos, Processo Administrativo nº 1634/03 e 217/04, elevando-se a valores próximos a oitenta mil Reais cada um, valor máximo admitido para a deflagração de licitação mediante convite, modalidade licitatória que facilitaria a escolha antecipada e fraudulenta da Capri.

Segundo José Lacerda, proprietário de fato da empresa, do total recebido referente a esses dois processos, a Capri ficou com apenas quarenta e cinco mil Reais. O restante, em torno de cento e catorze mil Reais foi repassado aos envolvidos.

Maria Lídia, representante legal da contratada, as vezes endossava os cheques da própria Assembleia e sacava na boca do Caixa entregando o montante a Haroldinho ou a sua Secretária Luciane. Outras vezes, emitia cheques da própria empresa e os endossava com a mesma finalidade.

Finalizados os pagamentos do Processo nº 1634/03 e 217/04, insatisfeitos com a sangria que vinham proporcionando aos cofres públicos, Carlão de

Oliveira e demais envolvidos incrementaram o desvio de recursos do erário. Para tanto, a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia assinou contrato ALE/DT/005/245 com a empresa Capri Marketing com suporte no Processo ADM 00163/ALE/04 para prestar serviço de telemarketing sob o pretexto da criação de um canal de comunicação com a sociedade por meio de telefones 0800.

Mencionados serviços seriam remunerados ao preço de trinta e nove mil, setecentos e cinquenta reais mensais pelo período de um ano, perfazendo o total global de quatrocentos e setenta e sete mil Reais, dos quais foram pagos quatrocentos e vinte e quatro mil Reais. Do total desse pagamento, foi repassado a José Carlos de Oliveira e demais envolvidos a quantia superior a trezentos e sessenta e seis mil Reais.

Nesse período, não houve sequer uma ligação para o 0800, ou seja, nenhum serviço foi efetivamente prestado. Assim, apropriaram-se criminosamente de quatrocentos e vinte e quatro mil Reais pertencentes ao erário. É um mini-Delúbio. Sem trocadilho, Presidente.

A dinâmica dos desvios seguiu o mesmo caminho com a expressiva participação de Moisés Marlon e Haroldinho. Os cheques eram retirados do Departamento Financeiro da Assembléia Legislativa e endossados pela empresa e sacados ou depositados na conta da empresa que emitia outros cheques, cujos valores, após descontados, eram embolsados por José Carlos de Oliveira, Moisés, Marlon e Haroldinho.

Esses fatos estão perfeitamente delineados pelos inúmeros documentos que compõem o Inquérito Civil Público nº 2005001060004849, em especial pelas declarações de José Lacerda, proprietário de fato da Capri, de Maria Lídia, sócia proprietária da mencionada empresa, Luciane Maciel da Silva Oliveira, do próprio Haroldinho e ainda corroborados por Luciana de Rossi, Kátia Maria Tavares das Neves e Terezinha Esterlita Grande Massaro.

O depoimento de Luciane Maciel da Silva Oliveira é bastante ilustrativo. Que no caso da empresa Capri, a depoente recebia vários cheques do Banco Rural assinados por Maria Lídia e esses cheques tinham seus valores sacados e levados em dinheiro vivo para Haroldinho e, às vezes, feitos depósitos, ted's ou doc's; que sabia que Haroldinho levava dinheiro em espécie para Moisés; que uma vez fez um saque juntamente com Maria Lídia no Unibanco, de dinheiro que havia sido repassado pela ALE para a Capri; que nesta oportunidade, Maria Lídia ficou com parte do dinheiro para pagamento da empresa e a depoente levou o restante em espécie para o escritório na D. Pedro II; que o dinheiro sacado em espécie pela depoente era repas-

sado para Moisés, Haroldino, Marlon, Jungles; que conhece o José Lacerda de Melo, da empresa Capri a quem foi apresentado por Haroldinho; que também se constatou que, em 2005, Capri, a pedido do esquema liderado por Carlão de Oliveira abriu uma conta em nome da empresa no banco Bradesco no qual houve uma movimentação bancária de cem mil Reais. Esse valor teve origem no depósito de um cheque emitido pela Assembléia para pagamento à empresa Tropical Táxi Aéreo que, a propósito, é um dos fornecedores que tinham pagamento retirado irregularmente do departamento financeiro.

Dessa movimentação, transparece indícios de desvios de recursos da Assembléia envolvendo outro fornecedor, Tropical Táxi Aéreo, exatamente pelo suspeito caminho percorrido pelo dinheiro, ante o comprovado fato de que esse valor foi sacado a retalho pelo esquema de José Carlos de Oliveira. Nesse ano de 2005, avolumaram-se suspeitas movimentações bancárias na conta da Capri, entrelaçando as empresas HMCO, Ajucel e Transmilenium, todas reconhecidas envolvidas no esquema de desvio de dinheiro da Assembléia.

Assim, constatou-se uma transferência de R\$312mil da conta da Capri para a conta da Ajucel, um crédito de R\$151.985,00 na conta Capri, feito por Marcelo Suzuki, sócio de Haroldinho na HMCO, empresa que, por sua vez, representa a Transmilenium em Rondônia. Esse crédito partiu de uma agência do Banco do Brasil em Goiânia, cidade onde está sede da Transmilenium, muito sintomático que imediatamente após esse crédito a Capri sacou o valor de R\$152mil através de um cheque nominal à Luciane, secretária de Haroldinho, a indicar que esse valor destinou-se ao esquema de desvio citado, comandado por Carlão de Oliveira.

C – Transmilenium. Inquérito Civil nº2005001060006669. A empresa Transmilenium, situada em Goiânia, Goiás, investigada pelo Inquérito Civil nº 2005001060006669, recebeu dos cofres da Assembléia de 2003 até hoje a expressiva quantia de R\$12.351.919,73. Teresinha Marsaro, diretora financeira da Assembléia retrata, com firmeza, que os cheques destinados à Transmilenium seguiam aquele irregular trâmite anteriormente mencionado, sendo intensas as participações de Moisés, Haroldinho e Marlon.

Da Transmilenium já se tem indícios de que, pelo menos, R\$301.985,00 foram desviados para o esquema liderado por Carlão. Com efeito, R\$151.985,00 foram depositados na conta da Capri e, em seguida, sacados

por Luciane Maciel que, como dito, realizava as operações bancárias para o grupo. Outros R\$150mil foram depositados na conta da LS Turismo, também fornecedora da Assembléia e repassados a José Carlos de Oliveira, Moisés de Oliveira e Marlon Jungles.

D – LS Turismo Ltda. Inquérito Civil nº 2005001060006667. A LS Turismo é também uma das empresas cujos pagamentos serão realizados de forma irregular foi palco de inacreditáveis improbidades. Do revelador depoimento de seu proprietário extrai-se o seguinte: exigência pelo esquema de volumosa propina da empresa para pagamento dos serviços prestados e para continuidade do fornecimento de passagens aéreas à Assembléia, escancarada lavagem de dinheiro, utilizando-se da conta da empresa para recebimento de propina de outra fornecedora da Assembléia Transmilenium, pagamento de dívidas de Carlão Moisés e Marlon à LS Turismo, mediante nomeação de parente de Roberto Carlos Barbosa, proprietário da LS como fantasmas da folha de pagamento da Assembléia. As declarações de Roberto Carlos Barbosa confirmam o absurdo e a gravidade desses fatos.

E – Rondoforms – Indústria Gráfica Ltda. Inquérito Civil nº 2005001060006670. As investigações realizadas dão conta de que irregularidades semelhantes àquelas já descritas envolveram também a Rondoforms Indústria Gráfica Ltda. Essa empresa prestou serviços para a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, nos anos de 2003, 2004 e 2005 quando recebeu respectivamente R\$155.233,18, R\$1.086.363,50 e R\$52mil. As declarações de Teresina Marsaro, diretora Financeira da Assembléia Legislativa, retratam a existência de procedimentos irregular, quando dos pagamentos à Rondoforms.

Adriane Wittwer, gerente de contas na agência setor público 2757-X, do Banco do Brasil, em Porto Velho, esclareceu ter presenciado Luciane, secretária de Haroldinho acompanhando o sócio da Rondoforms, em pelo menos um saque em dinheiro realizado naquele período. A Rondoforms realizou saques em dinheiro que despertaram atenção da gerência do Banco, que prontamente comunicou as alterações ao Coaf, Conselho de Controle de Atividades Financeiras, órgão do Governo Federal que disciplina, aplica penas administrativas, recebe, examina e identifica ocorrências suspeitas de atividades ilícitas relacionadas à lavagem

de dinheiro. Também nesse caso, portanto, são fortes os indícios de desvio de dinheiro público.

F – A Ajucel Informática Ltda. Inquérito Civil 2005001060006674. A Ajucel, por sua vez, foi do mesmo modo relacionada por Te-rezinha (*Inaudível.*) e por Kátia Tavares das Neves, outras servidoras do setor financeiro da Assembléia Legislativa, dentre as empresas envolvidas em pagamentos irregulares.

A citada empresa possui um milionário contrato com a Assembléia de mais de R\$26 milhões. A própria Lucina, em pelo menos um depoimento prestado na Polícia Federal, embora tenha se retratado de forma não convincente, asseverou ter acompanhado algumas vezes o responsável pela empresa Ajucel Informática Ltda à agência bancária onde foram feitos saques e o dinheiro entregue a Moisés de Oliveira, Haroldinho ou a Marlon, no mesmo esquema já mencionado.

Dos extratos bancários conclui-se a existência de volumosos saques de cheques emitidos pela Assembléia Legislativa à Ajucel. Há também a já citada transferência de R\$312 mil de uma conta Capri, movimentada de fato pelo esquema liderado por Carlão para a conta da Ajucel, numa clara demonstração das operações espúrias que eram realizadas entre o Presidente da Assembléia e alguns dos seus fornecedores.

G – Brasil Agenciamentos e (*Inaudível.*) Toures Brasil – Inquérito Civil 2005001060006716. Nessas empresas o esquema atuou de forma incisiva. Amarildo Gomes (*Inaudível.*), proprietário das empresas, esclareceu que, em um ano, foram pagos aproximadamente R\$200 mil de propinas. Além disso, a conta corrente da (*Inaudível.*) Toures Brasil foi utilizada pelo mesmo esquema para lavar em torno de R\$400 mil. Para tanto, a pedido de Moisés, Amarildo consentiu fosse depositado o montante já citado na conta da (*Inaudível.*) Brasil. Após o depósito, cuja origem Amarildo diz desconhecer, o dinheiro foi sacado e entregue às pessoas de costume.

H – Reforma da Assembléia. Fox Pretender e Fernandes (*Inaudível.*) Inquérito Civil 2003001060011379. Em investigação feita pelo Ministério Público, constatou-se que a reforma do prédio da Assembléia, realizada sob a presidência de José Carlos de Oliveira foi objeto de volumosas irregularidades que redundaram num gasto de aproximadamente R\$2 milhões. Essa obra foi realizada por três empresas contratadas em diversos processos licitatórios na modalidade “convite”, numa

escandalosa fragmentação de despesas. Todas as empresas envolvidas na reforma, Fox Construções Ltda, Fernandes Salami, ME e Pretender Comércio e Representações Ltda, tinham os pagamentos realizados da forma absolutamente irregular já mencionada, pagamentos com cheques fragmentados, por determinação de Moisés, Marlon e Haroldinho, sem a comprovação da prestação de serviços. Além disso, grande parte dos cheques dados em supostos pagamentos às empresas citadas foi sacada nas agências bancárias, numa inequívoca demonstração da forma estranha e pouco convencional em que se deu a reforma sob análise. Destaque-se que a Fox é uma empresa sediada na pequena e distante cidade de Alto Alegre dos Parecis, sendo que no endereço por ela apresentado, segundo o auto de constatação do Ministério Público, existe uma empresa absolutamente diversa.

I. Aquários Comércio e Serviços de Limpeza Ltda. Inquérito Civil nº 2005001060004829. Aqui se investigam pagamentos da Assembléia Legislativa à Aquários Comércio e Serviços de Limpeza Ltda, realizados no período de outubro de 2004 a maio de 2005, num montante de R\$930. 500, referentes a despesas de colocação de veículos. Essa empresa está em nome de Laerte Ribeiro de Oliveira e Donizete (*Inaudível.*), aquele primo e este cunhado de José Carlos de Oliveira e Moisés de Oliveira, a quem de fato pertence a empresa em questão.

Da análise dos processos administrativos a que o Ministério Público teve acesso, verifica-se que a locação de veículos pela Assembléia Legislativa pela empresa Aquários se deu sem licitação, havendo apenas em dois processos 1249/04 e 1501/04, despacho do Presidente da casa de leis, reconhecendo e homologando as despesas sobre o argumento de urgência para sanar problemas, sem existir, contudo, nos respectivos processos, a motivação da urgência mencionada.

Todavia, há outros pagamentos sem qualquer espécie de justificativa. Apesar de os pagamentos terem sido efetuados, não há certificação da realização do serviço, tão pouco especificação dos veículos, em tese, locados na Assembléia Legislativa, tais como placa, ano, cor e chassi, o que evidencia graves irregularidades nos respectivos pagamentos.

Agregam-se a essas circunstâncias, que por si só causam estranheza, informações de Kátia Maria Tavares das Neves, Luciano de Rossi e Terezinha Marsaro, servidores da Assembléia Legislativa, de que os pagamentos à empresa Aquários não seguiam os prosseguimentos regulares. Primeiro efetuavam os

pagamentos e só depois os serviços eram recebidos. E ainda assim, proforma, vez que há fortes indícios de que os serviços não eram efetivamente prestados, pelo menos em sua integralidade. A empresa era uma ponte a mais nos desvios promovidos pela estrutura de corrupção montada na Assembléia.

Essa evidência torna-se mais patente ante as informações de que a empresa arcou com os custos de aquisição de dois veículos ligados ao Presidente da Assembléia, Carlão de Oliveira. Esses dois veículos constituem a expressão mais clara da absoluta desfaçatez com que se conduziam os deputados deste Estado e a total confiança na impunidade que os cercavam. Trata-se do sorteio de dois veículos entre os parlamentares e suas esposas. No final de 2004, durante os festejos de fim de ano, o Presidente da Assembléia, José Carlos de Oliveira, promoveu uma confraternização entre os deputados e seus familiares no Clube da Engecom, na cidade de Porto Velho.

Para abrilhantar a confraternização, Carlão de Oliveira, à guisa de mimo, sorteou entre os Deputados um veículo zero quilômetro, de luxo, marca Toyota Corolla, XEI, câmbio automático, ano 2004, modelo 2005. E entre as esposas dos deputados, um veículo popular – mulher é discriminada, Presidente, não pode – também zero quilômetro, marca GM, Chevrolet, modelo Celta. Para tanto, atuando mais uma vez em nome do grupo, Aroldinho esteve na empresa Nissei Motors Ltda, a fim de adquirir um veículo de luxo.

Na ocasião, informou que a nota fiscal deveria ser emitida após o evento, para que saísse diretamente em nome do sorteado. Além disso, precisavam levar o carro ao local do evento para expô-lo, para liberação e exposição do veículo no Clube da Engecom. Foi entregue por Aroldinho um cheque da Empresa Aquários, ocasião em que afirmou que a empresa era nossa, e que ela era responsável pelo evento. O veículo foi levado ao Clube da Engecom, por uma funcionária da concessionária, e colocado ao lado do veículo Celta, que também havia sido adquirido e pago com o cheque da empresa Aquários que foi depois resgatado. Sorteados os veículos, a esposa do Deputado Neldir de Oliveira foi contemplada com o Celta, e o Deputado Chico Doido ganhou o Corolla.

Na segunda-feira, após o sorteio, o cheque emitido pela Aquários, cuja beneficiária era a Nissei Motors, foi depositado e pago. Posteriormente, Aroldinho informou que o sorteado preferiu o dinheiro, razão pela qual pretendia devolver o veículo à Nissei Motors. Ante a discordância da empresa, Carlão de Oliveira decidiu ficar com o veículo e determinou então que ele fosse faturado no nome de João Carlos Batista de Souza, conhecido por João Sujo, pessoa notoriamente a ele

vinculada. Intuitivo, pois que o dinheiro público de forma direta ou indireta custeou essas benesses.

As informações colhidas dão conta também de que o próprio Deputado Carlão de Oliveira já estivera juntamente com João Sujo em outra revendedora de veículos, Ivel, concessionária Honda, mostrando o seu interesse na aquisição de um veículo de luxo. Mas não houve acerto ante a negativa desta em permitir a saída do veículo para exposição no local do sorteio sem o respectivo faturamento.

Aliás, a confraternização no Clube da Engecom acima mencionada foi veiculada nos jornais eletrônicos: **Rondônia Notícias**, de 29/12/2004, **Observador.com**, de 30/12/2004 e **Clarim da Amazônia**, de 30/12/2004 com a seguinte manchete: José Carlos de Oliveira, veículo comprado em nome de terceiro.

No dia 12 de março de 2004, João Carlos Batista de Souza, o João Sujo, esteve na empresa Nissei Motors Ltda e entabulou negociação para aquisição de uma caminhonete Hilux, informando que o veículo seria destinado ao Presidente da Assembleia Legislativa, porém o carro deveria ser faturado em nome de Daniela Feitosa Monteiro, mulher de Nilson de Oliveira, administrador das fazendas de Carlão, em nome de quem, aliás, já esteve parte do gado do Presidente da Assembleia.

O faturamento efetivamente saiu para Daniela, embora esta jamais tenha ido àquela concessionária. O pagamento de R\$70 mil foi realizado da seguinte forma: R\$39.900,00 financiados junto ao Banco Sudameris; R\$8.100,00 entregues em moeda corrente, e dois cheques de Daniela, um de R\$7.500,00 e outro de R\$10.000,00, com prazo de 30 e 60 dias respectivamente. Há ainda um débito de R\$5.100,00 para ser quitado junto à concessionária.

Não fosse a estranheza da negociação, as investigações permitiram comprovar que Daniela é servidora comissionada da Assembleia Legislativa de Rondônia, lotada exatamente no gabinete da Presidência. Tratou-se, portanto, a aquisição em nome de Daniela de mais uma forma de desvio de recursos públicos, agora relacionadas às irregularidades da folha de pagamento, constituindo aliás figura característica do crime de lavagem de dinheiro, que será obviamente apreciado quando da conclusão dos inquéritos policiais.

4.3. Delitos nas folhas salariais.

Em suas investigações nas irregularidades na Assembleia, inclusive com a apreensão de computador portátil usado na fraude, a Polícia Federal verificou a existência de fraudes na folha de pagamento da casa legislativa, envolvendo confecção de folha fantasma, fraude na própria folha oficial e empréstimos consignados forjados. Apenas a folha paralela ou fantasma

teria em 11 meses desviado 15 milhões de reais da Assembleia Legislativa, segundo a Polícia Federal.

O Partido dos Trabalhadores protocolou representação na Assembleia Legislativa e no Ministério Público requerendo a abertura de procedimentos visando apurar o envolvimento da quase totalidade dos deputados estaduais, 22, no desvio de recursos por meio da mencionada folha paralela.

O Ministério Público determinou o arquivamento da representação citada no parágrafo anterior, entendendo que os documentos e as representações nada acrescentam às investigações e também nada inovam, no que se refere à configuração jurídica das medidas a serem oportunamente adotadas e instaurou inquérito civil para investigar o assunto.

O procedimento do Ministério Público apura comprovada folha de pagamento paralela, composta de servidores comissionados, que seguia trâmite absolutamente diverso da folha oficial. O pagamento dos integrantes do quadro de pessoal regular da Assembleia era encaminhado diretamente aos bancos em que os servidores possuem conta-corrente, em geral o Unibanco.

Entretanto, a dita folha paralela era confeccionada mês a mês e logo após os cheques correspondentes aos salários dos supostos servidores eram entregues diretamente aos deputados e aos seus chefes de gabinete, sendo os da Presidência entregues a Moisés de Oliveira ou Marlon Jungles. A indigitada folha paralela era confeccionada no departamento financeiro e não no departamento de recursos humanos, como ocorria com os servidores da folha regular. Para sua confecção, a cada mês, o Presidente da Assembleia, Carlos de Oliveira, seu irmão Moisés de Oliveira ou ainda Marlon Jungles repassava à diretora do departamento financeiro os valores a serem repassados a cada deputado. A eles também competia apresentar a relação de nomes que deveriam figurar como servidores comissionados da Assembleia Legislativa no mês, de forma a justificar o recebimento do valor destinado pela Presidência.

Tais servidores, segundo apurou a Polícia Federal, não possuíam cadastro, ficha funcional e sequer ato de nomeação. Com a citada folha paralela, desviaram-se de junho de 2004 a maio de 2005 em torno de R\$15 milhões, segundo informações da Polícia Federal e do Ministério Público estadual.

As folhas de pagamento oficial e paralela possuíam outra grave irregularidade. Nelas figuravam servidores que sequer tinham conhecimento disso, eram verdadeiros funcionários fantasmas dos deputados estaduais. Nesses casos, os cheques de pagamento não eram entregues aos supostos servidores, mas en-

dossados geralmente por terceiros não identificados que eles simulavam ser o favorecido, após o que os valores eram sacados ou depositados em contas pre-determinadas e tinham como destino final o Deputado, o gabinete, em que o servidor em tese estava lotado. Toda essa operação consistia na verdade em um estratagema forjado para desvio de dinheiro público.

Finalmente, os Deputados realizaram em nome dos servidores comissionados empréstimos junto a instituições de crédito para desconto em folha em que o valor levantado era destinado a eles próprios. Os empréstimos feitos em nome de terceiros constituíam verdadeira antecipação do valor que pretendiam ilicitamente receber durante a manutenção do fantasma na folha de pagamento. Em outros casos, os empréstimos eram feitos em nome dos servidores regulares que, entretanto, tinham os vencimentos acrescidos da quantia que seria destinada mensalmente ao pagamento do empréstimo levantado em favor do Deputado.

De acordo com dados preliminares levantados pela Polícia Federal, o notebook apreendido no qual era confeccionada a folha paralela, foram desviados recursos da Assembléia Legislativa entre 1º de junho de 2004 e 30 de abril de 2005 aos seguintes Deputados:

O Deputado Beto do Trento nomeou na folha paralela de pagamento do seu gabinete nove servidores, aos quais a Assembléia pagou salário bruto de R\$172.400,00;

O Deputado Amaril de Oliveira gastou com seus 25 fantasmas a quantia de R\$602.400,00;

O Deputado Dr. Carlos, Carlos Henrique Bueno da Silva, pagou a 13 servidores a importância de R\$299.00,00;

O Deputado Daniel Néri de Oliveira com 43 funcionários pagou R\$800.500,00;

O Deputado Deusdete Antônio Alves pagou a 13 servidores R\$323.400,00;

O Deputado Edésio Amartele tinha 21 funcionários pagou-lhes R\$598.200,00;

O Deputado Edson Gasone pagou aos 28 funcionários lotados em seu gabinete a importância de R\$760.00,00;

A Deputada Helen Ruth C. de Salles Rosa com 26 servidores gastou R\$887.500,00;

O Deputado Everton Leoni pagou seus 26 funcionários a importância de R\$683.600,00;

O Deputado Chico Doido, Francisco Isidro dos Santos, gastou com 28 funcionários R\$705.500,00;

O Deputado Léo do Buriti, Francisco L. B. Sousa, tinha 28 funcionários e lhes pagou R\$811.500,00;

O Deputado Haroldo F. Carvalho Santos, com 22 funcionários despendeu R\$898.800,00;

O Deputado João da Muleta, João Batista dos Santos, gastou com seus 16 funcionários a importância de R\$240.000,00;

O Deputado Cacá Mendonça, João Ricardo Geromolo Mendonça, tinha 50 funcionários, com os quais gastou R\$1.130.100,00;

O Deputado Emílio Paulista, José Emílio Mancuso de Almeida, com 24 funcionários, gastou R\$936.000,00;

O Deputado Marcos Antônio Donadon tinha 20 funcionários e com eles gastou R\$694.000,00;

O Deputado Mauro de Carvalho com 43 funcionários pagou R\$754.550,00;

O Deputado Neudi Carlos Francisco de Oliveira pagou seus 10 servidores fantasmas R\$344.500,00;

O Deputado Nereu José Closins com apenas 4 funcionários gastou R\$182.000,00;

O Deputado Paulo R. O. Moraes, afastado para exercer o cargo de Secretário de Segurança Pública contratou 8 servidores e pagou R\$153.000,00 – até afastado pagava;

O Deputado Renato Euclides Carvalho Veloso Viana nomeou na folha paralela 40 servidores, aos quais pagou a soma de R\$667.400,00;

O Deputado Ronilton Capixaba, Ronilton Rodrigues Reis, com 29 funcionários, gastou R\$919.900,00;

O Deputado Carlão de Oliveira, José Carlos de Oliveira, Presidente da Assembléia, empregou 41 funcionários, os quais destinou R\$1.401.500,00.

Esse esquema de locupletamento ilícito de Parlamentares em detrimento do erário de pessoas que sequer sabiam que seus nomes figuravam na folha de pagamento da Assembléia encontra-se evidenciado em inquérito civil público do Ministério Público de Rondônia. É também robusto o conjunto probatório produzido pela Política Federal. Os vários documentos apreendidos que já foram periciados integram os inquéritos policiais que estão em fase de conclusão. O envolvimento do Presidente da Assembléia Legislativa, José Carlos de Oliveira, de Moisés José Ribeiro de Oliveira e de Marlon Sérgio Lustosa (*Inaudível.*) Esse último, como já dito, irmão e cunhado do primeiro, é de perfeita visualização dos depoimentos colhidos.

Recomendações.

5 – A situação no Estado de Rondônia, como visto, é extremamente grave e excepcional. A ordem pública, que não deve ser confundida com segurança pública, encontra-se seriamente comprometida. Essa premissa pode ser comprovada em um simples passeio pelas ruas da capital Porto Velho. As pessoas estão revoltadas e prontas para tomar medidas violentas, o que, aliás, já foi feito em um recente

ataque à Assembléia Legislativa. O Estado democrático de direito e, portanto, a ordem pública, reclamam respostas moralizadoras urgentes, e, não obstante o trabalho árduo que está sendo desenvolvido pelo Ministério Público Estadual e pela Polícia Federal ao Poder Judiciário ainda não conseguiu entregar efetivamente a prestação jurisdicional, determinando o afastamento dos Parlamentares Estaduais comprovadamente envolvidos nos escândalos.

Alerte-se que as provas de corrupção que grassa na Assembléia Legislativa de Rondônia são robustas. Todavia, essa robustez não foi suficiente para que os envolvidos fossem cassados por quebra de decoro Parlamentar no procedimento administrativo que tramitou naquele Parlamento. Assim, após tudo que se apurou, esta Comissão Externa, entende por bem fazer as seguintes recomendações às autoridades, poderes e instituições:

“A – Pugnar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República para que decrete intervenção federal no Estado de Rondônia diante do grave comprometimento da ordem pública e do não-funcionamento adequado do Poder Legislativo no Estado de Rondônia é imperativo que se instrumentalize o instituto constitucional da intervenção federal na citada unidade federativa.”

A intervenção é ato político que consiste na incursão da entidade interventora nos negócios da entidade que a suporta. Constitui a antítese da autonomia, pois afasta momentaneamente a atuação autônoma do Estado do Distrito Federal ou do Município que a tenha sofrido.

A Constituição consagra o princípio da não-intervenção, isso porque tal ato se traduz em medida excepcional de defesa do Estado Federal e de proteção das unidades federadas que o integrem. É instituto essencial ao sistema federativo, sendo exercido em função da integridade nacional e da tranquilidade pública. Quando o interventor for da União nos Estados ou no Distrito Federal, o art. 34 da Constituição relaciona as hipóteses de incidência.

“Art. 34 A União não intervirá nos Estados ou no Distrito Federal nem no Distrito Federal exceto para:

- 1 – Manter a integridade nacional.
- 2 – Repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da federação em outra.
- 3 – Por termo a grave comprometimento da ordem pública.
- 4 – Garantir o livre exercício de qualquer dos poderes das unidades da federação.

5 – Reorganizar as finanças das unidades da federação, que:

Suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior.

Deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias nessa Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei, fixados nessa Constituição.

6 – Prover a execução de lei federal, ordem ou decisão judicial.

7 – Assegurar observância dos seguintes princípios fundamentais:

Forma republicana, sistema representativo e regime democrático.

Direitos da pessoa humana.

Autonomia municipal.

Prestação de contas à administração pública direta e indireta.

Aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações do serviço público de saúde. E sobre a hipótese prevista no inciso III, “pôr termo” – Sr. Assessor, corrija, por favor – a grave comprometimento da ordem pública, a aplicação ao presente caso vale sobre a hipótese prevista no art. 3, ou seja, pôr termo a grave comprometimento da ordem pública, aplicável ao presente caso.

Vale transcrever os ensinamentos de Henrique Ricardo Lewandowski, em sua obra *Pressupostos Materiais e Formais da Intervenção Federal no Brasil*: o direito anterior, conforme se verificou, exigia que a perturbação da ordem pública fosse de excepcional gravidade, para que a intervenção se apresentasse como lícita.

As Constituições de 1891, com a redação dada pela emenda de 26, de 34 e de 46, falavam inclusive em guerra civil. E como observa Manoel Gonçalves Ferreira Filho, embora a primeira constituição republicana admitisse a medida para restabelecer a ordem e a tranquilidade nos Estados condicionava-se à requisição dos respectivos governos.

A Carta ditatorial de 37, por sua vez, autorizava a intervenção quando a ordem estivesse gravemente alterada. E se o Estado não quisesse ou não pudesse restabelecê-la, mesmo a Constituição de 67, editada sob a égide de um governo militar, exigia que a perturbação da ordem fosse grave.

Apenas na Constituição de 69 ou de 67, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 01/69, como recrudescimento do autoritarismo e da centralização do sistema federativo, é que a intervenção passou a ser admitida na hipótese de simples perturbação da ordem, ou ainda em face da mera ameaça de sua

irrupção, conforme estabelecia o art. 10, inciso III, da Carta. No mesmo dispositivo previa-se também ação interventiva no caso de corrupção do poder público estadual.

Com a volta à normalidade institucional, resta-belecidas as franquias democráticas, já sob a atual da Constituição, a medida somente pode ser desencadeada na hipótese de grave comprometimento da ordem pública.

Isso significa que não é qualquer perturbação da ordem que torna lícita a intromissão do governo central nos negócios internos das Unidades da Federação, medida extrema que é, posto que fere a autonomia constitucionalmente assegurada aos entes federados. Ela somente se justifica caso não possa a desordem ser debelada pelas autoridades locais, ou se estas, por qualquer razão, não queiram fazê-lo.

Como nota Manoel Gonçalves Ferreira Filho, outra exegese esvaziaria a autonomia estadual, uma vez que a deixaria vulnerável sempre que ocorresse qualquer desordem, embora perfeitamente superável pelos próprios meios do Estado Federado.

A interrupção da ordem, pois, há de ser de fora do comum, excepcional. Como se disse, nas palavras de José Cretela Júnior: ordem é o contrário de caos, registrando-se vários graus de perturbação da ordem, devendo, contudo, estar presente como grave para abonar a ação federal.

Mas em que consiste, afinal, a ordem pública? Para Plácido e Silva ela constitui a situação e o estado de legalidade normal em que as autoridades exercem suas atribuições precípuas e os cidadãos as respeitam e acatam sem constrangimento ou protesto. Trata-se, pois, da paz e da tranqüilidade no meio social usufruídas ao abrigo da ordem jurídica assegurada pelo Estado.

Na hipótese de grave perturbação da ordem, a intervenção é decidida pelo Presidente da República, independentemente de qualquer apreciação prévia do Congresso Nacional ou do Poder Judiciário, após a verificação da ocorrência dos fatos que a justificam. Cuida-se, no caso, de uma competência discricionária. Quer dizer, diferente da hipótese de assegurar o livre exercício de qualquer dos Poderes nas Unidades de Federação, em que o exercício da competência interventiva é vinculada. Nessa hipótese, pode ou não ser exercida por seu titular, que é o Presidente da República, segundo um juízo de oportunidade e conveniência da parte deste.

Em outras palavras, nas hipóteses supramencionadas, a intervenção é deixada ao prudente arbítrio do Presidente da República, que age moto-próprio, independentemente de provocação. Os pressupostos formais, aqueles que dizem respeito à efetivação, limitação e requisitos da intervenção, estão concentra-

dos no art. 36 também da Constituição Federal, que estabelece:

“Art. 36 – A decretação da intervenção dependerá:

I – no caso do art. 34, IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal se a coação for exercida contra o Poder Judiciário;

II – no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral;

III – de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal.

§ 1º O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembléia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.

§ 2º Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembléia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no mesmo prazo de vinte e quatro horas.

§ 3º Nos casos do art. 34, VI e VII, ou do art. 35, IV, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional ou pela Assembléia Legislativa, o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

§ 4º Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal.”

Assim, para sanar o problema que experimenta o Estado de Rondônia, qual seja, o grave comprometimento da ordem pública, basta que o Senhor Presidente da República decrete a intervenção, especificando a amplitude, o prazo e as condições de execução, nomeie o interventor e submeta a medida ao Congresso Nacional no prazo de 24 horas.

B) Instar a Polícia Federal e o Ministério Público do Estado de Rondônia a agilizar a conclusão dos inquéritos que instauraram e este último, ainda, a ajuizar as ações civis públicas que objetivem a declaração de perda de mandato dos Parlamentares envolvidos em atos de corrupção.

O Ministério Público Estadual instaurou diversos inquéritos civis públicos para servir de base à propositura de ações que objetivem a responsabilização dos Parlamentares envolvidos em atos de corrupção. Da mesma forma, a Polícia Federal instaurou os cor-

respondentes inquéritos policiais a fim de elucidar os atos criminosos cometidos na Assembléia e instrumentalizar a propositura das ações penais cabíveis. É necessário que sejam urgentemente concluídas essas investigações, ajuizadas as competentes ações cíveis e criminais e respeitado o devido processo legal, punidos, inclusive, com a cassação dos mandatos todos os culpados.

Entre as condutas apuradas, inegavelmente, a mais grave é que diz respeito à folha paralela, citada neste relatório. Pelo que já está provado, é imprescindível que o Tribunal de Justiça decrete a perda dos mandatos dos Deputados Estaduais a seguir nominados e que seja dada posse a seus respectivos suplentes:

- 1 – Carlão de Oliveria, José Carlos de Oliveira.
- 2 – Beto do Trento.
- 3 – Amarildo de Almeida.
- 4 – Dr. Carlos (Carlos Henrique Bueno da Silva).
- 5 – Daniel Nery de Oliveira.
- 6 – Deusdete Alves.
- 7 – Edésio A. Marteli.
- 8 – Edson Gazoni.
- 9 – Helen Ruth.
- 10 – Everton Leoni.
- 11 – Chico Doido.
- 12 – Leudo Buriti, Francisco L. B. Souza.
- 13 – Aroldo F. Carvalho Santos.
- 14 – João da Moleta, João Batista dos Santos.
- 15 – Cacá Mendonça (João Ricardo Geromolo Mendonça).
- 16 – Emílio Paulista, José Emílio Mancúcio de Almeida.
- 17 – Marcos Antônio Donadon.
- 18 – Mauro de Carvalho.
- 19 – Neudi Carlos Francisco de Oliveira.
- 20 – Nereu José Klosinsky.
- 21 – Paulo R. O. Moraes (afastado para exercer o cargo de Secretário de Segurança Pública).
- 22 – Renato Euclides Carvalho Veloso Viana.
- 23 – Ronilton Capixaba.

Aqui tem 23, porque um é o Secretário de Segurança, que está afastado. Então, tem dois Deputados lá que não estão envolvidos e estão no exercício do mandato. E um está envolvido fora do mandato, ocupando a Secretaria de Segurança Pública.

O SR. (Orador não identificado) – *(Fora do microfone. Inaudível.)*

O SR. RELATOR (Demóstenes Torres – PFL – GO) – É.

C – Solicitar ao Tribunal de Justiça de Rondônia que analise com celeridade os pleitos relacionados aos crimes e improbidades cometidos na assembléia do Estado. Os inquéritos civis e policiais alicerçam ações judiciais cujo julgamento estará a cabo do Tribunal de Justiça nos casos dos crimes e das Varas das Fazendas Públicas no caso das improbidades. O julgamento ágil desses feitos sem, obviamente, afastar-se das exigências devido o processo legal é condição imprescindível para por cobro à impunidade e restabelecer a confiança nas instituições no Estado de Rondônia.

D – Recomendar ao Tribunal de Justiça e ao Ministério Público do Estado de Rondônia que não se quedem às pressões da maioria dos Deputados Estaduais envolvidos nos ilícitos relatados, os quais desvirtuando, mais uma vez, sua função constitucional de legislar em nome do povo, exercem essa função com finalidades menores, por vezes condicionando-a a benesses pouco ortodoxa.

Esta Comissão percebeu que, nos bastidores da análise da Lei Orçamentária ora em discussão em Rondônia, isso vem refletido na mídia local, a votação do Orçamento vem servindo de instrumento de pressão contra o Tribunal de Justiça e o Ministério Público para que estes amenizem sua atuação contra os Deputados envolvidos nos ilícitos ali retratados.

E – Solicitar ao Ministério Público e à Polícia Federal que promovam as investigações relativas às denúncias que envolvam o Sr. Governador do Estado. Pelas investigações já feitas, há indícios que o Sr. Governador Ivo Narciso Cassol, no exercício do cargo, possa ter cometido irregularidades administrativas civis e penais, que devem ser apuradas e o responsável, ou responsáveis, punido ou punidos exemplarmente na medida de sua ou suas culpabilidades.

F – Solicitar ao Sr. Presidente do Congresso Nacional que seja priorizada a apreciação da proposta de emenda à Constituição nº 62, de 2005. A Senadora Fátima Cleide (PT – RO), integrante desta Comissão, apresentou em 26 de outubro de 2005, a PEC nº 62, que atribui ao Senado Federal a competência de processar e julgar Legisladores Estaduais, Distritais e Municipais quando houver envolvimento de mais da metade dos seus membros.

A inovação deve ser apreciada com a rapidez possível, uma vez que se adotada, poderá colocar a

termo situações como a do Estado de Rondônia. É necessário que o Senado Federal, diante de grave violação institucional, possa interferir no Estado e restabelecer a ordem.

G – Solicitar ao Sr. Presidente do Senado Federal que oficie aos Chefes da Polícia Federal, do Ministério Público do Poder Judiciário de Rondônia tecendo referências elogiosas às autoridades que atuaram até o momento na apuração da denúncias. Inegável que às autoridades compete cumprir o que lhes determina o ordenamento jurídico do País.

Assim, em princípio, nenhum elogio mereciam as autoridades envolvidas nas investigações realizadas no Estado de Rondônia. Todavia, a coragem, a presteza e a competência com que se houveram o Delelado Federal Joaquim Mesquita, o Promotor de Justiça Rudson Coutinho e o Desembargador Sansão Batista Saldanha não devem passar em claro. Esta Comissão sente-se no dever de prestar reconhecimento ao desempenho das autoridades apontadas.

H) Sugerir ao Sr. Presidente do Senado Federal que encaminhe cópia do presente relatório às seguintes autoridades: Presidente da República, Procurador-Geral da República, Ministro da Justiça, Diretor-Geral da Polícia Federal, Superintendente Regional da Polícia Federal de Rondônia, Governador do Estado de Rondônia, Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia e Procurador-Geral de Justiça de Rondônia.

Era o que tinha a relatar, Sr. Presidente. Sala das nossas Comissões na data de hoje. O Relator foi o Sr. Demóstenes Torres, estando presentes o Presidente Sibá Machado e o Vice-Presidente Augusto Botelho. Em síntese, Sr. Presidente, era o que havia a ser relatado.

O SR. PRESIDENTE (Sibá Machado. Bloco/PT – AC) – Nobre Senador Demóstenes Torres, primeiramente, foi um prazer muito grande ter trabalhado com V. Ex^a durante este período. Nós nos conhecemos melhor quando trabalhamos na Comissão Externa que apurava o assassinato da Irmã Dorothy, da qual eu era apenas membro. Desta feita, estou presidindo honrosamente a Comissão de que V. Ex^a faz parte como Relator. Saúdo também o Senador Augusto Botelho, que, de maneira bastante atuante, nos ajudou bastante no encaminhamento dos trabalhos bem como todas as pessoas que participaram como colaboradoras para chegar a este resultado.

Tenho informação, segundo o nosso colega ex-Senador Odacir Soares, que o Parlamentar que estava afastado para assumir a função de Secretário de Segurança Pública já retornou aos trabalhos, porque o Governador o exonerou.

Do nosso relatório, compete-me apenas fazer o seguinte comentário: eu estava muito preocupado com o papel e a competência da nossa Comissão e com o que ela poderia propor de concreto à solução daquele tão grave problema. Chegou-se a uma situação em que uma Casa Legislativa de 24 Parlamentares teve 22 envolvidos – agora 23, porque o titular e o suplente participaram dos ilícitos. A ambigüidade que estamos vivendo agora é como tomar a providência.

Mas os fatos são tão claros, exemplares e notórios que a própria Casa, em sua Comissão de Ética, admite que vários Parlamentares cometeram tais ilícitos e ela mesma sugere a cassação dos respectivos mandatos – evidentemente, não do número que apresentamos, mas de alguns –, mostrando que a situação é real.

Cabe também um elogio ao trabalho da Polícia Federal, que nos apresentou papéis irrefutáveis e irretocáveis, e do Ministério Público do Estado de Rondônia bem como às demais autoridades que V. Ex^a já citou.

Compete ressaltar o pedido de cassação dos 22 Parlamentares – agora, no caso, 23, porque certamente o suplente ficaria impedido de assumir por praticar o mesmo ilícito – e a nossa solicitação de uma força maior para tomar essa providência.

No que diz respeito ao Governo do Estado, também admito o que aponta o nosso relatório, porque ele não foi um alvo muito forte de investigação. Como não encontramos uma matéria contundente, a questão ficará sob avaliação da continuidade da investigação pelas autoridades aqui já relatadas a fim de verificar o aparecimento de um fundamento maior.

Assim, Sr. Relator, estou de acordo, de muito bom grado, com o que apresenta o relatório de V. Ex^a, sem nenhuma ressalva ou consideração final. Acredito também que a medida que a Senadora Fátima Cleide apresentar para retirarmos definitivamente, em força constitucional, esse tipo de problema, para que se um dia vier a se repetir, o Senado Federal tenha essa autoridade de tomar as providências, dessa vez agora de forma direta e objetiva. São as considerações que eu queria fazer.

Ainda tenho que avisar a esta Comissão que nós fizemos um pedido de audiência, hoje, com o Senador Renan Calheiros, o Presidente da Casa, que nos aguarda tão logo possamos ir. Ele não quis marcar um horário; fica a nosso critério. Peço que saíamos de imediato, tão logo votemos o relatório.

Segundo. Nós tínhamos um horário reservado com o Ministério Público Federal, com o nosso Procurador-Geral, entre 11h e meio-dia. Nós estamos no limite do horário e estou pedindo para ele nos receber em seguida. E ficou, ainda, o Ministro da Justiça interino, porque o titular está viajando, para às 16h. E a Ministra Dilma Rousseff ficou de fazer um contato conosco; marcou para o período da tarde, mas não definiu o horário cem por cento. Devido a essa agen-

da, rogarei a ela que fique para a última entrega do Ministro da Justiça, após às 16h.

Eu passo a palavra, se quiser fazer comentário, ao Senador Augusto Botelho e em seguida poderemos tratar da votação do relatório, a não ser que V. Ex^a queira fazer, ainda, alguns comentários.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR) – Eu espero que o nosso trabalho seja levado em consideração, porque o Estado não pode ficar da forma que está. É uma vergonha a situação daquele Estado. Algo parecido ocorreu no meu Estado em menor intensidade, mas as medidas judiciais foram todas tomadas e estão correndo.

Eu gostaria de parabenizar o nosso Presidente e o nosso Relator pela dedicação e pela inteligência com a qual foi elaborado esse trabalho. Eu tenho certeza de que a justiça deverá ser feita. Esse trabalho feito aqui, justamente com a contribuição da Procuradoria e da Polícia Federal, que realmente investigou e achou os ilícitos, trazendo-os para as nossas mãos, a fim de tomarmos as providências. Acredito que a justiça irá acontecer e o povo de Rondônia será beneficiado. Não somente o povo de Rondônia como de todo Brasil, porque os próximos que quiserem fazer algo semelhante passarão a temer. Mas se nada acontecer, prejudicará até o Estado de Goiás, que é mais evoluído politicamente do que os nossos. Se ficar impune, todos continuarão fazendo o mesmo.

Eu acredito que o Brasil está passando por uma mudança e nós, aqui nesta Casa, representamos a vontade de mudança das pessoas que querem mudar. Cada brasileiro deve fazer a sua parte na mudança deste País. Fazemos a nossa e esperamos que a Justiça faça a dela.

Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Diante disso, eu quero submeter o relatório à votação nominal, para não termos nenhum problema futuro.

Dos nossos membros titulares nós temos cinco. Um pediu afastamento; então são quatro e os demais suplentes, porque não foi preenchida a quarta vaga.

Assim sendo, três são quorum absoluto para votação do relatório.

Nesse caso, eu pergunto ao Senador Augusto Botelho qual é o seu voto?

O SR. AUGUSTO BOTELHO ((PDT – RR) – O meu voto é “sim”, de acordo integralmente com o relatório do nosso Senador Demóstenes Torres, o jurista do Senado.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – Peço ao Senador Demóstenes Torres para proferir o seu voto.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO) – O meu voto é “sim” e acho que a única solução que hoje existe, a curto prazo, é o Sr. Presidente da República se sensibilizar com esse relatório e determinar a intervenção no Estado, para resolver os problemas na Assembléia Legislativa.

É um voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. SIBÁ MACHADO (PT – AC) – O meu voto também é favorável ao relatório, ao trabalho do nosso relator, e peço, então, que possamos de imediato nos dirigir ao Presidente Renan Calheiros.

Antes de mais nada, eu faço aqui um agradecimento ao Dr. Tito, pela presteza de seu trabalho; aos nossos colegas que nos ajudaram aqui tão brilhantemente. Desculpem-me, porque me deu uma falha de memória. Ao Dr. Eugênio; ao nosso guerreiro Naurides, que nos ajudou inclusive com alguns endereços para jantar um peixe em Porto Velho; à minha companheira Tânia, que me ajuda bastante nesses trabalhos e aos demais que nos acompanharam.

Então, definitivamente, declaramos encerrada a presente reunião e, concomitantemente, encerrados os trabalhos desta Comissão.

Obrigado a todos e vamos agora ao Senador Renan Calheiros.

(Levanta-se a reunião às 11h59min.)

ATO DO PRESIDENTE
Nº 04 , DE 2006

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Dispensar o servidor **PETRÔNIO BARBOSA LIMA DE CARVALHO**, ocupante do cargo efetivo de Analista de Informática Legislativa, matrícula nº 100502, da Função Comissionada de Diretor da Secretaria Especial de Informática, símbolo FC-09, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 09 de fevereiro de 2006.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 05 , DE 2006

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Dispensar o servidor **CARLOS ALBERTO BELESA SOUSA**, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Informática Legislativa, matrícula nº 102729, da Função Comissionada de Diretor Especial do Laboratório Vivo do Legislativo da Secretaria Especial de Informática, símbolo FC-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 09 de fevereiro de 2006.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DO PRESIDENTE
Nº 06 , DE 2006

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso das suas atribuições regimentais e regulamentares,

RESOLVE:

Dispensar o servidor **EVALDO GOMES CARNEIRO FILHO**, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, matrícula nº 18597, da Função Comissionada de Diretor Adjunto da Secretaria Especial de Informática, símbolo FC-08, e **designá-lo** para exercer a Função Comissionada de Diretor da Secretaria Especial de Informática, símbolo FC-09, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Senado Federal, em 09 de fevereiro de 2006.



Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 002 , DE 2006

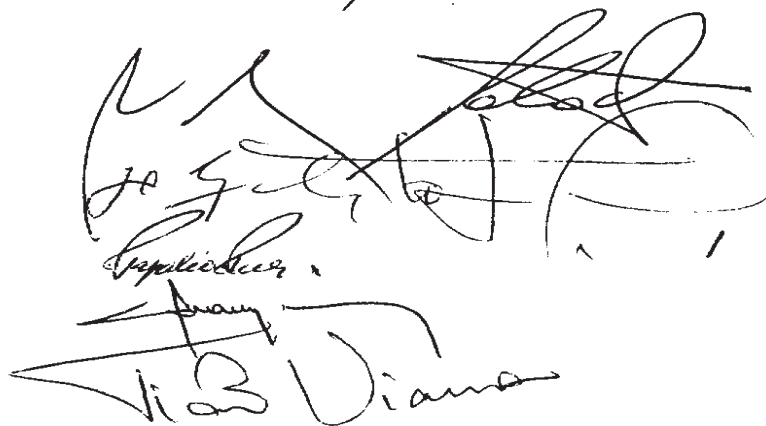
A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no desempenho de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE:**

Art. 1º. É transformado em cargo em comissão de Assistente Parlamentar, símbolo AP-02, um dos cargos em comissão de Assistente Parlamentar, símbolo AP-5, criados pelo Ato da Comissão Diretora nº 21, de 12 de setembro de 2001.

Parágrafo único. O cargo em comissão transformado por este Ato será transferido da estrutura de pessoal do Órgão Central de Coordenação e Execução para a da Secretaria-Geral da Mesa.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão Diretora, 31 de janeiro de 2006.



Handwritten signatures of the members of the Commission Directors, including the name Viana.

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 043 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 320, do Regulamento Administrativo, conforme a redação dada pela Resolução nº. 9, de 1997,

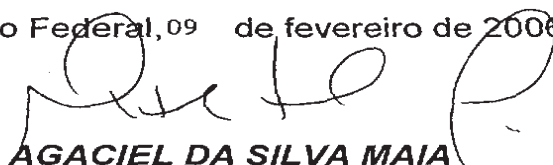
Considerando o previsto no artigo 2º do Ato do Presidente, nº. 90, de 2005, relativo às comemorações dos 180 anos do Senado Federal, e tendo em vista a exigüidade dos prazos,

RESOLVE:

Art. 1º Designar para também comporem a Comissão prevista pela Portaria nº. 28, de 2006, os seguintes servidores: Flávio Cunha Lima, Diretor da Subsecretaria de Anais, matrícula nº 29042; José Farias Maranhão, Diretor da Subsecretaria Industrial-SEEP, matrícula nº 0741; e Lucyana Maria Araújo Moraes Vega, Diretora da Coordenação de Eventos, matrícula nº 55442; e Jefferson Luis Colombo Dalmoro, matrícula nº 55259.

Art. 2º Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 09 de fevereiro de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 263, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 116, de 2006, haja vista que o senhor ADEMÁRIO BARRETO DOS SANTOS já havia sido empossado no cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Gabinete da Liderança do PSB.

Senado Federal, em 09 de fevereiro de 2006

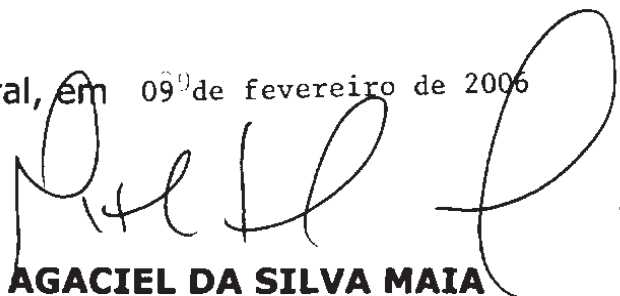

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 264 , de 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta do Processo nº 001.425/06-4,

RESOLVE aposentar, voluntariamente, por tempo de serviço, com proventos integrais, o servidor JOSÉ ARAÚJO FILHO, Analista Legislativo, Área 2, Nível III, Padrão 45, nos termos do Art. 40, inciso III, alínea "a", da Constituição da República Federativa do Brasil, com a redação anterior à Emenda Constitucional nº 20/98, na forma assegurada pelo art. 3º deste mesmo dispositivo legal, acrescido das vantagens previstas na Resolução do Senado Federal nº 74/94, combinado com o Ato do Diretor-Geral nº 148/94, observando-se o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, em 09^º de fevereiro de 2006

**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

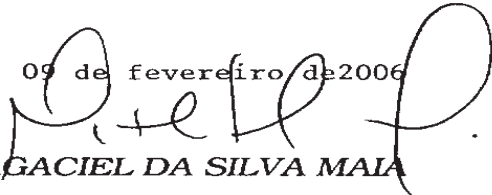
N.º 265 , de 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo SF n.º 009374/98-1,

RESOLVE, fundamentado no inciso IV, do art. 222, da Lei 8.112/90, por perda da qualidade de beneficiário por ter atingido a maioridade, cancelar a cota de 50% (cinquenta por cento) da pensão temporária concedida a THALITA MENDES DE OLIVEIRA FRESKI, na condição de filha menor, e nos termos e nos termos do art. 223, inciso II, da Lei 8.112/90, reverter a referida cota cancelada para JEFFERSON DE QUADROS FRESKI JÚNIOR, na condição de filho menor, alterando a cota de 50% (cinquenta por cento) para 100% (cem por cento) da pensão temporária, conforme Ato do Diretor-Geral n.º 466, de 2001, publicado no DSF do dia 24/03/2001, da remuneração que percebia a ex-servidora FLÁVIA REGINA MENDES DE OLIVEIRA, matrícula 31565, a partir da data da maioridade, 26/01/2006.

Senado Federal,

09 de fevereiro de 2006


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

N.º 266 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 002001/06-3,

RESOLVE dispensar o servidor ONOFRE DÉCO DA SILVA, matrícula 46970, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Consultor Técnico, Símbolo FC-7, da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico Parlamentar, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Flexa Ribeiro, a partir de 01 de janeiro de 2006.

Senado Federal, 09 de fevereiro de 2006

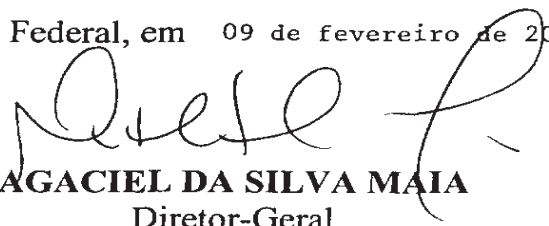

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 267 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **002220/06-7**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **EVERLAINE SOBRAL LIMA**, matrícula n.º 178140, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 09 de fevereiro de 2006

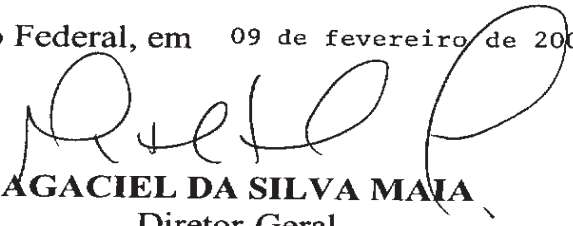

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 268 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **002220/06-7**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **ELAINE CRISTINA SANTOS CARVALHO**, matrícula n.º 189630, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 09 de fevereiro de 2006

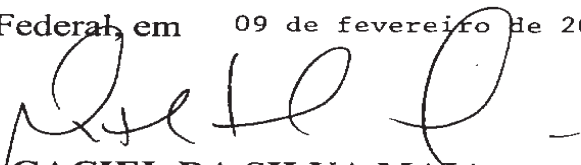

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 269 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 2º, do Regulamento de Cargos e Funções do Senado Federal, e tendo em vista o que consta do Ato do Diretor-Geral nº 1.583, de 2005 e do Processo n.º **002221/06-3**,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, da servidora **ETELVINA MARIA SANTOS DE LIMA**, matrícula n.º 166288, de Assistente Parlamentar, AP-6, para o de Assistente Parlamentar, AP-5, do Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 09 de fevereiro de 2006

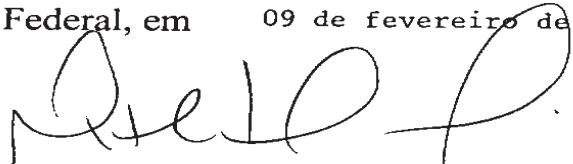

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 270, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.ºs **001640/06-2** e **002221/06-3**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 216, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3415, de 03/02/2006, que nomeou **TÂMARA PRATA DE SANTANA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 09 de fevereiro de 2006

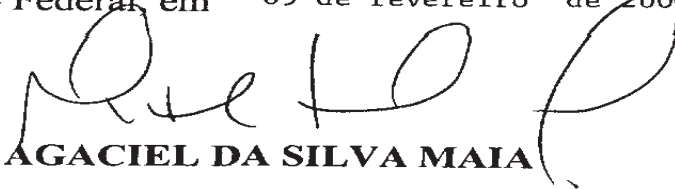

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 271 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo **01173/06-5**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 161, publicado no Boletim de Pessoal do Senado Federal n.º 3411, 30/01/2006, e nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, **ROSINHA BARROS NASCIMENTO** para exercer cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Maguier Vilela.

Senado Federal, em 09 de fevereiro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 272 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **002222/06-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FÁTIMA MENEZES OLIVA**, matrícula n.º 175770, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Gabinete do Senador Almeida Lima.

Senado Federal, em 09 de fevereiro de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA

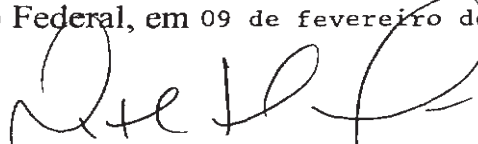
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 273 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **002294/06-0**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **DANIELE HORTA LIMA**, matrícula n.º 185880, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência.

Senado Federal, em 09 de fevereiro de 2006.



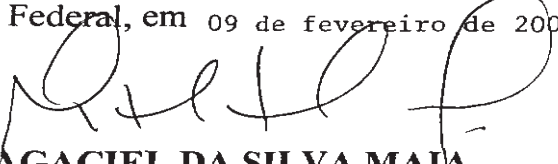
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 274 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **002293/06-4**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **FRANCISCO DA SILVA ARAUJO**, matrícula n.º 185131, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência, a partir de 24/02/2006.

Senado Federal, em 09 de fevereiro de 2006.



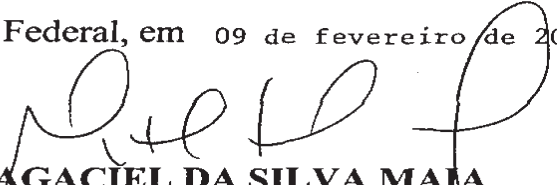
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 275 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **002360/06-3**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FLÁVIA MARIA BRASIL** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Lúcia Vânia.

Senado Federal, em 09 de fevereiro de 2006.



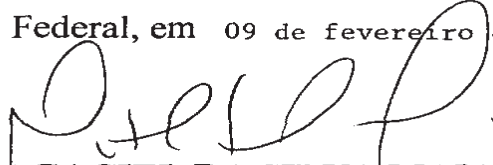
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 276 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **002311/06-2**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **FRANCISCO VALADARES NETO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senado Federal, em 09 de fevereiro de 2006.



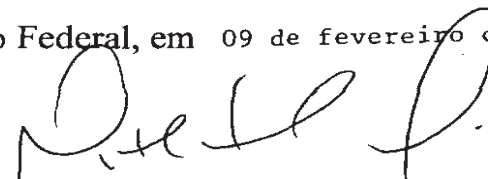
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 277 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002305/06-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RODRIGO VIEIRA COELHO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Senado Federal, em 09 de fevereiro de 2006.



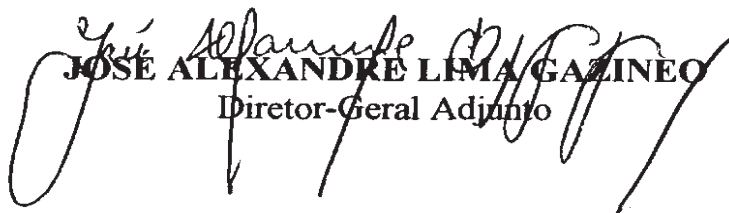
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 278 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais e regulamentares,

R E S O L V E alterar o cargo, em comissão, do servidor **JOSÉ ANTONIO PAIVA TORRES**, matrícula n.º 156040, de Assistente Parlamentar, AP-5, para o de Assistente Parlamentar, AP-2, com lotação e exercício na Secretaria-Geral da Mesa.

Senado Federal, em 9 de fevereiro de 2006.



JOSÉ ALEXANDRE LIMA GAZINEO
Diretor-Geral Adjunto

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho**

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 **: Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varella	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotonio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotonio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

Presidente: Senador João Alberto Souza ⁽³⁾

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres ⁽⁴⁾

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (vago) ⁽¹⁾	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. M ^o doCarmo Alves(PFL)	SE	1306
Leonel Pavan (PSDB)	SC	4041	4. (vago) ⁽⁵⁾		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela F (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (vago) ⁽²⁾		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 23.11.2005)

⁽¹⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

⁽³⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁴⁾ Eleito em 13.12.2005, na 1ª reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

⁽⁵⁾ O Senador Alvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com OF nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995
2ª Designação: 30.06.1999
3ª Designação: 27.06.2001
4ª Designação: 25.09.2003
5ª Designação: 22.03.2005
6ª Designação: 20.04.2005
7ª Designação: 16.05.2005
8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – s/ partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

Atualizada em 27.10.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)

PDT

(vago)	1. (vago)

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

GERALDO MESQUITA JÚNIOR (S/ PARTIDO/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. OLIVEIRA FILHO (PL/PR)

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 3318-8232 Fax: (55) (61) 3318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Subsecretaria de Edições Técnicas

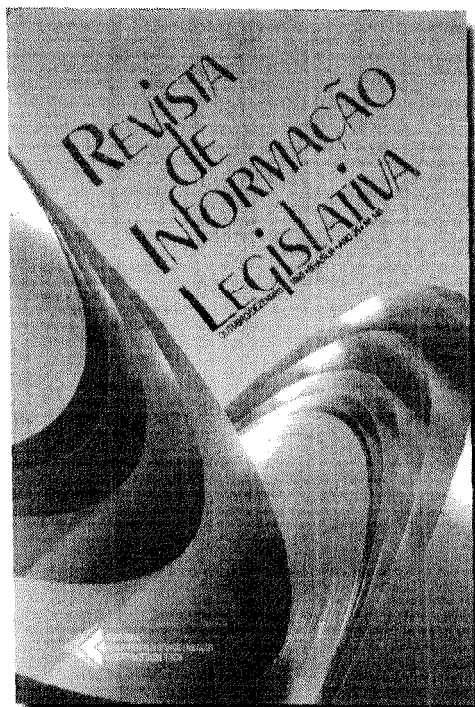
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 328 PÁGINAS